

América

Editorial

Desafios da Preservação e Uso do Patrimônio Cultural nas Metrôpoles Latino-Americanas Editorial América #4

O patrimônio urbano, incluindo seus componentes tangíveis e intangíveis, constitui um recurso essencial para melhorar a habitabilidade das áreas urbanas e fomentar o desenvolvimento econômico e a coesão social em um ambiente global em constante mudança. Como o futuro da humanidade depende do planejamento e gerenciamento eficazes dos recursos, a conservação se tornou uma estratégia para atingir um equilíbrio entre o crescimento urbano e a qualidade de vida em uma base sustentável. No decorrer do último meio século, a conservação do patrimônio urbano surgiu como um setor importante da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar valores compartilhados e se beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de uma ênfase em monumentos arquitetônicos principalmente para um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada por um impulso para adaptar as políticas existentes e criar novas ferramentas para abordar essa visão (UNESCO, 2011, p.2)¹

Em 10 de novembro de 2011, a Conferência Geral da UNESCO aprovou, por aclamação, a "Recomendação sobre Paisagens Urbanas Históricas". A nova recomendação – 35 anos após a "Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda de conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea" (UNESCO, 2000) – não pretendia substituir ou revisar documentos anteriores; mas apontar a complexidade de atores, ferramentas e abordagens em relação à gestão de áreas urbanas históricas; bem como destacar a necessidade de articular políticas e práticas de conservação aos objetivos mais amplos de desenvolvimento – entendendo o patrimônio como sistema e recurso fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável.

Tais reflexões alimentavam-se certamente de projetos conduzidos e fomentados também pela UNESCO entre as últimas década do século xx e a primeira do século xxi, a exemplo dos encontros e iniciativas de financiamento articuladas pela "Rede para a revitalização de Centros Históricos da América Latina e do Caribe". Denominado SIRCHAL (*Sitio Internacional sobre la Revitalización de Centros Históricos de ciudades de América Latina y del Caribe*), tratava-se de programa de cooperação para o fortalecimento de diálogos e trocas de experiências entre

Desafíos de la Preservación y Uso del Patrimonio Cultural en las Metrópolis Latinoamericanas Editorial América #4

El patrimonio urbano, incluyendo sus componentes tangibles e intangibles, constituye un recurso esencial para mejorar la habitabilidad de las áreas urbanas y fomentar el desarrollo económico y la cohesión social en un entorno global en constante cambio. Dado que el futuro de la humanidad depende de la planificación y gestión eficaces de los recursos, la conservación se ha convertido en una estrategia para lograr un equilibrio entre el crecimiento urbano y la calidad de vida de manera sostenible. A lo largo del último medio siglo, la conservación del patrimonio urbano ha surgido como un sector clave de la política pública a nivel mundial. Es una respuesta a la necesidad de preservar los valores compartidos y beneficiarse del legado histórico. Sin embargo, el cambio de un énfasis en los monumentos arquitectónicos principalmente a un reconocimiento más amplio de la importancia de los procesos sociales, culturales y económicos en la conservación de los valores urbanos debe ir acompañado de un impulso para adaptar las políticas existentes y crear nuevas herramientas que aborden esta visión (UNESCO, 2011, p. 2).¹

El 10 de noviembre de 2011, la Conferencia General de la UNESCO aprobó, por aclamación, la Recomendación sobre Paisagens Urbanas Históricas. La nueva recomendación, 35 años después de la "Recomendación de Nairobi sobre la salvaguarda de conjuntos históricos y su función en la vida contemporánea" (UNESCO, 2000)², no pretendía reemplazar ni revisar documentos anteriores; sino señalar la complejidad de los actores, herramientas y enfoques en relación con la gestión de áreas urbanas históricas; así como destacar la necesidad de articular políticas y prácticas de conservación con los objetivos más amplios de desarrollo, entendiendo el patrimonio como un sistema y un recurso fundamental para el desarrollo urbano sostenible.

Estas reflexiones se nutrían, sin duda, de proyectos impulsados y fomentados también por la UNESCO entre las últimas décadas del siglo xx y la primera del siglo xxi, como los encuentros e iniciativas de financiación articulados por la Rede para a revitalização de Centros Históricos da América Latina e do Caribe. Denominado SIRCHAL (*Sitio Internacional sobre la Revitalización de Centros Históricos de ciudades de América Latina y del Caribe*), se trataba de un programa de cooperación para el fortalecimiento de diálogos e intercambio de experiencias entre profesionales y entidades técnicamente

Challenges of Preservation and Use of Cultural Heritage in Latin American Metropolises Editorial América #4

Urban heritage, including its tangible and intangible components, constitutes a key resource in enhancing the liveability of urban areas, and fosters economic development and social cohesion in a changing global environment. As the future of humanity hinges on the effective planning and management of resources, conservation has become a strategy to achieve a balance between urban growth and quality of life on a sustainable basis. In the course of the past half century, urban heritage conservation has emerged as an important sector of public policy worldwide. It is a response to the need to preserve shared values and to benefit from the legacy of history. However, the shift from an emphasis on architectural monuments primarily towards a broader recognition of the importance of the social, cultural and economic processes in the conservation of urban values, should be matched by a drive to adapt the existing policies and to create new tools to address this vision. (UNESCO, 2011, p.2).

On November 10, 2011, the UNESCO General Conference approved, by acclamation, the "Recommendation on Historic Urban Landscapes." The new recommendation—35 years after the "Nairobi Recommendation on the Safeguarding of Historic Ensembles and their Role in Contemporary Life" (UNESCO, 2000)—was not intended to replace or revise previous documents, but rather to highlight the complexity of actors, tools, and approaches related to the management of historic urban areas, as well as to emphasize the need to align conservation policies and practices with broader development goals—understanding heritage as a system and a key resource for sustainable urban development.

Such reflections were certainly nourished by projects conducted and promoted by UNESCO between the last decades of the 20th century and the first of the 21st century, such as the meetings and funding initiatives articulated by the "Network for the Revitalization of Historic Centers in Latin America and the Caribbean." Known as SIRCHAL (*Sitio Internacional sobre la Revitalización de Centros Históricos de ciudades de América Latina y del Caribe*), this was a cooperation program aimed at strengthening dialogues and exchanges of experiences among professionals and technically qualified entities, as well as authorities from Latin American, Caribbean, and European countries (especially France). Under the scope of SIRCHAL, a series of seminars and workshops were held between

profissionais e entidades tecnicamente qualificadas, bem como autoridades de países da América Latina, Caribe e Europa (sobretudo França). No âmbito do SIRCHAL foram realizados entre 1998 e 2004 uma série de seminários e oficinas que englobaram inclusive recomendações práticas de intervenção (Paris - maio de 1998, Quito - novembro de 1998, Santiago e Valparaíso - maio de 1999, Salvador - junho de 2000, Assunção, Santo Domingo, Cartagena, Pelotas, Lima e Valência ao longo de 2002, Paramaribo e Ciudad Bolívar em 2003, San José e Xochimilco em 2004). O programa tinha também como tônica estabelecer acordos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a União Internacional de Arquitetos, como forma de organizar oficinas e ações em países da América Latina, visando a reabilitação do patrimônio cultural (Orellana, 2001).

As iniciativas levadas a frente pelo SIRCHAL não foram as únicas estratégias de financiamento e intervenção articuladas para centros históricos de cidades da América Latina entre a última década do século xx e a primeira do século xxi, muito pelo contrário. Como destacam Sant'Anna (2017), para o contexto brasileiro, e os diversos textos reunidos por Carrión (2001) para o universo expandido da América Latina e Caribe, a década de 1990 foi repleta de propostas que almejavam a "recuperação", "requalificação", "repovoamento" ou "reabilitação" de centros históricos (Sant'Anna, 2017). Ou, nas palavras do então Diretor Geral da Unesco, do Gerente de Desenvolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Diretora de Arquitetura e Patrimônio do Ministério da Cultura e Comunicação da França, tratava-se de evitar o "risco de transformar cidades em museus - frios, vazios, indiferentes -, sem vitalidade, deslocando moradores e suas atividades produtivas"; bem como "avançar conceitualmente para incorporar os centros históricos às políticas de desenvolvimento, combinando critérios de preservação da riqueza histórico-cultural com atenção à pobreza social" (Carrión, 2001, p.7-8). Importante também destacar que tal dinâmica é ainda mais impulsionada a partir dos anos 2000, sobretudo sob financiamento do BID - com destaque para o Programa Monumenta no Brasil² e para a recuperação da cidade histórica chilena de Valparaíso (Guia, 2018; e Novack, 2023).

Esse cenário, de certa maneira preconizado por Françoise Choay quando do lançamento do seu livro em inícios da década de 1990 como uma perversa "inflação patrimonial" que inquietava por colocar em risco a destruição de seu próprio objeto (Choay, 2001)³, é amplamente explorado, estendido cronologicamente e aprofundado como fenômeno para as cidades brasileiras por Sant'Anna (2017). A autora aponta como esse fenômeno se relaciona por um lado com "processos que se desenvolveram no interior do campo preservacionista a partir dos anos 1960, destacando-se entre eles, a mundialização promovida por instituições internacionais como UNESCO e ICOMOS, dos valores e das práticas patrimoniais ocidentais" (Sant'Anna, 2017, p.62); e por outro, complementarmente, mas também atrelado a lógicas tanto econômicas quanto do planejamento urbano, "tornou a preservação um item de prestígio no concerto das nações" contribuindo para a "inserção do patrimônio na dinâmica da globalização econômica, ao promover uma certa organização

cualificadas, así como autoridades de países de América Latina, el Caribe y Europa (sobre todo Francia). En el marco del SIRCHAL, entre 1998 y 2004, se realizaron una serie de seminarios y talleres que incluyeron recomendaciones prácticas de intervención (Paris - mayo de 1998, Quito - noviembre de 1998, Santiago y Valparaíso - mayo de 1999, Salvador - junio de 2000, Asunción, Santo Domingo, Cartagena, Pelotas, Lima y Valencia a lo largo de 2002, Paramaribo y Ciudad Bolívar en 2003, San José y Xochimilco en 2004). El programa también tenía como objetivo establecer acuerdos con el Banco Interamericano de Desarrollo y la Unión Internacional de Arquitectos, con el fin de organizar talleres y acciones en países de América Latina, orientados a la rehabilitación del patrimonio cultural (Orellana, 2001).

Las iniciativas llevadas adelante por el SIRCHAL no fueron las únicas estrategias de financiación e intervención articuladas para centros históricos de ciudades de América Latina entre la última década del siglo xx y la primera del siglo xxi, todo lo contrario. Como destacan Sant'Anna (2017) para el contexto brasileño y los diversos textos reunidos por Carrión (2001) para el universo expandido de América Latina y el Caribe, la década de 1990 estuvo llena de propuestas que buscaban la "recuperación", "recalificación", "repoblamiento" o "rehabilitación" de centros históricos (Sant'Anna, 2017). O, en palabras del entonces Director General de la UNESCO, del Gerente de Desarrollo del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y de la Directora de Arquitectura y Patrimonio del Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia, se trataba de evitar el "riesgo de transformar las ciudades en museos - fríos, vacíos, indiferentes - sin vitalidad, desplazando a los residentes y sus actividades productivas"; así como "avanzar conceptualmente para incorporar los centros históricos a las políticas de desarrollo, combinando criterios de conservación de la riqueza histórico-cultural con atención a la pobreza social" (Carrión, 2001, p.7-8). Es importante destacar que esta dinámica se vio aún más impulsada a partir de los años 2000, sobre todo bajo el financiamiento del BID, con especial énfasis en el Programa Monumenta en Brasil³ y la recuperación de la ciudad histórica chilena de Valparaíso (Guia, 2018; y Novack, 2023).

Este escenario, de cierta manera prefigurado por Françoise Choay cuando publicó su libro a principios de la década de 1990 como una perversa "inflación patrimonial" que inquietaba por poner en riesgo la destrucción de su propio objeto (Choay, 2001),⁴ es ampliamente explorado, extendido cronológicamente y profundizado como fenómeno para las ciudades brasileñas por Sant'Anna (2017). La autora señala cómo este fenómeno se relaciona, por un lado, con "procesos que se desarrollaron dentro del campo de la preservación a partir de los años 1960, destacándose entre ellos, la mundialización promovida por instituciones internacionales como la UNESCO y el ICOMOS, de los valores y prácticas patrimoniales occidentales" (Sant'Anna, 2017, p.62);⁵ y por otro lado, complementariamente, pero también vinculado a lógicas tanto económicas como de planificación urbana, "hizo de la preservación un tema de prestigio en el concierto de las naciones", contribuyendo para la "inserción del patrimonio en la dinámica de la globalización económica, al promover una cierta organización de estas prácticas, lo que favoreció enormemente su reproductibilidad" (Sant'Anna, 2017, p.62).⁶

1998 and 2004, including practical intervention recommendations (Paris - May 1998, Quito - November 1998, Santiago and Valparaíso - May 1999, Salvador - June 2000, Asunción, Santo Domingo, Cartagena, Pelotas, Lima, and Valencia throughout 2002, Paramaribo and Ciudad Bolívar in 2003, San José and Xochimilco in 2004). The program also focused on establishing agreements between Inter-American Development Bank (IDB) and the International Union of Architects as a way of organizing workshops and actions in Latin American countries aimed at the rehabilitation of cultural heritage (Orellana, 2001).

The initiatives led by SIRCHAL were not the only funding and intervention strategies articulated for the historic centers of Latin American cities between the last decade of the 20th century and the first of the 21st century; quite the opposite. As highlighted by Sant'Anna (2017) in the Brazilian context, and by the various texts compiled by Carrión (2001) for the expanded universe of Latin America and the Caribbean, the 1990s were filled with proposals aimed at the "recovery," "requalification," "repopulation," or "rehabilitation" of historic centers (Sant'Anna, 2017). Or, in the words of the then Director-General of UNESCO, the Manager of Development of the Inter-American Development Bank (IDB), and the Director of Architecture and Heritage at the Ministry of Culture and Communication of France, it was about avoiding the "risk of turning cities into museums - cold, empty, indifferent - without vitality, displacing residents and their productive activities"; as well as "conceptually advancing to incorporate historic centers into development policies, combining criteria for preserving historical-cultural wealth with attention to social poverty" (Carrión, 2001, p.7-8). It is also important to note that this dynamic was further driven from the 2000s onward, particularly under IDB funding - with a focus on the "Programa Monumenta no Brasil"¹ and the recovery of the Chilean historic city of Valparaíso (Guia, 2018; and Novack, 2023).

This scenario, in a way foreseen by Françoise Choay when the launch of her book in the early 1990s described a pernicious "heritage inflation" that raised concerns about the risk of destroying its own object (Choay, 2001)², is extensively explored, extended chronologically, and deepened as a phenomenon for Brazilian cities by Sant'Anna (2017). The author points out how this phenomenon relates, on the one hand, to "processes that developed within the preservationist field from the 1960s, highlighting among them the globalization promoted by international institutions such as UNESCO and ICOMOS of Western heritage values and practices" (Sant'Anna, 2017, p.62); and on the other hand, complementarily, but also tied to both economic and urban planning logics, "turned preservation into a prestigious item in the concert of nations," contributing to the "integration of heritage into the dynamics of economic globalization by promoting a certain organization of these practices, which greatly favored their reproducibility" (Sant'Anna, 2017, p.62).

Among the dossiê discussed and developed within the preservationist field since the 1960s regarding interventions in historic centers, it is worth highlighting both the experiences carried out by Pier Luigi Cervellati and his team in Bologna (1960s and 1970s)³ and The Norms of Quito (1967). Pier Luigi Cervellati, an Italian architect and urban planner, emphasized the importance of an integrated conservation process within urban planning

dessas práticas, que favoreceu em muito sua reprodutibilidade" (Sant'Anna, 2017, p.62).

Entre as mencionadas questões discutidas e amadurecidas no âmbito do campo preservacionistas desde a década de 1960 no que diz respeito à intervenções em centros históricos, cabe destacar tanto as experiências levadas a cabo por Cervellati e equipe em Bologna (décadas de 1960 e 1970)⁴, quanto as Normas de Quito (1967). Pier Luigi Cervellati, arquiteto e urbanista italiano, defendeu a importância de um processo de conservação integrado ao planejamento urbano, que respeitasse e valorizasse a história da cidade, ao mesmo tempo em que incorporava as necessidades contemporâneas – um diálogo contínuo entre o passado e presente, de forma que o patrimônio não fosse visto apenas como um conjunto de monumentos a serem preservados, mas como parte integrante da vida urbana. Propunha, portanto, que intervenções em tecidos históricos deveriam atrelar estratégias de planejamento urbano não apenas em relação ao local de memória especificamente, mas também em sua inserção no perímetro urbano de forma mais ampla, considerando assim dinâmicas sociais e econômicas, bem como os habitantes e suas práticas culturais (Silva, 2019).

As Normas de Quito (OEA, 1967), estabelecidas durante a "Reunião da Organización dos Estados Americanos sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico", realizada em Quito em 1967, caminham em sentido semelhante, embora paralelo, e são um marco nas discussões sobre preservação do patrimônio cultural na América Latina. Defendendo a importância de um planejamento urbano que considerasse a preservação do patrimônio como um elemento central, não apenas como um aspecto acessório das políticas públicas de desenvolvimento urbano, as Normas de Quito propuseram uma série de diretrizes que enfatizavam a integração do patrimônio cultural no cotidiano das cidades. Entre os principais pontos abordados, destaca-se a necessidade de promover a participação da comunidade no processo de preservação, reconhecendo que o patrimônio é um bem coletivo.

No entanto, se a princípio foram essas experiências e diretrizes que alimentaram em termos teóricos as ações promovidas em centros históricos latino-americanos nas últimas décadas do século xx e primeiras do século xxi, contraditoriamente, em muitos casos o resultado dessas intervenções significou o agravamento de alguns dos riscos e dilemas já destacados e frente aos quais as propostas de finais da década de 60 procuravam respostas. A valorização imobiliária, frequentemente impulsionada por políticas de revitalização que destacavam a importância e favoreciam sistematicamente o papel de agentes privados no processo, transformou em diversos casos centros históricos em espaços comerciais e turísticos, enquanto habitantes locais enfrentaram deslocamentos e perda de identidade⁵ – enfatizando que o patrimônio cultural é uma construção social sujeita a disputas políticas e econômicas, não uma entidade estática, mas um campo de batalha onde diferentes interesses se confrontam.

Com o intuito de colocar em discussão algumas das dinâmicas e consequências contemporâneas desse processo ocorrido na transição entre os séculos xx e xxi, Guia, Gianecchini, Nascimento, e Sant'Anna propuseram, jun-

Entre las cuestiones mencionadas y debatidas en el ámbito del campo de la preservación desde la década de 1960 en relación con las intervenciones en centros históricos, cabe destacar tanto las experiencias llevadas a cabo por Cervellati y su equipo en Bolonia (décadas de 1960 y 1970),⁷ como las Normas de Quito (1967). Pier Luigi Cervellati, arquitecto y urbanista italiano, defendió la importancia de un proceso de conservación integrado al planeamiento urbano, que respete y valoriza la historia de la ciudad, al mismo tiempo que incorporara las necesidades contemporáneas - un diálogo continuo entre el pasado y el presente, de modo que el patrimonio no fuera visto solo como un conjunto de monumentos a ser preservados, sino como parte integral de la vida urbana. Propuso, por lo tanto, que las intervenciones en tejidos históricos debían vincular estrategias de planeamiento urbano no solo en relación con el sitio de memoria específicamente, sino también con su inserción en el perímetro urbano de manera más amplia, considerando así dinámicas sociales y económicas, así como los habitantes y sus prácticas culturales (Silva, 2019).

Las Normas de Quito (OEA, 1967), establecidas durante la *Reunión de Organización de Estados Americanos sobre conservación e utilización de monumentos e lugares de interés histórico e artístico*, celebrada en Quito en 1967, siguen una línea similar, aunque paralela, y son un hito en las discusiones sobre la preservación del patrimonio cultural en América Latina. Defendiendo la importancia de un planeamiento urbano que considerara la preservación del patrimonio como un elemento central, no solo como un aspecto accesorio de las políticas públicas de desarrollo urbano, las Normas de Quito propusieron una serie de directrices que enfatizaban la integración del patrimonio cultural en la vida cotidiana de las ciudades. Entre los principales puntos tratados, destaca la necesidad de promover la participación de la comunidad en el proceso de preservación, reconociendo que el patrimonio es un bien colectivo.

Sin embargo, aunque en principio fueron estas experiencias y directrices las que alimentaron teóricamente las acciones promovidas en los centros históricos latinoamericanos en las últimas décadas del siglo xx y las primeras del xxi, de manera contradictoria, en muchos casos el resultado de esas intervenciones significó el agravamiento de algunos de los riesgos y dilemas ya señalados, ante los cuales las propuestas de finales de la década de 1960 buscaban respuestas. La valorización inmobiliaria, frecuentemente impulsada por políticas de revitalización que destacaban la importancia y favorecen sistemáticamente el papel de los agentes privados en el proceso, transformó en diversos casos los centros históricos en espacios comerciales y turísticos, mientras que los habitantes locales enfrentaron desplazamientos y pérdida de identidad.⁸ Esto subraya que el patrimonio cultural es una construcción social sujeta a disputas políticas y económicas, no una entidad estática, sino un campo de batalla donde diferentes intereses se confrontan.

Con el objetivo de poner en discusión algunas de las dinámicas y consecuencias contemporáneas de este proceso ocurrido en la transición entre los siglos xx y xxi, Guia, Gianecchini, Nascimento y Sant'Anna propusieron, junto con el *vi Encuentro Nacional de la Asociación Nacional de Investigación y Posgrado en Arquitectura y Urbanismo* (ENANPARQ, Brasília, agosto/2020), la realización de la sesión de debates "Tránsito de ideas y prácticas patrimoniales en el umbral del nuevo siglo". Los autores buscaban destacar

that respected and valued the city's history while incorporating contemporary needs —a continuous dialogue between the past and present, so that heritage was not seen merely as a set of monuments to be preserved, but as an integral part of urban life. He thus proposed that interventions in historic fabric should link urban planning strategies not only with the specific memory site but also with its broader insertion within the urban perimeter, taking into account social and economic dynamics, as well as the inhabitants and their cultural practices (Silva, 2019).

The Normas of Quito (OAS, 1967), established during the "Meeting of the Organization of American States on the Conservation and Use of Monuments and Places of Historical and Artistic Interest" held in Quito in 1967, follow a similar, albeit parallel, path and mark a milestone in the discussions about cultural heritage preservation in Latin America. Emphasizing the importance of urban planning that considers heritage preservation as a central element, not merely as an accessory aspect of urban development policies, the Norms of Quito proposed a series of guidelines that emphasized integrating cultural heritage into the daily life of cities. Among the key points, the need to promote community participation in the preservation process stood out, recognizing that heritage is a collective good.

However, although these experiences and guidelines initially provided the theoretical foundation for actions taken in Latin American historic centers in the last decades of the 20th century and the early 21st century, paradoxically, in many cases, the result of these interventions has meant the exacerbation of some of the risks and dilemmas that the proposals from the late 1960s sought to address. Real estate valorization, often driven by revitalization policies that highlighted the importance and systematically favored the role of private agents in the process, transformed many historic centers into commercial and tourist spaces, while local residents faced displacement and loss of identity⁴ — emphasizing that cultural heritage is a social construct subject to political and economic disputes, not a static entity, but a battleground where different interests clash.

In order to discuss some of the contemporary dynamics and consequences of this process, which occurred during the transition from the 20th to the 21st century, Guia, Gianecchini, Nascimento, and Sant'Anna proposed, together with the *vi Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* (ENANPARQ, Brasília, August 2020), the debate session titled "Tránsito de ideias e práticas patrimoniais no limiar do novo século" The authors sought to highlight the systematic analysis, from various perspectives and scales, of urban processes shaped by neoliberal economic and political logics that impacted heritage landscapes. They pointed out that this was a period marked, on the one hand, by an increasing discussion of historic centers protected as heritage through policies of valorization, revitalization, entrepreneurship, and, often, land profitability; while, on the other hand, it also coincided with the advancement of (re) democratization agendas that brought into the heritage discussion themes, traditions, and agents that were previously overlooked.

to ao “vi Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo” (ENANPARQ, Brasília, agosto/2020), a realização da sessão de debates “Trânsito de ideias e práticas patrimoniais no limiar do novo século”. Os autores procuravam dar destaque para a análise sistemática, a partir de recortes e escalas diversas, dos processos urbanos que, moldados a partir de lógicas econômicas e políticas neoliberais, incidiram sobre paisagens patrimoniais. Apontam assim, como esse foi um período por um lado marcado por uma discussão crescente dos centros históricos patrimonializados pelo viés de políticas de valorização, revitalização, empreendedorismo e não raro também de rentabilização fundiária; enquanto por outro lado coincide também com o avanço de agendas de (re)democratização que trazem para a discussão do patrimônio temas, tradições e agentes antes não contemplados.

Discursos e práticas que buscavam flexibilizar normas, descentralizar serviços públicos, reformar e reduzir a máquina pública através de concessões ou parcerias com os setores privados passaram a ser frequentes. O modelo gerencial privado dissemina-se como ideal e, nos centros históricos, políticas de valorização e rentabilização fundiária, de revitalização, de empreendedorismo urbano, multiplicaram-se em diferentes níveis, promovidas pelo poder público. Em diversos países latino americanos, como no Brasil, esses anos correspondem também aos primeiros após a redemocratização, quando os projetos de futuro desenhados nos novos textos constitucionais, conduzidos por grupos progressistas, foram levados adiante. [...] Assim, nas primeiras décadas do século XXI, alternaram-se convicções e práticas originadas de vertentes distintas - mais ou menos liberais ou progressistas - que imprimiram abordagens e objetivos divergentes sobre as políticas públicas e geraram resultados com impactos diretos sobre grupos específicos. Em algumas circunstâncias, essas polaridades, com o tempo, se acomodaram e fundiram, configurando práticas ambíguas. [...] No plano teórico-metodológico, a confluência da luta por direitos à memória e a expansão do neoliberalismo pode ser problematizada a partir da análise de ideias e práticas patrimoniais. Tal análise permite a compreensão dos modos de produção dessas visões, conectadas por diferentes atores, agências, ideias e práticas, com reflexos diretos nos processos de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural. (2020)

Assim, em diálogo com as questões propostas por esse debate ocorrido junto ao vi Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ, Brasília, agosto/2020) esse dossiê da América busca abordar processos, projetos e debates que marcaram tanto conceitualmente quanto em termos concretos intervenções em centros históricos da América Latina entre as últimas décadas do século XX e início do século XXI. Busca-se assim levantar algumas reflexões para a compreensão desse período e suas experiências com vista a construção de novas abordagens conceituais e políticas.

Abrindo o dossiê deste número, o texto de Marcia Sant’Anna aborda a importância da participação social

el análisis sistemático, a partir de recortes y escalas diversas, de los procesos urbanos que, moldeados a partir de lógicas económicas y políticas neoliberales, incidieron sobre paisajes patrimoniales. Apuntan así, que este fue un período marcado, por un lado, por una discusión creciente de los centros históricos patrimonializados a través de políticas de valorización, revitalización, emprendimiento y, no raro, también de rentabilización del suelo; mientras que, por otro lado, coincide también con el avance de agendas de (re)democratización que traen a la discusión del patrimonio temas, tradiciones y agentes antes no contemplados.

Discursos y prácticas que buscaban flexibilizar normas, descentralizar servicios públicos, reformar y reducir la máquina pública a través de concesiones o asociaciones con los sectores privados comenzaron a ser frecuentes. El modelo gerencial privado se difunde como ideal y, en los centros históricos, las políticas de valorización y rentabilización del suelo, de revitalización, de emprendimiento urbano, se multiplicaron en diferentes niveles, promovidas por el poder público. En varios países latinoamericanos, como en Brasil, estos años corresponden también a los primeros tras la redemocratización, cuando los proyectos de futuro diseñados en los nuevos textos constitucionales, conducidos por grupos progresistas, fueron llevados adelante. [...] Así, en las primeras décadas del siglo XXI, se alternaron convicciones y prácticas originadas de vertientes distintas - más o menos liberales o progresistas - que imprimieron enfoques y objetivos divergentes sobre las políticas públicas y generaron resultados con impactos directos sobre grupos específicos. En algunas circunstancias, esas polaridades, con el tiempo, se acomodaron y fusionaron, configurando prácticas ambiguas. [...] En el plano teórico-metodológico, la confluencia de la lucha por derechos a la memoria y la expansión del neoliberalismo puede ser problematizada a partir del análisis de ideas y prácticas patrimoniales. Tal análisis permite comprender los modos de producción de esas visiones, conectadas por diferentes actores, agencias, ideas y prácticas, con reflejos directos en los procesos de reconocimiento y preservación del patrimonio cultural. (2020)

Así, en diálogo con las cuestiones propuestas por este debate ocurrido en el vi Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ, Brasília, agosto/2020), este dossiê de América busca abordar procesos, proyectos y debates que marcaron tanto conceptualmente como en términos concretos intervenciones en centros históricos de América Latina entre las últimas décadas del siglo XX y principios del siglo XXI. El objetivo es levantar algunas reflexiones para la comprensión de este período y sus experiencias con vistas a la construcción de nuevos enfoques conceptuales y políticos.

Abriendo el dossiê el texto de Marcia Sant’Anna aborda la importancia de la participación social en la salvaguarda del patrimonio urbano, reflexionando sobre experiencias en Salvador, Nancy y Burdeos. La autora destaca la evolución de la patrimonialización en las últimas décadas, donde, a partir de los años 70, hubo una transición de un enfoque centrado en el Estado-nación hacia una valorización de lo cotidiano, lo familiar y lo cultural. Sant’Anna

Discourses and practices aimed at flexibilizing norms, decentralizing public services, and reforming and reducing the public apparatus through concessions or partnerships with the private sector became frequent. The private managerial model spread as the ideal, and in historic centers, policies of valorization and land profitability, revitalization, and urban entrepreneurship multiplied at different levels, promoted by the public authorities. In several Latin American countries, including Brazil, these years also corresponded to the first years after redemocratization, when future projects outlined in new constitutional texts, led by progressive groups, were implemented. [...] Thus, in the first decades of the 21st century, convictions and practices originating from distinct branches—more or less liberal or progressive—alternated, imposing divergent approaches and objectives on public policies and generating results with direct impacts on specific groups. In some circumstances, these polarities, over time, settled and merged, resulting in ambiguous practices. [...] On the theoretical-methodological level, the confluence of the struggle for rights to memory and the expansion of neoliberalism can be problematized through the analysis of heritage ideas and practices. Such an analysis allows for the understanding of how these visions are produced, connected by different actors, agencies, ideas, and practices, with direct reflections on processes of recognition and preservation of cultural heritage. (2020)

Thus, in dialogue with the dossiê raised by the debate at the vi Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ, Brasília, August 2020), this dossiê of América seeks to address processes, projects, and debates that marked both conceptually and concretely interventions in historic centers in Latin America between the last decades of the 20th century and the early 21st century. The aim is to raise reflections for understanding this period and its experiences, with a view toward the construction of new conceptual and policy approaches.

Opening this dossiê, Marcia Sant’Anna’s text discusses the importance of social participation in safeguarding urban heritage, reflecting on experiences in Salvador, Nancy, and Bordeaux. The author highlights the evolution of heritage protection in recent decades, noting that since the 1970s, there has been a shift from a nation-state-centered approach to one that values everyday life, the familiar, and the cultural. Sant’Anna emphasizes that the Brazilian Federal Constitution has established, for over thirty years, the need for participation in cultural heritage preservation, but practice in this area remains limited. Despite progress, significant challenges remain in integrating material and immaterial heritage perspectives, and the active and effective participation of society is crucial for the implementation of public policies that promote sustainable preservation and management of urban heritage. The text also analyzes specific cases of heritage safeguarding in historic centers, highlighting the importance of dialogue between citizens and institutions. For example, in Salvador, a participatory regulation project involved collaboration between the university and local social movements. In Nancy and Bordeaux, public consultations were emphasized,

na salvaguarda do patrimônio urbano, refletindo sobre experiências em Salvador, Nancy e Bordeaux. A autora destaca a evolução da patrimonialização nas últimas décadas, onde, a partir dos anos 70, houve uma transição de um enfoque centrado no Estado-nação para uma valorização do cotidiano, do familiar e do cultural. Sant'Anna ressalta que a Constituição Federal brasileira já estabelece, há mais de trinta anos, a necessidade de participar na preservação do patrimônio cultural, mas a prática ainda é limitada. Apesar dos avanços, há desafios significativos na integração das perspectivas de patrimônio material e imaterial, e a participação ativa e efetiva da sociedade é vital para a implementação de políticas públicas que promovam a preservação sustentável e a gestão do patrimônio urbano. Além disso, o texto analisa casos específicos de salvaguarda em centros históricos, evidenciando a importância do diálogo entre cidadãos e instituições. Em Salvador, por exemplo, um projeto de regulamentação participativa envolveu a colaboração entre a universidade e movimentos sociais locais. Já em Nancy e Bordeaux, são destacados processos de consulta pública que incentivaram a participação cidadã na revisão dos planos de valorização de patrimônio. Sant'Anna defende assim que uma abordagem integrada e participativa é fundamental para a valorização e proteção do patrimônio nas cidades, abraçando as dimensões material e imaterial.

O artigo de George A. da Guia explora a dinâmica da produção do patrimônio cultural na América Latina e no Caribe, destacando as interações entre políticas de preservação e desenvolvimento, especialmente sob a influência do projeto regional de cooperação técnica realizado pelo PNUD e Unesco entre 1972 e 1996. O autor analisa como os princípios de preservação cultural foram moldados por um discurso "autorizado", que reflete as ideologias hegemônicas e a troca de ideias em conferências, seminários e cursos. A cooperação técnica teve um papel crucial na formação de redes de especialistas e na implementação de políticas de patrimônio, resultando em mudanças significativas no reconhecimento e na gestão do patrimônio cultural na região.

O texto de Ana Clara Gianneccchini destaca como O Programa Monumenta (implementado, como destacado, no Brasil nas décadas de 1990 e 2000) buscou promover uma preservação sustentável do patrimônio urbano, com a recuperação de núcleos históricos a partir da expectativa de que esses investimentos gerassem renda para financiar sua própria manutenção. Contudo, a articulação e interação entre o setor público e privado para garantir a sustentabilidade financeira das operações não se concretizou plenamente. A proposta da criação da linhas de financiamento para a Recuperação de Imóveis Privados em Sítios Históricos (FRIP), embora essencial, enfrentou desafios na implementação e adesão do setor privado, especialmente nas áreas urbanas de menores recursos. O estudo do impacto do FRIP revelou tanto os benefícios quanto às limitações do programa: revelou o alto potencial de permanência nos imóveis de beneficiários, evitando processos de gentrificação; entretanto, a burocracia associada ao financiamento e a demora do repasse de recursos foram desafios significativos, refletindo não somente em uma baixa adesão inicial como na própria eficácia do programa. A autora busca assim destacar como

resalta que la Constitución Federal brasileña ya establece, desde hace más de treinta años, la necesidad de participación en la preservación del patrimonio cultural, pero la práctica aún es limitada. A pesar de los avances, existen desafíos significativos en la integración de las perspectivas de patrimonio material e inmaterial, y la participación activa y efectiva de la sociedad es vital para la implementación de políticas públicas que promuevan la preservación sostenible y la gestión del patrimonio urbano. Además, el texto analiza casos específicos de salvaguarda en centros históricos, evidenciando la importancia del diálogo entre ciudadanos e instituciones. En Salvador, por ejemplo, un proyecto de regulación participativa involucró la colaboración entre la universidad y los movimientos sociales locales. Ya en Nancy y Burdeos, se destacan procesos de consulta pública que incentivaron la participación ciudadana en la revisión de los planes de valorización del patrimonio. Sant'Anna defiende que un enfoque integrado y participativo es fundamental para la valorización y protección del patrimonio en las ciudades, abrazando las dimensiones material e inmaterial.

El artículo de George A. da Guia explora la dinámica de la producción del patrimonio cultural en América Latina y el Caribe, destacando las interacciones entre políticas de preservación y desarrollo, especialmente bajo la influencia del proyecto regional de cooperación técnica realizado por el PNUD y la Unesco entre 1972 y 1996. El autor analiza cómo los principios de preservación cultural fueron moldeados por un discurso "autorizado", que refleja las ideologías hegemónicas y el intercambio de ideas en conferencias, seminarios y cursos. La cooperación técnica jugó un papel crucial en la formación de redes de especialistas y en la implementación de políticas de patrimonio, lo que resultó en cambios significativos en el reconocimiento y la gestión del patrimonio cultural en la región.

El texto de Ana Clara Gianneccchini destaca cómo el Programa Monumenta (implementado, como se destacó, en Brasil en las décadas de 1990 y 2000) buscó promover una preservación sostenible del patrimonio urbano, con la recuperación de núcleos históricos a partir de la expectativa de que estas inversiones generaran ingresos para financiar su propio mantenimiento. Sin embargo, la articulación e interacción entre el sector público y privado para garantizar la sostenibilidad financiera de las operaciones no se concretizó plenamente. La propuesta de creación de líneas de financiamiento para la Recuperação de Imóveis Privados em Sítios Históricos (FRIP), aunque esencial, enfrentó desafíos en la implementación y adhesión del sector privado, especialmente en las áreas urbanas de menores recursos. El estudio del impacto del FRIP reveló tanto los beneficios como las limitaciones del programa: reveló el alto potencial de permanencia en los inmuebles de los beneficiarios, evitando procesos de gentrificación; sin embargo, la burocracia asociada al financiamiento y el retraso en la transferencia de recursos fueron desafíos significativos, lo que se reflejó no solo en una baja adhesión inicial sino también en la eficacia del programa. La autora busca destacar cómo la experiencia del FRIP refuerza la importancia de la vivienda como un pilar fundamental para la sostenibilidad en la preservación del patrimonio urbano, señalando la necesidad de una planificación especializada y articulada con las características locales y sociales para garantizar la eficacia de las políticas públicas de conservación.

A continuación, dentro de la cuestión de la

encouraging citizen participation in the revision of heritage valorization plans. Sant'Anna argues that an integrated and participatory approach is fundamental to the valorization and protection of heritage in cities, embracing both material and immaterial dimensions.

George A. da Guia's article explores the dynamics of cultural heritage production in Latin America and the Caribbean, highlighting the interactions between preservation policies and development, especially under the influence of the regional technical cooperation project conducted by the United Nations Development Programme (UNDP) and UNESCO between 1972 and 1996. The author examines how cultural preservation principles were shaped by an "authorized" discourse, reflecting hegemonic ideologies and the exchange of ideas in conferences, seminars, and courses. Technical cooperation played a crucial role in forming networks of specialists and implementing heritage policies, leading to significant changes in the recognition and management of cultural heritage in the region.

Ana Clara Gianneccchini's text highlights how the Programa Monumenta (implemented in Brazil during the 1990s and 2000s) sought to promote sustainable urban heritage preservation, focusing on the recovery of historic cores with the expectation that these investments would generate income to finance their own maintenance. However, the articulation and interaction between the public and private sectors to ensure the financial sustainability of operations was not fully realized. The proposal to create financing lines for the Recovery of Private Properties in Historic Sites (FRIP), though essential, faced challenges in implementation and private sector adherence, particularly in urban areas with fewer resources. The study of FRIP's impact revealed both the benefits and limitations of the program: it demonstrated a high potential for long-term residence in the benefited properties, avoiding gentrification processes; however, the bureaucracy associated with financing and delays in resource disbursement were significant challenges, resulting in both low initial adherence and limited program effectiveness. The author thus highlights how FRIP's experience reinforces the importance of housing as a fundamental pillar for sustainability in urban heritage preservation, pointing to the need for specialized planning that is articulated with local and social characteristics to ensure the effectiveness of conservation policies.

Next, within the dossiê of preserving buildings and urban memories, the winning project for the renovation of the CAU-SP Headquarters, designed by the firm Hereñu+Ferroni Architects, is presented. This intervention is both simple and striking, working with respect to historical materiality through processes of addition and subtraction to ensure not only occupation with new uses and their demands for program and circulation but also improved thermal comfort. The project also indicates a desire for a qualified urban space to be embraced and extended throughout the interior of the building. The interview with Paulo Ormindo, *Zona de Contato entre habitação de Baixo Custo e Patrimônio Cultural* conducted by Joaquim Nunes Júnior, addresses the complex relationship between state involvement in housing production in Salvador—highlighting the importance of the Banco Nacional de Habitação (BNH)—and its implications in the context of accelerated urbanization

experiência do FRIP reforça a importância da habitação como um pilar fundamental para a sustentabilidade na preservação do patrimônio urbano, apontando a necessidade de um planejamento especializado e articulado com as características locais e sociais para garantir a eficácia das políticas públicas de conservação.

Apresenta-se na sequência, dentro da questão da preservação de edifícios e memórias urbanas, o projeto vencedor do concurso para reforma do Edifício Sede do CAU-SP, do escritório Hereñu+Ferroni Arquitetos. Trata-se de uma intervenção ao mesmo tempo singela e contundente que trabalha com respeito à materialidade histórica em processos de adição e subtração para garantir não apenas a ocupação com novo uso e suas demandas de organograma e circulação, mas também um melhor conforto térmico. O projeto indica ainda o desejo por um espaço urbano qualificado fosse acolhido e se estendesse pelo interior do edifício.

A entrevista com Paulo Ormindo "Zona de Contato entre habitação de Baixo Custo e Patrimônio Cultural", realizada por Joaquim Nunes Júnior, aborda a complexa relação entre a atuação estatal na produção habitacional em Salvador – destacando a importância do Banco Nacional de Habitação (BNH) – e suas implicações no contexto de urbanização acelerada e degradação das áreas centrais. O entrevistado descreve seu envolvimento em projetos de preservação, como o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda, e enfatiza a necessidade de uma abordagem habitacional que não se restringisse à construção de novas moradias, mas que também se preocupasse com a conservação do patrimônio existente.

Em diálogo com tais pressupostos, apresenta-se o projeto de um conjunto habitacional realizado no antigo Hotel Colonial em San Sebastián, Quito, pelos escritórios MCM+A Taller de Arquitectura. O projeto evidencia como programas menos usuais, como é o caso da habitação coletiva, também podem ser boas opções em remodelações de edifícios históricos. A proposta apresentada tira partido da estrutura da preexistência a partir da adição de alguns elementos de divisão, reforço e de reorganização das circulações internas do conjunto e deste com a cidade, com a preservação de topografia e morfologia originais.

O artigo: "Bixiga no centro: política urbana e preservação cultural nas áreas centrais de São Paulo", escrito por Flavia Brito do Nascimento e Mariana Cavalcanti Pessoa, trabalha sobre o processo de tombamento de áreas do bairro do Bixiga com objetivo de preservação daquela paisagem urbana. Perpassa assim os muitos diálogos e enfrentamentos entre o planejamento urbano municipal e a preservação cultural, apresentando a falta de sensibilidade dos legisladores na aplicação de inúmeros mecanismos urbanos de zoneamento e definição de outorgas que desconsideram o patrimônio local. As autoras defendem a determinação, a partir de diálogos com a comunidade, de Territórios de Interesse da Cultura como forma de garantir a preservação, tão essencial no bairro e na cidade.

Fechando o dossiê e trazendo a tona questões fundamentais da participação ampla na construção e preservação de memórias, o ensaio crítico de Abilio Ferreira analisa o artigo "Ori or not ori: eis a questão", escrito pelo poeta e escritor Arnaldo Xavier, publicado em uma edição da revista "Teoria e Debate" em 1996. Ferreira destaca a

preservação de edifícios y memorias urbanas, se presenta el proyecto ganador del concurso para la reforma del Edificio Sede del CAU-SP, del Hereñu+Ferroni Arquitectos. Se trata de una intervención que trabaja con respeto a la materialidad histórica en procesos de adición y sustracción para garantizar no solo la ocupación con un nuevo uso y sus demandas de organograma y circulación, sino también una mejor comodidad térmica. El proyecto indica además el deseo de que un espacio urbano calificado que se extienda por el interior del edificio.

La entrevista con Paulo Ormindo *Zona de Contato entre habitação de Baixo Custo e Patrimônio Cultural*, realizada por Joaquim Nunes Júnior, aborda la compleja relación entre la actuación estatal en la producción habitacional en Salvador – destacando la importancia del Banco Nacional de Habitação (BNH) – y sus implicaciones en el contexto de urbanización acelerada y degradación de las áreas centrales. El entrevistado describe su participación en proyectos de preservación, como el Plan de Desarrollo Local Integrado de Olinda, y enfatiza la necesidad de un enfoque habitacional que no se limite a la construcción de nuevas viviendas, sino que también se preocupe por la conservación del patrimonio existente.

En diálogo con esos supuestos, se presenta el proyecto de un conjunto habitacional realizado en el antiguo Hotel Colonial en San Sebastián, Quito, por MCM+A Taller de Arquitectura. El proyecto evidencia cómo programas menos usuales, como es el caso de la vivienda colectiva, también pueden ser buenas opciones en remodelaciones de edificios históricos. La propuesta presentada aprovecha la estructura de la preexistencia mediante la adición de algunos elementos de división, refuerzo y reorganización de las circulaciones internas del conjunto y de este con la ciudad, con la preservación de la topografía y morfología originales.

El artículo: *Bixiga no centro: política urbana e preservação cultural nas áreas centrais de São Paulo*, escrito por Flavia Brito do Nascimento y Mariana Cavalcanti Pessoa, trabaja sobre el proceso de tombamento de áreas del barrio del Bixiga con el objetivo de preservar esa paisajística urbana. Así, aborda los múltiples diálogos y enfrentamientos entre el planeamiento urbano municipal y la preservación cultural, presentando la falta de sensibilidad de los legisladores en la aplicación de innumerables mecanismos urbanos de zonificación y definición de concesiones que desconsideran el patrimonio local. Las autoras defienden la determinación, a partir de diálogos con la comunidad, de Territorios de Interés de la Cultura como forma de garantizar la preservación, tan esencial en el barrio y en la ciudad.

Cerrando el dossiê y trayendo a colación cuestiones fundamentales de la participación amplia en la construcción y preservación de memorias, el ensayo crítico de Abilio Ferreira analiza el artículo *Ori or not ori: eis a questão*, escrito por el poeta y escritor Arnaldo Xavier, publicado en una edición de la revista "Teoria y Debate" en 1996. Ferreira destaca la importancia del texto de Xavier en la discusión de la cultura negra en Brasil, enfatizando la idea de "transnegación", que critica y subierte las normas establecidas del canon literario y busca una identidad cultural autónoma. El ensayo también menciona la intersección del pensamiento de Xavier con referencias literarias y sociales, como la Poesía Concreta y el *Movimento Negro Unificado*, subrayando cómo el autor utiliza recursos lingüísticos para cuestionar

and degradation of central areas. The interviewee describes his involvement in preservation projects, such as the Integrated Local Development Plan for Olinda, and emphasizes the need for a housing approach that is not limited to the construction of new homes but also considers the conservation of existing heritage.

In dialogue with these assumptions, a housing complex project carried out in the former Colonial Hotel in San Sebastián, Quito, by the MCM+A Taller de Arquitectura offices is presented. The project demonstrates how less common programs, such as collective housing, can also be good options for the remodeling of historical buildings. The proposal takes advantage of the pre-existing structure through the addition of some division elements, reinforcement, and the reorganization of internal circulation within the complex and its relation with the city, preserving the original topography and morphology.

The article *Bixiga no centro: política urbana e preservação cultural nas áreas centrais de São Paulo* written by Flavia Brito do Nascimento and Mariana Cavalcanti Pessoa, addresses the process of heritage listing in parts of the Bixiga neighborhood to preserve its urban landscape. It explores the many dialogues and conflicts between municipal urban planning and cultural preservation, presenting the lack of sensitivity among legislators in applying numerous urban zoning mechanisms and defining permissions that disregard local heritage. The authors argue for the establishment of Cultural Interest Territories through dialogue with the community as a way to ensure preservation, which is essential in both the neighborhood and the city.

Closing the dossiês and bringing forward key dossiês of broad participation in the construction and preservation of memories, Abilio Ferreira's critical essay analyzes the article *Ori or not ori: eis a questão* written by poet and writer Arnaldo Xavier, published in an edition of the "Teoria e Debate" magazine in 1996. Ferreira emphasizes the importance of Xavier's text in discussing Black culture in Brazil, highlighting the concept of "transnegation," which critiques and subverts the established norms of the literary canon and seeks an autonomous cultural identity. The essay also mentions the intersection of Xavier's thought with literary and social references, such as Concrete Poetry and the Unified Black Movement, highlighting how the author uses linguistic resources to question dominant narratives and racial exclusion. Ferreira establishes connections between Xavier's work and the anti-racist struggle, emphasizing the relevance of Black culture as resistance and identity affirmation in contemporary Brazilian society.

The section of articles in this dossiê opens with the text *Carne negra, pedra branca* by Jaime Solares Carmona, which focuses on the Cais do Valongo in Rio de Janeiro, documenting different historical moments of the Black occupation in the region and all the marks that constitute this memory, both national and global, of processes of prejudice and exploitation in the name of capital, confronted by significant and often concealed resistances. The second article, titled *Observatório do Médio Xingu: estudos para cocriações de representações de povos e territórios em perspectivas decoloniais* is authored by a group of researchers involved in the study promoted by the Arquitetura e Biosfera platform from the Escola da Cidade

importância do texto de Xavier na discussão da cultura negra no Brasil, enfatizando a ideia de "transnegressão", que critica e subverte as normas estabelecidas do cânone literário e busca uma identidade cultural autônoma. O ensaio também menciona a intersecção do pensamento de Xavier com referências literárias e sociais, como a Poesia Concreta e o Movimento Negro Unificado, sublinhando como o autor utiliza recursos linguísticos para questionar as narrativas dominantes e a exclusão racial. Ferreira estabelece conexões entre a obra de Xavier e a luta antirracista, evidenciando a relevância da cultura negra como resistência e afirmação identitária no contexto brasileiro contemporâneo.

Abre a seção de artigos deste número o texto "Carne negra, pedra branca", de Jaime Solares Carmona, que trabalha sobre o Cais do Valongo no Rio de Janeiro, documentando diferentes momentos históricos da ocupação negra na região e todas as marcas que constituem esta memória que é nacional e mundial de processos de preconceito e exploração em nome do capital, confrontados por resistências significativas e comumente ocultadas. O segundo artigo, denominado "Observatório do Médio Xingu: estudos para cocriações de representações de povos e territórios em perspectivas decoloniais" e assinado por um grupo de autores envolvidos na pesquisa fomentado pela plataforma de pesquisa Arquitetura e Biosfera da Escola da Cidade e o Instituto Janekara. Este trabalho conjunto busca, por meio da elaboração de cartografias, discutir a relação entre indígenas e não indígenas pertencentes à região do Médio Xingu, sobretudo no que tange às práticas ancestrais e lutas pela preservação socioculturais indígenas, a fim de criar novas narrativas e torná-las instrumentos de reivindicação.

La "ciudad batllista": notas sobre propuestas alternativas y miradas complementarias de Santiago Medero e Gerardo Caetano busca elucidar a intrincada relação entre as esferas da política e da construção material da cidade desenvolvida pelo ideal batllista – originário do governo de José Batlle y Ordóñez, presidente do Uruguai no início do séc.xx –, analisando as políticas públicas, o investimentos em educação, esporte e a transformação territorial, sobretudo em Montevideo. Para os autores, este ideário procurava estabelecer uma dimensão simbólica do governo, fundamentado em políticas de obras públicas e projetos arquitetônicos com impacto representativo, político e econômico, em prol de uma Montevideo "modelo".

O artigo de Luiz de Lucca Neto: "Construção e crise da trama hegemônica da arquitetura moderna em São Paulo" trata do que nomeia como uma segunda trama moderna paulistana, a partir de meados do século xx, que se apresentou como alternativa à primeira trama modernista nacional, tendo como ponto de partida a obra de Carlos Alberto Ferreira Martins, um dos responsáveis pela revisão crítica do movimento moderno brasileiro. O texto procura identificar elementos que contribuíram para a crise do projeto moderno, bem como para a elaboração de uma nova trama hegemônica que se apresenta como alternativa à falta de compromisso social e que garante certa persistência moderna em São Paulo, mesmo após o golpe militar, do qual é símbolo a construção do MUBE em 1995. Um modernismo paradoxal, aspecto que, para o autor, nem sempre esteve presente na historiografia da arquitetura e vem ganhando contorno nas últimas décadas.

las narrativas dominantes y la exclusión racial. Ferreira establece conexiones entre la obra de Xavier y la lucha antirracista, evidenciando la relevancia de la cultura negra como resistencia y afirmación identitaria en el contexto brasileño contemporáneo.

Abre la sección de artículos de este número el texto *Carne negra, pedra branca*, de Jaime Solares Carmona, que trabaja sobre el Cais do Valongo en Río de Janeiro, documentando diferentes momentos históricos de la ocupación negra en la región y todas las huellas que constituyen esta memoria que es nacional y mundial de procesos de prejuicio y explotación en nombre del capital, confrontados por resistencias significativas y comúnmente ocultadas. El segundo artículo, titulado *Observatório do Médio Xingu: estudos para cocriações de representações de povos e territórios em perspectivas decoloniais*, es firmado por un grupo de autores involucrados en la investigación fomentada por la plataforma de investigación Arquitetura e Biosfera de la Escola da Cidade y el Instituto Janekara. Este trabajo conjunto busca, a través de la elaboración de cartografías, discutir la relación entre indígenas y no indígenas pertenecientes a la región del Medio Xingu, sobre todo en lo que respecta a las prácticas ancestrales y luchas por la preservación sociocultural indígena, con el fin de crear nuevas narrativas y convertirlas en instrumentos de reivindicación.

"La ciudad batllista": notas sobre propuestas alternativas y miradas complementarias de Santiago Medero y Gerardo Caetano busca dilucidar la intrincada relación entre las esferas de la política y la construcción material de la ciudad desarrollada por el ideal batllista, originario del gobierno de José Batlle y Ordóñez, presidente de Uruguay a principios del siglo XX. El análisis se centra en las políticas públicas, la inversión en educación, deportes y la transformación territorial, especialmente en Montevideo. Para los autores, este ideario buscaba establecer una dimensión simbólica del gobierno, fundamentado en políticas de obras públicas y proyectos arquitectónicos con impacto representativo, político y económico, a favor de una Montevideo "modelo".

El artículo de Luiz de Lucca Neto: *Construção e crise da trama hegemônica da arquitetura moderna em São Paulo* trata de lo que denomina una segunda trama moderna paulistana, a partir de mediados del siglo xx, que se presentó como alternativa a la primera trama modernista nacional, teniendo como punto de partida la obra de Carlos Alberto Ferreira Martins, uno de los responsables por la revisión crítica del movimiento moderno brasileño. El texto busca identificar los elementos que contribuyeron para la crisis del proyecto moderno, así como para la elaboración de una nueva trama hegemónica que se presenta como alternativa a la falta de compromiso social y que garantiza cierta persistencia moderna en São Paulo, incluso después del golpe militar, del cual es símbolo la construcción del MUBE en 1995. Un modernismo paradójico, un aspecto que, según el autor, no siempre estuvo presente en la historiografía de la arquitectura y que ha ido tomando forma en las últimas décadas.

Cerrando la sección de artículos, Marcelo Vogt Maia Rosa nos trae una lectura importante de obras concebidas por los chilenos Marcela Correa y Smiljan Radic que transitan entre la escultura y la arquitectura, cargadas de marcas de la memoria de producción de artefactos y construcción de los pueblos de Chile, presentando una discusión entre apropiación,

and the Instituto Janekara. This collaborative work aims, through the creation of maps, to discuss the relationship between Indigenous and non-Indigenous peoples in the Middle Xingu region, especially regarding ancestral practices and struggles for the sociocultural preservation of Indigenous peoples, in order to create new narratives and use them as instruments of advocacy.

La "ciudad batllista": notas sobre propuestas alternativas y miradas complementarias by Santiago Medero and Gerardo Caetano seeks to elucidate the complex relationship between politics and the material construction of the city developed by the Batllista ideal—originating from the government of José Batlle y Ordóñez, president of Uruguay in the early 20th century— by analyzing public policies, investments in education and sports, and territorial transformation, particularly in Montevideo. According to the authors, this ideological framework sought to establish a symbolic dimension for the government, based on public works policies and architectural projects with representational, political, and economic impact, aimed at creating a "model" Montevideo.

The article by Luiz de Lucca Neto, *Construção e crise da trama hegemônica da arquitetura moderna em São Paulo* addresses what he terms the second modernist thread of São Paulo, emerging in the mid-20th century as an alternative to the first national modernist thread, with Carlos Alberto Ferreira Martins' work as a key starting point in critically revising Brazilian modernism. The text seeks to identify elements that contributed to the crisis of the modernist project, as well as to the creation of a new hegemonic thread that offers an alternative to the lack of social commitment, ensuring the persistence of modernism in São Paulo even after the military coup, symbolized by the construction of MUBE in 1995. This paradoxical modernism, the author argues, has not always been present in architectural historiography but has gained clarity in recent decades.

Closing the section of articles, Marcelo Vogt Maia Rosa presents an important reading of works conceived by Chilean artists Marcela Correa and Smiljan Radic, which traverse the boundaries between sculpture and architecture, carrying marks of the memory of artifact production and the construction of Chilean peoples. This discussion explores appropriation, intervention, and control over the environment. The essay explores the collaboration between the sculptor and the architect—reflecting on their respective trajectories—through three case studies: Ampliación para la Casa del Carbonero (1998), El niño escondido en un pez (2010), and El armario y El colchón (2013).

This edition of América presents a section on projects that investigate different scales, seeking to cover various dimensions of the design work in architecture and urbanism. The first project, titled *A periferia no centro: um olhar sobre São João de Meriti* explores an urban study of the peripheral region in the Rio de Janeiro metropolitan area, presented through a series of diagrams and graphic readings that address the challenges and needs for interventions in this urban fabric. The proposal moves toward alternatives for new residential buildings that reflect the territory's interpretation, promoting an interesting urban insertion.

Next is the Centro cívico universitário: Universidad de Los Andes, Bogotá (Taller Síntesis – Connatural e Sebastián Mejía Álvarez, which designs a new territory within

Fechando a seção de artigos, Marcelo Vogt Maia Rosa nos traz uma leitura importante de obras concebidas pelos chilenos Marcela Correa e Smiljan Radic que transitam entre a escultura e a arquitetura, carregadas de marcas da memória de produção de artefatos e construção dos povos do Chile, apresentando uma discussão entre apropriação, intervenção e domínio do ambiente. Com caráter ensaístico o texto explora assim a colaboração entre a escultora e o arquiteto – com rebatimentos nas respectivas trajetórias – por meio de três estudos de caso: *Ampliación para la Casa del Carbonero* (1998), *El niño escondido en un pez* (2010) e *El armario y El colchón* (2013).

Esta edição da América apresenta uma seção de projetos com investigações em diferentes escalas procurando varrer diversas dimensões do trabalho de projeto em arquitetura e urbanismo. O primeiro projeto, denominado “A periferia no centro: um olhar sobre São João de Meriti” perpassa um estudo urbano da região periférica na metrópole do Rio de Janeiro, apresentado por uma série de diagramas e leituras gráficas que problematizam os desafios e necessidades de intervenções neste tecido urbano. A proposta avança para alternativas de novas edificações habitacionais que refletem a leitura do território apresentada, promovendo uma interessante inserção urbana.

Na sequência o “Centro cívico universitário: Universidad de Los Andes, Bogotá” (Taller Síntesis - Connatural y Sebastián Mejía Álvarez) desenha um novo território no campus universitário existente a partir de uma malha estrutural ortogonal muito bem definida. Esta retícula organiza os diversos usos em uma volumetria compatível com a preexistência do território em que se insere, valorizando os espaços livres e comuns junto ao chão, que são também muito bem desenhados e integrados com os espaços públicos do novo complexo edificado.

O terceiro projeto é a proposta para Expansão do Instituto Butantan para seu Instituto de Inovação em Biotecnologia do arquiteto Eduardo de Almeida e do escritório SIAA que, a partir da preexistência, promove novos e interessantes espaços para o público. O projeto, apresentado em concurso, tinha por desafio promover diferentes fases de implantação de um complexo bem conectado e simultaneamente garantir espaços de trabalho livres de contaminação e atendendo normas rígidas de segurança para os laboratórios do Instituto de Inovação em Biotecnologia. Desafio encarado com extrema seriedade e técnica pelo grupo responsável.

Por último, a proposta para o Pavilhão Eco 2023 dos escritórios Matéria Prima, Entre Escalas e Via MX apresenta uma escala distinta de atuação de arquitetos em uma intervenção espacial contundente em uma obra consagrada de arquitetura moderna mexicana, por meio da representação tridimensional. Uma estrutura desenhada para o pátio da casa do arquiteto Luis Barragán, propõe uma reflexão sobre materialidade, tempo e antropoceno por meio de uma construção densa em pedra com piso em terra.

Que o longo e diverso percurso de análises, olhares e propostas de intervenção sobre o espaço construído abordados neste número da revista América possam levantar novos debates e discussões!

intervención y dominio del ambiente. Con carácter ensayístico, el texto explora así la colaboración entre la escultora y el arquitecto - con repercusiones en las respectivas trayectorias - a través de tres estudios de caso: *Ampliación para la Casa del Carbonero* (1998), *El niño escondido en un pez* (2010) y *El armario y El colchón* (2013).

Esta edición de América presenta una sección de proyectos con investigaciones en diferentes escalas buscando abarcar diversas dimensiones del trabajo de proyecto en arquitectura y urbanismo. El primer proyecto, denominado *A periferia no centro: um olhar sobre São João de Meriti*, aborda un estudio urbano de la región periférica en la metrópoli de Río de Janeiro, presentado por una serie de diagramas y lecturas gráficas que problematizan los desafíos y necesidades de intervenciones en este tejido urbano. La propuesta avanza hacia alternativas de nuevas edificaciones habitacionales que reflejan la lectura del territorio presentada, promoviendo una interesante inserción urbana.

A continuación, el “Centro cívico universitario: Universidad de Los Andes, Bogotá” (Taller Síntesis - Connatural y Sebastián Mejía Álvarez) dibuja un nuevo territorio en el campus universitario existente a partir de una malha estructural ortogonal muy bien definida. Esta retícula organiza los diversos usos en una volumetría compatible con la preexistencia del territorio en que se inserta, valorizando los espacios libres y comunes a nivel del suelo, que son también muy bien diseñados e integrados con los espacios públicos del nuevo complejo edificado.

El tercer proyecto es la propuesta para la expansión del Instituto Butantan para su Instituto de Innovación en Biotecnología del arquitecto Eduardo de Almeida y el estudio SIAA que, a partir de la preexistencia, promueve nuevos e interesantes espacios para el público. El proyecto, presentado en concurso, tenía como desafío promover diferentes fases de implantación de un complejo bien conectado y, simultáneamente, garantizar espacios de trabajo libres de contaminación y cumpliendo normas estrictas de seguridad para los laboratorios del Instituto de Innovación en Biotecnología. Un desafío encarado con extrema seriedad y técnica por el grupo responsable.

Por último, la propuesta para el Pabellón Eco 2023 de Matéria Prima, Entre Escalas y Via MX presenta una escala distinta de actuación de arquitectos en una intervención espacial contundente en una obra consagrada de arquitectura moderna mexicana, a través de la representación tridimensional. Una estructura diseñada para el patio de la casa del arquitecto Luis Barragán, propone una reflexión sobre materialidad, tiempo y antropoceno a través de una construcción densa en piedra con piso de tierra.

¡Que el largo y diverso recorrido de análisis, miradas y propuestas de intervención sobre el espacio construido abordados en este número de la revista América pueda levantar nuevos debates y discusiones!

the existing university campus based on a well-defined orthogonal structural grid. This grid organizes various uses into a volumetry compatible with the pre-existing territory, valuing free and common spaces at the ground level, which are also well-designed and integrated with the public spaces of the new built complex.

The third project is the proposal for the Expansion of the Butantan Institute for its Biotechnology Innovation Institute, by architect Eduardo de Almeida and the SIAA studio. Based on the pre-existing structure, the proposal creates new and interesting spaces for the public. The project, presented in a competition, was challenged to implement different phases of a complex that is well-connected while also ensuring contamination-free workspaces and adhering to stringent security standards for the laboratories of the Biotechnology Innovation Institute. This challenge was met with great seriousness and technical expertise by the responsible team.

Finally, the proposal for the Pavilhão Eco 2023 by the studios Matéria Prima, Entre Escalas, and Via MX presents a distinct scale of architectural intervention in a powerful modern Mexican architectural work through three-dimensional representation. Designed for the courtyard of architect Luis Barragán's house, this structure proposes a reflection on materiality, time, and the Anthropocene through a dense stone construction with an earth floor.

May the long and diverse journey of analyses, perspectives, and proposals for intervention in the built environment addressed in this dossier of América spark new debates and discussions!

NOTAS

1. Tradução das autoras. No original se lê: "Urban heritage, including its tangible and intangible components, constitutes a key resource in enhancing the liveability of urban areas, and fosters economic development and social cohesion in a changing global environment. As the future of humanity hinges on the effective planning and management of resources, conservation has become a strategy to achieve a balance between urban growth and quality of life on a sustainable basis. In the course of the past half century, urban heritage conservation has emerged as an important sector of public policy worldwide. It is a response to the need to preserve shared values and to benefit from the legacy of history. However, the shift from an emphasis on architectural monuments primarily towards a broader recognition of the importance of the social, cultural and economic processes in the conservation of urban values, should be matched by a drive to adapt the existing policies and to create new tools to address this vision." (UNESCO, 2011, p.2)
2. Programa federal criado em 1997 pelo Ministério da Cultura do Brasil e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ver entre outros Gianecchini (2019) e Pozzer (2013).
3. Como a autora indica já na introdução: "[...] as ameaças permanentes que pesam sobre o patrimônio não impedem um amplo consenso em favor de sua conservação e proteção, que são oficialmente defendidas em nome dos valores científicos, estéticos, memoriais, sociais e urbanos representados por esse patrimônio nas sociedades industriais avançadas. [...] Consenso / contestação: as razões e os valores invocados a favor das duas respectivas posições requerem uma análise e uma avaliação críticas. Inflação: foi atribuída a uma estratégia política; comporta evidentemente uma dimensão econômica e marca, com certeza, uma reação contra a mediocridade da urbanização contemporânea. Essas interpretações das condutas patrimoniais não bastam, porém, para explicar seu extraordinário desenvolvimento. Elas não lhe esgotam o sentido." (Choay, 2001, p.17)
4. Ver a esse respeito entre outros Cervellati; Scannavini, 1976 e Silva, 2019.
5. No que diz respeito a essa dinâmica em cidades brasileiras, cabe destacar além de Sant'Anna (2017), já mencionada, Kara José (2007) para o caso específico de São Paulo.

NOTAS

1. Traducción de las autoras. En el original: "Urban heritage, including its tangible and intangible components, constitutes a key resource in enhancing the liveability of urban areas, and fosters economic development and social cohesion in a changing global environment. As the future of humanity hinges on the effective planning and management of resources, conservation has become a strategy to achieve a balance between urban growth and quality of life on a sustainable basis. In the course of the past half century, urban heritage conservation has emerged as an important sector of public policy worldwide. It is a response to the need to preserve shared values and to benefit from the legacy of history. However, the shift from an emphasis on architectural monuments primarily towards a broader recognition of the importance of the social, cultural and economic processes in the conservation of urban values, should be matched by a drive to adapt the existing policies and to create new tools to address this vision." (UNESCO, 2011, p.2)
2. "Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda de conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea" (UNESCO, 2000)
3. Programa federal criado em 1997 por el Ministério da Cultura do Brasil y patrocinado por el Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ver en Gianecchini (2019) e Pozzer (2013).
4. Como la autora indica ya en la introducción "[...] las amenazas permanentes que pesan sobre el patrimonio no impiden un amplio consenso a favor de su conservación y protección, que son defendidas oficialmente en nombre de los valores científicos, estéticos, memoriales, sociales y urbanos representados por dicho patrimonio en las sociedades industriales avanzadas. [...] Consenso / contestación: las razones y los valores invocados a favor de ambas posiciones respectivas requieren un análisis y una evaluación críticos. Inflación: se ha atribuido a una estrategia política; evidentemente conlleva una dimensión económica y marca, sin duda, una reacción contra la mediocridad de la urbanización contemporánea. Sin embargo, estas interpretaciones de las conductas patrimoniales no bastan para explicar su extraordinario desarrollo. No agotan su sentido." (Choay, 2001, p.17, traducción nuestra)
5. Traducción de las autoras. En el original: "processos que se desenvolveram no interior do campo preservacionista a partir dos anos 1960, destacando-se entre eles, a mundialização promovida por instituições internacionais como UNESCO e ICOMOS, dos valores e das práticas patrimoniais ocidentais" (Sant'Anna, 2017, p.62)"
6. Traducción de las autoras. En el original: "inserção do patrimônio na dinâmica da globalização econômica, ao promover uma certa organização dessas práticas, que favoreceu em muito sua reprodutibilidade" (Sant'Anna, 2017, p.62)
7. Ver en: Cervellati; Scannavini, 1976 e Silva, 2019.
8. Acerca de la dinámica de las ciudades brasileñas ver Kara José (2007) para el caso específico de San Pablo.

NOTES

1. A federal program created in 1997 by the Brazilian Ministry of Culture and sponsored by the Inter-American Development Bank. See, among others, Gianecchini (2019) and Pozzer (2013).
2. As the author points out already in the introduction: "[...] the ongoing threats to heritage do not prevent a broad consensus in favor of its conservation and protection, which are officially upheld in the name of the scientific, aesthetic, memorial, social, and urban values represented by this heritage in advanced industrial societies. [...] Consensus / contestation: the reasons and values invoked in support of the two respective positions require critical analysis and evaluation. Inflation: it has been attributed to a political strategy; it clearly involves an economic dimension and undoubtedly signals a reaction against the mediocrity of contemporary urbanization. These interpretations of heritage-related behaviors, however, are not sufficient to explain their extraordinary development. They do not exhaust its meaning." (Choay, 2001, p.17)
3. See among others Cervellati; Scannavini, 1976 and Silva, 2019.
4. With regard to this dynamic in Brazilian cities, it is worth highlighting, in addition to Sant'Anna (2017), already mentioned, Kara José (2007), for the specific case of São Paulo.

REFERÊNCIAS

CARRIÓN, Fernando (ed). Centros históricos de América Latina y el Caribe. Quito: Flacso Ecuador, 2001. Disponível em <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/11257-opac>>. Acesso em: set. 2024.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. Bolonia: política y metodología de la restauración de centro históricos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP. 2001.

GIANNECCHINI, Ana Clara. Programa Monumenta: o patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento? Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GUIA, George Alex da. Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GUIA, George Alex da; GIANNECCHINI, Ana Clara; NASCIMENTO, Flavia; SANT'ANNA, Marcia. Trânsito de ideias e práticas patrimoniais no limiar do novo século. VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ) - Anais, Brasília, 2020. Disponível em <<https://conferencias.unb.br/index.php/ENANPARQ/VIENANPARQ/paper/view/21830/0>>. Acesso em: set. 2024.

ICOMOS. Carta de turismo cultural, 1976. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

KARA JOSÉ, Beatriz. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo, 1975-2000. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto - IPHAN, 2009. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

NOVACK, Paula Neumann. Reestruturação neoliberal em áreas centrais de cidades portuárias latino-americanas: o caso de Valparaíso (Chile). GEOSP Espaço e Tempo, v.27, n.3, 2023. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/204071>>. Acesso em: set. 2024.

OEI (Organização dos Estados Americanos). Normas de Quito, nov.-dez. 1967. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

ORELLANA, Leo. El programa Sirchal de seminario-talleres sobre la revitalización de centros históricos de ciudades de América Latina y el Caribe. In: CARRIÓN, Fernando (ed). Centros históricos de América Latina y el Caribe. Quito: Flacso Ecuador, 2001. p.23-27. Disponível em <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/11257-opac>>. Acesso em: set. 2024.

POZZER, Marcio Rogério Olivato. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e as políticas públicas de patrimônio cultural para as cidades latino-americanas no século XXI. Amerika, v.9, p.20, 2013. Disponível em <<https://journals.openedition.org/amerika/4411>>. Acesso em: set. 2024.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração - a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA; PPG-AU FAU-UFBA, 2017.

SILVA, Fabrício Martins. Salvação das pedras e dos homens: a conservação urbana integrada de Bolonha (1960-1970) na obra de Pier Luigi Cervellati. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37819>>. Acesso em: set. 2024.

UNESCO. Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda de conjuntos históricos e a sua função na vida contemporâneo, novembro de 1976. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

UNESCO. Recommendation on the historic urban landscape. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, nov. 2011. Disponível em <<https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

Dossiê Pós-Graduação

- 14 Participação social e
salvaguarda do patrimônio
urbano: algumas reflexões
a partir de experiências em
Salvador, Nancy e Bordeaux
Marcia Sant'Anna
- 24 Projeto Regional de Cooperação
Técnica Pnud/Unesco:
discurso autorizado e trânsito
latino-americano
George A. da Guia
- 42 A ideia de preservação
sustentável do patrimônio
no programa monumenta:
a questão do reuso e o
financiamento para recuperação
de imóveis privados (FRIP)
Ana Clara Giannecchini
- 62 Reforma do edifício
sede do CAU SP
H+F Arquitetos
- 76 Zona de contato entre
habitação de Baixo Custo
e Patrimônio Cultural –
Entrevista com Paulo Ormino
Joaquim Nunes Junior
- 82 Conjunto habitacional
Hotel Colonial
MCM+A taller de arquitectura
- 96 Bixiga no centro: política urbana
e preservação cultural nas áreas
centrais de São Paulo
Flávia Brito do Nascimento e
Mariana Cavalcanti Pessoa
- 112 "Ori or not ori: eis a questão"
Abílio Ferreira

Artigos

- 122 Carne negra, pedra branca
Jaime Solares Carmona
- 132 Observatório do Médio Xingu:
estudos para cocriações
de representações de
povos e territórios em
perspectivas decoloniais
Carla Romano Amaral, Giulio
Michelino, Jananda Tomaz de Lima,
Luis Octavio de Faria e Silva, Pedro
Henrique Norberto, Sabrina Carvalho
Dias, Time I Awaete Assurini
- 156 La "ciudad batllista": notas
sobre propuestas, alternativas y
miradas complementarias
Santiago Medero e Gerardo Caetano
- 170 Construção e crise da trama
hegemônica da arquitetura
moderna em São Paulo
Luiz de Lucca Neto
- 184 Autoria difusas: as interseções
presentes nas obras de Marcela
Correa e Smiljan Radic
Marcelo Vogt Maia Rosa

Projetos

- 202 A periferia no centro: um olhar
sobre São João de Meriti
Ariane Pereira e Larissa Monteiro
- 214 Centro Cívico universitário.
Universidad de los andes, Bogotá
Taller síntesis + Connatural +
Sebastián Mejía Álvarez.
- 228 Expansão Instituto de Inovação
em Biotecnologia Butantan
Eduardo de Almeida + SIAA
- 238 Metáfora y materia: proposta para
o concurso Pavilhão Eco 2023
Materia Prima; [entre escolas]; VIA MX

dossiê

Participação social e salvaguarda do patrimônio urbano:

algumas reflexões a partir de experiências em Salvador, Nancy e Bordeaux

Marcia Sant'Anna

1. Introdução

Este texto foi produzido originalmente como um dos produtos do estágio como professor visitante na Escola de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris-Leste Créteil/Marne-la-Vallée, realizado entre novembro de 2019 e março de 2020, com financiamento do programa Capes-PrInt/UFBA. Nesse período foram pesquisados os mecanismos de participação cidadã acionados nos processos de revisão dos Planos de Valorização e Salvaguarda dos setores salvaguardados das cidades de Nancy e Bordeaux.¹ Um resumo muito condensado deste texto foi apresentado no IV Enanparq realizado em 2021, na Sessão Livre "Trânsito de ideias e práticas patrimoniais no limiar do novo século", com um título semelhante.² Nos anos seguintes, dediquei-me, juntamente com colegas da Faculdade de Arquitetura da UFBA, à realização (ainda em curso) de um trabalho de grandes proporções em parceria com o Iphan,³ que, de modo participativo, propõe uma regulamentação urbanística e de preservação para o centro histórico e para a área tombada do bairro do Comércio em Salvador. São, portanto, essas experiências e as reflexões suscitadas pelo meu contato com a implementação da política federal de salvaguarda de bens culturais imateriais a fundação que sustenta este artigo, que busca, ainda, ressaltar as concepções, instrumentos e práticas que, contemporaneamente, caracterizam as normas de patrimonialização de bens culturais materiais e imateriais; apontar as possibilidades e entraves que se colocam à integração dessas perspectivas e encaminhar sugestões para a transformação do panorama de seleção e gestão do patrimônio das cidades no Brasil.

Para tanto, examina-se, inicialmente, a natureza fundamentalmente política da prática institucionalizada de preservação do patrimônio e a mudança de paradigma que lhe imprime importantes mudanças a partir dos anos 1970, quando, no Ocidente, tem início um processo que, cada vez mais, foi distanciando a produção do patrimônio cultural instituído na esfera pública das grandes narrativas sobre o Estado-nação e o aproximando, como aponta Daniel Fabre (2016), do cotidiano, do familiar e do íntimo, sob a égide da noção de patrimônio cultural imaterial. Em seguida, avalia-se o potencial da abordagem participativa dessa dimensão da salvaguarda do patrimônio cultural a partir de experiências realizadas nos centros históricos de Salvador e de Nancy e Bordeaux.

O objetivo principal deste texto é então repertoriar ideias e experiências relativas à participação da sociedade em processos de patrimonialização,⁴ bem como inventariar experiências recentes que estão criando mecanismos neste sentido. Outro objetivo é alimentar o debate sobre esta questão, o que é fundamental para o cumprimento do que estabelece, há mais de trinta anos, a Cons-

tituição Federal brasileira quanto à participação social na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

2. O dispositivo de patrimonialização

Segundo Foucault (1984, p.243-276), os dispositivos de poder constituem a "natureza da relação" que articula, em certo momento histórico, saberes, instituições, procedimentos, organizações arquitetônicas, regulamentos, leis, medidas administrativas, dentre outros elementos discursivos e não-discursivos, com vistas a produzir padrões de pensamento e comportamento social. São, assim, formas de exteriorização e atualização de forças presentes no corpo social que têm poder normalizador e o objetivo de instrumentalizar e propagar o poder. Para o que interessa à presente reflexão, propõe-se ver o processo de patrimonialização como um desses dispositivos (Sant'anna, 2014, 2017a), que, conforme a natureza "material" ou "imaterial" do bem cultural em causa, institui distintas "normas" ou "regimes" de patrimonialização (Devalon, 2015; Arantes, 2019).

A interpretação do patrimônio como produto de um dispositivo no sentido foucaultiano do termo encontra-se também em Fabre (2016, p. 48), com uma interessante abordagem.⁵ Segundo este autor, até os anos 1960, o "dispositivo patrimonial" estava fortemente ligado ao fato nacional, identificando-se, nas décadas seguintes, uma expansão da atribuição da qualidade de "patrimônio" a variados produtos humanos com diversos graus de formalidade, desde decisões individuais de preservar até decisões supranacionais (Fabre, 2016, p.49). Esse fenômeno é denominado por Fabre de "giro patrimonial",⁶ mas não implicou a ampliação das formas de registro e de tratamento desse patrimônio ampliado, mantendo-se as fórmulas de organização e administração vinculadas à produção do "corpus monumental da nação" (Fabre, 2016, p.50).

Identifica então nesse movimento uma reversão dos "fundamentos da expertise" para a designação de algo como patrimônio, o que imprimiu significativos impactos nas práticas e operações de preservação, pois a constituição de patrimônios tornou-se decorrência das pessoas, inclusive em seus aspectos materiais. Houve, assim, uma "mutação essencial" no dispositivo patrimonial, que transformou o seu produto "de uma relação de objeto" para "uma relação de sujeito". Com isso, indivíduos, grupos e comunidades foram alçados a constituidores e garantidores do seu próprio patrimônio cultural, desestabilizando "todo o sistema construído em torno da monumentalidade" (Fabre, 2016, p.50-51). Desestabilização que afetou os saberes historicamente mobilizados na legitimação de patrimônios, rebaixou a autoridade do

objeto enquanto indicador da forma de gestão e alterou a natureza do vínculo coletivo que ancorava a patrimonialização, agora, permeada pela familiaridade, pela memória pessoal, pelo uso e pela emoção (Fabre, 2016, p.53). Em suma, uma noção de patrimônio advinda de um "passado que se vê, se toca, que se assume" nas festas, "que se come, se percorre, se experimenta corporalmente" num lugar (Fabre, 2016, p.55), o que torna a todos mediadores da constituição de patrimônios (Fabre, 2016, p.55).

A noção de patrimônio cultural imaterial desempenhou ainda um papel central no desenvolvimento no campo preservacionista de duas perspectivas – por vezes, contraditórias – de patrimonialização de bens culturais, as quais podem ser também compreendidas como "normas" (Sant'anna, 2017a, p.21-27) ou "regimes" (Arantes, 2019, p.5): a que diz respeito à preservação do chamado "patrimônio material" e a que trata da salvaguarda do "patrimônio imaterial". A despeito da implementação de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial que avançaram em termos da defesa de direitos culturais e da ampliação da participação e da representatividade social nos processos de patrimonialização, essa perspectiva pouco impactou ou transformou a preservação do patrimônio urbano. Nela, o especialista (como detentor do saber institucionalmente autorizado), a arquitetura (como fato isolado ou desconectado da realidade social e urbana) e a ação institucional (descoordenada e não integrada) permaneceram como as principais instâncias de afirmação e propagação dos valores e práticas que informam as operações de identificação, seleção, conservação, res- tauração, gestão e promoção desse patrimônio.

Arantes (2019, p.1) aponta, contudo, que a salvaguarda do patrimônio imaterial é um processo que desempenha uma "função metalinguística" com relação ao bem cultural, que realiza a seleção de uma variante ou conjunto de variantes da realidade cultural e, mediante um discurso de autoridade, coloca em marcha processos que produzem repercussões e efeitos no sistema cultural do qual se parte, transformando o bem patrimonializado em "metacultura", com valores e conotações específicas que o transformam na "versão ideal" ou "exemplar" do bem real (Arantes, 2019, p.1). Alerta que isso pode produzir efeitos potencialmente deslocadores que alteram os valores que costumeiramente constituem o bem cultural. Em suma, a salvaguarda pode impactar de forma desestruturadora a realidade do bem cultural (Arantes, 2019, p.2). Essa "contiguidade" entre bem cultural real e bem patrimonializado pode, assim, desgastar a legitimidade e a eficácia simbólica do primeiro no mundo real (Arantes, 2019, p.2), sendo, então, uma obrigação ética dos agentes da

patrimonialização mitigar esses possíveis efeitos negativos sobretudo por meio de uma escuta fina e da participação ativa na gestão do bem patrimonializado daqueles que o produzem no mundo real.

A cena mundial relativa ao patrimônio urbano caracterizou-se, a partir dos anos 1960, por uma crescente apropriação de setores urbanos pelos circuitos da mercadoria associados ao turismo, ao lazer, à espetacularização urbana e à produção imobiliária e, mais recentemente, por tentativas de associação das dimensões material e imaterial do patrimônio cultural a esses processos, mas sem efetividade devido às perspectivas distintas que decorrem dos respectivos regimes de preservação e salvaguarda. Paralelamente, verificou-se o crescimento dos vínculos da patrimonialização, como observado por Fabre (2016), com memórias individuais, identidades grupais, práticas cotidianas e demandas de valorização da diversidade cultural. A integração das dimensões material e imaterial coloca, ainda que com os riscos apontados, a possibilidade de conciliação da função econômica com as funções emancipatória e memorial do patrimônio e de abertura dos espaços de saber e poder longamente cultivados por especialistas e agentes institucionais desse campo a novos olhares e práticas, o que, contudo, somente será viável mediante a ampliação dos canais e mecanismos de participação social.

3. Participação social e preservação de sítios urbanos no Brasil: a experiência no centro histórico de Salvador

No Brasil, a norma de preservação da dimensão material do patrimônio criada nos anos 1930, tanto em termos de práticas quanto de procedimentos legais e institucionais, se manteve grandemente intacta até o presente, no sentido da permanência de uma concepção calcada em "como conservar determinados aspectos físicos do bem cultural" (Castriota, 2009, p.210). Essa perspectiva prevaleceu ao longo do século xx a despeito das experiências inovadoras e de caráter mais aberto realizadas pela antiga Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) nos anos 1980. A criação de uma nova norma de patrimonialização, que passaria a funcionar em paralelo, a conviver, a se chocar e, eventualmente, a se integrar com este regime mais antigo, somente ocorreu a partir do ano 2000, quando a seleção de saberes, expressões e práticas culturais para patrimonialização passou a se dar sob a égide da salvaguarda do patrimônio imaterial. Nesse novo regime, detentores, produtores e praticantes devem compartilhar com os agentes do Estado as ações de identificação, documentação e apoio à continuidade do bem cultural. Parte-se do princípio de que quem produz, detém ou usa o bem cultural é o protagonista da salvaguarda.

Os impactos desse novo regime de patrimonialização na prática "tradicional" se tornaram perceptíveis a partir da grande adesão da sociedade à sua proposta de sal-

O centro histórico de Salvador, reconhecido como patrimônio nacional e da humanidade em 1984, não possui regulamentação específica para sua preservação, situação que atinge cerca de 80% dos sítios urbanos tombados em todo o país

vaguada. Instrumentos destinados a integrar as duas perspectivas foram propostos,⁷ assim como a incorporação do patrimônio cultural imaterial a programas nacionais de preservação de sítios históricos, mas de modo incipiente e sem resultados práticos. A contribuição que a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial poderia dar à preservação de bens tombados, na realidade, não tem sido aproveitada. A inclusão obrigatória de grupos e comunidades na seleção “do que” preservar e sua participação ativa na definição “do como” preservar não é praticada na patrimonialização e gestão de sítios urbanos, salvo raras exceções.

A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil tem, como um dos seus principais méritos, a implementação de processos fundamentados na participação social, na articulação de políticas públicas e no fortalecimento da sustentabilidade social e econômica dos bens culturais que abarca. O patrimônio urbano, como categoria que contempla e articula, no tempo e no espaço, bens culturais materiais e imateriais, auferiria grandes benefícios de uma tal abordagem, que, contudo, necessitaria ser precedida de transformações importantes nos atuais procedimentos de patrimonialização e gestão de sítios urbanos. A realização de um amplo debate sobre as potencialidades, funções e vocações do patrimônio urbano, que incluía as demandas das populações locais, seria, de partida, necessária (Sant’anna, 2019, p.67), bem como a criação e implementação de mecanismos de participação e gestão que integrem atores locais, projetos e políticas públicas.

A partir dos anos 2000, viu-se, no Brasil, o crescimento da ação de movimentos sociais e de suas reivindicações relativas ao direito à cidade e à participação em políticas de urbanas e de preservação do patrimônio. Habitantes, desde então, têm se mobilizado e afrontas ao interesse público têm sido denunciadas mediante a judicialização de iniciativas e projetos que não levam em conta es-

sas reivindicações (Sant’anna, 2017b, p.153). Moradores e usuários não têm sido mais espectadores passivos, e cada vez mais se apresentam como atores fundamentais da produção de um espaço urbano menos segregado e desigual. Assim, pode-se dizer que o terreno já está, ao menos em parte, preparado para as necessárias mudanças na norma tradicional de preservação do patrimônio urbano. Mas para que essa nova forma de ação se desenvolva e frutifique, habitantes e usuários devem ser vistos pelos agentes públicos como sujeitos fundamentais e atores da preservação do patrimônio e a cidade concebida como um bem comum.

O centro histórico de Salvador (CHS), reconhecido como patrimônio nacional e da humanidade em 1984, não possui regulamentação específica para sua preservação, situação que atinge cerca de 80% dos sítios urbanos tombados em todo o país. No âmbito do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Iphan e a Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA), foi iniciado, em 2018, o Projeto Normas e Critérios de Intervenção para o Centro Histórico de Salvador e Comércio⁸, com o objetivo de preencher esse vazio normativo e desenvolver e testar uma metodologia participativa para a elaboração de regulamentações dessa natureza, que leve em conta a memória, as referências culturais, os valores atribuídos, os conhecimentos e as demandas de residentes e usuários. Foram realizados, inicialmente, diversos encontros e debates com atores interessados na preservação dessas áreas, incluindo instituições profissionais e religiosas, comerciantes, movimentos sociais e associações de moradores. Cinco representantes de movimentos sociais e associações sediados no centro histórico e no Comércio foram integrados à equipe do projeto na qualidade de “agentes de conhecimento e mobilização”, que atuaram durante toda a etapa de produção de conhecimento e diagnóstico.⁹ Esses agentes, juntamente com a equipe da UFBA, participaram dos levantamentos de campo e dos trabalhos de identificação dos elementos do espaço urbano que ancoram os valores associados ao patrimônio desses setores da cidade. Entre outras estratégias de participação, que incluíram a realização de reuniões periódicas com os segmentos sociais mencionados e a distribuição de questionários, foram realizadas investigações sobre a imagem urbana desses setores, com o objetivo de produzir material para a análise dos valores atribuídos pela população local ao patrimônio já consagrado e compreender quais elementos e aspectos desses espaços são particularmente valorizados por eles.¹⁰

Para tanto, foi adaptada a técnica de análise da imagem urbana, tal como proposta por Kevin Lynch (1982), enriquecida por comentários e sugestões de Kohlsdorf (1996) e Panerai (2014). Essa metodologia, baseada na realização de percursos no interior do espaço urbano e na produção de mapas mentais, foi testada inicialmente com os cinco agentes de mobilização e conhecimento.

O teste teve como objetivo, além de fazer com que os agentes se apropriassem da metodologia, capacitá-los a atuar como orientadores da elaboração de mapas análogos por moradores e usuários dos vários setores que compõem a área preservada. Foram, assim, obtidos 49 mapas que registraram o modo como essa área, ainda que de modo fragmentado, é percebida pelos que participaram da experiência, o que possibilitou registrar como moradores e usuários identificam os lugares, marcos urbanos e aspectos da paisagem e da natureza que têm importância para eles.

Os resultados dessa experiência foram cruzados com os dos levantamentos realizados sobre as características históricas e morfológicas do centro histórico e do Comércio, o que permitiu registrar que um conjunto de elementos naturais e construídos foram, simultaneamente, reconhecidos por moradores, usuários e técnicos como âncoras da paisagem urbana. Abriu-se, assim, a possibilidade de caracterizar, num sentido amplo, uma imagem partilhada da área estudada, a partir da reiteração nos mapas mentais de certos aspectos da morfologia urbana e do ambiente natural. Alguns elementos, contudo, que são caros aos usuários e moradores, não fazem parte daqueles comumente valorizados como patrimônio e sequer são percebidos pela comunidade técnica. Para além da eventual atribuição de valores estéticos a algumas edificações, o que emergiu dessa análise foi a centralidade e a importância do seu valor de uso para moradores e usuários.

A análise dos mapas mentais permitiu ainda identificar lugares especialmente valorizados pelos habitantes,¹¹ o que possibilitou algumas observações importantes. A malha viária de fato desempenha um papel estruturador na compreensão e representação do espaço urbano, dos seus limites e elementos, assim como a topografia. As lajeiras que ligam a cidade alta à cidade baixa surgem claramente entre as vias mais representadas. Porções dos bairros onde as pessoas que participaram dessa experiência habitam ou trabalham, edificações, ruas e certos aspectos do ambiente natural que fazem parte de trajetos e usos do cotidiano foram especialmente registrados. As afirmações de Fabre (2016) a respeito do caráter personalizado ou individualizado da atribuição do valor de patrimônio a algo se aproxima, de fato, do familiar e do cotidiano, o que implica reconhecer que as formas e os materiais com os quais a cidade é feita, já não podem mais ser os eixos exclusivos do reconhecimento, da conservação e da gestão do patrimônio urbano. A transmissão de valores e de memórias entre gerações tornou-se incontornável e precisa ser considerada.

Algumas características muito fortes da paisagem natural e construída do centro histórico e do Comércio, contudo, como a Baía de Todos os Santos, a escarpa que

No âmbito da política de preservação do patrimônio urbano na França, o Plano de Salvaguarda e Valorização regulamenta intervenções públicas e privadas nos setores urbanos protegidos, contendo ainda uma dimensão propositiva

separa a cidade alta da baixa, sua vegetação, as torres das igrejas localizadas na cumeada, os grandes casarões e algumas praças e vias são também valorizados pelos habitantes. A identificação precisa dos elementos que constituem esta imagem compartilhada e dos valores que lhe são atribuídos tornaram-se, assim, essenciais para o desenvolvimento do regulamento de preservação desse sítio urbano, trabalho que se encontra, atualmente, em fase final de discussão pública, validação e edição.

4. Participação social e preservação do patrimônio urbano na França: as experiências em Nancy e Bordeaux

O objetivo da pesquisa realizada nos centros históricos de Nancy e Bordeaux foi, como visto, conhecer e avaliar a revisão dos Planos de Valorização e Salvaguarda (PSV)¹² dos sítios preservados dessas cidades. Foi dada especial atenção à identificação dos atores envolvidos na revisão desses planos, tais como escritórios de arquitetura e urbanismo, serviços municipais locais e metropolitanos e, sobretudo, às formas e mecanismos de participação dos cidadãos. Devido ao curto tempo disponível, essa participação foi investigada mediante o estudo de documentos oficiais e de entrevistas realizadas com dirigentes e técnicos de órgãos públicos ligados ao assunto. Destaca-se, ainda, entre os mecanismos pesquisados, o processo de consulta pública que obrigatoriamente ocorre em iniciativas dessa natureza.

No âmbito da política de preservação do patrimônio urbano na França, o Plano de Salvaguarda e Valorização (PSV) regulamenta intervenções públicas e privadas nos setores urbanos protegidos, contendo ainda uma dimensão propositiva. É, assim, um instrumento normativo que se superpõe ao Plano Local de Urbanismo¹³ e um instrumento operacional, na medida em que pro-

Avaliou-se então que a existência de comércios e serviços de proximidade, de mobilidades ativas, de espaços naturais próximos e de uma identidade e qualidade urbana e arquitetônica fortes são fatores de manutenção de uma dinâmica de uso importante no centro histórico

jetos urbanos, intervenções e ações de política urbana¹⁴ e habitacional podem ser articuladas ao PSV para a melhoria ou transformação do quadro existente. Esse regime prevê ainda mecanismos de ajuda financeira que envolvem subvenções estatais e isenções fiscais a proprietários e ocupantes.

A elaboração do PSV é delegada a um escritório de arquitetura e urbanismo credenciado, mas é sempre acompanhada por uma Comissão Local composta por representantes do setor público e da sociedade. O Código de Urbanismo francês, que rege esse tipo de procedimento, determina ainda a implementação de um processo de consulta pública para aprovação ou revisão desse tipo de plano.¹⁵ No caso dos sítios patrimoniais, essa consulta se desenvolve ao longo das etapas de criação ou de revisão dos PSV. Grosso modo, compreende duas fases: uma de "concertação" entre os atores públicos e privados envolvidos; e outra na qual se realiza uma "enquete pública", que tem como objetivo a validação do plano proposto antes da sua aprovação final.

No caso da revisão do PSV do centro histórico de Nancy, que tem 166 ha de superfície e 17.500 habitantes (*Révision-extension du Plan de Sauvegarde*, 2015, p.10),¹⁶ o processo de consulta pública foi liderado pela autoridade metropolitana, *Métropole Grand Nancy*, e pela prefeitura da cidade, *Mairie de Nancy*. A primeira fase de "concertação", realizada entre 2016 e 2018, compreendeu, num primeiro momento, atividades voltadas para informar o público sobre as características arquitetônicas e urbanísticas do setor preservado, sobre o significado, objetivos e sentidos da revisão do PSV, assim como para explicitar as questões urbanas e metropolitanas a serem equacionadas em termos de melhoria da qualidade de vida, mobilidade, preservação da natureza e sustentabilidade (*Bilan de la Concertation*, s.d., p.2-3). Os mecanismos de participação utilizados foram: criação de um site contendo expli-

cações sobre o processo e formulários para deposição de sugestões e observações; distribuição de brochura com informações sobre o papel do centro histórico na aglomeração metropolitana, seu patrimônio, o que é um setor salvaguardado, como se elabora e implementa um PSV (atores públicos envolvidos, levantamentos necessários, instâncias colegiadas de acompanhamento) e sobre os procedimentos de revisão, incluindo informações sobre a enquete pública a ser realizada e sobre os procedimentos para aprovação final do novo plano (*Bilan de la Concertation*, s.d., p.2-3). Foram ainda realizadas nessa fase visitas a um quarteirão-teste, localizado na área comercial do centro histórico, para explicações e troca de ideias entre moradores, comerciantes e proprietários; instalado um Ponto de Informação sobre o Patrimônio Notável em quiosque próximo à catedral; publicados artigos em jornais e posts em redes sociais, além da realização de eventos para sensibilização da população e criação de aplicativo para a realização de passeios virtuais no centro histórico (*Bilan de la Concertation*, p.2-3). Em suma, nessa primeira fase, utilizou-se um conjunto amplo e diversificado de instrumentos e mecanismos de caráter pedagógico, com vistas a informar o público sobre os objetivos e desafios a serem enfrentados no processo de revisão do plano de salvaguarda.

Num momento seguinte, a concertação pública destinou-se à discussão e ao detalhamento do projeto urbano contido no novo PSV, em diálogo com os planos de desenvolvimento sustentável e de urbanismo intercomunal (*Padd e o PLUi*)¹⁷ da Aglomeração Metropolitana de Nancy. Para tanto, foram realizadas seis oficinas temáticas que reuniram parceiros e atores locais públicos e privados (*Bilan de la Concertation*, s.d., p.4).¹⁸ Essas oficinas tiveram ainda o objetivo de enriquecer o diagnóstico da situação do centro histórico, sendo realizadas também duas reuniões públicas¹⁹ que contaram com a presença das autoridades municipais e metropolitanas, do escritório encarregado da revisão do plano²⁰ e atores locais para exposição e discussão do diagnóstico realizado e acompanhamento do trabalho (*Bilan de la Concertation*, s.d., p.5). Na primeira, que contou com 170 participantes, foram também realizadas oficinas de "coprodução", com distribuição de questionários sobre o centro da cidade e questões de proximidade, qualidade de vida e convivialidade. Na segunda foi feito um balanço da concertação realizada e apresentados os resultados dessas oficinas. Avaliou-se então que a existência de comércios e serviços de proximidade, de mobilidades ativas, de espaços naturais próximos e de uma identidade e qualidade urbana e arquitetônica fortes são fatores de manutenção de uma dinâmica de uso importante no centro histórico (*Bilan de la Concertation*, s.d., p.5).

Foi ainda realizada uma exposição intitulada "O patrimônio notável em formação", que ficou aberta ao público de 1 a 26 de outubro de 2018, apresentando a abordagem, os desafios da revisão e o projeto do PSV. Para tanto, o setor salvaguardado foi representado em planta baixa, que

cobriu grande parte do piso do foyer da sede da Prefeitura de Nancy, tendo ainda o seu conteúdo publicado nos sites e num guia de distribuição gratuita (*Révision-extension du site patrimonial*, 2018). Três caminhadas urbanas, lideradas por Daniel Duché, do escritório responsável pela revisão do plano e por Gaëlle Perraudin, *Architect des Bâtiments de France* (ABF) responsável pela fiscalização do sítio patrimonial notável de Nancy,²¹ foram organizadas nos dias 15 e 22 de outubro e 5 de novembro de 2018 com vistas a apresentar ao público, em campo, as questões da revisão e os princípios do projeto do novo PSV (*Bilan de la Concertation*, s.d., p.7).

A segunda fase do processo de consulta pública em Nancy foi realizada entre setembro e outubro de 2019 e destinou-se à enquete pública propriamente dita para validação e aprovação do plano revisto (*Guide de l'enquête publique*, 2019). Para tanto, um comissário responsável por acompanhar e relatar o processo de deposição de questões, sugestões, críticas e observações foi nomeado e o dossiê completo do trabalho foi posto à disposição do público em páginas digitais e totens localizados no Departamento da Região Meurthe e Moselle, nas sedes da autoridade metropolitana e da prefeitura, além de no site especificamente criado para o processo de revisão (*Guide de l'enquête publique*, 2019).²² Ao final de trinta dias de escrutínio, as conclusões foram encaminhadas para conhecimento público e, em seguida, o novo PSV foi encaminhado à Comissão Local, ao Conselho Metropolitano da Grande Nancy e ao Conselho Municipal da Cidade de Nancy para avaliação (*Guide de l'enquête publique*, 2019). Os pareceres favoráveis dessas instâncias colegiadas foram em seguida enviados à autoridade departamental que, por decreto, estatuiu a revisão do PSV. Por mais de um ano após este ato, o público pôde ainda consultar as conclusões de todo o processo.

O Sítio Patrimonial Notável de Bordeaux foi criado em 1967, cobrindo uma área de 150 hectares no centro dessa cidade.²³ O primeiro PSV foi aprovado em 1988 e ajustado ao longo do tempo para dar lugar, por exemplo, à implantação do VLT, atualmente, um dos principais meios de transporte de Bordeaux. De modo análogo a Nancy, a revisão desse plano foi decidida em 2011 por necessidades de compatibilização com os planos de desenvolvimento sustentável e de urbanismo intercomunal da Aglomeração Metropolitana. O processo de consulta pública se desenvolveu ao longo da revisão do PSV e foi liderado pelas autoridades metropolitana, *Bordeaux Métropole*, e municipal, *Mairie de Bordeaux*, com participação das subprefeituras dos bairros que compõem o centro,²⁴ das Câmaras Municipais das demais comunas da aglomeração e do escritório de arquitetura e urbanismo encarregado da revisão.²⁵ Os meios de informação e divulgação utilizados foram igualmente diversificados – sites, panfletos, passeios

Os meios de informação e divulgação utilizados foram igualmente diversificados – sites, panfletos, passeios urbanos, exposição, reuniões públicas – permitindo que habitantes, usuários e qualquer pessoa afetada pelo projeto pudesse se informar e se expressar a respeito.

urbanos, exposição, reuniões públicas – permitindo que habitantes, usuários e qualquer pessoa afetada pelo projeto pudesse se informar e se expressar a respeito. Para tanto, uma ampla comunicação dos eventos e atividades previstas foi realizada.

Em Bordeaux, o processo de consulta pública foi mais longo do que em Nancy, sendo aberto em 17 de janeiro de 2011 e concluído em 15 de fevereiro de 2019 (*Bordeaux Métropole*, s.d., p.5). A fase de informação se desenvolveu mais intensamente entre 2016 e 2018, tendo como mecanismo-chave a realização de caminhadas urbanas,²⁶ que abordaram temáticas gerais e específicas do setor preservado e permitiram compartilhar informações com moradores, usuários e interessados sobre os bairros que o compõem, sobre projetos futuros e em andamento, assim como dar notícias sobre a revisão do (*Bordeaux Métropole*, s.d., p.6). Além desse mecanismo, foram utilizados como meios para compartilhamento de informações, avisos oficiais sobre a realização de atividades, anúncios e folhetos, reuniões públicas, criação de site específico²⁷ para disponibilizar documentos ao público (apresentações, relatórios, cartografia) e receber contribuições e opiniões (*Bordeaux Métropole*, s.d., p.5-6). O dossiê para registro e acompanhamento da consulta pública também foi disponibilizado na Prefeitura de Bordeaux e nas subprefeituras dos bairros centrais, assim como na sede da autoridade metropolitana (*Site patrimonial remarquable de Bordeaux*, 2018). O Boletim *Bordeaux Métropole*, enviado mensalmente a assinantes, também divulgou reuniões públicas e passeios urbanos.

A forma de participação mais usada em Bordeaux e julgada mais eficiente (*Bordeaux Métropole*, s.d., p.8) foram as caminhadas urbanas: foram realizadas 21, e em 15

delas foram distribuídos questionários aos participantes. O formato evoluiu com o processo. Inicialmente, concentraram vários temas num mesmo percurso, mas depois o tema de cada caminhada passou a ser anunciado previamente, convocando-se parceiros e profissionais para difusão de informações e interação com o público. Os percursos foram registrados em vídeo e fotografia e abordaram arquitetura contemporânea e paisagem, intervenções no espaço público, comércio e artesanato e projetos para o habitat. O número total de participantes no processo de concertação pública foi de 544 pessoas, das quais 407 nas caminhadas urbanas.²⁸ Foram recebidas 252 contribuições, sendo 211 provenientes desses percursos guiados (Bordeaux Métropole, s.d. p.10).²⁹

A concertação pública em Bordeaux possibilitou algumas avaliações interessantes. A arquitetura de pedra e seus detalhes de manufatura e ornamentação foram considerados a maior qualidade do setor preservado, seguidos da diversidade estilística e tipológica e dos demais elementos que possibilitam a leitura da história da cidade, como caminhos, becos, portões e muralhas. A paisagem composta pelos telhados das edificações, de caráter muito variado, e o contraste que mantêm com as acentuações verticais de torres, campanários e flechas, foram também especialmente valorizados. Os pontos negativos foram associados às edificações malconservadas ou restauradas inadequadamente, além das construções recentes que não se integram ao ambiente. Além disso, a saturação dos espaços públicos, as dificuldades de tráfego e de estacionamento, a gestão deficiente de resíduos, os ruídos, a escassez de espaços verdes, as dificuldades de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e a existência de habitações muito pequenas (Bordeaux Métropole, s.d. p.11-15).

A despeito desses problemas, o centro histórico de Bordeaux foi considerado um bom lugar de moradia pelo público participante, mas um número significativo expressou o receio de que a gentrificação avance juntamente com a proliferação de bancos e de serviços, afetando a diversidade comercial do setor preservado. Mais de dois terços foram favoráveis à regra de que a cada três unidades reabilitadas uma seja dedicada à habitação social, e a existência de um parque imobiliário público foi vista como importante para que famílias modestas possam habitar o centro histórico (Bordeaux Métropole, s.d. p.13-14). O aumento da diversidade social e o remembramento de imóveis para a produção de habitações com preços mais acessíveis foi apoiada. A inserção de arquiteturas contemporâneas no sítio histórico foi vista como positiva, mas os participantes

entenderam que, em certas áreas, como à margem do rio e em espaços monumentais, as edificações novas deveriam "imitar" as antigas. Nos demais espaços, entende-se que sua altura não deve ultrapassar a das edificações existentes e que o alinhamento e a proporção dos vãos devem ser respeitados. Materiais novos devem também se integrar ao ambiente mediante coloração, proporção e colocação (Bordeaux Métropole, s.d. p.14).

O compartilhamento dos espaços públicos, a redução da presença do automóvel e o favorecimento dos transportes públicos e alternativos foram também julgados positivos pelos participantes de Bordeaux. Muitos desejam ainda a limitação da quantidade de mobiliário urbano e de elementos para impedir o estacionamento de veículos. O pequeno comércio e os serviços artesanais foram julgados atividades dignas de preservação, sendo bem avaliada a proibição da mudança da destinação de imóveis em certas áreas e a limitação da instalação de escritórios, novos bares e restaurantes em determinadas ruas. A diversidade comercial do centro foi ressaltada como positiva, mas surgiram queixas quanto à proliferação de anúncios e a ocupação de vias com as extensões de bares e restaurantes (Bordeaux Métropole, s.d. p.14-15).

Essas contribuições foram largamente incorporadas ao novo PSV, sendo desconsideradas apenas as que estão fora da alçada e da competência desse instrumento, como o controle de estacionamentos, o recolhimento de dejetos, dentre outras. Por fim, a revisão foi considerada satisfatória por dois terços dos participantes (Bordeaux Métropole, s.d. p.15-23).

O processo de consulta pública na França agrega, como visto, um conjunto variado de iniciativas e mecanismos de participação que se destinam a bem informar, promover o debate e abrir canais de compartilhamento com a sociedade da tarefa de formulação e estabelecimento de critérios e regras para a preservação de setores urbanos, assim como para a elaboração de outros instrumentos urbanísticos e de política urbana. A despeito, contudo, dessas conquistas, a identificação e seleção de bens da cultura como patrimônio é ainda, nesse país, muito centrada na visão e atuação de especialistas, o que cria e mantém um distanciamento entre o objeto protegido e o que os diversos segmentos sociais e indivíduos desejam proteger. Em contrapartida, verifica-se que, cada vez mais, como visto em Nancy e Bordeaux, especialistas, instituições e sociedade convergem no sentido da construção de uma visão comum sobre "como" proteger. O nível educacional e a situação de renda e de desenvolvimento humano que existem na França têm, certamente, um peso enorme nessa convergência.

5. Desafios para a integração da norma de preservação das dimensões material e imaterial do patrimônio

Em comparação com a França, a preservação do patrimônio urbano no Brasil inovou no sentido de incluir a cidade como objeto de patrimonialização já em 1938, mas, ao mesmo tempo, pode ser definida como muito precária do ponto de vista dos seus instrumentos de gestão e participação. A inclusão dos sujeitos que vivem, utilizam e produzem esse patrimônio é ainda incipiente e, diferentemente da França, onde a variedade de mecanismos mostra a amplitude dos processos de consulta pública, aqui se vai pouco além da formalidade burocrática de notificação da população interessada³⁰ e de uma consulta pública online que disponibiliza por trinta dias o regulamento já elaborado, com pouca resposta dos interessados. No processo de elaboração de normas e critérios de intervenção para o centro histórico de Salvador e Comércio vem se tentando mudar esse quadro com a previsão de disponibilização ao público, em 2024, de plataforma digital contendo todas as peças do processo, além da realização de seis reuniões públicas reunindo especialistas, organismos públicos e segmentos sociais residentes e usuários desses setores para discussão final e validação das normas propostas antes das formalidades burocráticas acima mencionadas.

Em contrapartida, o regime de salvaguarda de bens culturais imateriais implantado no Brasil a partir de 2000 contém mecanismos de participação mais sólidos e já experimentados, como a consulta prévia a grupos e comunidades sobre a instauração de processos de registro e a inclusão de detentores de bens culturais nas equipes de inventários de referências culturais (o que, como visto, se buscou fazer no processo de Salvador) e em conselhos ou comitês deliberativos dos planos de salvaguarda. A integração, no Brasil, das normas ou regimes de preservação e de salvaguarda de bens culturais materiais e imateriais não é, entretanto, algo automático ou apenas dependente de uma decisão. Embora seja desejável num sentido amplo, a natureza distinta dos bens submetidos a um ou a outro regime de patrimonialização demanda considerar especificidades que merecem reflexão aprofundada e que, por vezes, são incompatíveis. Nesse sentido, ressalta-se a dinâmica de transformação que faz parte da essência e da condição de existência do bem cultural imaterial. Já quando o objeto da patrimonialização

é a dimensão material de um bem cultural, a condição para sua permanência repousa na capacidade que os atores sociais interessados têm de mantê-lo fisicamente íntegro. A mudança nesse caso também é necessária, mas tem um caráter mais acessório e adaptativo. Outra dificuldade decorre do fato de que os sujeitos da patrimonialização de bens materiais, embora cada vez mais pessoalmente implicados na preservação, não são necessariamente seus produtores diretos e sim atores que atribuem valores e significados de modo cada vez menos coletivo a esses bens. Na salvaguarda de bens imateriais os sujeitos são mais do que isso: são parte constitutiva dos bens culturais, que, assim, não existem, não se expressam ou se materializam sem eles. No primeiro caso, a perspectiva é de "de fora", enquanto no segundo é "de dentro", o que coloca, no mínimo, esses sujeitos em patamares distintos de participação sobretudo no que toca ao seu protagonismo nesses processos, implicando, portanto, a necessidade de concepção de mecanismos específicos e adaptados a cada caso.

Mas há, certamente, âmbitos em que essas dimensões se encontram ou, pelo menos, deveriam se encontrar com igual ênfase e importância, como é o caso do patrimônio urbano. Um ponto de convergência se encontra, tudo indica, na identificação e atualização de valores atribuídos ao espaço urbano, para o que, como visto nos casos de Salvador, Nancy e Bordeaux, um esforço de ampliação e diversificação das formas de participação é necessário. Outro ponto diz respeito à articulação de políticas públicas com vistas à promoção ou fortalecimento da sustentabilidade social, econômica e cultural dos espaços urbanos patrimonializados, o que é igualmente essencial para que suas dimensões materiais e imateriais sejam salvaguardadas. No espaço urbano, essas dimensões se encontram e interagem o tempo todo e, embora suas especificidades devam ser consideradas, é fundamental a criação de canais de comunicação e de convergência entre elas. De um lado, porque o espaço urbano é o lugar de produção e reprodução de práticas que se tornam indissociáveis da própria identidade e imagem da cidade, por vezes, até mais do que o seu suporte material. De outro lado, porque, cada vez mais, a possibilidade de permanência e perenização de certos traços materiais, arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos, passa pelo apreço, pelos sentimentos e pelos vínculos com as memórias e vidas de seus habitantes e usuários frequentes.

AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de Brasília, Mestre e Doutora em Conservação e Restauro pela Universidade Federal da Bahia. Trabalhou por 25 anos junto a organismos governamentais de preservação do patrimônio cultural, sendo atualmente professora da Faculdade de Arquitetura, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia. Suas áreas de pesquisa são preservação do patrimônio urbano, salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e arquitetura popular. É membro titular do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural do IPHAN.

NOTAS

1. Os antigos Setores Salvaguardados (*Secteurs sauvegardés*) criados pela Lei Malraux de 1962, foram renomeados como *Sites patrimoniaux remarquables* (Sítios patrimoniais notáveis) pela nova lei nacional de preservação do patrimônio da França, a Lei nº 2016-925, de 7 julho de 2016.
2. O título original do trabalho era "A questão da participação social na salvaguarda do patrimônio urbano: reflexões e proposições a partir do ideário da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial".
3. Trata-se do Projeto Normas e Critérios de Intervenção para o Centro Histórico e Comércio, do qual participam os seguintes docentes: Aline de Figueirôa Silva, Gabriela Gusmão Sampaio, Marcia Sant'Anna, Mariely Cabral de Santana, Marta Raquel da Silva Alves e Nivaldo Vieira Andrade Junior. Participaram também deste trabalho em sua fase inicial, os professores Luís Antônio Fernandes Cardoso e Aline Luther.
4. Patrimonialização é entendida aqui como um conjunto de processos e práticas de identificação, seleção, registro, documentação, tombamento, gestão e promoção de bens culturais reconhecidos oficialmente como patrimônio. Nesse sentido, o termo, tal como está aqui empregado, abarca a noção tradicional de "preservação" e a de "salvaguarda", quando nos referimos ao patrimônio cultural imaterial.
5. Nesta obra, Fabre (2016, p.48) afirma: "*Car le patrimoine, pour moi ne c'est pas un concept, ça n'est même pas exactement un champ, c'est exactement un dispositif au sens que Michel Foucault a donné à ce terme*".
6. *Tournant patrimonial*, no original em francês.
7. Como a Portaria nº 127/2009, que criou a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.
8. Ver nota 3.
9. Participaram como agentes de mobilização e conhecimento do projeto: Ana Cristina da Silva Caminha, Cícero Jorge Araújo Melo, José Pereira Maia de Jesus Filho, Rose Marina Ribeiro Santos, Sandra Maria Coelho dos Santos.
10. A sistematização dessas informações e dados, bem como a identificação dos lugares de interesse de habitantes e usuários foi realizada, no âmbito do projeto, por Aline de Figueirôa Silva.
11. Saldanha (01); Terreiro / Sé (02); Pelourinho (03); Carmo / Passo (04); Santo Antônio Além do Carmo (05); Comércio (06); Forte São Marcelo (07); Arcos da Conceição / Montanha (08); 2 de Julho (09); Preguiça (10).
12. *Plan de Sauvegarde et Mise en Valeur* – PSMV.

13. *Plan local d'urbanisme (PLU)*.
14. A exemplo da implementação em seu âmbito de Perímetros de Restauração Imobiliária ou Operações Programadas de Melhoramento do Habitat, respectivamente, *Périmètre de restauration immobilière – PRI* e *Opérations programmées d'amélioration de l'habitat – OPAH*.
15. Artigo R 313 do Código de Urbanismo francês.
16. O Sítio Patrimonial Notável de Nancy contém 7.868 imóveis, dos quais 5.456 são edificações principais, voltadas para os logradouros públicos, e 2.412 são anexos (*Révision-extension du plan de Sauvegarde*, 2015, p.10)
17. Respectivamente, *Plan d'aménagement et de développement durable* e *Plan Local d'Urbanisme intercommunal*.
18. Entre 18 e 19 de maio de 2017. Os temas das oficinas foram: Habitat, Terciários e Produtos Imobiliários Singulares, Projeto e Consolidação Comercial, Dimensão Patrimonial e Cultural no Projeto Turístico de Nancy, Indústrias Culturais e Criativas, Ordenamento do Espaço Público, Usos e Mobilidade.
19. Realizadas em 24 jan. 2018 e 18 maio 2018.
20. O escritório de arquitetura e urbanismo encarregado da elaboração da revisão do psv do centro histórico de Nancy foi o Atelier Blanc-Duché.
21. Os *Architects des Bâtiments de France (ABF)*, em português "Arquitetos das Edificações da França", são especialistas em preservação do patrimônio edificado credenciados mediante concurso público pelo Estado francês para atuar como responsáveis pelo exame, aprovação e fiscalização de intervenções em sítios urbanos patrimonializados.
22. Site www.registredemat.fr/psmv-nancy, foi desativado devido ao fim da consulta pública.
23. A população da cidade é de 257.068 habitantes e a da região metropolitana é de 969.897 (dados de 2018).
24. Centre-Ville e Saint-Michel - Nansouty-Saint Genés.
25. Escritório de Arquitetura e Urbanismo Lavigne & Associés.
26. *Balades urbaines*.
27. Site <https://participation.bordeaux-metropole.fr/>
28. Outros 130 participaram na reunião pública realizada e apenas sete por meio do site na internet.
29. A reunião pública rendeu 34 contribuições e o site específico apenas sete.
30. Via publicação de Aviso no Diário Oficial da União e em jornais locais.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio. "Safeguarding", a key device of the ICH convention. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, v.16, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412019v16a201>. Acesso: 02 de maio e 2022.
- BILAN DE LA CONCERTATION. **Plan de sauvegarde et de mise en valeur du site patrimonial remarquable du coeur d'agglomération de Nancy**. Préfet de la région Grand-Est; Métropole Grand Nancy; Ville de Nancy, s.d.
- BORDEAUX MÉTROPOLE. **Bilan de la Concertation** – PSMV – Révision du Plan de Sauvegarde et mise en valeur de Bordeaux (Version présentée à l'arrêt), s.d.
- BORDEAUX – SITE PATRIMONIAL REMARQUABLE. **Plan de Sauvegarde et de Mise en Valeur** – Rapport de Présentation, Pièce 1. Direction

- régionale des Affaires Culturelles – Nouvelle Aquitaine; Bordeaux Métropole; Ministère de Culture e Communication, maio 2019.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/IEDS, 2009.
- DEVALON, Jean. **Memória e Patrimônio**: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (ed.). **Memória e novos patrimônios**. Open Edition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oepp/866>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- FABRE, Daniel. L'ordinaire, le familier, l'intime... loin du monument. *In*: HOTTIN, Christian; VOISENAT, Claudie. **Le tournant patrimonial**: Mutations contemporaines des métiers du patrimoine. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2016, p. 43-58.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUIDE DE L'ENQUÊTE PUBLIQUE. Site patrimonial remarquable du coeur d'agglomération de Nancy – Projet de révision-extension du plan de sauvegarde et mise en valeur. Préfet de la région Grand-Est; Métropole Grand Nancy; Ville de Nancy, 2019.
- IPHAN. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações**: ações para salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília: Iphan, 2018.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NANCY PLAN DE SAUVEGARDE et de mise en valeur du site patrimonial remarquable – Rapport de Presentation – Direction Regionale des Affaires Culturelles du Grand-Est – Conservation Regionale des Monuments Historiques, 30 nov. 2018.
- PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.
- RÉVISION-EXTENSION DU PLAN DE SAUVEGARDE et mise en valeur – secteur Sauvegardé de Nancy – Préfet de la région Grand-Est; Métropole Grand Nancy; Ville de Nancy; La Région Lorraine; Service Régional de l'Inventaire Général de Lorraine, 2015.
- RÉVISION-EXTENSION DU SITE PATRIMONIAL Remarquable de Nancy – Exposition/ Concertation. Grand Hall de l'Hôtel de Ville de Nancy, 1-26 out. 2018.
- SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti Editora, 2014.
- _____. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA – PPGAU/FAUFBA, 2017a.
- _____. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, 2017b, p. 139-155.
- _____. A cidade-atração: o patrimônio como insumo para o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 1, p. 57, 2019.
- SITE PATRIMONIAL REMARQUABLE DE BORDEAUX – Dossier soumis à enquête publique pour la modification du périmètre du site patrimonial remarquable (spr) de Bordeaux, ancien secteur sauvegardé, créé le 16 février 1967. Bordeaux Métropole; Préfet de la Région Nouvelle Aquitaine, out. 2018.

dossiê

Projeto Regional de Cooperação Técnica Pnud/Unesco:

discurso autorizado
e trânsito
latino-americano

George A. da Guia

1. Introdução

O trânsito internacional de princípios e práticas de políticas de preservação e conservação do patrimônio cultural na América Latina e no Caribe ainda é pouco discutido teoricamente, impondo desafios nas reflexões sobre a natureza, abrangência e papel geopolítico destas políticas na região. Desde o final do século XIX, diversas iniciativas foram postas em prática para estruturação de instituições voltadas para a identificação, reconhecimento e conservação de patrimônio cultural alinhadas, em sua maioria, aos movimentos de independência dos países latino-americanos e fortemente influenciadas pelos movimentos preservacionistas observados na Europa Ocidental e Estados Unidos. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o estabelecimento de suas agências, o tema do patrimônio cultural passou a ser objeto de documentos oficiais, convenções e atos diplomáticos que, de certa forma, interferem, operam ou financiam políticas, programas ou projetos. Esse protagonismo demanda uma análise mais atenta desses processos, geografias e agentes, dada a relação direta entre fluxos de capital internacional e práticas de *soft power*. Paralelamente, e em sintonia com as ações das agências da ONU, as movimentações internacionais para capacitação ou troca de experiências, promovidas por instituições nacionais e subnacionais bem como a sociedade civil, tiveram implicações diretas no trânsito internacional de ideias, resultando na mobilização de forças que estimularam, concentraram ou mesmo dispersaram os debates sobre os rumos daquilo que se entende e define como patrimônio cultural, memória e identidades.

Este artigo tem como objetivo geral explorar algumas especificidades ligadas ao processo histórico de produção do patrimônio cultural na América Latina e no Caribe enquanto parte do projeto político-discursivo de desenvolvimento liberal e capitalista pós-Segunda Guerra Mundial. Para tal adota a perspectiva do trânsito de ideias – este compreendido como um dos principais mecanismos para o desenho, consolidação e transformação de suas políticas¹ – e a abordagem proposta pela antropóloga Laura Jane Smith (2006, 2021), na qual práticas e performances relacionadas ao patrimônio são moldadas por discursos e ideologias, nas quais o discurso não apenas informa mas também constrói o significado do mundo que se reflete em práticas patrimoniais conformando o “discurso autorizado do patrimônio”.

Neste sentido é reconhecido o importante papel do projeto regional de cooperação técnica intitulado “Patrimônio Cultural e Integração / Regional Latin America – RLA”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no período de 1972 a 1996. Este projeto desempenhou um papel fundamental na disseminação de conhecimento na região, na promoção de práticas bem-sucedidas em novos contextos, na construção de consensos, na articulação de redes de profissionais especialistas em patrimônio e, igualmente importante, na implementação das diretrizes e conceitos abrangidos pela Convenção para a proteção do patrimônio mundial, natural e cultural promulgada em 1972 (Convenção de 1972).

Além disso, ainda que as agências do sistema ONU tenham um papel limitado, sua influência nos sistemas de planejamento de políticas públicas tem sido cada vez maior, em especial em políticas setoriais, como é o do patrimônio cultural. Essa influência gerou importantes impactos não apenas na geografia dos bens reconhecidos e preservados, no modo de se reconhecer e preservar o patrimônio cultural, como também exigiram, muitas das vezes, ajustes institucionais dos governos locais e nacionais.

Para compreender e representar o trânsito das ideias e a produção do discurso autorizado sobre o patrimônio, adotamos uma abordagem interdisciplinar, combinando diferentes perspectivas e disciplinas. Utilizamos a abordagem genealógica como ponto de partida, realizando uma análise com foco os meios de circulação das ideias utilizados no âmbito do projeto de cooperação técnica. Esses meios incluem conferências, seminários, cursos, redes de cooperação e assistência técnica, entre outros, aqui denominados como “arena”.² Para tal, procedemos à sistematização e análise de parte do acervo pessoal de Silvio Mutal, coordenador do projeto regional. Nosso objetivo foi compreender os desvios, ajustes e percursos ocorridos ao longo do período de vigência do projeto. Paralelamente, a sistematização dos dados nos permitiu criar mapas, tabelas e gráficos que revelam aspectos diversos das arenas, estratégias e agentes envolvidos nos fluxos e processo de produção do “patrimônio cultural autorizado” latino-americano.

Toma-se como objeto deste texto as conexões e percursos entre os conteúdos aportados nas arenas do termo de cooperação técnica regional observados a luz dos esforços de produção de hegemonia pelos agentes engajados na defesa e difusão, por um lado da preservação do patrimônio cultural e, por outro, pelo desenvolvimento econômico.

O artigo está dividido em quatro partes, sendo esta introdução a primeira delas. A segunda parte apresenta um quadro de referência preliminar sobre o tema do trânsito de ideias e do discurso autorizado do patrimônio.

Em seguida, é apresentado um breve histórico do projeto de cooperação técnica Pnud/Unesco, que percorre sua expansão geográfica e ampliação temática por meio de mapas e gráficos. O objetivo aqui é esclarecer os fluxos e conteúdos construídos ao longo de mais de vinte anos de atuação na região. A terceira parte consiste em uma análise mais detalhada das arenas e meios utilizados ao longo de mais de uma década para estabelecer, por um lado, uma certa "customização" de olhares e perspectivas sobre o patrimônio cultural e, por outro, incluir na agenda de debates aspectos relacionados ao processo de mudança de uso solo e urbanização acelerada observado, à época, na região. O objetivo desta parte é aproximar-nos do processo de produção de areanas, especialistas e fluxos de ideias sobre o patrimônio latino-americano por meio de uma análise exploratória dos conteúdos e das geografias do patrimônio autorizado resultantes. Por fim, o artigo apresenta uma análise dos aspectos essenciais discutidos nos itens anteriores e oferece recomendações para enfrentar os novos e antigos desafios relacionados ao binômio desenvolvimento-preservação/conservação.

2. Os fluxos daquilo que é autorizado

A trajetória da Unesco na América Latina tem início nos anos 1950, e a do Pnud na década seguinte, com atuações nos mais diversos temas junto aos governos nacionais latino-americanos. Se, por um lado, o Pnud se ocupava de projetos de desenvolvimento propriamente ditos, muito requisitado por países como Peru, Bolívia, Chile, Honduras, Guatemala e México, que enfrentavam sérios problemas econômicos e de financiamento de suas políticas públicas. Por outro, a Unesco passou a atuar na região na primeira metade dos anos 1950, com o envio de especialistas ao Peru para dar apoio técnico na recuperação de monumentos históricos afetados pelo terremoto. Unesco e Pnud compartilhavam de uma mesma inquietação: promover o modelo de desenvolvimento capitalista ocidental pós-Segunda Guerra a partir do suporte técnico, simbólico e ideológico necessário para os países considerados como "subdesenvolvidos".³

Neste contexto, parte da literatura tem se concentrado em casos emblemáticos de recuperação e gestão de cidades históricas e sítios de memória. Esses estudos exploram as narrativas, programas e projetos associados a esses lugares, bem como as controvérsias em torno de sua interpretação. Desde os anos 2000, os estudos de caso relacionados a programas e projetos de recuperação ou revitalização dos centros e cidades históricas têm

A trajetória da Unesco na América Latina tem início nos anos 1950, e a do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na década seguinte, com atuações nos mais diversos temas junto aos governos nacionais latino-americanos.

ocupado uma posição proeminente (Carrión, 2001; Rojas, 2004; Melé, 2006; Sant'anna, 2015; Castriota, 2007; Giannecchini, 2021).

Essas pesquisas apontam para uma variedade de iniciativas de revitalização ou recuperação de sítios e práticas, mobilizadas ora em torno da ideia de "patrimônio autorizado" (Smith, 2006; 2021), ora sobre sua produção a partir da ótica conservacionista e monumentalista (Canclini, 1999), e até mesmo focadas em sua relação com a economia política (Guia, 2018).

Recentemente, estudos sobre lugares de memória e outros patrimônios ligados a memórias subterrâneas (Pollak, 1993), patrimônio incômodo (Prats, 2005), memórias coletivas (Van Diest, 2016) e patrimônio doméstico (Nascimento, 2017) têm atualizado o debate sobre o que se entende por patrimônio e gerado tensão junto às "narrativas hegemônicas da monumentalidade patrimonial" (Márquez, 2019, p.12). Essas pesquisas, de certa forma, têm reconfigurado o sentido histórico do patrimônio cultural na região.

Considerando esse percurso, defendemos que a análise dos fluxos de ideias e seus mecanismos de difusão e apropriação parte da premissa de que as políticas "raramente transitam como um pacote fechado, não podendo ser consideradas como réplicas, mas sim como processos de transformação" (Peck & Theodore, 2010, p.170). Isso nos permite afirmar que tal forma de análise

é tão importante quanto a análise das políticas em si e dos locais onde são operacionalizadas.

O trânsito de ideias e seus fluxos constituem uma abordagem de análise diferenciada que considera os estudos sobre a circulação e influência de conceitos, estratégias e abordagens operacionalizadas em diferentes contextos, sejam eles locais, nacionais ou internacionais (Dolowitz; Marsh, 1996; Evans, 2009). Isso permite acompanhar as trajetórias das políticas de forma integrada, sendo, portanto, não apenas um caminho para criar novos métodos, mas também para analisar criticamente os fundamentos dos conceitos e práticas hegemônicas presentes nessas políticas.

Os esforços para compreender o trânsito das ideias no campo do patrimônio cultural também pode ser observado em pesquisas mais recentes que tem os instrumentos de cooperação técnica como objeto, em sua maioria, a partir de experiências de governos nacionais e subnacionais destacando o papel das missões técnicas e seus impactos no desenvolvimento local (Ribeiro, 2012; Cutroni, 2015). A análise das contribuições revela uma considerável desigualdade de acesso aos serviços prestados por especialistas em suas missões técnicas, seja motivada pela orientação temática difusa ou pela concentração em determinados temas em detrimento de outros. Essas assimetrias evidenciam as dificuldades na implementação das convenções aprovadas no âmbito do sistema ONU, ao mesmo tempo em que destacam o papel dos governos nacionais como suporte para o sucesso ou fracasso da atuação das agências multilaterais (Cutroni, 2015). Por outro lado, as especificidades e rupturas observadas nas experiências de países que receberam especialistas por meio das missões técnicas, como foi o caso do Brasil, evidenciam o papel da Unesco na promoção do turismo cultural como parte fundamental das políticas de preservação do patrimônio cultural (Ribeiro, 2012).

Uma abordagem alternativa para analisar o processo de produção do patrimônio está relacionada com a forma, o discurso e o contexto de sua origem. Nesse sentido, podemos considerar a contribuição da antropóloga Laurajane Smith (2006, 2021). Ao definir o patrimônio como uma forma de performance, ou seja, um produto resultante das interações entre ações e discursos que geram e regeneram significados, Smith utiliza um vocabulário diferenciado para explorar as questões da hegemonia e do campo político do patrimônio cultural. A autora argumenta que práticas e performances relacionadas ao patrimônio são moldadas por discursos e ideologias (Smith, 2021), os quais, por sua vez, estabelecem o papel do patrimônio cultural nas negociações sobre seu reconhecimento e preservação no presente.

Nessa perspectiva, o discurso não apenas informa, mas também constrói o significado do mundo que se reflete em práticas patrimoniais. Ao introduzir o termo "discurso autorizado do patrimônio", a autora refere-se aos circuitos de

produção de especialistas sobre os significados do presente e do passado como parte de um processo político, especialmente focado em objetos materiais, o que dialoga com a abordagem relacionada ao trânsito de ideias e práticas. Ao conectar o "discurso autorizado" ao processo histórico de construção do patrimônio cultural como discurso e prática política, a autora contribui, com um vocabulário diferenciado, para o debate já estabelecido sobre a produção da hegemonia, referenciada em Gramsci, e retomado, na forma do termo "ato autorizado", por Bourdieu (2014).

A inovação de Smith reside em questionar se o valor da cultura material é inato, ao invés de ser atribuído como algo dado no discurso. Isso, segundo a autora, legitima a posição de autoridade dos especialistas em preservação, que ocupam um lugar privilegiado para se apresentarem como guias para o passado e para compreender e comunicar o valor do bem cultural e histórico.

Na análise do trânsito de ideias, essa contribuição nos auxilia a entender como as práticas patrimoniais obtêm legitimidade e autoridade devido ao seu local de produção e reprodução. Dessa forma, uma agência especializada da ONU, como a Unesco, assume um papel de destaque, mobilizando especialistas de toda a região e de países europeus, entre outros. Missões técnicas, seminários, cursos, colóquios e publicações são considerados ferramentas culturais na construção dos discursos autorizados do patrimônio, estabelecendo um diálogo direto com os conteúdos explorados por Guia (2018, 2020). O próximo item abordará um breve histórico do projeto de cooperação técnica Pnud/Unesco, de forma a esclarecer os fluxos e conteúdos construídos ao longo de mais de vinte anos de atuação na região.

3. Das janelas para as praças: a trajetória do projeto regional de cooperação técnica

3.1 Antecedentes: terremotos, crises econômicas e assistência técnica internacional

Em 1950, após abalos sísmicos que percorreram toda a região dos Andes, o governo peruano solicitou apoio técnico à recém-criada agência Unesco. Em atendimento ao escopo do Programa Expandido de Assistência Técnica pelo sistema ONU, a agência realizou sua primeira missão técnica na América Latina e Caribe, inaugurando uma nova fase na gestão do patrimônio cultural na região.⁴ A missão foi composta por especialistas como George Kubler (professor de história na universidade de Yale), Luis MacGregor Ceballos (então prefeito da cidade do México) e Oscar Ladrón Guevara (representante do governo peruano), além de representantes dos governos argentino e espanhol, e teve como meta apoiar o governo peruano no planejamento de restauro de monumentos e demais edificações históricas e reordenamento do tráfego de veículos.

A América Latina, em especial sua porção sul, tem uma longa e densa tradição de estruturação de instituições e práticas voltadas para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural

Em virtude das crises econômicas e do processo de institucionalização do patrimônio cultural como parte das políticas públicas, o governo peruano criou em 1962 a Casa da Cultura,⁵ instituição responsável pelo desenho de programas e projetos voltados para o tema. Como forma de enfrentar as sucessivas crises econômicas, em 1964, foi criada a Comissão de Turismo (Cotur), responsável pela gestão dos projetos relacionados ao desenvolvimento turístico das diversas regiões do país. Para tanto, a comissão contratou diversos estudos e pesquisas relacionadas ao potencial turístico e promoveu, junto com a Casa da Cultura, a missão técnica realizada em 1965 ao Peru pelo arqueólogo suíço Frederic Engel.

O objetivo desta missão foi identificar o potencial turístico da região a partir de seu patrimônio cultural e natural (Unesco, 1966), e estabelecer prioridades de investimento para o desenvolvimento da indústria turística na região dos Andes, da Amazônia peruana e região litorânea.⁶ Como produto final, o consultor propôs o "Plano de valorização de monumentos e sítios históricos no âmbito do desenvolvimento turístico", destacando o eixo Quillabamba-Machu Picchu-Cuzco-Puno como sendo o mais favorável para a implementação dos projetos de desenvolvimento. De maneira específica, o relatório estabeleceu três temas que orientaram o planejamento governamental de longo prazo no setor do turismo.

O primeiro tratava da infraestrutura de comunicação (construção de estrada aos sítios selecionados para exploração turística principalmente as vias já existentes). O segundo tema focou na melhoria dos meios de hospedagem com ampliação do setor privado e formação de pessoal especializado, relacionando a proposta com os demais projetos de desenvolvimento focados na integração territorial e melhoria da produtividade agrícola dos povos indígenas da região dos Andes postos em curso pelo Pnud. O terceiro tema, proteção e valorização do patrimônio cultural, articulava-se com a constituição de atrativos turísticos, como é o caso da recuperação de imóveis históricos, com forte ênfase nas qualidades técnicas que esse tipo de serviço exige, preservação da ambiência local e formação de mão de obra especializada por meio da criação de escola técnica para capacitação profissional.

A partir deste relatório, o governo peruano empreendeu uma série de iniciativas voltadas para operacionalizar a implementação do plano por meio da realização de estudos e parcerias com instituições internacionais. Em 1968, por meio de cooperação técnica com o Banco Mundial, foi elaborado levantamento do potencial turístico, o qual indicou o eixo Cuzco-Puno como sendo o mais adequado em termos de atrativos turísticos (Caparé, 2013). Entre 1969 e 1972 foram realizados diversos estudos relacionados a análise de viabilidade econômica e financeira do eixo Cuzco-Puno, análise do potencial do mercado turístico europeu com destino a América do Sul e, em particular, Peru e, no âmbito da cooperação técnica PER 539/71, prestação de assistência técnica para o Instituto Nacional de Cultura.⁷

Como fruto dos estudos e missões realizadas, o governo peruano publicou o Decreto-Supremo nº1/1969, o qual cria a Comissão Especial para a coordenação e supervisão do Plano Turístico Cultural no âmbito da parceria Unesco e governo peruano, com foco principal na gestão dos projetos de infraestrutura e empréstimos internacionais, o qual ficou conhecido como o Plano Copesco, termo derivado da cooperação Peru-Unesco. Em 1974, por meio do Decreto-lei nº20.651, o governo central peruano autorizou a tomada de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), inserindo, de uma só vez, o eixo Cusco-Puno-Machu Picchu no mapa do turismo internacional. O planejamento estatal não se restringiu apenas aos investimentos em infraestrutura como também abarcou ações de capacitação e inscrição dos primeiros bens latino-americanos na lista de Patrimônio Mundial.⁸ A iniciativa foi complementada pelo Pnud na forma de repasses no valor de 2 milhões de dólares para a Unesco, com vistas a financiar o projeto de valorização de monumentos por meio de cooperação técnica entre o recém-criado Instituto Nacional de Cultural (INC) e a Unesco.

3.2. Integração andina: o primeiro passo para o projeto RLA/72/047 (Patrimônio Cultural e Integração/Desenvolvimento Andino)

A América Latina, em especial sua porção sul, tem uma longa e densa tradição de estruturação de instituições e práticas voltadas para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, certamente iniciada com os movimentos de emancipação/independência. O trânsito de ideias na região também teve início muito antes do Projeto de cooperação técnica RLA/72/047 bem como a constituição de um discurso autorizado do patrimônio cultural. Contudo, pode-se afirmar que, pela primeira vez, intelectuais, técnicos, representações de entidades nacionais e internacionais reuniram-se em torno de uma agenda de programas e projetos por mudanças estruturais nas for-

mas de produzir, intervir e gerir os bens históricos e culturais, reunidas no ideário do desenvolvimento econômico.

A importância atribuída a este projeto de cooperação técnica decorre do fato de haver, pela primeira vez na América do Sul, o esforço de construção de uma proposta abrangente de preservação cultural e desenvolvimento econômico, envolvendo implementação de atos oficiais do governo central, articulação com os demais países andinos e ratificação de convenções internacionais.

O projeto de cooperação técnica, coordenado pela Unesco e com suporte financeiro e técnico do Pnud, atuou no apoio a governos nacionais para a elaboração de políticas e programas de patrimônio cultural, na formação de especialistas e no fomento ao intercâmbio de experiências acerca da gestão do patrimônio cultural a partir de campanhas internacionais, seminários e treinamentos no período de 1972 a 1995.⁹ Embora inicialmente o foco na restauração e conservação de monumentos tenha sido claro, observou-se um notável avanço na análise dos limites do modelo utilizado para a preservação de centros históricos e sítios arqueológicos dentro do contexto das formulações de políticas públicas de patrimônio e turismo.

Não é à toa que este projeto logrou o reconhecimento como o momento fundador na região de um irônico ideário que conjuga patrimônio-desenvolvimento-financeiro até hoje presente no campo da política de patrimônio cultural (Guia, 2018, 2020). O encontro de interesses geopolíticos internacionais com o cenário político e social nacional e seus resultados deve ser visto em seu contexto de acentuada urbanização na região, atrelado ao crescimento econômico baseado na radical mudança dos modos de produção e do uso do solo, sucessivas crises econômicas e governos ditatoriais. O caráter estatal e tecnicista da cooperação técnica é facilmente reconhecido pelo seu desenho, arenas e agentes que demonstram ausência de crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico pós-Segunda Guerra Mundial, além da crença na técnica e no planejamento de longo prazo como solução, dentre outros aspectos. Não existiam, ao que se sabe, condições objetivas e subjetivas, naquele contexto, para maiores avanços na disputa do discurso do patrimônio pelos movimentos sociais locais e, muito menos, pelos agentes que fizeram parte deste processo histórico.

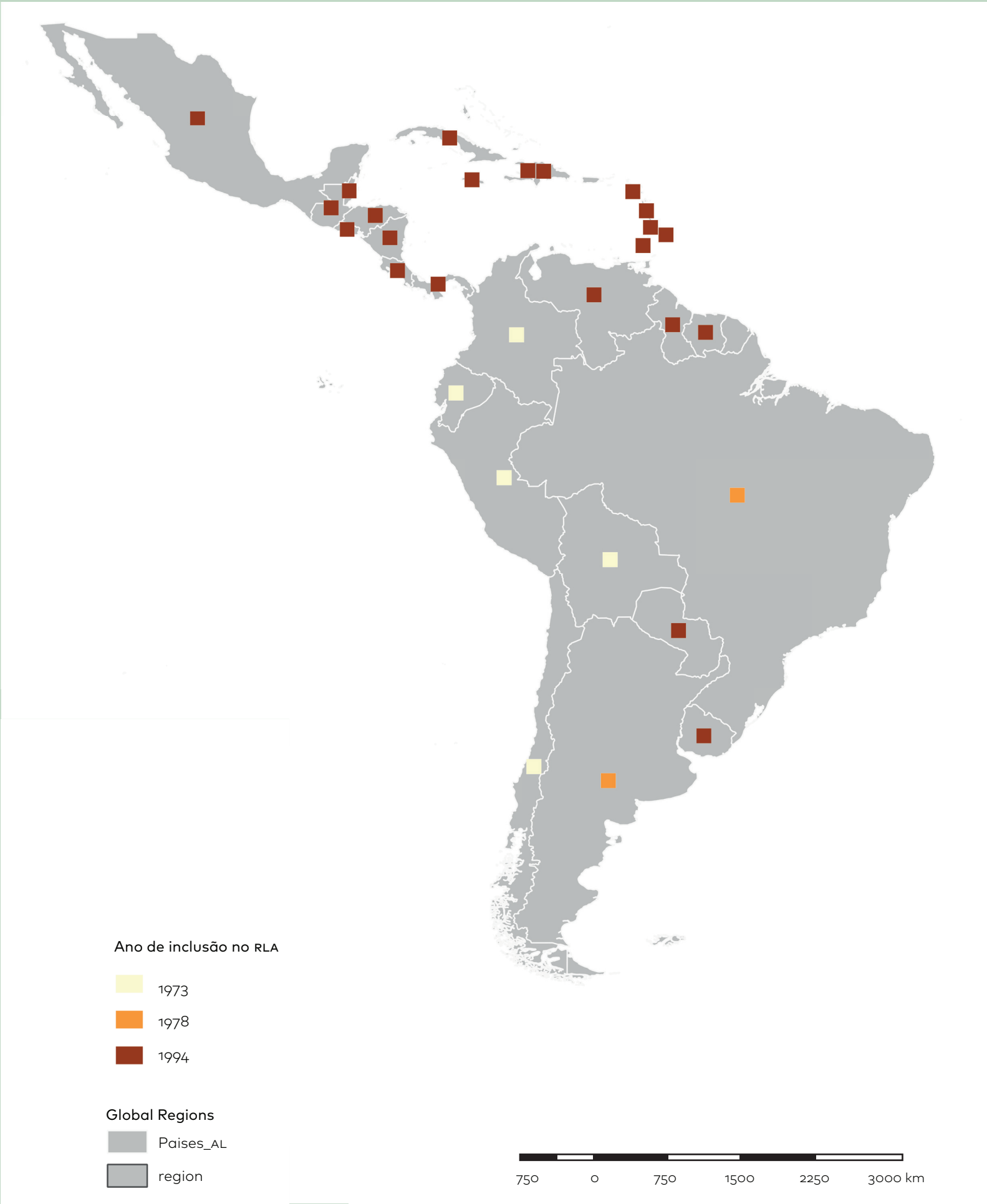
Apesar do projeto regional ter sido impulsionado por uma agenda estatal de integração econômica andina, de ter sido financiado por governos ditatoriais e não possuir base popular, o modo e as suas contribuições não podem ser desprezadas muito em virtude do seu papel na mudança do sentido histórico das políticas de patrimônio e memória.

Nas articulações fundadoras do projeto regional foi de fato marcante a descentralização do centro de tomada de decisão sobre a sua gestão. A sede do projeto de cooperação – muito em virtude de seu atrelamento com o

Tal autonomia, segundo relatórios do projeto de cooperação técnica permitiu maior flexibilidade no desenho dos projetos, seja nas campanhas propostas pelas Conferências Gerais e Regionais da Unesco, ao mesmo tempo em que alterou a relação centro-periferia

empréstimo internacional e articulação em torno de um projeto de cooperação que envolvia diversos países andinos – foi Lima, Peru, e não as salas de escritório do recém criado Centro do Patrimônio Mundial-CPM sediado em Paris. Tal autonomia, segundo relatórios do projeto de cooperação técnica (Pnud/Unesco, 1995) permitiu maior flexibilidade no desenho dos projetos, seja nas campanhas propostas pelas Conferências Gerais e Regionais da Unesco, ao mesmo tempo em que alterou a relação centro-periferia, a qual, nas palavras de Mutal, “tornou-se o centro de operações in loco, de forma que a implementação do projeto se tornou rápida e efetiva, inovando na forma tradicional de gerenciamento de projetos in situ para a região como um todo.” (Pnud/Unesco, 1995, p.5). Tal deslocamento justifica-se pelo caráter inédito em termos de escala e possibilidade de mobilização, inicialmente, dos países andinos e, no decorrer do tempo, com os demais países latino-americanos. A principal motivação, segundo Mutal estava relacionada à “missão de lutar contra a dicotomia econômica riqueza cultural x pobreza social, utilizando ferramentas como criação de emprego, crescimento econômico e bem-estar das pessoas, educação e fortalecimento de capacidades dos governos locais e nacionais” (Pnud/Unesco, 1995, p.2).

O ativismo do coordenador do projeto de cooperação e sua equipe junto aos governos nacionais foram fundamentais na tessitura da rede de profissionais construída entre os períodos ditatoriais e de redemocratização. Esses profissionais construíram importantes arenas de mobilização e agiram no sentido de incentivar o engajamento dos governos nacionais e subnacionais nas ações de capacitação e de multiplicação dos consensos. Além do trabalho cotidiano de gestão do projeto de cooperação



Mapa de países membros da cooperação técnica Pnud/Unesco segundo ano de adesão. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis nos documentos RLA/79/005, RLA/83/002 e RLA/91/029.

foram oferecidos dezesseis cursos nas áreas de restauro e gestão de museus, além da ampliação de missões técnicas a países como Brasil, Equador, Colômbia e Chile

junto ao governo peruano, foram realizadas mobilizações voltadas para atender às demandas do governo peruano e demais países andinos, ao mesmo tempo em que foram fomentadas atividades relacionadas à implementação da Convenção de 1972.

Essa rede de articulação profissional mobilizada com a determinante participação do governo peruano – que garantiu o financiamento inicial da operação – foi importante não apenas na articulação dos países andinos. Teve papel fundamental na reorganização das políticas nacionais de patrimônio de diversos países.

A trajetória desse projeto de cooperação pode ser organizada em três momentos. O primeiro momento percorre o período de 1972 a 1978 e tem início com o projeto de cooperação técnica Patrimônio Cultural e Integração/Desenvolvimento Andino (RLA/72/047).¹⁰ Esta etapa é caracterizada pelo atendimento às demandas de estruturação do Instituto Nacional de Cultura (INC) e aprimoramento técnico dos profissionais para a execução dos projetos do empréstimo internacional em curso no eixo Cuzco-Machu Picchu e demais investimentos. De uma maneira geral, foi uma etapa dedicada à articulação e formação técnica. Os países envolvidos nesta primeira etapa correspondem àqueles que foram signatários do Acordo de Cartagena que nada mais era que um projeto de integração dos países andinos, composto por Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru.

Considerando o longo prazo das obras de infraestrutura e o crescente interesse dos países participantes do Pacto Andino tais como Bolívia, Equador e Colômbia, pelos projetos de desenvolvimento turístico e patrimônio cultural postos em curso no eixo Cuzco-Machu Picchu, a Unesco renovou, em 1976, o convênio, expandindo, além de suas atividades, o número de países participantes, que então passou a ser denominado Programa Regional para a América Latina (RLA/76/005), sendo renovado por mais dois anos.

Nesse período foram oferecidos dezesseis cursos nas áreas de restauro e gestão de museus, além da ampliação de missões técnicas a países como Brasil, Equador, Colômbia e Chile. Foram também promovidos seminários sobre conservação de materiais e reabilitação de centros históricos. Nos primeiros cursos já estavam colocados alguns dos elementos centrais da pauta da preservação do patrimônio cultural: predominância de edifícios e bens móveis representativos do período da colonização e sítios arqueológicos monumentais além de conhecimentos voltados para a gestão dos projetos de infraestrutura de turismo cultural conforme veremos na seção seguinte.

Com a evidente demonstração de capacidade de articulação, mesmo com os objetivos não plenamente alcançados, o projeto de cooperação foi renovado sucessivas vezes, ampliando cada vez mais a adesão de países na América do Sul e avançando em direção à América Central. Ainda em 1978, o termo de cooperação foi renovado para operar no ano seguinte (RLA/79/005) e, então, foi estendido até 1983. Ainda, esta etapa da cooperação explorou temas relacionados a proteção, conservação e monitoramento dos bens culturais inscritos como patrimônio da humanidade, afirmando na região, da implementação das diretrizes e postulados da Convenção de 1972, afirmando a região andina, em especial Cuzco e Lima como referência no campo do patrimônio cultural, principalmente por aglutinar técnicos, gestores e recursos de abrangência internacional.

Cabe também destacar a considerável expansão geográfica da atuação, além de maior interface com governos nacionais, de países como Brasil, México, Argentina, Peru, Chile, Bolívia e Equador. Tal articulação culminou com a mobilização dos governos nacionais em prol da consolidação de centros regionais de formação especializada em patrimônio cultural, na realização de seminários e em diversas missões de assistência técnica direcionadas para o desenho de programas de reabilitação e recuperação de centros históricos. Dentre as diversas iniciativas, destacamos o ciclo de cursos oferecidos em Cuzco, que, a partir de 1978, incorporou temas relacionados à conservação de centros históricos e reabilitação/recuperação urbana (ver Fig. 1).

O terceiro momento teve início em 1984 e se estendeu até o ano de 1995, com base no termo de cooperação RLA/83/002, recebendo o título de "Proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural", renovado no ano de 1991 (RLA/91/029), sendo que este último encerrou suas atividades em 1995. Basicamente, foi uma etapa marcada por considerável redução das atividades do escritório em Lima, ao mesmo tempo em que o foco de sua atuação se dividiu entre prestar assistência técnica aos

dossiê

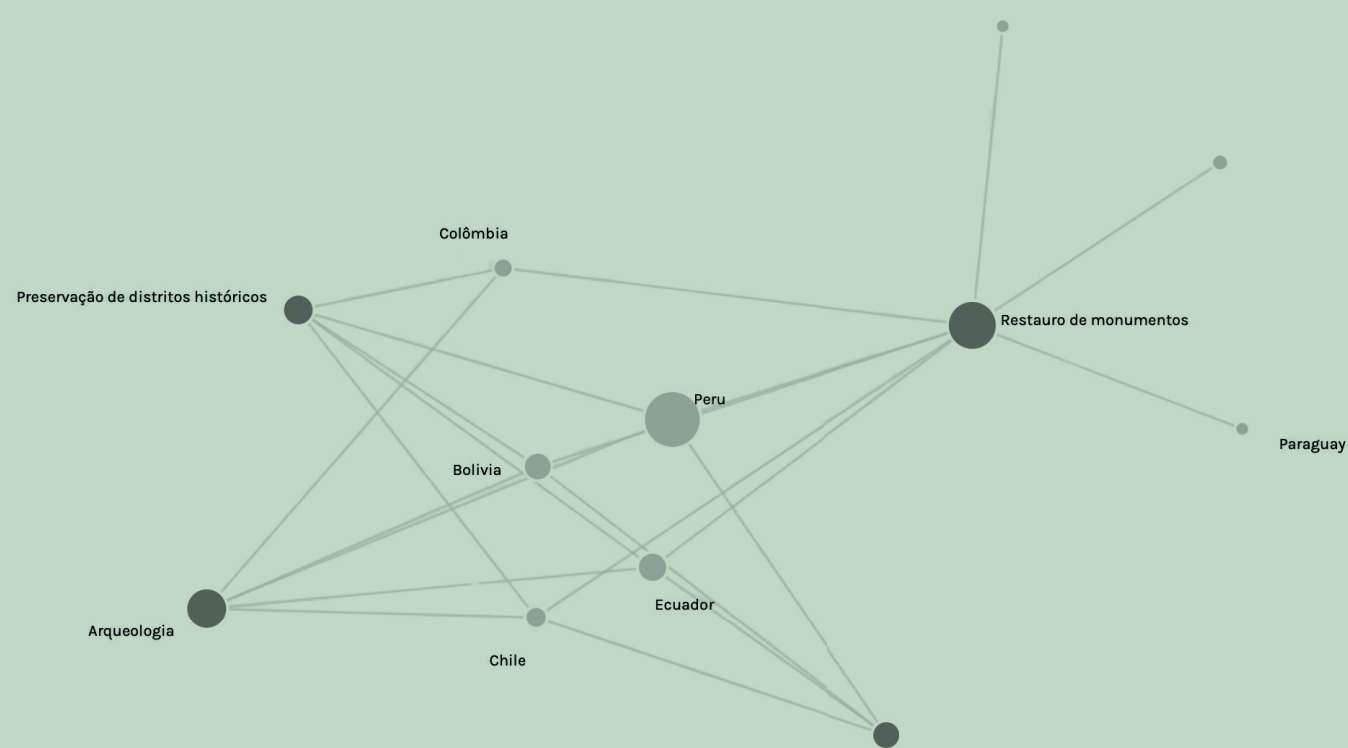


Gráfico de distribuição dos participantes segundo nacionalidade e tema dos cursos de capacitação. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos do projeto de cooperação técnica RLA79/005, RLA/83/002 e RLA/91/029.

países, no que se refere ao desenvolvimento institucional voltado para as candidaturas e monitoramento do Patrimônio Mundial; prestar consultorias e promover reuniões especializadas voltadas para o desenho de programas de recuperação de sítios históricos e estudos de viabilidade econômico-financeira; e difusão da experiência latino-americana junto ao Banco Mundial, Pnud, Unesco e governos do norte da África.

3.3 A expansão regional e a produção do patrimônio autorizado: práticas, técnicas e meios de disseminação
O entendimento dos processos de produção de discursos hegemônicos nas políticas de patrimônio cultural na América Latina e no Caribe tornou-se indispensável, exigindo conhecimento sobre os espaços de formação. As estruturas e organizações desses espaços, as modalidades de capacitação e seus conteúdos moldaram a inserção de agentes, os quais, por sua vez, foram modelados por essas experiências locais. Reconhecendo o papel crucial dos especialistas, muitos vinculados a setores acadêmicos e governamentais, é essencial desvelar as conexões e percursos observados no período de 1972 a 1978. Tal análise constitui-se campo fértil para municiar a reflexão crítica a respeito das práticas correntes de preservação do patrimônio cultural latino-americano. Isso porque, no jogo de forças, os conteúdos e corpos mobilizados pelo conhecimento técnico, uma vez chancelado por uma agência multilateral, assumem ares de legitimidade na definição de agendas, formas de pactuação, assimilação e difusão de perspectivas "autorizadas" sobre patrimônio cultural no âmbito nacional e local. A partir desta consideração, os cursos realizados no período de 1974 a 1978 na cidade

de Cuzco assumem importância no contexto da conjuntura e as especificidades das arenas internacionais.

De acordo com Gutierrez et al. (1981), a criação de cursos técnicos de formação sobre práticas de preservação e conservação teve dois motivos principais: a prioridade estabelecida pelos governos dos países e a total ausência na região andina de cursos de especialização em patrimônio cultural. Entre 1972 e 1978, os cursos foram viabilizados pelo Instituto Nacional de Cultura peruano, do projeto Copesco e recursos do termo de cooperação PER/539 com a colaboração da Universidade Nacional de San Antonio de Abad, em Cuzco, e outros centros de pesquisa.

No que diz respeito à distribuição temporal dos cursos, destaca-se o papel desempenhado pela cidade de Cuzco como espaço de referência. Praticamente todos os cursos, oficinas e seminários ocorreram nas instalações da antiga capital do Império Inca, muitas delas na Universidade Nacional de San Antonio de Abad. Um dos principais motivos se deve à estratégia de tornar a cidade como um polo de referência de preservação do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, pela existência de diversas obras de restauro em andamento financiadas pelo empréstimo internacional ou por recursos locais.

Na segunda metade dos anos 1970, o foco dos cursos foi o restauro de monumentos, acervos e sítios arqueológicos, capacitando profissionais que iriam trabalhar nas diversas obras previstas no projeto de desenvolvimento turístico em curso no Peru. Já nos anos 1990, os cursos oferecidos deslocaram seu foco a gestão de conjuntos arquitetônicos e urbanos, muito impulsionados pelas crescentes demandas dos demais países, que enfrentavam intenso processo de urbanização, crises econômicas e forte transforma-

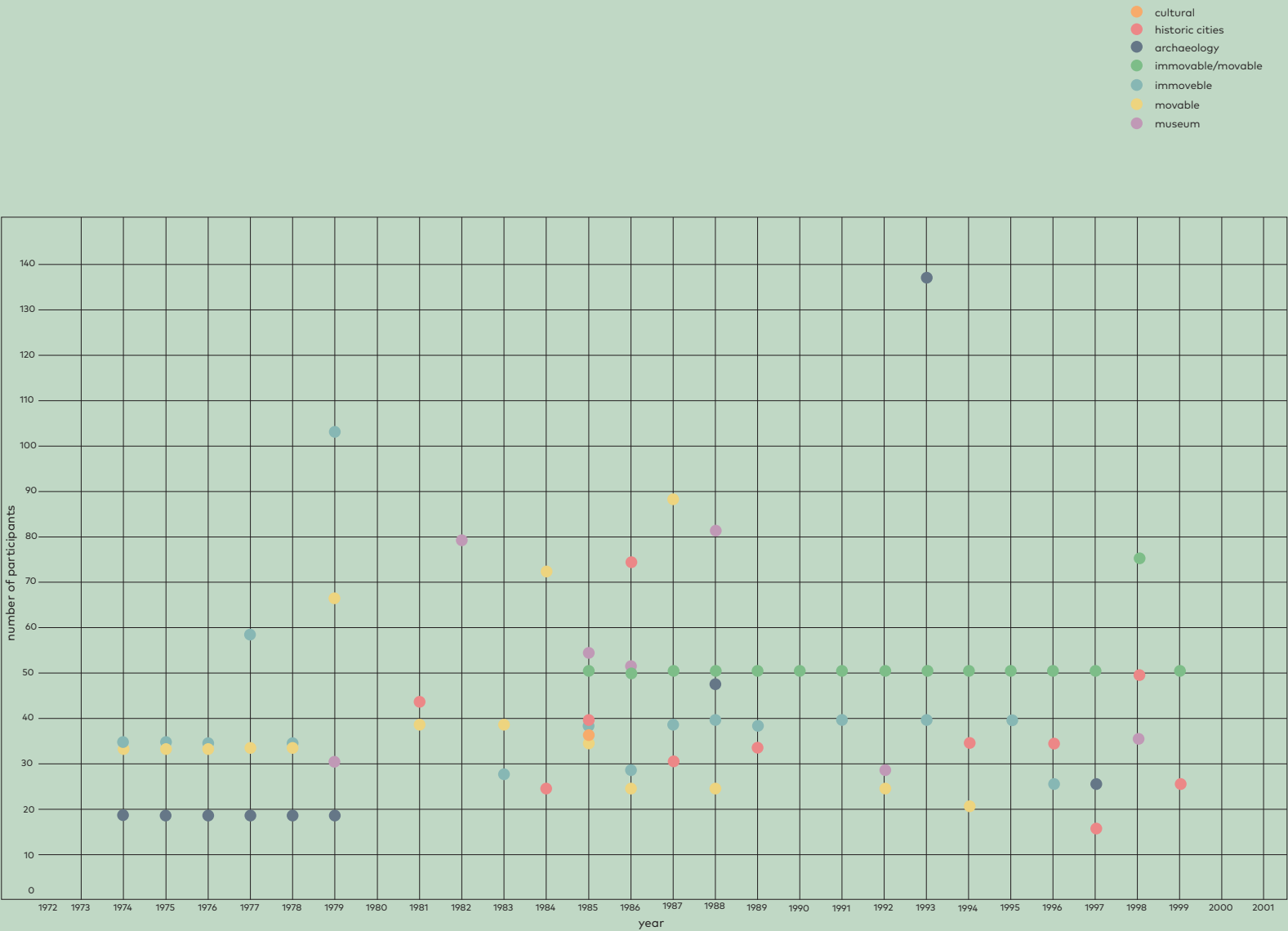


Gráfico de distribuição temática e temporal dos cursos e oficinas de capacitação.
Fonte: elaborado pelo autor a partir de sistematização de relatórios e publicações RLA79/005, RLA/83/002 e RLA/91/029.

os cursos realizados no período de 1974 a 1978 na cidade de Cuzco assumem importância no contexto da conjuntura e as especificidades das arenas internacionais.

ção do seu tecido urbano e histórico. É evidente que essa conjuntura foi a principal razão para que o tema urbano ganhasse destaque na agenda do projeto de cooperação técnica, como pode ser observado na Fig. 2.

Além disso, os cursos relacionados à arqueologia foram constantes ao longo dos anos 1970, com destaque para o colóquio "Críticas e perspectivas da arqueologia andina" (Truel, 1979), realizado em Paracas, Peru, em 1979, no qual se debateu a necessidade de um curso de especialização específico para o campo da arqueologia.

Quanto à distribuição geográfica dos estudantes, é evidente a elevada participação de estudantes peruanos, muitos dos quais funcionários do recém-criado Instituto Nacional de Cultura (INC), seguidos por equatorianos e colombianos. O curso de 1975, por exemplo, contou com a participação de estudantes da Bolívia, Equador e Peru, este último correspondendo a cerca de 60% do total, e nos anos seguintes, 70%. Por outro lado, os cursos de 1977 e 1978 apresentaram uma presença mais diversificada dos países andinos, incluindo Chile e Colômbia. A Fig. 3 ilustra as relações entre países e temas dos cursos com base na participação.

Os resultados preliminares da sistematização dos dados relacionados aos professores e instrutores demonstram que houve considerável mobilização de especialistas sul-americanos seguidos pelos europeus e estadunidenses. Tal resultado aponta para a existência de estruturas administrativas sul-americanas (institutos, centros de pesquisas, museus, universidades) com a devida consistência e conhecimento acumulado para compor o quadro de professores. Por exemplo, durante o período de 1974 a 1978, mais de 70% dos professores/instrutores eram originários de países sul-americanos, com destaque para a Argentina e o Peru. O maior contingente desses profissionais é representado por universidades, centros de pesquisa e museus, totalizando 55,1% do total, seguido por representantes de institutos nacionais ou departamentos especializados, que contribuem com 27,5%. Já os consultores do Icomos e do Iccrom respondem por apenas 17,4% do total de professores e instrutores. Por outro lado, ao

longo dos anos 1980, observamos uma maior presença de consultores de outras regiões do mundo, especialmente da Europa. Esse aumento é motivado pela necessidade de se promover e repassar tecnologias relacionadas aos estudos de viabilidade econômica e financeira para a recuperação de distritos históricos e áreas centrais. A Fig. 4 apresenta a taxa de participação de especialistas segundo origem.

No que diz respeito aos conteúdos ministrados nos cursos, fica evidente que a ênfase estava nos fundamentos do patrimônio histórico, abrangendo teorias de restauro, identificação e conservação, além das questões ligadas às técnicas e tecnologias aplicadas. Os cursos foram organizados em módulos, sendo o primeiro voltado para a recuperação e restauro de monumentos. Na sequência, oficinas práticas de restauro e, por fim, aulas de morfologia e restauro urbano. Segundo Mutal (Pnud/Unesco, 1978), um dos principais desafios enfrentados no planejamento e na execução dos cursos foi conciliar as agendas do programa de desenvolvimento turístico e de recuperação de bens históricos do governo peruano com as demandas dos demais países andinos participantes do acordo de cooperação. Essa compatibilização de agendas foi, em certa medida, facilitada pela centralidade de Cuzco como ponto de referência regional para a formação dos povos andinos, conforme mencionamos anteriormente. Cabe destacar também que o desenho dos programas de capacitação, foram aprimorados à medida que houve uma maior participação de representantes de outros países andinos e para atender às demandas específicas provenientes das obras do Plano Copesco.

O primeiro módulo de aulas abarcou aspectos relacionados à teoria do restauro de matriz europeia, estudos e levantamentos históricos sobre a formação dos países andinos a partir da leitura pré-colonial e colonial. Houve o esforço em relacionar as teorias apresentadas com estudos de caso *in loco*, no caso as ruínas e obras de restauro em curso na cidade de Cuzco. Havia, segundo Mutal, a necessidade de capacitação e a urgência de dar andamento às obras (Pnud/Unesco, 1995).

O ano de 1978 pode ser considerado como aquele que altera a trajetória das estratégias de capacitação, pois, com o seminário ocorrido em Quito, o tema do patrimônio urbano e formas de gestão passou a dominar a pauta dos debates e conteúdos dos cursos. Podemos afirmar que este evento desloca o foco do projeto de cooperação do canteiro de obras dos monumentos localizados em Cuzco para as suas praças. A resposta da equipe coordenada por Silvio Mutal teve como estratégia a contratação de consultores especializados em morfologia e restauro urbano. Seguindo a mesma lógica dos cursos de conservação de monumentos, a cidade de Cuzco foi palco das oficinas práticas (de elaboração de plano de reabilitação/recuperação urbana). O programa de aulas chamado de "Oficinas práticas no Centro Histórico" estabeleceu a análise por meio

O ano de 1978 pode ser considerado como aquele que altera a trajetória das estratégias de capacitação, pois, com o seminário ocorrido em Quito, o tema do patrimônio urbano e formas de gestão passou a dominar a pauta

de diagnóstico compreensivo da questão do patrimônio urbano e forma de proposição baseada na escola morfológica italiana. A Fig. 5 traz uma síntese dos principais conteúdos ministrados em cada um dos módulos ministrados no âmbito dos cursos de capacitação.

A análise realizada a partir dos resultados preliminares oferece uma descrição abrangente sobre os conteúdos, desafios e evolução dos cursos de capacitação, que conferiram a Cuzco uma centralidade simbólica não apenas para a operação dos cursos, mas também para o projeto de integração andina. Os conteúdos ministrados representaram uma mescla de teorias de restauro de monumentos de matriz europeia, compatibilizadas com os estudos históricos e as tipologias edilícias e sistemas construtivos dos países andinos. Esse contexto estabeleceu um momento exemplar no processo de circulação e difusão de técnicas, políticas e perspectivas sobre patrimônio cultural na região.

As estratégias adotadas e os conteúdos ministrados corroboram a perspectiva de Smith (2006, 2021), na qual as redes e relações sociais e técnicas produzidas determinam a constituição de uma rede de especialistas capazes de estabelecer os significados e entendimentos sobre o passado e o presente. Dessa forma, esta rede passou a influenciar diretamente como são calculados, inspecionados, considerados, rejeitados, aceitos ou até mesmo transformados. Ao mesmo tempo, sob a abordagem do trânsito de ideias, a circulação de conhecimentos e técnicas de diferentes países e regiões, facilitado por organizações internacionais, demonstrou o estabelecimento da difusão de práticas entre os países andinos e a combinação de elementos de diferentes teorias e políticas para criar abordagens específicas adaptadas aos contextos locais.

3.4 Das janelas de Cuzco para as praças das cidades latino-americanas: a falência da integração andina, o Patrimônio Mundial e os centros históricos

Apesar do êxito conquistado nos dois primeiros quadriênios do projeto de cooperação técnica, caracterizado pela adesão de novos países e a estruturação de centros nacio-

nais de conservação e, conseqüentemente, a formação de uma infraestrutura regional descentralizada, muitos dos resultados obtidos derivam de ações que já estavam em curso antes mesmo do início do projeto em análise. Destaca-se que as missões técnicas da Unesco, realizadas na segunda metade dos anos 1960, estabeleceram práticas de reconhecimento, locais e ações de valorização do patrimônio cultural. Exemplos notáveis incluem os Planos de Valorização do Patrimônio Cultural coordenados pela Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, e o Programa de Cidades Históricas, coordenado pelo Ministério do Interior, ambos no Brasil, bem como outros projetos como é caso do Mundo Maia, proposta que integrava desenvolvimento turístico e preservação do patrimônio cultural em uma vasta região compreendida pelas fronteiras de Honduras, Guatemala e sul do México.

A inclusão de diversos países no projeto regional de cooperação técnica foi fundamental para a consolidação dos centros de conservação em Cuzco, Peru, e em Churubusco, México, tornando-os referências para a formação do quadro inicial responsável pela descentralização da infraestrutura educacional e de laboratórios de restauração e conservação. Isso culminou com a abertura de centros nacionais de conservação no Brasil (Cecor/UFMG e Cetre/UFBA), Chile (Museu Nacional de Belas Artes), Bogotá (Centro Regional de Museologia), Bolívia (Museu Nacional), Lima (laboratório no Convento de São Francisco) e Quito (laboratório em San Agustín) (Pnud/Unesco, 1978, p.6-7).

No entanto, o ritmo desigual de adesão e implementação das iniciativas revela uma disparidade de poder dentro do projeto regional. Na primeira fase de adesão, somente os países da cooperação andina participaram, seguidos pelo Brasil e Argentina, em 1978. Os demais países latino-americanos e caribenhos aderiram ao projeto apenas no final dos anos 1980, mesmo ritmo observado quanto à adesão à Convenção de 1972. Essa discrepância torna-se evidente ao analisarmos o número de bens inscritos na lista de Patrimônio da Humanidade em relação ao ano de adesão ao projeto regional de cooperação técnica. À medida que os países aderiam ao projeto e se tornavam signatários da Convenção de 1972, os governos nacionais e subnacionais eram mobilizados para a sua implementação auxiliados por uma rede de especialistas em patrimônio. O processo de implementação envolveu ajustes em suas estruturas administrativas e a apropriação da lógica argumentativa e do léxico utilizados pelos especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), órgão de assessoria técnica da Unesco.

A partir da apropriação de técnicas e vocabulários legitimados pelos especialistas em patrimônio, as candidaturas dos bens históricos e culturais à Lista do Patrimônio Mundial tornaram-se cada vez mais frequentes, com destaque para os anos 1980 e 1990. Por exemplo, a partir da segunda metade da década de 1980, observou-se um au-

dossiê

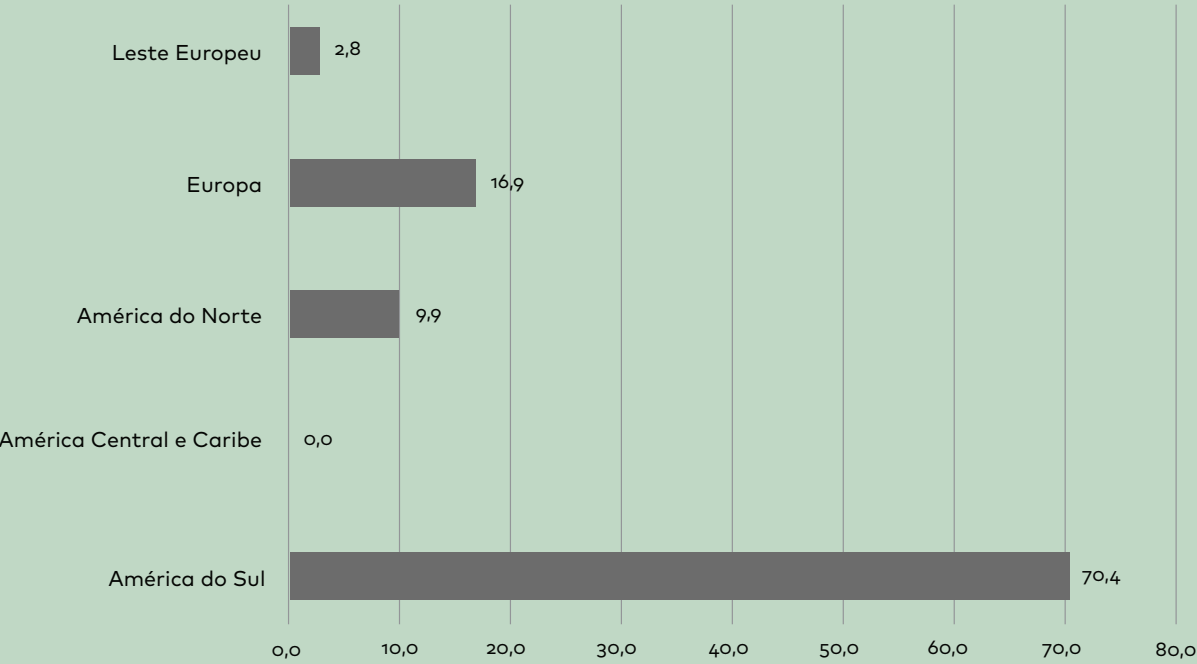


Gráfico de professores/instrutores dos cursos de capacitação segundo região geográfica de origem. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos do projeto de cooperação técnica RLA79/005 e RLA/83/002.

mento considerável no número de locais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Países com rica tradição histórica no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o patrimônio histórico e cultural foram os primeiros a assumir a estratégia de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e projetos de desenvolvimento turístico como foi o caso da Argentina, Brasil, México e Peru. Esta expansão ocorreu à medida em que os esforços de integração andina e os projetos de desenvolvimento turístico no Peru sofreram considerável redução de recursos e perda de interesse político, motivados pelo aprofundamento da crise econômica e recrudescimento das ditaduras militares.

Uma observação interessante deste processo de expansão refere-se ao intervalo médio de dez anos observado entre a adesão à cooperação internacional e o ano de inscrição na Unesco. Esse fenômeno temporal, que à primeira vista poderia ser interpretado como um descasamento espaço-tempo, na realidade, dá indícios de representação da curva de implementação da agenda proposta pela Convenção de 1972 nos governos nacionais. Especialmente, quando se trata dos ajustes necessários para atender às condicionantes estabelecidas pelo recém-criado Centro do Patrimônio Mundial, fortemente influenciado pela perspectiva europeia de patrimônio.

A Fig. 6 oferece uma representação nítida do número de bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, organizados conforme os períodos de inscrição. Essa visualização proporciona insights valiosos sobre padrões temporais e a distribuição geográfica dessas inscrições. As tendências e padrões históricos acrescentam uma dimensão enriquecedora à compreensão das estratégias de adesão ao projeto global de patrimônio cultural, natural e turismo nesses países, destacando a importância da colaboração internacional não apenas na preservação e reconhecimento desses bens, mas também na sua mobilização como ativo econômico. Caso tal

fenômeno seja observado na escala nacional, encontraremos relações com processos de amadurecimento institucional e grandes volumes de recursos empregados nos sítios reconhecidos ou presentes nas listas indicativas.

Como resultado, o projeto regional deslocou parte de suas atividades para a difusão, implementação, monitoramento e avaliação periódica dos bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial, ao mesmo tempo em que ofereceu assistência técnica aos governos nacionais para os inventários, elaboração de processos de inscrição e gestão dos bens reconhecidos, muitas das vezes por meio de oficinas e seminários que mobilizavam diferentes atores como o BID, Banco Mundial, bancos centrais além de especialistas em gestão urbana, a partir de modelos estabelecidos em fóruns de especialistas e salas do escritório do Centro do Patrimônio Mundial (CPM).

Ao longo de mais de 26 anos, o projeto regional de cooperação técnica mobilizou diferentes redes de profissionais com o objetivo de auxiliar, inicialmente, o projeto de integração econômica andina, especialmente por meio das ações do Plano Copesco e na sequência, os demais países da região. Este projeto regional colaborou com o governo do Peru na gestão do primeiro empréstimo do BID voltado para desenvolvimento do projeto de desenvolvimento turístico para a inserção da região de Cuzco-Machu Picchu no circuito global de turismo cultural.

Simultaneamente, ao promover cursos, oficinas e seminários, o projeto regional mobilizou profissionais, especialistas, técnicos e representantes de governos locais e nacionais e operacionalizou práticas e experiências locais e nacionais, difundindo teorias e gerando consensos sobre restauração e conservação, além de trazer para o debate os desafios da integração dos distritos históricos aos desafios da gestão das cidades contemporâneas.

Ao encerrar suas atividades em 1995, o projeto regional desmobilizou sua equipe alocada em Lima. O ines-

timável legado da experiência latino-americana passou a ser difundido por seu coordenador geral, Silvio Mutal, em simpósios, seminários e oficinas promovidas pelo Banco Mundial, Habitat e outras agências do sistema ONU. Esse legado teve destaque no circuito de difusão de experiências promovido por estas agências nos países do norte da África e Ásia ao longo dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000. Como um dos resultados observados desta difusão e da produção do discurso autorizado, destaca-se o projeto de desenvolvimento e patrimônio cultural posto em prática pelo Banco Mundial em parceria com os governos da Tunísia, Egito e Marrocos.

4. À guisa de conclusão: entre a produção do discurso autorizado e a hibridização de políticas do patrimônio cultural latino-americano

A análise do trânsito de ideias e práticas patrimoniais cotejada com a abordagem sobre a produção do discurso autorizado proposto por Smith (2006, 2021), pode colaborar para a compreensão ampliada de quais fatores influenciaram na produção do patrimônio cultural latino-americano e suas geografias e discursos resultantes. Ainda, permite comparar estudos que analisem de onde vem as conceituações do patrimônio (especialmente para (des)localizar as ideias hegemônicas). Estar atento ao fluxo de ideias e seus mecanismos de difusão e apropriação é tão importante quanto a análise pontual de um bem protegido, um sítio ou mesmo de um programa. O franco acesso ao acervo documental do coordenador do projeto regional de cooperação técnica permitiu uma aproximação mais apurada à trajetória de implementação da Convenção de 1972 e das demais agendas promovidas desde as salas do Centro de Patrimônio Mundial. Ao mesmo tempo, demonstrou, a partir de sua sistematização, que o deslocamento de Cuzco como centro operacional dos cursos e principal canteiro de obras do plano Copesco para mais de 26 países da região foi fortemente motivado pelo aprofundamento da crise econômica nos países andinos e processos de redemocratização e reinserção global dos demais países, onde o binômio patrimônio-turismo, sob regimes ditatoriais, parecia uma espécie de *soft power* perante as agências multilaterais.

Da mesma forma, a análise centrada na perspectiva proposta por Smith proporcionou um novo olhar sobre as práticas do projeto regional. Os cursos, seminários, colóquios e encontros de especialistas, aqui entendidos ora como ferramentas das práticas de patrimônio, para

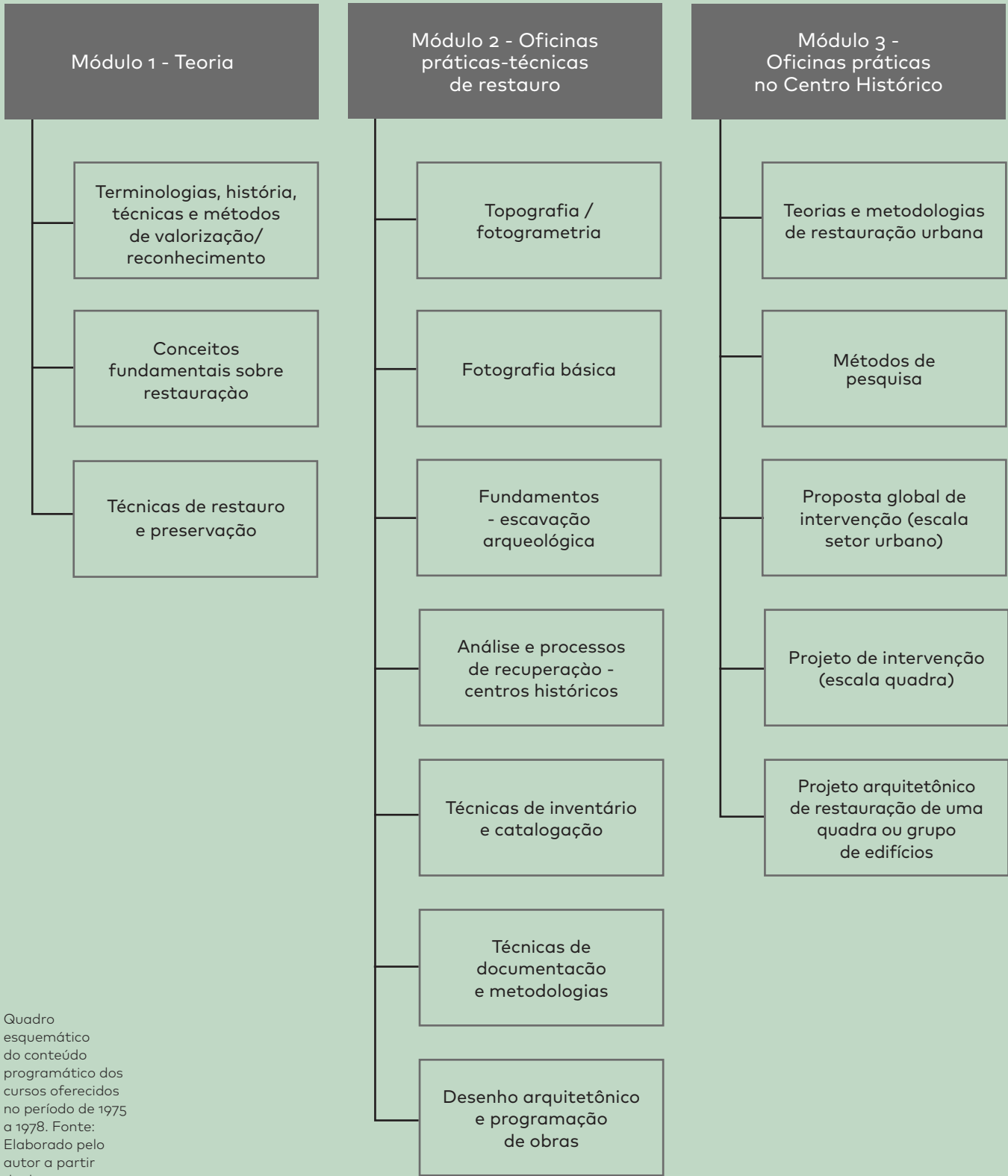
usar o termo de Smith (2006), ou como mecanismos de difusão e transferência de políticas, para empregar a terminologia da mobilidade de políticas, não apenas destacaram as dificuldades compartilhadas entre os países da região, mas também moldaram entendimentos, aprofundaram saberes e legitimaram um agente aqui referido como o “especialista em patrimônio”.

Neste aspecto, é nas arenas que os fluxos de ideias e a produção do discurso autorizado se encontram. Ao investigarmos o processo de produção e difusão, observamos que, no âmbito do projeto regional de cooperação técnica, a América Latina e Caribe, com destaque para os países da América do Sul, foi um laboratório de práticas discursivas e políticas que buscaram integrar o ideário do desenvolvimento liberal e capitalista às políticas de patrimônio. Contudo, não cabe afirmar que a região foi um polo passivo neste processo dado que os resultados preliminares indicam ações de apropriação e hibridização de teorias e políticas a partir dos contextos locais.

Sugerimos como futuros pontos de pesquisa uma problematização acerca da persistência dos privilégios – em termos de emprego e disponibilidade de recursos das mais diversas ordens (simbólicos, financeiros, técnicos) – dos objetos materiais, nos termos de Smith. Apesar da redemocratização e das crises sociais e econômicas terem evidenciado perspectivas transformadoras que confrontam o discurso autorizado, introduzindo corpos, memórias e novos sentidos em sintonia com o contexto político local e nacional, ainda persiste na prática patrimonial a irônica espiral patrimônio-desenvolvimento-financeiro.

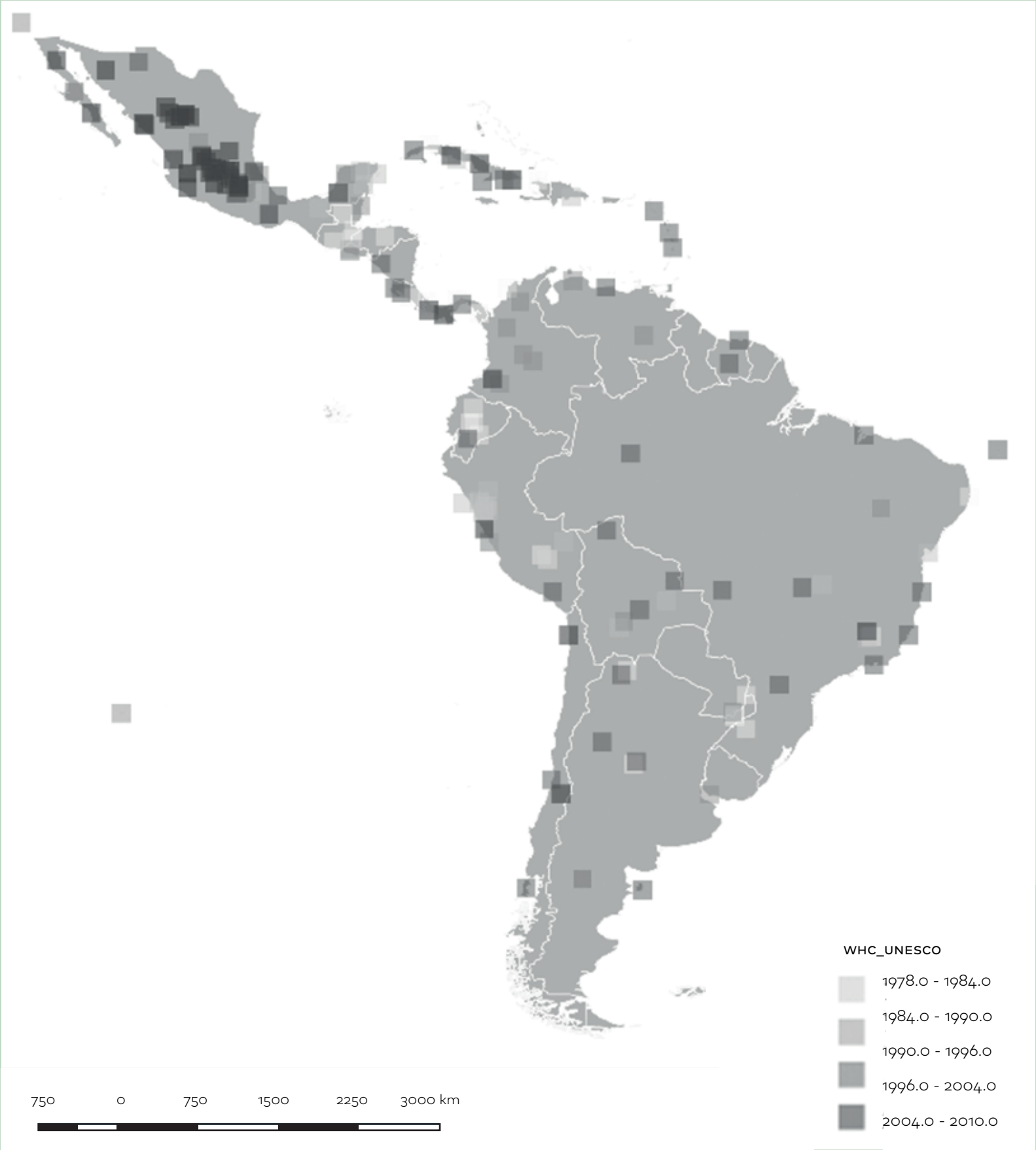
Cabe também uma reflexão mais detalhada sobre a rede de profissionais formada e mobilizada no âmbito do projeto regional e quais foram os desdobramentos nos seus países de origem, de forma a capturar como se deu a difusão dos conhecimentos e consensos ali relacionados. Algumas pistas apontam para a difusão da experiência de Quito para o desenho do Programa Monumenta, no Brasil. Além disso, o desenho dos empréstimos para recuperação de imóveis privados elaborado pela Agência de Desenvolvimento chilena (Corfo em espanhol) teve influência em diversos programas de recuperação de monumentos e sua vizinhança propostos pelo BID.

Por fim, cabe destacar o aprofundamento de pesquisas relacionadas às práticas, por parte das agências multilaterais, de difusão de melhores práticas e invisibilização daquelas que, porventura, não foram elencadas em tal rótulo. Desvelar o que está por detrás deste processo de produção do patrimônio a partir dos fluxos e dos discursos autorizados é um caminho possível e promissor.



Quadro esquemático do conteúdo programático dos cursos oferecidos no período de 1975 a 1978. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de documentos do projeto de cooperação técnica Phud/Unesco RLA79/005, RLA/83/002.

Mapa de bens inscritos na lista de Patrimônio da Humanidade de acordo com o ano de inscrição. Fonte: Unesco. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 12 jun. 2017.



dossiê

AUTOR
Doutor em Planejamento e Projeto Urbano pela Universidade de Brasília (UNB), com uma experiência internacional e uma sólida formação acadêmica. Durante minha pesquisa de doutorado na UnB, explorei a interseção entre financiamento internacional, projetos de preservação em cidades históricas e o papel geopolítico do capital no desenvolvimento urbano na América Latina e Caribe entre 1960 e 2010. Minhas áreas de expertise incluem teoria do urbanismo, políticas públicas de mobilidade e habitação, e gestão de preservação de cidades e bairros históricos. Minha atuação profissional está profundamente comprometida com o desenvolvimento de ambientes urbanos mais inclusivos e resilientes, integrando, sempre que possível, teoria e prática para elaborar soluções inovadoras que enfrentem os desafios contemporâneos das cidades.

NOTAS

1. Este artigo se baseia na releitura crítica do capítulo 3 da tese de doutorado "Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe", de George Alex da Guia (2018). Tal revisão foi motivada por debates realizados no VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Enanparq, em 2021 e pela resenha do livro "Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de financiamento do bid", elaborada pela arquiteta Marina Chagas Brandão. Desta forma, retoma o tema sobre trânsito de ideias e práticas patrimoniais na América Latina e Caribe e se coloca como um ensaio de projeto de pesquisa intitulado "Genealogia do patrimônio autorizado latino-americano: práticas e redes profissionais", em estágio de elaboração final.
2. O termo utilizado permite indicar a construção de espaços e conhecimentos compartilhados, mobilizados e aplicados em vários contextos. Além disso, estabelece uma conexão espacial com o fluxo de ideias que revela lacunas na participação dos países no debate sobre patrimônio cultural no projeto de cooperação técnica.
3. Os anos 1970 marcam um período crucial na formação de projetos de integração regional. Destaca-se a criação, no final de 1969, do Pacto Andino, com países como Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile. Seu objetivo era estabelecer uma união aduaneira e econômica para lidar com a globalização econômica, defender interesses comuns e promover o desenvolvimento integrado na região.
4. A Resolução 4.42 e o item C da Quinta Conferência Geral da Unesco ocorrida em 1950 estabeleceu, dentre os objetivos da agência, "organizar, sob solicitação, missão técnica para consultoria e assistência para um estado membro que está passando por dificuldades para garantir a conservação e restauração de monumentos ou sítios arqueológicos e históricos (...)" (Unesco, 1951, p.1).
5. Criada pelo Decreto Supremo nº48/1962.
6. Em 1965, o governo peruano encaminhou comunicação ao diretor geral da Unesco solicitando apoio técnico para a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social tri anual, com exploração do potencial turístico, para a região conformada por Puno-Cuzco-Macchu Picchu-Quillamba; Trujillo-Chan Chan e; Callejon de Huaylas-Chavin.
7. Segundo Caparó (2013), o Instituto Nacional de Cultura peruano (inc) foi criado em 1972 por meio do Decreto-lei nº18799/1972.
8. Em 1965, o Ministro das Relações Exteriores do Peru enviou carta ao bid com demanda de financiamento de 50 milhões de dólares para elaborar estudos de melhoramento da infraestrutura terrestre de regiões turísticas (estradas, saneamento, telecomunicações, indústrias artesanais, hospedagem), proteção, conservação e exploração do patrimônio turístico, construção de instalações (hotéis, restaurantes, "paradores"), formação de cursos humanos para atuar no setor e promoção do turismo

internacional entre as cidades de Cuzco e Machu Picchu (Unesco, 1966, p.3-4).

9. A Unesco e undp tiveram diversos projetos regionais e sub-regionais de cooperação técnica na América Latina ao longo dos últimos sessenta anos. Para fins da pesquisa, optamos por analisar o projeto de maior abrangência geográfica e temporal.
10. O contrato do termo de cooperação, denominado Patrimônio Cultural e Integração/Desenvolvimento Andino (rla/72/047), foi assinado em 1972, mesmo ano de criação do Centro do Patrimônio Mundial, pelos governos dos países andinos (Peru, Bolívia, Chile, Colômbia) sendo que as atividades tiveram início somente em 1974.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre el Estado. Cursos en el Collège de France (1989-1992)**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2014.
- BRANDÃO, Mariana Chagas. [Resenha] Time is money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID. GUIA, George A. São Paulo: Annablume, 2020. 296p. *Revista CPC (USP)*, v.17, p.188-198, 2022.
- CANCLINI, Nestor García. Los usos sociales del patrimonio cultural. *Patrimonio Etnológico. In: CRIADO, E. Aguilar (ed.). Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, 1999, p.16-33.
- CAPARÓ, Erwic F. **Preservação, desenvolvimento e políticas públicas no caso de Cusco-Perú (1950-1990)**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. 280p.
- CARRIÓN, Fernando M. Medio siglo en camino al tercer milenio: los centros históricos en América Latina. *In: CARRIÓN, Fernando M. (ed.). Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito: Flacso, 2001.
- CASTRIOTA, Leonardo. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *In: Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*, Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.
- CUTRONI, Anabella A. The Flow of Unesco Experts toward Latin America: on the Asymmetrical Impact of the Missions, 1947-1984. *In: DUEHAL (ed.). A History of Unesco*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- DOLOWITZ, David; MARSH, David. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. *Political Studies*, n.44 (2), 1996.
- EVANS, Mark. New directions in the study of policy transfer. *Policy Studies*, n.30 (3), 37-241. <https://doi.org/10.1080/01442870902863810>
- GIANNECCHINI, Ana Clara. O Iphan e o Programa Monumenta: lições para a gestão do patrimônio cultural. *In: SILVA, Frederico A. Barbosa da (org.). Direito e Políticas Culturais*. v.1 (Série Direito e Políticas Culturais). Rio de Janeiro: Ipea, 2021.
- GUIA, George Alex da. **Time is money**: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID. São Paulo: Annablume, 2020.
- GUIA, George Alex da. **Trajetórias do desenvolvimento**: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.
- GUTIERREZ, Ramón; GIACOSA, Guillermo; Giaccosa, MUTAL. **Evaluación y Orientación futura de los Cursos Regionales de Restauración de Monumentos y Conservación/Manejo de Centros Históricos**. Pnud/Unesco, 1981.
- MÁRQUEZ, F. Introducción. *In: MÁRQUEZ, F. (ed.). Patrimonio: contranarrativas urbanas*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p.11-33.
- MELÉ, Patrice. **La producción del patrimonio urbano**. México, DF: Publicaciones de la Casa Chata, 2006.
- NASCIMENTO, Flavia B., SILVA, Joana Mello de C.; LIRA, José Tavares C. de; RUBINO, Silvana Barbosa (org.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: CPC/USP, 2017. Acesso em: 16 out. 2023.
- PNUD/UNESCO. **Conservation and Management of the cultural, urban, and environmental heritage in Latin America and the Caribbean (RLA/91/029)**. Paris, 1991.
- PNUD/UNESCO. **Cursos de restauração de monumentos e conservação de centros e sítios históricos**: documento sumário 1975-1978. Lima, 1978.
- _____. **Terminal Report. Project Findings and Recommendations: Urban and Environmental Heritage, Resource Management and Economics**. Paris, 1995.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Follow the policy: a distend case approach. **Environment and Planning: Economy and Space**, v.44, p.21-30, 2012.
- POLLAK, M. **Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire**. Paris: Éditions Métailié, 1993.
- PRATS, L. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, v.21, p.17-35. Disponível em: <https://www.significados.com/gestion/>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- RIBEIRO, C.R. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.
- ROJAS, Eduardo. Governance in Historic City Core Regeneration Project. *In: AMIRTAHMASEBI, Rana; LICCIARDI, Guido. The economics of uniqueness: investing in historic city cores and cultural heritage assets for sustainable development*. Urban development series. Washington, DC: World Bank Group, 2009, p.143-181.
- ROJAS, Eduardo *et al.* **Volver al centro: la recuperación de áreas urbanas centrales**. Washington, DC: BID, 2004.
- SANT'ANNA, Marcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35. Brasília: Iphan, 2015.
- SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v.21, n.2, 2021.
- SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006
- UNESCO. **Executive Board of the Seventy-second Session Decision**. Paris, 1966.
- _____. **Cuzco: reconstruction of town and restoration of its monuments: report of the Unesco Mission of 1951**. Paris, 1951.
- VAN DIEST, Camila. **From prison world to cultural space: collective memory, patrimonialization, and reappropriations: the case of the transformation of Valparaíso's former prison (Chile)**. Tese (Doutorado) Sorbonne-Paris Cité, Paris, 2016.
- TRUEL, Juana. Críticas y Perspectivas de la Arqueología Andina. *In: Anais do Colóquio Lima, Proyecto Regional de Patrimonio Cultural Andino*. Pnud/Unesco, 1979.

A ideia de preservação
sustentável do
patrimônio no
programa monumental:

a questão do reuso e
o financiamento para
recuperação de imóveis
privados (FRIP)

Ana Clara Gianecchini

Uma das características notáveis mais comentadas sobre o Programa Monumenta, uma robusta política pública brasileira de patrimônio urbano implementada nos anos 1990 e 2000,⁷ foi a proposta de promover uma preservação sustentável. Esse termo foi utilizado pelo então ministro da Cultura, Francisco Weffort, na reunião de apresentação do programa ao Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1999, como um:

programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico [...] um conjunto de ações, que vão desde as intervenções de conservação e restauro até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro. (Iphan, 1999)

Na lógica do programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a sustentabilidade pretendida ancorava-se na dimensão financeira, na hipótese de que os expressivos recursos investidos na recuperação de núcleos históricos pudessem gerar renda capaz de sustentar as ações de conservação e restauro ao longo dos anos. Como já debatido anteriormente, essa intenção não foi inteiramente implantada nem alcançada, seja porque os instrumentos municipais previstos não funcionaram bem, ou porque, em muitos casos, não houve uma rentabilidade compatível com o montante necessário, ou mesmo devido ao desinteresse do setor privado em investir no projeto (Sant'anna, 2004; Farias, 2018; Giannecchini, 2019).

Um precedente importante para a iniciativa foi o Programa de Cidades Históricas (PCH), promovido durante a década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e executado pelos governos estaduais. De acordo com Correa (2012), o PCH já indicava a ideia de "autossustentabilidade" do programa, no sentido do retorno dos investimentos destinados à manutenção dos monumentos recuperados. O reuso vinculava-se ao turismo, tornando os monumentos economicamente viáveis. O programa investiu na adaptação dos edifícios a usos

variados, como museus, centros turísticos, escolas, atividades da administração pública, religiosa e comercial (por exemplo, pousadas). De acordo com a autora, foi possível observar, inclusive, uma preocupação que ultrapassou o aspecto da rentabilidade, vinculando-se à cultura e à identidade da população local (Correa, 2012, p.184).

Durante a formulação dos projetos do Monumenta, a destinação dos imóveis recuperados foi considerada determinante para a sustentabilidade da operação. O projeto como um todo deveria demonstrar capacidade de retorno de 12% em relação aos investimentos federais e pressupunha-se a comprovação da participação privada na proposta em cada cidade. A tarefa da preservação cabia a todos e a expectativa era de uma substantiva participação privada, nos moldes de uma experiência precedente do BID em Quito, Equador, quando uma empresa mista foi criada para a gestão do solo e das obras urbanas (Darling, 2001).

Os imóveis públicos poderiam receber usos diversos geradores de receita, como museus que cobrassem entradas ou usos comerciais. Os privados seriam atendidos por uma linha de financiamento destinada à recuperação de fachadas e coberturas, estabilização ou consolidação estrutural da edificação, embutimento da fiação elétrica, instalações sanitárias e adequação do imóvel à geração de renda (para famílias de até três salários mínimos), além de atender aos custos de projeto. As amortizações alimentariam fundos criados especificamente para isso nos municípios, os Fundos de Preservação, a serem utilizados em ações de conservação ao longo do tempo.

A linha de apoio à participação privada na restauração de imóveis particulares, denominada Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados em Sítios Históricos (Frip), e os editais de desenvolvimento de atividades econômicas, pela novidade que traziam e dependência de instrumentos e parcerias específicas, foram construídos lentamente. O Frip foi negociado de forma lenta com a Caixa Econômica Federal (CEF) e os primeiros editais surgiram apenas em 2005. Ao ser implementado, o Frip teve que se adaptar à realidade dos proprietários de baixa renda das pequenas cidades tombadas. A esperada adesão privada ao Monumenta veio, afinal, das parcelas menos favorecidas da população.

Como já debatido em outras ocasiões (Giannecchini, 2019, 2024), o entendimento de que tipo de renda ou benefício econômico o programa deveria gerar foi sendo alterado na medida em que o programa foi implantado nos diferentes perfis de cidade, sobretudo após a mudança

da gestão governamental (2003), orbitando do retorno direto decorrente da rentabilidade turística, ao indireto, baseado em políticas sociais, investimentos em áreas públicas e subsídios para habitação.

Em que pesem os debates iniciais que tendiam a conduzir o programa a caminhos destoantes dos territórios, já detalhadamente abordados (Gianecchini, 2019; 2024), o projeto específico do Frip foi apontado pelos gestores envolvidos na formulação e implementação do programa e pela literatura especializada como a grande contribuição do Monumenta.² E contribuem para esse entendimento as informações trazidas pelos estudos de Diogo (2009), Bonduki (2010) e Simões (2017) vinculados ao Iphan.

Experiências anteriores de financiamento público para imóveis particulares em sítios históricos eram escassas. Destaca-se a emblemática tentativa de Aloísio Magalhães de criar um programa habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) voltado para os sítios históricos, com projeto piloto realizado em Olinda (1983-1986), ou vinculadas a iniciativas municipais, como os planos de reabilitação do centro histórico de Salvador (1970-1985), as intervenções em Recife do Programa Cidades Históricas e o Corredor Cultural do Rio de Janeiro (1979) (Machado apud Diogo, 2009). O caso de Olinda, considerado um sucesso por conta da adesão dos moradores e da baixa inadimplência, sustentou-se na defesa do subsídio público no financiamento da recuperação de habitações de baixa renda, agindo como redistribuidor dos recursos públicos. Essas experiências, assim como o Frip, são focadas no pilar do uso habitacional para a recuperação de núcleos históricos como estratégia de preservação do tecido cultural e social local.

A questão do reuso na preservação está presente desde os primeiros debates do campo, mas adquire impulso significativo como intenção consciente a partir da segunda metade do século xx, em meio ao desenvolvimento urbano e à percepção da condição de dependência do patrimônio da lógica de produção do território. Ou seja, de que sua conservação dependeria do desenvolvimento econômico e social.

Este trabalho tem por objetivo debater o reuso no seio do Programa Monumenta, diferenciando seus momentos de implantação e posicionando o projeto Frip no centro da discussão sobre o papel da habitação na reabilitação de centros históricos. Ainda que os resultados do Frip traduzam sua pequena escala, é preciso reconhecer o seu potencial promissor como política pública de conservação urbana integrada no final na virada do século xx ao xxi. A pesquisa conta com a contextualização bibliográfica do problema, a análise de documentos oficiais³ e entrevistas realizadas entre 2014 e 2019.⁴

A questão do reuso na preservação está presente desde os primeiros debates do campo, mas adquire impulso significativo como intenção consciente a partir da segunda metade do século xx, em meio ao desenvolvimento urbano e à percepção [...] de que sua conservação dependeria do desenvolvimento econômico e social

1. O reuso como condição para a conservação

A ideia de que a reutilização dos bens culturais favorece a sua preservação não é nova e está presente desde os debates iniciais de institucionalização do campo, especialmente a partir do século xix. De um lado, o fascínio da ruína despertado pelos avanços da arqueologia no século xviii e sua influência no período pós revolucionário francês, como tendência à museificação⁵ e ao fetiche do documento. De outro, um movimento de retomada desse patrimônio, particularmente na França durante a gestão do *Inspetor-Geral de Monumentos Prosper Mérimé* associada à praticidade de Viollet-le-Duc, bem traduzida no seu verbete Restauração no *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture*, como nos apresenta Cyro Lyra ao percorrer a questão na história da teoria do restauro:

Uma vez que todos os edifícios que se restauram têm uma utilização, são destinados para um serviço, não se pode negligenciar este aspecto de utilidade, para fechar-se inteiramente no papel do restaurador de antigas disposições fora de uso. Saído das mãos do arquiteto, o edifício não deve ser menos cômodo do que antes da restauração. Muito frequentemente, os arqueólogos teóricos não levam em conta estas necessidades e reprovam duramente o arquiteto por ter cedido às necessidades presentes, como se o monumento que lhe foi confiado fosse coisa sua, como se ele não devesse cumprir os programas que lhe foram impostos. (viollet-le-duc apud Lyra, 2016, p.22)

Esse conflito básico de uma apreciação purificada do passado como algo intocável e de sua apropriação como útil ao presente parecia então inconciliável. O aparente conflito ganhou contornos mais precisos com o historiador de arte Alois Riegl.

Em 1903, o então Conservador Geral da Comissão Central Imperial e Real para Monumentos Artísticos e Históricos da Áustria, investigou a origem do que chamou "culto moderno aos monumentos", buscando descrever valores atribuídos aos bens culturais, alguns ligados a necessidades contemporâneas e outros à percepção do passado. Permitindo-se estranhar o fenômeno moderno, buscou compreender e descrever situações, algumas delas em flagrante conflito. O estudioso deixou claro que a legítima necessidade de uso no presente poderia se opor à apreciação da antiguidade de um bem cultural. Ofereceu uma alternativa crítica: o entendimento de que o caminho passaria pelo juízo de valores, pela definição daquilo que seria mais importante para a sociedade em cada caso. Estabeleceu, assim, que a coexistência de valores requeria um acordo de limites, sobretudo no caso da arquitetura, ao mesmo tempo arte e função.

A sequência de encontros internacionais de especialistas e gestores do patrimônio que se disseminaram a partir do encontro da Sociedade das Nações em Atenas traduziram esse debate na busca por conciliações. A Carta de Atenas recomendava, em 1931, "que se mantenha uma utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico". Ambos os valores, de uso e de rememoração (histórico, de arte) deveriam andar juntos, porque assim assegurariam a sobrevivência do monumento.

O crescimento urbano de meados do século XX tornou esse pacto mais árduo. Não apenas as destruições traumáticas das guerras exerceram pressão popular pelo pragmatismo nas reconstruções e intervenções, mas também a expansão da produção e da reprodução capitalista das cidades alimentavam impulsos de renovação.

A reação no campo especializado foi proporcional, em várias frentes. Ao mesmo tempo em que novos bairros se ampliavam e deslocamentos de centralidades eram operados como recursos de rentabilidade urbana, impôs-se o debate sobre a recuperação dos centros históricos abandonados.

Do ponto de vista da teoria urbana, as leituras funcionalistas modernas deram lugar a visões mais permeáveis

Os movimentos sociais de 1968 impulsionaram experiências municipais em governos socialistas que se tornaram referenciais de reabilitação urbana, como em Bolonha e Ferrara, na Itália, e no Porto, em Portugal, conjugando conservação do patrimônio a aspectos sociais e urbanísticos, política habitacional e conservação urbana

às dimensões culturais de uso e apropriação dos espaços. Estudos sobre o direito à cidade e à moradia digna tomaram corpo e se traduziram em experiências de reabilitação de centros históricos com base na habitação social. Os movimentos sociais de 1968 impulsionaram experiências municipais em governos socialistas que se tornaram referenciais de reabilitação urbana, como em Bolonha e Ferrara, na Itália, e no Porto, em Portugal, conjugando conservação do patrimônio a aspectos sociais e urbanísticos, política habitacional e conservação urbana.⁶ O uso habitacional adquire centralidade como fundamento da continuidade física e social do tecido histórico. Essas experiências embasaram a formulação dos princípios de conservação integrada na Declaração de Amsterdam de 1975 que preconizava, fundamentalmente, a conservação do patrimônio como o objetivo principal do planejamento urbano e territorial e que a reabilitação dos bairros antigos deveria ser realizada sem modificações significativas da composição social dos habitantes (Zanchetti, 2000).

No caso de Bolonha, o patrimônio alcançou protagonismo no planejamento da cidade, tendo "como princípio a utilização do centro histórico no presente como parte de uma política territorial, pautado na estratégia de recuperar o centro e frear a expansão para as periferias e inverter os processos especulativos" (Sampaio, 2017, p.49). Os usos eram compatíveis não apenas com as estruturas físicas, mas com a estrutura "histórico-ambiental", contemplando "habitação popular, alojamento estudantil, a universidade, equipamentos institucionais, o comércio artesanal, distribuídos no tecido urbano de forma a man-

Desde as primeiras negociações entre governo brasileiro e BID para o desenho do Programa Monumenta estava explícito que o objetivo de curto prazo era o aumento da utilização econômica, cultural e social nas áreas

ter a dimensão humana da cidade" (Sampaio, 2017, p.50). Para Sampaio, o entendimento de Cervellati de que a "conservação arquitetônica não pode existir fora da conservação social" marca uma corrente de pensamento que terá difusão em governos de orientação social.

A partir da década de 1990, o termo sustentabilidade, oriundo do movimento ambientalista, será absorvido no léxico do urbanismo para referir à reconfiguração do desenvolvimento urbano. Desde o sentido impresso no Relatório Brundtland de 1987 e sua expansão na Agenda 21, de um "desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (CMMAD, 1988), o termo foi reapropriado sob acepções diversas, sombreando os potenciais conflitos entre as várias dimensões do desenvolvimento – econômico, social, cultural e ambiental. Na mesma década da disseminação do ideário neoliberal, o sentido da sustentabilidade tende a subjugar redistribuição, reutilização, conservação da natureza e participação social à expansão do capital e à sobrevida do sistema (Acselrad, 1999). A dificuldade de conjugar sustentabilidade econômica e social passou a ser tema clássico na reabilitação urbana, frente aos processos de gentrificação frequentemente presentes.

2. O cálculo da sustentabilidade na proposta inicial

Desde as primeiras negociações entre governo brasileiro e BID para o desenho do Programa Monumenta estava explícito que o objetivo de curto prazo era o "aumento da utilização econômica, cultural e social nas áreas do programa" (BID, 1997b). As atas dessas reuniões demonstram a preocupação com a definição de usos capazes de gerar receita, como aqueles vinculados ao turismo, centrados em monumentos.⁸ Outros usos, como os habitacionais, eram considerados complementares.

O primeiro Regulamento Operativo⁹ amarrava o modo como se esperava cumprir esses objetivos e a sustentabi-

lidade do programa por meio de condições para entrada dos municípios que incluíam estudos prévios de viabilidade econômica e financeira do conjunto de intervenções e ações propostas:

Entende-se por sustentabilidade a geração permanente de receitas suficiente para garantir o equilíbrio financeiros das atividades e manter conservados todos os imóveis da Área de Projeto, inclusive monumentos cujas receitas sejam insuficientes para sua conservação. Tratando-se, via de regra, de áreas economicamente deprimidas, a sustentabilidade é tributária da intensificação do fluxo de frequentadores e turistas à área de projeto, bem como da intensificação do uso de seus imóveis. Para tanto as intervenções devem focar a melhoria da acessibilidade e da atratividade da Área. [...]

No conceito de atratividade incluem-se outros monumentos e logradouros de destaque adjacentes ao(s) foco(s) da intervenção ou situados nos trechos dos trajetos de acesso contíguos aos mesmos, bem como usos de imóveis condizentes ou complementares àqueles do(s) foco(s), como a habitação, bares e restaurantes, hotéis, comércio de "souvenirs", atividades de cultura e entretenimento, serviços pessoais, etc., e, ainda, facilidades, como áreas de lazer e descanso, equipamentos de informação turística, equipamentos de apoio, como sanitários públicos, etc." (Brasil, 2001a, p.2.)

Para a avaliação da viabilidade financeira considerava-se a capacidade de contrapartida local e a sustentabilidade do projeto:

(ii) a avaliação da sustentabilidade de cada Projeto do Programa, através de uma projeção financeira deverá estar sintetizada numa tabela de "Origem e Aplicação de Fundos". As receitas diretas e indiretas geradas pelo Projeto deverão financiar as despesas de conservação dos investimentos realizados em Monumentos Nacionais localizados na Área de Projeto ou, se houver excedentes, esses serão destinados, prioritariamente, a novos investimentos em Monumentos Nacionais situados na mesma área e, depois, na Área de Influência. Se a quantificação desses fluxos de recursos anuais indicar que estes não são suficientes para financiar as despesas necessárias de conservação indicadas, a sustentabilidade do Projeto não será lograda e o Projeto não será elegível para financiamento pelo Programa". (Brasil, 2001b, p.1)

Diante da precária alocação de receitas públicas para a manutenção dos edifícios e áreas restauradas, o governo deveria mobilizar o máximo de grupos a participar da tarefa da preservação. A participação privada deveria cor-

responder, de acordo com o contrato de financiamento com o BID, à proporção de 10% (BID, 1999).

No relatório de avaliação final do programa elaborado pelo BID (2010) há um rebatimento dos resultados com os pressupostos iniciais. O funcionamento dos Fundos de Preservação, imprescindíveis para a sustentabilidade, ainda era muito incipiente em 2010. Esses fundos eram a chave da lógica da sustentabilidade, ao receberem as rendas geradas pelos projetos. O relatório avaliou dificuldades na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais, pois "faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo" (BID, 2010, p.6), além da ausência de fiscalização sobre a destinação dos recursos. Além disso, apontou que mesmo que os fundos estivessem em pleno funcionamento, as demandas da área patrimonial eram muito superiores à sua capacidade financeira.

3. O giro conceitual e a montagem do Frip

Foram necessários alguns anos para a plena operação do Programa Monumenta. Sua estruturação se deu através dos projetos da Amostra Representativa, acompanhados de perto pela Unidade Central de Gerenciamento (UCG) e do BID, pensados para ser a vitrine da iniciativa e permitir a avaliação de seu andamento, corrigindo as falhas e adequando os procedimentos. O núcleo da amostra funcionou, na prática, reduzido às cidades de Olinda, Ouro Preto, Recife e Rio de Janeiro, pois Salvador e São Paulo ingressaram, de fato, posteriormente no programa. Os demais municípios vinham trabalhando nas condições para adesão, incluindo a realização das Oficinas de Planejamento Zopp,¹⁰ as Cartas Consulta,¹¹ os Perfis de Projeto,¹² a formação de equipes e contratação de profissionais, a criação dos fundos locais, a articulação para adesão do setor privado e o trabalho na sanidade financeira para a provisão da contrapartida. No final do ano 2002, havia dezoito convênios assinados, cinco novas cidades com Planos Operacionais assinados e seis novas cidades em processo de elaboração de Cartas Consulta e Perfis de Projeto (Gianecchini, 2019).

O Relatório de Atividades do Iphan (2000) e os Relatórios de Progresso do Monumenta de 2004 (MINC, 2004a, 2004b), especialmente, registram as dificuldades de implementação no momento, como a estrutura insuficiente, a falta de capacidade financeira e de capacitação dos municípios, além dos sucessivos contingenciamentos do orçamento federal. Eram ainda apontadas a complexidade das normas e procedimentos do programa e a reduzida equipe do Iphan para acompanhamento.

A passagem para o ano de 2003 marca o governo de transição e os debates sobre a continuidade do Monumenta,¹³ quando, de acordo com profissional envolvido na equi-

Diante da precária alocação de receitas públicas para a manutenção dos edifícios e áreas restauradas, o governo deveria mobilizar o máximo de grupos a participar da tarefa da preservação. A participação privada deveria corresponder, de acordo com o contrato de financiamento com o BID, à proporção de 10%

pe (Entrevista..., 2014), foram estabelecidas novas prioridades diante do cenário de tensões estabelecida entre os municípios, o programa e o Iphan. Muitas indisposições relacionavam-se à produção de extensos produtos necessários para o estabelecimento de convênios e à posição coadjuvante do Iphan no programa.¹⁴ Renova-se a equipe e um grupo afiliado aos princípios da reforma urbana abre o diálogo interno, com outros ministérios e governos locais. A postura favorece a revisão de projetos paralisados nos municípios e ganham corpo propostas oriundas de parcerias – como aquelas voltadas à implantação de campus universitários ou de recuperação de áreas públicas.¹⁵

É perceptível, tanto na literatura institucional quanto nas entrevistas realizadas, que essa interlocução permitiu uma aproximação maior com as potencialidades locais e reais condições de implantação do programa, beneficiando especialmente as cidades pequenas, maior parte do universo de cidades conveniadas (61,50%). As fracas dinâmicas econômicas e turísticas dos municípios menores não favoreciam grandes parcerias comerciais, mas ações sob medida de qualificação da habitabilidade e da urbanidade.

Em suma, o programa foi expandido nas cidades, mas também nas suas diferentes componentes temáticas. A parceria com o Ministério das Cidades possibilitou recursos para Planos Diretores e de Preservação de cidades tombadas; com o Ministério do Meio Ambiente e Turismo, a elaboração de roteiros do patrimônio. Os editais do projeto de atividades concorrentes ampliaram o acesso aos recursos do Monumenta por parte de entidades da sociedade civil, setor privado e fundações, contemplando ações econômicas, educativas e de capacitação.

O reuso foi, portanto, base estruturante do Monumenta. As ações financiadas podiam ser projetos e obras nas áreas de projeto ("investimentos integrados"), estudos e ferramentas de gestão para o fortalecimento institucional, a promoção de atividades econômicas nas áreas de projeto, o treinamento de artífices e agentes locais de cultura e turismo, e programas educativos voltados ao patrimônio histórico. Cada cidade possuía um projeto âncora principal (monumento ou espaço público), normalmente de interesse público, ao redor do qual orbitavam as demais ações. Para além dos espaços com funções religiosas, de importância expressiva nas paisagens tombadas (26%), destacam-se, na componente de investimentos integrados, os projetos voltados para museus, espaços de memória ou arte, centros culturais ou teatros (31%), centros de turismo ou artesanato (4%), instituições públicas (17%), estruturas ou equipamentos (5%), mercados (7%), usos comerciais ou serviços (2%), centros de ensino (5%), terminais ou estações (2%).¹⁶

Do ponto de vista dos investimentos privados, o Frip foi o principal atrativo. O projeto de financiamento, que mobilizou cerca de 12% de recursos do programa (a previsão era de 30%), encontrou contexto favorável para seu desenvolvimento a partir de 2004, com o restabelecimento da negociação com a Caixa Econômica Federal (CEF). O resultado corresponde a 78 editais publicados em 25 cidades, contemplando mais de 1.200 propostas envolvendo o valor de R\$ 63 milhões (Dezolt, 2009; BID, 2010). Destas, apenas 485 obras foram finalizadas, totalizando o gasto efetivo de pouco mais de R\$ 26 milhões (SImões, 2017). Diante da demanda repressada, a iniciativa não representou escala, mas mostrou-se necessária.

O objetivo era oferecer crédito a condições especiais para que pequenos proprietários investissem na conservação de seus imóveis, contribuindo para a geração de sustentabilidade financeira do programa. Tratava-se de uma transferência a fundo perdido de recursos federais aos municípios, que poderiam utilizar as amortizações dos particulares em obras locais. Além do juro zero, o Frip ofereceu isenção de seguro e de taxas, prazo de pagamento dilatado, carência de seis meses e forma de garantia adequada. Essas características o tornaram muito mais econômico que qualquer outro financiamento à época para habitação de interesse social (Diogo, 2009). O princípio norteador passou a ser "adequar as condições de financiamento à realidade, e não a realidade às regras de financiamento" (Diogo, 2009, p. 29).

Pelo seu ineditismo e complexidade, o instrumento le-

A passagem para o ano de 2003 marca o governo de transição e os debates sobre a continuidade do Monumenta, quando, de acordo com profissional envolvido na equipe, foram estabelecidas novas prioridades diante do cenário de tensões estabelecida entre os municípios, o programa e o Iphan

vou cerca de cinco anos para ser efetivado, passando por um longo processo de convencimento sobre sua viabilidade, identificação de um agente financeiro e sensibilização da população (Dezolt, 2009). Foi um trabalho artesanal e minucioso de inúmeras rodadas de diálogo e revisões de minutas de documentos. Até 2002 havia uma ideia geral do Frip de repasse de recursos federais às prefeituras por meio de convênios, da criação do fundo municipal, que iria receber os recursos das amortizações dos mutuários, e um documento base de edital público com modelo de contrato e termo de compromisso. Ao longo do ano de 2003 foi firmado com a CEF o contrato para a operacionalização financeira do financiamento e, no ano seguinte, foi realizado um concurso público de temporários com vagas para atuar no Monumenta e um coordenação foi criada para se debruçar sobre a questão. A responsável pelo tema relatou em entrevista as dificuldades internas, mesmo na equipe do Monumenta:

A equipe que até então fazia parte do Monumenta não tinha nenhuma familiaridade com esse tipo de assunto. [...] Tinha um advogado na época da assessoria do Monumenta que tinha sempre uma ação muito resistente. No começo, esse advogado era bastante resistente, então as coisas, mesmo internamente, tinham uma certa dificuldade de deslanchar. E a gente começou a sentar com a Caixa e discutir como isso ia se tornar uma ação, como ia se operacionalizar. [...] Eram reuniões com a Caixa em que a gente discutia artigo

Usos em edificações	Obras %	
Igreja ou espaço religioso	36	27
Museu, espaço de memória ou arte, centro cultural, teatro	42	31
Centro de turismo ou artesanato	5	4
Instituição pública	23	17
Estruturas ou equipamentos	7	5
Mercado	10	7
Comércio ou serviço	3	2
Centro de ensino	7	5
Terminal ou estação	3	2
Total	136	100

Distribuição dos usos nas edificações contempladas com recursos da componente "Investimentos Integrados" (obras em monumentos protegidos) do Monumenta. Fonte: Elaborado pela autora com base em Diogo (2009) e análises dos Relatórios de Progresso do programa.

Usos em edificações	Obras %	
Praças	49	48,51
Orlas	9	8,91
Vias, calçadas, escadas, becos, pontes	35	34,65
Ruínas	1	0,99
Estacionamento	4	3,96
Parque	2	1,98
Sinalização	1	0,99
	101	100

Distribuição dos tipos de espaços públicos contemplados com recursos da componente "Investimentos Integrados" (obras em monumentos protegidos) do Monumenta. Fonte: Elaborado pela autora com base em Diogo (2009) e análises dos Relatórios de Progresso do programa.

(pp. 48-49) – Projetos e obras contempladas em cada cidade. Fonte: Elaborado pela autora com base em Diogo (2009) e análises dos Relatórios de Progresso do programa.

dossiê

UF	Cidade	Monumento	Praças, parques, orlas	Universidade	FRIP	FRIP	Obras em monumentos (Investimentos Integrados)	Obras em espaços públicos (Investimentos Integrados)
MA	Alcântara		1			0	Receptivo Turístico, terminal de passageiros e mercado de peixe	
PA	Belém	1				8	Mercado de carne Francisco Bolonha, Solar Barão de Guajará – Instituto Histórico e Geográfico do Pará e Igreja de Santana	Pç. Maranhão e Pç. Frei Caetano Brandão
BA	Cachoeira	1	1	1	1	37	Capela Nossa Senhora d'Ajuda, Conjunto do Carmo (Ordens Primeira e Terceira e Casa de Oração). Igrejas Matriz de Nossa Senhora do Rosário, do Rosarinho, Nossa Senhora do Monte e Cemitério dos Pretos. Paço Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), casa natal de Ana Nery (Rua Ana Nery nº 7). Imóveis na Rua Ana Nery nº 2 e nº 25, na Rua Benjamin Constant nº 17, na Rua Sete de Setembro nº 34, na Rua 13 de Maio nº 13 e na Praça da Aclamação nº 04. Quarteirão Leite Alves (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) e nova sede da Fundação Hansen	Orlas de Cachoeira e de São Félix
MG	Congonhas	1	1			16	Santuário Bom Jesus de Matosinhos, Igreja São José e estação ferroviária	Praça São José, Ladeira do Bom Jesus e Alameda Cidade Matozinhos de Portugal
MS	Corumbá		1			6	Casa Wanderley Baís (Museu de Arqueologia do Homem do Pantanal)	Orla do Rio Paraguai, escadaria e Pç. General Rondon, Pç. Generoso Ponce, Pç. do Beco da Candelária, Travessa Mercúrio e estacionamento do Centro de Convenções
MG	Diamantina	1				23	Mercado Velho, Sobrado do Intendente (Museu de Arte Sacra), Cadeia Velha e Igreja São Francisco	Praças Barão de Guaicuí e Monsenhor Neves
GO	Goiás	1	1		1	102	Mercado Municipal, Museu das Bandeiras, Chafariz da Boa Morte	Requalificação da Beira-rio (Rio Vermelho) e Praça da Liberdade
CE	Icó		1			16	Teatro da Ribeira dos Icós, Sobrado do Canela Preta e Casa de Câmara e Cadeia	Urbanização do largo do Théberge
SE	Laranjeiras	1	1			2	Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus e trapiche carpintaria da prefeitura. Novo campus da Universidade Federal do Sergipe: quarteirão dos trapiches, Casarão de Oitão da Praça da República, Casarão dos Rollemberg e sobrado ao lado	Praças do Trapiche Santo Antônio, da República e Samuel de Oliveira. Avenida Municipal e Praça do Sagrado Coração de Jesus. Calçadão Getúlio Vargas e Praça Cel. José de Faro
BA	Lençóis	1				67	Mercado Público Municipal, Casa de Cultura Afrânio Peixoto e anfiteatro. Igrejas Nossa Senhora do Rosário e Nosso Senhor dos Passos. Antiga e nova sede da prefeitura municipal, biblioteca pública, arquivo público, sede do Iphan e antigo posto de saúde	Avenida Nosso Senhor dos Passos e ponte sobre o Rio Lençóis
AM	Manaus	1				0	Paço da Liberdade (Museu da Cidade), Mercado Adolpho Lisboa e imóveis da Rua Bernardo Ramos nº 69 e nº 77	Coreto e chafariz da Praça Dom Pedro II, Praça IX de Novembro e estacionamento rotativo do Museu da Cidade
MG	Mariana					13	Catedral de Nossa Senhora da Assunção (a Sé de Mariana), Igreja da Nossa Senhora Rainha dos Anjos, Casa da rua Direita, Casa do Conde de Assumar, Casarão dos Moraes e Seminário Menor (Centro Cultural)	Praças Cláudio Manoel (Praça da Sé), São Pedro dos Clérigos, Minas Gerais, Tancredo Neves, Dom Silvério, Barão de Camargo e Santo Antônio
TO	Natividade				1	58	Igreja de Nossa Senhora da Natividade, Centro de Artesanato e Apoio Turístico, Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira	Praças da Igreja São Benedito, das Ruínas da Igreja do Rosário dos Pretos, do Largo da Matriz, da Bandeira, Leopoldo de Bulhões e becos João Araújo, da Escola e do Cemitério Antigo
PI	Oeiras					0	Igreja Nossa Senhora das Vitórias, Capela dos Passos da Paixão, Museu de Arte Sacra (Paço Episcopal), Sobrado dos Ferraz, Sobrado Major Selemérico, Cine-Teatro, Mercado Público, Café Oeiras e Ponte Grande Zacarias de Góis	Praças Orlando de Carvalho, Mafrense e Marechal Deodoro
PE	Olinda	1	1			3	Igreja do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Observatório da Sé e Museu Regionalw	Praça do Carmo e sítio de Seu Reis, reurbanização e estacionamento do Fortim e do largo do Varadouro. Estacionamentos do Rosário e da Conceição. Requalificação do Beco Bajado, do Largo do Cruzeiro e da rua Saldanha Marinho

UF	Cidade	Monumento	Praças, parques, orlas	Universidade	FRIP	FRIP	Obras em monumentos (Investimentos Integrados)	Obras em espaços públicos (Investimentos Integrados)
MG	Ouro Preto	1	1			36	Teatro Municipal (Casa da Ópera), Casa da Baronesa, Casa do Gonzaga, Casa do Folclore, Igreja do Antônio Dias, Ponte do Antônio Dias, Capela das Dores, Terminal de integração, Casa dos Inconfidentes, Casarão Rocha Lagoa e Solar Baeta Neves	Parque do Horto Botânico e Praça Tiradentes
RS	Pelotas	1				7	Mercado Municipal, Paço Municipal, Grande Hotel, Secretaria de Finanças e casas nº 02 e nº 06, na Praça Cel. Pedro Osório	Praça Cel. Pedro Osório e Fonte das Nereidas, Largo do Mercado, Beco das Artes, Beco dos Doces e Beco das Frutas
AL	Penedo	1	1		1	23	Igrejas de Nossa Senhora da Corrente e de São Gonçalo Garcia, Mercado Público, Pavilhão da Farinha e Casa de Aposentadoria	Orla do Rio São Francisco, adro da Igreja de Nossa Senhora da Corrente e prolongamento da Rua 7 de Setembro. Praças Barão de Penedo, Padre Veríssimo, Rui Barbosa e Costa e Silva. Ruas Dâmaso do Monte, Dom Jonas Batinga, São Miguel e Avenida Floriano Peixoto
RS	Porto Alegre	1	1			15	Palácio Piratini, Pinacoteca de Porto Alegre, Biblioteca Pública do Estado, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Memorial do Rio Grande do Sul, pórtico central do Cais do Porto, Igreja Nossa Senhora das Dores	Praça da Matriz, Praça da Alfândega e vias da área do projeto
PE	Recife	1	1			1	Igreja Madre de Deus	Recuperação de calçadas, pavimentação e iluminação da Rua Madre de Deus, Avenida do Cais da Alfândega (11/2003), Rua da Moeda, Avenida Alfredo Lisboa, trecho da Avenida Vigário Tenório, Rua Prof. Aloísio Magalhães e Rua Aluísio Periquito. Sinalização interpretativa
RJ	Rio de Janeiro		1			4	Igreja Santíssimo Sacramento, Teatro Carlos Gomes, anexo Centro de Arte Hélio Oiticica, Casa de Bidu Sayão, Conjunto Escultórico Dom Pedro I e as quatro alegorias, Solar Visconde do Rio Seco, imóveis na Praça Tiradentes nº 71 e Rua Gonçalves Lêdo nº 11	Praça Tiradentes, seu entorno e Rua do Lavradio
BA	Salvador				1	0	Seminário São Dâmaso (Centro de Restauo da Bahia – Cerba), Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco	
SE	São Cristóvão	1	1			3	Sobrado da Antiga Ouvidoria, Museu Histórico do Estado de Sergipe, Lar Imaculada Conceição, Convento e Igreja de Santa Cruz, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Capela dos Capuchinhos	Praças da Bandeira, São Francisco e Senhor dos Passos (Largo do Carmo). Ladeiras de Epaminondas (Beco da Poesia), do Porto da Banca e do Açougue. Largo do Rosário e Beco do Amparo
SC	São Francisco do Sul	1	1			17	Museu Nacional do Mar, Museu Histórico e Terminal Marítimo, Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e Mercado Público Municipal	Orla da Baía da Babitonga e Parque do Morro do Hospício
SP	São Paulo	1				1	Museu de Arte Sacra, Edifício Paula Souza (antigo Laboratório Politécnico), Edifício Ramos de Azevedo, Chaminé (próxima ao Quartel da Luz). No Jardim da Luz: ponto de bondes, prédio do Ponto Chic, Casa do Administrador e o Coreto nº 2	Praça Cel. Fernando Prestes
MG	Serro	1				27	wlgrejas Matriz Nossa Senhora da Conceição e do Bom Jesus de Matozinhos. Chácara e Casa do Barão do Serro	Praça João Pinheiro, adro e ladeira da Igreja de Santa Rita. Requalificação do eixo entre as Igrejas Matriz e Matozinhos. Urbanização da orla do Córrego Quatro Vinténs
TOTAL		18	14	1	5	485		

dossiê



Vista do Museu
do Mar a partir do
canal, São Francisco
do Sul-sc. Fonte:
Acervo pessoal
de Maria Regina
Weissheimer, 2015.



Parque Horto dos Contos, próximo à entrada da R. Padre Rolim. Fonte: Acervo pessoal Ana Clara Gianecchini, 2024.

dossiê



Universidade
Federal de Sergipe,
Campus Laranjeiras,
Laranjeiras-se. Fonte:
Wikicommons. Foto:
Paul R. Burley, 2022.



Mercado de
Diamantina. Fonte:
Acervo pessoal de
Liliane de Castro
Vieira, 2023.

O objetivo era oferecer crédito a condições especiais para que pequenos proprietários investissem na conservação de seus imóveis, contribuindo para a geração de sustentabilidade financeira do programa

por artigo, item a item. [...] Para rodar, eles têm que construir um procedimento interno deles que chama "roteiro operacional" [...]. São as normas para que todas as agências que vão lidar com aquela ação saibam quais são as regras [...]. Esse documento levou dois anos para ser aprovado dentro da Caixa, porque ele tem que ter a aprovação de todas as áreas. Então isso tudo foi o momento de concepção, para poder colocar na roda o financiamento. Esse período de 2004 a 2006 foram dois anos praticamente trabalhando com os ajustes de todos os documentos. (Entrevista... , 2018a)

Havia uma série de condições colocadas para o perfil populacional atendido, configurando desafios cuja resolução se estenderam no tempo, como os fatos dos imóveis não terem registro em cartório, serem irregulares, os proprietários serem idosos e não possuírem garantia.

Ao final de 2005 o documento estava pronto para ser divulgado cidade a cidade, por meio das Unidades Executoras de Projetos (UEP) com apoio do Iphan local. A primeira divulgação formal do financiamento foi em um evento geral do programa que aconteceu em São Francisco do Sul que tinha uma sessão plenária para apresentação do Frip. Os diversos relatos (Entrevista..., 2018a; Entrevista..., 2018b; Carneiro, 2014) dão conta de que a adesão ao primeiro edital foi pequena porque havia uma insegurança muito grande por se tratar de um instrumento novo. Havia desconfianças tanto da CEF, pois o projeto era muito diferente de um financiamento padrão, quanto da população. Esta situação requereu um trabalho corpo a corpo de ir em todas as cidades e ex-

plicar o que era e tirar dúvidas. De fato, as grandes adesões aos editais estavam vinculadas às campanhas das unidades locais do Monumenta e da CEF (Giannecchini, 2019). À medida que as primeiras obras aconteceram e os resultados vantajosos foram aparecendo, a adesão tornou-se maior.

Após o término do contrato de financiamento Monumenta em 2010, houve uma tentativa de continuar o projeto do Frip na agenda do Iphan até cerca de 2020. Contudo, a CEF não desejou renovar o contrato, e a busca por um novo agente financeiro considerou o Banco do Nordeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), mas as negociações não prosperaram.

4. Dificuldades de implementação e resultados auferidos em 2017

Os Relatórios de Progresso produzidos pela UCG com o apoio das Unidades Executoras de Projeto (UEP) registram algumas dificuldades ao longo da implementação do Frip nas cidades. A primeira delas era a própria adesão ao contrato, que requeria uma série de documentos por parte do mutuário e o projeto aprovado no Iphan. Essa etapa projetual também representou um obstáculo expressivo, na medida em que 23% das cidades relataram dificuldade para aprovação do projeto no Iphan (Simões, 2017). Outra queixa recorrente foi a demora no repasse de recursos pela caixa (medições), gerando atrasos nos pagamentos e nas obras. As obras de restauro e reforma em si também geraram atrasos.

O estudo aprofundado de Keley Carneiro (2014) sobre o desempenho do Frip em Goiás, cidade com resultados de maior expressão nacional, é também elucidativo sobre as questões envolvidas na empreitada. O escopo do Monumenta na cidade foi reduzido, correspondendo a um investimento de R\$ 5.362.819,99 entre obras públicas e privadas, mas o número de 102 obras concluídas foi o maior no programa. Para esse resultado, foram necessários quatro editais, que classificaram 238 propostas, entre as quais menos da metade foram adiante.

Carneiro explica que a enchente de grandes proporções que acometeu a cidade em 2001, poucos dias após o anúncio do seu reconhecimento como patrimônio mundial pela Unesco, a colocou no topo da lista de priorida-

Cidades	Obras finalizadas	Valor	Quantidade editais
Belém	8	R\$2.305.128,47	4
Cachoeira	37	R\$2.891.421,36	1
Congonhas	16	R\$435.352,77	3
Corumbá	6	R\$333.648,60	4
Diamantina	23	R\$1.121.746,29	4
Goiás	102	R\$2.698.712,22	3
Icó	16	R\$417.885,46	2
Laranjeiras	2	R\$62.420,84	4
Lençóis	67	R\$1.378.342,00	1
Mariana	13	R\$1.328.119,01	2
Natividade	58	R\$778.580,00	3
Olinda	3	R\$259.897,44	2
Ouro Preto	36	R\$1.582.641,66	2
Pelotas	7	R\$806.287,94	4
Penedo	23	R\$971.421,12	4
Porto Alegre	15	R\$5.335.410,61	3
Recife	1	R\$418.015,16	3
Rio de Janeiro	4	R\$622.156,79	3
São Cristóvão	3	R\$129.530,12	4
São Francisco do Sul	17	R\$1.119.630,04	4
São Paulo	1	R\$49.549,55	4
Serro	27	R\$1.057.895,69	4
Total	485	R\$26.103.793,14	78

Tabela descritiva de registros efetuados pelo sistema Deter. Fonte: Adaptado pelos autores de CGBT/Inpe, 2019.

des do Monumenta. O projeto incorporou a recuperação da parte urbanizada na margem do rio, além da Igreja, a praça principal e o Mercado Público, somando-se a recursos de outros níveis de governo, voltados para pontes e para o espaço de Cora Coralina.

De acordo com a autora, as desistências entre a classificação da proposta e a assinatura do contrato foram motivadas, para 32% dos entrevistados nessa pesquisa, pela falta de informação. Outros 25% alegaram motivos financeiros ou de falecimento, e 8% tiveram dificuldades para reunir a documentação exigida no prazo estabelecido. Uma porção menor relatou discordâncias em relação ao projeto de restauração, sobretudo devido à exclusão de varandas, à alteração do número e dos tipos de janelas. São importantes também os relatos trazidos sobre a prefeitura à época que, embora plenamente envolvida no projeto, manifestou incômodo pelo caráter “de cima para baixo” do programa e pelo “autoritarismo” nas “descharacterizações” das obras realizadas em imóveis privados (Carneiro, 2014). Havia dificuldades também de ordem política, uma vez que um dos prefeitos que passaram

pelo município durante o período não facilitou a criação do fundo local e nem do seu conselho gestor, além de não promover o programa na cidade e impor entraves à assinatura de contratos privados com desafetos políticos.

Para recuperar essas casas, os moradores requisitaram recursos relativamente baixos, a maioria inferior a R\$ 20.000, correspondendo ao limite de endividamento de acordo com a renda do beneficiário (Carneiro, 2014).¹⁷ Além do valor das obras, houve duas outras condicionantes para essa média: o limite de endividamento de acordo com a renda do beneficiário e a cláusula de hipoteca do imóvel como garantia no caso de valores superiores. Contudo, como relatado, foram frequentes as necessidades de revisão dos valores contratados, seja por imprevistos na obra (42% de acordo com Simões) ou pela demora no repasse de recursos (Simões, 2017).

Outro grande problema analisado por Carneiro (2014) foi atribuído aos prazos dispendidos nas etapas do programa. A média de todo o processo de entrada de documentação na CEF e conclusão das obras do Frip foi de um ano e quatro meses, sem contar os meses de

a enchente de grandes proporções que acometeu a cidade em 2001, poucos dias após o anúncio do seu reconhecimento como patrimônio mundial pela Unesco, a colocou no topo da lista de prioridades do Monumenta

preparação da documentação, elaboração do projeto e classificação prévia pelo programa. Para a opinião pública essa burocracia era excessiva. Além disso, muito se reclamou quanto à demora do repasse de recursos da CEF após a medição de cada etapa de obra pela UEP. Nesse processo, a mão de obra não era remunerada, os serviços eram interrompidos e os problemas se arrastavam em cascata. A estrutura da UEP era ainda pequena para tantas obras, além da ajuda que prestava na elaboração de projetos, quando havia dificuldades no cumprimento dessa etapa por parte dos moradores.

O estudo mais amplo e sistemático realizado desde o término do Frip foi o de Simões (2017). Encomendado pelo Iphan e viabilizado pela cooperação técnica com a Unesco, o estudo amostral, incluindo cidades nas cinco regiões – Goiás (GO), Natividade (N), Cachoeira (NE), Lençóis (NE), Porto Alegre (S) e Serro (MG) – possibilitou o levantamento de dados como a permanência da população dez anos após a assinatura do contrato de financiamento e a manutenção no uso dos imóveis.

Esse estudo identificou que o perfil populacional majoritário de beneficiários do Frip era de idosos (44%), mulheres (62%), compondo famílias de baixa renda (66%). Os imóveis, em sua maioria, possuíam uso residencial (77%), pertenciam há tempos à família e havia o desejo que assim permanecessem. Boa parte dos imóveis (81%) estava em bom estado de conservação em 2016, contra 6% no início dos contratos (Simões, 2017). Esses dados se refletiram em uma alta taxa de permanência no imóvel dez anos depois da reforma, equivalendo a 87% dos beneficiários.

Os beneficiários relataram também desafios em relação a imprevistos na obra (35%), na demora no repasse de recursos pela CEF (29%), na percepção de que o recurso não foi suficiente para recuperar seus imóveis (67%), e na relação com a mão de obra (61%) (Simões, 2017).

Apesar dos problemas, é extremamente relevante o dado de 87% de satisfação dos beneficiários com o financiamento. Para 55% deles, aderir ao financiamento foi a única alternativa que tiveram para a recuperação de seus imóveis e 64 % dos beneficiários afirmaram que tomariam o empréstimo novamente se disponível.

O Programa Monumenta trouxe, portanto, uma oportunidade única para os moradores dos centros históricos ao viabilizar o empréstimo em condições facilitadas de pagamento, evitando o seu arruinamento e alienação. Os indicadores atestam que o investimento se aproximou da realidade, pois não alterou o perfil social do morador, evitando processos de gentrificação, comum em programas de recuperação urbana. Uma conjunção de fatores foi responsável por esse resultado salutar, que passa pelo tamanho da cidade associado a uma restrita dinâmica urbana, pelo perfil de beneficiários, pela modesta escala do turismo e o desenho do instrumento de financiamento.

Esses dados transparecem a realidade atingida pelo Monumenta e se opõem ao discurso inicial do programa de que "a ação do governo" deveria "ser subsidiária à ação privada", ou de que o setor privado deveria assumir a tarefa da preservação (BID, 1996). Refutam a ideia de "um ponto final no investimento público" (Bonduki, 2010, p.38) e mostram que sem o subsídio público possivelmente o cenário de permanências seria outro.

5. Habitação como pilar da sustentabilidade

A experiência do Frip reverbera os preceitos da conservação integrada de que a conservação arquitetônica e urbana depende da social. A busca por usos adequados ao patrimônio não pode se desvincular do plano dos direitos à cidade e à memória. O sentido do patrimônio é indissociável do interesse coletivo e da coesão social, requerendo um reuso adaptado à função social do bem cultural. Portanto, qualquer sustentabilidade da preservação deve se sustentar no social.

O tratamento dos vazios urbanos, da subutilização e a redistribuição dos bônus da urbanização, tipicamente tratados pelo planejamento urbano, fazem parte do rol de preocupações da conservação urbana. A habitação tem papel central nesse quadro, ao mesmo tempo qualificando a vida na cidade contemporânea e assegurando a salvaguarda do significado cultural do patrimônio urbanístico.

O Frip reforça ainda ensinamentos fundamentais sobre políticas públicas. Que o planejamento de ações deve se dar com base em dados da população e dos territórios atingidos, e que o diálogo local e a articulação intersetorial devem ser pressupostos básicos, desde a formulação dos problemas à proposição de ações e solução de entraves.

AUTORA

Ana Clara Giannecchini é professora do Departamento de Projeto, Expressão e Representação (PRO) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2019), especialista em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (2014), mestre (2009) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (2004) pela Universidade de São Paulo. Foi arquiteta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010-2022), onde desenvolveu trabalhos de normas de preservação para as cidades tombadas. Tem experiência em políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, em conservação urbana e projetos de restauro. Desenvolve atualmente atividades de pesquisa e ensino com foco na escala urbana. É membro do grupo de pesquisa Cidades Possíveis do PPG-FAU/UnB

NOTAS

1. O período de vigência do contrato de empréstimo do governo brasileiro com o BID foi de 1999 a 2010. As primeiras articulações para elaboração do programa remontam, contudo, ao ano de 1995, e muitas das obras financiadas pelo programa se estenderam para além de 2010.

2. Realizadas para pesquisa de doutoramento apresentada em 2019 (Giannecchini, 2019). Entre 2014 e 2019 foram realizadas 34 entrevistas com profissionais envolvidos no programa do BID, do Iphan, da Coordenação Nacional do Monumenta, da Unidade Central de Gerenciamento, das Unidades Executoras de Projeto nas cidades, de consultorias, e em menor medida com representantes de prefeituras, governo estadual e sociedade civil.

3. Os documentos consultados referem-se a três momentos principais. O primeiro é a formulação do programa, englobando as Atas de Negociação do Programa Monumenta (BID, 1996, 1997a, 1997b, 1997c, 1998a, 1998b, 1998c) e o Contrato de Financiamento (BID, 1999). O segundo é a sua implementação, para a qual foram importantes os Relatórios de Atividades ou Progresso elaborados respectivamente pelo Iphan e pelo Programa Monumenta (IPHAN, 2000; BRASIL, 2001c, 2004a, 2004b, 2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2008, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b). O último é o de avaliação do programa, contendo relatórios finais e publicações de caráter institucional (BID, 2010; Diogo, 2009; Bonduki, 2010; Simões, 2017).

4. Ver Giannecchini, 2019.

5. Veja-se a declaração de Ludovic Vitet, primeiro inspetor-geral de monumentos históricos: “O uso é uma espécie de vandalismo lento, insensível, despercebido, que arruína e deteriora quase tanto quanto a brutal devastação” (Choay, 2001, p.161 apud Lyra, 2016, p.21)

6. A reabilitação do bairro do Marais, em Paris, também é destacada por Lyra (2016) como projeto importante nesse contexto.

7. Resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

8. Como no Anexo III da Ata da primeira Missão de Identificação (BID, 1996), quando se estabelecem os tipos de benefícios econômicos esperados, incluindo a valorização imobiliária e a cobrança de ingressos.

9. Documento preparado em inúmeras versões que visava o estabelecimento de todos os procedimentos e condições de operacionalização do programa.

10. Oficinas participativas de montagem inicial dos projetos. A metodologia Zopp (*Ziel Orientierte Projekt Planung* – Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos), criada pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), entre as décadas de 1970 e 1980, está relacionada a uma mudança de paradigma no processo de planejamento, que passou a criticar o fato das ações e concepções ficarem centradas apenas no poder governamental, e principalmente na pouca eficiência desse planejamento que não atendia as principais

demandas locais, não solucionava problemas e permitia a continuidade do processo de exclusão social (DEUTSCH GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT, 1997)

11. Primeiro documento contendo: árvore de problemas e de objetivos do projeto, definição do objeto e da área do projeto, área de influência e bens tombados, usos previstos, evidência de interesse por parte dos segmentos privados envolvidos no projeto.

12. Continham os estudos de viabilidade técnica, institucional, econômica, financeira e socioambiental do projeto local.

13. Apesar de os relatórios dos órgãos de fiscalização advertirem para os baixos resultados, a situação econômica ainda pouco favorável e o recurso já acordado com o BID pesou na decisão pela sua continuação (Giannecchini, 2019).

14. Para um maior aprofundamento sobre este tema, ver Giannecchini, 2019.

15. Exemplos são as cidades de Cachoeira (BA) e Laranjeiras (SE), pelo programa de expansão das universidades federais em edifícios históricos, revertendo os processos de esvaziamento pelos quais passavam; os mercados de Diamantina (Minas Gerais) e de Belém (Pará), a Orla da Baía de Babitonga em São Francisco do Sul (Santa Catarina), o Largo do Theberge em Icó (Ceará), o Parque dos Contos em Ouro Preto (MG) e o Centro de Referência do Barroco e Estudos da Pedra, em Congonhas do Campo-MG.

16. Interessante notar que, nessa componente, o quadro de distribuição de usos é bastante similar ao perfil do Programa Cidades Históricas. Ver levantamento produzido por Sandra Correa em sua dissertação de mestrado defendida em 2012.

17. Em caso de valores superiores, a hipoteca do imóvel serviria como garantia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-90, maio 1999.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória I – Brasil – Missão de Identificação, 16-25 set. 1996. [versão aprovada em reunião 26 set. 1996]. Brasília, 1996.

_____. **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória II – Brasil – Missão de Identificação II, BID,13-27 jan. 1997. Brasília, 1997a.

_____. **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória – Brasil – Missão Especial, BID, de 20-25 jul. 1997. Brasília, 1997b.

_____. **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória – Brasil – Missão de Orientação, BID, de 15-29 set 1997. Brasília, 1997c.

_____. **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória – Brasil – Missão de Orientação II, BID, 22 maio - 2 jun. 1998. Brasília, 1998a.

_____. **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória – Brasil – Missão de Orientação III, BID, 5-9 out. 1998. Brasília, 1998b.

_____. **Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural**. Ajuda Memória – Brasil – Missão de Análise, BID, 30 nov. - 16 dez. 1998 - Ajuda Memória. Brasília, 1998c.

_____. **Contrato de Empréstimo entre a República Federativa do Brasil e o BID para o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta)**, de 15 de setembro de 1999 e respectivos Anexos – O Programa; Ata de Negociação 19-22 de julho de 1999; Regulamento Operativo e anexos. Brasília, 1999.

_____. **Programa de Recuperación Patrimonio Cultural (MONUMENTA)** (BRO261; 1200/OC---BR) – Informe de Terminación de Proyecto (PCR) – Aprobación. Brasília, 2010.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Regulamento Operativo** – versão 3 de outubro de 2001 – Anexo A. Brasília, 2001a.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Regulamento Operativo** – versão 3 de outubro de 2001 – Anexo C. Brasília, 2001b.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso**: Programa Monumenta. Brasília, 2001c.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 1º semestre de 2004: Programa Monumenta. Brasília, 2004a.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º semestre de 2004: Programa Monumenta. Brasília, 2004b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 1º semestre de 2005: Programa Monumenta. Brasília, 2005a.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º semestre de 2005: Programa Monumenta. Brasília, 2005b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 1º semestre de 2006: Programa Monumenta. Brasília, 2006a.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º semestre de 2006: Programa Monumenta. Brasília, 2006b.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º semestre de 2008: Programa Monumenta. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 1º semestre de 2010: Programa Monumenta. Brasília, 2010a.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º

- semestre de 2010: Programa Monumenta. Brasília, 2010b.
- _____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 1º semestre de 2011: Programa Monumenta. Brasília, 2011a.
- _____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º semestre de 2011: Programa Monumenta. Brasília, 2011b.
- _____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 1º semestre de 20012: Programa Monumenta. Brasília, 2012a.
- _____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Relatório de Progresso** – 2º semestre de 2012: Programa Monumenta. Brasília, 2012b.
- CARNEIRO, Keley C. **Política pública patrimonial em Goiás-go: O Programa Monumenta/BID (1995-2013) e a recuperação de imóveis privados**. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Escritório Internacional de Museus. Carta de Atenas. Atenas, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conta%2ode%20Atenas%201931.pdf>
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CORREA, Sandra R. **Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural 1973/1979**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- DARLING, Arthur. Brazil's Monumenta Program: Sustainable Preservation of Historic Cities. *In*: SERAGELDIN, I.; SHLUGER, E.; MARTIN-BROWN, J. (Ed.). **Historic Cities and Sacred Sites: Cultural Roots for Urban Futures**. Washington, D.C.: The World Bank, 2001, p.195-201.
- DEZOLT, Ana Lúcia P. **Avaliação da Execução do Programa Monumenta**. Degravação de palestra no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Ouro Preto, 2009.
- DEUTSCH GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ). **Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (Zopp)**. Um Guia de Orientação para o Planejamento de Projetos Novos e Andamento. 1997.
- DIOGO, Érica. **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília: Programa Monumenta/Iphan, 2009.
- Entrevista com consultor e coordenador técnico da Unidade Central de Gerenciamento (UCG-2) concedida à Ana Clara Gianneccchini, São Paulo, 2018a.
- Entrevista com coordenador nacional da unidade central de gerenciamento (UCG-1). Concedida à Ana Clara Gianneccchini, São Paulo, 2014.
- Entrevista com coordenador da Unidade Executora de Projeto – Goiás (UEPG-1) concedida à Ana Clara Gianneccchini, Goiânia, 2018b.
- FARIAS, Sylvio C. de. **O Programa Monumenta e a sua implementação em Cachoeira-BA**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- GIANNECCHINI, A. C.; PEIXOTO, Elane. R. Descentralização e protagonismo municipal no Programa Monumenta. *In*: **3º Simpósio Científico do Icomos Brasil**, 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Icomos, 2019.
- GIANNECCHINI, ANA C. **Programa Monumenta: o patrimônio como recurso para o desenvolvimento?** Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2019.
- GIANNECCHINI, ANA C.; PEIXOTO, Elane R. Desajustes do patrimônio: o Programa Monumenta em Laranjeiras, Sergipe. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, p.1-31, 2023.
- GIANNECCHINI, A. C.; PEIXOTO, Elane. R. Neoliberal Times and Urban Heritage: Sustainable Preservation in the Monumenta Program in Brazil. *In*: BOZOGLU, G.; CAMBELL, G.; SMITH, L.; WHITEHEAD, C. (Org.). **The Routledge International Handbook of Heritage and Politics**. 1. ed. Londres: Routledge, 2024.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Ata da 18ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Brasília, 12 ago. 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Relatório de Atividades** – Grupo Tarefa. Brasília, 2000.
- LYRA, Cyro C. **Preservação do Patrimônio Edificado: a questão do uso**. Brasília: Iphan, 2016.
- MANGILI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SAMPAIO, Andréa da R. Centros Históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 23, p.40-64, jan./jul. 2017.
- SANT'ANNA, Márcia G. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil nos anos 1990**. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SIMÕES, Fabiana L. **Produto 4/2017** – Documento Técnico – Avaliação dos resultados da ação de financiamento para recuperação de imóveis privados em sítios históricos, tendo como universo a documentação relacionada a 78 editais do Programa Monumenta, com base nos dados obtidos nas etapas anteriores. Brasília, DF: Unesco/Iphan, 2017.
- ZANCHETI, Silvío M. **Conservação integrada e novas estratégias de gestão**. IV Encontro Sirchal. Salvador, 2000. Disponível em: <http://www2.archi.fr/sirchal/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>. Acesso em: 1 maio 2024.

dossiê

Reforma do edifício do CAU SP

H+F Arquitetos





p. 55
Elevação frontal

Fresta

p. 59
Relações de
proximidade.
Miolo de quadra

A instalação da sede do CAU no Edifício xv de Novembro é uma ação afirmativa de claro significado simbólico. Ela reitera a presença dos arquitetos e urbanistas no centro fundacional da cidade, o triângulo histórico, e institui o seu conselho como um marco referencial no território: um lugar de reflexão sobre os caminhos da profissão e o futuro das nossas cidades. A reocupação de um edifício centenário, que se caracteriza pelo acúmulo de camadas sucessivas no tempo, traduz de maneira inequívoca essa tomada de posição: o futuro das cidades depende da nossa capacidade de reiterar suas infraestruturas e valorizar o seu patrimônio construído, dando-lhe um significado renovado.

Simultaneidade: camadas de tempo

Situado no triângulo histórico do centro de São Paulo, na Rua xv de Novembro, o edifício, que data do ano 1920, foi construído e projetado pelo escritório F.P. Ramos de Azevedo & Cia. para abrigar a sede de Banco Português. A construção original, de estilo eclético barroco, foi implantada de forma geminada às edificações vizinhas, mantendo um vazio no fundo do lote. Contava com quatro pavimentos: subsolo, térreo, primeiro pavimento e segundo pavimento, apoiados sobre estruturas em alvenaria de tijolos, provavelmente executadas sobre alicerces de pedra argamassada.

Em 1934, o edifício sofreu sua primeira intervenção, que se configurou na alteração na escada entre o térreo e o primeiro pavimento. Já em 1949, foi aprovado o projeto de reforma que inclui instalação de elevador, construção de escada nos fundos do lote, construção de mezanino e escada de acesso a ele no térreo (atual primeiro pavimento) e escada e ampliação do segundo pavimento.

Em 1979, o edifício passou por uma grande reforma na qual foram construídos mais três pavimentos (atuais quinto, sexto e sétimo). E na fachada, esse prolongamento do edifício refletiu de maneira peculiar: o terceiro pavi-

mento, com seus elementos compositivos originalmente desenhados por Ramos de Azevedo, foi replicado anacronicamente na fachada dos três novos pavimentos, resultando numa composição híbrida que ilustra o processo de extrusão da volumetria dos lotes coloniais descrito por Benedito Lima de Toledo em "São Paulo: três cidades em um século"¹. Nesta mesma operação, o frontão que coroava a composição original é reconstruído, agora no topo da nova composição, como se o edifício estivesse simplesmente espichado.

Em sua mais recente reforma, de 2002, no tempo em que era ocupado inteiramente por uma academia de ginástica vertical, o edifício sofreu a derradeira intervenção em sua fachada posterior, quando uma nova escada de emergência acabou por obstruir o que ainda restava de comunicação dos espaços internos com o miolo da quadra, comprometendo o desempenho ambiental do edifício como um todo.

Para além da instauração de uma nova fachada inteiramente aberta para esta face posterior do lote, do reequilíbrio climático de seus espaços internos e da restauração da fachada frontal tombada, a estratégia da intervenção procura valorizar as camadas temporais do edifício em sua totalidade, numa condição em que estes tempos diversos se revelem simultaneamente. Assim, os novos materiais de acabamento, por exemplo, não se inserem apagando os vestígios das preexistências, mas construindo um diálogo em que todos tem voz. O novo não se apresenta como superação do antigo. Pelo contrário, amplia sua potência narrativa precisamente na medida em que interage e dialoga com a preexistência, agregando-lhe novos valores.

A expressão dessa ambiência interna se organiza, portanto, a partir da complementaridade dos tempos ali acumulados, e esta diversidade é a principal marca da sua contemporaneidade.

Terra e céu

O programa do CAU oferece, a partir dessa ótica, a possibilidade de irradiar suas atividades para o contexto urbano, reforçando assim uma de suas atribuições fundamentais, que é a interlocução dos arquitetos com a sociedade. Propõe-se que a identidade pública do edifício ganhe especial destaque em três situações complementares: no nível térreo, junto ao calçadão; no miolo de quadra; e na cobertura, em meio às empenas dos edifícios vizinhos.

O térreo é tratado como um remanso, uma sombra acolhedora permanentemente aberta para o calçadão, cujo destaque se reforça pelo contraste com a densa ocupação dos edifícios do entorno. A principal característica

O projeto prevê o equilíbrio entre supressões e acréscimos de cargas, de modo a não exceder as sobrecargas previstas para as fundações. As adições parciais de novos pisos são realizadas por meio da montagem de estruturas metálicas leves

deste espaço é o vazio, a ser preenchido por atividades expositivas cujo objetivo principal deve ser a comunicação com o grande público.

No miolo de quadra, espaço marcado pela verticalidade e pela proximidade com as construções vizinhas, o projeto estabelece novas interlocuções visuais com a reabertura de sua fachada posterior.

E na cobertura, o espaço configurado pelas empenas dos edifícios vizinhos é tratado como um novo recinto: lugar de reflexão, memória e produção crítica. Ali concentram-se e potencializam-se mutuamente os programas do Centro de Referência de Arquitetura e Urbanismo, os espaços compartilhados de trabalho e também um novo espaço externo para encontros, exposições e convivência com terraço sombreado e jardim aéreo, cuja vista enquadra o céu e a paisagem da região central.

Qualificar o espaço interno: vazio, ar e luz

O edifício atual é caracterizado pelo excesso de espaços fechados e pouco acessíveis, com baixa iluminação natural e nenhuma ventilação. Então, mais do que a adição de novos volumes construídos, as principais ações propostas partem da construção de vazios e aberturas para o exterior, com as premissas de reorganizar os blocos de circulação vertical junto à fachada leste do edifício, por meio da demolição das duas escadas existentes e a construção de uma nova, adequada às normas de segurança vigentes. Deste modo, liberando significativamente a face leste do edifício para a entrada de luz e permitindo a criação de um sistema de ventilação cruzada. Promovendo também

a integração associativa entre pavimentos sucessivos, conformando núcleos programáticos específicos que dialogam horizontal e verticalmente de modo mais direto.

A remoção estratégica de parte dos volumes construídos junto ao miolo de quadra e a reorganização de parte dos pisos internos do edifício permitem reconfigurar radicalmente o desempenho energético e a qualidade ambiental dos espaços do CAU. A associação entre pavimentos permite romper a compartimentação excessiva do programa, ampliando a luminosidade interna e favorecendo a interação entre os usuários de cada setor.

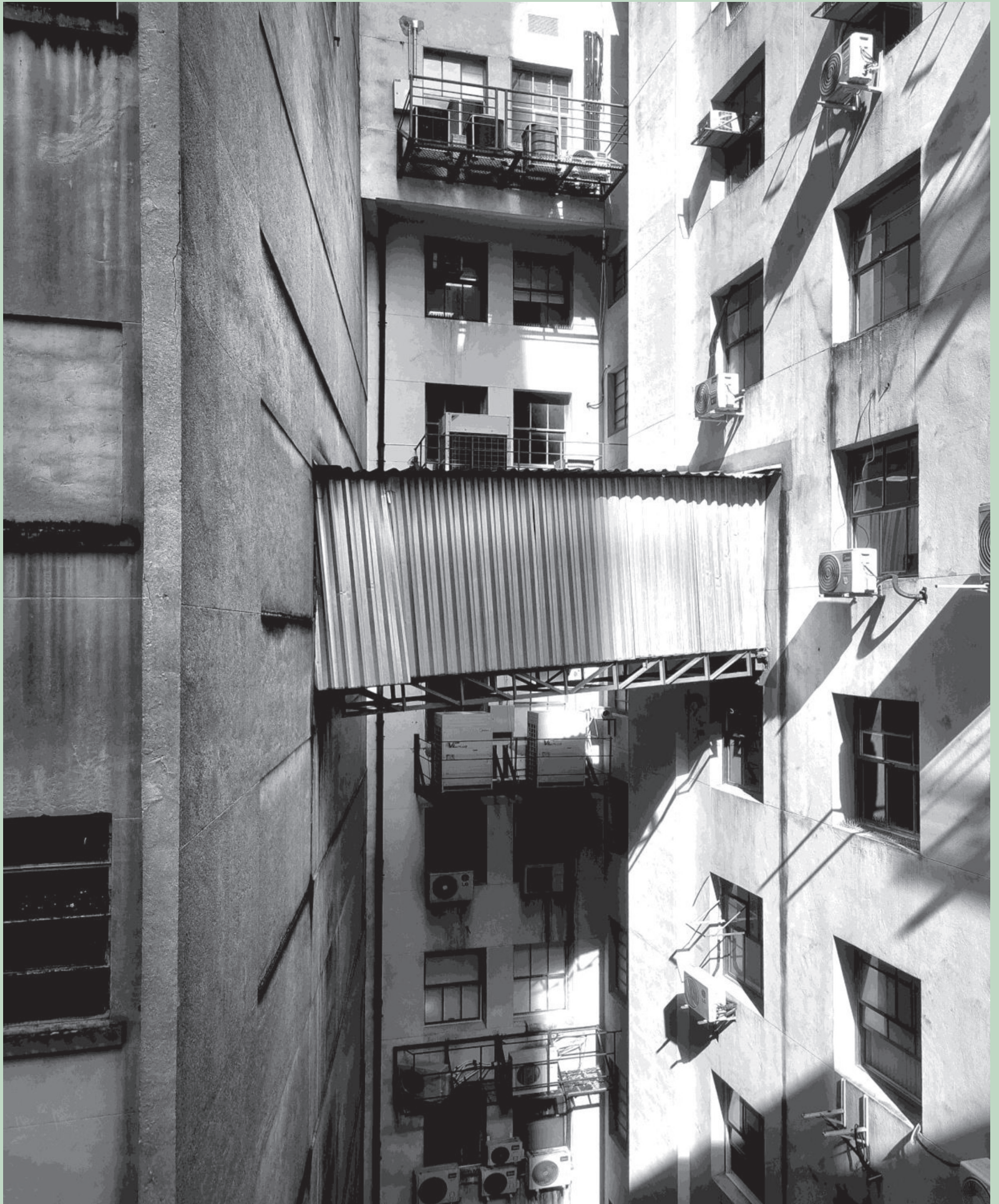
Equilíbrio entre supressões e adições

A estrutura existente consiste num sistema de pilares, vigas e lajes de concreto armado organizadas em duas linhas de apoio junto às divisas laterais, com pilares embutidos nas alvenarias de fechamento e vigas transversais ao lote vencendo o vão de divisa a divisa. Com base nas plantas históricas do edifício e no levantamento fornecido pelo CAU, foi realizada uma arqueologia das estruturas preexistentes, por meio de sucessivas prospecções estruturais e da complementação das informações sobre a geometria existente por meio de um levantamento por nuvem de pontos.

O projeto prevê o equilíbrio entre supressões e acréscimos de cargas, de modo a não exceder as sobrecargas previstas para as fundações.

As adições parciais de novos pisos são realizadas por meio da montagem de estruturas metálicas leves, distribuídas sobre os atuais pontos de carga e organizadas conforme a mesma modulação das vigas existentes.

O critério estabelecido para as remoções dos elementos construtivos internos e equipamentos existentes parte do princípio de reaproveitamento máximo dos recursos atuais. O projeto prevê a incorporação de caixilhos internos, portas corta-fogo, divisórias, luminárias, peças sanitárias e demais equipamentos que podem ser reutilizados. Isso busca tanto reduzir gastos com aquisições de materiais/componentes quanto minimizar o impacto ambiental da obra.



Claraboia central

A claraboia central complementa o equilíbrio ambiental dos espaços de trabalho de maior permanência do CAU. Ela é construída por meio de uma trama contraventada de perfis tubulares leves, apoiados sobre vigas metálicas (perfis w) vinculadas aos apoios existentes. O fechamento da peça é montado com painéis duplos e recheio interno de isolamento, atendendo às premissas técnicas de compartimentação vertical (resistência ao fogo) e isolamento termoacústico. Seu fechamento externo é impermeabilizado e protegido mecanicamente por meio de um fechamento externo em chapa de aço de alta espessura, com alta resistência mecânica a cargas pontuais.

Nova escada

As duas escadas pré-existentes deverão ser removidas em fases subsequentes de obra: a escada construída nos anos 2000 visava atender ao enquadramento específico da Academia de Ginástica (3UPS), mas não atende às normas atuais de acessibilidade. Ela dará lugar à construção da nova escada corretamente dimensionada para tal.

A posição da nova escada associa-se ao volume dos elevadores e abre espaço em frente à fachada leste, dando continuidade aos vazios existentes no interior da quadra. Durante o período de montagem da nova escada, a escada situada junto à fachada norte (década de 1970) será utilizada como meio de acesso aos pavimentos e, posteriormente à construção da escada definitiva, deverá ser demolida.

A nova estrutura é montada por meio de peças tubulares leves apoiadas sobre as fundações das estruturas preexistentes, situadas no nível do subsolo. O vínculo com a estrutura existente em todos os pavimentos permite que a nova estrutura seja travada no plano horizontal pelas vigas e lajes em concreto. Os degraus e pisos dos patamares são montados com peças autoportantes de chapa dobrada perfurada recalcada de 1/4" apoiadas sobre a estrutura tubular.

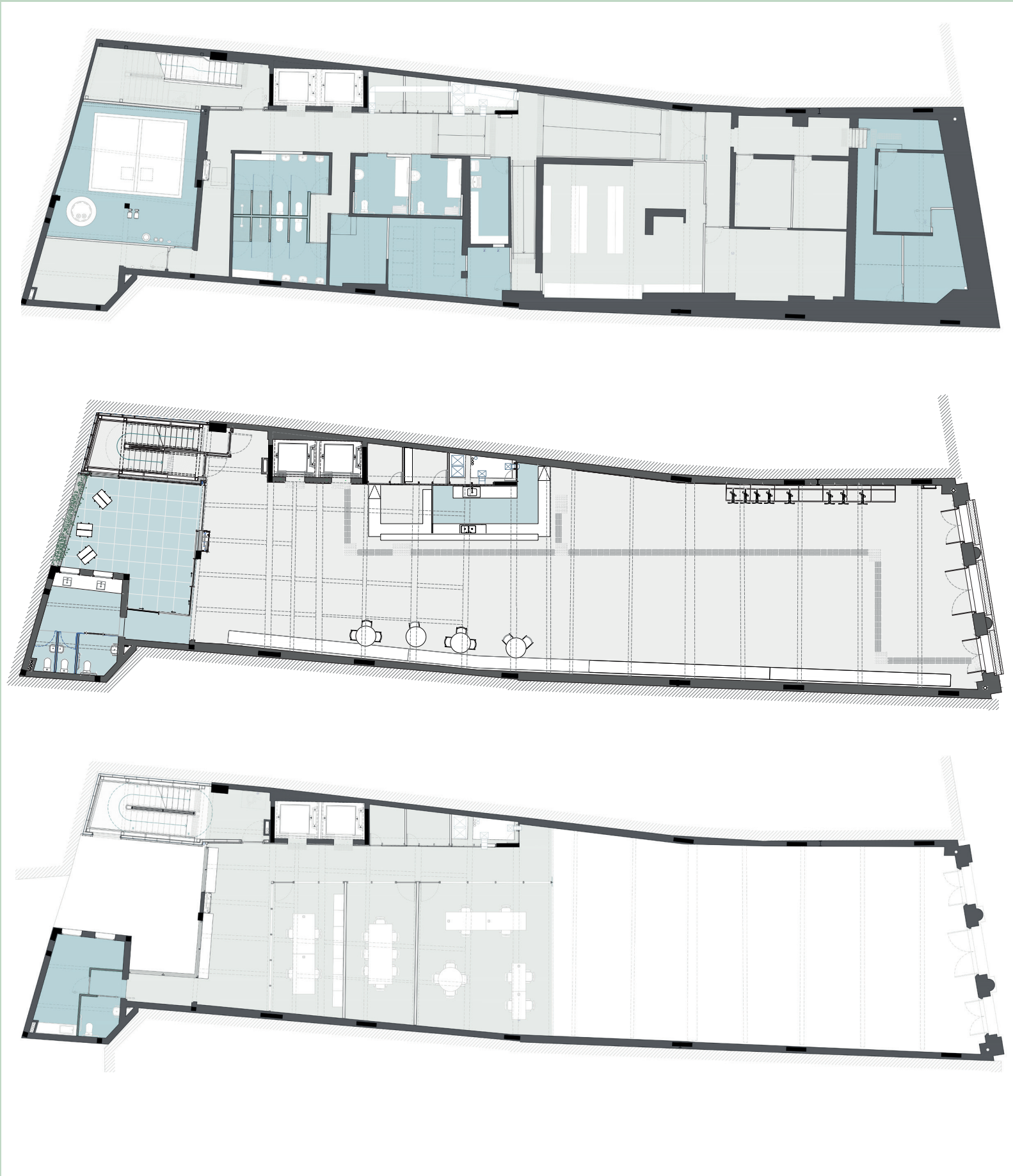
O conjunto de intervenções propostas tem como ponto de partida a obtenção de uma melhoria significativa das condições naturais de conforto ambiental do edifício por meios passivos, reduzindo a necessidade de utilização do sistema de condicionamento de ar e de iluminação artificial

O sistema de fechamento é montado junto à face externa da estrutura, com as camadas e proteções necessárias para a compartimentação corta-fogo do conjunto. O acabamento dos painéis de fachada voltados para a face de maior insolação, contribui para a difusão de uma luminosidade refletida em tonalidades quentes, em contraponto à luz abismal do miolo de quadra.

Climatização, conforto e desempenho ambiental

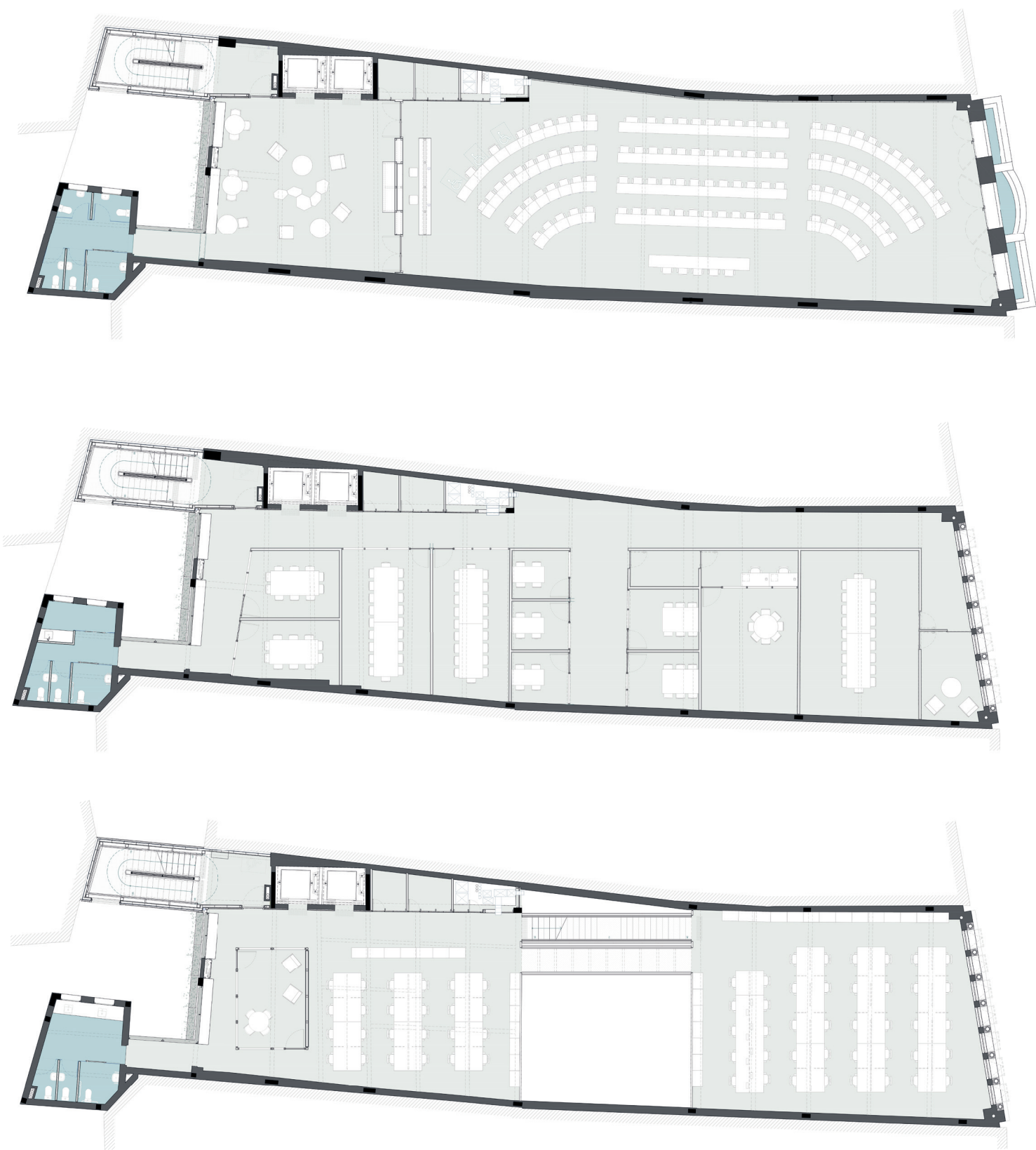
O conjunto de intervenções propostas tem como ponto de partida a obtenção de uma melhoria significativa das condições naturais de conforto ambiental do edifício por meios passivos, reduzindo a necessidade de utilização do sistema de condicionamento de ar e de iluminação artificial, dos quais o edifício atualmente depende. Para tanto, o projeto foi balizado por um conjunto de simulações em modelagem computadorizada do edifício e seu entorno (software IES VE versão 2022.2.0.0), realizadas a partir dos seguintes parâmetros: simulação de trajeto aparente do sol; simulações de carga térmica no edifício; simulação de ventilação natural com abertura da fachada leste, vazios centrais e claraboia; simulação de incidência solar e do índice de ofuscação seguindo a NBR ISO 8995; e análise comparativa de eficiência energética e custos de operação entre o sistema atual e um alternativo.

Subsolo;
térreo;
1º pavimento



dossiê

2º pavimento;
3º pavimento;
5º pavimento



7º pavimento;
9º pavimento;
cobertura

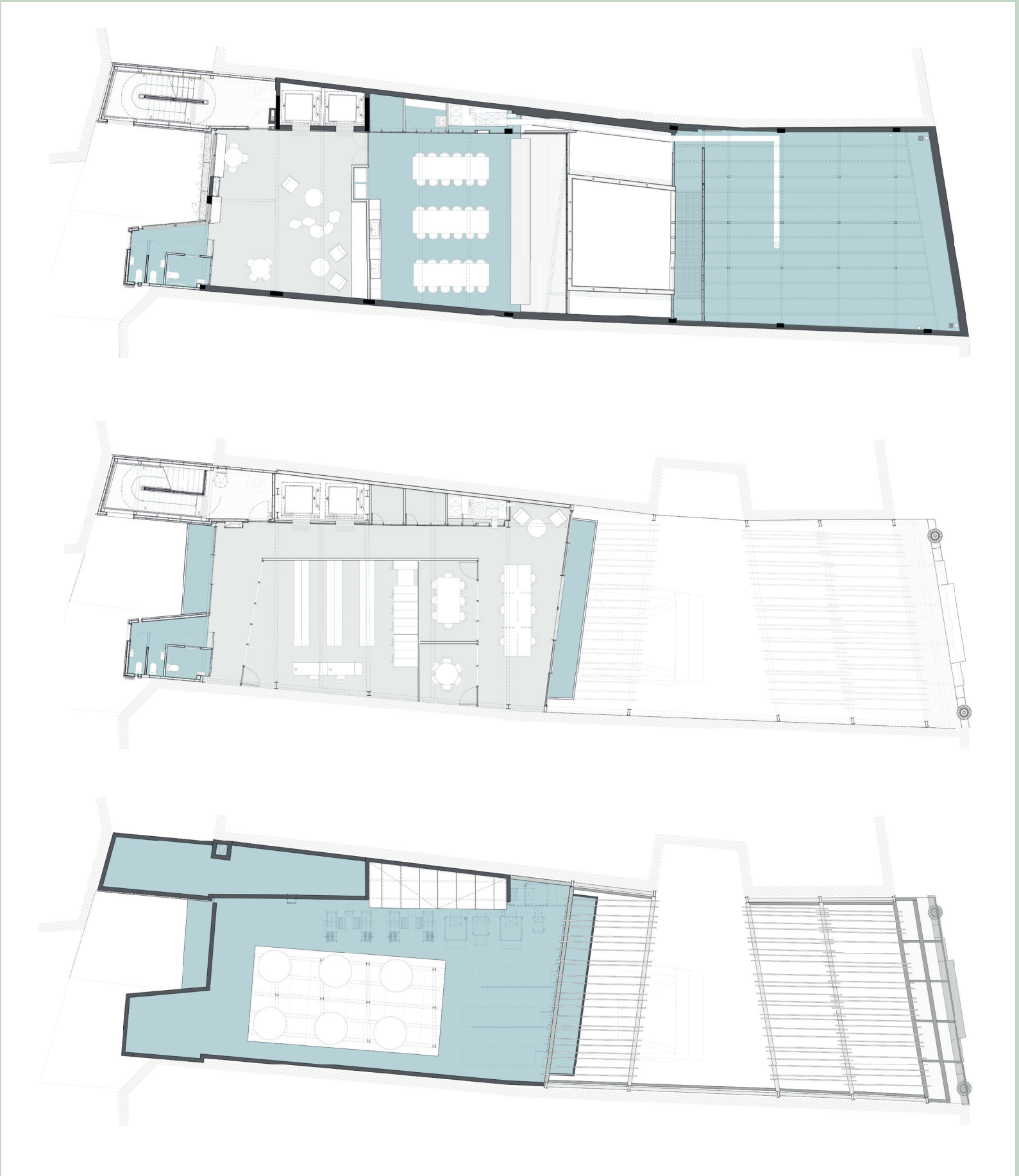
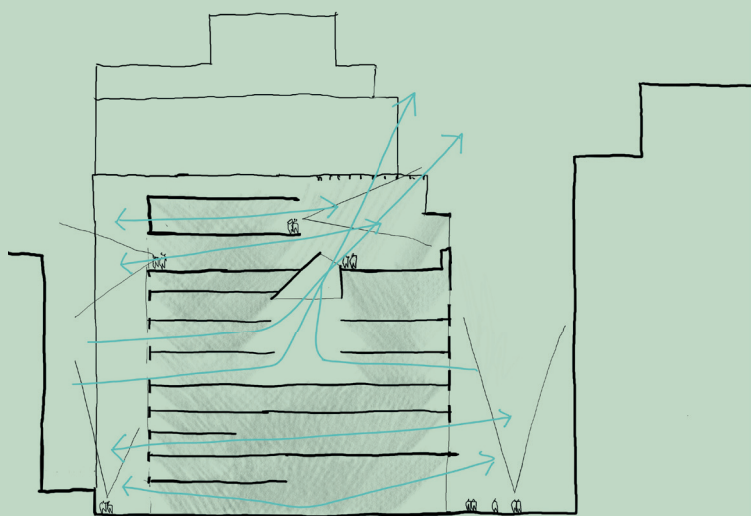
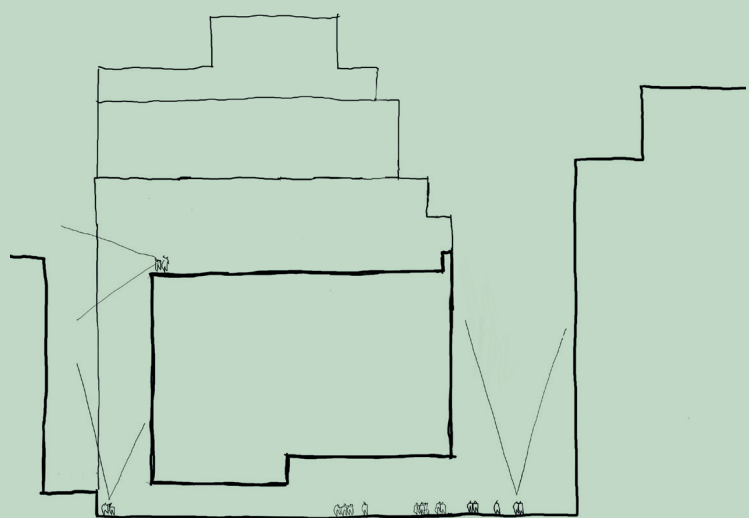
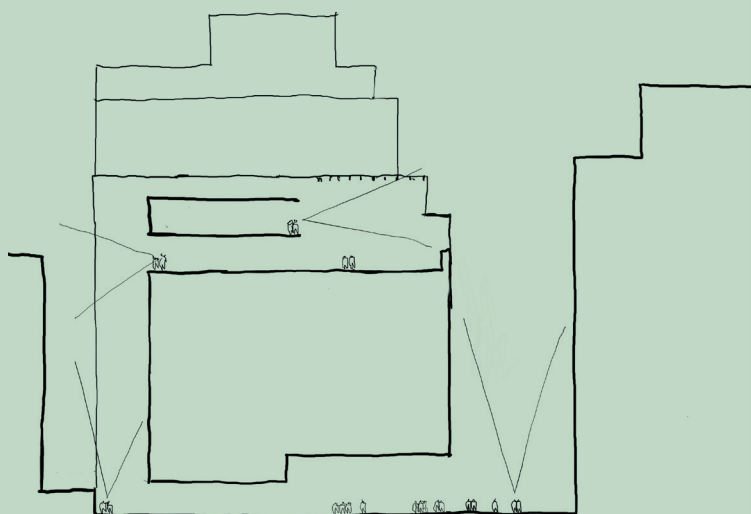
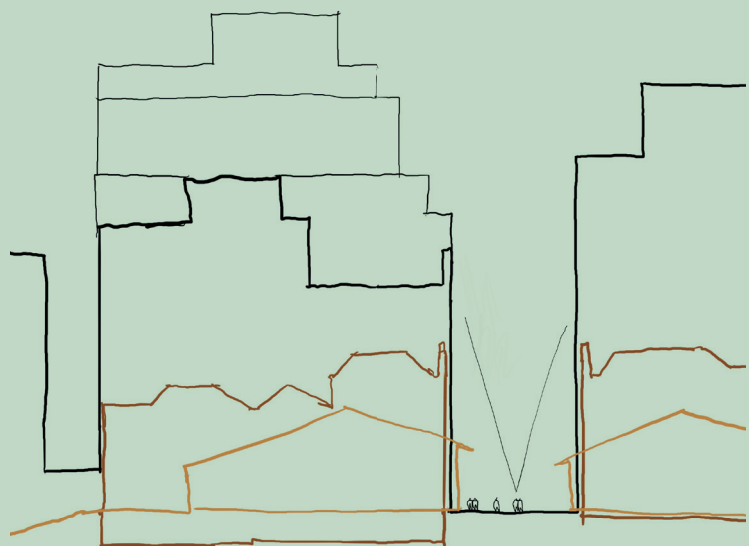


Diagrama
Camadas de tempo;
Subtrações; Adições;
Ar e luz.



A partir dos ajustes feitos nas esquadrias, claraboias e vazios, as simulações apontam melhorias significativas de vazão (ventilação natural) e de conforto térmico para o calor, com decréscimo de 1,5 a 2,0 °C na temperatura média interna dos ambientes, podendo-se controlar o fechamento das aberturas em dias de frio. solstício de verão equinócios solstício de inverno.

Da mesma forma, verificou-se uma distribuição mais homogênea dos índices de Iluminância dos pavimentos, tornando-os menos dependentes dos sistemas de iluminação artificial durante o uso diário. Verifica-se que a posição das claraboias, em associação com as aberturas situadas na fachada leste permitem uma melhoria significativa do conforto térmico e luminotécnico dos ambientes de trabalho como um todo, de forma distribuída ao longo do pavimento.

Paisagem

O projeto tira partido da possibilidade de se valorizarem os espaços intermediários e transicionais, situados entre o prédio do CAU e seu perímetro urbano imediato: o recinto conformado pelas empenas laterais, o vazio-corredor formado pelo alinhamento fronteiro dos edifícios na Rua XV de Novembro, e o espaço situado entre as fachadas posteriores, no miolo de quadra, para onde se voltam todos os "fundos negligenciados" dos edifícios vizinhos. Trata-se de valorizar, pelo uso cotidiano, espaços por vezes considerados residuais e não apropriáveis – mas que compõe, em seu conjunto, elementos expressivos de uma paisagem urbana rica, densa e vital.

Os elementos paisagísticos propostos tomam partido da apropriação da verticalidade dos vazios existentes,

Para além de cumprir suas funções administrativas, o edifício-sede do CAU deve ser capaz de representar, por meio de seus espaços construídos, uma postura inequívoca em favor da construção de uma cidade acessível e acolhedora, ambientalmente sustentável e consciente de sua história

colonizando-os com espécies vegetais próprias para o desenvolvimento vertical junto às empenas: trepadeiras e "cadeiras" em cascata e espécies complementares a elas vinculadas. São elementos que requerem pouca manutenção e pouco volume de substrato, com pouca sobrecarga nas estruturas existentes, e suportadas por elementos metálicos leves de fácil manutenção. A rega pode ser feita por meio de sistema de irrigação por gotejamento, com pouco consumo de água e baixa manutenção.

Propõe-se que os elementos paisagísticos assumam um caráter informal e prosaico, em que as variações de escassez e exuberância sejam assumidas como parte integrante de um conjunto diverso, dinâmico e cambiante.

Para além de cumprir suas funções administrativas, o edifício-sede do CAU deve ser capaz de representar, por meio de seus espaços construídos, uma postura inequívoca em favor da construção de uma cidade acessível e acolhedora, ambientalmente sustentável e consciente de sua história.



Corte longitudinal.

AUTORES

Hereñú + Ferroni Arquitetos. Fundada em 2002 pelos arquitetos Pablo Hereñú e Eduardo Ferroni, a H+F Arquitetos vem construindo um percurso estruturado a partir da complementaridade da atividade profissional, por meio da elaboração de projetos públicos e privados com diversos programas e escalas de abrangência, e acadêmica, por meio do ensino e da pesquisa. Pautado por um modo coletivo de produção e troca de conhecimento, o escritório se configura como um espaço permanentemente aberto a parcerias e colaborações.

EQUIPE

Eduardo Ferroni, Pablo Hereñú, Camila Medeiros, Patrick De Simone, Camila Omiya, Levy Vitorino, Sara Miranda, Beatriz Neves, Kaena Mucci.

COLABORADORES

Paulicéia (restauro); Companhia de Projetos (estrutura); Raul Pereira Arquitetos Associados RPAA (paisagismo); Ramoska & Castellani (instalações elétricas e hidráulicas); Harmonia Acústica (acústica); Luminotécnica: Lux Projetos (luminotécnica); Greenwat (conforto térmico e climatização); Bettoni (automação e segurança); Compass Build Control Ltda. (quantificação e orçamento); Feuertec (proteção contra incêndio); Fernando Martinez (consultor projeto legal); Pedro Martins (consultor de caixilhos).

Concurso Público Nacional de Arquitetura para Reforma do Edifício Sede do CAU-SP 2023 – Premiado em 1º lugar.

Centro Histórico, São Paulo, SP, 2023-2024.

dossiê

Zona de contato entre habitação de Baixo Custo e Patrimônio Cultural

Entrevista com Paulo Ormindó

Joaquim Nunes Junior

Inicialmente quero agradecer a sua disponibilidade para a entrevista.¹ E pra começar, gostaria de ouvir a sua leitura referente à atuação estatal na produção habitacional em Salvador a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH) criado no Regime Militar, mediado por entidades locais como a Urbis² e Cedurb,³ que ocorria em paralelo ao acelerado processo de adensamento urbano na cidade, sobretudo pelo aumento das ocupações populares e degradação das edificações habitacionais do centro antigo. Como este tema passou a ser caro? Qual a zona de contato entre este debate e a preservação do patrimônio cultural soteropolitano?

A intervenção do Estado na questão habitacional brasileira foi inaugurada como política do Estado Novo, na década de 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que criou conjuntos habitacionais com serviços, alguns muito interessantes, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Mas estes institutos, que atendiam apenas os que tinham carteira assinada, vão abandonando progressivamente a questão habitacional e se concentrando em outros programas sociais. Uma das poucas políticas sociais do Regime Militar foi a criação do BNH, em 1964, que ganhou muita força com a instituição do FGTS em 1967. O BNH atuava junto de organismos estaduais na construção de novas habitações, política que atendia aos interesses da indústria de construção e dos governantes de criação de emprego, sem nenhuma preocupação com a deterioração do estoque habitacional, que era muito grave nas áreas centrais das cidades brasileiras. Eu sempre fui ligado à área de preservação mais ligada à comunidade, e contrário à museificação.

Nesse período você participou do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)⁴ de Olinda, financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau),⁵ e pelo Departamento de Arquitetura da UFBA, concluído em 1972, com proposições no campo da preservação e de uma atenção às edificações habitacionais. Pode contar um pouco mais desta experiência?

A política habitacional do BNH se ampliou com criação do Serfhau, que incentivou muitos municípios a realizarem planos diretores urbanos. Olinda era uma cidade histórica e estava fazendo seu plano diretor em 1972, embora ainda não fosse tombada pelo Iphan. Eu acabara de terminar meu doutorado em restauração pela Universidade de Roma. Acredito que a minha

indicação às autoridades de Olinda tenha sido feita por Renato Soeiro, então presidente do Iphan. Como eu era professor de tempo integral da Faculdade de Arquitetura da UFBA foi feito um convênio da Universidade com a Prefeitura de Olinda. Não recebia nem gratificação. Olinda era a cereja do bolo da R.M. do Recife: alta, com muito verde, vista para o mar e muitos artistas e intelectuais morando lá, mas com um problema geológico complicado. A empresa que realizava o plano era a Sociplan,⁶ de São Paulo, e eu tive uma relação muito boa com Rogério Belda, um de seus diretores. Foi uma experiência muito agradável.

Algum tempo depois você apresentou no simpósio de barateamento⁷ o trabalho "A recuperação do patrimônio habitacional como alternativa complementar para solução do problema da moradia no Brasil". Quais impulsos e motivações na época levaram à produção e apresentação deste trabalho? E se possível, poderia apresentar um relato sobre o evento e seu impacto do debate sobre habitação de baixo custo, industrialização e soluções arquitetônicas?

O simpósio teve muitas comunicações interessantes sobre participação popular, gestão, financiamento, mas todas focando os programas de construções novas. A única comunicação que divergia desse enfoque foi a minha. Eu tentava mostrar que uma política habitacional integral não poderia se restringir a construir casas, era preciso conservar e até mesmo requalificar o estoque habitacional. Usava a expressão "estoque" porque era mais genérica e tocava mais os economistas, embora eu visasse os conjuntos históricos. Eu era um estranho no ninho, e acho que peguei os presentes desprevenidos. A rigor não houve grandes debates. Depois da minha apresentação, alguns técnicos vieram conversar comigo e querer mais informações, especialmente os mais sensíveis à questão patrimonial. A maior repercussão foi *a posteriori*.

Gostaria que comentasse a repercussão do seu trabalho apresentado no simpósio, sobretudo nas entidades estatais responsáveis pela provisão de moradia, assim como aquelas ligadas a preservação do patrimônio histórico da cidade.

Embora não tenha sido publicado as atas do simpósio, mandei cópias de minha comunicação aos diretores do Iphan que reagiram muito positivamente, e tentaram um projeto experimental em Olinda.⁸ Como funcionou este projeto? A maioria dos moradores do CH de Olinda tinha renda entre um e três salários mínimos e

as famílias não possuíam patrimônio para garantir o empréstimo do BNH. Mas o município criou a fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda que passou a ser o mutuário final do financiamento do BNH. Com esses recursos a prefeitura financiava pequenas obras de melhoria das habitações, como a recuperação de telhados. Uma vez pago este serviço, a prefeitura financiava uma nova obra, como a recuperação dos serviços sanitários e assim por diante. O projeto funcionou muito bem, com baixíssima inadimplência, mas não teve continuidade devido ao fechamento do banco em 1986.

No trabalho apresentado no simpósio você trouxe como repertório a ser considerado para a realidade baiana a recuperação de unidades habitacionais obsoletas que ocorreram em países europeus, como Inglaterra e Itália. Como foi o acesso a essas informações, relacionadas a estas soluções habitacionais estrangeiras? Como circulavam essas ideias? A partir de revistas, viagens?

Para justificar a proposta, illustrei com projetos exitosos europeus. No caso da Itália, falei da experiência de Bolonha, que conhecia, pois, participamos de um seminário na cidade, quando fazíamos o doutorado em La Sapienza. No caso da Inglaterra, por leituras em livros que cito no artigo. O caso inglês de recuperação de casas vitorianas, muito deficientes de serviços, construídas durante a primeira Revolução Industrial, me pareceu o mais aplicável ao Brasil, especialmente o realizado nas pequenas cidades inglesas, com pequenas equipes de operários, sem precisar deslocar os moradores.

E aquilo que você descreveu no artigo da revista RUA (1988),⁹ sobre as forças ideológicas dominantes, que acabaram por criar uma barreira artificial entre passado e presente, colocando um certo distanciamento entre patrimônio cultural e a vida cotidiana, como essas forças refletiram na omissão do estado para enfrentamento da provisão de moradias popular no centro histórico?

As peias ideológicas vigentes na época são as mesmas que vigoram ainda hoje. Nossos dirigentes e as classes mais elevadas da nossa sociedade sonham com a gentrificação dos nossos CH, com a expulsão dos atuais ocupantes, como ficou evidente na intervenção de ACM no Pelourinho em 1992.¹⁰ A justificativa era o turismo, ainda que o nosso centro antigo tenha se transformado em um grande cenário desabitado. No nosso caso há

A maioria dos moradores do centro histórico de Olinda tinha renda entre um e três salários mínimos e as famílias não possuíam patrimônio para garantir o empréstimo do BNH. Mas o município criou a fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda que passou a ser o mutuário final do financiamento

ainda um outro fator. O grande tempero das vendas do setor imobiliário em Salvador é a paisagem da Baía de Todos os Santos. Como o Corredor da Vitória e a Ladeira da Barra estão saturados, só resta o centro antigo, e ele deve se arruinar para ser reedificado com os padrões da sociedade de consumo. A Ladeira da Montanha foi totalmente demolida, e o Pilar e o Taboão, escorados, estão em compasso de espera para se fazer construções modernas para a classe alta, como o Porto Trapiche Residence, o Ed. Adelaide, o Cloc Marina e a Marina Bahia.

Ao mesmo tempo que o simpósio, que ocorreu entre 26 e 31 de março de 1978, foi inaugurado, em 27 de março, o Campus Experimental de Habitação em Narandiba como uma espécie de vitrines de protótipos de moradias executados a partir de diversas técnicas e tecnologias construtivas. O que você achou desta realização e qual seu contato com este conjunto? Aproveitando esta oportunidade, poderia esclarecer quais as relações entre o campus experimental e o simpósio? que apesar de serem realizações distintas, a vinculação do conjunto com o evento foram apresentadas como uma proposta federal como pôde ser verificado no discurso do então ministro do Interior Rangel Reis, em uma reportagem no jornal "A Tarde" de 1978.¹¹

Eu participei mais intensamente do simpósio e apenas visitei o Campus de Narandiba conversando com os

Os militares reconheciam a discriminação do Nordeste e queriam aplacar essas tensões com a criação de emprego e casas para os favelados. Criaram um outro grande projeto para a região, o Programa das Cidades Históricas do Nordeste, visando seu desenvolvimento econômico

responsáveis pelas casas pré-fabricadas expostas. A meu ver, catorze anos depois de criado o BNH ele tinha consciência do sucesso relativo de seu programa habitacional e queria promover um *brainstorming* para colher novas ideias. Os dois eventos aparentemente sem ligação foram motivados pelo desejo de inovação operacional e tecnológica. Acho que foi positivo ouvir a sociedade e a construção civil. Não me recordo do discurso do ministro Rangel Reis.

Neste mesmo discurso do Rangel Reis, ele defendeu que esta experiência deveria ser replicada em outras localidades, inicialmente em outras cidades no Nordeste, e posteriormente implantada em outros estados. Qual leitura que o senhor faz de a escolha do evento ter sido em Salvador, em detrimento de outros estados nordestinos?

O Nordeste era a região mais conflitiva do Brasil na época, com as Ligas Camponesas do deputado Francisco Julião que lutava pela reforma agrária.¹² Os militares reconheciam a discriminação do Nordeste e queriam aplacar essas tensões com a criação de emprego e casas para os favelados. Criaram um outro grande projeto para a região, o Programa das Cidades Históricas do Nordeste, visando seu desenvolvimento econômico. Salvador teria sido escolhida provavelmente pelo *lobby* de ACM, que naquele ano assumiu o seu segundo mandato de governador da Bahia.

Você é professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e a partir de 1981 passou a ensinar no Curso de

Especialização em Conservação e Restauração de conjuntos Históricos (CECRE),¹³ na FAU UFBA, e foi um dos fundadores do mestrado em Arquitetura e Urbanismo na UFBA em 1984, dedicado à área de concentração de preservação e à conservação de monumentos e sítios. Acredito que o tema da preservação e produção habitacional no centro antigo era presente na academia. Gostaria que comentasse sobre os ecos do tema da habitação social na área de patrimônio cultural na FAU UFBA.

Tanto o Cecre quanto o mestrado/doutorado da Faculdade de Arquitetura da UFBA eram muito focados no monumento isolado e na teoria do restauro. A questão urbanística e habitacional, que exigia pesquisas de campo, não se encaixava nas limitações orçamentárias e de tempo das dissertações e teses doutorais. Para esses estudos era necessárias fontes de financiamento externas. Antes mesmo do Cecre e do mestrado, eu criei, em nível da graduação, um GT denominado Grupo de Restauração Arquitetônica e Urbanística, Grau, que realizou em convênio com o Iphan o Plano de Preservação de Cachoeira e em convênio com o estado de Sergipe, e financiamento do Programa das Cidades Históricas, planos para São Cristóvão e Laranjeiras. Com o término daquele programa tivemos que parar. Esta questão só foi retomada muito mais tarde com o projeto RUP em convênio da UFBA com a Conder.

Aproveitando o tema da atuação do senhor, seria possível falar sobre a experiência do Requalificação Urbana do Pilar (RUP), laboratório de pesquisa na FAU UFBA criado em 2003, e a realização do conjunto na ladeira do Pilar patrocinado pela Conder? E gostaria de aproveitar esta pergunta para ouvir um pouco mais sobre a importância da participação popular na produção das propostas para o centro antigo da cidade.

O RUP foi um projeto idealizado e proposto pela Profa. Esterzilda Berenstein de Azevedo, minha falecida esposa, com a participação de um grupo de mestrandos e doutorandos da FAU UFBA, dentre os quais destaco Nivaldo Andrade Filho. Esse projeto foi um desdobramento do Convênio da UFBA com a Universidade de Pavia, Itália, também coordenado por ela, que realizou três seminários internacionais em Salvador, na UFBA, com alunos locais, do Sudeste, italianos e chilenos. Esses seminários discutiram propostas iniciais para áreas habitacionais críticas de Salvador. O RUP ouviu moradores locais e fez propostas

para o Pilar e bairros vizinhos, como Taboão e CH, visando a recuperação de sobrados arruinados para habitação de baixa renda. Infelizmente a Conder só realizou um pequeno conjunto habitacional onde existia a ruína de um antigo frigorífico estatal. Todos os méritos desse projeto se devem a ela.

Trazendo agora para um olhar contemporâneo, o senhor pode comentar a respeito dos limites entre a manutenção da imagem preservada edificada e as demandas por readequação para a produção de moradias? Utilizando, por exemplo, o contexto de Salvador, que atualmente está passando por uma série de intervenções no centro antigo, no entanto, poucas voltadas para o enfrentamento da produção habitacional social e a permanência dos moradores mais antigos da cidade.

Essa questão está associada à pergunta sobre a revista RUA e as forças dominantes e a omissão do estado. Em 2019 fui contratado pelo convênio FMLF/Unesco para fazer um relatório e indicar políticas a serem adotadas no centro histórico de Salvador. Entre 2001 e 2010, o CH perdeu 50% da população (IBGE). Nenhum conjunto histórico sobrevive sem habitantes e o CH de Salvador está despovoado. Cerca de 1.400 imóveis no centro antigo, segundo a Defesa Civil, estão em ruínas ou periclitantes. Se somam a essas ruínas os segundos e terceiros andares vazios dos 613 sobrados estabilizados pelo projeto Shopping a Céu Aberto, que expulsou duas mil famílias do Pelourinho na década de 1990, e os quatrocentos sobrados pertencente ao Ipac e à Conder subutilizados. Com a infraestrutura que possui, o centro antigo pode receber 14.478 novas unidades habitacionais de diferentes tamanhos, para cerca de 43.434 pessoas e absorver facilmente os 2.900 moradores vulneráveis do CH, que representam 6,67% desse universo. Essas habitações seriam muito mais atrativas e baratas que as do programa MCMV na periferia, sem infraestrutura, serviços e transporte. Argumentei que a atratividade do CH de Salvador é sua cultura popular e que a classe média não aceitaria morar num sobrado com alcovas ventiladas por poços, sem garagem, nem playground. Meu relatório deve ter soado tão extravagante que a FMLF nem quis discuti-lo. Para motivar o debate sobre o CH publiquei em "A Tarde", de 1 de novembro de 2020, o artigo "Repovoar o Centro Histórico". Nenhuma reação das autoridades municipais e estaduais. As políticas delas no CH são de gentrificação, ou pior, de hotelização. E agora do ponto de vista internacional na atualidade,

Esses seminários discutiram propostas iniciais para áreas habitacionais críticas de Salvador. O "Requalificação Urbana do Pilar" ouviu moradores locais e fez propostas para o Pilar e bairros vizinhos, como Taboão e Centro Histórico, visando a recuperação de sobrados arruinados para habitação de baixa renda

trazendo como exemplo Londres, tem se percebido que não há qualquer tipo de constrangimento de demolição de edificações habitacionais modernas com boa qualidade (caso do Robin Hood Gardens do Smithsons) para implantação de novas edificações, contrastando com iniciativas nacionais como a recente reforma do Conjunto Pedregulho do arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Qual seu olhar sobre a preservação do patrimônio moderno habitacional, como, por exemplo, os conjuntos habitacionais produzidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP)?

Alguns conjuntos habitacionais feitos no pós-guerra na Holanda e na Alemanha eram obras que eu diria emergenciais, de muito baixa qualidade construtiva e arquitetônica, como é, aliás, o caso de muitos conjuntos do BNH e do projeto Minha Casa, Minha Vida. Tanto na Europa como no Brasil muitos desses conjuntos viraram favelas e ruínas. Foi o que aconteceu com o conjunto Pruitt-Igoe, projeto de Minoru Yamasaki, em Saint Louis, no Missouri, que foi implodido em 1972. O crítico americano Charles Jencks associou o fato à morte da arquitetura modernista, numa apreciação superficial e preconceituosa, no meu entender. Alguns conjuntos habitacionais feitos pelos IAP, nos anos 1930 e 1940, obedeciam a uma concepção de habitação popular com serviços sociais. O Conjunto Pedregulho é um caso especial, porque foi projetado para funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1947, com creche, escola primária e ginásio de esportes. Tem ademais uma qualidade arquitetônica excepcional. Le Corbusier teorizou esse tipo de conjunto, que chamou de "unidade de habitação", a propósito do seu famoso prédio de Marselha, que é do mesmo ano de Pedregulho. Esses conjuntos, sim, precisam ser preservados.

AUTOR

Joaquim Nunes Junior é arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal da Bahia em 2009. Atuou na Diretoria de Habitação da Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) entre 2009 e 2018. Possui especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade pela UFBA (2017) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (2020). Atualmente é doutorando pelo mesmo programa, com foco na pesquisa sobre o Campus Experimental de Habitações e o Simpósio de Barateamento da Construção Habitacional, ambos realizados em Salvador em 1978.

NOTAS.

1. Paulo Ormino é formado em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia em 1959, especializado em Geografia Urbana pela University of Wisconsin, Madison (1960), em Prospecção Arqueológica pelo Instituto Politécnico de Milão (1969), especialização em Conservação e Restauro pelo International Center of Conservation and Restoration of Monuments and Sites (1969) e doutor em Especialização para o Estudo de Monumentos pela Università degli Studi Roma Ter (1970). Atualmente é professor titular da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo. Atua principalmente no tema do restauro do centro histórico de Salvador.
2. A Urbis, sigla para Habitação e Urbanização da Bahia, surgiu pela Lei nº 2.114, de 4 de janeiro de 1965, como uma empresa de economia mista. Sua missão era operacionalizar a política habitacional de economia mista do Governo do Estado da Bahia, sendo o único agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Inicialmente vinculado à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, a Urbis concentrava suas atividades na construção de habitações destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos.
3. A Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (Cedurb) teve origem na Lei nº 3.495, de 7 de julho de 1976, estabelecendo-se como uma sociedade de economia mista de capital autorizado, por iniciativa do então governador Roberto Figueira Santos. Sua implementação efetiva ocorreu em novembro do mesmo ano. Surgiu com o propósito de concretizar uma visão macro e de planejamento, enquanto a Urbis assumia o papel executor. Sua missão principal era identificar áreas disponíveis, elaborar decretos de interesse social e planejar o desenvolvimento dessas regiões. Para tal, contava com profissionais especializados em geologia, topografia e análise demográfica, garantindo a eficácia na execução dos projetos.
4. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), de Olinda, elaborado em 1972, teve como propósito principal integrar o planejamento urbano, a preservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo cultural. Sua concepção foi coordenada e financiada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), com a consultoria da Sociedade Civil de Planejamento, Sociplan, sediada em São Paulo, e a colaboração do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, envolvendo dezenove especialistas como consultores. Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ofereceu apoio significativo ao processo.
5. A Lei nº 4.380, de 1964, que instituiu o Banco Nacional de Habitação (BNH), também estabeleceu o Serviço Nacional de Habitação e

Urbanismo (Serfhau), uma entidade federal com uma série de responsabilidades delineadas pela lei. Destacam-se as seguintes atribuições: realizar pesquisas e estudos sobre o déficit habitacional, planejamento físico, técnico e socioeconômico da habitação; coordenar e oferecer assistência técnica a programas municipais e regionais de habitação de interesse social, os quais devem ser complementados por programas educativos e de desenvolvimento comunitário; promover o desenvolvimento da indústria da construção, oferecendo pesquisas e assistência técnica para estimular iniciativas regionais e locais; incentivar o uso de mão de obra e materiais locais em projetos habitacionais; apoiar a formação de fundações, cooperativas e outras formas associativas em programas habitacionais, fornecendo assistência técnica; promover pesquisa tecnológica e formação de técnicos em habitação e urbanismo em todos os níveis; e fornecer assistência técnica aos estados e municípios na elaboração de planos diretores e no planejamento de desapropriações por interesse social em áreas urbanas destinadas à construção de conjuntos habitacionais.

6. A Sociedade Civil de Planejamento Ltda., conhecida como Sociplan, foi fundada em 1967 com sede na cidade de São Paulo, em um período marcado pela transição e reorganização de muitas organizações da sociedade civil no Brasil, à medida que se ajustavam ao novo cenário político, impactando no desenvolvimento urbano e social do país. Apesar desses desafios, a Sociplan deixou um legado significativo no que diz respeito à promoção de abordagens participativas no planejamento urbano nacional, mesmo diante das restrições impostas pelo Regime Militar.

7. O Simpósio de Barateamento da Construção Habitacional foi um evento realizado em Salvador, entre os dias 26 e 31 de março de 1978. Patrocinado pelo BNH, e copatrocinado por importantes entidades nacionais, como a Associação Brasileira de Cohabs, a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil (CNIIC), e a Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Cedurb), além das universidades federais da Bahia e de São Carlos. O evento contou também com o apoio de instituições estrangeiras de renome, como a Florida International University (FIU), a International Association for House Science (IAHS), o International Technical Cooperation Center (ITCCC) e a University of California, Los Angeles (UCLA). As atividades ocorreram no Teatro Castro Alves e no Hotel Bahia Othon Palace, contando com a participação de aproximadamente 2.500 inscritos e a apresentação de cerca de cem trabalhos.

8. O Programa de Recuperação de Núcleos Históricos (PRNH), concebido no final da década de 1970, representou uma inovação na abordagem do Patrimônio Cultural ao considerar ativamente as comunidades locais. Resultado da colaboração entre a então Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan/Pró-Memória) e o BNH, o programa visava intervir em habitações em estado precário de conservação em áreas tombadas. Sua primeira ação pioneira e experimental teve lugar em Olinda, com o Plano-Piloto lançado no início da década de 1980.

9. A Revista de Urbanismo e Arquitetura (RUA) é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Fundada em 1988, tem como objetivo de destacar as pesquisas realizadas nesse campo do conhecimento. A revista foi

inicialmente publicada em formato impresso até 2006.

10. Após 1991, durante o governo estadual de Antônio Carlos Magalhães, foi lançado o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, que consistiu em sete fases de intervenção. Esse projeto, diferindo da orientação inicial proposta por Lina Bo Bardi, passou a priorizar o potencial turístico e econômico da região. Entre 1992 e 1995, teve início a primeira etapa, marcada por um processo de gentrificação que resultou na expulsão da maioria dos residentes de baixa renda, enquanto os imóveis foram adaptados para uso comercial e de serviços.

11. A reportagem “2.500 técnicos debatem o barateamento da construção”, vinculada no dia 27 de março de 1978 do jornal “A Tarde”, informou que a abertura oficial do evento foi realizada pelo ministro do Interior Rangel Reis, que atuou neste cargo no governo de Ernesto Geisel. Nesta reportagem há uma vinculação entre o Simpósio de Barateamento e o Campus Experimental de Habitação, sendo este uma exposição-vitrine do evento, com a função de demonstrar o nível de desenvolvimento tecnológico alcançado na época pela engenharia e insumos construtivos e debates sobre o valor do solo urbano, apontando os principais vetores para tornar as habitações de interesse social mais baratas.

12. As Ligas Camponesas representaram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, surgido na década de 1950 e impulsionado principalmente pelo advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião (1915-1999). Essas ligas mobilizaram milhares de trabalhadores rurais, muitos dos quais viviam como parceiros ou arrendatários, concentrando-se principalmente no Nordeste brasileiro. Por meio de suas ações, as Ligas Camponesas confrontaram a estrutura latifundiária predominante no país, buscando melhores condições para os trabalhadores do campo.

13. O mestrado profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia (MP Cece UFBA) é um programa gratuito, realizado a cada dois anos, com igual duração de dois anos. Destinado exclusivamente a arquitetos e engenheiros civis, o curso foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no final de 2009. Sua primeira edição teve início em 2010, sendo parte integrante do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU UFBA).

REFERÊNCIAS

2.500 TÉCNICOS debatem o barateamento da construção.

A Tarde, Salvador, p.3, 27 mar. 1978.

CEDURB. A Grande Salvador, Posse e Uso da Terra; Projetos Urbanísticos Integrados. Salvador: Cedurb, 1978.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Campus Experimental de Protótipos de Habitação. Salvador: BNH/Cedurb, 1978.

PERRACINI, Beatrice. Plano Piloto de Olinda nos anos 80 pode apontar caminhos para a gestão urbana do patrimônio, cultural na atualidade. ArchDaily, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/921958/plano-piloto-em-olinda-nos-anos-80-pode-apontar-caminhos-para-gestao-urbana-do-patrimonio-cultural-na-atualidade>. Acesso em: janeiro, 2024.

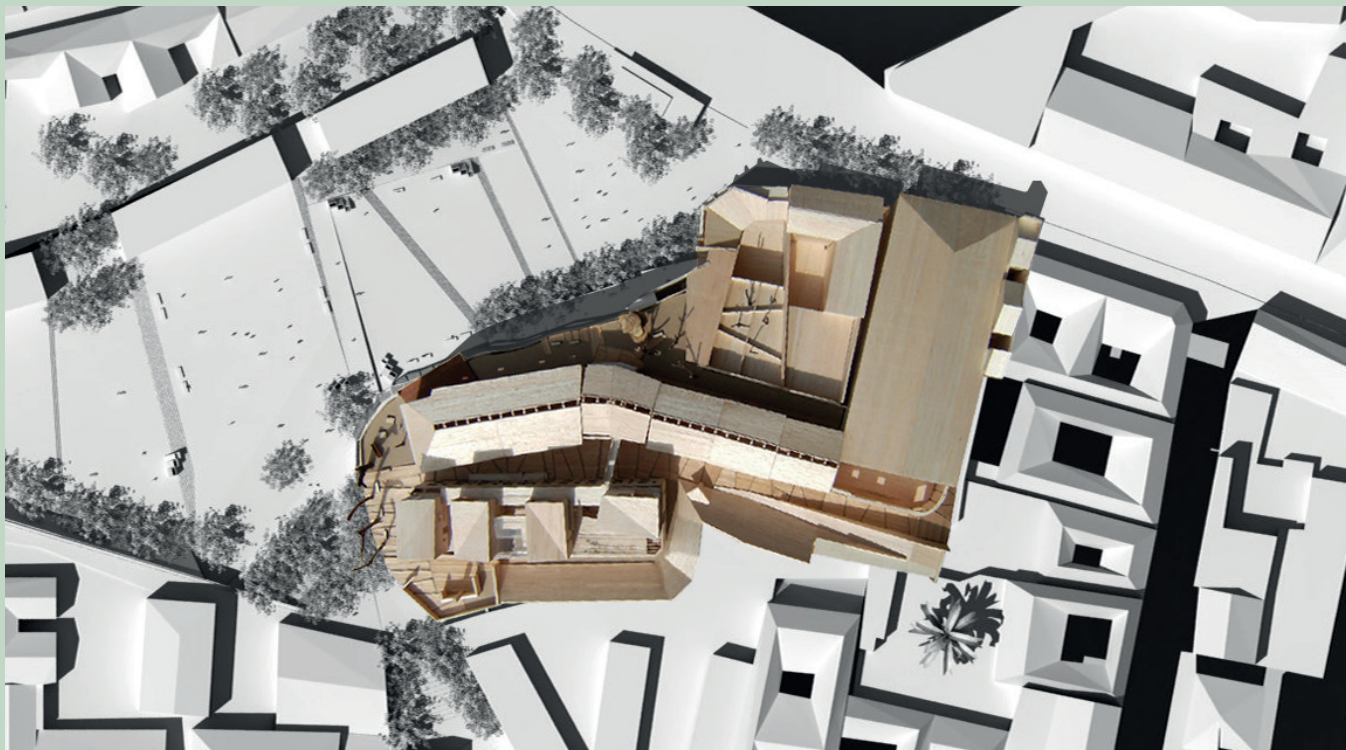
BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Simpósio de Barateamento da Construção Habitacional – Livro de Resumos. Salvador: BNH, 1978.

dossiê

Conjunto Habitacional Hotel Colonial

MCM+A taller de arquitectura





p. 75
Vista del Conjunto
y el Pichincha.

Implantación

El "Hotel Colonial" está ubicado en San Sebastián, un tradicional barrio que forma parte de la corona de barrios aledaños al Centro Histórico de Quito, desarrollado entre una antigua quebrada (actual Av. 24 de Mayo), y el Panecillo, un cerro que domina el paisaje de la zona y es una pequeña reserva de biodiversidad en el corazón de Quito. Funcionó como sitio de hospedaje entre 1940-1980. En 2009, MCM + A taller de arquitectura propuso una intervención para recuperar el antiguo hotel en un conjunto habitacional de interés social.

El proyecto habitacional fue un desafío que puso en discusión temas de gran importancia para la arquitectura, la construcción de Quito y el tipo de intervenciones propuestas en su centro histórico. Además, la estrategia del proyecto de acupuntura urbana fue insertar una intervención en un tejido consolidado, a partir del cual el desafío fue resolver la integración entre estructuras nuevas y preexistentes, intentando establecer una nueva unidad que valore y dinamice lo existente sin destruirlo ni excluirlo.

La intervención arquitectónica supuso un esfuerzo de interpretación e integración de lo nuevo en una edificación preexistente, manteniendo su carácter y sus valores morfológicos. La intervención se aborda sin pretensiones miméticas, sino más bien desde la comprensión de las potencialidades que contiene y de las que puede beneficiarse un proyecto de vivienda contemporáneo.

1. Antecedentes históricos

La historia de San Sebastián, uno de los barrios tradicionales de Quito, se remonta a asentamientos precolumbinos, pueblos indígenas que poblaron el sector sur del actual Centro Histórico de Quito (CHQ), en las faldas

de la loma del Panecillo. Durante el proceso de urbanización colonial, se la consideró la primera parroquia eclesiástica de indígenas y el ingreso sur de la urbe. Entre este barrio y el núcleo central de la ciudad ha existido siempre un fuerte límite geográfico, la quebrada de Jerusalem, actualmente viaducto y *boulevard* de la Avenida 24 de Mayo.

San Sebastián forma parte de la primera corona de barrios perimetrales al CHQ, conservando su carácter predominantemente residencial y de acogida de población migrante. Dentro de su tejido, identificamos un extenso lote, colindante con la mencionada quebrada, que fue propiedad durante mucho tiempo de la familia Mantilla, dueña de la más importante empresa de teatros y hoteles de Quito a inicios del siglo XX.

En la década de 1930, coincidiendo con un proceso de modernización e higienización de Quito, se construyeron una serie de teatros, plazas, hoteles y colegios, mas la economía de Ecuador continuaba siendo predominantemente rural. El predio de la familia Mantilla fue edificado por etapas. Inicialmente se construyó el teatro Cumandá en la parte más baja del lote y con frente hacia la calle Maldonado. En la década de 1940, se construyó el Hotel Colonial, con el objetivo de acoger a los turistas y migrantes que llegaban a la ciudad dada la proximidad con las principales terminales de transporte terrestre, ubicadas en la plaza de Santo Domingo y en el costado este de la quebrada Jerusalem (terminal Cumandá).

Dado que el teatro Cumandá ocupó la mayor parte del frente del lote, el ingreso al hotel se resolvió a través de un pasaje contiguo del cual se asciende hacia la edificación, un predio en el que la topografía es determinante y que le permite gozar de una vista panorámica del paisaje de Quito, principalmente del Centro Histórico.

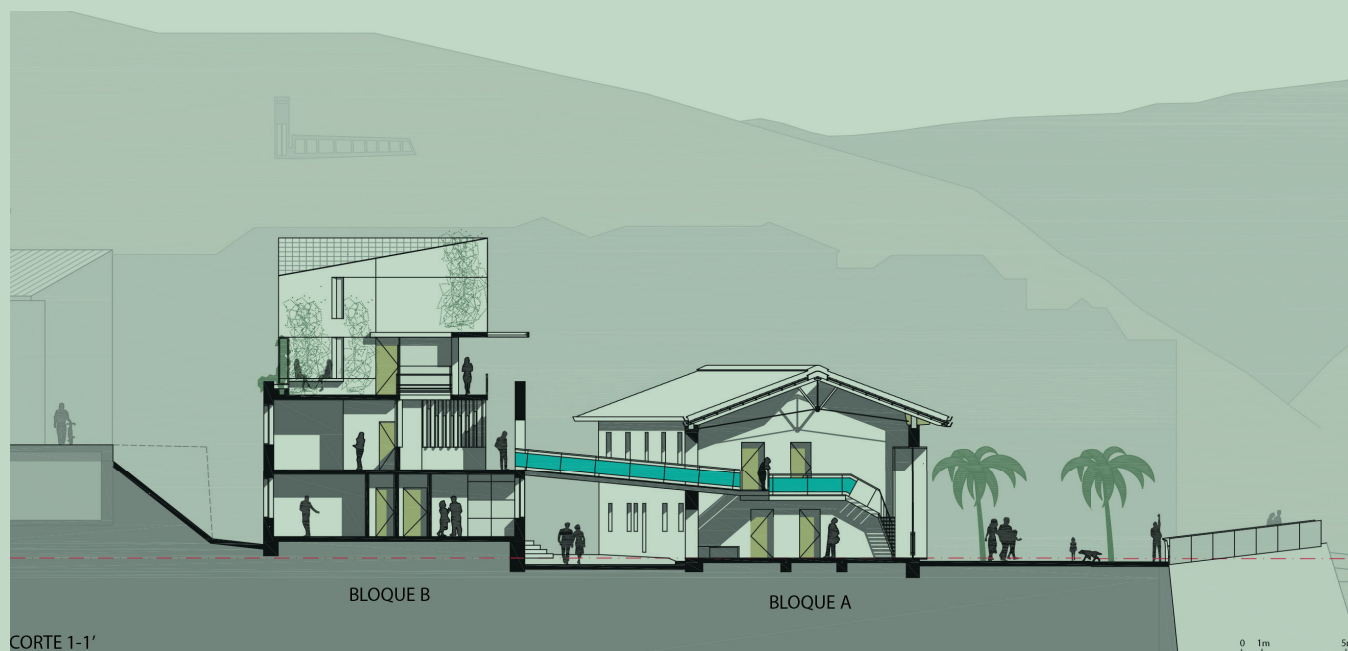
Vacios entre bloques



Planta baja y 1ª alta;
Planta alta y planta
de cubiertas



Corte transversal



El edificio original del Hotel Colonial se resolvió con un conjunto de casas adosadas dispuestas linealmente con acceso independiente desde el pasaje. Estas casas de dos pisos, con accesos independientes, tres habitaciones y un baño en cada planta, escalera lateral y chimenea en una de las habitaciones, fueron espacios para alojamiento de viajeros. Se construyó además, en esta etapa, una edificación lineal de mayor escala, que se adapta y sigue el perfil superior de la quebrada. Se desarrolla en dos pisos, a continuación de las casas antes mencionadas; se organiza con un corredor lineal central y habitaciones hacia los dos costados. Esta particular conformación de la edificación otorga al conjunto una expresión singular en la que, con un lenguaje formal muy austero, sobresale la secuencia de elementos, como las cubiertas, las chimeneas y la sucesión de ingresos y ventanas.

La implantación lineal y aislada de la edificación volcada hacia la quebrada permitió que las habitaciones gozaran de una espléndida vista a la ciudad y a la vez permitió la existencia de un jardín posterior. En la década de 1960, se levantó otra edificación, paralela a la original, para complementar los servicios del hotel, con lo cual se eliminó el jardín.

Con el paso del tiempo, la ciudad se fue extendiendo, tanto hacia el norte como hacia el sur. Se transformó la dinámica de los barrios de San Sebastián y la Recoleta, su población cambió paulatinamente. El Hotel Colonial fue vendido y mantuvo el mismo uso durante algunas décadas. A partir de los años ochenta permaneció abandonado y en proceso de franco deterioro.

2. El concurso Hotel Colonial

La Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas – en colaboración con la Municipalidad del Distrito Metropolitano de Quito y el Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural (FONSAL), organizaron en el año 2009 un concurso nacional para la intervención del inmueble que

ocupaba el Hotel Colonial. Habiendo seleccionado 12 currículos de los equipos de arquitectos, los invitaron a participar en el concurso de anteproyectos para rehabilitar dicha edificación en un conjunto de viviendas y apartamentos con carácter de protección social.

El propósito del concurso fue identificar una propuesta de gran calidad para la intervención de esta edificación patrimonial, con el fin de rehabilitarla como conjunto habitacional de carácter social. Originalmente fue pensado para dar prioridad de acceso a familias que residan en el Centro Histórico de Quito y a jóvenes que estudien y/o trabajen alrededor del mismo y que sean de recursos económicos limitados.

Se buscaba además que las propuestas consideren la potencial incidencia positiva resultante de una serie de intervenciones urbanas, cuya ejecución estaba considerada para ese período, como la salida de la zona del terminal de transporte terrestre, entre otras.

El concurso estableció como requerimiento que las viviendas sean concebidas como áreas cómodas y flexibles en su distribución interna, que puedan adecuarse a las necesidades cambiantes de los usuarios y que además sean económicamente accesibles.

Se consideró en las bases del concurso que la edificación rehabilitada podría alojar:

Viviendas Tipo I: convencional

Categoría dirigida a los grupos familiares comunes en la sociedad ecuatoriana, conformados por ambos padres, dos a tres hijos y generalmente una o dos personas de la tercera edad.

Viviendas Tipo II: no convencional

Categoría dirigida al grupo demográfico comprendido entre los 18 y 35 años de edad, que estudie y/o trabaje dentro del Centro Histórico. Se incluyen también madres o padres solteros con uno o dos hijos, así como parejas sin hijos.



En el caso del conjunto habitacional Hotel Colonial, supuso además aproximarse a un tema de extraordinaria contemporaneidad: la forma en la que se aborda la intervención en las ciudades centrales. Entender el patrimonio más allá del "bien conservado" es entenderlo como patrimonio habitable, un patrimonio vivo, en el que se activa la historia y la memoria desde las actuaciones del presente

Áreas de abastecimiento: de uso público

Estas áreas deben contener el espacio necesario para la recolección de basura y otros servicios comunes; además de un área para guardería, de ser necesario.

Áreas de recreación: de uso colectivo

Es un área flexible para el descanso, el esparcimiento u otros usos que el concursante desee proponer.

3. El proyecto

El proyecto de vivienda colectiva supuso en sí mismo un desafío capaz de poner en discusión temas de gran importancia en la arquitectura y en la construcción de Quito. En el caso del conjunto habitacional Hotel Colonial, supuso además aproximarse a un tema de extraordinaria contemporaneidad: la forma en la que se aborda la intervención en las ciudades centrales. Entender el patrimonio más allá del "bien conservado" es entenderlo como patrimonio habitable, un patrimonio vivo, en el que se activa la historia y la memoria desde las actuaciones del presente. Implica pensar la ciudad como el lugar de lo cotidiano, lo socialmente apropiado, lo que se disfruta, se practica y lo que es capaz de acoger antiguas, múltiples y nuevas prácticas sociales.

Adicionalmente, se asume además la sostenibilidad en un sentido más amplio, no solo desde la eficiencia

del objeto arquitectónico, sino desde la reflexión crítica del crecimiento urbano expansivo y su consumo de territorio, y la pertinencia de iniciativas que trabajen sobre el reciclaje de un tejido urbano servido, con valores de centralidad e incorporado dentro de una estructura barrial sólida.

Se propuso una aproximación múltiple que, además de pensar en esquemas de vivienda accesibles a diversos grupos sociales, considere la definición de usos a partir de dinámicas e historias locales. Se plantean alternativas para la incorporación de habitantes, tales como la inclusión de viviendas productivas, locales comerciales y espacios de un potencial uso comunitario, como talleres y un área de huertos urbanos.

Estrategia urbana: una lectura en dos escalas: barrio/ciudad

La construcción del viaducto de la Avenida 24 de Mayo generó una ruptura del continuo urbano que, sumada a la existencia de equipamientos de alto impacto, como el Terminal Terrestre Cumandá, acentuaron el efecto de borde de esta pieza.

El proceso de regeneración urbana emprendido debe considerar la reconversión del espacio público y la introducción de nuevos usos. Dentro de este marco, el proyecto sugiere la creación de una sucesión de plataformas de espacio público que cubran el viaducto y la incorporación de una franja edificada de uso residencial, así como la generación o recuperación de conexiones transversales que permitan suturar el tejido urbano.

A partir de la lectura urbana realizada, queda clara la potencialidad de la intervención en el antiguo Hotel Colonial como un proyecto urbano residencial catalizador de la regeneración del barrio de San Sebastián. Para ello se han identificado una serie de actuaciones cuya realización conjunta terminaría por reconfigurar este perímetro urbano a partir de un fuerte rasgo común entre todos los proyectos planteados: convertir en espacios de conexión lo que hoy son límites urbanos.

En la propuesta presentada para el concurso, se identificaron como proyectos integrados las siguientes intervenciones: el Pasaje Mazo, la plataforma de la 24 de Mayo y diferentes actuaciones en parcelas privadas colindantes al predio del Hotel Colonial. Sin embargo, destacamos la

recuperación y apertura del Pasaje Mazo por ser un proyecto viable a corto plazo y que cumpliría con los objetivos de una recuperación integral.

Partiendo del análisis de la morfología de la zona y de planos antiguos, se identificó la posibilidad de recuperar la quebradilla que da continuidad al Pasaje Mazo como espacio público, relacionando una escalinata que conecta la calle Loja, elemento estructural del barrio, con el conjunto y, en última instancia, con el eje de la Avenida 24 de Mayo. Además, esta continuidad garantiza un segundo acceso al conjunto del Hotel Colonial desde la calle Loja, lo que permite articular el funcionamiento del proyecto a una de las principales calles del barrio de San Sebastián.

4. ESTRATEGIA ARQUITECTÓNICA: DOS PIEZAS, TRES INTERPRETACIONES, UN CONJUNTO

¿Cómo funciona el Hotel Colonial?
Valores arquitectónicos y morfológicos:

En un primer momento se reconoce la existencia de dos piezas arquitectónicas de valor patrimonial distinto. El bloque A, que caracteriza el frente urbano hacia la 24 de Mayo, posee una destacada longitud y horizontalidad, y es marcado por reglas de repetición y proporción que configuran el ritmo en su fachada, además de presentar un interesante sistema de pasajes transversales. El bloque B, en la parte posterior de la parcela, resulta menos interesante en cuanto a su arquitectura. Sin embargo, en una segunda mirada, nos parece indudable el valor morfológico identificado en el espacio vacío entre los bloques. Es exactamente por la fuerza de este eje central y de la tensión que genera entre los dos volúmenes existentes que tenemos una lectura de conjunto y no de piezas aisladas en la parcela. Y es esta lectura de conjunto, determinada por la morfología urbana que lo relaciona directamente al Centro Histórico, lo que más nos interesa preservar.

Así, se puede decir que, más que mantener los edificios existentes, optamos por mantener el vacío generado entre ellos. A partir de esta decisión, surgen diferentes estrategias de intervención sobre estos dos volúmenes. Tales estrategias se plantean a partir del reconocimiento del estado actual de las edificaciones y de las posibles aportaciones de cada bloque a la futura intervención: su valor arquitectónico, estructural, tipológico y funcional.

Formas de intervención según los valores identificados:
Restauración: corresponde al primer tramo del bloque A. Se opta por el mantenimiento completo del sistema estructural de esta parte de la edificación, que corresponde a un muro de carga central trabado transversalmente con las fachadas. En este sentido, tampoco se altera el sistema compositivo de las fachadas, entendidas como un reflejo de la estructura adoptada y que, a la vez, determina la tipología del edificio. Se propone en este tra-

se puede decir que, más que mantener los edificios existentes, optamos por mantener el vacío generado entre ellos. A partir de esta decisión, surgen diferentes estrategias de intervención sobre estos dos volúmenes. Tales estrategias se plantean a partir del reconocimiento del estado actual de las edificaciones y de las posibles aportaciones de cada bloque a la futura intervención: su valor arquitectónico, estructural, tipológico y funcional

mo de la edificación mantener el uso correspondiente a viviendas unifamiliares. Por lo tanto, hablamos de un proceso de recuperación integral.
Rehabilitación: corresponde al segundo tramo del bloque A. Aquí se opta por un proceso de rehabilitación, a partir del cual ocurre la recuperación parcial del bloque. De este modo, se seleccionan las características más relevantes para el mantenimiento de la integridad del conjunto y que, a la vez, puedan aportar a las nuevas actividades que albergaría el edificio. El sistema estructural, con dos muros de carga central trabados a las fachadas, se mantiene, debido a su buen estado de conservación. En cambio, la tipología del pasillo central que da acceso a las habitaciones del hotel no corresponde a la optimización espacial de las nuevas viviendas que se implementan, por lo cual se propone la redistribución interna de este tramo del edificio.
Reinterpretación: corresponde a la parte central del bloque A. En este tramo, que anteriormente funcionaba como punto de recepción y entrada al hotel, se plantea la reinterpretación de este uso. Según la propuesta, este sigue siendo un punto clave articulador de las nuevas funciones propuestas. Así, el vestíbulo del hotel pasa a ser el vestíbulo de acceso a las nuevas viviendas. La idea de este punto de articulación central se refuerza a través del espacio en doble altura y del gran ventanal-mirador que conecta visualmente puntos geo-

Hay dos características principales que definen la estructura física del Centro Histórico quiteño: su morfología y su topografía. Teniendo en cuenta la parcela de la intervención, ambas están presentes de forma muy determinante

gráficos significativos del Centro Histórico quiteño: el Panecillo y el Itchimbía.

Obra nueva: corresponde al bloque B. En función al mal estado estructural del edificio y a la no correspondencia tipológica con los nuevos usos, en este tramo del edificio se propuso el vaciado parcial de la edificación y la construcción de nuevas viviendas. Sin embargo, al decidir mantener la fachada del edificio original, se refleja la principal preocupación de la propuesta: el mantenimiento de la identidad urbana del conjunto. A través de esta acción, se preservan la morfología y la proporción de la calle central, además de su imagen pictórica.

EL PROYECTO: CONJUNTO HOTEL COLONIAL

Una visión desde los espacios libres

Identidad morfológica del conjunto: se entiende que en el conjunto del antiguo Hotel Colonial la identidad morfológica reside principalmente en sus espacios vacíos, en los intersticios entre los bloques y la ciudad. De esta forma, la propuesta se basa en la preservación de estos espacios vacíos y en el refuerzo del carácter específico de cada uno de ellos.

Refuerzo del eje longitudinal como calle pública: se propuso la apertura del eje central del Conjunto Hotel Colonial como calle pública durante el día, pero de acceso exclusivo para los vecinos durante la noche, mediante el cierre controlado de los pasajes de acceso. En este sentido, se entiende que la vitalidad y seguridad de este espacio reside específicamente en su potencialidad como espacio público y eje de conexión.

Creación de la conexión transversal en el conjunto: La conexión transversal del conjunto se propone en dos escalas. La primera, con relación al barrio, conectando la calle Loja con la Avenida Maldonado a través de la apertura del Pasaje Mazo y su conexión con la calle central del Conjunto Hotel Colonial; y la segunda, en relación al

circuito interno de espacios libres del conjunto. Este circuito funciona a partir de la terraza, un espacio de vocación urbana y mirador público hacia el CHQ, pasando por el vestíbulo del bloque A y conectándose directamente al vestíbulo del bloque B a través de la calle y de la introducción de un nuevo elemento arquitectónico, una pasarela elevada, hasta llegar al patio, un espacio más reservado para uso colectivo de los vecinos.

Jerarquía y conexión espacial entre vacíos: en la propuesta, los espacios libres no aparecen como espacios residuales entre bloques, sino son resultado de una intervención proyectual que les atribuye significado y que permite entenderlos como un circuito transitable y continuo que atraviesa y dota de permeabilidad a todo el conjunto edificado. Sin embargo, es importante resaltar la existencia de dos circuitos paralelos: uno público, abierto a la ciudad, y otro colectivo, restringido para uso de los vecinos.

Una visión desde los espacios construidos

Hay dos características principales que definen la estructura física del Centro Histórico quiteño: su morfología y su topografía. Teniendo en cuenta la parcela de la intervención, ambas están presentes de forma muy determinante. En este sentido, y de acuerdo con la postura de intervención adoptada, se mantiene la horizontalidad del bloque A, que caracteriza la perspectiva del conjunto desde la Avenida Maldonado, mientras que en el bloque B se opta por la construcción de cuatro pequeñas torres, de cuatro pisos cada una.

"El Panecillo" es uno de los accidentes geográficos más potentes que limita el Centro Histórico de Quito. Tiene una altitud aproximada de 2900 metros sobre el nivel del mar, y se caracteriza por ser un mirador natural de la ciudad. El proyecto incorporó dos estrategias para relacionarse con El Panecillo. La primera es a través de su propuesta volumétrica, que permite secuencias visuales desde la cima del cerro hasta las partes bajas del terreno, y desde las partes altas hasta el paisaje circundante. Además, el proyecto planteó una secuencia de volúmenes que incorporan vacíos entre ellos, con el objetivo de permitir visuales claras hacia su entorno.

Ha sido importante reconocer la forma escalonada del cerro y la forma del paisaje urbano. Al leer su forma y escala, el proyecto utiliza una estrategia para utilizar su escala volumétrica para obtener un resultado adecuado para su integración a su sitio y contexto urbano.



Vista de los volúmenes del bloque B

Tipología edificatoria

Las 27 viviendas propuestas se distribuyeron en dos tipologías edificatorias: el bloque lineal y la torre aislada. Aunque, por el basamento común y la comunicación resuelta por medio de pasarelas, las cuatro torres funcionan como un solo bloque.

En ambas tipologías edificatorias se implementaron viviendas de tipos variados, atendiendo a las necesidades de diferentes grupos familiares.

Los criterios básicos de diseño adoptados para los bloques residenciales y para las viviendas fueron:

1. Buena orientación y adecuada iluminación natural: las edificaciones se orientan en sentido norte-sur, liberando sus fachadas a las mejores orientaciones este-oeste;
2. Adecuada ventilación: la mayor parte de las viviendas propuestas dispone de ventilación cruzada, mientras que, en los casos de viviendas lineales, la poca profundidad de la tipología (máximo 5 metros) garantiza la ventilación adecuada de todos los espacios habitables;
3. Flexibilidad espacial en el interior de la vivienda: se homogeneizó el tamaño de las habitaciones, permitiendo así el cambio y la ejecución de tareas variadas en cada

una de ellas o aplicando el uso de paneles correderos que permitan la integración de diferentes espacios de la vivienda;

4. Desjerarquización espacial: los espacios de cocina están integrados a otros espacios de la vivienda, promoviendo la visibilidad e integración del trabajo doméstico;

5. Espacios de almacenaje: se dio especial atención a los diferentes espacios de guardado, desde roperos, armarios, despensas y bodegas;

6. Incorporación de vegetación en la arquitectura: se incorporó vegetación en fachadas y áreas comunales;

7. Incorporación de espacios comunales: se consideró la ubicación de espacios comunes que promuevan la convivencia entre vecinos o espacios de servicio colectivos en detrimento de la pequeña superficie de algunas tipologías, por ejemplo: lavandería colectiva, salas de estar comunales, espacios libres con vegetación, bar-bacoa etc;

8. Optimización de las instalaciones: se agruparon las áreas húmedas.

La construcción se ejecutó entre los años 2013 y 2016. El proyecto arquitectónico se construyó fiel al proyecto



Vestíbulo y puente

ganador del concurso. Se realizaron pequeñas variaciones tendientes a conservar otros elementos considerados de valor por la comisión de seguimiento de la obra. Se realizaron grandes esfuerzos por concretar la ejecución de la intervención en el pasaje Mazo; desgraciadamente aún no ha sido realizada.

El proyecto se concluyó a finales del año 2015, y en el año 2016 fue merecedor del Premio Nacional de Intervención en Patrimonio por parte de la BAQ2016. En el año 2018 fue nominado para el premio Mies Crown Hall Americas Prize 2016-2017.

En el año 2016 se expidió la Ley Orgánica de Cultura (LOC), que en su artículo 64 señala que los predios patrimoniales de públicos no se pueden transferir de dominio, en concordancia con el artículo de la Constitución del Ecuador, que señala que los bienes patrimoniales del Estado son inalienables, inembargables e imprescriptibles. Coincide con ese año el hecho de que las unidades de vivienda del Conjunto Habitacional Hotel Colonial iniciaban su proceso de comercialización y existía una lista de interesados que correspondían con el perfil de beneficiario establecido desde el lanzamiento del concurso. Con la expedición de la LOC, se detu-

vo el proceso de adjudicación y venta de las viviendas. La discusión jurídica, sumada a la incapacidad de las instituciones a cargo del patrimonio de la ciudad para encontrar alternativas, impidieron la ocupación y el uso del conjunto. Esta situación se prolongó por más de ocho años. Apenas en 2023 se permitió su ocupación como espacios administrativos del Municipio del Distrito Metropolitano de Quito.

Esta experiencia nos ha permitido identificar la debilidad de políticas de fomento a la vivienda en áreas centrales y patrimoniales. Es necesario el desarrollo de alternativas de gestión que permitan dotar de viviendas sociales de alquiler o de venta en la ciudad consolidada. Es, además, fundamental el apoyo a iniciativas de mejoramiento de vivienda, de tal manera que se motive la permanencia de los habitantes que componen esta corona perimetral de barrios en torno al Centro Histórico de Quito, y con el cual comparte valores patrimoniales.

Los centros históricos latinoamericanos deben encontrar mecanismos que faciliten su gestión como parte intrínseca de la ciudad. Su futuro depende de una gestión del cambio que considere su potencial para seguir siendo habitados.

dossiê



Vista interior
apartamento



Vestíbulo bloco A

AUTORES

MCM+A taller de arquitectura

Estudio conformado por Natalia Corral, Yadhira Álvarez, Pablo Moreira y Miltón Chávez, radicado en Quito, enfocado en el diseño arquitectónico, urbano y rehabilitación arquitectónica, que ha recibido reconocimientos nacionales e internacionales.

Pablo Moreira Viteri es arquitecto graduado por la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central del Ecuador en 2000. Postgrado en Teoría y Práctica de la arquitectura: El Proyecto: Ciudad, Espacio y Cultura en la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña, España en 2007. Secretario Ejecutivo de la Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos FPAA, periodo 2020-2024. Presidente Nacional del Colegio de Arquitectos del Ecuador periodo 2019-2021. Presidente del Colegio de Arquitectos de Pichincha del periodo 2017-2021 Profesor de la cátedra proyectos de Arquitectura nivel VI: de la idea al detalle y Talle de proyectos IV: intervención en preexistencias – Universidad Internacional SEK, 2022-2024. Socio del estudio MCM+A taller de Arquitectura desde 2003.

Yadhira Álvarez Castellanos es arquitecta por la Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Central del Ecuador

en 1998. Máster en Arquitectura Crítica y Proyecto por la ETSAB – Universidad Politécnica de Cataluña 2008. Presidente de la Bienal de Arquitectura de Quito BAQ2022 y BAQ 2024. Directora Académica de la Bienal Panamericana de Arquitectura de Quito BAQ 2018 y BAQ 2020. Vicepresidente del Colegio de Arquitectos del Ecuador Provincia Pichincha 2021-2025. Docente en diseño arquitectónico 2009-2017 Colegio de Arquitectura USFQ y en la FADA de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador PUCE 2019-2021. Miembro de DoCoMoMo-Ecuador. Subsecretaria – Ministerio de Cultura y Patrimonio 2019. Socia del estudio MCM+A taller de Arquitectura desde 2003.

Natalia Corral Fierro es arquitecta graduada por la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central del Ecuador en 1999. Máster en Arquitectura y Sostenibilidad en la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña, España en 2007. Ex Becaria del Programa AlBan de Becas de estudio Alto Nivel de la Unión Europea en 2007. Docente en varias universidades nacionales a nivel de grado y posgrado. Profesora invitada en la Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Facultad de Arquitectura y Diseño, en la cátedra de Diseño Urbano Arquitectónico DAU 11 en 2020. Arquitecta experta en arquitectura bioclimática en

“Proyecto Living Lab de edificación sostenible” implementado en el Archipiélago de Galápagos en 2022- actualidad.

Milton Chávez Aguirre es arquitecto graduado por la Facultad de Arquitectura, Universidad Internacional del Ecuador en 2015. Miembro de la Comisión Concurso Bienal de Arquitectura de Quito- BAQ en 2022. Secretario de Jurado Bienal de Arquitectura de Quito- BAQ en 2020. Secretario Ejecutivo Nacional del Colegio de Arquitectos del Ecuador, periodo 2019-2021. Secretario de Jurado Bienal de Arquitectura de Quito-BAQ 2018. Socio del estudio MCM+A taller de Arquitectura desde 2003.

EQUIPE

Rubén Moreira, Pablo Moreira, Natalia Corral, Yadhira Álvarez y Miltón Chavez.

COLABORADORES

Marcelo Gualotuña (arq.), Chistiane Van Sluys (arq.), Diana Espinosa (arq.), Sofía Salas, Kathrin Wüñch, Felipe Naranjo, Evelyn Taipe, Guillermo Gómez (ing., diseño estructural), Pedro Freile (ing., diseño eléctrico) y DMC consultores (diseño sanitario).

CRÉDITOS

BICUBIK (antes y después de la intervención); Fondo Nacional de Fotografía INPC (fotografías antiguas).

Concurso rehabilitación del ex Hotel Colonial para conjunto habitacional, Quito, Ecuador, 2012.

dossiê

Bixiga no centro: política urbana e preservação cultural nas áreas centrais de São Paulo

Flávia Brito do Nascimento
Mariana Cavalcanti Pessoa

O centro da cidade de São Paulo é testemunho de sucessivas transformações, abrigando objetos de diferentes momentos históricos numa persistente luta entre permanência e renovação. Muitos dos espaços que ainda resistem no território sobreviveram graças às políticas de preservação iniciadas no município em um passado muito recente. As primeiras ações de proteção em São Paulo são anteriores ao tombamento municipal, partindo do setor de planejamento urbano na década de 1970.

Apesar dessa promissora articulação inicial, na prática, os conflitos foram preponderantes na salvaguarda do patrimônio urbano, e a integração entre os setores do planejamento e do patrimônio resultou em muitas fragilidades. A preservação cultural foi incluída nas incumbências do setor de planejamento urbano em São Paulo a partir da criação da Zona Especial Z8-200, integrada em 1975 à Lei Geral de Zoneamento (Lei nº 7.805/1972) destinada à "preservação dos imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico" (São Paulo, 1975, art. 1º, "d"). A preservação pelo zoneamento funcionou como principal instrumento de proteção legal do município, por meio do que se chamou "enquadramento", até a instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo (Conpresp) em 1988. O Conpresp instituiu o tombamento como instrumento de salvaguarda legal, tirando espaço, ainda que legalmente mantido, do planejamento na seleção e preservação do patrimônio edificado.

A partir dos anos 1990, os imóveis em São Paulo podiam ter até quatro proteções: tombamento pelo Iphan, Condephaat e Conpresp, além do "enquadramento" na Z8-200, ou seja, no zoneamento. A Z8-200 representou uma experiência importante de preservação pela legislação urbanística. Pelo planejamento, foi organizado um programa de preservação com diretrizes urbanísticas, bem estruturado do ponto de vista teórico e metodológico, muito embora também tenha manifestado algumas limitações importantes. A despeito dos documentos mencionarem o interesse na preservação do "patrimônio ambiental urbano", os critérios de seleção adotados prestigiaram, ao fim e ao cabo, sobretudo os valores estético-estilísticos dos bens, enquanto o conceito de "manchas urbanas" se revelou bastante contido e restrito aos lotes (Tonasso, 2019).

Além de fragmentadas, as manchas estabelecidas não conseguiam dar conta de outros elementos que compunham o tecido urbano, como traçado de ruas, calçadas, equipamentos urbanos e vegetação. Considerando que a

ambiência urbana também pode compreender o tecido social ali constituído, a limitação do instrumento para a sua preservação fica ainda mais evidente. Tais limitações são ocasionadas pela natureza do zoneamento, instrumento que determina os parâmetros de uso e de ocupação principalmente dos terrenos (Nery Jr., 2002). Além das características próprias do instrumento que restringiam sua abrangência patrimonial, ele também se mostrou suscetível às circunstâncias políticas, o que debilitou seu poder de proteção com o decorrer dos anos (Tonasso, 2019).

Um caso emblemático que evidenciou a fragilidade da preservação pelo planejamento envolve o bairro do Bixiga, no distrito da Bela Vista, objeto deste artigo. O Bixiga vive hoje uma situação crítica de ameaça à preservação de seu patrimônio cultural e ambiental. Por diversas frentes de pressão imobiliária, possibilitadas pela chegada da nova linha Laranja do metrô, em construção, e pelas leis de zoneamento da cidade aprovadas pelo Plano Diretor da cidade, que permite e estimula a verticalização da área. Uma região que estava há décadas preservada dos interesses imobiliários por estar protegida legalmente, se vê fortemente ameaçada.

1. A preservação do Bixiga: zoneamento e tombamento

A região do Bixiga é um território oportuno para analisar a cisão que se estabeleceu entre o zoneamento e a preservação na cidade. O entendimento do bairro do Bixiga como área de preservação urbana em São Paulo, ou como um "bairro histórico" coincide com os primeiros passos de identificação pelo planejamento de áreas urbanas e edifícios de interesse como patrimônio nos anos 1970 e 1980. Por meio da Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) e do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), diversos processos de estudo e inventariação foram dando ao lugar uma densidade de conhecimentos que contribuíram para a preservação do bairro como patrimônio. O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural (Igepac) da Bela Vista, de 1987, procurava articular os bens arquitetônicos aos elementos estruturadores da trama urbana e as relações sociais à memória do lugar. Este instrumento não oferecia proteção jurídica aos bens selecionados, o que seria complementado a

No tombamento estabelecido para esta área [...] não importava apenas a conservação dos imóveis isoladamente, mas sim, e de maneira mais determinante, a preservação do ambiente urbano. É preciso aqui ponderar que a resolução destaca esta preocupação com a ambiência em suas diretrizes e considerandos, mas falta objetividade na definição das restrições construtivas

princípio pelo instrumento do "enquadramento", previsto na zona especial Z8-200.

No enquadramento da Z8-200, diversos bens identificados no bairro, sobretudo na Rua 13 de Maio, compunham um conjunto arquitetônico, próximo ao que se chamou de "mancha urbana". Essa preservação, porém, mostrou-se de grande fragilidade, já que pouco efetiva na preservação física dos objetos materiais. As reversões de preservação são exemplos das dificuldades encontradas. Durante a segunda gestão de Jânio Quadros (1986-1989) foi revertido o enquadramento na Z8-200 de uma série de casas entre a ruas Jandaia e da Assembleia (Lei nº 9.725/1984) – localizadas na mancha urbana do Bixiga – para viabilizar um projeto viário e urbanístico.

O projeto do anel viário previa a desapropriação dos imóveis que se encontravam encortiçados para a construção de uma alça de acesso à Avenida 23 de Maio. Para viabilizá-lo, a prefeitura alterou a lei de zoneamento utilizando o expediente autoritário do "decorso de prazo". Criado durante a ditadura civil-militar, o decurso de prazo determinava que o governante poderia encaminhar um projeto de lei para o legislativo e solicitar que a apreciação se fizesse em um prazo determinado, sob pena de se considerar aprovado após a expiração (Gabardo; Neves, 2016).

Sem discussões na câmara ou com a sociedade, o casario dos Arcos da Jandaia foi "desenquadrado", ou seja, perdeu o dispositivo legal que o preservava. Assim, foi desapropriado e demolido em 1987 (Muniz, 2020).¹ O

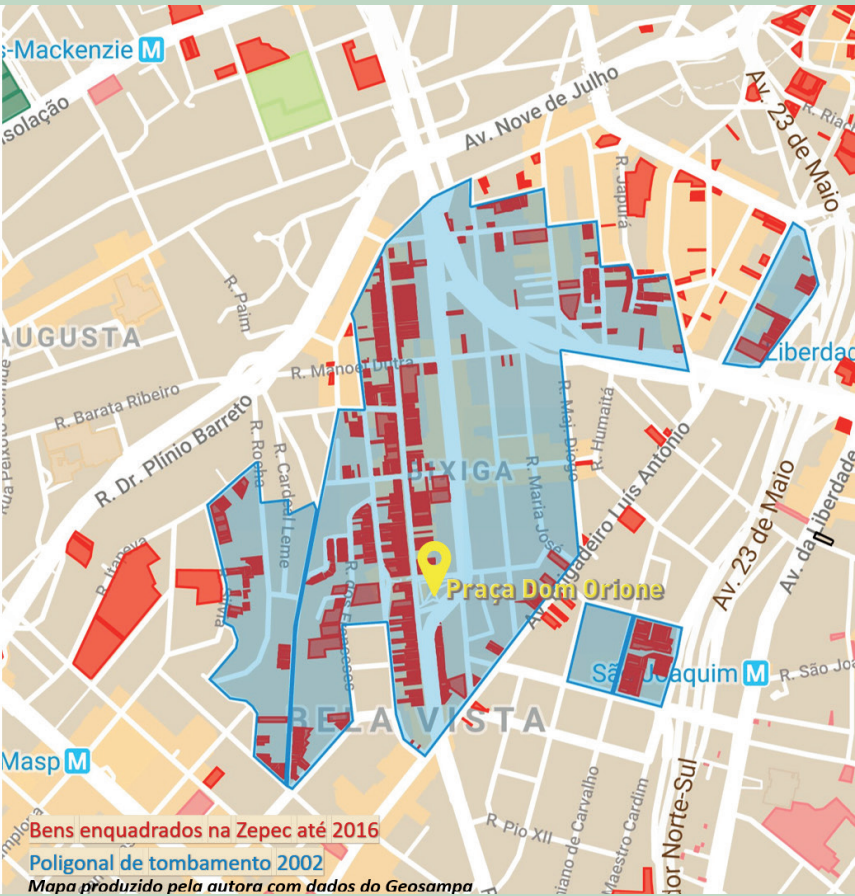
episódio dos Arcos da Jandaia e outras estratégias políticas do município no campo da memória ou do direito à memória, como mostra Thales Marreti (2018), levaram à decisão pelo seu tombamento no início dos anos 1990. Soma-se a esses movimentos a crescente pressão exercida pelo mercado imobiliário na região desde os anos 1980 (Fenelon, 1995). Assim, em 1993 foi aberto o pedido de tombamento do bairro da Bela Vista (Resolução 01/93), determinado pela mobilização social e concluído em 2002 (Resolução 22/02).

A Resolução 01/93 indicava um conjunto de 526 imóveis para a preservação, contidos no perímetro disperso de bens edificados, pretendendo dar conta da trajetória deste bairro histórico da cidade, preservado legalmente pela legislação urbanística desde o final dos anos 1970, apropriado pela população local e atravessado por manifestações culturais de diferentes grupos sociais. Os estudos realizados pelo Igepac Bela Vista foram fundamentais para embasar a Resolução nº 22/Conpresp/2002, que determinou o tombamento nos anos 2000.² Esta resolução considerou que não apenas as construções deveriam ser preservadas, mas também a conformação geomorfológica, traçados de ruas e vegetação. Com o propósito de proteger este conjunto, também foram delimitadas áreas envoltórias onde todo e qualquer tipo de alteração construtiva, seja reforma ou uma nova construção, deveria passar pelo órgão de preservação para análise e aprovação (Scripilliti, 2017).

No tombamento estabelecido para esta área, portanto, não importava apenas a conservação dos imóveis isoladamente, mas sim, e de maneira mais determinante, a preservação do ambiente urbano. É preciso aqui ponderar que a resolução destaca esta preocupação com a ambiência em suas diretrizes e "considerandos", mas falta objetividade na definição das restrições construtivas. Quando os órgãos de preservação discutem o tombamento de um bem cultural, eles podem delimitar um perímetro em seu entorno, chamado de "área de entorno" ou "área envoltória" (terminologia utilizada em São Paulo), como foi feito no caso do Bixiga. Segundo Nito (2023), este entorno afirma a relação do bem protegido com a cidade, participando da composição do ambiente urbano do ponto de vista morfológico, social e econômico.

Nestes perímetros envoltórios, são estabelecidos índices urbanísticos de controle das edificações, com o intuito de preservar a ambiência dos bens tombados. A questão é que nem mesmo os parâmetros mais básicos são especificados na Resolução nº 22/2002, como altura máxima das edificações ou recuos, deixando todas as decisões à mercê de análises casuísticas. A despeito da necessidade de regulamentação dos limites do tombamento, a resolução deixa clara a intenção de preservar as características do bairro e não apenas algumas edificações excepcionais.

O tombamento do bairro contemplou obras isoladas, no que pode ser entendido como um conjunto arquitetô-



Levantamento dos bens enquadrados na Z8-200 até 1984 e na Zepec até 2016 (em vermelho), sobreposto com a poligonal de tombamento de 2002 (em azul). Fonte: Elaborado pelas autoras com dados do Geosampa.

nico. Os bens tombados isolados são “unidos” pela área envoltória ou de entorno. Como não há diretrizes claras para os bens do entorno, somado à permissividade do zoneamento para com a verticalização, a pressão imobiliária vem se fazendo cada vez mais presente no bairro.

Na aprovação do Zoneamento de 2004, os bens tombados neste território foram enquadrados isoladamente como Zonas Especiais de Preservação Cultural (Zepec), que sucederam as Z8-200, mas é importante salientar que não há qualquer menção às suas áreas envoltórias. Estas áreas, no entanto, são consideradas parte fundamental do tombamento, previstas desde o Decreto-Lei nº 25/37 e estão intimamente relacionadas à importância e qualidade do patrimônio cultural edificado, consideradas como um diafragma, cumprindo uma função amortecedora e de complemento (Marchesan, 2010). A não inclusão destes perímetros, que relacionam os bens protegidos com a cidade, contribui muito para o aspecto pulverizado destas zonas no território municipal.

2. Conflitos entre planejamento e preservação cultural em São Paulo e os efeitos no Bixiga

A antiga Zona de Preservação Z8-200 foi revogada apenas a partir da aprovação da atual Zona Especial de Preservação Cultural (Zepec), criada em 2002 como parte do Plano Diretor Estratégico (PDE, Lei nº 13.430/2002) e regulamentada dois anos depois, na lei que unificava o Zoneamento e Planos Regionais das Subprefeituras (Lei nº 13.885/2004). Além de incorporar os bens protegidos pela Z8-200, a Zepec apresentou permanências e rupturas significativas em relação ao instrumento anterior. Sua instituição se deu após a consolidação do tombamento municipal e sem muito diálogo com o órgão de preservação, ocasionando algumas divergências.

A proposta da Zepec partiu do planejamento, de modo desarticulado com o setor de preservação e mesmo com as demais zonas de uso. A principal responsável pelos trabalhos que ensejaram a lista de bens “enquadrados” na Zepec foi a arquiteta Sylvia Fré (2018), que trabalhava com a preservação cultural na Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) desde a Z8-200. Segundo ela, o instrumento foi criado numa perspectiva de permanência das práticas anteriores e a intenção seria “preservar por lei de zoneamento”.

As decisões tomadas não apenas na construção da Zepec, mas decorrentes de heranças da Z8-200, desencadearam uma série de conflitos, dentre eles uma notável desconexão entre as diretrizes de desenvolvimento urbano e de preservação do patrimônio cultural na cidade de São Paulo. A raiz desta desconexão pode se encontrar no isolamento das Zepec das demais zonas de uso e na exclusão das áreas envoltórias dos bens tombados, que buscam garantir a preservação da ambiência destes bens

As decisões tomadas não apenas na construção da Zepec, mas decorrentes de heranças da Z8-200, desencadearam uma série de conflitos, dentre eles uma notável desconexão entre as diretrizes de desenvolvimento urbano e de preservação do patrimônio cultural na cidade de São Paulo. A raiz desta desconexão pode se encontrar no isolamento das Zepec das demais zonas de uso e na exclusão das áreas envoltórias dos bens tombados, que buscam garantir a preservação da ambiência destes bens. A ambiência, portanto, contempla não apenas a materialidade das edificações, mas todo o conjunto de características do meio urbano que tornam a atividade humana possível.

As “áreas envoltórias” ajudam a promover a preservação deste entorno e de suas práticas sociais, embora ainda exista um grande debate sobre elas.³ São tensionadas questões como sua condição acessória e tratamento secundarizado, diante de um objeto principal valorizado (Meneses, 2015), além do choque de competência que se gera com o poder municipal – que possui a prerrogativa de dispor sobre o uso e a ocupação do solo – uma vez que o instrumento pode estabelecer índices urbanísticos excepcionais de controle das

edificações nas áreas preservadas (Rabello, 2010). Sua interferência no ordenamento urbano, portanto, é significativa, tornando esta desconsideração no horizonte da política urbana no mínimo intrigante.

No município de São Paulo, estas áreas são estabelecidas caso a caso, por meio de estudos realizados por técnicos do DPH e deveriam ser propostas simultaneamente aos processos (São Paulo, 1985). Porém, muitos tombamentos são aprovados sem esta delimitação, o que confirma o tratamento secundário que recebem, como apontado por Meneses (2015). No caso do Bixiga, houve a delimitação das áreas envoltórias na resolução de tombamento, embora sem regulamentação objetiva, porém estes perímetros não foram considerados no zoneamento. Uma das razões para esta exclusão pode ser a relação com a Transferência do Direito de Construir (TDC), incentivo fiscal oferecido aos imóveis tombados e enquadrados na categoria Bens Imóveis Representativos (BIR), para compensar os proprietários pelas restrições no aproveitamento de seus lotes.

A TDC "concorre" com a Outorga Onerosa do Direito de Construir (oobc), cujos recursos são destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e constituem uma importante fonte de receita extraordinária para investimentos em infraestrutura urbana da Prefeitura (Peretto et al., 2018). Ambos possibilitam o usufruto de índices construtivos acima do coeficiente de aproveitamento básico. Para os cofres públicos, portanto, não seria interessante estender o benefício para estas grandes áreas, pois poderia desequilibrar esta relação, uma vez que a política de desenvolvimento urbano em São Paulo está cada vez mais dependente da financeirização (e seus agentes).⁴

Seria interessante a criação de uma categoria de Zepec para as áreas envoltórias dos imóveis tombados, acolhendo aquelas já regulamentadas. As Zepec AUE (Área de Urbanização Especial) e Zepec APPA (Área de Proteção Paisagística) também não podem acessar a TDC e foram acomodadas em categorias distintas por

questões operativas. Se os perímetros de entorno fossem parte das Zepec, talvez poderiam ser formadas zonas de fato, com diretrizes coerentes de uso e ocupação do solo, conectando diversas áreas e formando "setores protegidos" ou "áreas de conservação", como as "Áreas de proteção do Ambiente Construído" (Apac), no Rio de Janeiro. Ou seja, a ênfase recairia na conservação urbana, no valor do conjunto, coerente com os objetivos de um instrumento urbanístico.

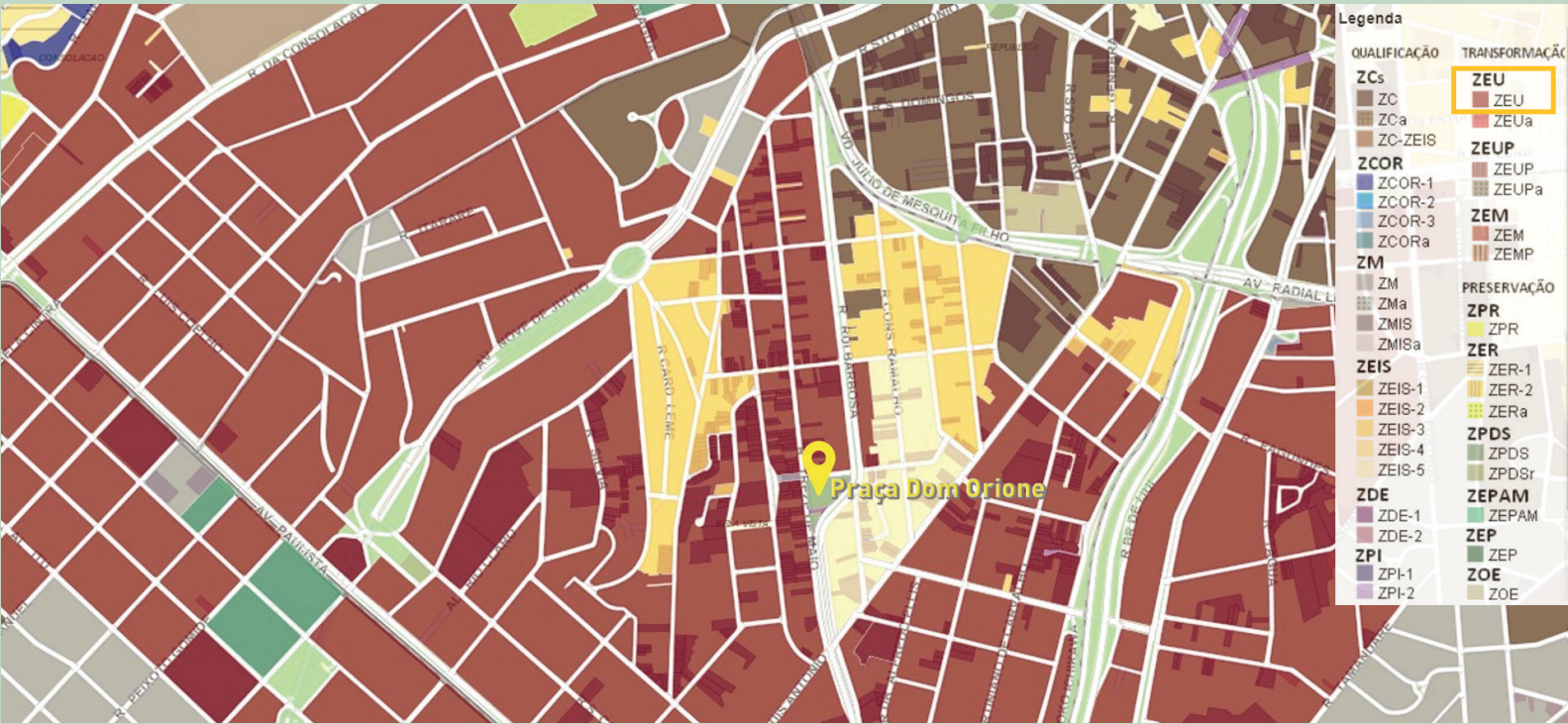
Na cidade de São Paulo, porém, as características ambientais urbanas das áreas protegidas vêm sendo desconsideradas pelo zoneamento. De acordo com o PDE de 2002, a área do Bixiga seria parte da Macroárea de Reestruturação e Requalificação Urbana. Dentre as "transformações urbanísticas" que esta macroárea procuraria alcançar, se encontra a "preservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico" (São Paulo, 2002, art. 155, § 2º). No entanto, uma consulta ao mapa do zoneamento de 2004 revela que, neste trecho, foi delimitada uma zona mista "ZM – 3a, prevendo "densidades demográfica e construtiva altas" (São Paulo, 2004, art. 108).

Considerando que ali já havia um tombamento de conjunto de grande extensão desde 2002, a posterior delimitação de uma zona de "densidade construtiva alta" neste território só demonstra quão alheio à preservação cultural o planejamento urbano se encontrava.

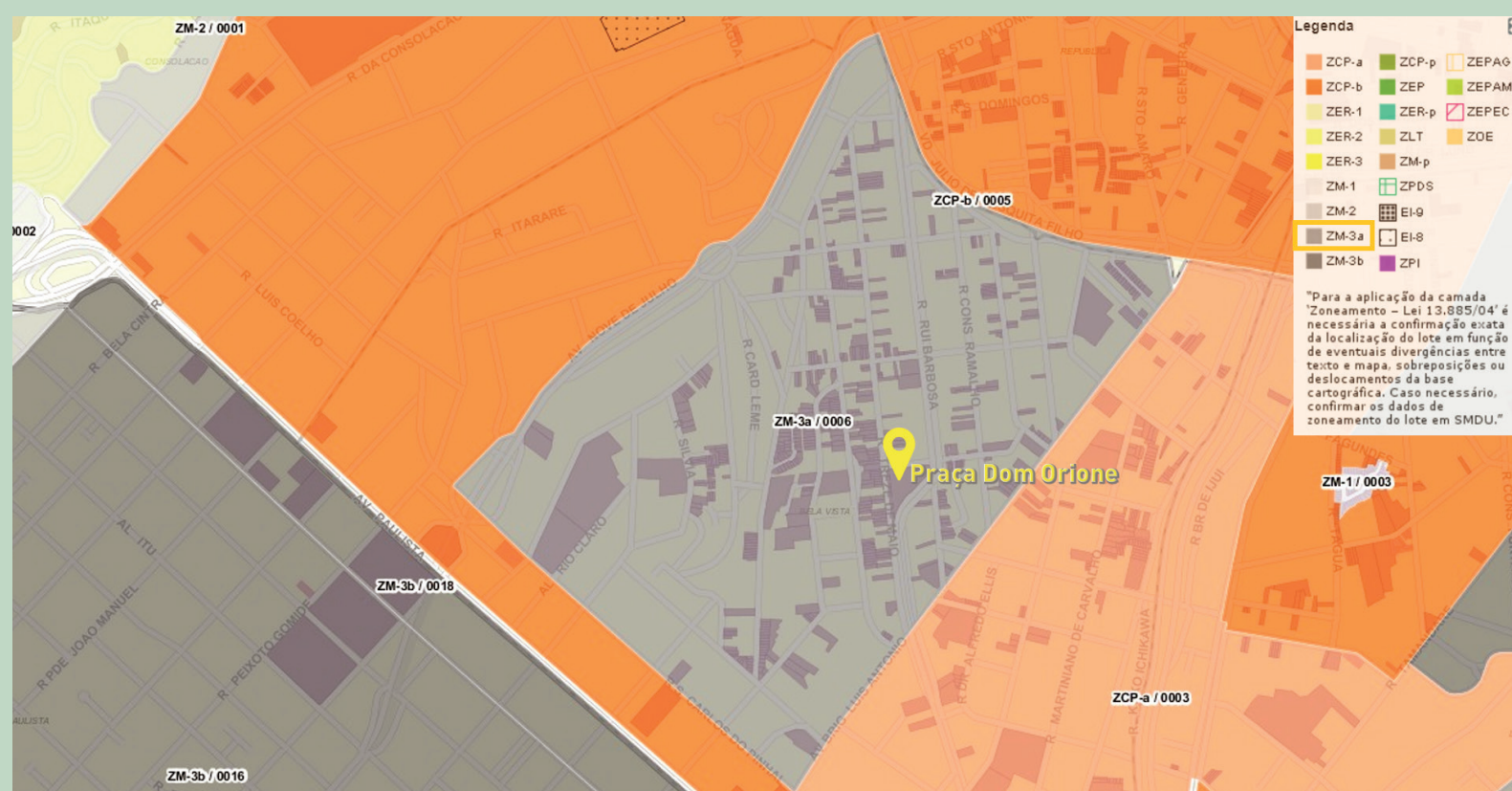
Essa situação de desconsideração da área protegida persistiu na revisão do zoneamento de 2016, quando uma vez mais foi delimitada para uma parcela desta região uma Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), destinada a "promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado com o sistema de transporte público coletivo" (São Paulo, 2016, art. 7º). Ou seja, mesmo após uma revisão da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, nada havia mudado em relação a uma área tombada há mais de uma década.

A situação só foi contemplada na última revisão do marco regulatório municipal realizada em 2022, ou seja, vinte anos depois do tombamento do Bixiga, como veremos adiante.

Importante destacar que densidades construtivas altas podem interferir diretamente na ambiência de um conjunto tombado, seja rompendo com uma paisagem urbana predominantemente horizontal, seja criando impactos no cotidiano dos moradores. A possibilidade de verticalização nas áreas como o Bixiga, protegidas pelo tombamento, revelam as desconexões entre o planejamento e a preservação do patrimônio cultural. Essa sobreposição no Bixiga é reveladora de como as demandas do patrimônio cultural não são tratadas com a sensibilidade que merecem pelo planejamento municipal.



Mapa do Zoneamento de 2004, na região do Bixiga. Em cinza, a ZM-3a, zona mista de densidades demográfica e construtiva altas, em vermelho, a delimitação das Zepec. Fonte: Geosampa, 2019.



Mapa do Zoneamento 2016 na região do Bixiga. Em vinho, a delimitação das ZEUs. Fonte: Geosampa, 2019.

Compreender estes conflitos implica o reconhecimento de fragilidades da estrutura de preservação municipal, uma vez que a incorporação dos perímetros tombados na política urbana dependeria da normatização destas áreas dentro dos órgãos de preservação. Conforme explica Sônia Rabello (2010), o município, ao licenciar qualquer atividade em seu território, precisa assegurar que ela seja compatível com todos os interesses públicos incidentes sobre aquele objeto, inclusive a preservação cultural. Isto não obriga o município a integrar as normas aos seus textos legislativos, embora consideremos desejável para o cidadão, mas a administração precisa observá-las. Logo, é preciso reconhecer que a questão envolve ambos os setores, planejamento e preservação, onde o primeiro poderia integrar o patrimônio às dinâmicas urbanas e o segundo precisa ser mais claro quanto às regras relativas aos bens protegidos.

Na prática, o que acontece frequentemente nos órgãos de preservação é o estabelecimento de diretrizes de preservação "caso a caso".⁵ Ou seja, as normas e diretrizes para as intervenções não são estabelecidas de antemão e os licenciamentos acontecem a partir do estudo qualificado. Se por um lado esta condição torna o tombamento mais flexível, evitando o congelamento da proteção no tempo, por outro, pode torná-lo torna obscuro e subjetivo, sem que o cidadão saiba com clareza o que pode ou não fazer em seu imóvel. Qualquer ato da administração pública deve ser obrigatoriamente claro na demarcação do objeto e na especificação das regras que deverão ser observadas, que é o "limite de incidência das obrigações". Isto porque "não se pode cumprir o que não se conhece" (Rabello, 2010, p.44).

No caso do Bixiga, a Resolução de Tombamento, embora indique valores ligados aos usos sociais, à história e à paisagem do bairro, é pouco clara nas normativas para os bens culturais, seja os indicados para tombamento, seja para os do entorno. Assim, aliada a uma legislação de uso do solo que endossava a verticalização, provocou o acirramento das disputas com o capital imobiliário. Diante das divergências, os agentes interessados na construção de novos empreendimentos – em uma região plena de infraestrutura e próxima à enobrecida Avenida Paulista – possuem argumentos para judicializar as disputas, encontrando na própria legislação urbana suporte para suas reivindicações.

A disputa mais famosa no que se refere à preservação na apropriação do território do Bixiga envolve o entorno do Teatro Oficina, tombado nas instâncias municipal, estadual e federal. Nesta área, atores sociais organizados

como o Grupo Oficina, instituições e coletivos do bairro do Bixiga, buscam há mais de quarenta anos resistir às tentativas de construir um empreendimento de grande porte no terreno adjacente, de propriedade do Grupo Silvio Santos (Alves Jr., 2017).

A situação do Oficina, pela singularidade do teatro e mesmo pela notoriedade dos envolvidos, gera de tempos em tempos repercussão na mídia e discussões nos órgãos de preservação. Recentemente, o caso ganhou um novo capítulo com a remoção, sem autorização do Iphan, da "escada azul" do Teatro Oficina e o fechamento dos Arcos do Beco, na parte traseira da arena cênica, por ordem do Grupo Silvio Santos. Como contraponto, o terreno tem sido o centro de uma luta pela criação do Parque do Rio Bixiga, devido às possibilidades paisagísticas e ambientais oferecidas pela presença deste curso d'água, hoje invisibilizado, para a região como um todo (Rolnik, 2024).

As novas estratégias de transformação e de entendimento do patrimônio edificado como bens isolados e não como um conjunto urbano, tem colocado em tensão a proteção legal do bairro do Bixiga. Nos últimos dois anos, especialmente, a pressão do mercado imobiliário no bairro foi vivenciada no cotidiano do Conpresp. O avanço de interesses imobiliários está claro com as tentativas de aprovação por construtoras de novos edifícios na área envoltória de preservação e em áreas de nascentes. Os quatro processos apreciados pelo Conpresp recentemente são de grande porte, verticalizados, possuem vários pavimentos de subsolo, sem relação formal com o conjunto urbano tombado, impactando significativamente a paisagem e o ambiente do bairro (Nascimento; Almeida, 2023).

A pressão por transformação provocada pelas obras do metrô atingiu outra escala das identidades do bairro. Os achados arqueológicos das obras e a permissão de remoção, sem clareza de entendimento e interpretação, geraram reações diversas e um grande impacto nos moradores, levando a mobilizações sociais em favor da preservação dos vestígios arqueológicos, mas, sobretudo, da identidade negra do bairro. Os movimentos Mobiliza Saracura Vai Vai e Salve Saracura organizaram-se em favor deste território nas suas identidades múltiplas e complexas. Ambos têm articulado uma série de ações que denunciam as transformações e seus efeitos irreversíveis no território, que abrangem desde a perda de referenciais de memória até a ameaça de expulsão de moradores mais vulneráveis com o aumento do valor do solo urbano (Pessoa et al., 2024).

Nota-se, portanto, que os órgãos de preservação são fortemente cobrados nestas circunstâncias de conflitos na apropriação do solo urbano em áreas tombadas e envoltórias, sofrendo inúmeras pressões

Nota-se, portanto, que os órgãos de preservação são fortemente cobrados nestas circunstâncias de conflitos na apropriação do solo urbano em áreas tombadas e envoltórias, sofrendo inúmeras pressões, mas é preciso considerar que toda a situação passa, em uma escala maior e mais estrutural, pelo planejamento da cidade e pelo controle de uso do solo exercido pela administração municipal.

3. Novas perspectivas no planejamento urbano do Bixiga

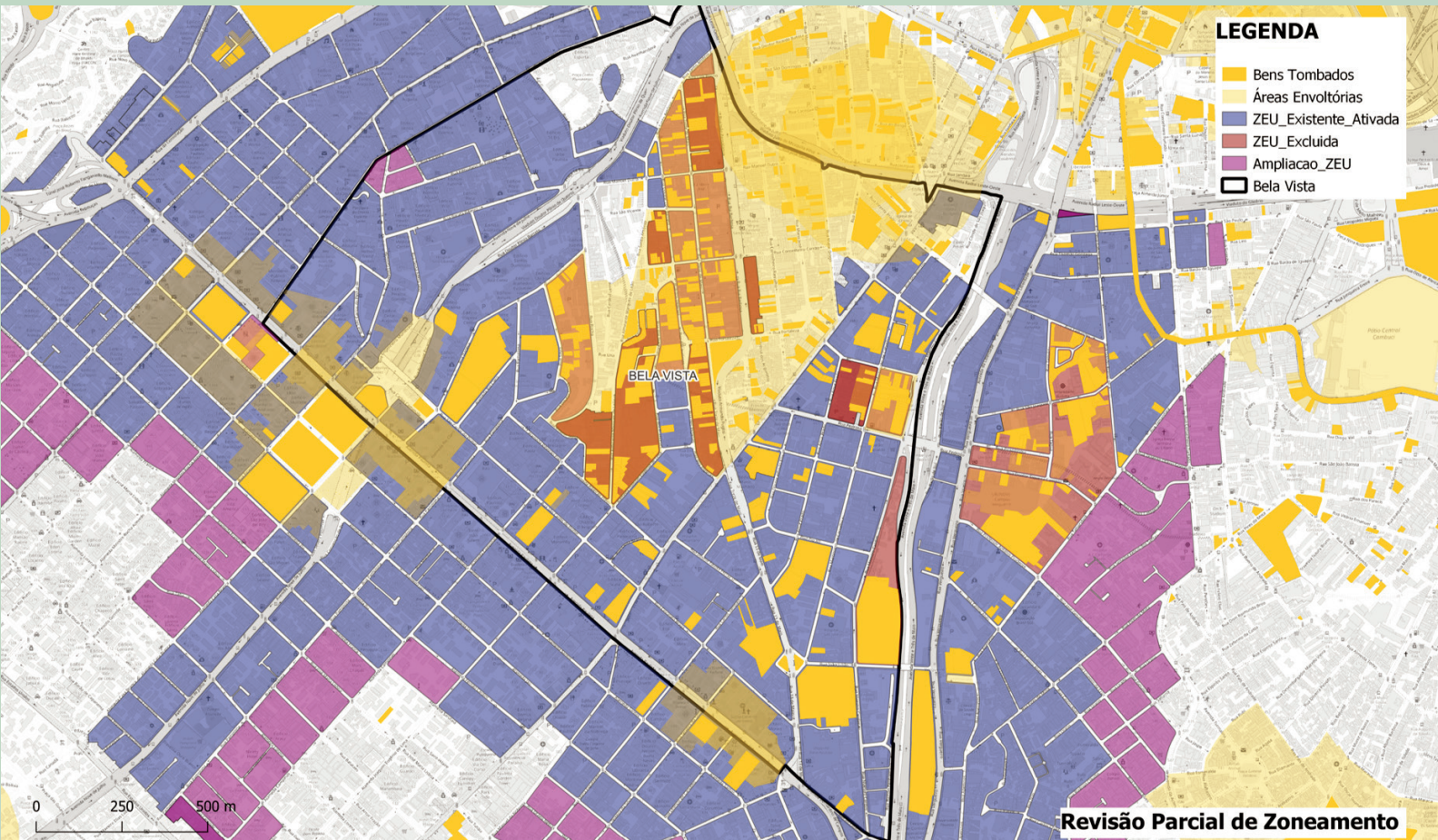
A revisão parcial da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Lei de Zoneamento (Lei nº 16.402/2016) foi estabelecida no município por meio da Lei nº 18.081/2024, datada de 19 de janeiro de 2024. O propósito principal, segundo o site de gestão urbana da prefeitura municipal de São Paulo, foi o de ajustar aspectos essenciais para a aprimoração da aplicação da legislação, além de realizar atualizações necessárias em consonância com a Revisão Intermediária do Plano Diretor.⁶ A nova legislação foi promulgada com a inclusão de 58 vetos ao projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal.

O PDE foi aprovado sem realizar as correções necessárias em relação à sua versão anterior, ignorando características importantes como rios, encostas, vales e aspectos históricos, e aplicando uma uniformidade de construções verticais por toda a cidade, desconsiderando sua diversidade territorial (Rolnik, 2023). Dentre os vetos, destacam-se os artigos 32, 89 e 93, os quais, respectivamente, permitiam a elevação do gabarito das edificações nos centros de bairro, alteravam procedimentos relacionados ao tombamento de imóveis e autorizavam a implantação de empreendimentos de habitação de interesse social em Zonas de Preservação e Desenvolvimento Sustentável e Zonas Especiais de Proteção Ambiental (São Paulo, 2024).

Apesar dos seus múltiplos problemas de revisão, no caso do Bixiga, novos dados a favor da preservação do bairro foram considerados. A observação do mapa acima mostra certo avanço na integração da preservação na política urbana, uma vez que foram revogadas as Zonas Eixos de Estruturação Urbana (ZEU) e consequente estímulo ao adensamento construtivo em toda a poligonal de tombamento do Bixiga, principalmente no eixo da Rua Treze de Maio, que abrigava alguns bens protegidos pela Z8-200 desde 1978. A pressão popular garantiu, durante as discussões do Plano Diretor, que o bairro não fosse classificado como um Eixo de Estruturação Urbana que favoreceria a verticalização sem limites. A área manteve-se como de uso misto.

Outras duas propostas urbanísticas recentes também envolvem a região. Em 2022 foi aprovada a Área de Intervenção Urbana (AIU) do Setor Central, que revogou e ampliou a antiga Operação Urbana Centro (Lei nº 12.349/1997). Segundo o site da prefeitura, o plano teria como premissa uma vez mais o adensamento populacional e construtivo na região e o distrito da Bela Vista foi contemplado em seu perímetro expandido. De acordo com os responsáveis, no entanto, o plano também teria se preocupado com as preexistências culturais da região ao destinar 5% dos recursos arrecadados com outorga onerosa no âmbito da AIU à preservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural.

A segunda proposta, desta vez diretamente relacionada ao território do Bixiga, se deu em 2023, com a proposta do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP Bixiga, ainda sem perímetro definido, criado pela Lei nº 17.975/2023, uma revisão do Art. 314 da Lei nº 16.050, de 2014. Os TICP são áreas que agregam locais, práticas ou entidades culturais, bem como elementos urbanos materiais, imateriais e paisagísticos importantes para a memória e identidade urbanas, criando polos de interesse social, cultural e turístico no município (São Paulo, 2014). Nesses territórios seriam estimuladas iniciativas culturais, educativas e ambientais através de incentivos urbanísticos e fiscais, como a transferência de potencial construtivo para bens tombados, isenção de impostos e taxas municipais. Assim, a ideia seria evitar a descaracterização e preservar sobretudo as práticas e usos culturais destas áreas (Santoro, 2014).



Mapa da Revisão Parcial da Lei de Zoneamento 2024 na região do Bixiga. Em amarelo, estão os bens protegidos pelo tombamento (poligonal amarela com transparência), em vinho, a delimitação das ZEU revogadas, em azul as que permaneceram e em roxo as novas propostas. Fonte: Elaborado pelas autoras com dados do Geosampa, 2024.

Os TICP apontam novas possibilidades para a preservação cultural em São Paulo, mas ainda precisam ser regulamentados por leis específicas, embora dois deles já tenham sido propostos desde 2014. O primeiro seria o Paulista/Luz, incluindo o "centro histórico da cidade" e o "centro cultural metropolitano", envolvendo boa parte das Zepec da cidade. O território do Bixiga inclusive havia sido contemplado neste projeto, o que aparentemente gera uma redundância, mas a situação poderia ser resolvida na ocasião de sua regulamentação. O segundo resultaria da transformação do Complexo Eco/Turístico/Ambiental que havia sido autorizado em 2003, ligado à Fábrica de Cimento Portland Perus, no TICP Jaraguá/Perus.

Regulamentar os TICP seria um passo importante no enfrentamento dos conflitos entre planejamento e preservação na cidade de São Paulo. Mas tal regulamentação só pode ter sucesso se for realizada com apropriação social e diálogo com os movimentos sociais e população local. Especialmente no Bixiga, bairro com longa e fortíssima tradição de participação e resistência cultural, será incontornável a regulação com a participação social, de modo a garantir a inclusão de referências culturais de significado social para seus moradores, e, sobretudo, a permanência social da população trabalhadora residente.

Como mostram estudos recentes, a Bela Vista é um dos distritos centrais com altos contingentes de população negra e popular, decorrentes, também, da condição histórica de formação da região no século XIX, sendo esta presença alvo de permanente estigmatização e criminalização (Mendonça et al., 2021). Assim, parece fundamental que as políticas de patrimônio possam considerar aspectos históricos e sociais fundamentais do bairro, entendendo o patrimônio na dimensão dos direitos sociais e urbanos, e não na perspectiva do enobrecimento e exclusão social.

A diversidade urbana e cultural do município merece o desenvolvimento de leis de proteção e incentivo condizentes com a escala, complexidade e força da transformação imobiliária existente, a exemplo do que já está há tempos desenvolvido para o Rio de Janeiro pelas políticas de planejamento urbano aliadas às da preservação (Nascimento, 2023).

Regulamentar os Territórios de Interesse da Cultura seria um passo importante no enfrentamento dos conflitos entre planejamento e preservação na cidade de São Paulo. Mas tal regulamentação só pode ter sucesso se for realizada com apropriação social e diálogo com os movimentos sociais e população local

4. Considerações finais

O Bixiga é caso exemplar em São Paulo, em que o distanciamento entre planejamento urbano e patrimônio se mostrou danoso à preservação dos bens e práticas culturais. A incidência de zonas conflitantes, como a ZEU e a ZEIS 3, com as áreas de proteção do tombamento permitiu e estimulou investimentos do setor imobiliário na região, sobretudo na Grotta do Bixiga. Os novos empreendimentos são de grandes dimensões, não têm relação formal com o conjunto urbano tombado e impactam a paisagem e o ambiente do bairro de forma irreversível (Pessoa et al., 2023).⁷

Diante dos problemas envolvendo a preservação do patrimônio cultural em nossas cidades, cabe refletir como as atenções em relação ao patrimônio frequentemente se voltam a casos emblemáticos de demolição ou iminente perda, enquanto muitos deles se encontram hoje desocupados, subutilizados ou ocupados irregularmente. Portanto, em essência, é uma questão relacionada ao uso e ocupação do solo. Acontece que o tombamento não incide sobre estes usos. Um dos instrumentos que o município possui para realizar este controle é o zoneamento.

Uma zona de preservação como a Zepec, portanto, seria o instrumento ideal para se discutir esta questão importantíssima na preservação dos bens culturais. Mas o que se estabeleceu em relação aos usos foi o silêncio, desde a Z8-200. No programa Toledo/Lemos para a preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo, de 1977, os autores consideravam que a prefeitura não deveria cogitar disciplinar o uso dos bens culturais cadastrados, pois sendo eles propriedades particulares, caberia a seus donos discernir sobre o destino de suas propriedades.

Ora, mas a prefeitura de fato já disciplina os usos de todas as áreas da cidade através do zoneamento. Estes mecanismos já não restringem de alguma forma o direito de propriedade? Este entendimento de que não se deveria disciplinar os usos dos bens culturais fez com que fossem permitidos para estas áreas os mesmos usos da zona que as circundam, contanto que fossem "compatíveis com as normas estabelecidas na resolução de tombamento". Ou seja, além de estabelecer parâmetros de ocupação que não raro se chocam com a ambiência dos bens culturais, a lei de zoneamento também é omissa em relação aos seus usos, delegando a responsabilidade ao órgão de preservação. E se o tombamento não interfere nos usos, que parâmetros existem? Retornamos ao caso a caso.

Nas discussões do planejamento, o patrimônio frequentemente é percebido ora como empecilho ao desenvolvimento urbano, ora como exceção – o clássico "excepcional", e não como parte viva da cidade, concernente ao cotidiano. Por isso ele não é integrado ao planejamento ou projetos urbanos e sim delegado ao setor da cultura, que garantiria usos mais "nobres" para estas edificações. Ao tratar dos usos da cidade como bem cultural, Meneses aponta a "exclusão da cultura no horizonte do cotidiano", agravando-se em relação ao trabalho. E seria justamente este afastamento do cotidiano que mantém o patrimônio isolado, "fora do alcance dos espaços vitais, que poderiam irrigá-lo" (Meneses, 2015, p.41).

Portanto, é importante não apenas delimitar zonas de interesse cultural na cidade, com parâmetros compatíveis e não conflitantes com as demais diretrizes, mas também incorporar estes bens à dinâmica urbana, reabilitando-os para usos cotidianos como habitação, trabalho, educação, saúde, lazer etc. O desafio de integrar a preservação cultural ao planejamento urbano permanece.

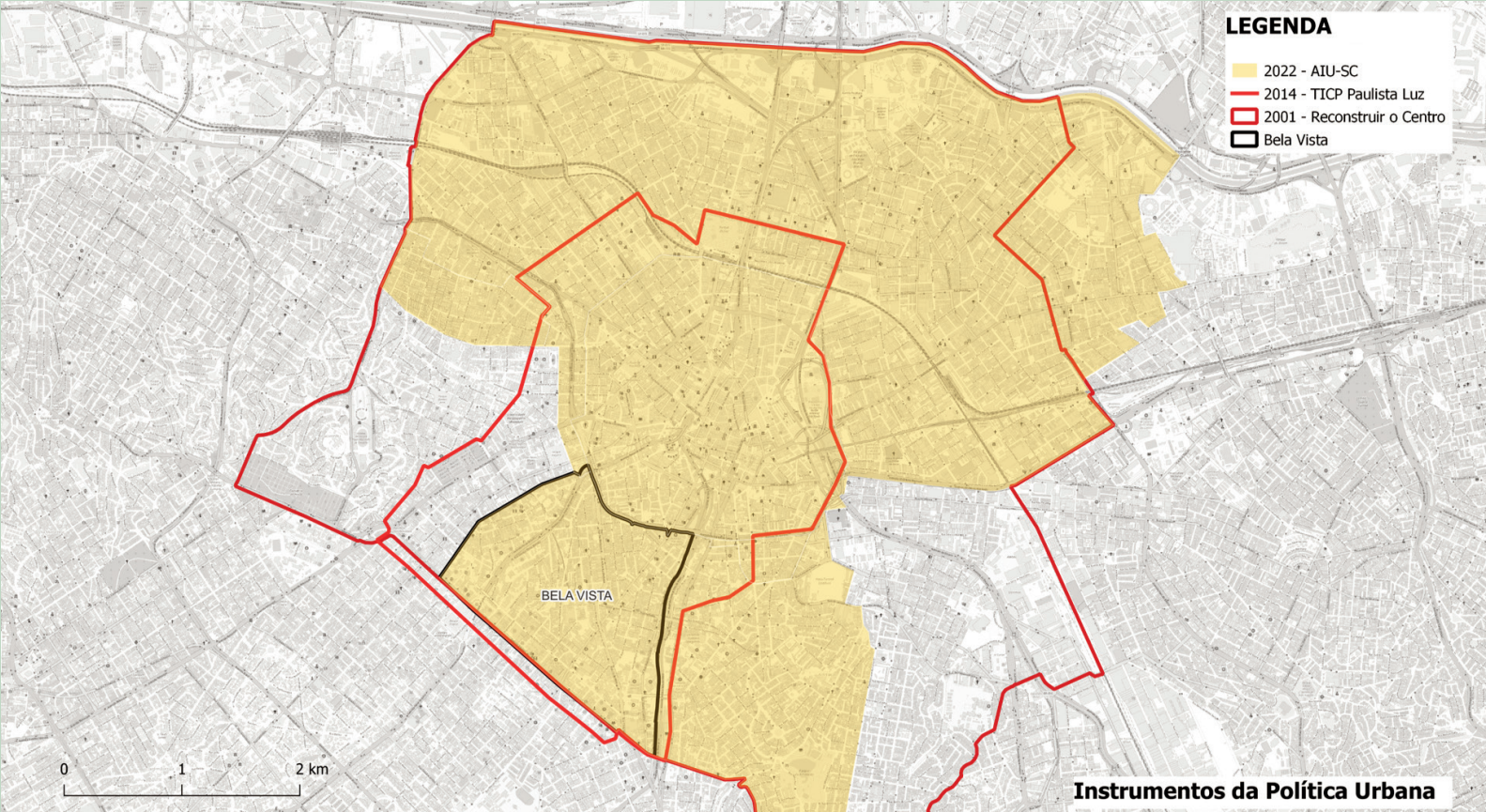


Figura 5: Mapa destacando os perímetros de alguns instrumentos urbanos que incidem ou já incidiram sobre o Distrito da Bela Vista. Fonte: Elaborado pelas autoras com dados do Geosampa, 2024.

dossiê

AUTORAS
Flávia Brito do Nascimento, doutora
em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP
e docente na mesma instituição.
flaviabn@usp.br

Mariana Cavalcanti Pessoa, mestre e
doutoranda em Arquitetura e Urbanismo
pela FAU-USP, docente no Unasp-SP.
marianapessoa@usp.br

NOTAS

1. Sob estes edifícios foram revelados os Arcos da Rua Jandaia, apelidados à época de Arcos do Jânio. A descoberta não foi planejada, mas por acaso os arcos também apresentavam relevância histórica e ambiental, o que ocasionou sua valorização. No entanto, aquela importante camada foi perdida, juntamente com as relações sociais e de pertencimento estabelecidas com o lugar pela população removida, que ali habitava e trabalhava. Assim, o conselho municipal de preservação seria mobilizado justamente numa tentativa de afastar-se das discrição-riedades políticas, conseguir alguma autonomia e celeridade nas decisões (que na Z8-200 dependiam da aprovação na Câmara), além de aproximar-se de especialistas ligados ao patrimônio. Apesar de criado em 1985, o órgão só foi definitivamente instalado ao final de 1988, quando passou a assumir a prerrogativa de zelar pelos bens de interesse cultural na cidade e realizar processos de tombamento.
2. O Igepac Bela Vista foi objeto de um pedido de abertura de tombamento bastante sucinto já em 1990, através da Resolução 11/90, posteriormente substituída pela Resolução 01/93, apt do bairro da Bela Vista.
3. Ver nito, Mariana Kimie da Silva. Entorno do patrimônio: políticas de preservação urbana em Belém, Pelotas e São Paulo. São Paulo, 2023.
4. De acordo com as bases de dados do orçamento municipal obtidos através do projeto iris – Informações e Relatórios de Interesse Social (tcm, [s.d.]), idealizado e concebido pelas áreas técnicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sobram somente cerca de 5% da arrecadação municipal para despesas de capital, como programas e investimentos. Assim, a política de infraestrutura fica refém dos recursos extraorçamentários, provenientes principalmente da outorga onerosa e dos leilões de Certificados Adicionais de Potencial Construtivo (Cepac). Incluir os imóveis das áreas envoltórias nas Zepec, portanto, significaria a possível evasão de recursos cruciais para a administração municipal, dos quais ela se encontra hoje dependente.
5. Existe uma discussão histórica a respeito desta questão no Iphan. Ver motta, Lia Motta. Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. Rio de Janeiro, 2018.
6. Sancionada em julho por meio da Lei nº 17.975/2023, e em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (adi nº 2304556-40.2020.8.26.0000), que determinou a inaplicabilidade de certos dispositivos da Lei nº 16.402/2016.
7. Tais empreendimentos estão sendo apreciados e aprovados pelo Conpresp. A aprovação está limitada pelas ações judiciais dos coletivos, que até o momento impediram a realização.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES JR., Dirceu. Teatro Oficina luta contra projeto para verticalizar o Bixiga. **Veja São Paulo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/ze-celso-oficina-polemica-silvio-santos/>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação. *In*: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (org.). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- CONPRESP. Resolução nº 22/2002, 2002.
- DPH. **O direito à memória** – patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas públicas em centros históricos: a experiência de São Paulo, 1989/1992. *In*: GOMES, Aurélio A. de Filgueiras (org.). **Pelo Pelô: história, cultura e cidade**. Salvador: EDUFBA, 1995.
- FRE, Sílvia. **Pesquisa acadêmica** – Zepecs [mensagem pessoal]. Entrevista concedida a Mariana Cavalcanti Pessoa. São Paulo, 3-9 out. 2018.
- GABARDO, Emerson; NEVES, Ozias Paese. O estado de exceção e as normas aprovadas por decurso de prazo: uma história da exacerbação do poder executivo na ditadura de 1964. **Cad. Esc. Dir. Rel. Int. (Unibrasil)**, Curitiba-PR, v. 3, n. 26, dez. 2016, p. 66-80. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/890>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A preservação do futuro através do passado: o entorno dos bens tombados na legislação brasileira. *In*: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (org.). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- MARRETI, Thales. **O concurso de ideias para o Bexiga (1989-1992)**: considerações sobre as relações entre patrimônio cultural, planejamento urbano e participação democrática. 2018. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.16.2018.tde-11092018-114236. Acesso em: 1 abr. 2024.
- MENDONÇA, Pedro; BRITO, Gisele; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire; MARINO, Aluizio. A verticalização de mercado em São Paulo é branca. **Labcidade**, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-verticalizacao-de-mercado-em-sao-paulo-e-branca/>. Acesso em 1 abr. 2024.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra De. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. 2. ed. amp. [S.l.]: Iphan, 2015, p. 35-76.
- MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. 2000. 168f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MUNIZ, Claudia Andreoli. **Os cortiços no patrimônio**: projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980. 2020. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.16.2020.tde-27032021-205357. Acesso em: 1 abr. 2024.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; ALMEIDA, Eneida de. **O Bixiga no centro de uma disputa**: ambiente, cultura e memória e a voracidade dos interesses imobiliários. **Revista CPC**, número 37, São Paulo, 2024.
- NERY JUNIOR, José Marinho. **Um século de política para poucos**: o zoneamento paulistano 1886-1986. 2002. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.16.2002.tde-15032023-104549. Acesso em: 1 abr. 2024.
- NITO, Mariana Kimie da Silva. **Entorno do patrimônio**: políticas de preservação urbana em Belém, Pelotas e São Paulo. 2023. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.16.2023.tde-20102023-201333. Acesso em: 1 abr. 2024.
- PERETTO, Flavia Taliberti; OSKMAN, Sílvia; SANTORO, Paula Freire; MENDONÇA, Pedro Henrique Rezende. No Title. *In*: ANAIS DO XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82776-quando-a-transferencia-de-potencial-construtivo-virou-mercado--o-caso-de-sao-paulo/>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- PESSOA, Mariana Cavalcanti; MUNIZ, Claudia; NITO, Mariana Kimie da Silva; NASCIMENTO, Flávia Brito do. O patrimônio cultural no Plano Diretor de São Paulo: Trajetória, dissensos e possibilidades. **Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 146-158, 2023. doi: 10.61681/revistasimetria.v1i11.170. Disponível em: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/article/view/170>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- RABELLO, Sonia. Tombamento e legislação urbanística: competência e gestão. *In*: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (org.). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- ROLNIK, Raquel. É pelo direito à cidade: conflito em torno do Parque do Rio Bixiga vai além do embate entre Zé Celso/Teatro Oficina e o Grupo Silvio Santos. **Labcidade**, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/conflito-ze-celso-teatro-oficina-silvio-santos/>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. Vitória do Saracura: construção na Grota do Bixiga é suspensa. **Labcidade**, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/vitoria-do-saracura-construcao-na-grota-do-bixiga-e-suspensa/>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- SÃO PAULO (CIDADE). Lei nº 8,328, de 2 de dezembro de 1975.
- _____. Lei nº 13,885, de 25 de agosto de 2004.
- _____. Lei nº 16,402, de 22 de março de 2016.
- SCRIPILLITI, Ana Carolina Nader. **Verticalização e tombamento no bairro do Bexiga**: materialização em tensão. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.
- SOMEKH, Nadia. A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: o caso do Bexiga, São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 220-241, 2016. doi: 10.11606/issn.1980-4466.voi22p220-241. Disponível em: <https://bit.ly/2UB0aa5>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- SP1. Metrô de SP inicia construção em área tombada no Bixiga sem autorização do Conpresp. G1, , 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/17/metro-de-sp-inicia-construcao-em-area-tombada-no-bixiga-sem-autorizacao-do-conpresp.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- TCM. IRIS. [s.d.]. Disponível em: <https://iris.tcm.sp.gov.br/Iris/10658>. Acesso em: 29 out. 2021.
- TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. **Zonas de conflito?** Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo (1975-2016). 2019. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi: 10.11606/D.16.2019.tde-26062019-105027. Acesso em: 1 abr. 2024.

dossiê

"Ori Or Not Ori: Eis A Questão"

Abilio Ferreira



Esse é o título de um artigo veiculado em "Faça a coisa certa: o combate ao racismo em movimento",¹ publicação de 42 páginas organizada pela então recém-criada Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) do Partido dos Trabalhadores (PT), que circulou encartada na edição n.31, em abril de 1996, da revista "Teoria e Debate", editada pela Fundação Perseu Abramo, instituição criada naquele mesmo ano para funcionar como laboratório de ideias, gabinete estratégico, centro de pensamento, reflexão e desenvolvimento de projetos de caráter político-cultural para o partido.

O artigo, bem como o enunciado que o nomeia e que, convenhamos, tem a autonomia de uma obra literária em si mesma, é do escritor paraibano Arnaldo Xavier, que viveu muitos anos radicado no bairro paulistano do Bixiga. Arnaldo era um amigo e interlocutor com quem tive a oportunidade de partilhar uma longa e fecunda experiência intelectual e existencial. Morreu precocemente aos 56 anos, em 2004, quando Sampa completava quatro séculos e meio de existência, e exatamente duas décadas depois de termos sido apresentados um ao outro, ainda que, num primeiro momento, como veremos mais adiante, não pessoalmente, mas sob a sempre oportuna mediação da literatura.

Para além de confirmar a expectativa criada pelo enunciado arnaldiano – isto é, de que ele se inscreve criticamente numa tradição cultural em que dialogam o *Tupi or not tupi*, do poeta modernista brasileiro Oswald de Andrade (1928), e o *to be or not to be* do dramaturgo inglês William Shakespeare (1599/1601) –, o propósito da presente reflexão é interpretar menos o conteúdo do artigo ou da publicação propriamente e mais a "transnegressão" com que "Axévier" (era assim que ele costumava autografar os seus livros) contribuiu para os objetivos daquele empreendimento editorial. O poeta e pesquisador Ronald Augusto (2023, p.150) explica:

O compósito verbal transnegressão, cunhado por ele, tenta dar conta – através da justaposição dos vocábulos (transgressão + negro), ao estilo da montagem cinematográfica – de uma proposta estética interessada em ler tanto as ideias feitas que orientam nossas filosofias de vida, quanto à imagem de um cânone totalizante, "universal", vantajoso (para quem?) a ponto de poder ser aplicado em qualquer tempo-espço.

Veremos aqui, portanto, em pleno acontecimento, essa operação, que identifico, para seguir a mesma referência do transnegressor em questão, como um fenômeno discursivo: "um modo de aproximação dos textos sociais a partir de uma ótica centrada sobre o campo de circulação dos enunciados uma vez produzidos ou em situação de produção" (Sodré, 1983, p.9). O próprio Xavier afirma, já no início de *Ori or not ori*, que é impossível discutir cultura negra hoje no Brasil – propósito da sua experiência radical de linguagem –, "sem a referência

obrigatória do livro de Muniz Sodré, 'Verdade Seduzida'" (Xavier, 1996, p.30).

Assim, é preciso ressaltar, por exemplo, que, se prefero chamar São Paulo pelo apelido "Sampa" é porque ele diz muito mais sobre a vida da população do que o nome oficial da cidade, a despeito de concordarmos ou não se Rita Lee é mesmo a sua mais completa tradução, como crê o narrador da canção de Caetano Veloso, gravada no LP "Muito – Dentro da Estrela Azulada", de 1978.

Sampa

Alguma coisa acontece no meu coração
Que só quando cruza a Ipiranga e a Avenida São João
É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
Da dura poesia concreta de tuas esquinas
Da deselegância discreta de tuas meninas

Ainda não havia para mim Rita Lee
A tua mais completa tradução
Alguma coisa acontece no meu coração
Que só quando cruza a Ipiranga e a Avenida São João

Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
Nada do que não era antes quando não somos mutantes

E foste um difícil começo
Afasta o que não conheço
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso
Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva
Pan-Américas de Áfricas utópicas, tûmulo do samba
Mais possível novo quilombo de Zumbi
E os novos baianos passeiam na tua garoa
E os novos baianos te podem curtir numa boa

De todo modo, no mesmo ano do lançamento de Sampa, Arnaldo Xavier participou de uma antologia intitulada "Contra mão" (1978), curiosamente o mesmo título do livro de Walter Benjamim ("Contramão" ou "Rua de mão única", 1928), que o teórico da literatura alemã Willi

Bolle (1992, p.137) interpreta como "um livro de iniciação à leitura da grande cidade contemporânea", permitindo refletir "sobre o ofício do escritor na Modernidade". Xavier escreveu (1978, p.27):

São Pálido

um dia no rio
tietê correu sangue
como correu no rio volga
como correu nos esgotos de varsóvia
como correu nos vales da áfrica
(e suas veias
borbulhavam gemidos)
lá pras bandas de são miguel paulista

correu sangue
e o sangue foi confundido
com leite
e as mamadeiras percorreram
os corpos deitados
sobre os trilhos
enquanto as locomotivas
não vinham (cheias de vidas)

sangue confundido
com leite
no vice-versa de putas cabras
que amamentavam a radial
leste de afeto

Além disso, a proposta de vanguarda estética da Poesia Concreta, liderada por Décio Pignatari e pelos irmãos Haroldo e Augusto de Campos e "espaços", era acompanhada bem de perto pelo poeta. Daí a importância de destacar o bairro do Bixiga onde ele, nordestino de Campina Grande (PB), estava há muitos anos radicado. Só mesmo operadores radicais da experiência da linguagem, como o Teatro Oficina, a que o narrador de Sampa também faz referência, para propor e defender a ideia de um Parque do Rio Bixiga,² "deuses da chuva" no meio do concreto, em oposição à "força da grana" do Grupo Silvio Santos.

Também é de 1978 o lançamento do Movimento Negro Unificado (MNU) contra a Discriminação Racial, que espalhou Brasil afora a narrativa do 20 de novembro, responsável pela desconstrução do mito da democracia racial brasileira. Proposto pelo Grupo Palmares, coletivo negro-

é de 1978 o lançamento do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, que espalhou Brasil afora a narrativa do 20 de novembro, responsável pela desconstrução do mito da democracia racial brasileira.

-literário de Porto Alegre (RS),³ em 1971, o 20 de novembro, dia em que Zumbi dos Palmares foi emboscado e morto, em 1695, é na verdade uma contranarrativa que afirma a autonomia da população negra sobre o próprio destino, em oposição à tutela do Império, representada pela Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, apelidada de "áurea".

Em 1978, também foi lançado o primeiro dos atuais 45 volumes da antologia "Cadernos Negros", editada, a partir de 1982, pelo grupo Quilombhoje Literatura, outro coletivo negro-literário, só que fundado em Sampa, em fevereiro de 1980, no Mutamba, bar e restaurante então localizado na Rua Major Quedinho nº 112, também no Bixiga. Neologismo "formado pela aglutinação entre um substantivo de conteúdo político (quilombo) e um advérbio de tempo (hoje)", o termo Quilombhoje afirma o quilombo como um fenômeno "em permanente atualização e disputa [...], estruturante não só da nossa personalidade individual, mas também da identidade coletiva da nossa existência em sociedade" (Ferreira, 2018, p.7).

A última estrofe de Sampa, portanto, já não era apenas uma possibilidade – de Porto Alegre (Grupo Palmares, 1971) para as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo (MNU, 1978), passando pelas fortes manifestações de rua contra as comemorações oficiais do centenário da abolição da escravidão (1988), essa contranarrativa acabou por se consolidar, quase duas décadas e meia depois da sua proposição, no Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares,⁴ celebrado em 1995.

Todo esse contexto, expresso nos recursos de linguagem mobilizados pelo Movimento Negro na "fascinante batalha pela conquista das mentes e corações" (Rossi, 1981, p.7) da militância petista, que afinal constitui o principal público leitor de "Teoria e Debate", está representado na capa, no sumário e na contracapa do encarte reproduzidos nas próximas páginas. Vemos que o título da publicação

dossiê

Sumário

3



Apresentação

Flávio Jorge Rodrigues

6



Políticas antidiscriminatórias ou de promoção da igualdade?

Hélio Silva Junior

12



Os 300 anos de Zumbi e os quilombos contemporâneos

Lúcia M. M. de Andrade

17



Mulheres negras e branquitude

Maria Aparecida Silva Bento

22



Juventude negra: geração herdeira de lutas e conquistas

Sueli Chan Ferreira

25



Candomblé luta, cultura e identidade

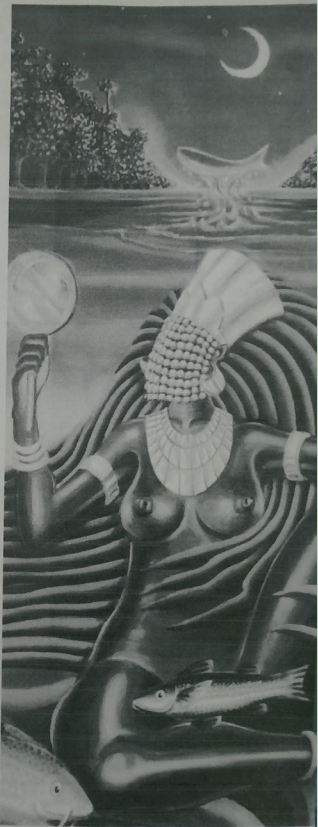
Jorge Luiz Carneiro de Macedo

30



Ori or not Ori: eis a questão

Arnaldo Xavier



O título da publicação evoca o filme clássico de Spike Lee "Faça a coisa certa", de 1989. O subtítulo afirma o projeto de autonomia do Movimento Negro Brasileiro em face da estrutura partidária, representada pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT. Fonte: Capa de "Faça a coisa certa! O combate ao racismo em movimento" (SECRETARIA... 1996).

A força expressiva da combinação entre as linguagens verbal e não verbal é um dos pontos fortes da publicação. Fonte: "Faça a coisa certa!..." (SECRETARIA... 1996, p.1).



O poema "Beafricanção" confunde-se com a imagem de lansã, de modo a tornar complementares e inseparáveis as modalidades verbal e não verbal, sugerindo, inclusive, uma coautoria entre o poeta e o ilustrador. Fonte: Quarta capa de "Faça a coisa certa!..." (SECRETARIA... 1996).

Sua morte foi um dos fatores que provocaram o famoso ato das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que por sua vez resultou na já citada criação do Movimento Negro Unificado

evoca o longa-metragem do diretor estadunidense Spike Lee, que já em 1989 denunciara a prática policial de matar homens negros por asfixia, tal como ficaria notório trinta anos depois, em maio de 2020, com a visibilidade do caso George Floyd. O ponto alto do filme "Faça a coisa certa" é a morte do jovem negro Radio Raheem, asfixiado por um policial branco no distrito nova iorquino do Brooklyn.

Logo no mês seguinte ao assassinato de Floyd, o cineasta já lançava em rede nacional, nos EUA, o curta de um minuto e meio "3 Brothers: Radio Raheem, Eric Garner and George Floyd", que intercala imagens da obra de ficção com as do noticiário, incluindo as da morte de Garner, em 2014, de forma semelhante às de Raheem e Floyd.⁵ Situada a meio caminho entre o longa e o curta, a escolha do título da publicação acaba por afirmar não só a circularidade do tempo e a permanência da opressão, mas também a solidariedade da luta antirracista em âmbito diaspórico. Acaba por antecipar, enfim, e em diálogo com o curta de Lee, lançado dezoito anos mais tarde, que são milhões os *brothers* vitimados pela violência policial em todo o mundo. O exemplo mais destacado da realidade paulistana e brasileira, pelos desdobramentos que provocou, é o do homem negro de 21 anos Robson Silveira da Luz, torturado e morto numa delegacia de polícia na zona leste de São Paulo, em maio de 1978. Sua morte foi um dos fatores que provocaram o famoso ato das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que por sua vez resultou na já citada criação do MNU.⁶

Outra mensagem emitida pelo título do encarte diz respeito à autonomia do Movimento Negro Brasileiro em face da estrutura partidária, da qual faz parte a SNCR. Daí o enunciado "o combate ao racismo em movimento". Nunca é demais lembrar que a formação do Movimento Negro contemporâneo se dá no contexto da ditadura militar (1964-1985) e do processo de redemocratização do país, que a partir de 1978 possibilitou a reorganização pública dos movimentos sociais e dos partidos políticos, entre eles o próprio PT, fundado em fevereiro de 1980. De maneira que, ao redigir a apresentação do encarte, investido do primeiro mandato de secretário nacional de combate ao racismo do PT, Flavio Jorge Rodrigues estava bem cons-

ciente da oportunidade da sua mensagem para a militância petista, já que "debater o problema racial ainda era um assunto indigesto em nossa cultura política – sendo a classe considerada como a explicação para as grandes disparidades brasileiras" (Rios, 2014, p.184). Pode-se imaginar, portanto, o impacto da seguinte afirmação: "A despeito do isolamento político a que historicamente foi submetida, a luta antirracista se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de direitos à cidadania" (RODRIGUES, 1996, p.3). Especialmente porque, como está indicado nos fac-símiles das três páginas destacadas da publicação, essa afirmação não aparece isolada, mas como parte de um conjunto de textos verbais e não verbais articulados entre si e que, elaborados por militantes do Movimento Negro Brasileiro, reforçam, cada qual à sua maneira, a mensagem do secretário.

Autor do último dos seis artigos constitutivos da publicação, Arnaldo Xavier (1996, p.31) define seu texto como um esforço de "compreensão da Cultura Negra, no Brasil, a partir da visão particularíssima de um poeta-escritor que busca nesta operação não separar a arte da vida, como uma desobediência político-existencial, desmonitourada de quaisquer ismos". Notemos que essa última expressão, "desmonitourada de quaisquer ismos", não é uma irreverência verbal gratuita, mas uma operação linguística coerente com a "desobediência político-existencial" a que o autor se propõe, livre do monitoramento doutrinário, que faz lembrar as toureadas, das chamadas escolas literárias: trovadorismo, humanismo, classicismo, quinhentismo, arcadismo, romantismo, realismo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo, mas com destaque, certamente, para o modernismo, que tem Oswald de Andrade como um de seus protagonistas.

Para Xavier (1996, p.33), a Semana de Arte Moderna de 1922 é indiscutivelmente "um marco no que consiste a busca de uma definição de identidade cultural para o Brasil", mas também é, devido às suas omissões, "uma contemplação parcial do país", além de assinalar a "excludência do negro e a romantização do índio, com tal arbitrariedade na operação simbólica, que parecem hoje, mais que uma alegoria volátil, uma profecia macabra dos processos de genocídios a que negro e índio estão submetidos" (Xavier, 1996, p.33). Quanto ao Manifesto Antropófago de 1928, escrito por Oswald de Andrade, que logo entre a terceira e a quinta linha proclama "Tupi, or not tupi that is the question. / Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos. / Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago", Xavier comenta (1996, p.33): "a frase 'só me interessa o que não é meu' revela não só dependência cultural externa, mas também sua expansão na direção interna". A tentativa frustrada de suprimir o Ôrí de:

destruir valores profundos, de aviltar fundamentos vitais e intransferíveis dos povos negros, resultou na afirmação desses mesmos elementos

Manifesto Antropófago de 1928, escrito por Oswald de Andrade, que logo entre a terceira e a quinta linha proclama "Tupi, or not tupi that is the question"

reprimidos. A disposição da resistência cultural desses elementos como constitutivos de uma cultura (negro-brasileira) cristalizada, com estatuto de um sistema etno-filosófico. (Xavier, 1996, p.33)

Ao longo do artigo de nove páginas, Xavier não menciona explicitamente o *to be or not to be* a que me refiro neste texto de maneira incontornável. Prefere concentrar sua atenção na crítica à apropriação que Oswald de Andrade faz do enunciado em inglês. E o faz com o devido reconhecimento da genialidade do escritor antropófago, cuja radicalidade se predispõe ao novo sem temor de perder a noção de ridículo. Afirma, no entanto, que a sua dialética

mediação entre o velho e o novo, o sagrado e o profano. O seu projeto estético sinalizado por uma irreverência incomparável. O seu discurso contracultural. O seu percurso experimentalista. A sua trajetória política. Residiam na absorção literal do invasor, o europeu: "é a carne, é a ideia", a apropriação da sua ornamentalidade progressista. (Xavier, 1996, p.34)

A sempre oportuna mediação da literatura

O exposto até aqui deve ser já suficiente, creio, para demonstrar que uma melhor compreensão do artigo implica a apreciação do todo complexo que da própria publicação e vice-versa. Exemplo disso é a passagem do artigo em que Xavier analisa as polémicas em torno da gravação do videoclipe da música *They don't care about us*, de Michael Jackson. A obra cinematográfica, como Jackson costumava tratar os seus videoclipes, sendo inclusive pioneiro nisso, foi dirigida por Spike Lee e filmada no Pelourinho, em Salvador (BA), e no morro Dona Marta, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1996, dois meses antes da publicação do encarte da SNCR. Arnaldo (1996, p.39) escreveu:

[...] a aliança tríplice Olodum/ Spike Lee/Michael Jackson ratifica a dimensão etnopolítica e cultural da

especificidade universalizante do negro. Os sinais luminosos da transgressão que une crianças negras e pobres do Brooklin, do Morro de Dona Marta e do Pelourinho. A mesma geografia de destino. O mesmo sentido de reconstrução de um caminho irreversível.

A passagem explica a inspiração do título do encarte e sugere, inclusive, que se trata de uma proposta do próprio Arnaldo Xavier, que teve, afinal, como único escritor-poeta entre as autoras e autoras da publicação, uma participação decisiva naquela iniciativa, como atesta a presença do poema "Beafricanção", de sua autoria, na contracapa de "Faça a coisa certa" sutilmente sobreposto à representação de Iansã (Epahey!), de modo a conotar uma fusão entre texto e imagem, uma coautoria entre ele e o artista plástico paulistano Samuel Santiago, autor dos textos não verbais do encarte. O poema ritualiza a passagem da historiadora sergipana Beatriz Nascimento, morta violentamente, vítima de feminicídio, aos 53 anos, justamente em janeiro do ano anterior, que, como já informei, celebra o Tricentenário da Imortalidade de Zumbi. Daí o fechamento do poema: "Beatriz do Nascimento QUE DOR".

Por outro lado, o segundo verso, "BeaTriZ do Nascimento de Ôrí", alude ao documentário lançado (ressalte-se!) no mesmo ano do filme "Faça a coisa certa" (1989). Escrito e narrado por Beatriz, e dirigido por Raquel Gerber, Ôrí se constitui de uma profusão aparentemente fragmentária de fenômenos ocorridos ao longo de uma década (1977 a 1988), organizados em uma narrativa audiovisual de pouco mais de uma hora e meia. Explica Beatriz, à certa altura de sua narração:

Ôrí significa a iniciação a um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro. Ele se estabelece enquanto rito, e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma, se complete com o seu passado, com o seu presente e com o seu futuro; com a sua origem e com o seu momento ali. (Ôrí, 1989)

Quinze minutos depois ela retoma: "toda a dinâmica desse nome mítico, religioso, oculto, que é o Ôrí, se projeta a partir dos rompimentos, numa outra unidade, uma unidade primordial, que é a cabeça, que é o núcleo" (Ôrí, 1989). Ainda que a voz em *off* da narradora comente esse "nome mítico" enquanto imagens de um ritual de iniciação no candomblé são exibidas na tela, não se deve perder de vista que Ôrí é o título do filme, referindo-se, portanto, à totalidade do seu conteúdo – "cabeça articulada consigo mesma [...] numa outra unidade, uma unidade

Orí significa a iniciação a um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro. Ele se estabelece enquanto rito

primordial" (Ôrí, 1989): o Atlântico, a Ilha de Gorée, no Senegal; a Quinzena do Negro, na USP; as distâncias e proximidades entre o grupo étnico Dogon, no Mali africano, e uma escola de samba de São Miguel Paulista, na zona leste paulistana, entre outros registros. De repente um sobrevoo de helicóptero (o recurso do drone é uma tecnologia mais recente) pelo território da Saracura. Depois, como se tivesse pousado no Piques, região que abrange a estação Anhangabaú do Metrô e a Praça da Bandeira, a câmera muda o seu modal de transporte e adentra o túnel da Avenida Nove de Julho – por baixo da qual corre canalizado o Saracura, que por sua vez se encontra com o Bixiga (Rua Japurá) e o Ilororó (Avenida 23 de Maio) para desaguar no Piques e formar o Anhangabaú –, alcançando o ensaio da Escola de Samba Vai-Vai, a cerca de um quilômetro do Piques, e voltando a se posicionar no alto para flagrar a multidão que ocupa a rua.

Ocorre que no mesmo ano em que "Beafricanção" veio a público, veiculado em "Faça a coisa certa", "Cadernos Negros" chegava ao volume 19, com a participação de 24 poetas. A escritora mineira Conceição Evaristo, que publicava assiduamente na antologia desde o volume 13 (1990), também ofereceu à memória de Beatriz Nascimento um poema, intitulado "A noite não adormece nos olhos das mulheres":

A noite não adormece nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles

e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede. (Evaristo, 1996, p.26)

No ano anterior, dos trezentos anos da Imortalidade de Zumbi, veio a público a minha novela "Antes do carnaval". Convidado pela editora a escrever a apresentação da obra, Arnaldo Xavier produziu, ao longo de 24 das 102 páginas do livro, um texto ao qual deu o nome de "O brilho de Abilio", que se configura como uma "importante referência para os estudos de literatura negra no Brasil, particularmente porque extrapola as expectativas sugeridas pelo título" (Fonseca, 2011, p.378):

Durante o Projeto Zumbi-84, organizado pelo cineasta Ari Cândido Fernandes,⁷ escrevi uma crítica pesada sobre os "Cadernos Negros n. 7" para a minha participação numa mesa-redonda sobre literatura, no Museu de Arte de São Paulo (Masp). Falava que havia uma excessiva tematização da problemática do negro nos poemas, de forma que retardava o processo de construção de uma consciência de linguagem etnoliterária, adequada aos novos tempos e às novas formas de atuação política, voltada para a retificação do destino do negro no Brasil.

[...]

Lembro-me (e se me lembro!) que um dos pontos mais polêmicos do texto se referia ao formato da Roda de Poemas que o Quilombhoje então promovia. Achava que ela expressava um discurso de autoflagelo. E havia semelhanças com os cultos evangélicos ou palcos de camelôs nos logradouros públicos. Era um retrato desfocado do sofrimento negro. Uma autocaricatura. Um auto de ressentimento, disfarçado de resignação à luta, enlatado por irreverência verbal às meias-palavras. Um panfleto amassado pela ameaça permanente do efêmero.

[...]

À época, Cuti⁸ contrapôs desancando o meu **spleen ri-gohorrorosamente** acerbo [...], me cobrando participa-

ção, compromisso e intervenções menos suicidas, que não acentuassem antipatias fraticidas e quizilismos. E chamou a atenção para o trabalho do então poeta revelação Abilio Ferreira. E fui conferir as pedras. Li e não gostei. (Xavier, 1995, p.9-12, grifo do autor)

Superada essa "quizila original", Xavier aceitou o desafio proposto por Cuti e se aproximou do grupo, a ponto de se tornar um dos organizadores dos três encontros nacionais de poetas e ficcionistas negros brasileiros realizados de 1985 a 1987, e coautor de "Terramara" (1988), peça teatral escrita com o próprio Cuti e com Miriam Alves, escritora então integrante do Quilombohoje. Também chegou a publicar ficção nos volumes 10 (1987) e 12 (1989) de "Cadernos Negros". "Nessa atmosfera efervescente conheci Abilio Ferreira, mas só o descobri no conto 'A casa de Fayola'". [...] Viramos corda & caçamba" (Xavier, 1995, p. 20, 23).

Ao fazer distinção entre as experiências de conhecer ("nessa atmosfera efervescente conheci Abilio Ferreira") e descobrir ("mas só o descobri no conto 'A casa de Fayola'"), colocando em destaque a mediação sempre oportuna da literatura, o poeta descreve um processo gradual de aproximação e aprofundamento, que se inicia em 1984 – entre a sua primeira leitura de "Cadernos Negros 7" e a conferência "das pedras", isto é, dos meus poemas ("Li e não gostei"), passando pelo debate no Masp – e avança para o ano seguinte, quando teve contato com o conto mencionado, publicado em "Cadernos Negros 8", até que nos conhecemos pessoalmente e viramos "corda & caçamba". A "Quizila Original" e "Corda & Caçamba", aliás, são os respectivos títulos dos segmentos 1 e 4, de um total de seis, que estruturam o pensamento de Axévier nesse texto. Um pensamento impactado, sem dúvida, por aquela "atmosfera efervescente", que inclui, além da quizila de 1984, também os mencionados encontros nacionais de poetas e ficcionistas negros brasileiros, realizados em São Paulo (1985), no bairro carioca de Quintino (1986) e na cidade de Petrópolis (1987), também no estado do Rio de Janeiro.

Convém ressaltar, inclusive, que o seu primeiro ensaio-manifesto em "busca dhe hvma expressão literária negra" foi escrito especialmente para o primeiro desses encontros, do qual resultou o livro "Criação crioula, nu elefante branco" (1987), em que antecipa questões que seriam reelaboradas uma década mais tarde, em "Ori or not ori: eis a questão. Dha lamba à qvizila – a busca dhe hvma expressão literária negra".

se revela como um texto híbrido: mescla de ensaio e manifesto; atrito entre excursos de índole tanto filosófica, quanto sociológica; diatribe e gravidade; pensar por conceitos, interpelar por trocadilhos. O raciocínio

Lembremos Beatriz Nascimento em Ôrí: "toda a dinâmica desse nome mítico [...] se projeta a partir dos rompimentos, numa outra unidade, uma unidade primordial".

de Arnaldo se materializa num texto em que o esforço interpretativo está comprometido com o analógico, pois elege a paronomásia e o paródico como eixos de um discurso crítico nada normativo. Qualquer tentativa de exposição do conteúdo de Dha lamba à qvizila, ensaio que é o refratário às convenções do pensamento linear, precisa ser conciliada com as imagens e os compósitos verbais constitutivos de sua forma discursiva ou literária. (Augusto, 2023, p.50)

"Lamba" e "quizila" são palavras de origem yorubá. A primeira quer dizer "chicote ou tala de couro". A segunda, muito mobilizada no candomblé, significa ter raiva de alguém ou recusar alguma comida ou bebida, "o que torna o título bastante provocador: 'do chicote à raiva', termos que bem se encaixam na proposta questionadora inerente à poética do escritor e em sua atividade crítica" (Guimarães, 2021, p.1). Poética que, por ser transnegressora, é também ontológica, ritualística, conforme Sodré em "Verdade seduzida", de uma pessoa que se sabe força vital, mas que está em relação íntima e pessoal com outras forças. Enquanto na ordem moderna a verdade se impõe aos atores sociais, "na ordem arcaica, a fala que sustenta a elaboração do real está na mesma escala dos parceiros da troca ritualística" (Sodré, 1983, p.132).

Lembremos Beatriz Nascimento em Ôrí: "toda a dinâmica desse nome mítico [...] se projeta a partir dos rompimentos, numa outra unidade, uma unidade primordial". Assim, a substituição do "ser" shakespeariano pelo "Ôrí" talvez seja a mais completa tradução de um projeto transnegressor coletivo, já que seduz a verdade ocidental, como aliás adverte Sodré em outro de seus livros:

Diferentemente da metafísica ocidental de inspiração judaico-cristã, que entende o ser como algo estático, como "aquilo que é", o pensamento banto equipara ser a força. A força não é um atributo do ser, mas o próprio ser, encarado numa perspectiva dinâmica (e não estática, tal como se dá na ontologia judaico-cristã): o mundo não "é"; o mundo se faz, acontece. (Sodré, 2002, p.93)

Eis toda a questão.

AUTOR

Abilio Ferreira integrou o grupo Quilombhoje Literatura de 1984 a 1990, tendo também participado de sete dos 45 volumes da antologia anual "Cadernos Negros. Autor de Fogo do olhar" (Quilombhoje/Mazza, 1989) e "Antes do carnaval" (Selinunte, 1995), Ferreira está entre os escritores cuja produção é estudada na antologia crítica "Literatura e afro-descendência no Brasil" (UFMG, 2011). É coautor de "São Paulo terra de toda gente" (2011), "Origens da presença negra em Guarulhos" (2013) e coautor e organizador de "Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata" (2018). Especialista em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular pela UNIFESP, e mestrando no Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da FFLCH/USP, está entre as pessoas que fundaram e que coordenam, desde setembro de 2020, o Instituto Tebas de Educação e Cultura

NOTAS

1. A publicação está disponível na Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores e pode ser acessada em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2020/11/DOC_0001-2.pdf.
2. Desde 1961 a sede do Teatro Oficina, fundado em 1958, fica na Rua Jaceguai, 520, num terreno de 10.823 metros quadrados pertencente ao Grupo Silvío Santos e delimitado pelas ruas Abolição, Japurá e Santo Amaro. Por baixo desse terreno passa o Rio Bixiga, que vai desaguar no Anhangabaú, junto com os rios Saracura e Itororó, hoje canalizados, respectivamente, sob as avenidas Nove de Julho e 23 de Maio. Para saber mais: <https://linktr.ee/parquedobixiga>.
3. Para saber mais sobre o grupo Palmares, consultar: <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/50-anos-dos-20/>.
4. Sobre o Tricentenário mencionado, ver: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/jornal-da-marcha-300-anos-da-imortalidade-de-zumbi-dos-palmares>.
5. Para saber mais sobre o curta de Spike Lee, acessar <https://www.b9.com.br/126896/novo-curta-de-spike-lee-une-morte-de-george-floyd-com-a-de-radio-raheem-em-faca-a-coisa-certa/>.
6. Para saber mais sobre o assassinato de

Robson Silveira da Luz, consultar <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/apos-43-anos-processo-do-assassinato-que-motivou-criacao-do-mnu-vem-a-publico/>.

7. Ari Cândido Fernandes, fotógrafo e cineasta, responsável pela Assessoria de Assuntos Afro-Brasileiros da Secretaria Estadual da Cultura de São Paulo na gestão 1983-1986, e pela criação do Projeto Zumbi, evento anual que se estendia por todo o mês de novembro.

8. Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, um dos fundadores da antologia "Cadernos Negros", em 1978, e também do Quilombhoje, em 1980.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. *Revista de Antropofagia*, n. 1, 1928.
- AUGUSTO, Ronald. *Transfiguração e transgressão do conceito de literatura negra*: a conquista da invenção na poesia de Eliane Marques e Marcelo Ariel. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- BOLLE, Willi. A cidade como escrita. *O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, 1992.
- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. *Cadernos Negros 19*, São Paulo, Quilombhoje, 1996.
- FERREIRA, Abílio. *Cadernos Negros 7*. São Paulo: Quilombhoje, 1984.
- _____. *Cadernos Negros 8*. São Paulo: Quilombhoje, 1985.
- _____. *Antes do carnaval*. São Paulo: Selinunte, 1995.
- FERREIRA, Abílio (Org.). *Tebas*: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata. São Paulo: Idea, 2018.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literatura e afro-descendência no Brasil*: Antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- ÓRI. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais, 1989. vídeo (131 min.).
- GUIMARÃES, Gilmar. *A trans(ne-)gressão poética de Arnaldo Xavier*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2021. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-](http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/170-a-trans-ne-gressao-poetica-de-arnaldo-xavier)

[masculinos/170-a-trans-ne-gressao-poetica-de-arnaldo-xavier](http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/170-a-trans-ne-gressao-poetica-de-arnaldo-xavier). Acesso em: 29 mar. 2024.

RIOS, Flavia. *Elite Política Negra no Brasil*: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Flávio. Apresentação. *Revista Teoria e Debate*, Faça a coisa certa: o combate ao racismo em movimento [encarte], Fundação Perseu Abramo, n. 31, abr. 1996.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RONALD, Augusto. *Transfiguração e transgressão do conceito de literatura negra*: a conquista da invenção na poesia de Eliane Marques e Marcelo Ariel. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Revista Teoria & Debate*, Faça a coisa certa! O combate ao racismo em movimento [encarte], São Paulo, n.31, abr. 1996.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Imago, 2002.

XAVIER, Arnaldo et al. *Contra mão*: poemas. São Paulo: Edições Pindaíba/Poesias Populares, 1978.

_____. Dha lamba à qvzila – a busca de hvma expressão literária negra. *In*: ALVES, Miriam; CUTI, Luiz Silva; XAVIER, Arnaldo (Orgs.). *Criação crioula, nu elefante branco*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1986.

_____. Ori or not ori – eis a questão. *Revista Teoria e Debate*, Faça a coisa certa: o combate ao racismo em movimento [encarte], Fundação Perseu Abramo, n. 31, abr. 1996.

XAVIER, Arnaldo; CUTI; ALVES, Miriam. *Terramara*. São Paulo: Ed. dos Autores, 1988.

XAVIER, Arnaldo. O brilho de Abílio. *In*: FERREIRA, Abílio. *Antes do carnaval*. São Paulo: Selinunte, 1995.

artigo

Carne negra, pedra branca

Jaime Solares Carmona

O artigo faz uma análise diacrônica do Cais do Valongo, no centro histórico do Rio de Janeiro, buscando recontar a história da negritude e da escravidão a partir de uma outra noção de construção de cidade e memória. Localiza seus principais marcos históricos, desde a escravidão até o período pós-abolicionista, discutindo, entre outros, o auge e declínio da importação de cativos, a transição política entre o Império e a República e as práticas e vivências negras na região. Esse transcorrer do tempo em um mesmo espaço permite visualizar uma contranarrativa de construção de cidade, explorando o corpo como um dos produtores do espaço urbano, desde os navios negreiros até os sambas na Pedra do Sal. Sustentamos o argumento de que o negro, como defende Paul Gilroy (2012), é um dos fundadores da modernidade, tanto por seu aspecto cosmopolita e transnacional/transcultural, quanto por sua corporeidade, criatividade e resistência espaciais.

PALAVRAS-CHAVE: raça e arquitetura; Cais do Valongo; raça e cidade.

ARNE NEGRA, PIEDRA BLANCA

El artículo hace un análisis diacrónico del *Cais do Valongo* (Muelle de Valongo), en el centro histórico de Río de Janeiro, buscando volver a contar la historia de la negritud y la esclavitud desde otra noción de construcción de ciudad y memoria. Ubica sus principales hitos históricos, desde la esclavitud hasta el período post-abolicionista, discutiendo, entre otros, el auge y declive de las importaciones cautivas, la transición política entre el Imperio y la República y las prácticas y experiencias negras en la región. Este paso del tiempo en un mismo espacio nos permite visualizar una contranarrativa de la construcción de la ciudad, explorando el cuerpo como uno de los productores del espacio urbano, desde los barcos esclavistas hasta las sambas en Pedra do Sal. Desarrollamos el argumento de que el negro, como defende Paul Gilroy, es uno de los fundadores de la modernidad, tanto por su vertiente cosmopolita y transnacional/transcultural, como por su corporeidad, creatividad y resistencia espacial.

PALABRAS CLAVE: raza y arquitectura; Muelle de Valongo; raza y ciudad.

BLACK FLESH, WHITE STONE

The article conducts a diachronic analysis of Valongo Wharf, located in the historic center of Rio de Janeiro, aiming to retell the history of blackness and slavery from another sense of city building and memory. It identifies its major historical landmarks, ranging from the peak of slavery to the post-abolitionist period, discussing, among other aspects, the peak and decline of captive importation, the political transition between the Empire and the Republic, and the black practices and experiences in the region. This passage of time in the same space allows us to visualize a counter-narrative of city construction, exploring the body as one of the producers of urban space, from the slave ships to the sambas in Pedra do Sal. We assert the argument that the black, as defended by Paul Gilroy, is one of the founders of modernity, both for its cosmopolitan and transnational/transcultural qualities, as well as for its corporeality, creativity, and spatial resistance.

KEYWORDS: race and architecture; Valongo Wharf; race and city.

1. A travessia

Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cúm'lo de maldade,
Nem são livres p'ra morrer.
CASTRO ALVES, CANTO V, NAVIO NEGREIRO

Em seu maior trecho, a rota do Atlântico denominada *middle passage* (passagem do meio), que conduzia os escravos das costas africanas às costas americanas, levava cerca de dois meses. O navio, agora transatlântico, pode ser lido como um dos "cronótopos"; fundantes de nossa modernidade. Ao conectar os vários assentamentos humanos, modifica o próprio conceito de espaço, que "é em si mesmo transformado quando ele é encarado em termos de um circuito comunicativo que capacitou as populações dispersas a conversar, interagir e mais recentemente até a sincronizar significativos elementos de suas vidas culturais e sociais." (Gilroy, 2012, p.21). Enquanto sistema vivo, multicultural e micropolítico em movimento, o navio permite um reexame dos problemas da nacionalidade, localidade, identidade e memória histórica, admitindo a produção de uma corporeidade inédita. Antecede em séculos a virtualidade da internet, e sustenta um novo paradigma cultural transnacional, calcado na hibridez linguística e política. Habita nessa ambiguidade tanto a potência criativa da cultura negra, como seu dilaceramento matricial.

Gilroy nos recorda que esse processo de rapto e deslocamento forçado – não sem resistência, importante lembrar – desnuda as "irracionalidades racionalizadas" do pensamento racial, leia-se, do sistema social e reflexivo do racismo. Assim como nos campos de concentração nazistas ou belgas nas colônias africanas, há na escravatura a aplicação de uma série de procedimentos de desumanização, colocando o próprio conceito de razão europeia em cheque.

Através de uma história que se inicia com seu aprisionamento na África,² deslocamento em condições precárias pelo Atlântico, e chegada aos portos das Américas já como escravo, o negro é alvo de uma progressiva desumanização, que reduz seu corpo ao mínimo biológico. A travessia faz da carne um sustentáculo da subsistência, e da memória, um fragmento. O navio é o *topos*, por excelência, da primeira grande mutilação do corpo do Negro.³ A morte ao lado treina aqueles homens e mulheres ao que lhes esperará na vida pós-desembarque.

Conhecido como tumbeiro, o navio negreiro era o um lugar de morte. Transformados em carga viva, os negros

espoliados de suas nações eram tratados como algo menos que gente e pouco mais que uma especiaria qualquer. Assim como os animais, importava que chegassem vivos e sãos, para que pudessem trabalhar até sua completa exaustão. Sua sobrevivência dependia muito mais de seu valor como mercadoria do que como ser humano. Assim orientava o alvará de 1813 que regulava o tráfico negreiro, mas que cinco anos mais tarde seria revisto luz à proibição dessa prática do mundo, ajustando os critérios de salubridade no sentido de seu relaxamento. Foi permitido um transporte maior de cativos afim de alimentar rapidamente esse comércio antes que findasse em definitivo.

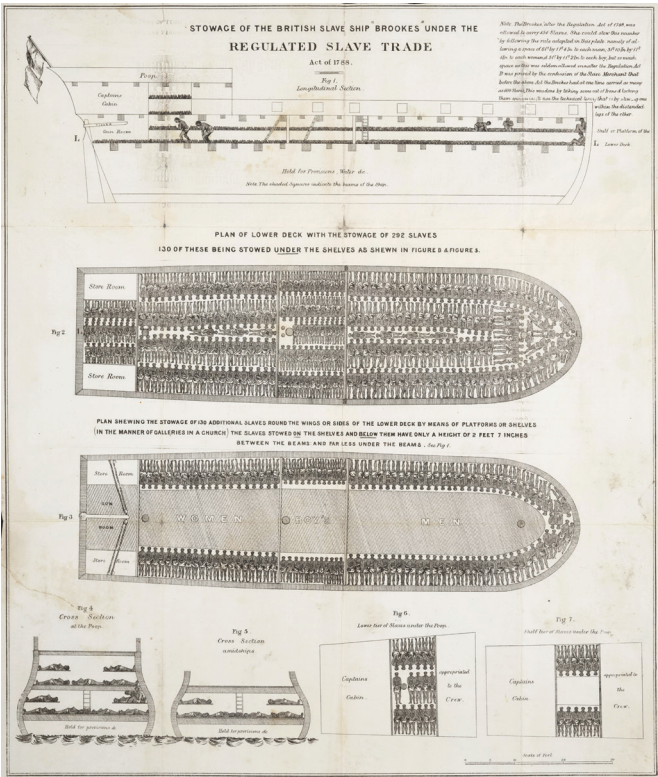
Em sua origem, o Ocidente se constituiu como autorreferência de civilidade, e atribuiu ao chamado "resto" uma existência objetual, uma vida vacilante, entre o humano e o animal, "desprovida de universalidade" (Mbembe, 2014, p.28). Foi no início do capitalismo que o conceito de "raça" serviu como suporte ideológico, presente em pensadores como Rudyard Kipling e sua exaltação do "fardo do homem branco", a uma escravidão diferente da servidão autóctone, inaugurando o conceito de Negro, e desse não lugar chamado África. Discutiremos ao final do texto o caráter cosmopolita e desenraizado do negro descendente de escravos, e como sua condição diaspórica sustenta uma modernidade própria, cujo *locus* é o Atlântico. Como dito, é aqui que o negro diaspórico encontra a moldura de sua constituição, é a partir daqui que ele poderá se reconstituir, onde quer que esteja. O filósofo Achille Mbembe (2014, p. 302) nos recorda as palavras de Glissant, para quem a modernidade se funda sobre "inúmeras ossadas humanas sepultadas sob o oceano e que, a pouco e pouco, se fazem esqueleto e se dotam de carne". O navio negreiro pode ser entendido como uma verdadeira "tecnologia de controle", no sentido foucaultiano do termo, pois através da completa exaustão do espaço individual, amassa e tortura os corpos negros ali transportados (FIG. 1).

2. O cais

"Os escravos que não forem vendidos não sairão do Valongo nem mortos"
MARQUES DO LAVRADIO

Como nos lembra Marcelo D'Saete em suas obras "Angola Jango" (2017) e "Cumbe" (2018), a kalunga grande, ou apenas kalunga, era o nome dado ao oceano Atlântico pelos grupos étnicos de raiz linguística banto. Era, entre outras coisas, o grande mar por onde era feita a travessia para o além, uma espécie de portal para o mundo dos mortos. A passagem significava um tipo de morte, e assim foi para milhões de negros.⁴ Se não a vida e a liberdade, era-lhes roubada a juventude, dado que hoje sabemos que os cativos transportados tinham, no máximo, de 10 a 25 anos.

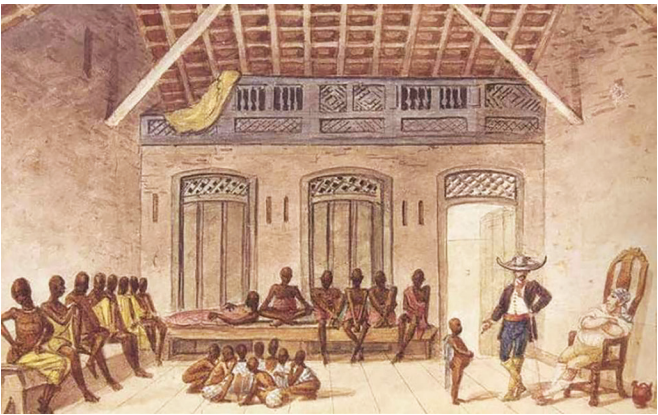
artigo



Até a construção do Complexo Negreiro do Valongo em 1774, em especial do Cais do Valongo,⁵ a maior parte dos escravos entrava no país pela Rua Direita, no centro comercial da cidade do Rio de Janeiro. O complexo era delimitado pela rua do Valongo (atual Camerino), tomada pelas “casas de engorda”, onde africanos eram vendidos; pela rua da praia do Valongo (atual Sacadura Cabral), onde se podiam encontrar lojas de venda; e pelo Valonguinho, formado pela pequena enseada entre a rua do Valongo e o morro da Conceição (que na época se estendia para o mar em uma gigantesca pedra, fechando o caminho da atual Sacadura Cabral). O Valonguinho terminava onde hoje é o Hospital dos Servidores. Depois vinha a grande enseada, que corria até a Igreja da Saúde, hoje próxima à praça da Harmonia. O limite da região era o Lazareto, nos fundos da atual Cidade do Samba.

À época de sua construção sustentávamos o título de maior complexo escravagista do mundo, um dentre vários nós que tecem uma rede de angústia para os negros, e lucro para os brancos. O nome vem do latim e significa “vale longo”, que ligava os bairros da Saúde e Gamboa. Relacionado ao renascimento da economia do açúcar e emergência do café no sudeste brasileiro, atinge seu ápice quando da chegada da família real em 1808, torna-se o maior entreposto comercial de escravos do mundo.

Antes do desembarque, os navios sofriam vistorias para que seus doentes fossem isolados em quarentena no Lazareto, construído em 1810 por iniciativa particular. A partir de lá as opções eram limitadas, e na maioria das vezes o negro morreria doente ou seguiria para a escravidão. Essa casa de quarentena, assim como os navios negreiros, exalava o cheiro da morte, das doenças e das emanações corporais: “Sem tratamento médico adequado, o único recurso era esperar. Não havia



Navio Negreiro Brooks sob o “Slave Trade Acts”, de 1788. Fonte: Wikipédia.

Mercado da Rua do Valongo, de Jean Baptiste Debret (1824). Fonte: O Estado de São Paulo.

a intenção de curar, mas sim de deixar a natureza escolher os que continuariam a dura jornada e aqueles que ‘escapariam para sempre da escravidão’” (Tavares, 2012, p.81).

Ao desembarcarem, os negros rompiam os poucos laços familiares e de amizade que mantinham com os “malungos” (termo usado para se referir aos companheiros de viagem). Após passarem pela alfândega, os corpos saudáveis eram besuntados em óleos para parecerem mais saudáveis, e eram levados às “casas de carne”.⁶

Durante o dia inteiro esses miseráveis, homens, mulheres, crianças, se mantêm sentados ou deitados perto das paredes desses imensos edifícios e misturados uns aos outros; e fazendo bom tempo saem à rua. Seu aspecto tem algo horrível, principalmente quando ainda não se refizeram da travessia. O cheiro que se exala dessa multidão de negros é tão forte, tão desagradável, que se faz difícil permanecer na vizinhança quando ainda não se está acostumado. Os homens e mulheres andam nus, com apenas um pequeno pedaço de pano grosseiro em volta das ancas. São alimentados com farinha de mandioca, feijão e carne-seca. Não lhes faltam frutas refrescantes. (Rugendas apud Tavares, 2012, p.94).

Não deixa de ser interessante como o relato acima aponta para a desumanização presente na famosa pintura de Debret (Fig. 2) sobre o tema do comércio de escravos. Enfileirados e sem feição, o quadro reitera uma narrativa que objetifica o negro, posto como um sujeito no limite da individualidade, passivo e reticente, enquanto as figuras brancas possuem rosto, pose, interação e silhuetas distintas.

A todo o momento a sombra do pau de arara disciplinava aqueles corpos recém-chegados, que dentro de três anos deveriam aprender a língua e os processos de trabalho. Essa não era, no entanto, a única tecnologia de controle do corpo do escravo. Varas, chibatadas, correntes, algemas, correntes de ferro, gargalheiras enfim, uma miríade de artefatos não apenas impedia que o escravo fugisse, mas também que se matasse, furtasse ou tivesse prazer (Ivano, 2009).

Invisível, esse negro passa a existir apenas em relação de submissão, recebendo forma e identidade a partir de seu senhor, que o compraria nesses mercados lotados de negros recém-chegados. É nessa cena de agressão e subtração que surge a angústia do negro, que não se localizando naquele simulacro a partir do qual o constroem, cria-se em torno de uma "assustadora recordação – a lembrança de um corpo, de uma voz, de um rosto, de um nome, se não perdido, pelo menos violado e contaminado, que é preciso a todo custo salvar e reabilitar." (Mbembe, 2014, p.68).

Através da violência do colonizado seria instaurada uma escravatura pela força. Empírica, ao atuar de forma "reticular e molecular" no dia a dia da colônia, e fenomenica, ao atingir os sentidos, afetos e psique, provocando problemas mentais profundos. Essa violência, dita soberania, atingia o colonizado "nos músculos e no sangue". Porém a violência não se daria apenas aos vivos. Talvez a maior agressão se daria quando de sua morte.

Como sabemos, as condições da travessia produziam uma elevada taxa de mortalidade por doença, maus tratos ou suicídio. Para aqueles que não sobrevivessem a essas condições era-lhes reservado o enterro no chamado Cemitério dos Pretos Novos,⁷ assim nomeados pois ainda não haviam sido comercializados. Estima-se que lá tenham sido enterrados entre 20 e 30 mil pessoas, embora nos registros oficiais não passem de 7 mil. Jogados em valas comuns ou queimados por conta do alto volume de corpos no pequeno espaço, a área possuía um caráter decadente. Fazia as vezes de lixão, onde ossos e objetos do cotidiano dividiam o mesmo terreno.

Se levarmos em conta que a maior parte dos negros cativos vinha de grupos étnicos de raiz banto, cuja cosmogonia é desterritorializada⁸ e dependente de uma inumação que conecta o corpo do morto a seus ancestrais, a cova rasa significa uma agressão eterna. Como afirma Pereira (2014, p.171):

[...] nega-se ao morto a capacidade de ter a sua existência continuada através deste rito, manifestada na honra à sua linhagem, apagando-o definitivamente do seu porvir. Desta feita, os cadáveres insepultos representavam, antes de qualquer coisa, centenas ou milhares de muzimos que viriam afligir os que sobrevivem em terras brasileiras, para completar o terror de se estar em terras de mortos.

O apagamento da memória desse negro foi forjado ao longo de todo século XIX, na esteira do esforço oficial em sublimar as lembranças da escravidão. Arrancados de seu passado, a esses negros era negada uma consciência de si

Soma-se a isso o fato de que corpos insepultos poderiam ser roubados e usados por feiticeiros para causar mal à comunidade. Ao sepultar os pretos novos à flor da pele, cometia-se um crime duplo: impedia-se seu ingresso ao ciclo dos ancestrais e também o de sua linhagem dali em diante. O apagamento da memória desse negro foi forjado ao longo de todo século XIX, na esteira do esforço oficial em sublimar as lembranças da escravidão. Arrancados de seu passado, a esses negros era negada uma consciência de si. O fim de sua trajetória material e imaterial.

Não é possível pensar em perversidade maior, ainda mais se nos recordarmos que grande parte dos mortos eram crianças e adolescentes, como é o caso de Josefina Bakhita, cujo nome foi dado em homenagem à padroeira dos sequestrados e escravizados, Santa Josefina Bakhita, a primeira santa africana canonizada em 2000 pelo Papa João Paulo II. Primeiro esqueleto íntegro encontrado durante as escavações no terreno do cemitério em 2017, ele pôde confirmar as condições de saúde e estresse físico ao qual foi submetida a jovem.

Achile Mbembe desenvolve o conceito de "necropolítica" (2018), em contraposição ao conceito foucaultiano de "biopolítica". Esse novo sistema suplantaria a noção tradicional de gestão sobre a vida, para explicar cenários contemporâneos em que o que se pretende é a simples multiplicação da morte. Ao questionar a possibilidade de a forma social moderna passar a não mais precisar produzir vida em larga escala. Por mais anacrônico que pareça, o neoliberalismo analisado pelo autor parece falar do sistema colonial quando disserta sobre a descartabilidade da mão de obra dos trabalhadores colocados à beira do sistema de vida.

Ao pertencer a uma categoria cuja vida é "matável", uma "vida sem valor" (Agamben apud Hilario, 2016, p.134), a sociedade escravocrata coloca em xeque o eurocentrismo do percurso histórico da biopolítica de Foucault.⁹ A passagem

da sociedade monarquista, tendo no suplício sua principal tecnologia de controle e punição, para a burguesa, com os aparatos médico-jurídicos de coerção corporal, não seria suficiente para explicar a regulação do corpo negro escravizado. Este caso habitaria algo entre um e outro.

Analisando as *plantations* brasileiras ou as casas de correção, Ferraro (2013) segue a proposição de Andrei Koerner ao afirmar que estaria vigente um outro regime de saber-poder, localizado além e aquém do poder do soberano da sociedade disciplinar:

[...] um modelo específico, no qual as tecnologias de controle e punição obedeceriam a critérios de classificação social dados a priori, de forma que sua aplicação reafirmaria a hierarquia social vigente, bem como a dominação pessoal dos senhores sobre seus subordinados e agregados. (Ferraro, 2013, p.12).

Aos escravos seriam aplicadas tecnologias de disciplina específicas, verdadeiros instrumentos de tortura, na medida em que sua produtividade não poderia ser modulada por uma norma introjetada, mas por intimidação externa, contínua e regular. O suplício, por exemplo, funcionaria com gradações, conforme o valor moral ou econômico de cada corpo e seu ato criminoso. A dor afligida deveria ser infinita apenas enquanto durasse.

Assim, não se trata do modelo punitivo do suplício – esporádico ostentatório – e tampouco da disciplina – constante e utilitário (justa medida para o objetivo da docilidade e produtividade) –, mas de uma modalidade específica, que combina violência física ou ameaça de violência constante, relações de afeição e/ou favor, e vigilância pessoal, proximidade física (dominação pessoal). (Koerner apud Ferraro, 2013, p.229-230).

A "segunda escravidão", conceito desenvolvido pelo historiador americano Dale Tomich (2016) a partir do qual ele defende uma reordenação do modelo escravista frente ao advento da economia global industrial, pode muito bem ser aplicado à intensificação da brutalidade do sistema escravocrata quando do aviso de seu término, na primeira metade do século XVIII no Brasil. O caso do cativo Manoel Congo traz reverberações do que ocorria no Cemitério dos Pretos Novos. Em 1839, após liderar uma fuga de escravos, além dos tradicionais açoites, o escravo fora enforcado e condenado à morte "para sempre", ou seja, seu cadáver ficaria exposto até completa decomposição, sem nenhum tipo de ritual ou sepultamento.

a docilização do corpo do negro era um procedimento que ia desde sua captura no continente africano até sua morte, seja ao desembarcar da tempestuosa travessia, seja ao tentar fugir da escravidão, ou se mantendo nela até o último suspiro. A todo o momento seu corpo é dilacerado e sua humanidade é extirpada

Como podemos ver, a docilização do corpo do negro era um procedimento que ia desde sua captura no continente africano até sua morte, seja ao desembarcar da tempestuosa travessia, seja ao tentar fugir da escravidão, ou se mantendo nela até o último suspiro. A todo o momento seu corpo é dilacerado e sua humanidade é extirpada. O que surpreende, no entanto, é a contradição fundante que sugere, de um lado, o enriquecimento de uma elite, letrada e dita civilizada, e do outro o preço pago em arrobas de carne para que essa ideia de concretizasse.

Essa contradição é intensificada quando da chegada da família real portuguesa. Se inaugura o paradoxo fundamental: eram necessários mais e mais negros para construir um império que sustentasse a imagem da civilização,¹⁰ mas para isso crescia o número de negros circulando pela capital. Urgia escondê-los:

O Valongo era parte do projeto de "civilização nacional" (sic), intensificado com a transformação do Rio em sede do Império. Mas resultou de um paradoxo: criar uma Corte "europeia" com multidões de negros soltos pelas ruas. Pensou-se que a solução seria usar os escravos para criar a cidade à altura do rei. Esse movimento, porém, aumentou a demanda por mais escravos e, assim, a cidade não conseguia perder as "feições do atraso". (Honorato apud Haag, 2011, p.6).

A transferência do mercado de negros da Rua Direita para o Valongo aponta para um ordenamento urbano moderno, sendo acompanhada de uma escalada de

obras privadas que seguiria o vetor criado. A região portuária dinamiza-se, concentrando funções e fornecimento de mão de obra, atraindo residentes fixos. Obra estatal, simbolizaria boa vontade por parte do governo Bragança para com os comerciantes de escravos, atendendo aos interesses de sua elite local. No entanto as pressões da Inglaterra para seu fim foram logo sentidas.

Com a proibição do tráfico negreiro, abriram-se caminhos para projetos de modernização da região. Se de um lado surge uma fábrica de motores a vapor, indicando o fortalecimento de uma burguesia industrial, de outro o poder simbólico do governo se faz sentir quando de um projeto de remodelação e reurbanização da cidade. Através da construção de embarcadouros de pedra, planos de canalização e de docas, o projeto de Henrique de Beurepaire converteu a antiga praia do Valongo em uma elegante praça – uma das obras mais simbólicas do período são os Jardins do Valongo (Fig. 3). Em 1843, o Cais do Valongo é definitivamente enterrado, juntamente com a memória do ciclo escravista, e sobre ele é construído o Cais da Imperatriz para a chegada da futura déspota, Teresa Cristina. Nas palavras de Carlos Soares (2013, p.39):

As técnicas usadas na obra do cais da Imperatriz também refletiam os novos tempos, com apuro nos equipamentos – calçada (passeio) refinada, platibanda de metal, golfinho de pedra em pedestal, coreto esmerado – e símbolos clássicos da estética europeia, como as quatro estátuas de deuses greco-romanos. O cais era um predecessor das obras de embelezamento da cidade, “embelezamento” que era o código para significar aniquilamento da tradição arquitetônica colonial.

É simbólico notar que as pedras usadas para sua construção foram retiradas do antigo pelourinho que existia em Campo de Santana, a poucos metros dali. Imagem mais bem acabada do preço da carne usada para a construção das novas eras que se sequenciam na derme da cidade.

O próximo passo no embelezamento da região portuária seria sua transformação em motor de uma nação que marchava em direção ao futuro. Entre a queda do Império e o florescimento da República, no entanto, podemos ver um episódio simbólico de uma notável exceção.

O Armazém Docas Pedro II (1871-1876), obra do engenheiro negro André Rebouças, é um dos principais edifícios desse período industrial das docas do Rio de Janeiro. O edifício é excepcional primeiro porque Rebouças foi um dos poucos negros do período colonial que participou do circuito formal de construção da cidade. Por meio do conceito de projeto e canteiro organizados, ele se insere numa narrativa oficial do entendimento de como

se constrói, materialmente, uma cidade. Não é menos importante salientar que ele não usou mão de obra negra nem escrava na obra, coisa rara à época. Inverte, assim, tanto a relação carne negra e pedra branca, quanto aquela mais profunda, ontológica, na qual o corpo marginal é o produtor por excelência do urbano, mais do que da cidade. Localizado em frente ao Cais do Valongo, hoje abriga o Comitê Ação da Cidadania, com oficinas, seminários e eventos sociais e culturais diversos. Seu programa notabiliza ainda mais esse contraponto que segue, infelizmente, sendo a regra. Ainda são exceções os casos de arquitetos ou engenheiros negros atuando profissionalmente no Brasil.¹¹

Talvez essa obra, ligada a um projeto ferroviário de escoamento e integração nacional, seja também uma espécie de conexão entre um projeto urbano de embelezamento e um projeto urbano de funcionalidade. Foi Pereira Passos, prefeito e urbanista carioca, quem propôs a definitiva construção de uma nova identidade ao centro do Rio de Janeiro. O projeto de uma capital higienizada e moderna, com o grande esforço de aniquilação da presença do negro, não só descartava vidas precárias, como destruíra cortiços e *zungus* – casas coletivas habitadas por negros escravos e forros – tradicionais do centro (Diniz, 2013).

Em verdade, além da pobreza e do racismo, também permanece a relação de dependência em relação à Europa. Se as obras de 1843 foram projeto de Grandjean de Montigny, a mando de D. Pedro II, as reformas urbanísticas de Passos têm clara inspiração haussmaniana. Como nos lembra Moraes (2016, p.44):

Uma das mudanças previstas nesse processo estava o da reformulação do porto. Se no período colonial e imperial, a escravidão marcava a disposição da cidade para a vida do mar, uma vez que através dele chegaram africanos e mercadorias destinadas à venda, na República essa tendência se confirmava a partir de outra ótica. Dessa vez, o cais representava o progresso no qual a cidade e o país recém republicano pretendiam se inserir. Diante desse quadro de futuro almejado e passado a ser esquecido, a zona portuária passa a ser um local em disputa.

Reitera-se assim o apagamento da memória do corpo negro, não apenas simbólica e materialmente no campo santo, mas também enquanto vida, na proibição de sua fixação em área nobre da cidade, além da própria punição das práticas de capoeira e ritos religiosos comuns a essa população.¹² Parte da ordenação dos corpos que proíbe usos desviantes pode ser explicada pela noção de “errar”, da arquiteta Paola Jacques (2008). Segundo a autora, errar significaria não apenas deambular sem rumo pela cidade, mas praticar a cidade de uma forma que a atualiza, lhe dá sentido. São os usos não previstos que legitimam ou não o projetado, podendo, portanto, fazer resistência a essa noção de cidade ordenada.

Poderíamos dizer que o corpo negro encontra nas rodas de samba e nos terreiros locais um tempo outro além do tempo produtivo. Pois se hoje a questão da visibilidade e do simulacro entorpecem um corpo crítico, na época colonial essa opressão se dava de formas mais diretas, riscando a pele ao invés de entorpecendo-a

Uma experiência da cidade vivida que se instaura no corpo pode ser, portanto, uma forma molecular (ou micro) de resistência ao processo molar (ou macro) de espetacularização urbana contemporânea, uma vez que a cidade vivida (ou seja, a cidade não espetacularizada) sobreviveria a este processo no corpo daqueles que a experimentam. (Jacques, 2008).

Guardadas as devidas proporções, seria de total interesse perscrutar outras urbanidades geradas pelo “corpo lento” do qual fala Paola Jacques a partir da teoria de Milton Santos: aquele corpo vagabundo, improdutivo, festivo, que o governo quer tanto punir e silenciar. Só assim a similaridade jurídica com que são enfrentados o ato de vadiar e a luta capoeira pode ser compreendida. O tempo lento do vagabundo, o caminhar desinteressado (lento não como velocidade, mas como qualidade da ação) é, afinal, tão resistência quanto o corpo teso e coreografado, portanto rápido, do capoeirista.

Poderíamos dizer que o corpo negro encontra nas rodas de samba e nos terreiros locais um tempo outro além do tempo produtivo. Pois se hoje a questão da visibilidade e do simulacro entorpecem um corpo crítico, na época colonial essa opressão se dava de formas mais diretas, riscando a pele ao invés de entorpecendo-a. Era necessário que o corpo sentisse para que se inserisse na ordem colonial.

Por isso a importância da afirmação de que o corpo negro, ainda que não fosse o principal autor dos projetos oficiais da cidade, sempre esteve presente nos cantos de obra, mas mais do que isso, que ele possui uma corpografia – grafia urbana inscrita no corpo – capaz de experimentar e reinaugurar a cidade através de uma pos-

tura crítica. Resistência, o corpo ainda vigiado e punido costura lentamente uma vida sem órgãos. Como desenvolve Gilles Deleuze em seu livro “Lógica do sentido”, de 1969, o corpo sem órgãos fala de uma outra proposta de compreensão da dinâmica da vida. Inconsumível, improdutivo,¹³ estéril, antes prática do que conceito, esse corpo se contrapõe a uma noção de organicidade, ou seja, de composição totalizante do discurso do viver.

Ao contradizer a norma racista que faz do cativo um dentre vários corpos feitos para produzir, o corpo sem órgãos procura o desejo, uma vida intensa que procura desfazer-se da organização em que foi forçosamente inserido. Conjunto de sensações, escapa ao regime da visibilidade, mesmo que parcial e patrimonialista, paternalista e afetiva, do trabalho escravo no Brasil. Nas palavras de Pasqualino Magnavita (2008):

[...] vale salientar que nos processos urbanos, a percepção molar (macro) do mundo da representação, caracterizada por sua visibilidade (exterioridade e finitude) possui natureza bem diferente daquela do universo micro, molecular, pois esta se caracteriza e pressupõe agenciamentos processuais que se equivalem à fluxos, intensidades, ações, paixões e desejos que se caracterizam pela invisibilidade (interioridade e infinitude) de seus componentes.

Deste modo, os negros escravizados e livres, assim como seus descendentes, construíram vetores de resistência que passavam a todo instante por seus músculos, pés, mãos e orelhas. A cultura portuária que ali se desenvolveu criou espaços de compartilhamento e empatia com corpos não-negros, mas igualmente pobres e explorados que também haviam conhecido a repressão e o trabalho. Seria impossível extinguir por completo o negro do centro. Por ali ele entrou, e ali continuaria até hoje. Não por acaso no complexo negreiro nasceria o que mais tarde seria denominada a “Pequena África.”

3. Pequena África

O termo foi cunhado pelo compositor e pintor Heitor dos Prazeres, e diz respeito à região que ia do Cais do Valongo até a Cidade Nova, passando pela Gamboa e Saúde, tendo como importante local de encontro a Pedra do Sal. Tombado em 1984 como patrimônio histórico, a pedra é um marco cultural da herança africana na cidade. Ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, assim como as Tias Baianas, rodas de choro e candomblé, tendo sido também um importante quilombo urbano, local de resis-

Jardim do Valongo.
Fonte: LUCENA,
2017, s.p.



tência e criação de uma vida negra não-escrava. A obra de engenharia que cortou a pedra nos anos 1830, dentro de uma narrativa oficial de remodelação urbana, foi incapaz de esfumar sua potência como lugar de celebração e luta – como ilustrado por diversas obras de Heitor dos Prazeres (FIG. 4). Não por acaso o local ainda é considerado um lugar sagrado para despachos e oferendas.

Até hoje, no dia 2 de dezembro – Dia Nacional do Samba – ela é lavada, e toda semana tem roda de samba, lá passando blocos de rua durante o Carnaval carioca. Em 2000, seus moradores foram ameaçados de expulsão, fazendo com que os quilombolas e descendentes de escravos lutassem para que finalmente, em 2014, fosse regulamentada a lei que cria a área especial de interesse cultural do quilombo Pedra do Sal. Seu momento de maior florescimento se deu especialmente na segunda metade do século XIX, quando há uma significativa migração de baianos e baianas, além de ex-soldados da Guerra do Paraguai, para a região.

A diáspora baiana criou um grupo social bastante coeso, de onde surgiram líderes espirituais como João Alabá, cujo terreiro foi fundado em 1886. Por ele passavam não apenas locais, mas pessoas da elite. Juntamente com as chamadas Tias Baianas, como Ciata¹⁴ e Peciliana, formam um dos principais núcleos negros de religião no centro do Rio de Janeiro. É conhecida a história de Washington Luís, presidente da República Velha que teve a saúde de seu filho curado por Tia Ciata, possibilitando a preservação daquelas práticas tão má vista pela sociedade católica da época. Frequentada por importantes figuras da virada do século, como Pixinguinha, Donga e João da Baiana, a casa da tia baiana era um importante polo cultural e religioso. É em meio a rodas de batuque africano, comidas de tabuleiro, quitutes e festividades religiosas que o samba nasce no Rio de Janeiro.

As expressões de religiosidade também se estendiam às práticas católicas, e para sobreviver à escravidão, os cativos mesclavam rituais e símbolos católicos aos iorubás, buscando a possibilidade de terem uma inumação digna do além-vida, como é o caso da Ordem de São Francisco, irmandade de negros que tinha em festas de batuque os ecos de uma África distante.

Toda vida que encontramos na Pequena África nos recorda o poder de autocriação do homem moderno. A condição de diaspórico faz do negro um cosmopolita por definição. Passado o voluntarismo que nos faria acreditar apenas no lado positivo dessa espoliação, vale recordar o conceito de "raiz móvel" de Appiah (1998). Para o autor, a aparente contradição entre o patriotismo e o cosmopolitismo é superada adiante da capacidade humana de carregar sua linguagem constitutiva consigo, e ainda assim tecer uma nova, sendo fiel a ambas. O amor ao gênero humano frutificaria nesses corpos capazes de fornecer narrativas novas a partir de suas narrativas originárias, já que, nas palavras do filósofo anglo-ganês, "mesmo quando estamos criando identidades novas e contranormativas, são as velhas identidades normativas que proveem a linguagem e as experiências" (Appiah, 1998, p.16).

Daí ser possível ver o poder subversivo desse discurso: fazer do negro um cosmopolita moderno, na medida em que costura uma contranarrativa em relação ao conceito eurocêntrico do iluminismo de homem universal. É o caso do próprio pai de Appiah, que tendo crescido em governos autocráticos, aprendera a importância da liberdade e das tradições políticas do povo *ashanti*. Compara o conceito de *dignitas* com o de *animuonyan*, e afirma que "era como *ashanti*, penso, que meu pai admirava Cícero e não como um súdito britânico" (Appiah, 1998, p.40). Quando o pai dele lê Cícero em Londres, a partir de uma moldura *ashanti*, significa que é por essas raízes que passa sua compreensão daquela filosofia, mais do que pela experiência pura da colonização.

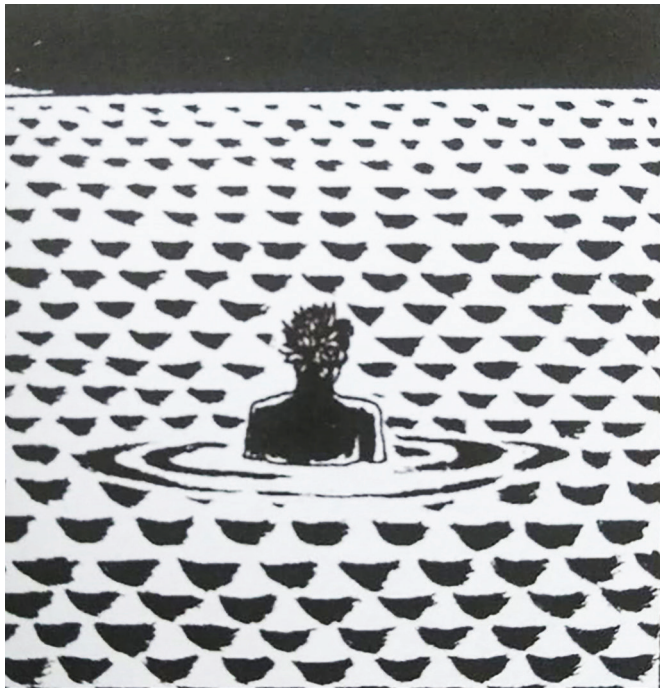
Esse conceito de cosmopolitismo se alinha ao pluralismo e ao transversalismo que iluminam o pensamento contemporâneo. A partir de uma perspectiva do norte global, Gilroy (2012) destaca a potência criativa que surge como consequência dessa outra forma produtiva de pensamento. Essas estruturas seriam "capazes de conferir criatividade e de gerar prazer, assim como de acabar com a ansiedade em relação à coerência da raça ou da nação e à estabilidade de uma imaginária base étnica" (Gilroy, 2012, p.20). Ao celebrar as raízes africanas e constituir um território corporal de resistência, o samba, o jongo, o chorinho, o candomblé, os quitutes, o sindicalismo e a

artigo



"Carnaval" de Heitor dos Prazeres, s.d.
Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.

O negro encara a kalunga. Fonte: D'SALETE, 2018, p.37.



cultura negra que floresceram na Pedra do Sal e na região do antigo complexo negreiro reconstituem, no Brasil, uma linguagem dilacerada.

Frente a essa resistência, faria sentido falar em uma sociedade pós-racial? Insistindo em existir, o que o racismo solicita de nossas almas? Talvez as expressões artísticas, religiosas e culturais acima apontadas responda parcialmente a essa questão. Porque entendem a insuficiência da vida, é sua atribuição libertar as energias escondidas e fazer visível o invisível a partir da centralidade do corpo. "Reconduzir a festa", libertar as potências interditas do ser humano. Não por menos, sua oposição ao racismo poderia "trazer à democracia um tal contributo, tão utópico e metafísico como estético" (Mbembe, 2014, p.291).

A essa altura urge notar que o percurso de vida e morte conduzido pelo corpo do negro na cidade colonial brasileira, em especial no Rio de Janeiro, é capaz de incitar um outro pensamento urbanístico. A travessia faz do navio um cronótopo capaz de sustentar uma noção urbana não-citadina, absente de edificações, constituída muito mais pela ideia de rede e de corpos em movimento do que da arquitetura ordenada conforme uma razão planejadora. O mesmo navio negreiro que arranca os corpos negros de sua terra natal é o espaço-tempo que possibilita a as-

cenção de uma condição cosmopolita e moderna ao negro.

Uma vez desembarcando na terra que o consumiria até o derradeiro suspiro, o escravo não encontrava nem na morte sua libertação. Morto duas vezes, jogado à flor da terra, ou vivo sob o olhar vigilante de uma sociedade escravocrata que conserva uma dose de barbárie para sua própria construção, o cativo produz dores, mas também resistências. Como resposta, o escravo tece um fio de vida, entre quilombos, terreiros, batuques e suicídios. Reencontra sua condição ontológica de vida que vale a pena viver, e não cessa de encontrar no corpo que se nega a trabalhar uma vocação para a alegria.

Corpo sem órgãos, coreografia urbana, rede religiosa, rodas de samba. O centro do Rio de Janeiro é onde e por onde o negro pode anunciar sua própria alforria antes que o Estado, lentamente, o faça. A kalunga grande (FIG. 5), esse mar que o separa de um passado, mas que também o faz corpo presente, consciente e criativo, pujante e observador, paciente e indolente, calcula o risco que é viver de forma marginal. É do negro a profunda compreensão de que a cidade se faz de carne, e que as pedras que se amontoam à sua vista têm cor. Como o herói que atravessa a kalunga e retorna como ancestralidade significativa, o negro compreende a travessia não como fim, mas como passagem, de vida.

AUTOR

Arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo (2015) com mestrado (2020) pela mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa “Pensamento crítico e cidade contemporânea” (PC3) desde 2015. Foi coordenador do eixo LGBTQIA+ da “Rede paulista de educação patrimonial” (Repep) de 2015 a 2020. Atualmente é professor assistente da Escola da Cidade, onde também faz pós-graduação em Arquitetura, Educação e Sociedade. Coordenador executivo dos cursos livres do IABsp. Trabalhou em diversos escritórios de arquitetura de 2014 a 2020, dentre os quais ELEMENTAL Chile e AMZ Arquitetos. Possui artigos publicados em várias mídias especializadas, como “ArchDaily”, “Vitruvius” e “Architectural Journal” (China). Pesquisa teoria e crítica da arquitetura contemporânea, gênero, corpo e sexualidade.

NOTAS

1. Conceito cunhado pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) para falar de uma forma de análise literária que estuda as forças que atuam no cenário cultural de determinado texto – lugar e tempo.
2. A maioria dos negros escravizados era prisioneiro das várias guerras tribais no continente africano. Muitas vezes tais conflitos eram estimulados pelos traficantes europeus e americanos e começavam assim que um navio negroiro aparecia na costa.
3. O “Negro” é entendido aqui no sentido fanoniano do termo, ou seja, como o homem que é racializado e, assim, objetificado, afastado de qualquer potencial de universalização, diferentemente do homem branco que pode ser, afinal, “um homem entre outros homens” (Fanon, 2020, p.98).
4. Estima-se que 15% dos negros morriam nos navios, sendo que nos quatro primeiros anos de escravidão cerca de 40% dos sobreviventes pereciam em terra (Pereira, 2014).
5. Construído por Marques de Lavradio após constantes reclamações de particulares e moradores acerca das condições de saúde a que eram expostos ao compartilharem o espaço público com negros. Funcionou de 1811 a 1831, tendo passado ali quase um milhão de negros. Recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco em 2017, sendo o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas.
6. Ou, como dito anteriormente, “casas de engorda”. Conforme indica Haag (2011), haviam cerca de cinquenta dessas casas no complexo negroiro. Lá eram “manipulados em todas as partes do corpo, como gado, obrigados a mostrar (sic) os dentes, estender violentamente braços e pernas, correr e gritar para mostrar saúde.” (Honorato, 2008, p.85).
7. O campo santo funcionou de 1772 a 1830, porém seu sítio arqueológico foi descoberto apenas em 1996 quando da reforma de uma casa na Rua Pedro Ernesto, tendo se transformado então no Instituto Pretos Novos.
8. Suas raízes não pertenciam a um local original, mas a uma posição genealógica que tinha na morte um reencontro com o ciclo que vinha do criador e culminava na descendência do morto (Pereira, 2014).
9. O autor francês fala de raça principalmente para discorrer sobre o antisemitismo europeu e a hierarquização biológica que justificaria os campos de concentração durante o regime nazista. É o historiador italiano Domenico Losurdo que indica essa falta. Em suas palavras “Foucault não dedica nenhuma atenção à história dos povos coloniais ou de

origem colonial.” (Losurdo apud Hilário, 2011, p.229). Ver também: Alves, 2016, p.157-170.

10. Os limites formais entre civilização e barbárie ficam borrados quando pensamos, por exemplo, no caso dos bandeirantes. Em seu livro “Angola Janga” (2017), especialmente no capítulo sete, D’Salete desenvolve com maestria essa tensão, ao chamar os paulistas – que hoje seriam a face mais bem acabada da modernidade brasileira – de selvagens, cuja humanidade era colocada em dúvida pelos próprios donos de terras que os contratavam.
11. Entre as publicações e coletivos que discutem o tema, podemos citar o Arquitetas Negras, que em 2019 lançou um seu primeiro volume sobre o tema, dialogando também com a questão do gênero na profissão.
12. Conforme Cap. XIII do Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, Decreto 847 de 11 de outubro de 1890. Essa lei só viria a ser revogada em 1937, por Getúlio Vargas.
13. É Paul Gilroy (2012, p.100) que nos lembra os limites da leitura marxista para a compreensão da escravidão ao anunciar que “para os descendentes de escravos, o trabalho significa apenas servidão, miséria e subordinação”. O trabalho não poderia ser, portanto, meio de emancipação.
14. Hilária Batista de Almeida, ou apenas Tia Ciata, foi uma das mais famosas baianas da época. Quituteira, yalorixá, e uma das principais líderes da resistência negra pós-abolição, foi em sua casa com João Batista que se criou um dos mais importantes locais do samba carioca quando este ainda era proibido por lei. Sua presença chegou a ser documentada no livro “Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil”, de Debret.

REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. Bahia, Hansen (il). **O navio negroiro : tragédia no mar**. São Paulo, Global, 2008. Coleção Fortuna Crítica.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. Pode o negro viver? A violência racial e a concepção de biopoder em Foucault. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Bahia, v.3, n.6, p.157-170, jun. 2016.

APPIAH, Kwame Anthony. Patriotas Cosmopolitas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.36, p.1-17, fev. 1998.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Africanos novos na Gamboa**: um portal arqueológico. Rio de Janeiro.

D’SALETE, Marcelo. **Angola Janga**. São Paulo: Veneta, 2017.

_____. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo Perspectiva 2011.

DINIZ, Nelson. De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região portuária do Rio de Janeiro. **e-metropolis – Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, ano 4, n.13, p.40-47, jun. 2013.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10428/heitor-dos-prazeres>. Acesso em: dez. 2020.

FANON, Frantz. Nascimento, Sebastião (trad). Camargo, Raquel (trad). Kilomba, Grada (pref). Faustino, Deivison (posf). **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo, Ubu, 2020.

FERRARO, Marcelo. As práticas de controle e punição na sociedade escravista cafeeicultora do Brasil oitocentista: uma análise à luz do pensamento de Michel Foucault. **Epígrafe – Edição Zero**, São Paulo, p.7-42, 2013.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade

Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

HAAG, Carlos. Ossos que falam. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 190, dez. 2011.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v.7, n.12, p.194-2010, jan./jun. 2016.

HONORATO, Cláudio. **Valongo**: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

IVANO, Rogério. O corpo supliciado: dores e horrores da escravidão negra na literatura brasileira (1871-1895). **Histórica [online]**, São Paulo, n.36, jun. 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Arquitextos – Vitruvius**, São Paulo, ano 8, n.093.07, fev. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 20 maio 2024.

LUCENA, Felipe. História do Jardim do Valongo. **Diário do Rio**, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-jardim-do-valongo/>. Acesso em: dez. 2020.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Corpo sem órgãos/Cidade/Devires-outros. **re(dobra)**, Salvador, v.1, n.3, 2008. Disponível em: http://corpocidade.dan.ufba.br/dobra/03_02_artigo.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. Santini, Renata (trad). **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MORAES, Renata. A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. **Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB, ano 1, n.2, v.1, jul./dez. 2016.

O ESTADO DE S.PAULO. Sessão Viagem. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/fotos/geral/mercado-da-rua-do-valongo,907436>. Acesso em: dez. 2020.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro, BestBolso, 2010.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. **Valongo, Cais dos Escravos**: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro, 1668-1911. 2013. Relatório de Estágio (Pós-Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. **Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX**: uma tentativa de delimitação espacial. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TOMICH, Dale W. **The politics of the second slavery**. Fernand Braudel Center studies in historical social science. Albany: State University of New York Press, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013.

WIKIPÉDIA. Verbete “*Slave ship*”. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Slave_ship. Acesso em: dez. 2020.

artigo

Observatório do Médio Xingu: estudos para cocriações de representações de povos e territórios em perspectivas decoloniais

Carla Romano Amaral, Giulio Michelino, Jananda Lima, Luis Octavio de Faria e Silva, Pedro Henrique Norberto, Sabrina Carvalho Dias e Time I Awaete Assurini

A partir da produção de uma outra narrativa face à exploração histórica e ao contexto da relação entre indígenas e não indígenas, o artigo apresenta reflexões quanto à elaboração de cartografias em um trabalho cooperativo,¹ desenvolvido a partir do segundo semestre de 2020. Adota-se aqui a perspectiva dos povos Awaete Assurini do Médio Xingu e seu histórico repleto de violências e apagamentos decorrentes dos processos de colonização, assim como a luta pela preservação de práticas socioculturais ligadas à sua ancestralidade, que contrastam com as concepções não indígenas. Neste sentido, o propósito é levantar essa trajetória de empoderamento e luta por meio das relações interpessoais e com o meio ambiente. Na medida em que a visão de mundo Awaete oferece formas alternativas de acessar e estabelecer contato com o meio e com outras organizações sociais, estabeleceu-se uma valiosa interação sua com a Academia e com a sociedade civil, a fim de criar uma estrutura, social e física – o Observatório do Médio Xingu, cujo intuito é o de permitir o acesso a informações, discutir ações, narrativas e relações decorrentes no território.

PALAVRAS-CHAVE: cartografia social; decolonização; narrativas indígenas.

OBSERVATORIO DEL XINGU MEDIO: ESTUDIOS PARA LA CO-CREACIÓN DE REPRESENTACIONES DE PUEBLOS Y TERRITORIOS EN PERSPECTIVAS DECOLONIALES

Partiendo de la idea de producir otra narrativa a la luz de la exploración histórica y el contexto de la relación entre indígenas y no indígenas, el artículo presenta reflexiones sobre el desarrollo de la cartografía en un trabajo cooperativo, desarrollado a partir de la segunda mitad de 2020 en adelante. Este trabajo presenta la perspectiva de los pueblos Awaete Assurini del Xingu Medio y su historia llena de violencia y borras producidas por los procesos de colonización, así como la lucha por la preservación de prácticas socioculturales vinculadas a su ascendencia, que contrastan con concepciones no indígenas. En este sentido, el propósito es elevar su trayectoria de empoderamiento y lucha a través de las relaciones interpersonales y con el entorno. Como la cosmovisión de Awaete ofrece formas alternativas de acceder y establecer contacto con el medio ambiente y otras organizaciones sociales, se estableció una valiosa interacción con la Academia y con la sociedad civil para crear una estructura social y física – el *Observatório do Médio Xingu*, cuyo propósito es permitir el acceso a la información, discutir acciones, narrativas y relaciones que surgen en el territorio.

PALABRAS CLAVE: cartografía social; decolonización; narrativas indígenas.

MIDDLE XINGU OBSERVATORY: STUDIES FOR CO-CREATION OF REPRESENTATIONS OF PEOPLES AND TERRITORIES IN DECOLONIAL PERSPECTIVES

Based on the idea of producing narratives differently in the light of historical exploration and the context of the relationship between Indigenous and non-Indigenous peoples, this article presents reflections on the development of cartography in a collaborative effort, starting from the second half of 2020 onwards. This work presents the Awaete Assurini people of the Middle Xingu and their history charged with excessive violence and obliteration resulting from the colonization process and their struggle to preserve socio-cultural practices linked to their ancestry, in contrast with non-Indigenous conceptions. In essence, the goal is to boost their trajectory of empowerment and struggle through relationships with people and the environment. Furthermore, as the Awaete worldview offers alternative ways to access and establish a relationship with the environment and other social organizations, it also developed valuable interaction with the Academy and civil society. With that in mind, we created a social and physical structure – the *Observatório do Médio Xingu*, aimed to provide access to information, discuss actions, narratives, and relationships arising in the territory.

KEYWORDS: social cartography; decolonization; Indigenous narratives.

1. Introdução

Este trabalho decorre dos esforços que dão início às atividades de um grupo, chamado Observatório do Médio Xingu. Estimulados e regidos pelo contato e trabalho em conjunto com grupos indígenas pertencentes à região do Médio Xingu, o grupo interage e aborda problemas emergentes na região, envolvendo a gestão e soberania de suas terras e levantando questões de origem atual e de outrora. O grupo espera que o contato e discussão com os povos indígenas sobre o material levantado e produzido habilite a cocriação de novas narrativas mediante as formas de representação, demarcações e subseqüentes desdobramentos que resultam da pauta de identificar, articular e representar elementos dispostos no território – sejam eles a extensão de uma Terra Indígena (TI) a partir de um histórico de ocupação, ou o levantamento e a descrição de vetores que levam a ameaças ao bem estar desses povos e seu meio ambiente.

Para apresentar essas relações entre a cartografia, descrição do território e relações latentes entre sociedade civil e povos indígenas, o trabalho foi separado em duas partes: 1) Contextualização histórico-cultural de problemas correntes no acesso e na construção de conhecimento sobre populações indígenas, com maior detalhamento sobre a trajetória do povo Awaete – sua trajetória até o contato com *karai*,² e organização política acerca do coletivo família Marytykwawara;³ 2) Descrição do início das atividades do grupo Observatório do Médio Xingu, partindo da aproximação da família Marytykwawara com a Escola da Cidade por meio da Plataforma Arquitetura e Biosfera. Apresenta-se a metodologia aplicada durante as etapas de trabalho do grupo Observatório do Médio Xingu, assim como um compilado de produtos realizados entre os meses de julho e novembro de 2020.

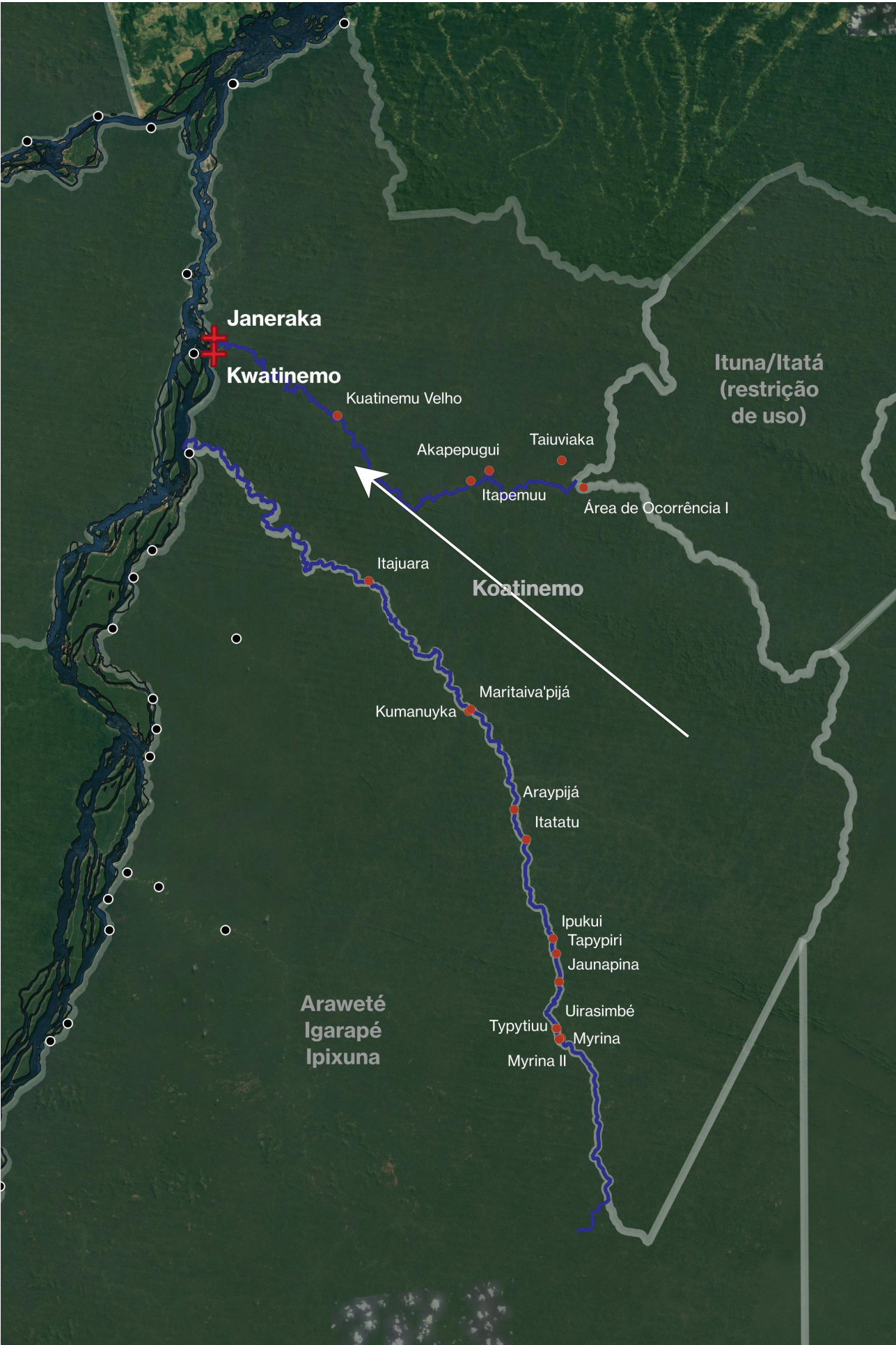
2. Colonialismo e povos indígenas

A investigação e discussão em torno de qualquer tema que envolva populações indígenas⁴ necessita de uma contextualização histórica sobre a constituição de seus territórios e as dinâmicas coloniais, que continuam a exercer considerável influência na atualidade. Neste artigo, na medida em que se pretende alinhar a pesquisa acadêmica com um movimento orgânico de povos originários a partir de seus saberes tradicionais, é central a ideia de superação da perspectiva colonial. A expectativa é de transcender entraves para que se disseminem e pratiquem os habitualmente desvalorizados conhecimentos originários, extremamente sofisticados e em sintonia com os biomas e ecossistemas com os quais os povos indígenas interagem. Esta breve contextualização busca demonstrar a base conceitual de um processo em curso, que parte da perspectiva decolonial da cartografia como ferramenta de interação entre saberes e práticas que constroem e transformam culturas.

Loomba (2015) descreve o projeto de colonização como a tomada das terras, apropriação de recursos materiais, exploração do trabalho e interferência nas estruturas políticas e culturais do território ou nação do outro. Segundo a autora, a colonização de um “novo” território significa, necessariamente, desfigurar as comunidades que já existiam, dominando seus territórios através do comércio, assentamento, pilhagem, negociação, guerra, genocídio e escravidão. Nesse sentido, De Alva (1995, p.243) afirma que:

[...] mesmo nas regiões onde os povos nativos sobreviveram como grupos corporativos em suas próprias comunidades altamente transformadas, [...] em duas ou três gerações eles foram muito reduzidos em número, além de terem sido política e socialmente marginalizados face aos novos centros de poder.

Em uma dinâmica tensionada pela oposição colonizadores-colonizados, impedir que outras narrativas se formem também se torna, por assim dizer, necessário no processo marcado pela perspectiva de dominação. Como



Localização de sítios arqueológicos e aldeias antigas no território Asurini. Os Awaeté estavam historicamente habituados a ocupar o interior do território, às margens do igarapé Piranhaquara (ao Sul) e Ipiaçava (ao centro). Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Silva (2013, 2015, p.32) IBGE (2019) e USGS (2020a; 2020b).

Aníbal Quijano argumenta que a repressão sistemática do colonialismo alterou os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação, sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual

consequência, vemos regiões do mundo, ditas periféricas, sendo assumidas como desprovidas de história ou cultura (ou mesmo de vida...) que "valham a pena" serem representadas fora da perspectiva do colonizador (Said, 2014). A produção cartográfica, importante destacar, é também entendida aqui como uma narrativa – questão a ser tratada mais adiante.

A influência cultural e a miscigenação nos países colonizados foram combustíveis para os movimentos anticoloniais, que raramente representaram os interesses de todos os povos de tais territórios. Aníbal Quijano (2007, p.169) argumenta que a repressão sistemática do colonialismo alterou os "modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação, sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual". Como consequência, apesar de o colonialismo político ter sido eliminado, a relação entre a cultura europeia e as demais continua a ser de dominação.

A partir dessa dinâmica, quando um grupo não se encaixa na forma socioeconômica da qual o sistema hegemônico é organizado, fica sujeito a todos os tipos de violência (Mignolo, 2007). Um exemplo é a formulação de políticas públicas, em que se parte do princípio de que fatores sociais, históricos e econômicos são comuns aos povos indígenas e não indígenas. Ao não se considerar as particularidades das populações afetadas cria-se um ciclo de perpetuação da marginalização das mesmas.

Diante da condição colonial descrita, uma compreensão por parte dos povos submetidos toma corpo, de que há que se "aprender a tomar nossas diferenças e torná-las forças. Pois as ferramentas do senhor nunca vão desmantelar a casa-grande" (Lorde, 2007, p.111). Ao mesmo tempo nota-se um movimento de resignificação das acima chamadas "ferramentas do senhor" no sentido de torná-las meio de fortalecimento de saberes e práticas que normalmente são deixados à margem. Este artigo descreve o esforço de associar à cartografia – entendida como forma de representação do território – as diversas linguagens, ferramentas e saberes de povos indígenas, tornando-se, assim, um instrumento de conscientização, fortalecimento e autonomia dessas e outras comunidades marginalizadas.

3. Povo Awaete na Terra Indígena Koatinemo

Tendo os conflitos e problemas, decorrentes das formas de colonização, como pano de fundo do passado e do presente na realidade dos povos originários das Américas, podemos compreender algo do povo Awaete no Brasil de hoje. O povo autodenominado Awaete, que significa "gente verdadeira", é também conhecido como Assurini do Médio Xingu. Eles vivem no Pará, na região do Médio Xingu, dentro da Terra Indígena (TI) Koatinemo, em uma área de 387,8 hectares, onde há 275 habitantes divididos em cinco aldeias: Kwatinemo,⁵ Itaaka, Gavião, Muyrina e Janeraka.

Há aproximadamente 48 anos, em um momento de deslocamento motivado por conflitos territoriais com etnias vizinhas, os Awaete foram contactados sobretudo a partir da construção da rodovia BR-230 (Transamazônica). A exposição à presença de não indígenas trouxe doenças que, somadas aos conflitos, fizeram com que os Awaete vissem sua população reduzida a 52 pessoas. Desde o primeiro contato, os Awaete têm tido seu modo de vida abalado por situações como a construção da hidrelétrica de Belo Monte e pelo assédio de gateiros, madeireiros, matadores, grileiros, pecuaristas e missões religiosas em seu território.

artigo





Tawywa, casa ritual tradicional dos Awaete, aldeia Kwatinemo, 2019. Fonte: Acervo dos autores.

Até o final do século xx, parte significativa do contato não conflituoso dos indígenas da região com os *karai*, se dava majoritariamente através da presença de pesquisadores em trabalhos etnográficos de campo que resultaram em teses que frequentemente não tiveram a participação da população local em suas elaborações tampouco foram disponibilizadas para as aldeias.

[...] especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, a formação e o desenvolvimento de certas disciplinas, como Etnologia e Antropologia, sempre mostraram esse tipo de relações "sujeito-objeto" entre a cultura "Ocidental" e o resto. Por definição, as outras culturas são o "objeto" de estudo. (Quijano, 2007, p.174)

A partir da primeira década do século xxi, por outro lado, um grande número de etnias tem buscado ressignificar o contato com os não indígenas, possibilitando que respostas e caminhos se originem de dentro das próprias comunidades, com participação específica e direcionada dos *karai*.

A teoria social moderna continua a operar em grande parte com base em um princípio de distanciamento objetivante, o que implica uma crença no "real" e na "verdade" [...]. Essa ontologia de desconexão acaba desqualificando aqueles saberes produzidos não sobre, mas a partir da relação. É assim que a teoria social vem para silenciar muito do que dá origem à vida. Assim, reviver o pensamento crítico requer trazê-lo novamente para mais perto da vida e da Terra, incluindo os pensamentos e práticas daqueles que lutam em sua defesa. (Escobar, 2016, p.29)

Saberes tradicionais de povos indígenas, se colocados em uma relação horizontal de diálogo com não indígenas, podem revelar caminhos alternativos para os desafios atuais. A compreensão quanto às suas formas de lidar com o território é um patrimônio de valor inestimável. Os Awaete, por exemplo, tradicionalmente se instalavam de forma dispersa pelo território, com núcleos familiares que

A construção tradicional que celebra essa unidade, a Tawywa, construída ao centro do território, onde os Awaete historicamente se encontravam para a construção de suas macronarrativas culturais, representa um repositório de conhecimentos e práticas preciosas

interagem com as áreas por eles ocupadas, utilizadas como referência na construção de suas micronarrativas, e se encontravam em períodos do ano determinados pelos ciclos de astros-estrelas, para a gestação de suas macronarrativas.⁶ Desta forma compartilharam saberes e práticas sobre cada parte dos territórios, durante a realização de rituais, em um processo de desenvolvimento contínuo da unidade e identidade do povo Awaete.

A construção tradicional que celebra essa unidade, a Tawywa, construída ao centro do território, onde os Awaete historicamente se encontravam para a construção de suas macronarrativas culturais, representa um repositório de conhecimentos e práticas preciosas. Na medida em que é uma construção que está relacionada a um encontro maior das famílias Awaete, configura-se como um centro que pulsa, expande e contrai, que ora se esvazia, ora aglutina os membros da etnia e, assim, é lugar central onde saberes, práticas e dinâmicas vibram. Em sua construção há uma síntese sutil e sofisticada do conhecimento e das relações interpessoais dos Awaete. Portanto, tem-se a Tawywa como um ponto de partida para o entendimento étnico-cultural das relações ancestrais dos Awaete com o território. Relações que, inclusive, dão subsídios para os processos de demarcação a partir de processos de identificação de uso e ocupação, de ves-

uma cartografia social, prerrogativa básica do Observatório do Médio Xingu, poderá contribuir para mapear esse entendimento e servir de apoio para o fortalecimento das culturas originárias ali presentes, na medida em que se torna uma ferramenta de resistência e memória a serviço da manutenção de seus saberes e práticas

tígios arqueológicos, e até genéticos, de populações no território. A associação desse conjunto de vestígios a uma cultura permite dar início, por exemplo, à oficialização de uma Terra Indígena.

Nesse contexto, uma cartografia social,⁷ prerrogativa básica do Observatório do Médio Xingu, poderá contribuir para mapear esse entendimento e servir de apoio para o fortalecimento das culturas originárias ali presentes, na medida em que se torna uma ferramenta de resistência e memória a serviço da manutenção de seus saberes e práticas (muitos dos quais são materializados na construção da Tawywa) e, também, da relação e preservação dos biomas com os quais essas culturas interagem e, por extensão, indicar caminhos alternativos à ação humana no planeta.

4. Conhecimentos tradicionais e a relação entre cultura e natureza

Nessa resignificação do contato entre maneiras diferentes de existir pretendida aqui, temos uma oportunidade importante diante dos grandes desafios socioambientais que enfrentamos. "Em outros lugares do mundo, muitas culturas [...] não isolaram a natureza como se ela fosse um domínio à parte, exterior, onde toda causa pode ser estudada cientificamente e onde tudo pode ser rentabilizado a serviço dos homens" (Descola, 2016, p.24).

A experiência ocidental tem em sua base esse isolamento da natureza a que se refere o raciocínio de Descola. As conquistas tecnológicas, espinha dorsal da perspectiva dita ocidental, partem do princípio de que a Natureza, supostamente desvinculada dos seres humanos e de sua cultura, é passível de processos analíticos e transformadores, no sentido de sua submissão ao que seria uma superioridade da ação antrópica, definidora de interpretações, hoje percebidas como perturbadoras, dos ciclos naturais.

[...] a partir do momento em que nos habituamos a representar a natureza como um todo, ela se torna, por assim dizer, um grande relógio, do qual podemos desmontar o mecanismo e cujas peças e engrenagens podemos aperfeiçoar. [...] Para [...] Descartes [...], o homem se fez "mestre e senhor da natureza". Resultou daí um extraordinário desenvolvimento das ciências e das técnicas, mas também a exploração desenfreada de uma natureza composta, a partir de então, de objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, águas e rochas convertidos em meros recursos que podemos usar e dos quais podemos tirar proveito. Naquela altura, a natureza havia perdido sua alma e nada mais nos impedia de vê-la unicamente como fonte de riqueza. (Descola, 2016, p.23)

Há, por outro lado, experiências humanas observadas por Descola, baseadas em uma integração fundamental com a natureza, que podem nos guiar no urgente enfrentamento da crise socioambiental diante da qual a humanidade se encontra. O mesmo autor afirma, inclusive, que:

[...] mesmo que a solução que queremos para o futuro – algum modo diferente de conviver entre humanos, bem como entre humanos e não humanos – ainda não exista, resta-nos ao menos a esperança de inventar

O Bem Viver propõe uma cosmovisão diferente da ocidental, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo enquanto civilização dominante e com os diversos socialismos reais que existiram até agora

maneiras originais de habitar a Terra, uma vez que outras civilizações e outras sociedades já o fizeram [...]. (Descola, 2016, p.26)

Como uma indicação de possibilidades para regenerar o planeta e garantir a sobrevivência das futuras gerações, "não é proibido pensar que nós também podemos imaginar formas novas, quem sabe até melhores, de viver juntos" (Descola, 2016, p.26-27).

Começam a se delinear, nesse sentido, propostas que apontam para decisões distantes da submissão ao suposto desenvolvimento a qualquer custo. Um exemplo é o de Yasuní-itt, no Equador, um território com jazidas petrolíferas em que, a partir de resistências locais, o poder público daquele país decidiu pela não extração em função do valor da biodiversidade e equilíbrio de ciclos naturais que seriam perdidos com desmatamentos, perfurações e movimentações decorrentes. Esse pacto inédito estabelecido no Equador, devido, principalmente, à pressão de povos originários, pode potencialmente ser replicado de forma planetária, como na defesa de uma decisão por não permitir a mineração de grande escala em outras regiões, como por exemplo no Médio Xingu, para garantir a sobrevivência e manutenção da floresta em pé, a ser protegida de um projeto cuja inércia se percebe vibrante na retirada sistemática da mata, perda de biodiversidade em nome do estabelecimento da exploração insustentável do território, com extração de minérios, exploração madeireira, estabelecimento de pastagens e monocultura adotadas pelo agronegócio.

Os saberes e práticas tradicionais são, nesse sentido, parte importante de um caminho que se insinua para uma nova forma de lidar com a Terra. Valores, experiências e práticas indígenas têm demonstrado capacidade para enfrentar a violenta ação transformadora ocidental desde o período colonial e a partir deles, atualmente, surgem propostas que imaginam um futuro distinto, algo que já alimenta os debates globais (Acosta, 2016) e que são contribuições a serem observadas com atenção.

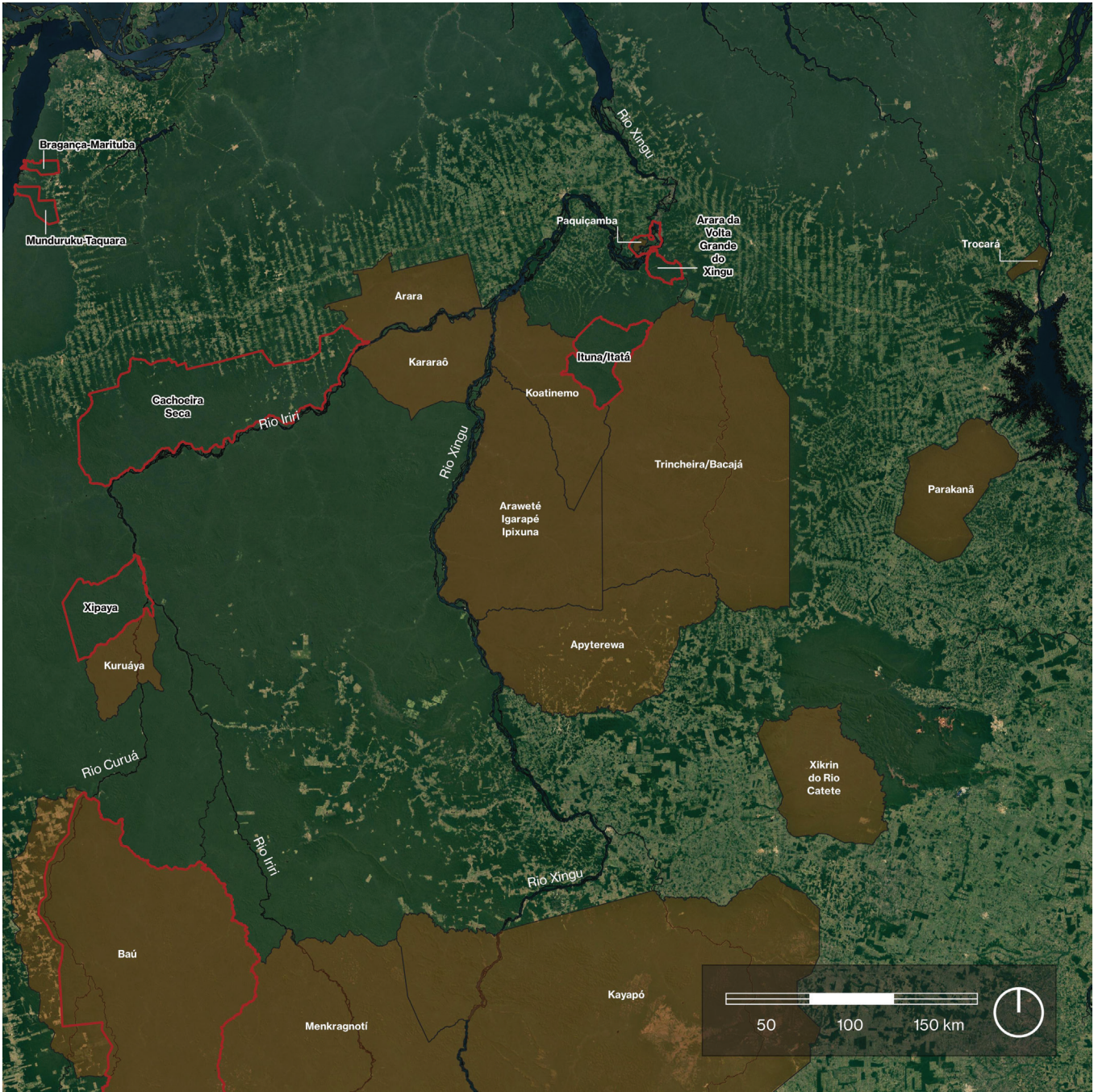
Esse futuro é associado ao que Acosta se refere como o "Bem Viver" (tradução adotada, ainda que imprecisa, do *Buen Vivir*), defendido pelos equatorianos:

O Bem Viver propõe uma cosmovisão diferente da ocidental, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo enquanto civilização dominante e com os diversos socialismos reais que existiram até agora – que deverão ser repensados a partir de posturas sociobiocêntricas e que não serão atualizados simplesmente mudando seus sobrenomes. Não esqueçamos que socialistas e capitalistas de todos os tipos se enfrentaram e ainda se enfrentam no quadrilátero do desenvolvimento e do progresso. (Acosta, 2016, p.72)

Logo, o que se defende é uma forma ecológica e pacífica de convívio, fruto da decolonização dos saberes e práticas, buscando a manutenção de dinâmicas comunitárias e da diversidade.

5. Estudos e caminhos alternativos para narrativas de contato

Um grupo Awaete em particular vem buscando alternativas às narrativas dominantes (antropocêntrica e colonialista). Em 2015, tal grupo se reorganizou em um coletivo família Marytykwawara, buscando revitalizar relações sociopolíticas tradicionais de representatividade por conhecimentos e práticas da cultura Awaete. Percebeu-se, por parte desse grupo, a importância do diálogo com agentes externos, na busca de outros conhecimentos para resistir aos constantes assédios etnocidas no território. Para isso, foi criado o projeto "Agenda Awaete: troca de saberes e práticas Awaete Assurini do Xingu/PA", que consiste em um circuito de "descobrimento" do Brasil em que, a partir das narrativas Awaete, é possível entrar em contato com diversos povos, trocar experiências e perspectivas, no sentido de ampliar o olhar sobre seus povos e sobre o mundo que os impacta.



Discordância na representação dos perímetros de Terras Indígenas no Médio Xingu entre dados do IBGE e do Centro de Monitoramento Remoto da Funai (CMR-Funai). A imagem apresenta o recorte geral de estudos para o Observatório do Médio Xingu, a desconsiderar TI Baú, Menkragnoti e Kayapó ao sul; Bragança-Marituba e Munduruku-Taquara ao norte que não se enquadram em recorte do território Médio Xingu. É notável o número elevado de áreas que foram ocultadas/excluídas – com contorno em vermelho – da BCC-2019 em comparação ao produto da Funai. Também existe discordância nos perímetros representados nas duas camadas, como visto na extensão da TI Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu a norte da imagem, e TI Baú a sudoeste. Fonte: IBGE, 2019; DPT-Funai, 2021.

Desde então, a Agenda Awaete tem percorrido o território brasileiro facilitando saberes e práticas, tanto com os *karai* como com as demais populações tradicionais. Como consequência, foi possível identificar, por exemplo, a origem de ações nocivas presentes no cotidiano dos Awaete, antes enrustidas nos hábitos das relações, reforçando assim a importância da formação de caminhos para a decolonização.

Após quatro anos de circuito, a família Marytykwawara, fortalecida pelas experiências e redes de apoio do projeto Agenda Awaete, fundou a aldeia Janeraka⁸ e um instituto com o mesmo nome. O objetivo era conectar sonhos, aprofundar diálogos e refletir sobre uma construção social coletiva, além de criar uma rede de monitoramento, informação e ações locais entre os povos da floresta e os *karai*. Busca-se, por exemplo, trocas de conhecimentos como o da permacultura⁹ e sua ferramenta, a bioconstrução,¹⁰ revolidos pelo conhecimento científico, mas que incorporam saberes ancestrais e intuitivos. Atualmente outras duas frentes Janeraka estão em processo de construção em território não indígena. Serão casas de acolhimento (uma em Altamira e outra em Belém) para povos da floresta que estão em trânsito, onde serão feitas mediações necessárias para um contato saudável com o território não indígena.

Desde 2020, o Instituto Janeraka desenvolve um trabalho em conjunto com a Plataforma Arquitetura e Biosfera,¹¹ que se iniciou a partir da realização de encontros para a apresentação de princípios, histórias e dinâmicas dos Awaete e para dar novo impulso ao projeto de etnozoningamento socioambiental de base permacultural que vem sendo construído para a *ti* Koatinemo, onde a aldeia experimental Janeraka está em consolidação.

Com o intuito de construir um plano participativo de manejo ambiental para a *ti* Koatinemo, buscou-se realizar a partir da cartografia uma leitura e compreensão de suas características, em cocriação com aqueles que habitam o território e os agentes sociais de territórios externos que o influenciam, como pesquisadores acadêmicos. Essa parceria tem permitido a construção de cartografias conjuntas que expressam as diversas narrativas do espaço. Mesmo se tratando de um grupo que, a priori, envolve profissionais do campo da arquitetura e urbanismo, ele se sustenta a partir de uma rede interdisciplinar que compreende designers, geógrafos, engenheiros ambientais, advogados, etnógrafos, psicólogos, jornalistas

Mesmo se tratando de um grupo que, a priori, envolve profissionais do campo da arquitetura e urbanismo, ele se sustenta a partir de uma rede interdisciplinar que compreende designers, geógrafos, engenheiros ambientais, advogados, etnógrafos, psicólogos, jornalistas e outros profissionais que participam direta ou indiretamente, levantando narrativas que ampliam os olhares e linguagens

e outros profissionais que participam direta ou indiretamente, levantando narrativas que ampliam os olhares e linguagens. Defende-se, assim, que a produção cartográfica pressupõe uma escuta e interação contínua, algo dificultado pela distância dos grupos complementares envolvidos, pela limitação de acesso a tecnologias para comunicação à distância (especialmente nas aldeias) e pela pandemia da Covid-19, mas o processo tem sido empreendido através de conversas remotas periódicas e com a produção de materiais para interação e facilitação de conteúdo nas aldeias da etnia Awaete.

Assim tem se constituído o Observatório do Médio Xingu, em consonância com o que foi exposto até aqui, ou seja, a defesa de uma maneira alternativa de proceder, a partir do reconhecimento do processo de colonialidade e da percepção de seus reflexos decorrentes do contato entre o Ocidente e as culturas tradicionais. No sentido da ressignificação desse contato, o observatório propõe uma parceria entre os saberes indígenas e acadêmicos, utilizando a cartografia como ferramenta – comumente relacionada aos processos de colonização e dominação de territórios – para a criação conjunta de dados, contra narrativas e informações provenientes de diferentes modos de viver e de saber.

6. Observatório do Médio Xingu: contranarrativas e representações de povos e seus territórios

No sentido da ressignificação desse contato, o observatório propõe uma parceria entre os saberes indígenas e acadêmicos, utilizando a cartografia como ferramenta – comumente relacionada aos processos de colonização e dominação de territórios – para a criação conjunta de dados, contra narrativas e informações provenientes de diferentes modos de viver e de saber

No momento atual o grupo Observatório do Médio Xingu produz mapeamentos e leituras do contexto do Médio Xingu em várias escalas – da macrorregião e suas particularidades –, passíveis de prospecções de apoio como levantamentos etnobotânicos, investigações propositivas sobre relações no território etc.

Deseja-se que os mapas produzidos sejam instrumentos facilitadores de compreensão quanto à situação do território dos Awaete, bem como para o diálogo e interação com instituições parceiras de ordem pública e/ou terceiro setor, com intuito de auxiliar no processo de retomada da sua soberania territorial e cultural. O desafio é produzir mapas colaborativos que sejam esclarecedores para Awaete e para todos os demais, que comuniquem a abrangência do impacto da ocupação nas bordas e arredores da TI Koatinemo, e que também representem diagnósticos propositivos para o seu manejo ambiental por parte daquela etnia, combinando procedimentos tradicionais e adaptados para a condição atual.

6.1 Forma de atuação

A cocriação é um desafio de grandes proporções em vários aspectos. Na medida em que reflete a rede que lhe fornece insumos e referências, entende-se que o observatório resulta de ampla abrangência de origens e atuações em suas parcerias e pesquisadores. Entende-se

como sua responsabilidade a realização de estudos, pesquisas e investigações com comunidades e indivíduos afetados por conflitos culturais, geográficos, violência étnica e ambiental. Os resultados são de propriedade das comunidades e podem ser utilizados em tribunais nacionais e internacionais, inquéritos parlamentares e exposições na mídia internacional. Já que sua origem está relacionada com as ações do Instituto Janeraka e a Plataforma Arquitetura e Biosfera, sua atuação preliminar terá base nos municípios de Belém, Altamira, as sedes do Instituto Janeraka e São Paulo, onde está a Escola da Cidade, sob a qual opera a plataforma.

Diante do desafio que se propõe a enfrentar, o grupo Observatório do Médio Xingu definiu suas dinâmicas inerentes a partir de cinco atribuições básicas:

- a. Constelar: consiste na realização de curadoria de informações de um evento e de criar condições de acesso ao fato social indicado. Por meio de arquivos tabelares, documentos oficiais, artigos, reportagens, assim como arquivos para uso direto em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), procura-se reunir conteúdo geoespacial de domínio público para visualização e apontamento das problemáticas levantadas;
- b. Dialogar: corresponde à realização de encontros regulares para apresentação do conteúdo trabalhado e levantamento de novas frentes de atuação, bem como reflexão sobre o material e registro dos debates (atas escritas, gravação audiovisual);
- c. Sintetizar: consiste no aprofundamento e sistematização da produção, segundo deliberações da rede, para diagnósticos e proposições quanto ao território;
- d. Projetar e Executar: equivale à elaboração e execução de propostas de zoneamento e manejo ecológico, para editais e patrocinadores potenciais ou em parceria com poder público, além de produção de material para mídia junto a jornalistas.

A construção dessas atribuições resulta do trabalho realizado entre os meses de julho a novembro de 2020, durante a realização de editais, parcerias então recém-formadas, assim como crises emergentes que conduziram à produção naquele momento. E que, embora com



Geométrico



Corredor



Espinha de Peixe

Sequência da conversão de cobertura de uso de solo em quatro intervalos entre 1989-2019. Fonte: souza et al., 2020.



Difuso



Fragmentos



Ilha

aparente funcionamento linear e unidirecional, todas as etapas de trabalho estão sujeitas a revisão, uma vez que a produção segue adiante para a observação da situação atual no território e na medida em que sua releitura crítica é parte do processo. O contato com alguma outra das etapas das atribuições contamina o pensamento e a produção seguinte, garantindo qualidades de *feedback*¹² (Bertalanffy, 1968; Gell-mann, 2002) para o funcionamento do Observatório do Médio Xingu.

Este modo de operação é determinante para instigar pontos chave sobre os esforços de trabalho e protocolos éticos, desde o funcionamento da rede de atuação em caráter interdisciplinar, para abordagem e amparo das questões apresentadas, em contato com as problemáticas emergentes da populações indígenas do Médio Xingu, até a elaboração de pesquisas e infraestrutura que habilitem o armazenamento, produção, processamento, facilitação de difusão do conteúdo gerado, promovendo seu acesso pelos povos indígenas, comunidade acadêmica e sociedade civil.

6.2 O mapa como lei

O papel do mapa como agente transformador do espaço e instrumento que permite ver aquilo que ainda não existe não é uma constatação recente (Fonseca, 2004; Wood, 2010; Santos apud Seo, 2019). Segundo Wood (2010), o mapa tem a habilidade de simplificar e entregar, com prontidão, uma imagem ao usuário que constrói um discurso sobre o espaço indicado e os elementos neles contidos: todos eles relacionados entre si – disjuntos ou conjuntos – nessa função de discurso,¹³ seja ele um mapa descritivo de fatos geográficos ou de fatos sociais.

Essas qualidades – a agilidade de comunicação e a função de discurso – quando munidas da autoridade que um mapa oficial contém, no momento de publicação, resultam, segundo Wood (2010), num produto de caráter monolítico com conteúdos “intocáveis”. O mapa influencia e delimita o comportamento daqueles que estão sujeitos a ele, com sua velocidade de entendimento – o que configura um discurso claro e potente – e a autoridade por trás dele, quaisquer que sejam os instrumentos jurí-

dicos ou mesmo técnicos que o respaldam. O mapa e seu conteúdo quando "intocáveis" demandam urgência em seu questionamento.

Essa perspectiva de responsabilidade quanto à delimitação se colocou desde os primeiros momentos na construção dos mapas do Observatório do Médio Xingu, na busca pela forma mais adequada de representar os perímetros das TI e de estabelecer um recorte de investigação.

A expectativa quanto aos mapas a serem produzidos pelo Observatório era de que ilustrassem o resultado da busca de dados sobre a região do Médio Xingu a fim de subsidiar diálogos entre as comunidades indígenas e os pesquisadores, embora a decisão quanto à fonte para obter os dados requeridos adquiriu protagonismo no momento inicial. As pesquisas, então, ficaram limitadas ao catálogo da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, que segundo o Decreto 6.666/08, tem os seguintes objetivos:

Promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais;

Promover a utilização, na produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, dos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia – Concar;

Evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais, por meio da divulgação da documentação (metadados) dos dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal (Brasil, 2008).

Como exibido na fig. 3, no entanto, mesmo em esforços de ordenamento e distribuição de dados geoespaciais, as discordâncias identificadas quanto à presença ou ausência das áreas das TI influenciam na atividade de quem produz os mapas, assim como no imaginário de seus usuários, sejam eles gestores públicos ou sociedade civil. Isto toma grandes proporções, principalmente porque se trata de uma base de dados que é referência para o planejamento e visualização do território em escala nacional.

A Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (BC250) é um conjunto de dados geoespaciais de referência, estruturados em bases de dados

A expectativa quanto aos mapas a serem produzidos pelo Observatório era de que ilustrassem o resultado da busca de dados sobre a região do Médio Xingu a fim de subsidiar diálogos entre as comunidades indígenas e os pesquisadores

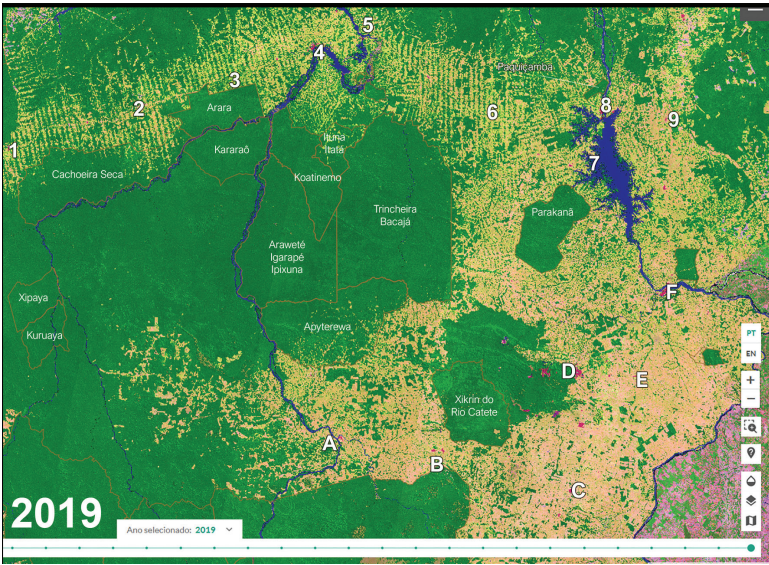
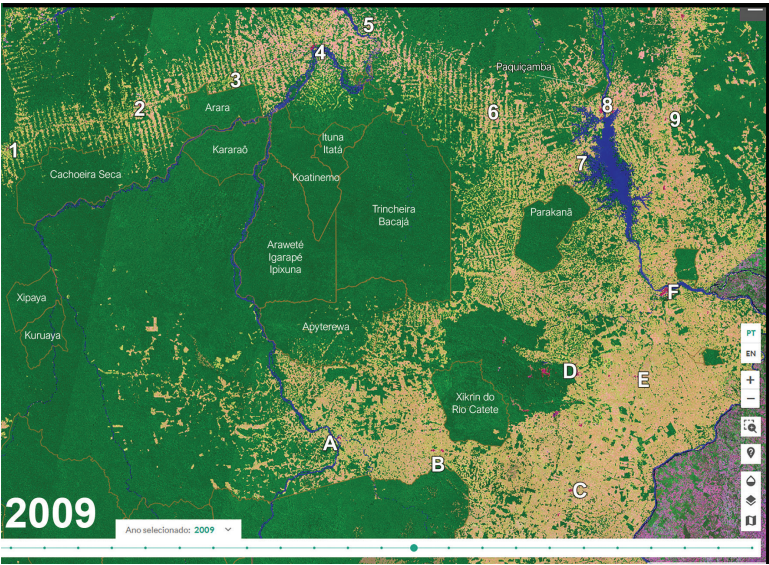
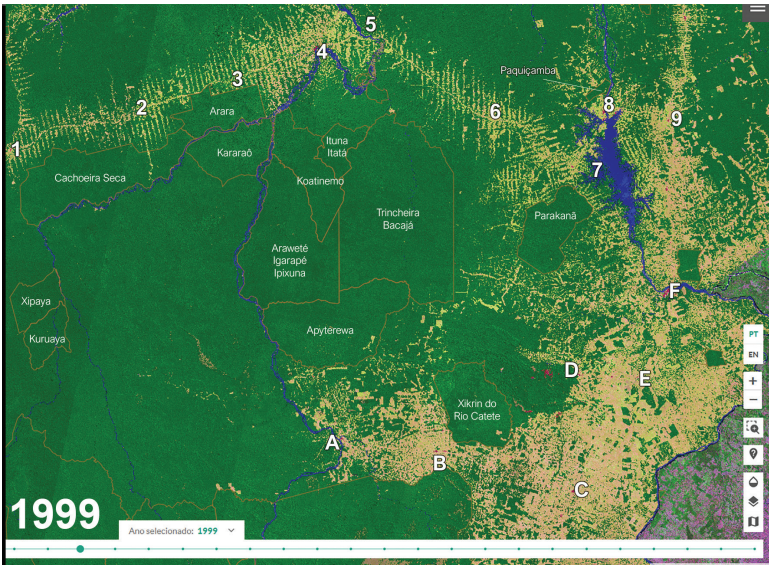
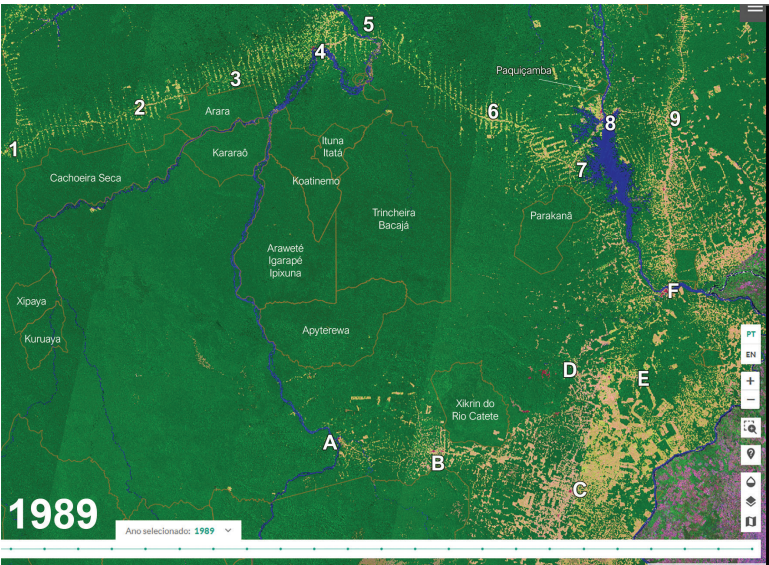
digitais, permitindo uma visão integrada do território nacional nesta escala. [...] Este mapeamento foi atualizado e complementado em regiões de vazios cartográficos e naquelas previamente definidas pela defasagem de informações. [...]

Objetivo: Compor um conjunto de dados geoespaciais de referência, estruturados em bases de dados digitais, permitindo uma visão integrada do território nacional na escala 1:250 000. (IBGE, 2017)

Logo podemos concluir que, as discordâncias descritas quanto à fig. 3 ocorrem numa base de referência que o IBGE distribui e aponta como preparada para lidar com defasagem usual de informações em certos trechos de sua extensão territorial. E, que seja intencionalmente ou não, resultam na ocultação de processos socioambientais e políticos em andamento no contexto do Médio Xingu – abrindo uma lacuna para o desenrolar de relações e atividades no território que, ao menos como previsto por lei, não teriam respaldo legal sem essa incongruência representativa no produto cartográfico.

Isso se torna mais claro ainda, quando, ao analisarmos a fig. 3, a presença de TI é trazida ao primeiro plano como elemento negativo aos movimentos de desmatamento. Movimentos estes que aparentam configurar um cerco ao perímetro das TI, principalmente ao sul da

artigo



Tipologia de padrões de desmatamento para regiões tropicais: 1. Geométrico: clareiras grandes para atividades econômicas em larga escala; 2. Corredor: colonização espontânea de migrantes ao longo de rodovias ou estradas; 3. Espinha de peixe: esquema de assentamentos planejados; 4. Difuso: agricultura de subsistência e pequenas propriedades; 5. Fragmentos: alta densidade populacional e com fragmentos de floresta; 6. Ilha: área urbana. É importante frisar que esses seis padrões se encontram agrupados em quatro grupos: dos tipos lineares (2 e 3) – que realizam interrupção abrupta de cobertura de floresta; dos tipos insulares (1 e 4) – fragmentando uma classe de cobertura em blocos com cobertura de floresta predominante; dos tipos difusos (5) – observados em fragmentos de uma classe de cobertura, sobre cobertura de floresta homogênea, indicando floresta degradada ou mudança em áreas de cultivo; e, por fim, dos tipos massivos (6) – nos quais as fronteiras das coberturas de solo possuem definições claras, indicando transição das mesmas, e frentes pioneiras de desmatamento no território. Fonte: saito et al., 2012, p.402; jeanjean et al., 1995, p.303.

T1 Apyterewa, com algumas entradas que cruzam o limite da T1, trazendo a inquietação quanto à tendência de avanço do desmatamento.

O desmatamento é indicativo relevante para discussão sobre limites e fronteiras no contexto do Médio Xingu, uma vez que reconhecemos que a da projeção de cobertura de uso de solo reage frente aos limites legais impostos ao território. A má interpretação das fronteiras sobre o que é ou não T1 homologada abre brecha para transgressões sobre a posse da terra. A predominância ou não de cobertura florestal é índice destas transgressões no interior de T1 na região de estudo.

Nesse sentido, na fig. 4 fruto de trabalho do projeto Mapbiomas, atualmente em sua quinta versão, é realizada a classificação de imagens¹⁴ da coleção Landsat sobre o território brasileiro, disponibilizando acesso público a uma série histórica de imagens da situação florestal brasileira entre 1985 e 2019 (Souza *et al.*, 2020). Procura-se apropriar desse acervo com a finalidade de investigar o avanço do desmatamento e como este dialoga com a realidade fronteiriça das T1 do Médio Xingu. A leitura dos processos de conversão da cobertura de uso de solo, na região do Médio Xingu (FIG.5), foi realizada a partir de dois principais vetores, em função de tipologia estabelecida por Saito *et al.* (2012):

A geração de espinhas de peixe com origem no centro urbano de Altamira e nos arredores da rodovia BR-230 (Transamazônica) ao norte das imagens;

Ocupação geométrica no entorno do município de Xinguara e nas margens da rodovia BR-155 (antiga Paulo Fonteles PA-150) ao sul/sudeste das imagens.

Essa separação em dois vetores não significa que eles sejam desconexos entre si. Pelo contrário, demonstram, a partir dessa progressão temporal, um interesse comum na conversão da cobertura de solo. Conversão esta que pode ser vista no cerco representado em imagens do território mais recentes, e que depende de elementos, estruturas similares, ou mesmo interações ainda não esclarecidas para fazê-lo. Portanto, também se aplica durante o estudo o procedimento metodológico da leitura sistêmica, em que eventos e estruturas são analisados pelas interações que realizam, rejeitando uma leitura somente pela somatória de suas partes. Ou seja, a leitura do todo através da interação de suas partes em detrimento da leitura das partes, individualmente,

para "reconstruir" um todo. Isso evita a má interpretação semântica dos padrões de ocupação de cobertura de uso de solo que foram acessados pelo Observatório do Médio Xingu.

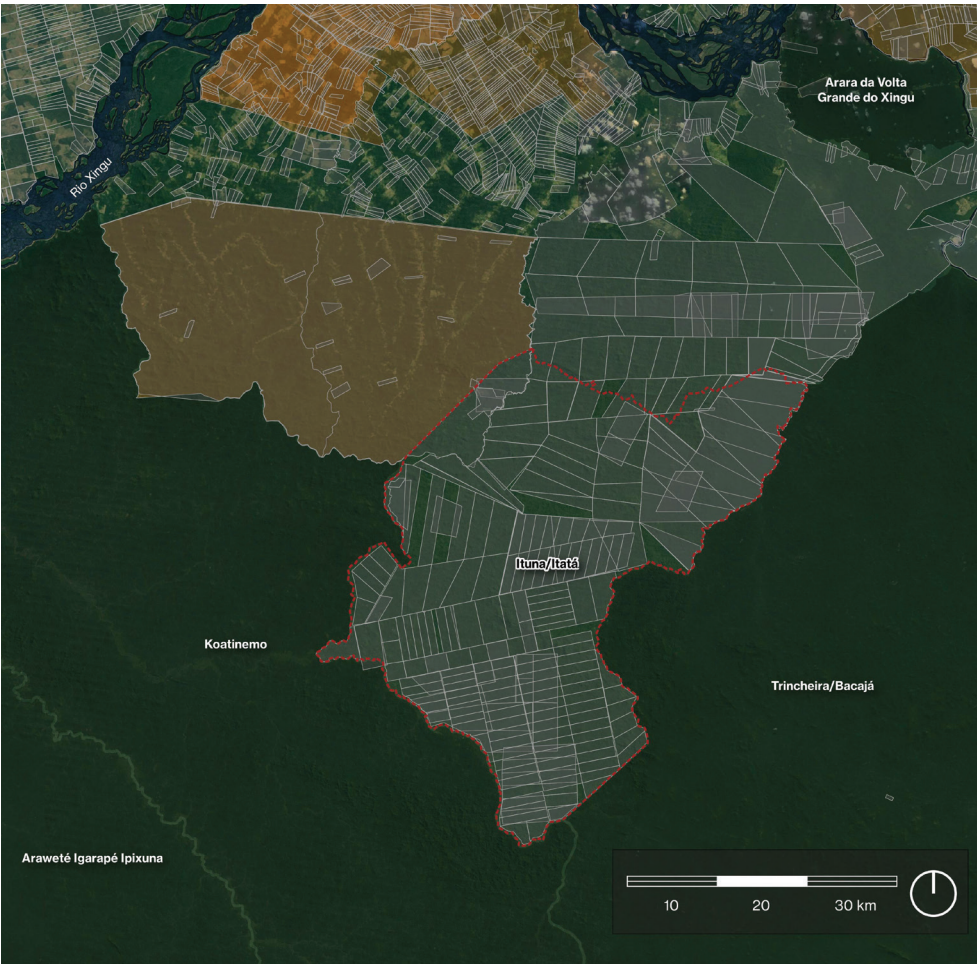
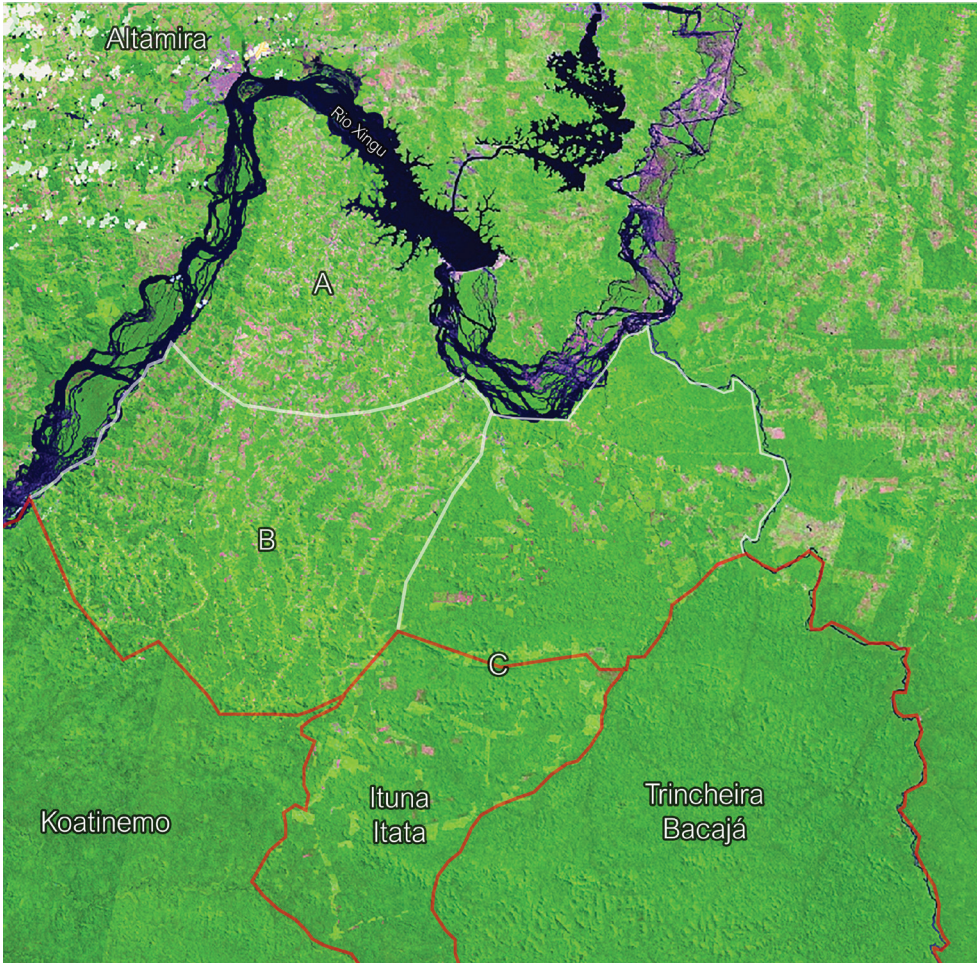
Tomando como referência a imagem de 1989 (FIG.4), com o padrão espinha-de-peixe nos arredores de Placas (PA), como visto na Tipologia de Padrões de Desmatamento segundo Saito *et al.* (2012), foi indicada ocupação composta por pequenos e médios assentamentos rurais, atividades econômicas de agricultura familiar. Em geral, são observadas essas proporções uma vez que o terreno em questão é área de projeto de assentamento rural do Incra.

Assimilar possíveis significados, portanto, aos padrões de cobertura de uso de solo pode abrir interpretações, quando bem contextualizadas, de processos socioambientais que estiveram em andamento no período considerado. E que, sem as devidas ponderações, abrem margem de erro no acesso às imagens. Ao apresentar geograficamente e/ou historicamente alguma relação com áreas convertidas, buscou-se realizar um parecer quanto às progressões temporais, e possíveis sínteses destes dois vetores descritos na fig. 4.

6.3 Parecer quanto aos padrões de cobertura de uso de solo identificados¹⁵

Tratando-se de uma leitura em que existem indícios de processos e interações que influenciam o desenvolvimento do território no tempo, mostra-se crucial o pensamento em sistemas e sua aproximação em sínteses – com a finalidade de levantar, elencar e preservar as interações existentes na observação de um objeto. Os objetos da observação, neste caso, são os elementos que compõem o território em estudo e seus vínculos subsequentes. Foi, assim, escolhida inicialmente como elemento-chave para o delineamento de subsistemas, a posição de municípios no território e o vínculo entre eles por meio do sistema rodoviário.

Esta regra já conduz e expande a análise em meio à diversidade nos padrões de cobertura de uso do solo regis-



A imagem superior destaca a superfície com menor presença de massa vegetal. É possível observar a transição dos padrões do tipo “difuso” (A) para o tipo “corredor” (B) e a predominância do tipo “geométrico” (C), que abarca o perímetro definido pela linha em branco, assim como a área da TI Ituna Itata. Nessa composição de cores quanto mais intensa a coloração roxa/magenta, menor é a presença de cobertura vegetal representada pela cor verde – formação de florestas ora não modificadas, ou em estágios menores de densidade ou degradação. A imagem inferior é uma sobreposição com foto de satélite e a projeção de perímetros do Cadastro Ambiental Rural de 2019 em extensão da TI Ituna Itatá. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de USGS (2020a; 2020b) e DRA/SFB (2021).

Tabela
descritiva
de registros
efetuados
pelo sistema
Deter. Fonte:
Adaptado
pelos autores
de CGOBT/Inpe,
2019.

Desmatamento		Degradação	
Desmatamento Corte Raso	Remoção completa da cobertura florestal em curto intervalo de tempo	Corte seletivo	Estágio intermediário de degradação, corte seletivo de espécies
Desmatamento com vegetação	Remoção de vegetação mantendo árvores não comerciais para conversão futura	Degradação decorrente de extração	Primeiro estágio da degradação progressiva, retirada de espécies comerciais
Mineração	Exploração de solo mineral comercializável	Incêndios	Recorrência de queima

trados na fig. 4: a norte da imagem há conformação de padrão "espinha-de-peixe" entre os municípios de Rurópolis e Novo Repartimento, com breve configuração de padrão "ilha" em Altamira; e por fim a conformação sucessiva de padrão "ilha" nos municípios a margem da Rodovia BR-155, entre Xinguara e Marabá, com comportamento predominantemente linear em direção a São Félix do Xingu. Essas duas constatações, segundo Saito *et al.* (2012), correspondem, respectivamente, a um padrão de assentamento rural do Incra e a manchas urbanas. Estes padrões conduzem a uma leitura imagética do norte como uma área predominantemente rural, com intervalos urbanos próximos aos centros administrativos dos municípios, e o Sudeste com uma área urbana mais consolidada e com espraiamento significativo no território.

Com o passar do tempo, uma evolução distinta aparece nos padrões descritos pelos subsistemas. O padrão "espinha de peixe" nos arredores de Altamira passa pela união de suas vértebras e transita para um tipo híbrido entre os padrões "fragmentos", "multidirecional ordenado" (não listado na tipologia adaptada por Saito *et al.*, 2012 e "ilha". Isto indica processos de urbanização e expansão urbana em Altamira comportando-se como gradação de densidade de ocupação urbana, tendo a ilha como resultado de processo no grau mais intenso.

Há uma coincidência do padrão "ilha" com o encontro entre duas rodovias, ou mesmo, a transposição de uma rodovia por um município lindeiro ao leito de rio. É observado tal comportamento nos municípios de Rurópolis, Altamira, Novo Repartimento, Tucuruí e Vila Permanente, Jacundá, São Félix do Xingu, Xinguara, Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Marabá. No entanto, esse evento chama a atenção devido aos centros não inclusos neste agrupamento, como Uruará e Ourilândia do Norte, que apresentam em seus arredores predominância de padrão do tipo "linear" e, em ambos os casos, com os corredores acompanhando a projeção de via transitável no território, e com pelo menos um deles abrindo uma via de circulação em direção ao corpo d'água nas suas proximidades.

Uma possibilidade de indicação, a partir da situação visível nos mapas, é a de que diferentes padrões de conversão, em estágio inicial da ocupação do território, venham a estimular, por meio de ação antrópica – seja de natureza social, política ou econômica, conversões de uso de solo a partir de ação sistemática por parte de agentes transformadores locais. Para auxiliar na identificação dessa frente, o Deter¹⁶ – como sistema de detecção de alertas ativo na Amazônia Legal desde 2016, ligado às entidades fiscalizadoras do meio ambiente e outros nessa linha temática – prevê em sua metodologia gradações, técnicas e possíveis finalidades na modalidade de desmatamento ou degradação detectada durante emissão do alerta. Em sua tipologia o sistema lista os tipos conforme fig. 6.

O Deter, assim, habilita e relaciona a duração, a atividade produtiva e o grau/tipo de degradação/desmatamento com o padrão classificado na conversão de cobertura vegetal, permitindo à leitura semântica dos padrões de ocupação de Saito *et al.* (2012) uma possibilidade de investigar sobre a sistematização em padrões de ocupação com a finalidade de conversão de cobertura vegetal para fins específicos – como o caso de Ourilândia do Norte e suas conversões de tipo linear.

Segundo Saito *et al.* (2012), os padrões identificados no corredor em direção ao rio Fresco a oeste de Ourilândia do Norte, correspondem com padrões de ocupações de pequenos e médios estabelecimentos rurais, classificados como agricultura familiar e/ou pastagem. E que, no quesito conversão de cobertura, indicam estágios iniciais ou intermediários de ocupação. Com o avançar do tempo apresentam, inicialmente, a formação dos corredores e então crescimento seguindo "regra de rainha"¹⁷ de estrutura não-uniforme partindo de algum centro para todas as direções, até seu estado atual de tipo "fragmentos" que está associado a um estágio avançado de conversão de cobertura. Ainda no caso de Ourilândia do Norte, existe um segundo corredor que se desenvolve ao norte do município, rumo à Floresta Nacional (Flona) do Itacaiunas, com ocupação "geométrica" ao fim dele e em seu entorno próximo chegando a áreas inicialmente convertidas de 120-200 ha.

O trabalho de Saito *et al.* (2012) vincula o padrão de conversão geométrico a médios e grandes estabe-

Nos alertas recentes são distintas suas modalidades: os corredores em direção ao rio Fresco apresentam conversão de cobertura mediante a ocorrência de queimadas; enquanto os corredores em direção a Flona do Itacaiunas apresentam predominância na modalidade de desmatamento por meio de corte raso geométrico.

lecimentos rurais, com predominância de atividades agrícolas de caráter monocultural em escalas de porte significativo, e indicam o estágio intermediário de conversão. Isto chama a atenção uma vez que analisamos, principalmente, o passar do tempo de conversão lado a lado do sistema Deter. Nos alertas recentes são distintas suas modalidades: os corredores em direção ao rio Fresco apresentam conversão de cobertura mediante a ocorrência de queimadas; enquanto os corredores em direção a Flona do Itacaiunas apresentam predominância na modalidade de desmatamento por meio de corte raso geométrico. Poderiam essas tendências, como por exemplo a velocidade na conversão de cobertura – influente para viabilização de atividade econômica, funcionar como indicativo do objetivo de modificação de cobertura do território observado? Seria este o combustível para possíveis conflitos ocorrentes na região? E a presença do rio, do corpo d'água, como ela influencia a relação de padrões de conversão ao longo do tempo, em termos de proximidade, estrutura e transposição?

Na tentativa de levantar condições e efeitos que o padrão do tipo "corredor" exerce em contato com a massa d'água, a análise volta-se para Uruará, com seu corredor seguindo em direção ao rio Iriri, assim como

para Altamira, que é lindeira ao rio Xingu após afluência com o rio Iriri – situação semelhante a Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu. Em Uruará é identificado, inicialmente, o padrão de "espinha-de-peixe" associado a áreas de projetos de assentamentos rurais do INCRA, e com corredor em contato com o rio Iriri somando cerca de 70 km de extensão desde a BR-255.

Este dado se mostra relevante uma vez que 30 km de seu comprimento atravessa a área da TI Cachoeira Seca, levantando dúvidas sobre até que ponto tal expansão responde ao projeto de assentamento rural do Incra – sendo ela a única vértebra que atravessa esse perímetro entre 1989 e 2005. Outros fatores que corroboram com tal questionamento são a velocidade, escala e forma com as quais ocorrem as conversões. Em intervalo inferior a dez anos na leitura de série histórica, a vértebra da espinha na qual existe esse corredor quadruplicou em largura (aproximadamente de 500 m para 2.000 m), sendo ali a única via de acesso ao rio Iriri no entorno por ao menos dezoito anos (1989-2007). Em paralelo, segundo leitura de Saito *et al.* (2012) sobre padrão geométrico de conversão, a área de atravessamento da TI Cachoeira Seca apresenta predominância da modalidade de corte raso geométrico com áreas entre 90-400 ha, dimensões e forma também vistas ao norte de Ourilândia do Norte quando foram apontados usos agrícolas monoculturais de média-larga escala pelos autores.

O mesmo não pode ser dito na leitura nos arredores de Altamira, onde a outra margem do rio Xingu, na região da Volta-Grande, demonstra tímida conversão de cobertura de uso de solo até 1989. A área apresenta padrão de ocupação do tipo "difuso" com focos de conversão em regiões que não possuem ocupação urbana significativa – o que impossibilita o enquadramento como padrão "ilha", mas indica um possível papel de interface ou entreposto nesse movimento de transposição do rio. As conversões de cobertura de uso de solo nessa região tiveram início significativo em 1994, mudando seu aspecto difuso de cobertura para um composto de conversão geométrica e corredores de pastagem de forma sinuosa.

Chama a atenção essa transição junto ao perímetro da TI Koatinemo e TI Ituna Itatá, que apesar do aspecto inclinado que esta parcela do território apresenta, demonstra uma intenção similar a de trânsito no território com o Deter acusando desmatamento de corte raso geométrico como predominância com áreas desmatadas num intervalo entre 6-90 ha – o mínimo de detecção pelo sistema de terrenos de médio porte, com uma exceção que alcança 234 ha. A leste desta tendência de padrão do tipo "corredor", alertas do De-

As conversões de cobertura de uso de solo nessa região tiveram início significativo em 1994, mudando seu aspecto difuso de cobertura para um composto de conversão geométrica e corredores de pastagem de forma sinuosa

ter detectam áreas desmatadas por corte raso geométrico com predominância no intervalo entre 120-180 ha, com exceções alcançando 523 ha.

Logo, é possível que exista mescla entre os agentes sociais localizados nos padrões de ocupação da fig. 7, cada qual com suas finalidades e objetivos na apropriação da terra. Contudo, ao que tudo indica, há uma tendência geral de crescimento de conversões de cobertura de uso de solo. Também nota-se que os agentes responsáveis pelas conversões no interior da TI Ituna Itatá, e ao norte dessa, realizam conversão com maior velocidade e agressividade em direção às TI. Provavelmente estes agentes se apropriam de lacunas na representação do perímetro das TI, tendo em vista a projeção do terreno rural em 94% do perímetro da TI Ituna Itata, como as descritas no início dessa seção, assim como descritos noutro recurso legislativo e de gestão de terras que é o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O CAR como recurso de gestão fundiária não opera como documento comprobatório de propriedade da terra, embora atue como primeiro passo para regularização¹⁸ de pendências ambientais e administrativas, para cálculo de impostos ou mesmo para demandas a serem atendidas no Plano de Regularização Ambiental (PRA). Porém, em análise cuidadosa na extensão da TI Ituna Itata, é possível encontrar a definição de perímetros de terreno rural no CAR, que em sua grande maioria são sobrepostos e cuja geometria pertence a proprietários diferentes, assim como existem padrões nesses cadastros com dimensões, categorias e contiguidades diferentes e

muito similares aos agrupamentos realizados na fig. 7.

Existe, portanto, uma breve relação apoiada em localidade como previsto na lei de Tobler,¹⁹ nas geometrias fundiárias e perspectivas futuras de conversão de cobertura de uso de solo na área especificada. Algo que sai do escopo do artigo uma vez que, durante a investigação, o contato com CAR abriu discussões amplas o suficiente para um outro trabalho. Portanto, a análise da fig. 4 toma feições de um retrato articulador, que carrega no acesso às marcas deixadas no território, o discurso e conexões realizadas pela presença, às atividades assim como a visibilidade de comunidades inteiras – permitindo a criação de diretrizes para o desafio da construção de contra narrativas na atuação do Observatório do Médio Xingu.

7. Visões prospectivas

A partir de referências epistemológicas indígenas, compreende-se que um artigo acadêmico pode conter apenas interpretações de parte do conhecimento que existe no cosmos. Ao realizar pesquisas com populações indígenas, a academia deve compreender como se constitui o conhecimento em uma visão de mundo indígena, diferente da interpretação de que o conhecimento é de um proprietário e de natureza individual. Esta concepção diverge significativamente da perspectiva Awaete, por exemplo, para a qual o conhecimento em forma escrita carece de sensibilidade.

Para os Awaete, o conhecimento tem caráter de presença, é uma troca de saberes que transcende a tradição oral e não é realizada exclusivamente entre humanos. Durante o processo de aprendizagem, toda a floresta contribui para a construção do conhecimento: um animal que se mexe no mato, um pássaro que canta, um barulho estranho, uma árvore. Essas entidades da floresta estão o tempo todo alterando o ambiente e transmitindo sabedoria. Almejando incluir uma pluralidade de visões de mundo em um esforço para preencher essa lacuna entre a forma acadêmica e modos indígenas de conhecimento, parte da abordagem deste estudo tem formato circular ou seja: as relações entre pesquisadores acadêmicos e detentores do conhecimento indígena têm como base um vínculo que aponta, durante o processo, para os protocolos éticos, as práticas, as metodologias e as ferramentas utilizadas, em um encadeamento experimental que vai do empírico à teoria, reciprocamente.

Existe o risco, durante o processo, de forçar um paradigma indígena a se encaixar no formato puramente acadêmico de pesquisa. Contudo, decolonizar métodos e ferramentas de pesquisa nesse contexto é a forma mais adequada de garantir que os resultados tenham um impacto sistêmico, ao menos como primeiro movimento. Espera-se alcançar uma situação sem resquícios de uma condição de tutela dos povos originários por parte do Estado brasileiro, com a autonomia decisória daqueles a partir da valorização e garantia de organicidade de seus conselhos locais. Baseados em seus saberes tradicionais, com respeito aos ciclos naturais e a todos os seres, pode-se apoiar, por exemplo, na constituição equatoriana (Acosta, 2016), moldada a partir da perspectiva de uma plurinacionalidade daquele país andino, com reverência à herança indígena profunda e conectada que ali se faz presente.

No entanto, aliada ao modo como o Estado observa e conduz o manejo do território, essa autonomia decisória depende da reinterpretção de prioridades tanto socioambientais quanto econômicas. Levando em conta o fato de que a demarcação e invasão de territórios representam as maiores ameaças às populações indígenas brasileiras e à preservação ambiental, é necessário entendermos como regiões e territórios são compreendidos e representados na tentativa de descrever alguns dos esforços e interesses que o moldam.

As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços. [...] Se, no passado, os nexos que definiam a organização regional eram nexos de energia, cada vez mais, hoje, esses nexos são nexos de informação. De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. (Santos, 2008, p.45)

Nessa mudança de aspecto entre as horizontalidades e verticalidades se exprime uma noção de regência – os elementos verticais como pontos focais de circulação de informação (*hubs*) e ordenadores da sociedade e da economia, em contraste a ocupação difusa que dá forma e espaço a condições, e mesmo questões, inerentes à formação das cidades. Exemplos disso variam desde facilidade ao acesso, reconstituindo uma das noções de marginalização, assim como da linguagem e conteúdo que constitui e acelera a circulação de informações pelos nexos – vistos aqui através dos canais que concentram, na hegemonia das forças econômicas, a regência do território. Regência essa suportada e transplantada ao espaço através da cartografia e sua linguagem contundente por meio de pontos, linhas e planos – suposta precisão e neutralidade através do texto cartográfico (Harley, 1992).

Isso posto, gerar conhecimento torna-se essencial como meio de inclusão de comunidades marginalizadas nos processos de determinação dos espaços. Nesse sentido, mesmo a cartografia sendo a ferramenta que hoje viola as noções indígenas de território, a materialização de conhecimento em forma de cartografia torna-se estratégica por ser valorizada no contexto moderno por sua capacidade de abstrair relações espaciais complexas (Sletto, 2009).

Enquanto os órgãos externos buscarem o controle das terras indígenas e estabelecerem as regras de legibilidade cartográfica, o mapeamento continuará sendo uma necessidade (Roth, 2004). Dessa forma, a cartografia social se estabelece como instrumento para a construção do conhecimento simbólico e cultural elaborado sob os preceitos da coletividade (Gorayeb; Meireles; Silva, 2015). Também a contracartografia²⁰ pode ser utilizada com o propósito de gerar mudanças sociais a partir das comunidades marginalizadas, uma vez que propõe narrativas com o intuito de se justapor às narrativas hegemônicas, abrindo caminho à desconstrução conceitual de mecanismos que perpetuam texto cartográfico em favor de hegemonias (Harley, 1992).

Com os mapas apresentados no presente artigo, as ações subsequentes são de integração dos métodos de mapeamentos participativos para assimilar as informações que são relevantes para a comunidade, na tentativa de desvendar parte da complexidade na qual se constitui um território na concepção indígena. A partir do levantamento de vulnerabilidades nas temáticas de limites administrativos, cobertura de uso de solo e vetores de desmatamento, o Observatório do Médio Xingu se enca-minha na direção de obter meios para que culturas, cos-

mologias, desejos assim como as comunidades exerçam influência na afirmação de direitos territoriais, e sejam incluídos em decisões de caráter político e nas narrativas que, no momento presente, contam somente com uma perspectiva colonialista.

Uma das conquistas almejadas é a de que Terras Indígenas no Brasil possam adquirir ao menos um *status* equivalente ao de municípios, por exemplo, e terem sua posição ressignificada ao dialogarem a partir de seus conselhos e lideranças com os movimentos e organizações atuantes e instalados nos seus arredores. Desta forma, nos aproximamos da interpretação feita pela Constituição do Equador, que tem sistematizados no livro "Bem Viver" (2016) os princípios básicos nela defendidos, compreendendo-os como insumos para equalização das relações do Estado brasileiro com as muitas etnias originárias no território – há séculos desigualmente compartilhados em termos socioculturais e jurídicos. Inspiração potencial para a revisão que precisamos empreender, segundo a Carta Magna equatoriana, um necessário:

[...] Estado plurinacional exige a incorporação dos códigos culturais dos povos e nacionalidades indígenas. Ou seja, há que se abrir as portas a um amplo debate para transitar a outro tipo de Estado que não esteja amarrado às tradições eurocêntricas. Neste processo, em que será necessário repensar as estruturas estatais, há que se construir uma institucionalidade que materialize o exercício horizontal do poder. Isso implica "cidadanizar" individual e coletivamente o Estado, criando espaços comunitários como formas ativas de organização social. A própria democracia tem de ser repensada e aprofundada. (Acosta, 2016, p.26)

Essencial, também, em função de uma compreensão organicamente relacionada aos povos originários, a ressignificação da sua relação com instituições acadêmicas e

Uma das conquistas almejadas é a de que Terras Indígenas no Brasil possam adquirir ao menos um *status* equivalente ao de municípios, por exemplo, e terem sua posição ressignificada ao dialogarem a partir de seus conselhos e lideranças com os movimentos e organizações atuantes e instalados nos seus arredores

do terceiro setor. Representam possibilidades nessa chave a própria iniciativa de proposição do Instituto Jane-raka dos Awaete e também iniciativas como o Núcleo de Gestão Territorial Ecológica Cultural (NGTEC),²¹ que congrega etnias da Terra Indígena do Xingu (TIX) e os Xavante, o Útero Zabelê²² dos Tupinambá do sul da Bahia, as redes Guarani²³ no sudeste, centro-oeste brasileiro e países vizinhos, entre outras. Iniciativas que apontam para ações organicamente relacionadas aos povos originários, manifestações a respeito das quais podemos nos referir como criadas a partir de dinâmicas internas à comunidade e não em função de princípios definidos por agentes externos, e que problematizam as organizações que de certa maneira se estabeleceram como aptas a definir de critérios e procedimentos quanto aos saberes tradicionais, seu acervo e seu devir.

artigo

AUTORES

Carla Romano

Mãe, produtora cultural, designer e permacultora. Formada em design, comunicação visual com ênfase em marketing pela ESPM/RJ, PDC no Pindorama e outras formações de livre aprendizado. Tem se dedicado há mais de quinze anos a encontrar caminhos para o fortalecimento, construção e continuidade de culturas de autonomia e elaboração de projeto cocriativos com povos da terra e da floresta principalmente relacionados a educação ambiental, patrimônio, agrofloresta e permacultura. Trabalhando com etnias do norte, nordeste e sudeste do país e instituições como o Museu do Índio do Rio de Janeiro e o Museu Nacional. por meio de seus projetos “Inajá Design Permacultural”, onde aplica seus conhecimentos de Design, Permacultura e Produção Cultural junto a povos tradicionais, e “Permaculturinha”, para trabalhos de educação ambiental junto ao público infantil, tem se dedicado a apoiar o grupo Marytykwawara com o projeto “Agenda Awaete” e Instituto Janeraka para uma real construção social coletiva.

Giulio Michelinio

Formado em arquitetura e urbanismo pela Escola da Cidade (2019). Atua como pesquisador no Grupo de Trabalho e Pesquisa Observatório do Médio Xingu e em Arquiteturas anfíbias – Marajó, inseridos na Plataforma Arquitetura e Biosfera. É membro do Emau Base (escritório modelo de arquitetura e urbanismo, base de arquitetura social e extensão), ambos na Associação Escola da Cidade.

Jananda Lima

Mestre em design em futurismo estratégico e inovação pela Universidade Ocad. Seu trabalho em inovação social com comunidades marginalizadas é realizado por meio de uma abordagem ontológica do design participativo. Como futurista, Jananda se concentra em empregar o design para construção de diferentes mundos, explorando futuros desejados desviando o foco de preconceitos sociais e culturais profundamente enraizados. Atualmente, Jananda é pesquisadora do projeto “Arctic/Amazon”, que facilita diálogos entre artistas indígenas das regiões da Amazônia e do Ártico.

Luis Octavio de Faria e Silva

Arquiteto (1989), mestre (2001) e doutor (2008) pela FAU USP. Leciona em faculdades de arquitetura desde 1995. É coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* “Habitação e Cidade”, na Escola da Cidade, no qual surgiu a Plataforma Arquitetura e Biosfera, que promove agenda socioambiental, no âmbito da qual opera o Grupo de Trabalho e Pesquisa Observatório do Médio Xingu. Em sua vida profissional, participa de equipes de projetos de arquitetura associados ao manejo ecológico da paisagem.

Pedro H. Norberto

Arquiteto e urbanista pela Escola da Cidade com o trabalho “Em Vias de Acesso: ensaios sobre complexidade”, em que aprofunda o tema de complexidade a fim de investigar, através da construção de índices e emprego de Sistemas de Informação Geográfica, relações expressas em dinâmicas complexas no planejamento e intervenção em espaços públicos. Atualmente é pesquisador-articulador na Plataforma Arquitetura e Biosfera do Conselho Científico da Escola da Cidade, no Grupo de Trabalho e Pesquisa do Observatório do Médio Xingu, e colaborador no Emau Base da Escola da Cidade.

Sabrina Carvalho Dias

Cursa o quinto ano de arquitetura e urbanismo na Escola da Cidade, atuando em dois grupos de trabalho e pesquisa na Plataforma Arquitetura e Biosfera: Arquiteturas Tradicionais (desde 2019) e Observatório do Médio Xingu (2020).

Time i Awaete Assurini

Pajé, filho e neto de pajés, criado pela avôm. Seu atual trabalho de mestrado se debruça sobre a cultura Assurini. É conhecedor dos cantos e contos de seu povo, sua medicina tradicional e a relação de sua cultura com a floresta e o território. Em 2015, iniciou o projeto “Agenda Awaete”, um circuito de troca de saberes e práticas, cujo objetivo é encontrar caminhos para entender o mundo do Karai, como se relacionar com ele, e a partir de seu protagonismo, conseguir retorno a sua comunidade com conhecimento e parcerias necessárias para regeneração de sua cultura e povo – principalmente frente ao etnocídio promovido por grandes empreendimentos como a Tranzamazônica no início do contato, quando seu povo chegou a 250 pessoas, intensificados pela construção de Belo Monte e Belo Sun. Participando e promovendo mais de trezentas atividades pelo Brasil, retornou com o chamado do espírito do Pajé de Cura, fundando o Instituto Janera, a Aldeia Janeraka em sua terra indígena e Janeraka Belém, um ponto de conexão e diálogo entre a cidade e a floresta.

NOTAS

- Agências que fomentaram o trabalho: Instituto Janekara e plataforma Arquitetura e Biosfera da Escola da Cidade.
- Termo utilizado pelos Awaete para se referirem aos brancos ou não indígenas, ainda que seu significado tenha nuances mais elaboradas que não serão desenvolvidos no âmbito deste artigo.
- Família Marytykwawara é um coletivo formado por integrantes de um mesmo núcleo familiar Awaete, presentes em quatro das cinco aldeias existentes. Este nome, que significa “trabalhador”, foi escolhido em resposta à formatação colonial a qual o povo Awaete vem sofrendo desde o contato com os karais (brancos), e que tem atualmente como consequência uma relação de pouco interesse quanto ao trabalho e à produtividade entre os Awaete.
- “Índigena: adj. 1. Relativo à população autóctone de um país, região ou localidade. 2. Relativo aos índios em geral. 3. Que é originário ou próprio de um país, região ou localidade em que se encontra.” (Michaelis Online, 2015).
- O nome da aldeia é grafado Kwatinemo, enquanto o nome da TI é grafado Koatinemo.
- Micronarrativas são aquelas que ocorrem em pequenos círculos individuais ou em pequenos núcleos; já as macronarrativas são aquelas que lidam com uma ideia global de uma conexão entre núcleos ou com outros pontos de conexão, em maior quantidade de elementos e relações.
- A cartografia social é “entendida como uma nova ferramenta utilizada no planejamento e na transformação social, fundamentada na investigação participativa para desenvolvimento local” (Costa, 2016, p.73).
- Na língua do Awaete, Janeraka significa “nem minha nem sua, nossa casa”. Informação retirada do site do Instituto Janeraka. Disponível em: janeraka.org/pt/home. Acesso em: nov. 2021.
- A permacultura é defendida como uma ferramenta para olhar a paisagem e, a partir dela, descobrir os recursos que a natureza oferece para o planejamento e organização de

seu uso coletivo (HOLMGREN, 2013).

- Bioconstrução é aquela que “usa material local na construção, ligado [...] às condições de temperatura e materiais locais e [a partir] dos hábitos da gente que vai habitar esse espaço” LENGEN, Johan Van. TIBÁ (Instituto de Tecnologia Intuitiva e Bioarquitetura). Disponível em https://youtu.be/_KgZWul9NLQ. Acesso em: nov. 2020. (transcrição dos autores)
- Instância de pesquisa e ativismo que opera sob a Associação Escola da Cidade, mantenedora da Escola da Cidade Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Antes denominada Plataforma Habita-cidade, atualmente encontra-se em transição para o nome Arquitetura e Biosfera, em função de sua aderência aos propósitos que busca. Ver: arquiteturbiosfera.escoladacidade.edu.br.
- Feedback é uma qualidade que condiciona algo ou alguém a utilizar o produto de um processo como matéria-prima para o mesmo processo ou para algum outro. Deve ser ressaltado que apesar de Bertalanffy (1968) definir feedback como algo que direciona o comportamento de uma máquina por meio da estabilização de suas ações, isso não se aplica a pessoas. O conceito empregado aqui se aproxima mais da noção de esquema e memória, expressada por Gell-Mann (2002), que pode ser exemplificada pelo comportamento de uma pessoa tentando chamar um táxi, com suas falhas e aprendizados, até obter sucesso.
- Uma função de discurso, em Wood (2010), é a capacidade de uma pessoa afetar alguma outra numa situação de comunicação.
- A classificação de imagens é um processo em que, a partir de informação de imagens matriciais, em geral fotos de satélite, se extrai e aloca classes para identificar padrões na disciplina de Sensoriamento Remoto para reconhecimento de superfície terrestre.
- Nesta seção, há frequentes referências às figuras 4, 5 e 6. Ao se observar estas imagens, verifica-se que existem indicações com números e letras para localizar centros urbanos. A legenda das imagens esclarece para as denominações dos centros urbanos que são citados no texto. Recomenda-se uma observação simultânea de texto e imagem relacionada.
- O Deter é levantamento de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, e atua como sistema de alerta para dar suporte à fiscalização e controle de desmatamento, e degradação florestal realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e demais órgãos ligados a esta temática. (cgobt-Inpe, 2015)
- Na descrição de progressão de iterações de um Autômato Celular, as regras de crescimento se apropriam da movimentação de peças de xadrez num tabuleiro para indicar possíveis direções a crescer. A regra da rainha faz menção a movimentação da peça, que pode caminhar para todos os lados possíveis, cardeais (Norte, Sul, Leste, Oeste) e colaterais (Noroeste, Nordeste, Sudoeste, Sudeste) (Ansellin, 2003, p.11).
- Este o faz pelo gesto de cadastro do perímetro da propriedade rural através do Sistema de Cadastro Rural (Sicar), gerenciado ora por instância federal ou estadual dependendo da unidade federativa, onde é disponibilizado programa que permite upload de arquivo contendo a extensão da terra, e preenchimento dos documentos necessários.
- A primeira lei da geografia, redigida por Waldo Tobler (1970) se refere à existência de uma relação de todas as coisas no espaço, e que a proximidade entre elas estreita e torna mais

intensa a natureza dessa relação.

20. Definida “como mapas que rompem com a tradição científica e especialização da cartografia, bem como com sua visão mera técnica ou essencialmente positivista do mundo.” (Mesquita, 2018, p.26).

21. O ngtec é uma organização indígena em processo de consolidação, apoiada no âmbito da Plataforma Arquitetura e Biosfera, junto à qual tem desenvolvido projetos em parceria, sempre no sentido de uma ressignificação do encontro dos saberes tradicionais e científicos.

22. Organização que tem trabalhado no sentido de valorizar e, de certa maneira, recuperar a Cultura Tupinambá, abafada por séculos de contato. O núcleo de arquitetura da organização opera em parceria com grupo de trabalho e pesquisa no âmbito da Plataforma Arquitetura e Biosfera.

23. Ações de lideranças Mbyá Guarani, sobretudo do município de São Paulo, mas também a partir de aproximações com lideranças do sudeste brasileiro, têm sido apoiadas no âmbito da Plataforma Arquitetura e Biosfera, na perspectiva de que seus saberes tradicionais sejam valorizados e que possam dar insumos para a revisão necessária quanto à forma de lidar com o planeta.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante Editora, 2016.

ALVA, J. J. K. de. After Colonialism, Imperial Histories and Postcolonial Displacements *In*: PRAKASH, G. (ed.). **The Postcolonization of the (Latin) American Experience**: A Reconsideration of “Colonialism”, “Postcolonialism” and “Mestizaje”. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ANSELLIN, L. **Spatial Autocorrelation (2) Spatial Weights**. Santa Barbara, CA, 2003. Apresentação de slides digital. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/tutorials/software/geoda/tutorials/w8_spauto2_slides.pdf. Acesso em: jun. 2021.

BERTALANFFY, L. V. Introduction. *In*: BERTALANFFY, L. V. **General Systems Theory**. Nova Iorque: George Braziller, 1968, p.3-30.

BRASIL. Decreto 6.666, 27 de novembro de 2008. Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais – Inde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.57, 28/11/2008. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6666-27-novembro-2008-584507-publicacaooriginal-107238-pe.html. Acesso em: jun. 2021.

CGOBT-INPE – Coordenação Geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Metodologia Utilizada nos Projetos Prodes e Deter**. São José dos Campos, 19 ago. 2019. Observação da Terra – Inpe. Apostila digital (33p.). Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/Metodologia_Prodes_Deter_revisada.pdf. Acesso em: jun. 2021.

_____. **Página web de apresentação do Sistema Deter**. São José dos Campos, 2015. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter/deter>. Acesso em: jun. 2021.

COSTA, N. O. da. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. Acta Geografica, Roraima, Edição Especial: V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e Gestão Territorial, Fortaleza, p.73-86, 2016.

DESCOLA, P. **Outras naturezas, outras culturas**.

São Paulo: Editora 34, 2016.

DPT-FUNAI – Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**. Rio de Janeiro: CGMT-FUNAI/CMR, 2021. Disponível em: <http://cmr.funai.gov.br/app/#/mapa>. Acesso em: jun. 2021.

DRA/SFB – Diretoria de Regularização do Serviço Florestal Brasileiro. **Sicar – Sistema de Cadastro Ambiental Rural**. Brasília: SFB, 2021. Disponível em: <http://cmr.funai.gov.br/app/#/mapa>. Acesso em: jun. 2021.

ESCOBAR, A. Thinking-feeling with the Earth: Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South. **AIBR, Revista de Antropologia Iberoamericana**, Madri, v.11, n.1, p.11-32, 2016.

FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia**: análise das discussões sobre o papel da cartografia. 2004. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GELL-MANN, M. **The Quark and the Jaguar**. Nova Iorque: W.H Freeman and Company, 2002.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. de A.; SILVA, E. V. (Org.). **Cartografia social e cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. *In*: ARBOR, A. (Org.). **Passages**. Michigan: MPublishing, University of Michigan Library, 1992. Disponível em: quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008/--deconstructing-the-map?rgn=main;view=fulltext. Acesso em: mar. 2021.

HOLMGREN, D. **Permacultura**: princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica Continúa do Brasil – 1:250000**. Rio de Janeiro: IBGE-DGC/CCAR, 2017. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/versao2017. Acesso em: out. 2020.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica Continúa do Brasil – 1:250000**. Rio de Janeiro: IBGE-DGC/CCAR, 2019. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/versao2019. Acesso em: out. 2020.

JEANJEAN, H.; FONTES, J.; PUIG, H.; MIQUEL, C.; MALINGREAU, JEAN-PAUL.; ACHARD, F. Tropical Forest Fragmentation: typology and characterization. **Proceedings of SPIE**, Roma, v.2314, p. 300-311, 1995.

LOOMBA, A. **Colonialism/Postcolonialism**: The New Critical Idiom. Taylor and Francis, Kindle Edition, 2015.

LORDE, A. The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House. *In*: LORDE, A. **Sister Outsider**: Essays and Speeches. Berkeley: Crossing Press, 2007, p.110-113.

MESQUITA, A. Counter–Cartographies–The Insurrection of Maps. *In*: kollektiv orangotango+ (org.). **This Is Not an Atlas**. Bielefeld: transcript Verlag, 2018, p.26-36.

MICHAELIS ONLINE. Verbete “indígena”. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=o&f=o&t=o&palavra=ind%C3%ADgena>. Acesso em: mar. 2021.

MIGNOLO, W. D. Delinking. **Cultural Studies**, Taylor&Francis Group, Inglaterra, v.21, n.2-3, p.449-514, 2007.

QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. **Cultural Studies**, Taylor&Francis Group,

Inglaterra, v.21, n.2-3, p.168-178, 2007.

ROTH, R. Spatial Organization of Environmental Knowledge: Conservation Conflicts in the Inhabited Forest of Northern Thailand. **Ecology and Society** [Online], v.9, n.3, 2004. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss3/art5/>. Acesso em: jun. 2021.

SAID, E. W. **Culture and Imperialism**. Knopf Doubleday Publishing Group, Kindle Edition, 2014.

SAITO, A.; GARCIA FONSECA, L. M.; SOBRAL ESCADA, M. I.; SEHN KORTING, T. Efeitos da Mudança de Escala em Padrões de Desmatamento na Amazônia. **Revista Brasileira de Cartografia**, v.63, n.3, mar. 2012. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/43749. Acesso em: nov. 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edusp, 2008.

SEO, H. N. K. **O mapa e a lei**: evolução do uso da cartografia na legislação urbanística no município de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, F. A. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v.26, n.1, p.28–32, 2013. DOI: 10.24885/sab.v26i1.366. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/366>. Acesso em: jun. 2021.

_____. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v.58, n.2, p.143-172, 2015. Disponível em: www.revistas.usp.br/ra/article/view/108570. Acesso em: mar. 2021.

SLETTTO, B. Indigenous Cartographies. **Cultural Geographies**, Newbury Park (California), v.16, n.2, p.147-152, 2009.

SOUZA, C. M. et al. Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. **Remote Sensing**, Basel (Suíça), v.12, n.17, p.2735, 25 ago. 2020. Disponível em: www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735/htm. Acesso em: nov. 2020.

TOBLER, W. R. A Computer Movie Simulating Urban Growth in the Detroit Region. **Economic Geography**, Supplement: Proceedings. International Geographical Union. Commission on Quantitative Methods, v.46, p.234-240, jun. 1970, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/143141?origin=crossref>. Acesso em: jun. 2021.

USGS – United States Geological Survey. **NASA Landsat Program**. Reston: USGS, 2013. 1 imagem de satélite, color. Satélite LANDSAT 8 fornecidas por DGI-Inpe, cena 225-063 de 3 dez. 2020a., composição R4 G3 B2 instrumentoOLI. cena Lat. -4.34197, Long. -51.59335. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/catalogo/>. Acesso em: dez. 2020.

USGS – United States Geological Survey. **NASA Landsat Program**. Reston: USGS, 2013. 1 imagem de satélite, color. Satélite LANDSAT 8 fornecidas por DGI-Inpe, cena 225-063 de 3 dez. 2020b., composição falsa-cor R6 G5 B4 instrumentoOLI. cena Lat. -4.34197, Long. -51.59335. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/catalogo/>. Acesso em: dez. 2020.

WOOD, D. Maps Work. *In*: WOOD, D. **Rethinking the Power of Maps**. Nova Iorque: The Guilford Press, 2010, p.1-11.

artigo

La "ciudad batllista": notas sobre propuestas, alternativas y miradas complementarias

Santiago Medero
e Gerardo Caetano

En este artículo se presenta la idea de la "ciudad batllista". Esta se trata de una categoría historiográfica para denominar el pensamiento arquitectónico, urbanístico y territorial que se desprende del ideario batllista, es decir, aquel nutrido por José Batlle y Ordóñez, líder del Partido Colorado y dos veces presidente de la República Oriental del Uruguay, y sus correligionarios. El objetivo es echar luz sobre la complejidad de las relaciones entre las dimensiones físicas y políticas, en el contexto de las primeras dos décadas del siglo xx en Uruguay. Se propone, entonces, avanzar en relación con las siguientes preguntas: ¿qué fue la ciudad batllista?; ¿cuál era el modelo territorial en el que se inscribía?; ¿en qué proyectos y concreciones puede vislumbrarse?; ¿con qué alternativas políticas y técnicas confluyó y con cuales confrontó? Para vislumbrar las posibles respuestas, se presentan una serie de temas íntimamente relacionados a las políticas públicas impulsadas por Batlle, como las transformaciones de la capital, Montevideo, y las dimensiones urbanas y territoriales de los programas públicos vinculados a la educación y el deporte.

PALABRAS CLAVE: ciudad batllista; arquitectura; política.

A "CIDADE BATLLISTA": NOTAS SOBRE PROPOSTAS, ALTERNATIVAS E VISÕES COMPLEMENTARES

Este artigo apresenta a ideia de "cidade batllista". Essa é uma categoria historiográfica usada para nomear o pensamento arquitetônico, urbano e territorial que emerge da ideologia batllista, ou seja, aquela alimentada por José Batlle y Ordóñez, líder do Partido Colorado e duas vezes presidente da República Oriental do Uruguai, e seus correligionários. Objetiva-se lançar luz sobre a complexidade das relações entre as dimensões físicas e políticas, no contexto das duas primeiras décadas do século xx no Uruguai. Para isso, propõe-se então avançar com relação às seguintes questões: qual foi a cidade batllista? Qual foi o modelo territorial do qual fez parte? Em que projetos e concretizações ela pode ser vislumbrada? Com que alternativas políticas e técnicas convergiu e com quais se confrontou? Para vislumbrar as respostas possíveis, apresenta-se uma série de temas intimamente relacionados com as políticas públicas promovidas por Batlle, como as transformações da capital, Montevideu, ou as dimensões urbanas e territoriais dos programas públicos ligados à educação e ao esporte.

PALAVRAS-CHAVE: cidade batllista; arquitetura; política.

THE "BATLLIST CITY": NOTES ON PROPOSALS, ALTERNATIVES, AND COMPLEMENTARY VIEWS

This article presents the idea of the "batllist city" as a historiographic category to name the architectural, urban, and territorial thinking that emerges from the *batllista* ideology. This ideology was nurtured by José Batlle y Ordóñez, leader of the Colorado Party and twice president of Uruguay, and his followers. The objective is to shed light on the complexity of the relationships between physical and political dimensions in the context of the first two decades of the 20th century in Uruguay. It is proposed to advance with respect to the following questions: What was the batllist city? What was the territorial model in which it was part? In what projects and realizations can it be glimpsed? With what political and technical alternatives did it converge, and with which did it confront? To discern possible answers, a series of topics closely related to the public policies promoted by Batlle are presented, such as the transformations of the capital, Montevideo, or the urban and territorial dimensions of public programs linked to education and sports.

KEYWORDS: Batllist City; architecture; politics.

1. Presentación

En este artículo se propone presentar la idea de la "ciudad batllista" desde una perspectiva que reúne y entrecruza dos actividades, la arquitectura y la política, proyectadas a través de una entidad física y también imaginaria como el territorio. El objetivo es arrojar luz sobre la complejidad de las relaciones entre ambas dimensiones. Para ello, resulta necesario observar y dar cuenta del carácter político y simbólico que posee todo proyecto o realización arquitectónica y urbana, así como indagar en la propuesta de producción espacial y material que se despliega en todo proyecto político.

En la historia uruguaya, el Novecientos resulta un período clave para comprender estas interrelaciones: en ese contexto, fueron muy destacados los encuentros (y también los desencuentros) entre arquitectura y política. La consolidación de Montevideo como cabeza de Estado cobró mayor fuerza desde el primer gobierno de José Batlle y Ordóñez¹ (1903-1907), ampliando sus funciones y su injerencia en los diversos aspectos de la vida del país, se apoyó en un conjunto de obras y proyectos de arquitectura, de infraestructura y espacios públicos, con un gran impacto físico, representativo, económico y político.

El sintagma "ciudad batllista", que se propone en el título del artículo, requiere asimismo de alguna aclaración: ¿cuáles son las cualidades que definen un proyecto de ciudad?; ¿qué significa aquí el adjetivo *batllista*?; ¿qué significaciones adquieren ambas palabras cuando se orientan en conjunto a conformar un concepto combinado? Montevideo es la ciudad y ello incide de manera determinante en la propia conceptualización, que debe ir, entonces, más allá de la simple constatación de una aglomeración de personas o de ciertos parámetros de densidad edilicia. En ese sentido, cabe proponer otra interrogación radical: ¿qué tipo de ciudad era Montevideo a comienzos del siglo xx?

Desde el punto de vista de sus funciones, Montevideo era en el Novecientos más que la sede de la economía monetaria y la capital de un Estado que confirmaba su modernización. Era también la puerta de entrada y salida de un país agroexportador y aluvional, así como una ciudad balnearia e industrial. A modo de capas densas de significado adheridas al concepto de ciudad, cualquie-

ra de ellas – metrópolis, capital, ciudad puerto, balneario, polo industrial – resultaba el fruto de la convergencia de ideas y proyectos, que irradiaban modelos parciales y acciones concretas. Es fácil advertir que no todas estas funciones convivieron de manera armónica, así como el hecho de que Montevideo fue y es mucho más que la suma de todas ellas. Pero también, aquel "Montevideo de la expansión" (Álvarez Lenzi *et al.*, 1986) era una pequeña ciudad con una sumatoria inarticulada de fragmentos a su alrededor. ¿Cómo se definía entonces la ciudad propiamente dicha? ¿Era Montevideo apropiada para todas las funciones que históricamente se exigían de ella?

Batllista refiere, por otra parte, a una visión ideal. Se trata de Montevideo, pero no solo de la ciudad construida con cemento, piedra o ladrillos, sino de una que se buscaba configurar a partir de un imaginario político específico. La ciudad batllista es aquella que concibieron y desearon los "primeros batllistas", entendiendo por tales a quienes respaldaron de manera más consecuente la acción política de José Batlle y Ordóñez en los momentos de su mayor gravitación, desde sus dos presidencias (1903-1907 y 1911-1915) y hasta su muerte ocurrida en 1929.

Con esta delimitación no se pretende otorgar a la figura de Batlle y Ordóñez un carácter de taumaturgo fundacional, como ha sido el caso de ciertas visiones hagiográficas sobre su protagonismo histórico. Se trata, en cambio de registrar e interpretar, en contextos colectivos y a menudo conflictivos, tanto aquellas ideas y proyectos que este grupo político hizo explícitos a través de diversos medios de comunicación, como los que se desprenden de manera implícita de sus propuestas sociales, económicas y culturales. Estas visiones de ciudad, como sucede con casi todos los imaginarios políticos, intentaron llevarse a la práctica con mayor o menor grado de éxito. En el ideario y la acción política de aquellos batllistas, Montevideo debía ser la capital de un "país modelo", con el cimiento de un Estado social. Por eso mismo, la ciudad también debía ser modélica.

Nos proponemos avanzar con respecto a las siguientes preguntas: ¿qué fue la ciudad batllista?; ¿cuál era el modelo territorial en el que se inscribía?; ¿en qué proyectos y concreciones puede vislumbrarse?; ¿con qué alternativas políticas y técnicas confluyó, así como con cuales confrontó? Del mismo modo, este análisis requiere examinar el modelo y el ideario frente a lo que desde entonces se consideraban los "rasgos históricos" y aquellos perfiles de Montevideo que se han destacado, muchos de los cuales fueron formulados desde su fundación. En esa dirección, y ciertamente dentro de una red de conflictos, también se procurará el registro de los grupos de interés económicos, corporativos, administrativos, entre otros, que operaron en el territorio, y muchas veces, definieron rasgos muy concretos de la "ciudad real".

A los efectos de ordenar este texto, que constituye un avance de una investigación más extensa y en curso, luego de la presentación de los antecedentes, se ha dividido el artículo en una serie de tópicos y de episodios que encierran temas generales, cada uno de los cuales requiere, por supuesto, mayor profundización. Es importante aclarar que estos tópicos apuntan a perfilar modos de ver los objetos y los proyectos y, por tanto, se superponen entre ellos en cada acción territorial que se destaca, sin agotar sus posibilidades de análisis.

2. Antecedentes

Las relaciones entre la política, las distintas dimensiones de la ciudad y sus impactos territoriales han sido planteadas en diversos trabajos nacionales e internacionales. Raúl Jacob, en "Modelo batllista, ¿Variación sobre un viejo tema?" (1988), realiza un estudio sobre la dimensión de los "servicios" en el modelo batllista, la que profundiza sobre el mercado regional – estructurado por el puerto y la red de comunicaciones – y el turismo. En ambos aspectos, Montevideo fue clave y la dimensión territorial – departamental, nacional, regional y mundial – también.

En el ámbito regional, la contraposición entre "metrópolis" y "capital", planteada por Anne Querrien en 1988, es retomada y profundizada por Claudia Shmidt en "Palacios sin reyes" (2012). En el ámbito local, el libro "Dilemas modernos: el proyecto urbano en Montevideo y la costa balnearia" (Articardi, 2016) plantea la relación entre capital y balneario. Según el autor, en su oposición y comple-

Nos proponemos avanzar con respecto a las siguientes preguntas: ¿qué fue la ciudad batllista?; ¿cuál era el modelo territorial en el que se inscribía?; ¿en qué proyectos y concreciones puede vislumbrarse?; ¿con qué alternativas políticas y técnicas confluyó, así como con cuales confrontó?

mentariedad, la articulación entre ambas dimensiones caracteriza el desarrollo urbano en el Uruguay moderno. Para mostrar esto, Articardi realiza una extensa recopilación de proyectos arquitectónicos y planes urbanísticos desde finales del siglo XIX y hasta la década de 1940, si bien no todos ellos están situados en Montevideo.

En relación a la capital, es oportuno mencionar como antecedentes a algunas de las obras más relevantes dedicadas a su historia, como son "Historia del desarrollo edilicio y urbanístico de Montevideo 1829-1914" de Alfredo Castellanos (1971), "Historia urbanística y edilicia de la ciudad de Montevideo" de Carlos Altezor y Hugo Baracchini (1971) o el ya referido "El Montevideo de la expansión, 1868-1915" de Ricardo Álvarez Lenzi, Mariano Arana y Livia Bocchiardo (1986). La investigación más reciente, "Cambios culturales, nuevas tipologías y generación de nuevos tejidos en la ciudad de Montevideo 1913-1915 (2012)" de Andrés Mazzini, Elena Mazzini y Juan Salmentón, se inscribe en el marco de estas historias de la ciudad, pero lo hace a partir de un análisis detallado de los Permisos de Construcción municipales en un periodo acotado de tiempo. El cruce entre la arquitectura y la cultura que realiza este trabajo es de especial relevancia para el proyecto de investigación del cual este artículo constituye un primer avance y que, aunque centrado en la relación arquitectura-política, no puede dejar de lado los aspectos culturales implícitos en los modos de habitar y construir.

La relación técnica-política, tema implícito en todos los tópicos y episodios que se desarrollan en este artículo, también cuenta con numerosos antecedentes nacionales e internacionales. En "Polémicas de Arquitectura en el Uruguay del siglo XX" (2011), Elena Mazzini y Mary Méndez,

entre otros temas, estudian los conflictos entre arquitectos e ingenieros, partiendo de la base de una confluencia entre técnica y política, construida en su concepto sobre la base de

un importante ámbito de coincidencia ideológica de los profesionales de perfil técnico con el proyecto modernizador del país impulsado por Batlle, proyecto que trascendía las diferencias político partidarias. Arquitectos e ingenieros se sintieron igualmente partícipes de la construcción del proyecto de nación que se vinculaba a la idea de modernidad y apostaron con entusiasmo a la construcción de un país "modelo". (Mazzini; Méndez, 2011, p.23)

En su artículo "La nación en bronce, mármol y hormigón armado", Susana Antola y Cecilia Ponte (2000) analizan los principales hitos urbanos de Montevideo, leídos como imágenes y símbolos de la construcción de la joven y moderna nación. La simbiosis entre el mundo político, en particular los gobernantes, y los arquitectos y artistas encargados de crear dichos símbolos, también se presenta aquí sin fisura alguna. No se hace mención – no es el objetivo particular del artículo – a los debates en torno a las implicaciones políticas que tuvieron edificios como el Palacio Legislativo o el Centro Médico de Montevideo. Tampoco se hace referencia a las probables discrepancias entre algunos sectores de los cuadros técnicos y las propuestas que surgían en buena medida del batllismo.

La trayectoria de las primeras generaciones de arquitectos en clave política ha sido abordada por Jorge Nudelman en su libro "Tres visitantes en París. Los colaboradores uruguayos de Le Corbusier" (2015). Si bien "Primeros edificios universitarios 1904-1911" de Liliana Carmona (1998) y "Arquitectura para la educación. Edificios escolares del novecientos" de María Julia Gómez (1998) no abordan en profundidad la relación técnica-política, resultan dos antecedentes imprescindibles para el estudio de los programas relacionados con la educación en el período considerado y las características arquitectónicas de sus edificios.

Existen también abordajes históricos sobre las relaciones entre política y otras profesiones vinculadas con el te-

En estos trabajos se han evitado las simplificaciones de la historiografía clásica de la arquitectura moderna, que en algunos casos suponían relaciones directas y lineales entre determinadas ideologías políticas y ciertos lenguajes arquitectónicos.

ritorio, como es el caso del trabajo inédito de Esther Ruiz "Estado e ingenieros: una relación imprescindible en la formación del Uruguay moderno (1884-1905)" de 1995. En este trabajo, Ruiz aborda la trayectoria de los organismos de Estado vinculados con la ingeniería, los profesionales que actuaron, los proyectos y realizaciones, en un marco histórico previo al nacimiento del batllismo y bajo la hipótesis de que los ingenieros nacionales aliados con el Estado fueron un factor clave para la modernización del país.

En el ámbito regional se pueden señalar trabajos señeros, como el de Anahí Ballent, en "Las huellas de la política: arquitectura, vivienda y ciudad en las propuestas del peronismo. Buenos Aires 1946-1955" de 2005, y Claudia Schmidt, el ya mencionado "Palacios sin reyes" de 2012. En estos trabajos se han evitado las simplificaciones de la historiografía clásica de la arquitectura moderna, que en algunos casos suponían relaciones directas y lineales entre determinadas ideologías políticas y ciertos lenguajes arquitectónicos. Este vicio interpretativo también ha estado presente en la historiografía latinoamericana, que, bajo la perspectiva de la dependencia cultural, tendió a interpretar todos los historicismos como copias serviles de lo que se realizaba en Europa.

Numerosas son las revisiones históricas que han puesto sobre la mesa las múltiples dimensiones de la relación política-arquitectura en el marco internacional. Dejan Sudjic en "La arquitectura del poder" (2007), por ejemplo,

se centra en las relaciones entre los arquitectos y los poderosos, sean estos políticos con acceso a amplios recursos económicos o magnates. Aquí la arquitectura juega, hasta cierto punto, un rol subordinado a los deseos de dichas figuras. En el polo opuesto, Josep María Montaner y Zaida Muxí – Arquitectura y política. Ensayos para mundos alternativos" (2011) analizan la acción política desde la arquitectura. Ambos puntos de vista están presentes en este proyecto, aunque el centro de la propuesta se sitúa en un punto intermedio. Esto significa que no se trata de observar la arquitectura desde el punto de vista de los poderosos ni de examinar las posibilidades de incidencia de la arquitectura per se, sino de analizar las complejas relaciones entre ambas dimensiones, tomando como marco general el territorio.

En cuanto a los temas territoriales en Uruguay, el abordaje histórico desde el urbanismo como disciplina, ha sido tradicionalmente parcial o fragmentario. La atención ha estado centrada en el estudio de casos: proyectos, planes, herramientas legales o administrativas, con énfasis en la continuidad o ruptura de modelos teóricos y otras reflexiones propiamente disciplinares. En menor medida, han sido tratados los vínculos entre esos casos y la institucionalidad que les dio soporte. Como ejemplo de este enfoque, sin embargo, cabe destacar "Historia del ordenamiento territorial en el Uruguay del siglo xx" (2008), en el que Carlos Altezo y Hugo Baracchini estudian la evolución de las infraestructuras en el territorio vinculándola estrechamente a las dimensiones organizativas, normativas y legales que lo habilitan. A su vez, los autores retoman la postura desarrollada en textos anteriores sobre el rol protagónico del Ministerio de Obras Públicas (MOP) en la estructuración física del territorio.

Otros abordajes se centran en la organización del espacio económico o la dimensión social de los núcleos urbanos y rurales, lo que permitiría articular lecturas con los marcos políticos y gubernamentales. Es el caso de "Uruguay: el país urbano" (Rial y Klaczko, 1981) o el artículo más reciente "La máquina del territorio" (Souza, 2015). Este último autor, retoma en "Imaginarlos rurales" (2019) el estudio de los espacios rurales y urbanos en términos de complementariedad y disputa, una línea abordada en la actualidad por diversos investigadores.

3. Una ciudad, un territorio

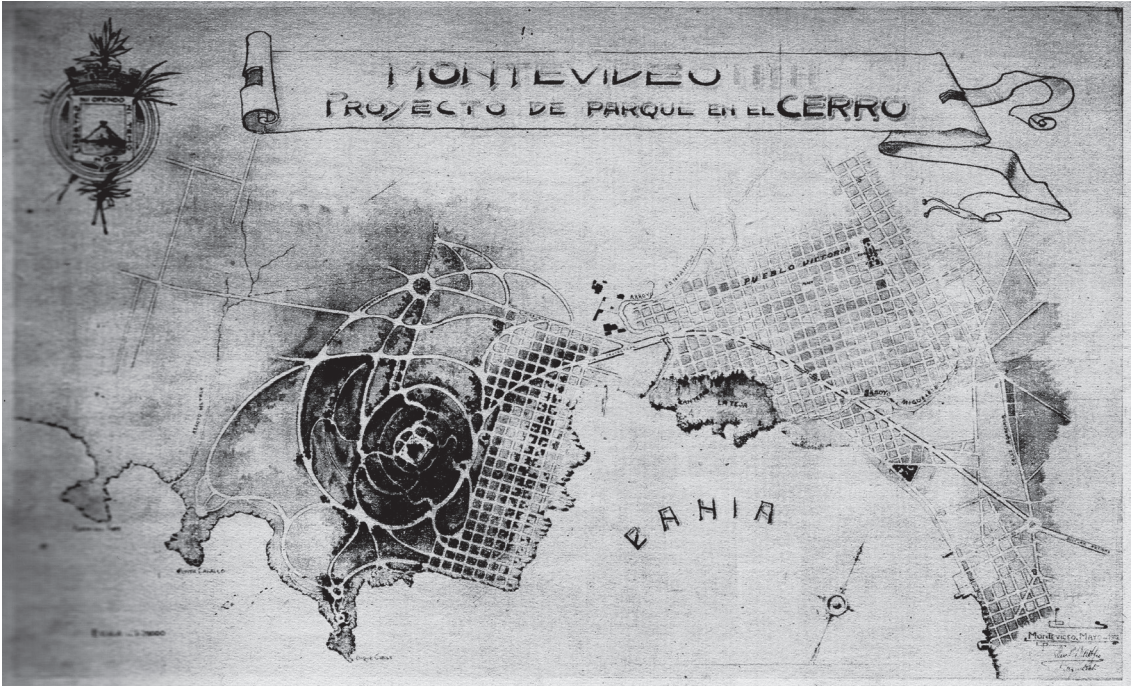
En su curso sobre "Seguridad, territorio, población" del ciclo lectivo 1977-1978, Michel Foucault analizaba la obra "La Metropolitée", escrita en 1682 por Alexandre Le Maitre. En ella, este autor reflexiona sobre la relación entre

no se trata de observar la arquitectura desde el punto de vista de los poderosos ni de examinar las posibilidades de incidencia de la arquitectura per se, sino de analizar las complejas relaciones entre ambas dimensiones, tomando como marco general el territorio

la ciudad capital, el Estado y el territorio. Para Foucault, el problema de "La Metropolitée" era el siguiente: "¿Es preciso que un país tenga una capital? ¿Y en qué debe consistir esa capital?" (Foucault, 2006, p.29). Aun si la sociedad estatal que concebía Le Maitre no puede trasladarse al caso uruguayo, ni siquiera durante el periodo que Barrán y Nahum (1979) han denominado como "nuestro Antiguo Régimen", las ideas que plasmó son pertinentes para analizar las relaciones entre Montevideo y el territorio nacional.

Foucault destaca del texto de Le Maitre la siguiente observación: la relación entre capital y territorio debía ser geométrica. Es decir, en un "buen país", la capital debería estar en el centro de un círculo ideal (2006, p.30). En contraste, las funciones de la capital no se pueden ejercer si ésta se sitúa en el extremo de una superficie alargada. A pesar de su relativo pequeño tamaño (en realidad, bastante grande en relación a su población y a sus posibilidades materiales), Uruguay no está diseñado en forma óptima según este criterio. Montevideo se sitúa en el extremo sur, y es un hecho que esa circunstancia tuvo enormes consecuencias a la hora de asegurar el control militar, social y cultural del territorio circundante, especialmente en lo que refiere a aquellos departamentos del noreste limítrofes con Brasil.

Pero Foucault señala también otras relaciones que se desprenden del texto de Le Maitre:



Proyecto de Parque para el Cerro. E. Baroffio, mayo de 1912. Fuente: Suplemento Dominical de El Día, n.979, 21 oct. 1951, s.p. Parque del Cerro, propuesta alternativa. Fuente: Arquitectura. Revista de la Sociedad de Arquitectos del Uruguay, n.178, 1933, p.11.

[...] es preciso que la capital mantenga con el territorio una relación estética y simbólica. Ella debe ser el ornamento mismo del territorio. Pero la relación también debe ser política, en el sentido de que las leyes y ordenanzas deben tener en el territorio una especie de implantación [tal] que ningún rincón del reino escape a esa red [...]. Es menester, asimismo, que la capital tenga un papel moral y difunda hasta los últimos confines del territorio todo lo que es necesario imponer a la gente en materia de conducta y maneras de obrar. La capital debe dar el ejemplo de las buenas costumbres. Debe ser el lugar donde los oradores sagrados sean los mejores y se hagan oír de la manera más eficaz, así como la sede de las academias, pues las ciencias y la verdad deben nacer en ella para difundirse por el resto del país. Y, para terminar, un papel económico: la capital debe ser el ámbito del lujo a fin de constituir un foco de atracción para las mercancías que llegan del extranjero y al mismo tiempo es preciso que sea el punto de redistribución comercial de una serie de productos fabricados [...]. (Foucault, 2006, p.30-31)

Así como Foucault entendía que la propuesta de Le Maitre servía para comprender la relación de soberanía entre capital y territorio, se puede señalar que, más de doscientos años después de publicado el libro del célebre autor francés, sus señalamientos dan cuenta, de una manera bastante ajustada del programa batllista para Montevideo y el territorio del Uruguay. En aquel territorio, difícil de gobernar, para la visión batllista, que en este punto como en otros tanto heredaba de la tradición del Partido Colorado, era necesario llevar los valores de la capital a todos sus confines. En ese sentido, por ejemplo, la obra pública fue una de las embajadoras y la arquitectura una de las disciplinas al servicio de esa concepción de gubernamentalidad.

Para que ello tuviera lugar, sin embargo, no bastaba extender los tentáculos materiales e inmateriales de la capital. Si en la interpretación de Foucault la capital debía ser el "ornamento del territorio", lo primero, en el caso

Montevideo, a finales del siglo XIX, era todavía una aldea rodeada de un archipiélago de escuálidos poblados. ¿Cómo transformarla en una ciudad capital capaz de irradiar sus rayos culturales, simbólicos, morales, económicos y políticos al resto del territorio?

de Montevideo y Uruguay, era tener una ciudad capital que fuera entendida e identificada como una unidad material y simbólica. Pero Montevideo, a finales del siglo XIX, era todavía una aldea rodeada de un archipiélago de escuálidos poblados. ¿Cómo transformarla en una ciudad capital capaz de irradiar sus rayos culturales, simbólicos, morales, económicos y políticos al resto del territorio? La respuesta desde el batllismo fue la de intentar transformar Montevideo con el mismo sentido y al mismo tiempo que esta operación mayor se llevaba a cabo. La política y la arquitectura, aliadas mediante la obra pública, operaron en suma para intentar unificar Montevideo y al mismo tiempo hacer de ella una capital capaz de llevar sus "valores" a todo el territorio.

Se pueden nombrar numerosas operaciones en este sentido, especialmente durante el gobierno de Claudio Williman (1907-1911) y la segunda presidencia de Batlle (1911-1915). A los efectos de la comprensión de la problemática y dada la brevedad de este artículo, se comentará una única propuesta: el parque en el Cerro de Montevideo, propuesto en 1912. Comenta al respecto Juan Carlos Sibat Pebet (1951):

Batlle vino de Europa obsesionado con las cumbres. [...] De las montañas suizas trajo en sus maletas el proyecto de ejecutivo colegiado. De la Superga de Turín y del Tibidabo de Barcelona, condujo una visión de orden urbanístico. Allá a la distancia pensó en lo más alto de nuestra ciudad. Si el Cerro no es una altura colosal, tie-

ne para nosotros calidades de signo. [...]. Además, desde el punto de vista panorámico, esa elevación ofrece todas las posibilidades para los ojos ávidos del turista. De ahí que Batlle quisiera transformarlo en un parque de magníficas proporciones.

El proyecto urbanístico en concreto fue llevado adelante por Eugenio Baroffio, jefe de la Sección Arquitectura de la Junta Económico-Administrativa de Montevideo. Los planos que reprodujo el artículo de Sabat están fechados en mayo de 1912. Varios años después, en 1933, la revista "Arquitectura" de la Sociedad de Arquitectos reprodujo otra versión, probablemente algo posterior.

Cualquiera de las dos versiones, además de corroborar los dichos del autor del artículo, dan cuenta de la voluntad de unir mediante una nueva avenida, el trazado de la "ciudad novísima" con las villas del Cerro y Victoria, históricamente aisladas de la ciudad y con un desarrollo prácticamente autónomo. De esta manera, no solamente se crearía un parque nuevo, situado en un punto privilegiado e icónico de la ciudad, sino que este parque adquiriría una condición metropolitana que lo haría parte de una ciudad unificada y de mayor tamaño.

En la Fig. 2, además de la avenida de conexión, que atraviesa la villa en diagonal para desembocar en el nuevo parque, se observa que la calle Centro América fue convertida en una avenida transversal con remate en la bahía. Este gesto denota con más claridad la idea de integrar la villa al planteo urbanístico, hacerla parte del cambio y transformarla, por tanto, en un centro de atracción paisajística y turística.

En contrapartida, en el mismo año de este proyecto, el Parlamento discutía los fondos para realizar mejoras en el puente del arroyo Pantanoso, única conexión por tierra de la villa del Cerro con la zona céntrica de Montevideo, que se encontraba en estado ruinoso. Las diferencias, a menudo radicales, entre las propuestas y las posibilidades imposibilitaron la concreción integral de este proyecto urbano. Este fue considerado por el Parlamento en 1916 y por el Consejo Nacional de Administración en 1921. Este último cuerpo, entonces presidido por Batlle, "declaró urgentes las expropiaciones" (Sabat Pebet, 1951).

Numerosos testimonios confirman que la situación de la edilicia pública a comienzos del siglo xx era, como mínimo, precaria. La gran mayoría de los edificios estaban alquilados y en muchos casos resultaban inadecuados para las funciones que debían acometer

El proyecto culminó con la creación del Parque Vaz Ferreira en la década de 1950, pero la idea de la gran avenida no se concretó. Hoy, el vínculo de la villa con la zona céntrica de la ciudad sigue dependiendo del mismo puente de antaño. Por otra parte, los Accesos Oeste, realizados en 1985, si bien han mejorado los tiempos de recorrido, han terminado por remarcar la autonomía de las partes, pues su carácter difiere en forma significativa del de una avenida que se proyectaba como *parte* de la ciudad y no como un conector entre sectores.

4. La ciudad de los monumentos

Numerosos testimonios confirman que la situación de la edilicia pública a comienzos del siglo xx era, como mínimo, precaria. La gran mayoría de los edificios estaban alquilados y en muchos casos resultaban inadecuados para las funciones que debían acometer. Esta afirmación es válida para programas especiales, como los radicados en escuelas u hospitales, pero también para las oficinas y los edificios de gobierno. El Poder Ejecutivo funcionaba en lo que había sido una vivienda particular y, de modo mucho más dramático, el Parlamento lo hacía en la planta superior del edificio del Cabildo, de manera incómoda y con el Departamento Central de la policía capitalina debajo.

La delicada y precaria situación económica del país fue un factor relevante a la hora de discutir propuestas arquitectónicas, especialmente aquellas consideradas de carácter suntuoso y simbólico, casi siempre alojadas en la capital. En muchos casos, no se dudaba de la importancia y utilidad de las obras que se proyectaban, pero cabía

Esta voluntad de transformar y "monumentalizar" Montevideo de manera radical se vislumbra claramente en el "Concurso de las Avenidas" de 1911, así como en el posterior Plano Regulador de 1912

siempre debatir su grado de magnificencia. ¿Debían ser modestas y por tanto un "reflejo" de la situación actual del país o bien monumentales y dar cuenta de las aspiraciones e ideales de la nación? En otros casos, la discusión afectaba la propia existencia y posibilidad de un edificio.

La idea de construir un edificio digno para el Parlamento, por ejemplo, estuvo presente desde la segunda mitad del siglo xix. En 1868 se propuso la concreción de un "Parlamento Oriental", que fue descartado rápidamente, en espera de tiempos económicamente más propicios. Junto a la propuesta de traslado del Cementerio Inglés en 1884, se presentó nuevamente la idea, pero ahora acompañada por los edificios de los otros poderes estatales. En la misma ubicación – las manzanas delimitadas por 18 de Julio, Santa Lucía, Ejido y Soriano – proponía el francés Norbert Maillart el centro de gobierno (1887), con una propuesta de financiación privada que tampoco prosperó.

En un contexto histórico similar signado por la precariedad en el equipamiento edilicio, en Argentina hubo un impulso de los edificios públicos, especialmente a partir de la definición de Buenos Aires como capital permanente de la república, en 1880 (Shmidt, 2012). Sin embargo, Uruguay debería esperar algunas décadas más para que pudiese observarse un movimiento del mismo relieve: precisamente, fue durante el periodo de 1903-1915 cuando se verificó no solamente un impulso de la obra pública, sino específicamente de la obra edilicia de carácter monumental.

La decisión de comenzar los preparativos para la construcción de un Palacio Legislativo, sin embargo, fue apenas anterior. En 1902 se comenzó el proceso, que culminó en un concurso de arquitectura, abierto e internacional. El

propio Batlle y Ordóñez participó desde un principio como presidente de la comisión encargada de llevar adelante todo lo referido al proyecto y construcción del edificio.

El interés de Batlle por la arquitectura y en particular por aquella de carácter monumental se expresó desde joven. En su primer viaje a París (1879-1880), le comentaba por carta a su padre:

He visitado Notre Dame de París y me ha causado una impresión profunda. No creí que pudiera hacer en mí tanta impresión el arte. Le haré otras muchas visitas porque me encanta la contemplación de sus descomunales capiteles y ojivas. [...] He visitado también el gran Teatro de la Ópera. Es todo cuanto puede concebirse de suntuosidad y elegancia. Yo me encontraba allí anodado. No intentaré describir nada porque no encontraría palabras para hacerlo. (Batlle y Ordóñez, 1879 *apud* Cantera Carlomagno, 2012, p.121)

El interés por la arquitectura y la ciudad se reafirmaría a la vuelta de su segundo viaje a Europa (1907-1911). Sabat Pebet, en el texto ya mencionado de 1951, comenta el siguiente recuerdo de Eugenio Baroffio (*apud* Sabat Pebet, 1951):²

Nunca lo vi tan en poeta a Batlle. Aquel día, en los comienzos de su segunda presidencia, dominaba en él su calidad de soñador. Hablaba el visionario. Caminaba lentamente con sus pasos macizos, y al par que me refería recuerdos de su viaje por las principales ciudades europeas, me proporcionaba sugerencias con el fin de que aquellas sus experiencias contribuyeran al mejoramiento urbanístico de Montevideo.

Esta voluntad de transformar y "monumentalizar" Montevideo de manera radical se vislumbra claramente en el "Concurso de las Avenidas" de 1911, así como en el posterior Plano Regulador de 1912.

Más allá de si las ideas de Batlle provenían o no de las reformas parisinas, los planes, las normativas y las transformaciones en el territorio, llevaron a críticas que las interpretaron como trasplantes serviles de la realidad francesa. Una de ellas fue realizada nada menos que por Pedro Figari en su artículo "Un poco de crítica regional" (1913), en el que censura la pretendida imitación del revoque parisino ("gris-París") con el "gris portland" local. Asimismo, critica una ordenanza municipal reciente (31 de agosto de 1911), que obligaba a las fachadas de todo

Escuela del Cerrito. Fuente: Revista de la Asociación Politécnica del Uruguay, n.77, sep. 1914, p.262.



edificio situado en la planta urbana a "la pintura o blanqueo de los frentes de los edificios imitando materiales de construcción, como ser: arenisca, ladrillo y piedras en general" (CDM, 1957, p.573).

Figari se muestra aquí seguidor de Ruskin, es decir, sitúa el problema en la "verdad" o autenticidad. Precisamente, es este concepto el que recorre todo el artículo: cómo ser verdadero. Y la respuesta está, según Figari, en rechazar la simulación e inspirarse en lo propio: su clima, su "luz deslumbrante", con sus piedras areniscas, mármoles, granitos y pórfidos, con sus plantas y sus flores. En la actitud de Figari, asimismo, se vislumbra el rechazo al disciplinamiento homogeneizador del color pretendido por la normativa con una apuesta por una paleta más amplia, como se observa en su pintura y como era tradición en la Montevideo decimonónica según diversas fuentes.

5. Ciudad batllista y escuela pública

Como muestran José Pedro Barrán y Benjamín Nahum (1979), hubo dos periodos de "despegue" en relación a las escuelas, en especial en cuanto a la cantidad de alumnos, de docentes y de edificios escolares. El primero corresponde al periodo "vareliano" (1877-1889) y el segundo al del "primer batllismo" (1903-1915). En este último periodo, el número de escuelas creció un 63% (p.127) y tuvo un impulso mucho mayor en el interior del país. Los autores concluyen:

La escuela pública, aunque con planes diferenciados para el sector urbano y rural, uniformizó al país, eliminando los abismos culturales más brutales que separaban al Interior de la Capital, y como lo hizo implantando valores urbanos y europeos, puede afirmarse que contribuyó a la urbanización "mental" de toda la nación. Españolizó el habla aportuguesada vigente en

los departamentos fronterizos, contribuyendo a la unidad política. (Barrán; Nahum, 1979, p.127)

Esta afirmación denota la importancia estratégica, política y cultural de las escuelas. Inscriptas en una dimensión territorial que, contrariamente a lo que se suele afirmar, privilegió en varios aspectos al interior sobre la capital, las escuelas llevaron a todos los rincones de la república el modelo de la ciudad batllista.

En 1905, Ricardo Areco y Feliciano Viera propusieron agregar al "Empréstito extraordinario de 1904" un millón de pesos para escuelas públicas en todo el territorio nacional. La importancia de las escuelas rurales en el marco de esta propuesta se vislumbraba en los siguientes comentarios de Areco:

[...] es justo que, en momentos en que los orientales tratan de votar recursos para pagar los daños y perjuicios que se han ocasionado con motivo de una cruenta guerra que ha asolado al país, se preocupen también de tratar de mejorar la raza por medio de la educación pública para evitar que esos sucesos luctuosos puedan repetirse en el porvenir. (Apoyados)

Yo [...] miraría como un alto orgullo para mi país el que todos los viajeros que cruzaran nuestras campiñas vieran al lado de las cruces que señalan los campos de batalla, las casitas de paredes blancas y persianas verdes donde se educase la niñez de la República [...]. (Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay, 1905, p.36)

El signo elocuente de la escuela pública como institución, y por lo tanto expresión de los valores que hemos señalado, era, en el ámbito rural, una modesta casita blanca con persianas verdes. Pero esto nos habla de dos cosas: por un lado, la existencia de un edificio nuevo y de prestaciones adecuadas; y por otro de cierto grado de sistematización asumida en la imagen del objeto, que presenta

y representa al Estado (imagen en la que el color blanco remite tanto a la higiene como a la "pureza" infantil). En ambos casos, el pequeño edificio contrasta con el rancho precario, donde funcionaban muchas veces las escuelas rurales, al tiempo que identifica la institución en el paisaje en forma inequívoca.

En los centros urbanos, por otra parte, las escuelas – y luego también los liceos – se transformaron, en muchos casos, en verdaderos monumentos, referencias cuyo rol al interior de la ciudad desplazó, o al menos compitió, con aquellas edificaciones vinculadas a los poderes tradicionales, en particular iglesias y conventos. En cada capital del interior y en cada barrio de Montevideo la escuela se transformó en una referencia y un símbolo de la igualdad e integración ya buscadas desde la reforma vareliana.

En la Fig. 3 puede verse uno de los tantos centros educativos inaugurados en el período de la segunda presidencia batllista: la escuela del Cerrito. Podemos observar, en primer lugar, la monumentalidad del objeto, realizada por el contraste con un entorno más bien precario, que destaca al edificio público no solamente como un equipamiento esencial sino como fuente y causa de la consolidación y mejora de su propio entorno. El Estado urbanizaba y extendía los "tentáculos" de la ciudad batllista mediante escuelas, hospitales y otros equipamientos. Por otra parte, en contraste con los pequeños edificios rurales, que transmiten una imagen doméstica, el tamaño de las escuelas urbanas en su globalidad y en sus partes: sus escaleras de acceso, galerías, patios, salones de clase subsumen al niño en una lógica que los trasciende, por lo que cobra sentido la imagen repetida del "templo laico".

6. La ciudad batllista y el deporte: el caso del Stadium de Montevideo

Como lo demuestra la correspondencia con su padre Lorenzo, el interés de Batlle y Ordóñez por el deporte se remonta a su juventud, incluso a su niñez.³ A su vuelta del primer viaje a París (1879-1880) fundó, junto con otros jóvenes, el Club Victoria, Sociedad de Tiro y Gimnasio de

En los centros urbanos
[...] las escuelas – y
luego también los liceos
– se transformaron,
en muchos casos, en
verdaderos monumentos,
referencias cuyo rol al
interior de la ciudad
desplazó, o al menos
compitió, con aquellas
edificaciones vinculadas
a los poderes tradicionales,
en particular iglesias
y conventos

Montevideo (Gomensoro, 2020, p.86). Por otra parte, más allá de las preferencias personales del futuro presidente, cuyo peso no se discute, a comienzos del siglo XX la sociedad uruguaya, en sintonía con los cambios en el ámbito internacional,⁴ transformaba sus hábitos, costumbres y su ideología general en favor de una mayor consideración del deporte⁵.

Ambas circunstancias propiciaron la creación de la Comisión Nacional de Educación Física (CNEF) en 1911, en el primer año del segundo gobierno de Batlle. Juan A. Smith, primer presidente del organismo, resumía la política de la Comisión de la siguiente manera:

Las "PLAZAS vecinales de cultura física", las "*palestras* escolares" y el "Stadium" son los tres núcleos esenciales que constituyen esa vasta y compleja entidad que, por consenso universal, se ha venido a concentrar bajo la denominación genérica de "Educación Física". (Smith, 1913, p.9)

Estas dimensiones de actuación implicaron transformaciones materiales y fueron partícipes de la construcción de la ciudad. Para este artículo, sin embargo, se ha seleccionado un proyecto no construido, el Stadium mencionado por Smith, edificio de importantes proporciones que se pensaba construir en la zona de Punta Carretas.

La formulación programática del Stadium fue realizada por Smith en 1912 y aceptada por la Comisión Delegada "Pro Stadium", y sirvió de base para un anteproyecto, realizado por "alguno de nuestros más reputados archi-

tectos nacionales" (Smith, 1913, p.10). Finalmente, el seleccionado fue Silvio Geranio, profesional egresado en 1903, que contaba entonces con varias obras de importancia y que había firmado, en 1910, el manifiesto de la Asociación de Ingenieros y Arquitectos en favor de Batlle⁶. El objetivo del Stadium, de carácter olímpico, era, según Smith, fundamentalmente educativo: instruir a la población para crear un aficionado prototípico de buenas costumbres, un *sporting gentleman* que había aprendido a dominar sus pasiones. Y al igual que otros programas arquitectónicos, a los cuales se cargaba con una misión de redención social, este se concebía como un modo de alejar al ciudadano, ya desde su niñez, de los lugares asociados al vicio, para de ese modo conducirlo por el camino de la virtud.

En una dirección similar, en un plano de Montevideo de 1893, se observa en la zona de Punta Carretas la proyección del "Hipódromo del Este"⁷. Las dimensiones de este estadio hípico, tampoco construido, se asemejan a la de nuestro Stadium, pero el carácter de la obra es precisamente el opuesto. El objetivo del Stadium, junto a las otras políticas vinculadas a la educación física, apuntaba a crear una nueva raza de helenos, cultos como los atenienses y guerreros como los espartanos⁸, alejados del juego y las apuestas implícitas en un hipódromo. "La perfección humana": (1913, p.16) he aquí la meta eugenésica de Smith⁹. Al ser las Olimpíadas un evento internacional, otro objetivo del edificio era fomentar los lazos de amistad entre naciones, además de atraer al turismo.¹⁰ Una de las ideas de Smith en este sentido era realizar también juegos olímpicos sudamericanos, "interplatenses" y nacionales (p.30). Los deportes a realizarse, así como las características del edificio debían responder a un equilibrio entre lo que nos enseñaba la experiencia, las exigencias y costumbres internacionales, y las propias características de nuestro país. En este sentido, el eclecticismo, en su sentido filosófico, es aquel que informa todo el emprendimiento de manera explícita:

De todos [los *Stadia*, antiguos y modernos] tomaremos lo mejor y lo que tomar nos convenga; a todos ellos pediremos consejo y pediremos ejemplo y con todo lo que nos concedan y con todo lo que de original nos impongan nuestras costumbres y nuestras necesidades, haremos un "Stadium" ecléctico, siguiendo en esto un ejemplo de marcha hacia la perfección [...]. (Smith, 1913, p.31)

Una primera decisión con respecto al edificio fue la pretensión de permanencia (Smith incluso habla de un monumento que perdure siglos). Smith y Geranio seguían en este aspecto los ejemplos del Stadio Nazionale de Roma (1910-1911) y del Estadio Olímpico de Estocolmo (1910-1912), al tiempo que se distanciaban de los estadios efímeros construidos para las Olimpíadas de 1904 y 1908, en San Luis, Estados Unidos, y Londres respectivamente. Pero el Stadium que aparece como el ejemplo más logrado es el de Turín. Inaugurado en 1911 y promocionado como el más grande del mundo (367 por 204 metros en planta), el que explícitamente se toma como primera referencia para el proyecto de Montevideo y del cual toma su forma general (en planta, un rectángulo con dos semicírculos en sus extremos).

Rodeado de un parque dedicado al deporte, el Stadium se ubicaría, como se ha visto, en la zona de Punta Carretas, considerada de "fácil y económico acceso", al tiempo que detentaría proporciones magníficas puesto que

la nación no vive un día [...] y todo lo que ella y lo que para ella se ejecute debe ser grandioso; el que no sabe concebir grandezas es incapaz de proyectar nada digno de un gran pueblo; de esa pequeñez de concepto se han resentido tantas de nuestras grandes obras públicas, obras que ha habido que rehacer o ampliar aún no bien terminadas. (Smith, 1913, p.41)

Esta postura resume no solamente la importancia del deporte en la vida moderna sino también la de la monumentalidad, señalada en un apartado anterior. Según los planos de Geranio de 1913, la capacidad del Stadium sería de 60.000 espectadores, con 40.000 asientos, similar al de Turín. Sin embargo, en sus dimensiones en planta, 93.000 m², con un largo y ancho aproximado de 500 x 220 m, sobrepasaba ampliamente al caso turinés.

En su arena o campo de deportes, albergaría canchas de fútbol, una piscina abierta (de unos 100 x 20 m), una pista hípica y otra ciclística. Bajo sus gradas (20.000 m² edificios) cabrían salas de esgrima, gimnasios, piletas de natación cerradas, salas de tiro al blanco, arco, ballesta, patinaje, bolos, además de alojamientos, vestuarios, servicios (restaurante, bar, pero de bebidas sin alcohol, a no engañarse) y habitaciones utilitarias, además de pabellones especiales para tenis, frontón y tiro. La CNEF tendría allí su sede (bajo el palco oficial), así como tendría un local el Instituto del Ma-

gisterio para la Educación Física, la Federación Nacional de Deportes. Habría espacio también para un museo, sala de conferencias y salón artístico (Smith, 1913, p.40).

En su exterior, el Stadium proyectado revelaba una fachada continua de dos niveles y remate decorativo, ordenada rítmicamente en cuerpos funcionales conectados por otros de circulaciones verticales, que darían la apariencia de eslabones encadenados. En los flancos de la entrada y la zona de la CNEF se colocaban dos torres sobresalientes. Entrada y palco oficial se ubicaban enfrentados y alineados en el centro de los lados largos del edificio, al igual que el ejemplo de Turín.

Afirma Gomensoro (2020) que, pese a todo lo descrito,

Batlle no lo apoyó, pues su amigo y correligionario Haroldo Capurro lo había convencido de que Punta Carretas debía ser destinada al golf. Su argumento principal radicaba en que la sabiduría de los ingleses para elegir ese terreno público para tal deporte, eximía de toda otra discusión. (Gomensoro, 2020, p.89)

Frente a esto, caben algunas preguntas sobre la decisión de Batlle. ¿Se trataba de no aceptar el lugar del Stadium – como sugiere el comentario de Gomensoro – o de no aceptar el programa como tal? En el primer caso, ¿se manejaba un lugar alternativo? Si es el segundo, ¿se rechazó por un asunto de costos?¹¹ ¿Por qué Batlle rechazó finalmente un proyecto de gran impacto colectivo y de carácter democrático por otro que no era popular y estaba asociado al ocio de los sectores de alto nivel adquisitivo?¹²

7. Colofón

Este artículo ha introducido algunas notas sobre una serie de temáticas y problemáticas. Todas ellas han sido trabajadas por la historiografía, pero nuestra pretensión apunta a abrir nuevos modos de reflexión sobre los objetos, tomando en consideración el eje arquitectura-política y territorio. Hemos trazado esbozos que deben ser profundizados: el rol territorial de los edificios estatales, el debate y las controversias sobre los costos de las obras y su carácter, la relación simbólica que se establece entre la "nueva" ciudad en construcción y los viejos significados de la ciudad heredada, la relación entre técnica y política, aquí personificada en proyectos de cuño batllista pero que seguramente adquieran matices de interés cuando se profundice en la acción municipal del periodo.

AUTORES

Santiago Medero es arquitecto (Facultad de Arquitectura, Udelar, 2009), magister en Historia y Cultura de la Arquitectura y la Ciudad (UTDT, Buenos Aires, 2016) y doctorando en la Universidad Nacional de Rosario. También es investigador y docente Grado 4, en régimen de dedicación total, en la Universidad de la República (Uruguay). Gerardo Caetano es profesor en Historia (IPA-Anep, 1981), posee diplomas de especialización del Instituto Universitario CLAEH (1979 y 1986) y es doctor en Historia por la Universidad Nacional de La Plata (2008). Es investigador y docente Grado 5, en régimen de dedicación total, en la Universidad de la República (Uruguay).

NOTAS

1. José Batlle y Ordóñez (Montevideo, 1856-1929) fue un político y periodista de enorme trascendencia en Uruguay. Hijo de un presidente de la república, Lorenzo Batlle, el mismo llegó a la primera magistratura en dos ocasiones, en representación del partido Colorado. Sus gobiernos (1903-1911 y 1911-1915) se caracterizaron por la apuesta a las reformas sociales (ampliación de derechos, expansión de la educación pública etc.) y una mayor intervención del Estado en la vida económica (estatizaciones, creación de entes estatales). Su primera presidencia estuvo atravesada por la última gran guerra civil, en 1904, en la cual las fuerzas del gobierno obtuvieron la victoria, mientras que fue durante su segundo mandato donde pudo plasmar la mayoría de sus reformas. Durante el periodo 1907-1911, residió en París, mientras preparaba su retorno y viajaba por Europa y zonas aledañas con el fin de conocer de primera mano las transformaciones sociales, políticas, culturales y urbanísticas que se vivían en el Viejo Mundo. Luego de su segunda presidencia continuó su actividad política como líder del partido y miembro del Consejo Nacional de Administración (órgano ejecutivo creado por la Constitución de 1918 que el propio Batlle impulsó).
2. Para el artículo, Sabat Pebet se basa en una entrevista que tuvo con el arquitecto Baroffio poco antes de su publicación.
3. Véase en este sentido a Gomensoro (2020).
4. Piénsese en las Olimpiadas modernas, cuya primera edición es de 1896.
5. Clave en ese sentido es la incorporación de la actividad física en la ideología higienista y la medicalización de la sociedad del novecientos (ver Barrán, 1992, 1994, 1995).
6. Se trata de un manifiesto en favor de la candidatura de Batlle, firmado por varios ingenieros y arquitectos. Fue publicado en la revista de la Asociación de Ingenieros y Arquitectos del Uruguay.
7. "Plano de la ciudad de Montevideo", 1893. Editorial DGC. Firmado por Felipe Vítora. Biblioteca Nacional.
8. Las referencias de Smith a las virtudes griegas son constantes y existen múltiples elementos y documentos que confirman que era un ideario compartido por buena parte de los elencos políticos y profesionales. La idea de la Atenas culta y la Esparta

guerrera, más allá de su fidelidad histórica, era manejada en forma extendida en la época. Por último, la relación entre el deporte y la formación militar es explícitamente mencionada en el texto de Smith, que considera a la educación física un equivalente moderno del servicio militar obligatorio.

9. Sobre la eugenesia ver Barrán (1995). La relación entre eugenesia y deporte fue estudiada por Alex Lima (2008).
10. Sobre las políticas relativas al turismo durante el batllismo, ver Jacob (1988).
11. Geranio calculó el costo del Stadium en 600.000 pesos uruguayos. En 1913 el país pasaba por una recesión. Sin embargo, ese el Poder Ejecutivo enviaba a la Asamblea General una propuesta de gasto de 2,5 millones de pesos para expropiaciones en el Parque Urbano y el Central (Jacob, 1988, p.127).
12. Cabe anotar, además, que el Club de Golf se creó recién en 1922 y la cancha se inauguró en 1934.

REFERENCIAS

- ALTEZOR, Carlos; BARACCHINI, Hugo. **Historia urbanística y edilicia de la ciudad de Montevideo**. Montevideo: JDM, Biblioteca J. Artigas, 1971.
- _____. **Historia del ordenamiento territorial en el Uruguay del siglo xx**. Montevideo: Gráfica Natural s.A, 2008.
- ÁLVAREZ LENZI, Ricardo; ARANA, Mariano; BOCCHIARDO, Livia. **El Montevideo de la expansión, 1868-1915**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.
- ANTOLA, Susana; PONTE, Cecilia. La nación en bronce, mármol y hormigón armado. *In*: CAETANO, Gerardo (comp.). **Los uruguayos del Centenario: nación, ciudadanía, religión, educación (1910-1930)**. Montevideo: Taurus, 2000.
- ARTICARDI, Juan. **Dilemas modernos: el proyecto urbano en Montevideo y la costa balnearia**. Montevideo: Ediciones Universitarias (UCUR, Udelar), 2016.
- BALLENT, Nahí. **Las huellas de la política: vivienda, ciudad, peronismo en Buenos Aires, 1943-1955**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes- Prometeo, 2005.
- BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Batlle, los estancieros y el imperio británico, tomo 1: el Uruguay del Novecientos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1979.
- BARRÁN, José Pedro. **Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992, 1994, 1995.
- CANTERA CARLOMAGNO, Marcos. Lorenzo. **El mundo íntimo del primer Batlle presidente**. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.
- CARMONA, Liliana. **Primeros edificios universitarios 1904-1911**. Montevideo: Facultad de Arquitectura, Udelar, 1998.
- CASTELLANOS, Alfredo. **Historia del desarrollo edilicio y urbanístico de Montevideo 1829-1914**. Montevideo: JDM, Biblioteca J. Artigas, 1971.
- CONCEJO DEPARTAMENTAL DE MONTEVIDEO [CDM]. **Compilación de leyes, ordenanzas, decretos y resoluciones relacionadas con la construcción de edificios**. Montevideo:

Talleres Gráficos Devenir, 1957.

- DIARIO OFICIAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Poder Legislativo. **Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay**, Tomo 1, n. 3, 15 septiembre 1905, pp. 33-42.
- FIGARI, Pedro. Un poco de crítica regional. **Revista de la Asociación Politécnica del Uruguay**, n. 67, noviembre 1913, p.231-234.
- FOUCAULT, Michel. **Seguridad, territorio, población**. Curso en el Collège de France 1977-1978. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GOMENSORO, Arnaldo. Batlle, el batllismo y el fútbol. **Encuentros Uruguayos**, v. XIII, n. 1, dez. 2020, p.83-107.
- GÓMEZ, María Julia. **Arquitectura para la educación: edificios escolares del Novecientos**. Montevideo: Facultad de Arquitectura, Udelar, 1998.
- JACOB, Raúl. **Modelo batllista: ¿Variación sobre un viejo tema?** Montevideo: Proyección, 1988.
- LIMA, Alex. **Elogio a la Perfección o Miedo a la Im-perfección**. Eugenesia: ¿Origen de la intervención estatal en las actividades físicas? (1875-1925). Monografía (Grado) – Facultad de Ciencias Sociales-Udelar, 2008.
- MAZZINI, Andrés; MAZZINI, Elena; SALMENTÓN, Juan. **Cambios culturales, tipologías y tejidos urbanos, Montevideo (1907-1928)**. Montevideo: Ediciones Universitarias (UCUR, Udelar), 2018.
- MAZZINI, Elena; MÉNDEZ, Mary. **Polémicas de arquitectura en el Uruguay del siglo xx**. Montevideo: Ediciones Universitarias (UCUR, Udelar), 2011.
- MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.
- NUDELMAN, Jorge. **Tres visitantes en París: los colaboradores uruguayos de Le Corbusier**. Montevideo: Ediciones Universitarias (UCUR, Udelar), 2015.
- RIAL, Juan; KLACZKO, Jaime. **Uruguay: el país urbano**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, Clacso, 1981.
- RUIZ, Esther. **Estado e ingenieros: una relación imprescindible en la formación del Uruguay moderno (1894-1905)**. Texto inédito, 1995.
- SABAT PEBET, Juan Carlos. Emoción del recuerdo: un aspecto de Batlle como urbanista. **Suplemento Dominical de El Día**, n. 979, 21 out. 1951.
- SHMIDT, Claudia. Palacios sin reyes. **Arquitectura pública para la "capital permanente"**, Buenos Aires, 1880-1890. Rosario: Prohistoria ediciones, 2012.
- SMITH, Juan A. **Stadium Nacional de Montevideo**. Montevideo: Talleres A. Barreiro y Ramos, 1913.
- SOUZA, Lucio de. La máquina del territorio. **Revista de la Facultad de Arquitectura**, n. 13, 2015, p. 41-49.
- _____. **Imaginarios rurales: el modelo de afincamiento en la Planificación Rural del Uruguay de Carlos Gómez Gavazzo**. Montevideo: Ediciones Universitarias (UCUR, Udelar), 2019.
- SUDJIC, Deyan. **La arquitectura del poder: cómo los ricos y poderosos dan forma al mundo**. Trad. Isabel Ferrer. Barcelona: Planeta, 2007.

Construção e crise da trama hegemônica da arquitetura moderna em São Paulo

Luiz de Lucca Neto

As últimas décadas foram marcadas pela institucionalização da pesquisa no Brasil e pelo florescimento de uma literatura que buscou revisitar a história da arquitetura moderna no país. Este ambiente é, também, o momento de encerramento de um ciclo e de consolidação de novas interpretações e embates por novos projetos para o campo profissional e disciplinar, no qual emerge a formulação de arquitetura paulista. Considerado este contexto, o presente artigo propõe retomar a trama que se constitui a partir da década de 1950 e que se torna responsável por deslocar para São Paulo a centralidade do debate arquitetônico, diante de uma crítica estrangeira atenta ao fenômeno moderno brasileiro. Esta trama vai conformar uma nova hegemonia historiográfica que vigora por toda a segunda metade do século XX e que, na medida em que estende a vida do modernismo no Brasil, desemboca em sua crise como projeto. Através da retomada desta bibliografia e da análise de determinados episódios deste contexto de consolidação da chamada escola paulista, pretende-se identificar os elementos que contribuíram para a crise deste projeto moderno diante da virada radical do contexto político nacional com o golpe civil-militar de 1964.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; arquitetura paulista; modernidade.

CONSTRUCCIÓN Y CRISIS DE LA TRAMA HEGEMÓNICA DE LA ARQUITECTURA MODERNA EN SÃO PAULO

Las últimas décadas han estado marcadas por la institucionalización de la investigación en Brasil y el florecimiento de una literatura que buscaba revisar la historia de la arquitectura moderna en el país. Este entorno es también el momento de cerrar un ciclo y consolidar nuevas interpretaciones y enfrentamientos para nuevos proyectos en el ámbito profesional y disciplinar, en el que emerge la formulación de la arquitectura paulista. En este contexto, el presente artículo propone retomar la trama que se constituye a partir de la década de 1950 y que se hace responsable de desplazar la centralidad del debate arquitectónico a São Paulo, frente a la crítica extranjera atenta al fenómeno brasileño moderno. Esta trama configurará una nueva hegemonía historiográfica que prevalecerá a lo largo de la segunda mitad del siglo XX y que, a medida que prolonga la vida del modernismo en Brasil, desemboca en su crisis como proyecto. A través de la reanudación de esta bibliografía y el análisis de ciertos episodios en este contexto de consolidación de la llamada Escuela Paulista, se busca identificar los elementos que contribuyeron a la crisis de este proyecto moderno frente al giro radical del contexto político nacional con el golpe cívico-militar de 1964.

PALABRAS CLAVE: historiografía; arquitectura paulista; modernidad.

CONSTRUCTION AND CRISES OF THE HEGEMONIC PLOT OF MODERN ARCHITECTURE IN SÃO PAULO

The last decades have been marked by the institutionalization of research in Brazil and the flourishing of a literature that sought to revisit the history of modern architecture in the country. This environment is also the moment of closure of a cycle and consolidates new interpretations and clashes for new projects within the professional and disciplinary field, in which the formulation of São Paulo architecture emerges. Considering this context, the present article proposes to retake the plot that was created in the 1950s and was responsible for shifting the centrality of the architectural debate to São Paulo, in the face of foreign criticism attentive to the modern Brazilian phenomenon. This plot will shape a new historiographical hegemony that prevails throughout the second half of the twentieth century and that, as it extends the life of modernism in Brazil, ends in its crisis as a project. Through the resumption of this bibliography and the analysis of certain episodes in this context of consolidation of the so-called Escola Paulista, it is intended to identify the elements that contributed to the crisis of this modern project in the face of the radical turn of the national political context with the 1964 civil-military coup.

KEYWORDS: historiography; São Paulo architecture; modernity.

1. Introdução

Este artigo constitui um esboço de uma investigação acerca da construção narrativa e historiográfica da arquitetura e dos arquitetos modernos em São Paulo a partir de meados do século xx, descrevendo hipóteses para a sua conformação hegemônica. Busca fazer uma aproximação inicial com a historiografia que é inaugurada nas últimas duas décadas do século xx, no momento que o fenômeno moderno brasileiro se torna objeto debate da pesquisa acadêmica. Neste sentido, o texto adota como referência e ponto de partida a obra fundamental de Carlos Alberto Ferreira Martins (1987), um dos autores que iniciou a revisão crítica sobre a arquitetura moderna brasileira diante dos embates internos ao campo disciplinar, relacionados com o contexto social e político mais amplo, no período da redemocratização do país.

Neste contexto, da mencionada institucionalização da pesquisa histórica, uma miríade de autores pioneiros contribuiu para a revisão crítica do modernismo, tanto no Brasil quanto na América Latina, difundindo novas teses e interpretações que ajudaram a fortalecer o campo e a formar novos pesquisadores que construíram suas pesquisas sobre bases sólidas. Sem pretender abarcar todos estes autores neste breve trabalho, partimos da referida obra de Carlos Martins que identifica, no percurso historiográfico da arquitetura moderna brasileira, a formação de uma trama hegemônica iniciada por Lucio Costa. Neste sentido, propomos a hipótese de uma segunda trama, que alcança a hegemonia historiográfica construindo o seu projeto a partir das críticas estrangeiras à "arquitetura carioca", mas se vê diante de contra-

dições postas pelo processo histórico, assim como pelas próprias limitações.

Na perspectiva esboçada por este texto, não se trata de reiterar a noção da arquitetura moderna brasileira separada em duas correntes arquitetônicas: a vertente carioca e a paulista. Pelo contrário, o objetivo é identificar nos discursos e na historiografia a permanência desta ideia de uma arquitetura paulista, como se conformou e em qual base esteve apoiada esta oposição tão repercutida desde o seu aparecimento na tese e, posteriormente, no livro de Yves Bruand (1981). Nos interessa, principalmente, expor algumas contradições desta segunda trama hegemônica formada em São Paulo e que se apresentou como alternativa à primeira, de dimensões nacionais, cujas raízes se vinculam ao período do Estado Novo e da formação de uma identidade nacional através da arquitetura: ideia habilmente articulada por Lucio Costa e apresentada na obra de Carlos Martins em 1987. Por sua vez, a segunda trama historiográfica se conforma a partir das críticas estrangeiras à primeira durante os anos 1950, apoiando-se na noção da função social da arquitetura. Este aspecto é identificado na análise de Carlos Martins, embora o autor não avance sobre o contexto político e suas implicações para esta arquitetura a partir da década de 1960.

Deste modo, a estrutura do artigo se divide em três partes principais. Na primeira: "Condições de formação do campo historiográfico", são apresentados o contexto e as condições de formação da historiografia que vai retomar o fenômeno moderno no Brasil como objeto de estudo, gestando obras que se tornaram referências na historiografia brasileira e latino-americana; a segunda, "Formação e percurso da trama hegemônica de Lucio Costa", retoma os aspectos centrais de uma destas obras: "'Há algo de irracional...'" notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira", de 1999 (Martins, 1987, 1999, 2010b), que apresenta a construção da narrativa formulada por Lucio Costa e reiterada por parte da historiografia, que hegemonizou a interpretação sobre a arquitetura brasileira durante boa parte do século xx. Denominada "A hegemonia paulista e a função social da arquitetura", a terceira e última parte pretende dar continuidade a esta trama. Neste ponto discorreremos sobre a formação da segunda hegemonia, que se refere à chamada escola paulista, cuja ideia vigora em parte importante da historiografia das últimas duas décadas sobre a arquitetura moderna no Brasil (Zein, 2005; Bastos, 2003).

Sem reafirmar a ideia de escolas de arquitetura, mas pelo contrário, partindo de esforços de desconstrução e

identificação da dimensão ideológica destes discursos, discute-se os limites deste projeto moderno paulista, esboçando hipóteses para o seu esgotamento. Conforme buscamos apresentar neste artigo, esta crise arquitetural está vinculada à formação deste projeto paulista para a arquitetura brasileira: que se apoia nas críticas estrangeiras aos arquitetos cariocas, se apresentando como alternativa à pretensa falta de compromisso social destes arquitetos. Esta prerrogativa formulada pelos arquitetos modernos em São Paulo entra em crise com a inesperada mudança dos rumos políticos instaurada com o golpe civil-militar de 1964, embora a ideia de "função social" permaneça na historiografia sobre esta arquitetura.

2. Condições de formação do campo historiográfico

A partir da década de 1980, um impasse se apresenta à arquitetura e aos arquitetos brasileiros. O lento processo de retomada democrática, após duas décadas de ditadura, reanimava as esperanças coletivas com a perspectiva de volta da participação política cessada em 1964 e que a franca modernização ensaiada nas décadas anteriores ao golpe havia estabelecido. O ambiente econômico e político, no entanto, era outro. O Estado já não se apresentava mais como ator central e privilegiado das políticas econômicas de desenvolvimento, nem ostentava o papel de promotor dos grandes planos e de equipamentos públicos que marcaram as décadas do nacional desenvolvimentismo, cujos arquitetos guardavam a posição de protagonistas. O impasse estava, portanto, necessariamente atrelado ao campo de atuação do arquiteto, manifestando-se na inconveniência da forma moderna para aqueles novos tempos.

Entre 1989 e 1991, a realização do concurso para a escolha do projeto para o Pavilhão Brasileiro na Exposição Universal de Sevilha de 1992 foi capaz de condensar os percalços daquele momento para a arquitetura brasileira. Quando ainda pairava sobre o imaginário arquitetônico da época o emblemático pavilhão projetado por Paulo Mendes da Rocha para a exposição de Osaka de 1970, então o último pavilhão brasileiro de grande repercussão, a construção do novo edifício que representaria internacionalmente o país em 1992 surgia como oportunidade de definir os novos rumos da arquitetura brasileira em um cenário de crise (Anelli, 2010). Esta crise, que se impunha ao campo formalizada no desgaste do modernismo e na consagração internacional do pós-moderno, se manifestava diante da sociedade através da crise econômica e da contração do estado diante do fortalecimento do neoliberalismo global. O esgotamento do moderno se somava à recessão econômica e à instabilidade política no país do início dos anos 1990.¹

Quando ainda pairava
sobre o imaginário
arquitetônico da época
o emblemático pavilhão
projetado por Paulo
Mendes da Rocha
para a exposição de
Osaka de 1970 [...] a
construção do novo
edifício que representaria
internacionalmente
o país em 1992 surgia
como oportunidade de
definir os novos rumos da
arquitetura brasileira

Entre as mais de 250 propostas submetidas ao concurso, o projeto vencedor, de autoria dos jovens arquitetos Angelo Bucci e Álvaro Puntoni, retomava a ideia de uma arquitetura moderna paulista, ressoando aquilo que se concebeu como uma escola de arquitetura, ancorada na obra de Vilanova Artigas e de seus discípulos. Também muito conhecido é o fato de que, excetuados seus entusiastas, o projeto vencedor recebeu numerosas críticas, direcionadas à insistência em conservar uma linguagem vista, àquela altura, como consumada, ou à sua radicalidade em propor um edifício praticamente inexecutável no curto prazo estabelecido.² Controverso ou não, o fato é que, mesmo não tendo sido construído, o projeto para o pavilhão dava forma e imagem ao impasse que se colocava à arquitetura brasileira naquele momento, expondo um embate ideológico.

Se colocado em perspectiva com os demais pavilhões nacionais da exposição, que disputavam o protagonismo e adotavam abertamente os signos da pós-modernidade, o projeto vencedor do concurso para o edifício brasileiro revelaria uma notável dissonância (Anelli, 2010). Em contraste, o edifício proposto pelos arquitetos paulistas se vinculava deliberadamente – seja ou não como manifesto – ao modernismo, em toda sua ênfase estrutural, visto como algo já ultrapassado nos países centrais. No Brasil, se ensaiava uma persistência moderna que pode ser observada, além do concurso para a Expo 92, no projeto para o Museu da Escultura em São Paulo. Um dos pou-

cos edifícios brasileiros que, mesmo com o esgotamento do moderno naqueles anos, ainda era capaz de despertar a curiosidade estrangeira e que contribuiu para a consagração mundial do arquiteto Paulo Mendes da Rocha e da chamada escola paulista.

O intervalo entre a concepção do projeto e a inauguração do Museu da Escultura (1986- 1995) coincide com o anúncio do concurso e a desistência da construção do pavilhão brasileiro na Exposição de Sevilha (1989-1992). Estes eventos marcantes para a história recente da arquitetura brasileira, confundem-se com a crise econômica e a instabilidade do cenário político brasileiro, da redemocratização às eleições de 1989. Por sua vez, sucedem outro evento importante para a confirmação deste ambiente de incerteza para arquitetura brasileira. Aposentado compulsoriamente por decorrência do AI-5 e afastado das atividades como professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o arquiteto João Batista Vilanova Artigas retomaria suas atividades na instituição somente em 1980, com a reintegração dos professores expulsos durante o endurecimento da ditadura civil-militar. Artigas retorna como professor-assistente, cargo inicial da carreira, tendo que se submeter a um concurso em 1984 para recuperar sua posição anterior. . No início de 1985, menos de um ano depois, o arquiteto que contribuiu para a formação de uma escola falece em São Paulo.

O percurso tratado até aqui através da retomada destes três eventos, apresentados de forma retroativa, ajudam a descrever o conturbado cenário no qual florescem as obras e autores que vão retomar o fenômeno da arquitetura moderna no Brasil como objeto de investigação.³ Todavia, não se inaugurava o tema da modernidade neste momento. Por décadas a legitimidade da arquitetura moderna no país foi palco de debates acirrados entre arquitetos e outros intelectuais,⁴ responsáveis pela produção de numerosos e famosos artigos e ensaios, consolidando uma narrativa hegemônica que vai desembocar nas críticas dos anos 1950 e nas acusações à obra de Niemeyer. De qualquer forma, o ambiente no qual se conforma esta literatura dos anos 1980 é, sem dúvida, distinto destes outros períodos.

A começar por São Paulo. O retorno de Vilanova Artigas à escola que havia fundado, ao edifício por ele projetado, na presença de novos e antigos alunos, agora pro-

O retorno de Vilanova Artigas à escola que havia fundado, ao edifício por ele projetado, na presença de novos e antigos alunos, agora professores, representava um intervalo de anos, a suspensão de um pensamento que somente se completa com o seu retorno, em um ambiente completamente distinto

fessores, representava um intervalo de anos, a suspensão de um pensamento que somente se completa com o seu retorno, em um ambiente completamente distinto. Outro aspecto, o esvaziamento das políticas desenvolvimentistas e a desagregação do modernismo, ajudavam a conformar o fim de um ciclo e a aparição de novos embates sobre os rumos da arquitetura no país.

O encerramento deste ciclo da arquitetura moderna brasileira, ocorre paralelamente a outros movimentos que ajudam a moldar um cenário propício ao desenvolvimento de uma literatura crítica. Abre-se espaço para a construção de uma historiografia sobre um fenômeno amplamente abordado fora do país e por autores estrangeiros, em sua maioria dos países centrais, atraídos pela dimensão alcançada pelo modernismo brasileiro a partir dos anos 1940, como na obra *Brazil Builds* (1943) de Philip Goodwin. Junto de *Modern Architecture in Brazil* (1956) de Henrique Mindlin, prefaciado por Sigfried Giedion, o livro-catálogo de Goodwin foi exaustivamente repetido, tornando-se uma obra inaugural do modernismo brasileiro fora do país. Estes trabalhos ajudaram a difundir a construção teórica de Lucio Costa, amparados pela ideia de que a arquitetura brasileira teria se constituído através da fusão entre princípios europeus e elementos da cultura nacional, habilmente formalizados pela genialidade de Oscar Niemeyer (Guerra, 2010).

Segundo Abílio Guerra (2010, p.11-12), a escassez historiográfica sobre os elementos da arquitetura moderna no Brasil permanece até a década de 1980, dado o baixo

desenvolvimento da pesquisa histórica nas instituições universitárias do país.

Não é de se estranhar, portanto, que em um ambiente intelectual engessado tenha sido de um estrangeiro, o francês Yves Bruand, o primeiro estudo abrangente sobre a carreira da arquitetura moderna em nosso país. Mas, mesmo nesse livro fundamental – “Arquitetura Contemporânea no Brasil”, publicado em 1981 – a pauta que estrutura os argumentos e a própria lógica da evolução ainda está embebida do DNA das ideias de Costa. (Guerra, 2010, p.12)

Produzida como tese de doutorado no final dos anos 1960, a própria obra de Yves Bruand é publicada no Brasil apenas em 1981, mesma década em que se consolida a pós-graduação no país, cujos primeiros cursos datam da década anterior. Assim, tornam-se mais regulares as publicações sobre história da arquitetura, originadas por pesquisas desenvolvidas nos diversos programas de pós-graduação em universidades públicas brasileiras.⁵ Estas publicações são, também, possibilitadas pela ampliação dos periódicos científicos que se alimentam destas pesquisas e que, por sua vez, passam a demandar novos espaços de divulgação e debate, para além das publicações mais antigas como a “Revista Acrópole”, encerrada em 1971 (Guerra, 2010, p.13).

Neste íterim, formaram-se autores determinantes na consolidação de um campo historiográfico responsável por revisitar a arquitetura e os arquitetos modernos brasileiros, constituindo interpretações que embasaram boa parte das pesquisas no campo da teoria e história nas décadas seguintes, nos já estabelecidos e ampliados programas de pós-graduação.⁶

Passadas mais de três décadas destes esforços de reflexão, que culminaram com a construção de uma historiografia da arquitetura moderna brasileira – das suas origens e condições de implantação – e que pavimentou o caminho para inúmeras e sucessivas pesquisas posteriores, se faz necessário compreender e renovar o campo historiográfico à luz dos novos acontecimentos, retomando a trama formada a partir dos anos 1950 nos embates sobre a hegemonia do campo no Brasil.

3. Formação e percurso da trama hegemônica de Lucio Costa

Parte importante deste esforço interpretativo empreendido a partir dos anos 1980, o texto “Identidade nacional e estado no projeto modernista: modernidade, estado e tradição”, escrito por Carlos Alberto Ferreira Martins como parte de sua dissertação de mestrado em 1987, busca identificar as origens e a constituição de um projeto de formação de uma identidade local que, simultaneamente, é parte de um movimento universal, moderno. Esta dinâmica parte de uma autoconsciência, da busca por uma autonomia cultural capaz de situar o Brasil e a cultura nacional no mundo, distinguindo-se da Europa (Martins, 2010a).

Com esta intenção de conquista da autonomia cultural, descolando-se do centro e, conseqüentemente, almejando a superação do passado de sujeição colonial, o modernismo no Brasil se caracterizará pela formação de um corpo de intelectuais que se auto encarregará destas tarefas. Estes intelectuais, que se politizaram a partir de 1930, não chegam a aderir a um projeto de transformação social (Martins, 2010a, p.288), apesar de seus acenos de aproximação com o campo popular, reafirmando sua vocação nacionalista e a confluência do seu projeto com o Estado nascente.

A tensão entre local e universal na construção de uma identidade nacional, o anseio pela superação do atraso econômico e cultural, a confluência do projeto moderno com o Estado, vão marcar os princípios do modernismo no Brasil. Em outro texto, Martins retomará esta ponta do fio narrativo que se constitui a partir da origem do pro-

Em 1951, é realizada a primeira Bienal de Arte de São Paulo, contando com a presença do arquiteto suíço Max Bill, que voltaria ao país dois anos mais tarde para uma palestra na FAU-USP, mantendo uma relação próxima com o círculo paulista

jeto moderno brasileiro na década de 1920. Em "'Há algo de irracional...'" notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira", de 1999, cujo título faz referência à frase de Siegfried Giedion sobre a arquitetura moderna brasileira, Martins (2010b, p.131) aponta a permanente incompreensão do fenômeno moderno brasileiro, mesmo após décadas de seu auge: a experiência de Brasília.

O que espantava Giedion era, não somente o descompasso entre o extraordinário desenvolvimento da arquitetura brasileira, em um brevíssimo intervalo de pouco mais de duas décadas – do edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) à construção de Brasília –, diante dos dilemas econômicos e sociais do país, mas o alto nível médio da produção desta arquitetura em relação a de outros países. Martins traduz este aspecto levantado pelo historiador suíço através de duas questões: a primeira era compreender como se conformou uma cultura arquitetônica em tão curto espaço de tempo. A segunda questão por ele levantada é a do paradoxo desempenhado pelo alto nível médio dos arquitetos e da arquitetura brasileira, enquanto um único nome, o de Oscar Niemeyer, congregava boa parte do seu reconhecimento (Martins, 2010a, p.133-134).

Isto não significa que a obra de Oscar Niemeyer fosse a única arquitetura brasileira internacionalmente reconhecida, pois tanto no levantamento feito por Philip Goodwin, em 1943, quanto no de Henry-Russell Hitchcock, de 1955, para as respectivas exposições feitas no MoMA,⁷ são apresentadas obras de outros arquitetos e de diversas partes do país, sobretudo no catálogo de Hitchcock, que discorre sobre a arquitetura latino-americana. Apesar desta variedade de obras abordadas, é importante considerar que no catálogo de Hitchcock predominam as obras brasileiras, sendo

que algumas destas já apareciam no livro de Goodwin. De todo modo, estes catálogos contribuíram para a construção historiográfica da arquitetura moderna brasileira, confirmando a narrativa de Lucio Costa sobre o desenvolvimento do modernismo no país.

Neste sentido, assim como o concurso para a *Expo'1992* em Sevilha expôs os percalços da arquitetura brasileira dos anos 1980 e 1990, o projeto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer para o pavilhão brasileiro na Exposição de Nova Iorque em 1939 ocupou, desde o início, espaço importante na historiografia. No já mencionado *Brazil Builds* (1943), de Philip Goodwin, o pavilhão projetado pelos arquitetos cariocas teve grande destaque ao lado de outras de suas obras daquele período, como o Mesp, no Rio de Janeiro, e o Conjunto da Pampulha. Esta notoriedade reservada por Goodwin, em detrimento de outras arquiteturas modernas que também se apresentavam no país naquele momento,⁸ veio a reafirmar o esquema interpretativo proposto por Costa (Martins, 2010b), agora difundidos mundialmente pela publicação do livro e pela exposição homônima organizada no mesmo ano no MoMA, em Nova Iorque.

Pouco mais de uma década depois, em 1956, o livro de Henrique Mindlin, também prefaciado por Siegfried Giedion, viria a atualizar o esquema ilustrado pela obra de Goodwin. Porém, começava a se desenhar um novo jogo de forças a partir da década de 1950. Não é necessário traçar todos os eventos relevantes da arquitetura brasileira naquela década, que são muitos, mas alguns elementos devem ser identificados. Em 1951, é realizada a primeira Bienal de Arte de São Paulo, contando com a presença do arquiteto suíço Max Bill, que voltaria ao país dois anos mais tarde para uma palestra na FAU-USP, mantendo uma relação próxima com o círculo paulista, principalmente com a arquiteta Lina Bo Bardi (ROSATTI, 2013). Em 1956, mesmo ano da publicação de Mindlin, é lançado o concurso para o Plano Piloto de Brasília, vencido por Lucio Costa e que contou com a proposta elaborada pela equipe de Vilanova Artigas entre as selecionadas. Em 1959, reúnem-se na nova capital do Brasil críticos e intelectuais que apresentarão suas críticas e impressões sobre a cidade. Entre eles, Bruno Zevi vai endossar a perspectiva levantada por Max Bill, reafirmando a "falta de compromisso social" dos arquitetos modernos brasileiros (Daufenbach, 2019).

O arco temporal da década de 1950, portanto, passa pelo reconhecimento internacional de Oscar Niemeyer e da arquitetura carioca e vai culminar na sua obra máxima: a cidade de Brasília. Este período é, também, marcado pelo esforço de reposicionamento de São Paulo, com a organização da primeira Bienal e através da atuação destacada de alguns arquitetos paulistas, a exemplo da aparição do grupo de Artigas entre os selecionados no concurso de Brasília. Voltando à historiografia, o livro de Mindlin reflete este aspecto mesmo que retome a narrativa consagrada por Goodwin. Algumas das obras modernas antes não contempladas, como as casas de Warchavchik em São Paulo, aparecem no texto de Mindlin como antecedentes ao movimento que se desenvolveria através dos arquitetos cariocas em contato com Le Corbusier, numa perspectiva evolucionista da arquitetura brasileira (Martins, 2010b).

A dissidência historiográfica com o esquema interpretativo traçado por Costa viria em 1965, com Geraldo Ferraz, contrapondo a noção de uma evolução orgânica da arquitetura brasileira que culminaria, através da vinda de Corbusier, em uma arquitetura moderna e nacional. Neste ponto, da união entre o moderno e nacional, estaria a contradição denunciada por Ferraz, que enfatizava os princípios internacionais do movimento moderno e do seu caráter de rompimento com a tradição (Martins, 2010b, p.147). Partindo desta reorganização interpretativa – que propõe a compreensão do modernismo brasileiro como fenômeno inserido no movimento internacional e negando o caráter evolucionista desta arquitetura – Ferraz vai identificar as casas de Warchavchik em São Paulo como as primeiras manifestações deste tipo no país, cujo arquiteto era representante do CIAM e, logo, símbolo do pioneirismo moderno. Esta inserção de Warchavchik na história da arquitetura moderna brasileira tem, também, um aspecto estrutural que corresponde ao rearranjo de forças e narrativas que se estabelece a partir de fins dos anos 1950:

Os anos 1960, marcados na arquitetura brasileira pela euforia inicial e pela posterior perplexidade frente aos limites da experiência de Brasília, pareciam deslocar para São Paulo, palco da experimentação do novo brutalismo, as esperanças de um novo momento dinâmico na arquitetura brasileira. O respaldo institucional do Masp à realização da exposição e ao livro não é alheio a essa avaliação estratégica. (Martins, 2010b, p.151)

Retomaremos adiante a complexidade política na qual se inserem, e com a qual cada vez mais se confundem, os debates da arquitetura brasileira nos anos 1960. Antes, é necessário concluirmos a trama exposta por Carlos Martins. Quase como desfecho, ou breve resolução desta disputa que se instaura, a obra "Arquitetura Contemporânea no Brasil" de Yves Bruand não adere inteiramente ao esquema de Costa, reconhecendo o pioneirismo de Warchavchik e a existência de outras produções modernas, como a de Luiz Nunes no Recife (Martins, 2010b, p.155). De qualquer forma, Bruand não rompe com a construção estabelecida, consolidada e reiterada sobre o fenômeno moderno no país, este continua a ser visto como a reunião entre o gênio arquitetônico nacional, o mestre estrangeiro e os políticos visionários.

A persistência desta análise que foca reiteradamente nestas obras e nestes arquitetos, mesmo que considerado o seu potencial de persuasão – sendo compreensível o interesse destes autores estrangeiros por uma manifestação que, de fato, foi capaz de atrair a atenção dos ditos centros mundiais da arquitetura –, incorre na insistência em desconsiderar uma produção arquitetônica ampla e heterogênea, favorecendo a hegemonia das interpretações estrangeiras amparadas pela narrativa esboçada por Lucio Costa. Esta amplitude do modernismo no Brasil somente passa a ser mais bem compreendida a partir das revisões propostas pela historiografia dos anos 1980. Neste aspecto, a referida obra de Carlos Martins menciona outras duas investigações daquele momento (MARTINS, 2010b, p.158-159), hoje consolidadas, que contrapunham a noção de uma arquitetura brasileira descompromissada de seu aspecto social: "Habitação social no Brasil, 1945-1960", de Nabil Bonduki e as pesquisas sobre o Convênio Escolar em São Paulo de 1954, naquela época, coordenada pelo próprio autor.

Estas pesquisas tornaram-se referências fundamentais para os estudos do modernismo arquitetônico no Brasil e abriram o caminho para uma ampla renovação da historiografia, num contexto de estagnação da arquitetura brasileira. Como nos lembrou bem o próprio Carlos Martins (2010b, p.136) ao citar Giulio Carlo Argan (1995), obra e crítica se retroalimentam, sendo a crítica capaz de ressignificar a obra e, portanto, de apontar novos caminhos e possibilidades de renovação. O momento em que se escreve é, também, o momento em que se reinterpreta a obra segundo as balizas da vida e da cultura atuais, segundo a perspectiva e o tempo daquele que escreve, ressemantizando o objeto histórico. Acrescentamos, como afirmou Reinhart Koselleck (2009, p.15) em seu conhecido

estudo sobre o Iluminismo: "o fermento da crítica muda o curso dos eventos políticos".

Podemos, assim, entender estes anos – de meados dos 1980 até 1990 – como o ponto de chegada do modernismo, de sua desagregação e crise, portanto, ponto de partida e de abertura para uma nova etapa onde foram pautados novos projetos em disputa. Neste sentido, nos parece evidente que o projeto que emerge deste impasse é, ainda hoje, predominante e tem suas origens vinculadas à desaceleração – no sentido de atenuação da sua hegemonia – da arquitetura nacional, de matriz carioca, a partir da segunda metade do século xx, ponto em que culmina a trama revelada por Carlos Martins, mas no qual o autor não chega a se embrenhar.⁹ Falamos aqui da chamada arquitetura paulista, ou escola paulista brutalista (Zein, 2005), a segunda manifestação amplamente difundida do modernismo brasileiro e que teria deslocado para São Paulo a centralidade do debate arquitetônico a partir de 1960. Nos interessa, mais uma vez, reconstituir esta segunda trama com base na historiografia e nas obras dos arquitetos que ajudaram a conformar esta hegemonia que, de forma dramática, se desdobra no incerto ambiente político deflagrado pelo golpe civil-militar de 1964, colocando em xeque a perspectiva otimista generalizada entre os arquitetos de esquerda e suas intenções de universalização da arquitetura.

4. A hegemonia paulista e a função social da arquitetura

Durante os anos desenvolvimentistas, ligada a Brasília e às esperanças do socialismo, havia maturado a consciência do sentido coletivista da produção arquitetônica. Ora, para quem pensara na construção racional e barata, em grande escala, no interior de um movimento de democratização nacional, para quem pensara no labirinto das implicações econômicas políticas entre tecnologia e imperialismo, o projeto para uma casa burguesa é inevitavelmente um anticlímax. (Schwarz, 1978, p.79).

Podemos, assim, entender estes anos – de meados dos 1980 até 1990 – como o ponto de chegada do modernismo, de sua desagregação e crise, portanto, ponto de partida e de abertura para uma nova etapa onde se pautam novos projetos em disputa

Com o golpe de estado e o início do regime militar no Brasil a partir de 1964, coloca-se um entrave para o que se acreditava ser o caminho natural do desenvolvimento das forças produtivas no país. Comentando a arquitetura produzida nestes primeiros anos sob a ditadura civil-militar, o crítico literário Roberto Schwarz aponta a contradição existente entre o projeto avançado desenhado pelos arquitetos e a realidade à qual esta arquitetura se aplicava. Em outras palavras, para aqueles arquitetos progressistas que acreditaram, ao menos até a década de 1960, estarem desenvolvendo os espaços de uma nova sociedade, apartada a concepção revolucionária da arquitetura, restou a aplicação de seus conceitos na construção de encomendas privadas, de casas burguesas (Schwarz, 1978, p.79-80).

Esta intensa produção cultural ensaiada nos anos anteriores ao golpe de 1964, de intenção democrática e universalizante, foi então afastada de seu potencial popular e social, se restringindo a uma classe média intelectualizada, que podia consumir esta arquitetura como objeto de distinção social, símbolo da revolução que não ocorreu (Schwarz, 1978, p.79). A aclamada função social da arquitetura, cujos arquitetos paulistas vão assumir como prerrogativa de seus projetos, desloca-se e perde sentido neste momento, gestando um impasse moral que estes profissionais terão de enfrentar nos anos seguintes: o

o desenvolvimento nacional e o papel social tão fortemente se enraizaram no discurso e no imaginário dos arquitetos brasileiros que se mantiveram como mote da atuação dos arquitetos de esquerda naquelas décadas de ditadura

impasse da interrupção – ou não – de um projeto abalado pela suspensão da democracia.^{1º} Esta contradição – que predomina entre os arquitetos de esquerda –, do discurso pautado por uma preocupação de ordem social e uma arquitetura que não consegue se desdobrar, de forma direta, como projeto de transformação real, também é observada no estudo historiográfico de Carlos Martins, revelando a imanência do descompasso entre discurso e obra:

É preciso destacar quão significativa é a manutenção e consolidação desta trama narrativa, que vê na arquitetura moderna de matriz corbusiana não somente um projeto arquitetural, mas a arquitetura brasileira, mais de dez anos depois da dissolução do contexto político e institucional em que se formou. O fim do projeto nacional-desenvolvimentista, decretado pelo golpe militar de 64, parecia não ter atingido o discurso dos arquitetos que, até finais dos anos 1970 seguiam pautando o debate nacional por temas como "arquitetura e desenvolvimento nacional", o "papel social do arquiteto", etc. (Martins, 2010b, p.156)

É possível discutir se 1964 marca o fim do nacional desenvolvimentismo no Brasil. Fernando Novais (1998, p.561) aponta que 1964 representa um ponto de inflexão, no qual, mesmo com as mudanças econômicas, políticas e sociais, permanece até 1979 a impressão de progresso.

De qualquer modo, o desenvolvimento nacional e o papel social tão fortemente se enraizaram no discurso e no imaginário dos arquitetos brasileiros que se mantiveram como mote da atuação dos arquitetos de esquerda naquelas décadas de ditadura. Tal defesa tornou-se uma questão de caráter existencial, persistindo sem resposta a pergunta sobre o papel dos arquitetos em uma sociedade que vivia sob a égide de um regime ditatorial. Esta questão foi palco de intensos debates nos anos 1960, principalmente entre os grupos que se organizavam entre Vilanova Artigas e Sergio Ferro na FAU-USP, opondo-se entre a manutenção da prática profissional ou a radicalização contra o regime aderindo à luta armada.

O fato é que a questão social da arquitetura, apesar de escancarada pela perseguição imposta pelo regime por meio do AI-5, já era elemento constitutivo das críticas aplicadas à arquitetura moderna brasileira a partir de 1950. Estas críticas eram, evidentemente, endereçadas aos arquitetos cariocas e especialmente à arquitetura de Oscar Niemeyer, acusado pela sua aproximação com o mecenato estatal e pelo apelo formal de suas obras. Em duas ocasiões, na Bienal de Arte de São Paulo, em 1951, e em palestra na FAU-USP, em 1954, Max Bill vai embasar as críticas ao mestre da arquitetura nacional, fazendo ressoar pelos lados paulistas a crítica ao desvio da função social da arquitetura.

Com a construção da Nova Capital as disputas se intensificam, e às críticas de Max Bill somam-se as feitas por outros arquitetos e historiadores reunidos por ocasião do Congresso Internacional dos Críticos de Arte, na cidade de Brasília, em 1959.¹¹ Em São Paulo, estas críticas são incorporadas ao discurso dos arquitetos locais, embasados pela produção arquitetônica possibilitada pelo Plano de Ação do Governo do Estado (1959-1963), no governo Carvalho Pinto, que se colocará frente a hegemonia da arquitetura nacional na construção de Brasília a partir do Plano de Metas, enfatizando os investimentos sociais e seu caráter humanístico, em referência à sua filiação ao movimento *Économie et Humanisme*, criado por Louis Joseph Lebreton. Deste modo, o aspecto bruto, a estrutura e a materialidade exposta dos projetos do

modernismo paulista serão enfaticamente destacados como evidências da preocupação social do arquiteto, assim como os grandes vãos que remetem ao caráter coletivo destes edifícios.

Estes elementos configuram o emaranhado de narrativas e embates que se deu em torno da arquitetura moderna brasileira neste momento, e que não se restringiu à disputa interna entre arquitetos cariocas e paulistas, mas teve participação direta de personagens estrangeiros aguçados pela centralidade que a arquitetura brasileira passava a ocupar. Além disso, contribuem para situar o quadro da arquitetura naquele momento, exprimindo um ponto de virada para esta história nos idos de 1960. O Plano de Ação em São Paulo, que tem início no ponto máximo desta trajetória, que é a construção de Brasília, seria, talvez, o último impulso estatal que despertou nos arquitetos o otimismo de uma produção social e politicamente engajada.

Amparados por este impulso nacional desenvolvimentista e ocupando o vazio aberto pela experiência de Brasília e pela crítica desferida aos arquitetos cariocas, os paulistas arrogam para si a tarefa de operar uma arquitetura inerente aos anseios de transformação social, conformando uma narrativa que vai tensionar ao máximo a união entre discurso engajado e forma arquitetônica. Esta interpretação se torna hegemônica na historiografia sobre a arquitetura moderna brasileira, constituindo na chamada escola paulista as virtudes éticas e morais das quais careceram outras arquiteturas acusadas pelos críticos estrangeiros.

Na realização deste movimento há a tentativa de uma reinserção paulista, repetindo a associação entre arquitetura e nacional-desenvolvimentismo, que culminou com a construção de Brasília. Um esforço de restauração da centralidade da arquitetura brasileira no âmbito internacional, agora internamente deslocada para São Paulo. Colocada em contradição pelo próprio desenrolar do processo histórico, esta arquitetura de forte pretensão social, caracterizada pelo uso do concreto armado bruto, que se vincula às questões do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, contendo uma perspectiva de transformação, está, dialeticamente, vinculada ao capi-

o aspecto bruto, a estrutura e a materialidade exposta dos projetos do modernismo paulista serão enfaticamente destacadas como evidências da preocupação social do arquiteto, assim como os grandes vãos que remetem ao caráter coletivo destes edifícios

tal monopolista da construção civil. Esta dimensão embute o desejo de retomada do protagonismo nacional por parte das elites paulistas, que se esvai com o fim da Primeira República e a ascensão do varguismo.

Por décadas, a narrativa iniciada por Lucio Costa sobre as origens da arquitetura moderna brasileira foi reiterada por parte importante da historiografia, quando, em seu auge, colide com as primeiras críticas, endereçadas por autores estrangeiros como Max Bill e Bruno Zevi e por autores paulistas que tentavam contrapor a hegemonia da narrativa carioca, como fez Geraldo Ferraz. Esta primeira narrativa se baseou na ideia de alteridade, ao adequar uma cultura arquitetônica moderna às tradições locais, através da singularidade do gênio arquitetônico brasileiro. Assim, mesmo que constituísse uma situação paradoxal diante do modernismo europeu, teve enorme sucesso como projeto, mantendo-se como referência dominante dentro do país e capaz de alçá-lo como paradigma mundial da arquitetura, quando todos os manuais sobre o assunto se apressaram a acrescentar o fenômeno brasileiro.

Por sua vez, Bruno Zevi desferiu um golpe certeiro na obra de Niemeyer, acusando-a de socialmente descompromissada, a serviço do poder, e, em consequência, incoerente com o discurso de um arquiteto declaradamente comunista. Sem dúvida, este ponto marca uma inflexão à narrativa hegemônica, criando um vácuo prontamente assumido pela narrativa dos arquitetos paulistas que, ao menos desde Geraldo Ferraz, buscavam consolidar seu projeto moderno num momento de grande urbanização e desenvolvimento econômico de São Paulo.

A sustentação deste discurso se dará, exatamente, por meio do resgate de críticas como as de Max Bill e Bruno Zevi, que apontavam a fragilidade entre discurso progressista e obra na trajetória já consagrada de Oscar

Niemeyer e da arquitetura brasileira naquele momento. Assim, se os arquitetos cariocas não teriam sido "capazes" de produzir uma arquitetura comprometida e transformadora, ideia endossada pelos críticos estrangeiros, caberia aos paulistas esta realização. Mais uma vez, o que se colocava em disputa era a aproximação entre plano e realidade. Em última instância, essa indagação corresponde a uma necessidade de perpetuação da arquitetura como agente de transformação real, pontualmente descrita por Michelis ao comentar a questão do desencanamento das vanguardas segundo Tafuri:

Para Tafuri, essa era a origem da natureza ideológica de qualquer experimentação/produção arquitetônica moderna: o fato de não ser mais protagonista das transformações reais produzidas pelo desenvolvimento capitalista e de ser capaz de interpretar seu significado apenas posteriormente. Poder-se-ia dizer que não mais era permitido à arquitetura dar forma à realidade, mas apenas reformá-la. Reforma é uma palavra chave crucial da modernidade por exprimir o desejo de restabelecer aquela ordem e aquela racionalidade que, essencialmente, o universo capitalista não possui. (Michelis, 2018, p.286)

Assim, a arquitetura paulista assumirá gradativamente a dianteira, incumbida de realizar o projeto que não havia sido realizado por aqueles que teriam se afastado de seu compromisso social, mesmo que, para isso, se apoie no mesmo modelo de caráter reformista e conservador dos planos de desenvolvimento. No entanto, enquanto a arquitetura carioca encontrou o auge do seu projeto em um período de alguma estabilidade democrática e de atuação popular de massa, o projeto moderno paulista vai se deparar com a instauração de um golpe de Estado, que vai apartar a sociedade da participação política. Desta surpreendente e não planejada reconfiguração da situação política surgirá o paradoxo da arquitetura paulista identificado por Roberto Schwarz (1978, p.79), da limitação imposta aos arquitetos que acreditavam estar a planejar uma nova

sociedade e que se viram condenados a construir casas burguesas para seus amigos esclarecidos, "de revolucionárias passaram a símbolo vendável da revolução".

Este rompimento de uma perspectiva de progresso vai gerar a frustração e a fragmentação¹² interna deste projeto. A raiz desta trama não está contemplada somente nesta querela eclodida dentro do movimento paulista, cuja questão permanece a da função social da arquitetura e da adesão ao projeto nacional de desenvolvimento, como já apontava Carlos Martins (2010b, p.156) na década de 1980. O que também está na raiz desta trama narrativa é a incorporação das críticas estrangeiras ao modernismo nacional, que acabaram por pautar, de forma ideológica, a atuação destes arquitetos em São Paulo, os quais aderiram a uma percepção da realidade do modernismo brasileiro que parte de uma tentativa de enquadrá-lo no esquema europeu. Como o fez Bruno Zevi ao criticar a arquitetura de Brasília por não se enquadrar na construção historiográfica por ele desenvolvida (Daufenbach, 2019). Segundo esta lógica, a arquitetura monumental da cidade se resumia à exaltação do poder do Estado.

No caso da arquitetura brasileira, a atuação dos arquitetos paulistas e de seus seguidores acabou por constituir, durante os anos do regime militar, um inquietante paradoxo, que se torna exposto na crise do campo entre os anos 1980 e 1990. Trata-se da ênfase dada a ideia da na função social da arquitetura, debatida no período democrático desenvolvimentista, mas deslocada pela suspensão da democracia em 1964, que colocou em xeque a dimensão pública da arquitetura moderna. Este paradoxo, no entanto, nem sempre esteve presente na historiografia sobre a arquitetura paulista, que demorou a compreender que as bases deste movimento haviam se dilacerado em 1964, quando se torna um projeto incompleto e sujeito aos movimentos ideológicos internacionais, que alegam, por sua vez, a superação do moderno. A função social da arquitetura se instaura como mera ideologia da superioridade moral da arquitetura e dos arquitetos paulistas.

embora a defesa da função social da arquitetura tenha entrado em crise no contexto repressivo da ditadura civil-militar no Brasil, a questão de uma ética profissional pautada pela noção de função social ainda define os embates atuais, sendo utilizada como característica particular da arquitetura que se produziu e se produz em São Paulo

5. Considerações finais

Na década de 1950, o percurso da trama moderna hegemônica no Brasil, cujas origens remontam a atuação de Lucio Costa nos anos 1930, entra em rota de conflito com as críticas estrangeiras que acusavam a arquitetura e os arquitetos brasileiros, principalmente Oscar Niemeyer, de uma pretensa falta de compromisso com os fundamentos sociais da arquitetura moderna. Estas críticas estrangeiras, principalmente as formuladas por Max Bill em suas visitas a São Paulo, vão embasar a ênfase dos arquitetos paulistas na função social da arquitetura.

Desta forma, a primeira trama historiográfica apresentada nos textos de Carlos Alberto Ferreira Martins se completa na década 1960 com a construção da nova capital brasileira. Por sua vez, a trama que se desenvolve a partir do deslocamento do debate arquitetônico para São Paulo neste momento, embasada pelas críticas estrangeiras, ganha novos contornos na década de 1980, com a institucionalização da pesquisa no país. Carlos Martins, no entanto, não avança com a sua análise historiográfica para o período da ditadura civil-militar.

Muitos dos autores que se formaram neste momento da história do país retomam o modernismo brasileiro

como tema de suas pesquisas de pós-graduação durante as décadas de 1980 e 1990. Estas revisões fizeram parte de um momento crítico para a arquitetura brasileira, mas que foram responsáveis por gestar novas – ou reanimar antigas – possibilidades, diante do desabamento do moderno no cenário internacional e do avanço das políticas neoliberais na América Latina, responsáveis por colocar um fim ao Estado desenvolvimentista que viabilizou o modernismo no continente.

Passadas três décadas destes esforços de reflexão, que culminaram com a construção de uma historiografia da arquitetura moderna brasileira, permanecem certas concepções desta trama historiográfica, que ainda pautam o campo disciplinar, da hegemonia paulista e da ideia de função social. Deste modo, embora a defesa da função social da arquitetura tenha entrado em crise no contexto da ditadura militar no Brasil, a questão de uma ética profissional pautada pela noção de função social ainda define os discursos atuais, sendo utilizada como característica particular da arquitetura que se produziu e se produz em São Paulo, em detrimento da arquitetura como elemento de um projeto nacional. Com o fim do Estado desenvolvimentista, a arquitetura paulista se preserva como mera ideologia da superioridade de São Paulo.

artigo

AUTOR
Luiz de Lucca Neto
Historiador, arquiteto urbanista, doutorando em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP/CAPES) e pesquisador do grupo Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina, CACAL (USP/CNPq). Este artigo é fruto de reflexões iniciadas em 2020, sobre as bases materiais que fundamentaram a emergência da arquitetura paulista como formação ideológica. O texto inicial deu origem à tese de doutorado "Vão em fim de linha: os sentidos da formação da arquitetura paulista" (FAU-USP 2021-2026), sob orientação da Professora Nilce Aravecchia Botas.

NOTAS

1. O artigo de Renato Anelli (2010) sobre o concurso para o pavilhão brasileiro da Exposição de Sevilha em 1992 aborda estas questões que envolvem a exposição e a situação política do país naqueles anos.

2. Uma crítica bastante conhecida foi a escrita por Hugo Segawa, publicada na revista projeto do mesmo ano, com o famoso e sugestivo título deu em vão. Ver Segawa. 1991.

3. Além da obra de Carlos Alberto Ferreira Martins (1987), outros trabalhos fundamentais desta época revisitaram o modernismo como fenômeno histórico. Podemos citar as obras de Ruth Verde Zein (2005), Nabil Bonduki (1996, e 2011), Sophia Telles (1983), Renato Anelli (2010), Ana Paula Koury (2003), Ana Luiza Nobre (2008), entre outros, cujos trabalhos se originaram, em sua maioria, de teses e dissertações produzidas no ambiente da redemocratização e dos embates pela permanência, ou não, da modernidade na arquitetura brasileira, entre os anos de 1980 e 2000.

4. É importante destacar que muitos dos textos sobre a arquitetura brasileira do século xx foram produzidos pelos próprios arquitetos, autores e comentaristas das obras modernas no país. O crítico Mário Pedrosa é um dos nomes inseridos nos debates e na crítica de forma autônoma à prática do ofício, do fazer arquitetônico.

5. A partir das décadas de 1970 e 1980, conforme apontado por Abílio Guerra (2010), se formam alguns dos principais programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo do país. No início dos anos 1970 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (fau-usp) e na Escola de Engenharia de São Carlos, atual Instituto de Arquitetura e Urbanismo (iau-usp), da mesma universidade. No final da mesma década é criado o programa de pós-graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio grande do Sul (ufrgs) e, na década seguinte, a Universidade Federal da Bahia (ufba) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (ufrj) estruturam seus próprios cursos de pós-graduação na área. Estas instituições pioneiras ajudaram a construir uma estrutura de pesquisa central para a consolidação dos estudos em história da arquitetura no Brasil.

6. Alguns destes autores e textos estão contemplados nos dois volumes do livro “Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira” (guerra, 2010).

7. Brazil Builds: Architecture new and old, 1652-1942, de 1943 e Latin American Architecture since 1945, de 1955.

8. Conforme aponta Carlos Martins em sua referida obra (2010b), o catálogo de Goodwin (1943) dá ênfase à arquitetura dos grandes centros urbanos e de maior projeção no país, reiterando, em maior medida, a narrativa de Lucio Costa sobre a constituição do modernismo no Brasil. Na década de 1980, ao mesmo tempo em que Martins escreve seu trabalho, outras investigações como a Habitação Social no Brasil e as pesquisas sobre o Convênio Escolar, ambos no recorte entre as décadas de 1940 e 1960, vão questionar a noção de uma arquitetura brasileira

socialmente descompromissada, como haviam apontado alguns críticos estrangeiros na década de 1950, como Max Bill e Bruno Zevi.

9. No texto “‘Há algo de irracional...’ notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira”, Martins (2010b) conclui seu percurso sobre a historiografia da arquitetura moderna brasileira com o trabalho de Yves Bruand, retomando outras obras contemporâneas ao momento em que escrevia para concluir sua ideia de construção de uma trama hegemônica pautada pela interpretação de Lucio Costa. O autor conclui o texto mencionando “o toque militar de recolher” que teria cessado o projeto utópico do país que esses arquitetos e outros profissionais almejavam construir (Martins, 2010b).

10. Estas questões gestaram os impasses do fórum de 1968 da fau-usp, no qual estudantes e professores se viram no dilema de tentar posicionar os arquitetos e sua atuação diante da violenta reação do regime contra a esquerda.

11. Destacamos: Giulio Carlo Argan, Nikolaus Pevsner e Bruno Zevi, opondo-se aos comentários positivos de Sigfried Giedion sobre Brasília.

12. Esta fragmentação diz respeito aos debates do já citado fórum de 1968 da fau usp, no qual se opõem os grupos organizados entre Vilanova Artigas e Sérgio Ferro.

REFERÊNCIAS

ANELLI, Renato Luiz Sobral. Expo 92, Sevilha: O Concurso para o Pavilhão Brasileiro. **ARQTEXTO** (UFRGS), v.16, p.106-127, 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília** – rumos da arquitetura brasileira: discurso, prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2003.

BONDUKI, Nabil Georges. Habitação social na vanguarda do movimento moderno no Brasil. **Óculum**, Campinas, PUC-Campinas, n.7/8, p.84-93, 1996.

_____. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 2011.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

DAUFENBACH, Karine. O capítulo brasileiro. Bruno Zevi e a narrativa por uma arquitetura orgânica. **Arquitextos**, Vitruvius, São Paulo, ano 19, n.228.00, maio 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.228/7390>. Acesso em: ago. 2020.

GOODWIN, Philip Lippincott. **Brazil Builds:** Architecture new and old, 1652-1942. New York: The Museum of Modern Art (MoMA), 1943.

GUERRA, Abílio. Construção de um campo historiográfico. *In:* GUERRA, Abílio (Org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira – parte 1**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010, p. 11-22.

HITCHCOCK, Henry-Russell. **Latin American Architecture since 1945**. New York: The Museum of Modern Art (MoMA), 1955.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise:** uma

contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2009.

KOURY, Ana Paula. **Grupo arquitetura nova:** Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: Romano Guerra/Edusp/Fapesp, 2003.

MARTINS, Carlos A. F. **Arquitetura e Estado no Brasil elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil:** a obra de Lucio Costa 1924-1952. 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MARTINS, Carlos A. F. “Hay algo de irracional...” Apuntes sobre la historiografia de la arquitectura brasileña. **Block**, Buenos Aires, n.4, p.8-22, dez. 1999.

_____. Identidade nacional e estado no projeto modernista: modernidade, estado e tradição. *In:* GUERRA, Abílio. **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira – parte 1**. São Paulo: Romano Guerra, 2010a, p.279-297.

_____. Há algo de irracional...”: notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira. *In:* GUERRA, Abílio. **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira – parte 2**. São Paulo: Romano Guerra, 2010b, p.131-168.

MICHELIS, Marco de. Manfredo Tafuri e a morte da arquitetura. *In:* D’AGOSTINO, Mário H. S.; RETTO JÚNIOR, Adalberto da S.; FRAJNDLICH, Rafael U. **Manfredo Tafuri:** seus leitores e suas leituras. São Paulo: FAU USP, 2018, p.364-383.

MINDLIN, Henrique Ephim; GIEDION, S. **Modern architecture in Brazil**. Rio de Janeiro: Colibris, 1956.

NOBRE, Ana Luiza. **Fios cortantes:** projeto e produto, arquitetura e design no Rio de Janeiro (1950-1970). 2008. Tese (Doutorado) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

NOVAIS, Fernando A.; MELLO, João C. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In:* SCHWARCZ, Lília K. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.559-658.

ROSATTI, Camila Gui. Entre curvas e retas: arquitetura moderna no Rio de Janeiro e em São Paulo nos anos 1950 e 1960. *In:* **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia, São Paulo, v.1, p.1-30, 2013.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. *In:* SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.61-92.

SEGAWA, Hugo Massaki. Pavilhão do Brasil em Sevilha: deu em vão. **Projeto** (São Paulo), São Paulo, v.138, p.34-39, 1991.

_____. **Arquiteturas no Brasil:** 1900-1990. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

TELLES, Sophia. A arquitetura modernista. Um espaço sem lugar. **Arte Brasileira Contemporânea. Caderno de Textos**, Funarte/ Instituto Nacional de Artes Plásticas, n.3, 1983.

ZEIN, Ruth Verde. **A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

artigo

Autoria difusa: as interseções presentes nas obras de Marcela Correa e Smiljan Radic

Marcelo Vogt Maia Rosa

Este ensaio explora a colaboração entre a escultora Marcela Correa e o arquiteto Smiljan Radic e os reba-
timentos nas respectivas trajetórias por meio de três
estudos de caso: *Ampliación para la Casa del Carbo-
nero* (1998), *El niño escondido en un pez* (2010) e *El ar-
mario y El colchón* (2013). Com base nas obras *Campos
compartidos* (Livni, 2010), *Obra Gruesa* (Radic, 2019) e
principalmente "Esculturas 1986-2015" (Correa, 2016), o
texto rastreia marcos históricos, assim como a proposi-
ção de esculturas e projetos arquitetônicos circundan-
tes aos objetos de estudo, que expõem debates com-
partilhados pelos autores como fontes de criatividade,
especulação e inquietação.

PALAVRAS-CHAVE: Marcela Correa; Smiljan Radic; Esculturas.

AUTORÍA DIFUSA: LAS INTERSECCIONES EN LAS
OBRAS DE MARCELA CORREA Y SMILJAN RADIC

Este ensayo explora la colaboración entre
la escultora Marcela Correa y el arquitecto
Smiljan Radic, así como las repercusiones en sus
respectivas trayectorias profesionales a través
de tres estudios de caso: "Ampliación para la
Casa del Carbonero" (1998), "El niño escondido
en un pez" (2010) y "El armario y el colchón"
(2013). Basándose en las obras "Campos
compartidos" (Livni, 2010), "Obra Gruesa"
(Radic, 2019) y principalmente "Esculturas
1986-2015" (Correa, 2016), el texto traza hitos
históricos, así como la propuesta de esculturas
y proyectos arquitectónicos relacionados con
los objetos de estudio que revelan debates
compartidos por los autores como fuentes de
creatividad, especulación y inquietud.

PALABRAS CLAVE: Marcela Correa;
Smiljan Radic; esculturas.

DIFFUSE AUTHORSHIP: THE INTERSECTIONS IN THE
WORKS OF MARCELA CORREA AND SMILJAN RADIC

This essay explores the collaboration between
sculptor Marcela Correa and architect
Smiljan Radic, and the repercussions on their
respective professional trajectories through
three case studies: *Ampliación para la Casa
del Carbonero* (1998), *El niño escondido en un
pez* (2010), and *El armario y El colchón* (2013).
Based on the works "Campos compartidos"
(LIVNI, 2010), *Obra Gruesa* (Radic, 2019),
and primarily *Esculturas 1986-2015* (Correa,
2016), the text charts historical milestones,
as well as the proposition of sculptures and
architectural projects related to the study
objects, which reveal debates shared by the
authors as sources of creativity, speculation,
and concern.

KEYWORDS: Marcela Correa;
Smiljan Radic; sculptures.

1. Contextualização

A partir da análise dos trabalhos realizados colaborativamente pela escultora Marcela Correa e pelo arquiteto Smiljan Radic, este ensaio considera os rebatimentos possíveis dessa colaboração em ambas as trajetórias profissionais. Visa por meio da leitura da obra de Marcela Correa, "Esculturas 1986-2015" (2016), oferecer uma perspectiva alternativa às leituras que pensam a obra da autora em função daquela de Radic, descolando a centralidade comumente conferida a ele e explorando a relevância da troca intelectual presente na produção dos dois autores em questão.

Em determinados momentos de suas trajetórias percebe-se pontos de contato que ocorrem por meio de trabalhos assinados por Correa e Radic em colaboração direta e frutos de uma pesquisa conjunta. Destes, cabe o destaque para as obras *Ampliación para la Casa del Carbonero* (1998), *El niño escondido en un Pez* (2010) e *El armario y El colchón* (2013), as quais foram selecionadas por apresentarem um limite difuso entre escultura e arquitetura e um espaço temporal que possibilita a leitura catalisadora de uma pesquisa conjunta. Cada obra apresenta-se como um pequeno epicentro que irradia uma série de influências e rebatimentos práticos e teóricos.

Estas obras conformam marcos que se desdobram em esculturas e projetos arquitetônicos nos percursos de cada um, permitindo a possível leitura de que os trabalhos, as pesquisas e os debates que ocorrem de maneira particular para o casal ressoam como fontes seminais de criatividade, especulações e inquietações.

A formação da escultora entre 1982 e 1986 na *Escuela de Arquitectura de la Pontificia Universidad Católica de Chile* (PUCCL) ocorreu em concomitância com a de Smiljan Radic, de 1982 a 1989, na mesma instituição. A interação entre arte e arquitetura era inerente ao espírito do campus, como aponta Correa (apud Livni, 2010, p.289):

Os alunos de arquitetura estavam lá e tinham muita presença [...] E, claro, houve toda uma interação. Trabalhavam muito, ficavam a noite toda e sempre havia sacos de dormir pendurados[...] Mas compartilhamos alguns buquês e especialmente manifestações políticas.

Entre causas políticas e ideologias comuns, uma rede de mentores é registrada na entrevista realizada por Pedro Livni (2010). Esta rede permeia os caminhos críticos e reflexivos da produção artística de Correa e de Radic e pode ser reconhecida contemporaneamente pelas autorias dos ensaios elaborados nas principais publicações realizadas sobre os autores.

Como exemplo deste cruzamento bibliográfico, o livro "Marcela Correa: Esculturas 1986-2015" conta com três ensaios críticos frutos dessa interação, além de um texto introdutório da própria escultora. O primeiro texto, do próprio Smiljan Radic, publicado posteriormente no catálogo realizado para a exposição *Corral* (2016);¹ o segundo, de Patricio Mardones, colaborador de Radic com a abertura de seu livro *Cada tanto aparece un perro que habla y otros ensayos* (2018), e por fim o ensaio de Alberto Sato, historiador, mentor e professor, como figura central na formação da escultora e do arquiteto, que colaborou também com o texto inaugural da revista 2G n.44 (2007) e mediu diversas palestras de Radic.

Inicialmente, o trabalho conjunto ganhou forma e amplitude durante a fase de formação acadêmica, através de uma série de publicações caseiras. As obras *Tristan* (1987) e *Arp* (1988), que surgiram da amizade com o matemático Manuel Corrada (Livni, 2010, p.36), desempenharam um papel fundamental nesse processo. Corrada introduziu Radic ao mundo da poesia, o que permitiu que Radic começasse a expor um pensamento que antes estava confinado à esfera íntima (Sato, 2016).

A exemplo disso, as publicações realizadas entre 2009 e 2010 apresentam uma série de pequenos livros com tiragem de 500 exemplares, distribuídos entre amigos e familiares com o intuito de difundir os trabalhos recentes do casal a partir de uma interdisciplinaridade entre poesia, arte e arquitetura. Pesquisas particulares que se iniciam com a publicação *Ojos fáciles: Marcela Correa Smiljan Radic* (2009) e *La casa de los bichos* (2010), um

trabalho de pesquisa voltado a leitura e reconhecimento da *Casa Peña* (1982) de Miguel Eyquem, e por fim a publicação sobre o músico veneziano Luigi Nono, *Luigi Nono fotografie 1983-1984* (2011). São livros que apresentam o que seriam as raízes para o entendimento de uma formação de referenciais ainda presentes em ambas as trajetórias.

Contudo, é através de esculturas que tangenciam a arquitetura, no que diz respeito à possibilidade de imersão ou diálogo com o corpo, que o trabalho de ambos se projeta para uma audiência maior. Uma grande escala escultórica que oferece um contraponto à instabilidade do solo presente perenemente no Chile, constituindo um conjunto de obras que envolve o espectador por meio de móveis, pedras esculpidas, volumes inflados, abrigos de barro e caixas de madeira.

São projetos marcados por uma trajetória de obras que passa por refúgios construídos para usufruto do próprio casal, os quais exploram a radicalidade de métodos construtivos e programáticos e que, de 1995 até 2020, passam por transformações, invenções e experimentações que reverberam em ambos os trabalhos autorais.

Em concomitância a este percurso, o campo artístico centralizado na figura de Correa estabelece pontos catalisadores de processos criativos latentes por meio de projetos que transitam entre a escultura e a arquitetura e que a partir de agora serão explorados detalhadamente neste ensaio.

2. Ampliación para la Casa del Carbonero (1998)

Quase todas as construções que me interessam são definitivamente passadas, aquelas das quais não há memória nem imagem alguma, aquelas que não conhecemos sem preocupação. (Radic, 2019, p.22, tradução nossa)

Esta primeira obra conjunta assume o papel de um manifesto histórico e cultural, da busca pela exposição e pelo resgate de fazeres e técnicas tradicionais dos povos rurais chilenos à beira do esquecimento.

No memorial respectivo a este projeto a descrição da *Ampliación para la Casa del Carbonero* (1998) ressalta o apreço pelo abrigo mais simples construído, pelo trabalho que se reconheça como um gesto autêntico, de sobrevivência, que se baseia na produção de carvão para vender ou se aquecer (Radic, 2019).

A partir de uma esfera com diâmetro de 3,2 m formada por um amontoado de pedaços de madeira de *espino*² recobertos por uma camada de barro associada a uma malha de arame cozido e com pequenas perfurações em sua superfície que possibilitam o controle da entrada de ar e consequentemente da queima do carvão, a

primeira obra conjunta assume o papel de um manifesto histórico e cultural, da busca pela exposição e pelo resgate de fazeres e técnicas tradicionais dos povos rurais chilenos à beira do esquecimento

obra se difere da construção costumeiramente realizada para os fornos de carvão semienterrados na medida em que faz aflorar o que normalmente resta oculto.

Aqui não só a técnica esquecida é objeto de pesquisa e interesse, mas também a matéria de elementos comuns que se transforma a partir de sua manipulação. O barro em cerâmica e a madeira em carvão – esta última, dita de *espino*, foco de um entendimento cultural de que as árvores da qual provém estão predestinadas exclusivamente a esse fim (Mardones, 2016) – passam a ser um tema recorrente explorado por Marcela Correa em sua série de esculturas constituídas por troncos retorcidos e conectados como um desenho aéreo, croquis espaciais que são exploradas nos trabalhos *Ángel de Paul Klee [1]* e *[2]* (2002), *Alambre* (2002), *De los dibujos de Tristán* (2002) e na série *Dibujo* (2007) que está presente no foco do lanternim da *Casa para el Poema del ángulo Recto* (2012), realizada no conjunto familiar de abrigos em Vilches (Chile).

O recinto consequente desta queima é uma habitação que pode permanecer por até cinco anos exposta às intempéries e que abriga o carvoeiro em suas jornadas de trabalho ou serve como refúgio de travessias territoriais. A partir daqui é possível traçar dois caminhos de atenção em paralelo à obra de Correa e Radic no que diz respeito à permanência deste objeto.

O primeiro é que este recinto não contém nenhuma infraestrutura, banheiros ou cozinha: uma característica transposta para uma das primeiras obras que Radic realizou para a sua família, *La Habitación* (1997-2007), de maneira literal.

O segundo é a efemeridade que esta instalação apresenta frente a um percurso de obras autorais e pessoais que foram danificadas ou modificadas por conta dos terremotos ocorridos no Chile.³ “A ampliação não serve para nada. É simplesmente a expansão do nosso imaginário construtivo e da memória fixa do carvoeiro enterrado em torno dessas construções. Seu material é o abandono. Tudo aqui é muito pesado” (Radic, 2019, p.22, tradução nossa).



*Ampliación para la
Casa del Carbonero –
Proceso. Fonte:
EL CROQUIS, n.167,
2013, p.43.*



"Casa A" (2008)
destruída após o
terremoto de 2010.
Fonte: A+U: Nenia
Project, n.611, 2021, p.8.

Casas como a "Casa A" (2008) que foi destruída por completo no terremoto de 2010, e a *Casa Chica* (1995), feita a partir de uma colagem de elementos doados ou encontrados à margem das autoestradas e que foi desfeita pelo próprio casal, até o edifício "NAVE" (2014), que nasce a partir da destruição completa do interior de uma quadra urbana em Santiago, tratam de projetos que renascem a partir de marcos de extinção.

Como ressalta Ruy Nishizawa (2021, p.188) em seu ensaio *The architecture of Smiljan Radic*, o tempo-espaço aqui se revela inicialmente como um mote fundamental para a compreensão de sua obra. Neste contexto, o tempo da fabricação dos fornos, da secagem, da queima e, posteriormente, de seus usos e deterioração, constituem percursos intrínsecos a um processo autônomo, autêntico e necessário. Algo que Radic explicita como fator que revela uma habilidade, no que diz respeito às técnicas necessárias para a execução dessas "práticas construtivas, necessárias como a possibilidade mais bela de se ler a vida e a construção" (Radic, 2016b, p.30).

Com o apoio de um carvoeiro⁴ de 92 anos de idade, a *Ampliación para la Casa del Carbonero* (1998) busca resgatar os saberes de uma tradição cultural que foram extintos. É através de uma reestruturação formal que emerge a esfera semienterrada, a qual mesmo assim permite que sua construção se dê por meio das técnicas tradicionais e sua funcionalidade não seja esquecida. Esta obra é ademais uma presença icônica na paisagem. Posteriormente outras três esferas foram construídas para um edital público de projetos de urbanismo vencido pelos autores da obra "que é feito através da obtenção de um fundo para criação artística 'Fondart'" (Livni, 2010, p.138), formando assim a *Cancha en Culipran* (1999).

Usado desde as origens pelos povos americanos [...] Correa e Radic compuseram um lugar que apontava as metáforas do trabalho manual com o material básico de pedra e barro com que as casas de camponeses foram construídas, e ainda estão sendo construídas. Com estes elementos também definem o território social da praça para os moradores de uma pequena aldeia camponesa. (Sato, 2016, p.115)

Este espaço urbano por sua vez está estruturado por um rastro de *morteros*⁵ que conformam três linhas de escala urbana construídas por estes elementos de pedra. São objetos que reforçam a presença da sociedade e da ancestralidade no espaço público, reservando a água como tachos que atraem os pássaros e crianças para brincar, recordando a existência de uma cultura que repercute seus saberes de sobrevivência por meio da culinária e da medicina.

Uma ampliação do imaginário coletivo, borrando uma imagem em torno da qual se cruzavam diferentes memórias[...] Foi um ensaio construtivo inútil que simplesmente tentou retomar o imaginário de uma região desenterrando as cúpulas usadas para produzir carvão e transformando-as em pequenos monumentos[...] (Radic, 2013, p.22, tradução nossa)

Como aponta Livni (2010, p.129), existe um paralelo significativo no registro do processo construtivo da *Ampliación para la Casa del Carbonero* (1998) que se aproxima a uma das últimas cenas presentes no filme "Andréi Rublev" (1966), de Tarkovsky. Este trecho apresenta o processo construtivo de um grande sino, em que Boriska, como único sobrevivente da peste e último herdeiro da sabedoria familiar, argumenta ter recebido de seu pai os segredos de como se construir um sino de grandes proporções.

Morteros de piedra
(1999). Fonte:
CORREA, M. Marcela
Correa: Esculturas
1986-2015. Santiago:
Puro Chile, 2016, p.29.



Supervisionado pelos soldados do rei que solicitaram a encomenda, Boriska se vê na obrigação de executar o feito e escolhe um lugar para cavar uma grande fossa de fundição, a qual abriga o molde para o sino e que passa a ser recoberto por uma grande fogueira, " [...]momento em que o fogo e a fumaça tomam o centro do palco em um ambiente de alegria e felicidade" (Livni, 2010, p.132, tradução nossa). O resultado é um sino que produz um som estranho, grave e distinto do esperado, um fracasso confesso a Andréi Rublev, que, diante de seu consolo, declara que seu pai havia levado para o leito de morte seus saberes e segredos construtivos. "Interrompendo assim, no alvorecer do renascimento, o conhecimento de uma profissão que se transmite de geração em geração. Uma nova era que se desprende de seu passado próximo, comércios e conhecimentos que se perdem" (Livni, 2010, p.132, tradução nossa).

A relação de impermanência destes saberes artífices descritos por Livni se consolida aqui pelo fato de que alguns anos depois o projeto da *Cancha en culipran* foi destruído por inundações, o que reforça novamente a efemeridade desta proposta e o desafio de resgatar uma técnica esquecida pela cultura local.

3. *El niño escondido en un pez* (2010)

A alusão ao útero materno, o abrigo primordial, é notória e a despeito de sua reduzida escala, lembremos o que disse Bachelard: "Só mora com intensidade aquele que já soube encolher-se". (Berredo apud Bachelard, p.19)

Logo após o terremoto de grandes proporções ocorrido no Chile em 2010, Correa e Radic foram convidados para participar da Bienal de Veneza. A proposta apresentada busca diretamente ilustrar um futuro protegido, seguro por camadas sensoriais através de uma envoltória de ce-

dro perfumado e apaziguador. Uma reflexão com referência direta à gravura que David Hockney realizou em 1969 para ilustrar os contos dos irmãos Grimm chamado *El niño escondido en un pez*".

A obra é composta de uma pedra retirada de uma jazida próxima à cordilheira dos Andes de granito natural de aproximadamente dez toneladas, perfurada e escavada para se aproximar a sete toneladas de matéria pura para assim viabilizar o transporte do Chile para a Itália e principalmente abrigar em seu interior uma caixa de madeira de cedro.

Esta, por sua vez, determina um espaço de um corpo humano retraído e contém em seu centro um corpo zenital, também conformado por madeira, que busca uma luz vertical para este interior. A obra parte de uma operação muito familiar para a escultura, a exemplo das obras realizadas para a série *Punta seca* (2003), *Una linea Sunena* (2003) e *Las que pasean* (2003). Trata-se de peças conformadas por granitos maciços que se aproximam em termos de escala e semelhança com a escolhida para a obra apresentada em Veneza e que apresentam um corte antrópico muito preciso que segmenta esses elementos de ponta a ponta, como uma marcação, um ato claramente externo e humano sobre um elemento natural.

Na linha média da obra realizada em Veneza, na altura dos olhos, o encaixe da pedra denuncia o peso e o atrito de suas duas partes sobrepostas como duas placas tectônicas que pela gravidade se pressionam em um estado de equilíbrio impermanente: "Isso ocorre por meio das ações que ela mesma realiza, que consistem em unir, cortar, moer, rachar, descascar, raspar, polir, escovar etc. ações todas remissivas da longa lista que Richard Serra fez para uso próprio entre 1967 e 1968" (Livni, 2010, p.29, tradução nossa).

Em uma trajetória marcada por sismos significativos, o paralelismo entre as culturas japonesa e chilena aqui se mos-

artigo



El niño escondido en un pez. Fonte: EL CROQUIS, n.167, 2013, p.219

tram pertinentes: uma verticalidade continental que expõe os países a diversas culturas e intempéries, sempre marcados por um passado abalado por grandes eventos históricos de destruição natural e reconstrução de suas cidades.

Esse encontro cultural também pode ser atribuído a esta escultura e mais abertamente à arquitetura de Radic pela característica olfativa da obra. O cedro aqui disposto remete a um conceito diversas vezes citado em memoriais descritivos por Radic que conforma a ideia de "*atrapar el aire*" (Radic, 2013), aprisionar uma atmosfera que migra de um projeto para outro, como um gatilho de uma memória nômade que se estabelece na arquitetura através de uma característica olfativa, uma qualidade sensorial de seus interiores obscuros e amadeirados com cedro que exalam um perfume, dotando esses ambientes de qualidades que transpassam os aspectos visuais "que se relaciona com a atitude de Junichiro Tanizaki, ao falar se pode atribuir uma qualidade ao ar a partir da sombra" (Solano, 2015, p.68, tradução nossa).

Este conceito de "*atrapar el aire*" acompanha a obra de Radic na busca por uma atmosfera que se projeta antes da estruturação formal de suas obras, como uma inquietação maior ligada à necessidade de um rompimento da escala: uma passagem do ambiente doméstico especificamente provinciano⁶ no Chile para uma dimensão pública.

Walker destaca que existe sempre um contraste entre os ambientes saturados de elementos arquitetônicos, tais como malhas estruturais persistentes ou resquícios de preexistências arquitetônicas: "uma vez que se adentre nos vazios, passam a ser experimentados como mundos diferentes" (Lanzamiento, 2021). Vazios que conformam os espaços cênicos tanto como salas de apresentação tanto como salas de exposição.⁷ Para com isso conquistar

"um ar gigantesco que nos excede... uma espécie de vida pública a partir do vazio" (Lanzamiento, 2021) e, como Celedón (2020, p.31) reitera, são "obsessões" que insistentemente são referidas, aplicados e experimentados para possibilitar "um peso institucional ao espaço".

Já a relação com uma instabilidade natural que somente uma pedra espessa poderia proporcionar proteção está diretamente ligada ao processo vivenciado nos abrigos de Vilches, que Correa e Radic construíram. Uma série de pavilhões e abrigos familiares que, a partir da destruição da "Casa A" (2008) anteriormente no terremoto em questão, passa a constituir um fato determinante para a construção da *Casa del poema del ángulo recto* (2012), projeto que foi desenvolvido em concomitância à proposta realizada para Veneza.

Estes abrigos que em sua maioria exploram a delicadeza sensorial de uma pele como mediação entre o ambiente interno e externo, como por exemplo na *Casa Transparente* (2012) e *La habitación* (2007) construída em Chiloé, passam aqui a eleger a *Casa del poema del ángulo recto* (2012) como um refúgio sólido, introspectivo estruturado em concreto como um coração norteador de uma sequência de construções mais efêmeras em seu redor. Uma resposta direta e decorrente da obra *El niño escondido en un pez* (2010) que estabelece paralelismos formais, teóricos e tectônicos com a casa.

Outra ponte relevante é a referência visual apresentada no memorial da *Casa del poema del ángulo recto* (2012) aos picorocos, conchas marinhas que buscam a luz em seus movimentos verticais, que se estabelece como um elemento recorrente nas obras de Radic. Lanternins como elementos de inspiração geométrica a estes seres vivos podem ser vistos também na *Casa de cobre 2*

Puntaseca (2003).
 Fonte: CORREA, M.
 Marcela Correa:
 Esculturas 1986-2015.
 Santiago: Puro Chile,
 2016, p.29.



(2005), *Una ventana para recoleta* (2005) e certamente na instalação um *El niño escondido en un pez* (2010).

A estrutura geométrica destes elementos implica uma especulação construtiva que depende de modelos físicos realizados dentro do escritório para sua execução no canteiro de obra. Esses modelos, por meio de representações em escala 1:1, podem ser assimilados pelos construtores (Berredo, 2019).

Por fim, o resgate de um elemento natural com tempo histórico próprio, como uma pedra que guarda suas marcas para se sobrepôr a uma camada temporal em uma obra de arte contemporânea, se faz necessário para que a estruturação de um objeto que permeia entre o campo da literatura, arte e arquitetura ganhe complexidade (the alexander, 2020). Esse é um argumento essencial que destaca a importância de reconhecer tanto os pensamentos e técnicas do passado quanto as técnicas do presente, que ganham relevância ao contribuir para a formação de um inventário construtivo de objetos sem prestígio, trágicos e esquecidos pela memória coletiva inicialmente. A principal intenção é estabelecer um diálogo com objetos que carregam um vestígio de algo "vivido" (Radic apud Mardones, 2007, p.17). Um repertório que confere à obra do casal uma condição atemporal e que se inscreve sem nenhum estilo ou técnica única, justamente pela capacidade de ler de maneira inédita a história ao transformá-la e colocá-la diante de questões contemporâneas.

Como aponta Juhani Pallasmaa (2011, p.167), "todo trabalho criativo surge da colaboração com o passado e com a sabedoria da tradição". Ao contrário de recursos como colagem ou mimetismo da memória e técnica de uma cultura, esta abordagem reside na identidade fun-

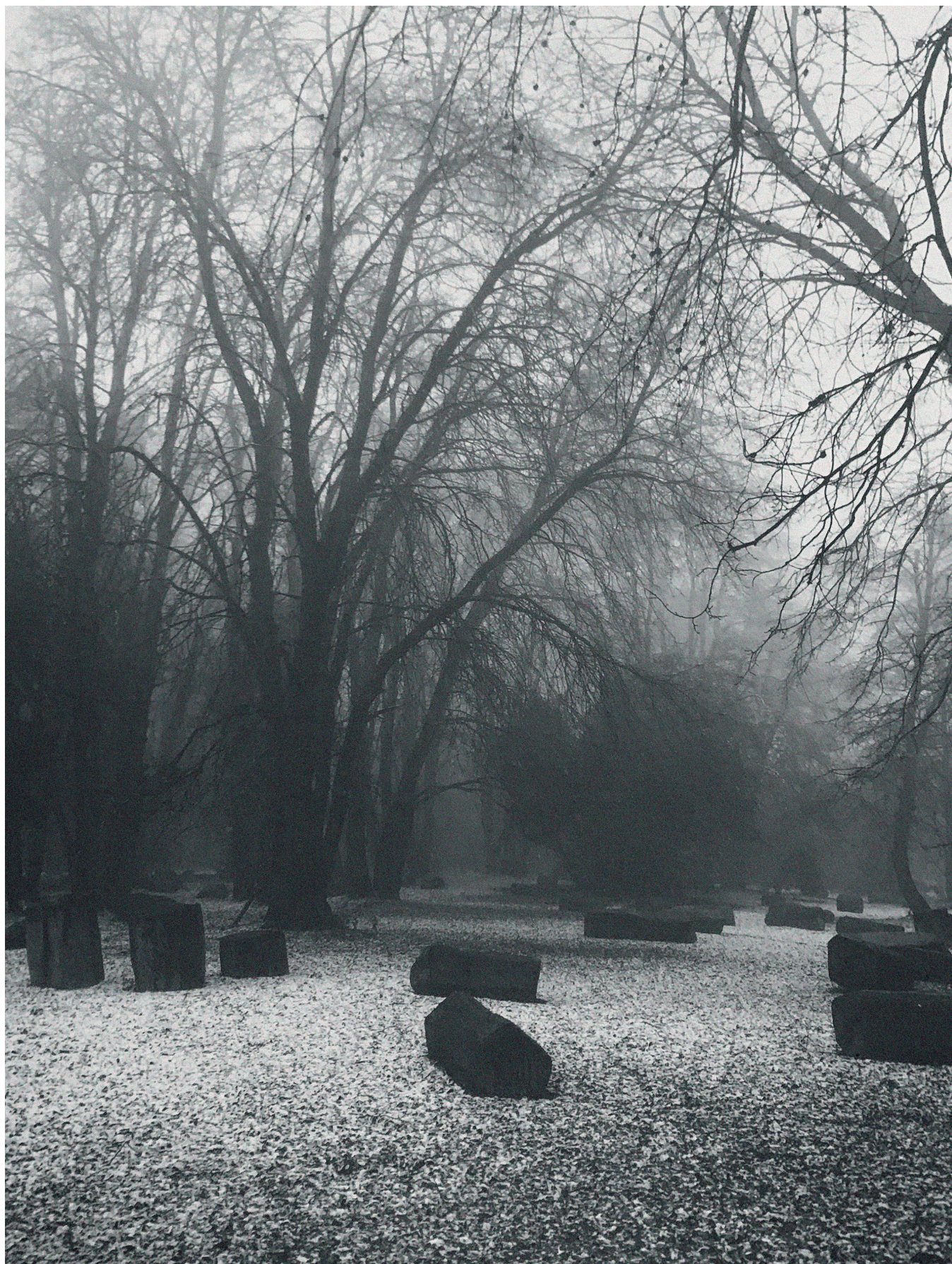
damental de suas estratégias, ao moldar uma nova reinterpretação e atualização de trajetórias percorridas no passado que oferecem respostas e possibilidades para as problemáticas contemporâneas. "A contemporaneidade é, assim, uma relação singular com o nosso próprio tempo, que a ele adere e dele se distancia em simultâneo; mais precisamente, é essa relação com o tempo que a ele adere através de um desfaseamento e de um anacronismo" (Agamben, 2009, p.20).

Esse repertório material que busca estabelecer essa ponte temporal é conformado essencialmente por pedras como granitos, basaltos, alabastros e criptas que de forma recorrente estão presente na colaboração entre esculturas de Correa instaladas nas obras de Radic.

Inicialmente, a *Casa Pite* (2005) dialogava "com a falésia típica da paisagem chilena em uma jornada articulada de volumes abstratos – fragmentos desmembrados – que obrigam a interagir, a viver no e com o lugar" (Checa, 2020, p.69). A partir da solicitação dos proprietários, que determinaram a condicionante de que a casa não fosse visível desde a estrada de acesso (Radic, 2019, p.76), o projeto assume uma plataforma de chegada, na qual Marcela Correa instalou onze rochas de basalto, determinando ali uma intervenção, uma instalação: "Velar e enterrar definitivamente a casa sob este peso físico e temporal" (Radic, 2019, p.76, tradução nossa).

No *Restaurante Mestizo* (2007) estes mesmos elementos se apresentam como pilares, incorporando a escultura, uma matéria bruta natural no centro de seu enfrentamento projetual como um reflexo dos trabalhos realizados pela escultora. Como Radic afirma: "não é que se possa separar, não é que eu tenha inventado as

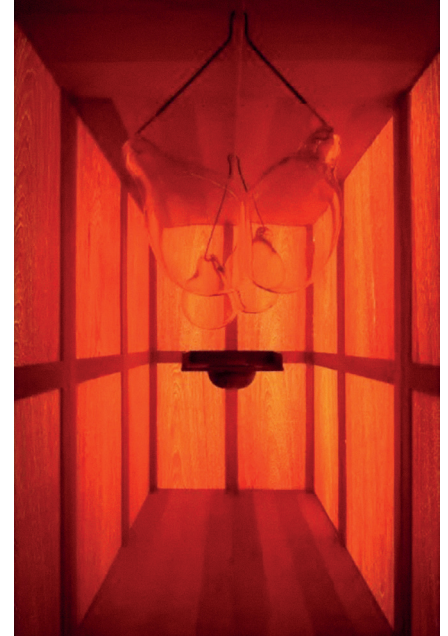
artigo



Jardin de Hojas
(2010). Fonte:
CORREA, M. **Marcela**
Correa: Esculturas
1986-2015. Santiago:
Puro Chile, 2016, p.91.

El armario y el colchón (2013),
Marcela Correa e
Smiljan Radic. Fonte:
CORREA, M. **Marcela**
Correa: Esculturas
1986-2015, Santiago:
Puro Chile, 2016, p.115

El armario y el colchón (2013),
Marcela Correa e
Smiljan Radic. Fonte:
CORREA, M. **Marcela**
Correa: Esculturas
1986-2015, Santiago:
Puro Chile, 2016, p.115.



pedras, mas inventei porque Marcela, ao mesmo tempo, estava trabalhando com isso" (Rosa, 2022).

Posteriormente, essa família de basaltos é utilizada nas obras de Correa, *Habitar mi nombre* (2009) e *Jardim de Hojas* (2010),⁸ instalação presente no terreno de Vilches que estabelece um paralelo direto com a obra da Vinícola Vik (2012), que em sua esplanada de acesso, a partir de um espelho d'água, apresenta essas pedras em um estado de suspensão, a partir de um toque sobre a água contrário ao peso e tectônica natural, como uma referência à proposta de instalação *Campana* (1999), de Radic e Correa, realizada na ocasião do concurso na laguna Lo Galindo, em Concepción (Rosa, 2022).

4. El armario y el colchón (2013)

O manifesto assinado por Radic⁹ para a exposição *The Wardrobe and the Mattress* (2013), realizada na *Maison Hermes Le Forum*, em Tokyo, em setembro de 2013, reflete a narrativa usualmente construída em seus textos autorais a partir de uma sequência numerada de conceitos, não necessariamente conectados, mas vinculados a uma série de referências pessoais e literárias. Aqui, os escritos de Bruno Schulz em *Le botteghe nannarella* (1991) e Tadeusz Kantor, *Wielopole* (1981), conformam a base do argumento apresentado pelo autor.

Trata-se de uma obra que conjuga dois elementos distintos, um armário e um colchão, extraídos de seu contexto doméstico e manipulados como elementos abstratos e autônomos. O armário passa a ser conformado por uma retícula estrutural envolta por uma fina e translúcida pele de madeira, apoiada sobre uma série de pequenos pilotis que descansam sobre elementos individuais e circulares de vidro. Em seu interior, temos alguns elementos pertencentes à coleção de objetos intitulados como "frágeis"¹⁰ por Radic, como grandes bulbos de vidro pendurados em cabides, uma pia sem

infraestrutura e um espelho imperfeito que apresenta grandes distorções.

"Para limpar um armário, devemos transformá-lo em ruína, destroçar seu interior, esvaziar seus segredos e expô-los à luz incômoda do dia a que não estão acostumados. Então devemos entrar e limpar seus ângulos povoados de insetos" (Radic, 2019, p.142, tradução nossa). Sobre este armário de madeira repousa um colchão denso volumoso tensionado por diversas cordas que transpassam seu interior e que estruturam essa forma amorfa em algo coeso e denso. "O colchão carrega as raízes de um mundo primitivo: lã de ovelha, crina de cavalo, folhas de milho e palha seca para o seu enchimento" (Radic, 2019, p.142, tradução nossa).

De maneira distinta à obra realizada na Veneza que incita a uma ocupação não possível do seu interior amadeirado, aqui a experiência de se adentrar a esta instalação passa a ser uma premissa. Um armário desprovido de sua função que se abre para uma experiência que desloca o espectador para uma atmosfera densa, translúcida e alaranjada pela luz, que transpassa as finas lâminas de madeira que conformam a instalação.

Como aponta Sato no seu artigo "Intimidades públicas" (2016), o armário é um objeto que guarda um mistério cercado de sensações familiares que conformam o imaginário infantil a partir de um interior que corresponde às suas medidas, que guarda o calor e o cheiro das roupas dos adultos que o criaram e que permitem que nesta semipenumbra uterina se desenvolvam as fantasias e os sonhos infantis.

Uma segunda abordagem à intimidade está ligada à objetualidade do colchão e do guarda-roupa, pois o colchão é o receptor dos corpos que buscam descanso e amor, enquanto o guarda-roupa guarda os disfarces com os quais as pessoas se apresentam à sociedade. A outra perspectiva ocorre em frente ao espelho do guarda-roupa, onde as decisões sobre

as roupas para a vida social são tomadas e onde se pondera sobre o que deve ser ocultado, seja o corpo ou a alma. No colchão, os corpos afundam, deixando rastros em baixo-relevo, como escultores de seus atos cotidianos – Mas dentro dos guarda-roupas está também a criança que busca proteção, como o ventre materno, em um espaço proibido pelos adultos, não só por causa de seu tamanho, mas também por ser um lugar apropriado para inocentes indiscrições infantis. (Sato, 2016, p.116, tradução nossa)

O paralelo desta obra com a imagem do circo genérico, referencial recorrente nos textos de Radic, passa a ser objeto de reflexão desde a monografia da revista 2G (2007), no vídeo *Un ruido naranjo* apresentado na ocasião do seminário BIArch Open Lectures, em 2009, e na palestra *El Circo es un Cielo Falso*, Conferencia de la Cátedra Blanca ministrada em 2015.

Especificamente cabe destacar a importância do filme autoral *Un ruido naranjo* de 2009, curta que retrata um percurso autobiográfico a partir de recortes de registros de processos construtivos do arquiteto, uma animação teatral intercalada com uma seleção de cenas bastante específicas do filme *La nave va* (1983) de Federico Fellini. Uma narrativa que expõe de maneira íntima o arquiteto em relação à condição de imigrante de sua família servo-croata, em analogia direta ao filme de Fellini, a potência do coletivo que se desloca e que imprime uma força cultural em seu percurso em contraponto a uma sociedade formal e previsível. Ao começar pelo título, em que a cor se qualifica através de um adjetivo impalpável, como o "ruído", Radic descreve suas memórias a partir de rastros inesperados que atrelam significados novos a objetos que permeiam a vida de um imigrante que buscava se relacionar com um coletivo, aqui descrito como uma "horda";¹¹ um grupo de ciganos, imigrantes ou refugiados que se desloca em conjunto e que provocam um barulho coletivo, o "ruído": "que podem ser definidos com uma expressão do compositor canadense Murray Schafer (1933-2021). Eles são como a paisagem sonora característica de um grupo" (BIArch open lectures, 2009).

O deslocamento doloroso deste grupo abre reflexões como: "Talvez seja por isso que a horda prefira lugares

Radic descreve suas memórias a partir de rastros inesperados que atrelam significados novos a objetos que permeiam a vida de um imigrante que buscava se relacionar com um coletivo, aqui descrito como uma horda, um grupo de ciganos, imigrantes ou refugiados que se desloca em conjunto e que provocam um barulho coletivo, o ruído

com bordas suaves ou confusas que são translúcidas ou totalmente opacas, mas nunca transparentes"(BIArch open lectures, 2009). Qualidades intangíveis referidas a uma materialidade que estão associadas a um nomadismo, uma flexibilidade de transportar suas arquiteturas e culturas em contraponto a uma sociedade tradicional em que suas arquiteturas estão sempre à "espera de ser demolida" (BIArch open lectures, 2009). Essa visão é destacada especialmente na cena do filme em questão, ocorrida no verão de 1984, em que Radic se depara com a velocidade da montagem de um circo, seus animais doentes e um estado de calma e felicidade ao redor daquele objeto que contrasta com o rápido desaparecimento dele. Silenciosa e fruto de um processo construtivo criativo, da qual toda uma camada da população, até então excluída da construção, passa a ser pertencente. "A descoberta da técnica 'povera' surgiu do fato de as estruturas se manterem de pé, não sendo necessário dedicar alguns anos à formação profissional, e cinco à universidade, para colocar um poste de pé" (BIArch open lectures, 2009).

Uma sequência de reflexões explora a efemeridade ligada à construção de um objeto onírico, envolto não só em memórias, mas também em admiração pela simplicidade construtiva, pragmática e lúdica, as quais percorrem uma cultura marcada pela presença do circo como o único elemento de devaneio.



La Habitación (2007),
Smiljan Radic. Foto
de Gonzalo Puga.
Fonte: EL CROQUIS,
n.167, 2013, p.47.

as referências a uma estrutura pavilhonar remetem diretamente à conceituação realizada para o pavilhão *Serpentine, Folly* (2014), ao reforçar a ideia de uma arquitetura leve, delicada e suspensa, e que neste caso está sobre uma cama de grandes pedras que isolam a construção do solo

Efetivamente, a fragilidade da vida, a desapropriação e decrepitude, a transitoriedade e o abandono são imagens que insistem em se instalar no discurso e que por vezes aparecem no pobre circo das cidades, que armam as suas tendas ao ar livre e são capazes produzir magia, mas em pouco tempo desmontam e viajam para repetir seu show em outra cidade, como se fosse uma novidade. (Sato, 2016. p.118, tradução nossa)

Este percurso, que direciona o espectador para adentrar neste circo metafórico e em algumas vezes literal, é o movimento realizado por Radic ao reformular o abrigo "La Habitación" (1997) em 2007.

Esta construção, realizada para usufruto do casal Correa e Radic, localizada em um local distante da área urbana em Chiloé, assume certas radicalidades e experimentações em termos de métodos construtivos, mas, acima de tudo, surpreende pela austeridade programática. Um ambiente único que contém somente um apoio de pia e de um fogão envolto por uma retícula de madeira e uma escada que a partir de 2007 é inteiramente recoberta por uma lona vermelha.

A referência visual ao armário da escultura em questão remete a uma maquete de madeira realizada para a primeira versão de *La habitación* (1997), objeto que foi também o ponto de partida para a proposta do concurso para o Teatro Regional de Biobío. Um prisma retangular de dois pavimentos composto por uma retícula construída com encaixe de sobreposição em meia cana de tábuas que conformam a espacialidade desta hipótese, como apontam Cislighi e Silvestre (2019, p.1161): "A estrutura dialoga profundamente com as técnicas ancestrais do ofício e artesa-

nato da madeira com as quais se construíam desde igrejas até embarcações e moradias ilhéus". Posteriormente, este projeto foi alterado por uma volumetria de um pavimento em decorrência das dificuldades de logística de se construir na ilha de Chiloé, assim como em 2007 passou por uma reforma completa de sua cobertura.

Originalmente o teto do refúgio abrigava um banheiro e a saída da escada era protegida por uma sequência de três retângulos formalmente articulados em diagonais, os quais, por uma questão de manutenção e impermeabilização, foram totalmente removidos e substituídos por uma lona vermelha, em forma de uma tenda triangular suportada por uma estrutura metálica levemente "diagonalizada": um circo impermanente de coloração sanguínea sobre a construção existente, ato realizado no projeto da "NAVE" (2010-2014), que abriga esta operação em sua mais completa literalidade e que aqui abre novas frentes em termos de referências.

Os paralelos com a escultura também se fortalecem a partir dos desenhos técnicos e das fotos desta casa presentes na publicação *Obra Gruesa* (2019), as quais apresentam a declarada presença de roupas e objetos pessoais dispostos ao redor desta malha estrutural de madeira como um registro de pós-ocupação caótico em um ambiente em que a própria casa passa a ser o suporte dos acúmulos às necessidades íntimas e privadas de um uso minimamente necessário para um refúgio. Já na cobertura, uma atmosfera de coloração sanguínea e difusa é preponderante, como um circo sobreposto a casa, este passa a ser um arquétipo estruturante na obra de Radic e que percorre diversas obras do autor tais como a "Casa CR" (2003), a "Vinícola Vik" (2012), "NAVE" (2014) e o "Teatro de Biobío" (2017).

A forma que esta escultura repousa sobre o chão, que através de suportes de vidro passam a mediar o toque da escultura com o solo, estabelece outra ponte com as obras de Radic. A partir do destaque presente no manifesto "Comentários para una exposición a base de algunos escritos de Tadeusz Kantor y Bruno Schulz" (Radic, 2019, p.142), as referências a uma estrutura pavilhonar remetem diretamente à conceituação realizada para o pavilhão *Serpentine, Folly* (2014), ao reforçar a ideia de uma arquitetura leve, delicada e suspensa, e que neste caso está sobre uma cama de grandes pedras que isolam a construção do solo e que transmitem os esforços por meio de um elemento mineral, sólido e com seu peso como contraponto.

O guarda-roupa de Radic repousa sobre suportes de vidro, do tipo usado para fixar pianos de cauda, num

delicado gesto à arquitetura vernácula japonesa que sustenta suas pinturas sobre pedras. Por sua vez, essas pedras, não permitem que a terra transmita todo o seu nervosismo para a casa, que em radical reforça a ideia de isolamento. (Sato, 2016, p.118)

Da mesma forma, a maneira com que a fundação do Teatro de Biobío (2017) foi executada e proposta implica um edifício que dialoga com essas mesmas tensões: uma estrutura conformada por uma densa reticulada de concreto de 3,9 m, que em seu perímetro se expande horizontalmente em busca de maior estabilidade, a qual se instala sobre uma laje radier de 50 cm, como um barco que se atraca em terra firme.

Este aspecto remete ao enfrentamento de impermanência inerente às construções de Chiloé pela referência à tradição chamada "la minga" de se transportar as casas sobre o mar, como um ato nômade, e que passa a conformar o partido de suas obras e que, em terras instáveis, conformam leituras que não passam despercebidas por Correa e Radic, os quais acendem essa tensão –sempre um ato necessário – por meio dos pequenos elementos vítreos coloridos.

"O Colchão" (2013) é um objeto amplamente explorado por Correa na série *Pesos Muertos* (2011), cujos elementos, "apesar de parecerem descartes destinados ao esquecimento, fazem parte do preenchimento das nossas memórias." (Mardones, 2016, p.105, tradução nossa), objetos que nos levam para um estado onírico e distanciado da atividade produtivista relativa ao trabalho. Já na obra de 2013, Correa reforça, segundo Sato (2013), um esforço físico que tenciona este objeto ao ponto que ele apaga as memórias de sua vida útil, como se as cordas que o transpassam apagassem as marcas que o peso de seus corpos pudesse gravar.

Marcela torceu os colchões a ponto de extrair todos os vestígios de intimidade que pudessem conter, toda a memória do sonho, fantasias e sexualidades que neles repousam, pois os colchões hospedam ações que não estão apenas relacionadas à sexualidade e à luxúria de os corpos, eles também abrigam coisas da alma. (Sato, 2016, p.117, tradução nossa)

os artistas exploram a ideia de embalagem como uma forma de transformar objetos comuns em arte e desafiar a percepção do espectador sobre a natureza e a função dos objetos do cotidiano

Este objeto amarrado, embalado, remete novamente à conceituação do Teatro de Biobío, o qual parte da provocação apresentada pela imagem de Tadeusz Kantor "Bio-objeto, La máquina funerária" de 1961.

A ilustração de Kantor retrata um volume amorfo amarrado igualmente com cordas, contendo sua estrutura em um único corpo, sobreposto a um suporte mecanizado com rodas e uma manivela, indicando uma ação. No topo dessa imagem, destacam-se duas figuras: a primeira, com um chapéu e um rosto ausente, representa uma figura sombria, a morte; a segunda, apenas com a cabeça para fora do grande volume embalado, pertence a um desconhecido, o interior.

Radic refere-se a esta referência como uma possível presença, uma imagem-matéria (Radic, 2021) que, a partir da definição de José Luis Brea (2010, p.11), "produzida como se estivesse embutida no suporte, soldada ligado", adere à conceituação do teatro ou à proposta de um teatro embalado em alusão a ilustração de Kantor. Como diz Tadeusz Kantor (apud Radic, 2019, p. 154, tradução nossa), "minhas embalagens foram uma tentativa de 'decifrar' a própria natureza do objeto. Escondendo, embrulhando".

Inspirada em *L'énigme d'Isidore Ducasse* (1920) de Man Ray,¹² a máquina funerária determina que o objeto coberto, escondido, passa a ganhar forma e a aparecer a partir de uma interpretação ou suposição externa e essa passa a ser a estratégia central: esconder algo para que apareça de outra forma novamente (Lanza-miento, 2021).

Assim como na entrevista realizada por Enrique Walker (Radic, 2013) e as apresentações conceituais posteriores

ao concurso, Radic aponta para a obra de Christo e Jean Claude como artistas que se apropriaram deste mesmo mecanismo: esconder para ressignificar. Aqui, apesar do conjunto produzido pelos artistas franceses ser posterior às referências de Kantor e Man Ray, são obras que formalmente constituem uma presença e semelhança de importância determinante para este estudo.

A relação visual, construtiva e de escala com a obra *Package on a Hunt* (1988), bem como as obras de Man Ray e Kantor, é direta e marca o percurso da obra de Christo como uma das primeiras instalações de maior escala. Nela, os artistas exploram a ideia de embalagem como uma forma de transformar objetos comuns em arte e desafiar a percepção do espectador sobre a natureza e a função dos objetos do cotidiano.

Por fim, esta obra é essencialmente a exposição do que Sato (2016, p.155) aponta no título de seu ensaio, a partir da poesia: as intimidades dos autores passam a ser públicas, compartilhando um mundo que pertence e diz respeito ao espectador.

Essas obras conjuntas concebidas a partir de campos compartilhados interdisciplinares conformam um cruzamento referencial de textos, publicações e determinam um contexto teórico reconhecível na produção de Marcela Correa e Smiljan Radic.

5. Considerações finais

Os casos estudados aqui apontam para princípios práticos e teóricos que surgem de forma recorrente nas obras de Correa e Radic, orientando a abordagem crítica e a compreensão desses trabalhos. Primeiramente, destaca-se o resgate de técnicas ligadas à produção de elementos básicos para a sobrevivência de uma cultura construtiva popular, como o exemplo da grande casca cerâmica utilizada na queima do carvão. Em um segundo momento, observa-se a influência dos eventos sísmicos na formação cultural de um país e, consequentemente, o questionamento das possíveis respostas para propostas que abordam essa constante fragilidade diante da necessidade de abrigo, que proporciona um sentimento básico de segurança e conforto. Por fim, destaca-se a

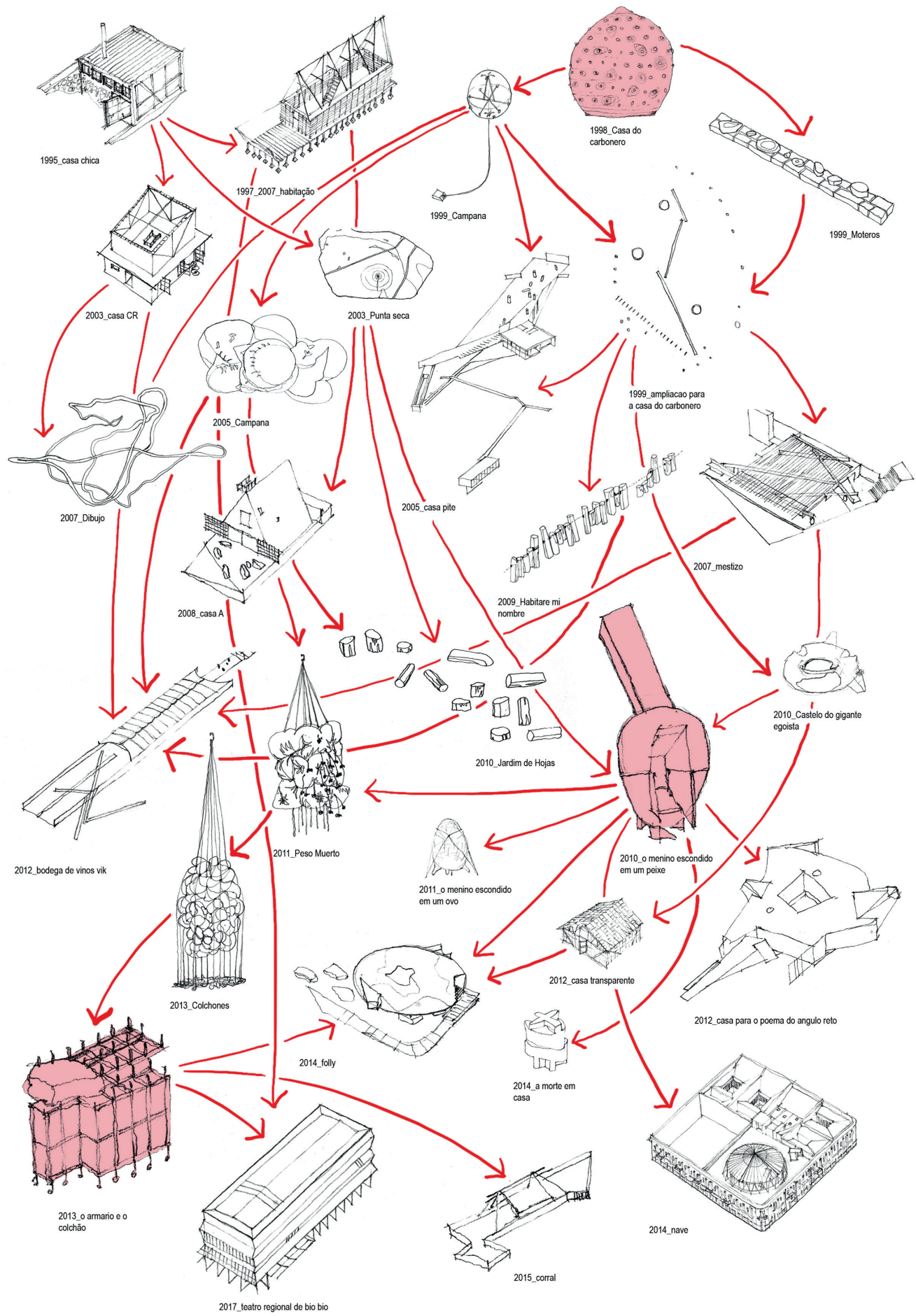
destaca-se o resgate de técnicas ligadas à produção de elementos básicos para a sobrevivência de uma cultura construtiva popular, como o exemplo da grande casca cerâmica utilizada na queima do carvão

memória de uma imagem nostálgica aplicada a objetos, expondo os limites de uma intimidade pública.

Três temas que orientam essas obras, os quais exploram uma força estética resultante de uma necessidade, uma resposta imediata na qual apenas essa condição visceral seria capaz de gerar elementos consolidados do ponto de vista teórico. A partir do tensionamento de lugares e técnicas que levam as experiências de cada autor ao limite, seja pela compressão de um espaço habitado ou pela presença de objetos nostálgicos, como o circo popular que permeia o imaginário de Radic, ou pelo esforço grandioso em esculpir e mover pedras de grandes dimensões, no caso de Corrêa.

Em contraponto a essas abordagens teóricas, a questão da ambiguidade em relação à natureza do uso torna-se fundamental para compreender esses trabalhos. Obras que transitam entre a escultura e a arquitetura se confrontam com um embate de escala. São penetráveis em que o espectador enfrenta o desafio de sua habitabilidade. Em outras palavras, existe uma ambiguidade direta em relação à nossa capacidade de ocupar e pertencer a esses espaços, como exemplificado na imagem de David Hockney, *El niño escondido en un pez* (1969), em que uma criança busca abrigo em um peixe, em um mundo particular e fantasioso, isolado da realidade.

Técnicas que amalgamam a arquitetura e a escultura através de ações como cortar, esculpir, costurar e queimar, formam uma construção autônoma. Seja através de um amontoado de materiais que, após uma transformação química, consolidam uma casca que poderia ser habitada, ou diante do corte e da subtração de uma matéria sólida como a pedra, que, por fim, consolida um espaço de imersão. O limite entre as disciplinas é justamente o que permite um tensionamento de ambos os campos como



objetos de experimentação, oferecendo uma possibilidade livre que exclui um compromisso da arquitetura e que se apresenta como uma oportunidade para aprofundar reflexões e técnicas. É uma reunião de pesquisas de ambos os autores em objetos catalisadores que, por meio de experiências sucessivas, estruturam uma metamorfose constante de enfrentamentos tectônicos.

Por outro lado, a nebulosidade que a pesquisa enfrenta ao se deparar com o tema das coautorias é a raiz da potência de ambas as trajetórias, principalmente na construção do reconhecimento de Radic, que depende absolutamente desse diálogo, da construção de uma ideia conjunta e de uma experiência vivida. Isso fica evidente nas propriedades que o casal construiu ao longo dos últimos 27 anos em ambientes de experimentação radical e de suporte para uma trajetória profissional e pessoal, que está sempre tensionando as questões tanto familiares quanto profissionais aqui apresentadas.

De certa forma, é inegável que existe uma devoção e dedicação de Radic em relação à obra de Correa, um fato que reverbera em sua trajetória, também em uma postura que poderia se assemelhar a uma homenagem. Projetos como a "Vinícola Vik" (2012) e a "Casa Pite" (2005) destacam a presença de Correa de maneira direta, por meio de esculturas, sejam elas autorais ou preitos, o que delimita um olhar recíproco entre arquitetura e escultura, fruto dessa relação entre os autores.

A busca por fontes acadêmicas, registros de exposição, entrevistas e textos críticos sobre as obras produzidas pelos autores em questão aponta claramente para uma assimetria significativa em termos de material disponível, com a ausência de textos externos sobre a obra de Correa. Com exceção de Mardones, Sato e do próprio Radic, esses materiais deixam sempre as leituras críticas bastante circunscritas a um campo autorreferencial, dentro de um espectro muito restrito. Aqui cabe a possibilidade de incentivar futuros textos e pesquisas exclusivamente voltados para a escultora, a fim de expor sua trajetória a um público maior e revelar a potência de suas obras.

O caminho de análise aqui realizado enfrenta o protagonismo do arquiteto nas falas, textos e na comunicação, como a exemplo da entrevista realizada na ocasião da Bienal de Veneza em 2010 (Architecture, 2010). Trata-se de um registro singular no que diz respeito às características e personalidades dos autores, em que Correa se expressa de maneira contida e Radic assume o papel de porta-voz do trabalho realizado, o que acaba por dificultar uma possibilidade de equidade em termos de compreensão do espectador.

Trata-se de um limite difuso, complexo e enraizado na formação de Correa e Radic, um percurso que se inicia

na formação profissional, percorre a construção de casas, refúgios, esculturas de grande porte, até uma fusão entre arte e arquitetura que borra os limites autorais.

Como aponta Correa (Revisión, 2020), a união dos autores se fortalece na coragem em realizar grandes movimentos, transpor materiais pesados, de grandes proporções e que requerem um esforço de saberes ancestrais para que exista a percepção de escala e principalmente o contraponto entre o tempo contemporâneo e o tempo histórico. Um elemento natural que carrega essa simbologia nos projetos da escultora e do arquiteto é a rocha, como exemplificado pela atribuição de pilar no caso do "Restaurante Mestizo" (2007) ou pela incorporação como esculturas na esplanada de entrada da Casa Pite (2005), rodeada por monólitos verticais de basalto.

Uma história biográfica coletiva que é marcada pela busca de um lugar de apaziguamento, um refúgio capaz de isolar a relação com o mundo e suas dificuldades, um armário que permite o acolhimento de uma criança, protegido e seguro: "[...] um ninho que junta as coisas espalhadas e traz segurança" (Revisión, 2020).

Guiados pela vontade constante de abordar questões relativas à cultura chilena e de refletir isso em suas obras, não se trata aqui de enfrentamentos genéricos, mas sim de esforços para reposicionar a escultura e a arquitetura diante de um contexto em que a singularidade cultural, as técnicas e eventos específicos desse país assumam relevância cultural ou rompam com uma estrutura espacial já consolidada. Esses esforços e provocações buscam encontrar espaços correspondentes a uma expansão de importância institucional.

A partir do vídeo produzido por Masha Vasyukova, um documentário sobre o processo criativo de projeto e construção da *House of Alexander McQueen* (2021) em Londres, Radic aponta para a estante presente no escritório do casal repleta de elementos como pedras, pedaços de madeira, esculturas e refere-se a estes elementos como "coisas que o deslocam, livres de ideia, mas repletas de matéria, algo físico e não intelectual" (Vasykova, 2020). Como uma metáfora que percorre a produção de esculturas a partir de elementos naturais, os quais sofrem interferências precisas e humanas que não alteram a sua forma, essa percepção reforça a ideia de que estamos diante de um elemento puro. São matérias naturais que carregam principalmente a característica de um aspecto temporal e biológico, capaz de adicionar complexidade à transposição da matéria escultórica para a arquitetura.

AUTOR

Marcelo Maia Rosa é arquiteto e sócio do escritório Andrade Morettin Arquitetos Associados (2007) vencedor do concurso para nova sede do IMPA-RJ (2015). Foi responsável pela coordenação do novo museu do Instituto Moreira Salles (2017), em São Paulo. Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Mackenzie em São Paulo e TU/e em Eindhoven (2005), pós-graduado pela Escola da Cidade (2017) e Mestre pela FAU USP (2022). Foi cocurador do pavilhão brasileiro para a 16ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza “Muros de Ar” e atualmente é professor de projeto na Escola da Cidade.'

NOTAS

1. Marcela Correa, Corral, Galeria Patricia Ready, Santiago, 2016.
2. Acacia Caven, árvore que mede entre 2 e 6 metros de altura, presente nas regiões mais frias da América do Sul.
3. O sismo do Chile de 2010 ocorreu ao longo da costa da Região de Maule no Chile em 27 de fevereiro de 2010, com magnitude de 8,8 Mw.
4. Não foram encontrados registros do nome do carvoeiro em nenhuma das bibliografias relacionadas
5. Utensílio de cozinha ou laboratório utilizado para moer ou esmagar especiarias, sementes, substâncias químicas etc. Consiste em um recipiente de pedra, cerâmica, madeira ou outro material em forma de vaso amplo de cavidade semiesférica e um pequeno pilão (mão de pilão) usado para esmagar.
6. Radic refere-se principalmente à adaptação de projetos públicos sempre relacionados a construções existentes, que muitas vezes está ligada a uma morfologia habitacional, o que implica consequentemente uma ausência de projetos que de fato representem as instituições chilenas.
7. Refere-se à sala subterrânea do Museu Pré-Colombiano (2008).
8. Com a colaboração de Radic.
9. Mesmo que as obras tenham sido realizadas e assinadas em conjunto, não foram encontradas menções à coautoria do texto com Marcela Correa.
10. “Construções feitas de resíduos, resultado do acúmulo de elementos como resposta rápida, despreocupadas com pegadas fazem parte do imaginário de Radic” (Jaekel, 2017, p.289).
11. Tribo tártara; povo nômade; povo sem habitação fixa. [Por Extensão] Bando de pessoas indisciplinadas, de malfeitores causadores de tumulto: uma horda de bandidos. [Por Extensão] Reunião numerosa e desorganizada de pessoas; multidão. Fonte: <https://www.dicio.com.br/horda/>.
12. O título desta obra se refere ao famoso ditado de Isidore Ducasse em *Chants de Maldoror*: “Lindo como o encontro casual de uma máquina de costura e um guarda-chuva em uma mesa de dissecação.” (Lautréamont apud Dempsey, 2003. p.151). É uma ode ao anti-herói Maldoror, que perde sua fé em Deus após uma série de reveses e então começa a

flagelar o mundo com desordem e violência, além de ridicularizar a civilização ocidental. O livro foi publicado em 1869, um ano antes de sua morte aos 23 anos.

REFERÊNCIAS

A+U: Nenina Project Smiljan Radic. **Tokyo: A+U Publishing**, 611, 2021.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? *In*: AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Trad. Miguel Serras Pereira. Relógio D'água: Lisboa, 2009.

ARCHITECTURE BIENNALE. **Smiljan Radic and Marcela Correa (now Interviews)**. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HElpDeRhNs8>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BERREDO, Matias. **Smiljan Radić, além da matéria: imaginação e realidade construída no processo projetual**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) –Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BIARCH OPEN LECTURES. **Smiljan Radić**, “Un Ruido Naranja”. Barcelona: Barcelona Institute of Architecture, 2009. 1 vídeo (39 min). Disponível em: <https://vimeo.com/8736244>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BREA, José Luis. Máquinas de detención: la imagen estatizada. *In*: BREA, José Luis. **Las tres eras de la imagen**. Akal/Estudios Visuales: Madrid, 2010.

CELEDÓN, Alejandra. Come to light: Teatro Biobío in Concepción, Chile by Smiljan Radić. **The Architectural Review**, 2020. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/buildings/come-to-light-teatro-biobio-in-concepcion-chile-by-smiljan-radic>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CHUECA, Maria. **La construcción de lo extraño: Smiljan Radic**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Madri, 2020.

CISLAGHI, Anabella; SILVESTRE, Maria. Del material de un problema: aproximaciones a las ideas de arte, técnica y arquitectura. Caso Smiljan Radic Clarke. *In*: VIII Encuentro de Docentes e Investigadores en Historia del Diseño, la Arquitectura y la Ciudad, 2019.

CORREA, Marcela. **Marcela Correa: Esculturas 1986-2015**. Santiago: Puro chile, 2016.

DEMPSEY, A. **Estilos, escolas e movimentos: guia enciclopédico da arte moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

EL CROQUIS. El juego de los contrarios, Smiljan Radic. Madrid, n.167, 2013.

EL CROQUIS. El peso del mundo, Smiljan Radic. Madrid, n.199, 2019.

FISCHLI, F. et al. **Cloud '68 – Paper Voice: Smiljan Radić's Collection of Radical Architecture**. GTA Verlag: Zúrique, 2020.

FUNDACIÓN ANTENNA. **Revisión de Portafolio: Marcela Correa**. 16 set. 2020. 1 vídeo (48 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zyx6luUepzU>. Acesso em: 27 jul. 2022.

JAEKEL, Paola. **Pavilhões e o campo ensaístico**

da arquitetura: o caso da Galeria Serpentine em Londres. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIVNI, Pedro. **Campos Compartidos: Diálogos entre arquitectura y arte**, Smiljan Radic, 1990-2010. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, 2010.

MARDONES, Patricio. **Peso Pesado. 2G: Smiljan Radic**, Barcelona, Ed. Gustavo Gil, n. 44, 2007.

_____. Apuntes para los pesos muertos. *In*: CORREA, Marcela. **Marcela Correa: Esculturas 1986-2015**. Santiago: Puro chile, 2016, p.104-106.

NISHIZAWA, Ryue. **The Architecture of Smiljan. A+U: Nenina Project – Smiljan Radic**,Tokyo, n.611, 2021.

PALLASMAA, Juhani. **Una arquitectura de la humildad**. Fundación Caja de Arquitectos: Barcelona, 2011. (Colección la cimbra, n. 8)

RADIC, Smiljan. Una conversación con Smiljan Radic [Entrevista cedida a Enrique Walker]. **El Croquis**, Madrid, n.167, 2013, p.6-23.

RADIC, Smiljan. Natural Sintético. *In*: CORREA, Marcela. **Marcela Correa: Esculturas 1986-2015**. Santiago: Puro chile, 2016a.

_____. **Bestiary**. Japan: Toto, 2016b.

_____. **Cada tanto aparece un perro que habla y otros ensayos**. Barcelona: Puente editores, 2018.

_____. **Obra Gruesa**. Puro chile: Santiago, 2019.

RADIC, Smiljan. Entrevista concedida a Marcelo Maia Rosa, 2022. *In*: ROSA, Marcelo Vogt Maia. Temporalidade reinventada: três projetos de Smiljan Radic. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ROSA, Marcelo. A vinícola Vík: uma questão de escala, do concurso à obra. *In*: VII ENANPARQ, 2022, São Paulo. Anais do VII ENANPARQ – Refazer, restaurar, revisar. Vol. 2. São Paulo, IAU-USP, 2022, p.867-883.

SATO, Alberto. Intimidades públicas. *In*: CORREA, Marcela. **Esculturas 1986-2015**. Santiago: Puro chile, 2016, p.114-118.

SENNET, Richard. **O Artífice**. São Paulo: Record, 2008.

SOLANO, Rafael. **Refugios: una aproximación a la arquitectura de Smiljan Radic**. Dissertação (Mestrado) – Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, Montevideú, Uruguai, 2015.

TANIZAKI, Junichiro. **Em louvor da sombra**. Trad. Leiko Gotoda. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

2G: Smiljan Radic. Barcelona: Gustavo Gili, N.44, 2007.

TEATRO BIOBÍO. **Lanzamiento Catálogo Teatro Biobío**. Biobío, 10 nov. 2021. 1 vídeo (101 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b69O1HlntDQ>. Acesso em: 5 abr. 2023.

VASYUKOVA, Masha. **The Alexander McQueen store concept by architect Smiljan Radic**. 9 nov. 2020. 1 vídeo (11 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w_NHZNW-Xs&t=73s. Acesso em: 27 jul. 2022.

projeto

A periferia no centro: um olhar sobre São João de Meriti

Ariane Pereira e Larissa Monteiro

Nas dinâmicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a periferia está situada num cenário de dependência econômica, cultural e política do centro hegemônico. Essa leitura nos aponta que as práticas urbanísticas, que resultam na atual estrutura centro-periferia como resposta, frequentemente materializam a ideia de mobilidade metropolitana a partir da construção de infraestruturas. O desequilíbrio presente na estrutura centro-periferia causa a formulação de novas hipóteses metodológicas e projetuais. O projeto "Periferia no centro" apresenta uma atitude possível, dentro desse contexto, advogando pelo desenvolvimento de subcentralidades. A partir da inserção de lâminas de moradia e trabalho de forma estratégica, produz diversidade programática, além de fomentar espaços públicos, coletivos e livres como ferramenta de articulação social.

PALAVRAS-CHAVE: periferia; habitação; espaço público.

LA PERIFERIA EN EL CENTRO: UNA NUEVA
PERSPECTIVA SOBRE SÃO JOÃO DE MERITI

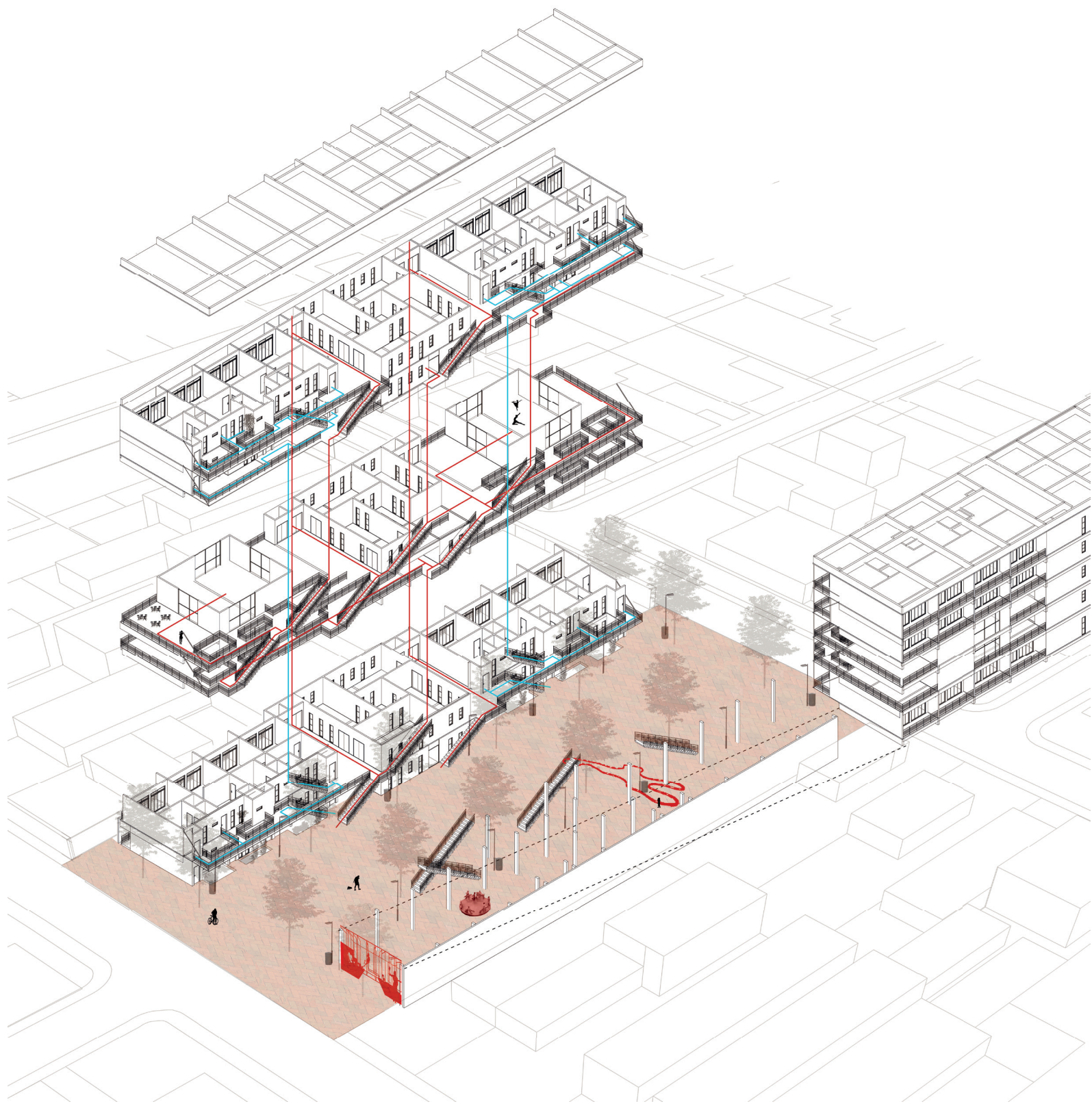
En la dinámica de la Región Metropolitana de Río de Janeiro, la periferia se sitúa en un escenario de dependencia económica, cultural y política del centro hegemónico. Esta interpretación señala que las prácticas urbanas que resultan en la actual estructura centro-periferia como respuesta, muchas veces materializan la idea de movilidad metropolitana a partir de la construcción de infraestructura. El desequilibrio presente en la estructura centro-periferia provoca la formulación de nuevas hipótesis metodológicas y de diseño. El proyecto "Periferia en el Centro" (Periferia no centro) presenta una posible actitud, en este contexto, abogando por el desarrollo de subcentralidades. A partir de la inserción de capas de vivienda y trabajo de manera estratégica, se produce diversidad programática, además de promover espacios públicos, colectivos y libres como herramienta de articulación social.

PALABRAS CLAVE: periferia; vivienda social; espacio público.

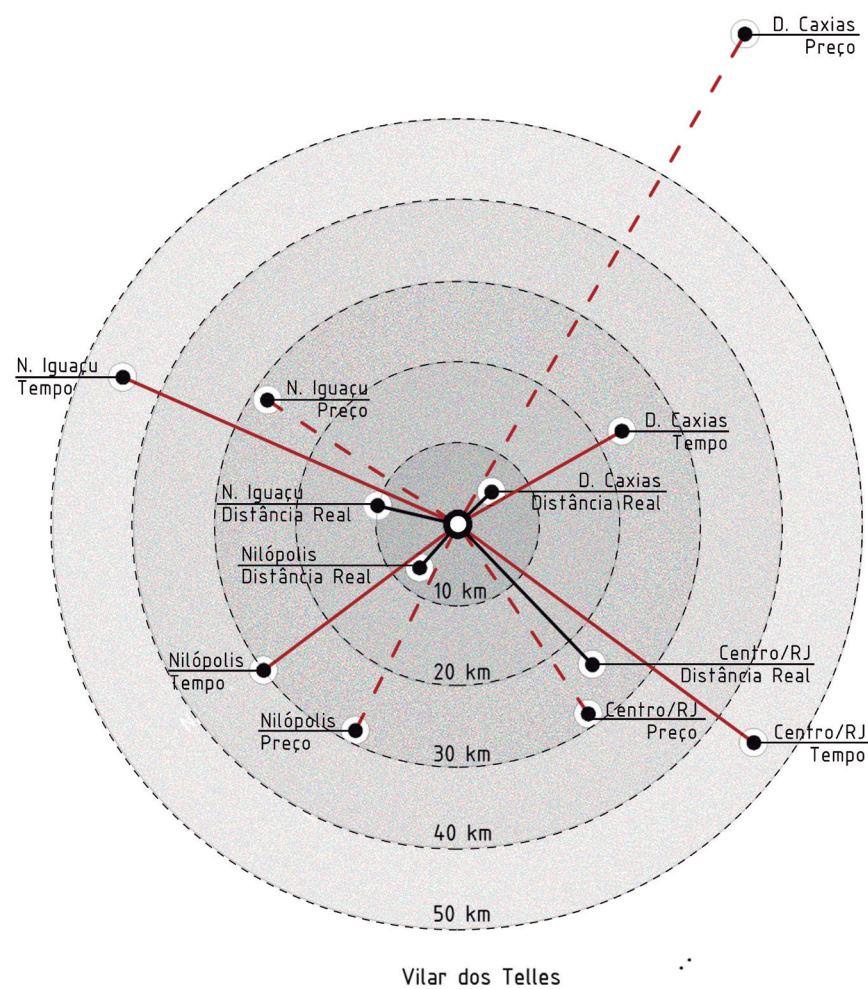
THE PERIPHERY AT THE CENTER: A NEW
PERSPECTIVE ON SÃO JOÃO DE MERITI

In the dynamics of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, the periphery is situated within a scenario of economic, cultural, and political dependence on the hegemonic center. This interpretation suggests that urban practices often result in the current center-periphery structure as a response, which frequently materializes through the idea of metropolitan mobility via infrastructure construction. The imbalance inherent in the center-periphery structure leads to the formulation of new methodological and projective hypotheses. The project "Periphery at the Center" (Periferia no centro) presents a possible stance within this context, advocating for the development of sub-centralities. By strategically inserting housing/work buildings, it produces programmatic diversity and fosters public, collective, and free spaces as tools for social articulation.

KEYWORDS: periphery; social housing; public space.



projeto



p. 207:TEM
LEGENDA?

Diagrama de análise do tempo, distância e custo de deslocamento numa relação entre São João de Meriti e Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Centro do Rio de Janeiro.

Lançar o olhar sobre as questões da periferia metropolitana foi o ponto inicial desta pesquisa que se materializa projetualmente desde a escala urbana até a habitação. Nas dinâmicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a periferia está situada em um cenário de dependência econômica, cultural e política do centro hegemônico. Essa leitura nos indica que as práticas urbanísticas que resultam na atual estrutura centro-periferia como resposta, materializam a ideia de mobilidade metropolitana a partir da construção de infraestruturas. E estas, sozinhas, não conseguem lidar com as demandas periféricas. Apesar de promoverem o acesso da população da periferia aos recursos da centralidade metropolitana, reforçam a relação de dominação do centro.

Em 2018, foi publicado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (Pedui), desenvolvido pela Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, que propõe uma estrutura policêntrica com o fortalecimento das centralidades urbanas secundárias e a sua articulação em rede, sugerindo transversalidades que contraponham as estruturas radiais.

O Município de São João de Meriti atua como piloto de alguns dos projetos metropolitanos, gerando intensos debates entre as prefeituras do Rio de Janeiro, de São João de Meriti e a Câmara Metropolitana – com os quais temos nos envolvido e participado desde março de 2018. São João de Meriti se situa na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, sendo hoje o município com maior densidade demográfica da América Latina, com pouco mais de 13 mil habitantes por quilômetro quadrado e 99,9% do solo

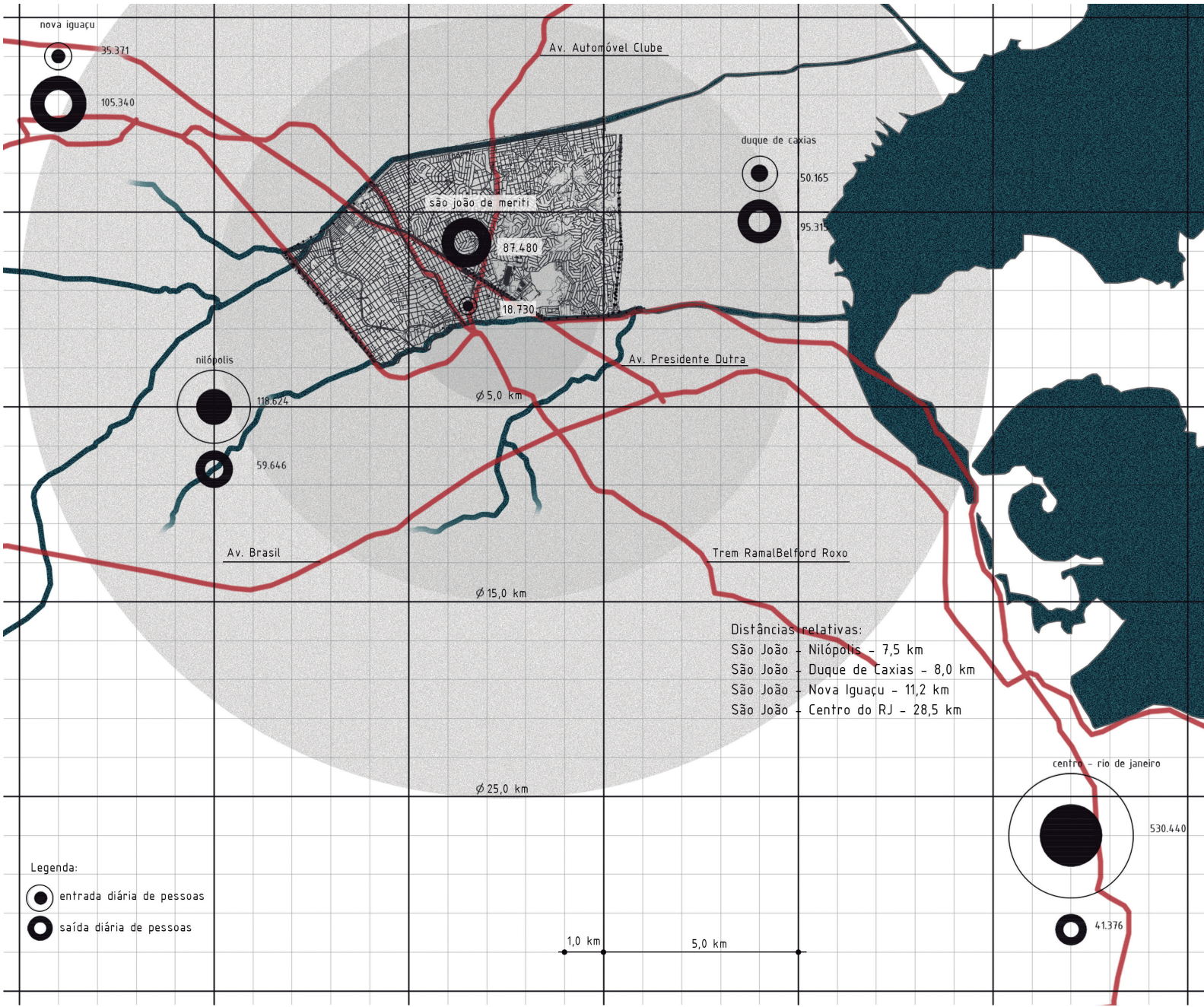
ocupado. É cortado por grandes infraestruturas de transportes e delimitado pelos rios Sarapuí e Pavuna.

Como a maioria dos municípios da Baixada, São João de Meriti é caracterizado pela dependência econômica do centro do Rio de Janeiro. Por isso, o atual plano proposto para São João de Meriti (SJM) apoia-se na construção de infraestruturas de mobilidade, além do fortalecimento de seu centro comercial.

Embora esta aposta na mobilidade metropolitana defenda o acesso das populações periféricas aos recursos da centralidade, diversos estudos (entre eles, um extenso relatório do Sebrae sobre mobilidade metropolitana na RMRJ, de 2013) apontam que, por reforçarem o esquema radial em direção ao centro da metrópole e concentrarem recursos em pequenas zonas comerciais, acaba por reforçar a relação de domínio do centro metropolitano, ao invés do fortalecimento distribuído da periferia.

A existência por si só de vias que façam conexões metropolitanas não é garantia de uma provisão confortável de serviços, lazer, cultura, entre outros programas necessários à qualidade de vida urbana e ao direito à cidade.

O mapeamento das infraestruturas demonstra que SJM é cortado por grandes vias de transporte, como a Rodovia Presidente Dutra (conexão Rio-São Paulo) e a Avenida Automóvel Clube. Conta também com duas linhas ferroviárias, sendo a primeira o ramal de passageiros Belford Roxo (Belford Roxo-Estação Central do Brasil); e a segunda linha de trem, destinada ao transporte de cargas, usada esporadicamente. Na divisa com o bairro de Pavuna há ainda uma importante conexão com a



Mapa de entrada e saída diária de pessoas dos municípios de São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Centro do Rio de Janeiro.

projeto

estação de metrô da Pavuna, estação terminal da Linha 2, que faz transporte até o bairro de Botafogo (e potencialmente até a Barra da Tijuca com um único bilhete), cruzando o centro do Rio de Janeiro.

Olhando transversalmente as linhas de transporte metropolitano, é possível perceber na malha viária, como se dão as conexões intra e entre municípios. Essas são dificultadas por diversos fatores. Em SJM a topografia acidentada em uma parte considerável do município forma uma série de morros. Além disso, o sentido de atravessamento das infraestruturas de transporte (rodovias e ferrovias, citadas acima) e a forma como se implantam no território funcionam como limites físicos ao deslocamento. Outro fator importante é o custo do deslocamento intermunicipal por conta dos monopólios e da falta de integração nas tarifas.

O deslocamento na escala metropolitana não é necessariamente algo negativo. A mobilidade é de extrema importância para o acesso e o direito à cidade e no fortalecimento das relações urbanas. Entretanto, o estudo de como as variáveis do deslocamento se dão é para que possamos entender o quanto essas relações de subordinação, conexão e dependência são pertinentes ou não.

Analisamos esse deslocamento em razão de três fatores: distância, tempo e custo, a fim de avaliar não apenas a qualidade do deslocamento, mas também a necessidade de uma autonomia de SJM. Para a construção desse gráfico foram utilizados como parâmetros os dados de deslocamento do metrô do Rio de Janeiro, apenas como medida referencial, sendo, portanto, 30 km (distância) para 1h (tempo), custando R\$ 4,30. Em outras palavras, pagando R\$ 4,30, é possível percorrer 30 km em 1h usando o metrô. O gráfico abaixo é uma síntese da análise do tempo, distância e custo de deslocamento numa relação entre São João de Meriti e Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e o centro do Rio de Janeiro.

Através dessa análise, foi possível perceber que mesmo apresentando um movimento de massa muito maior, mais distante e mais demorado que os demais o trajeto

para a maior centralidade da RMRJ é de longe a rota que sofre maiores esforços para ser mitigada.

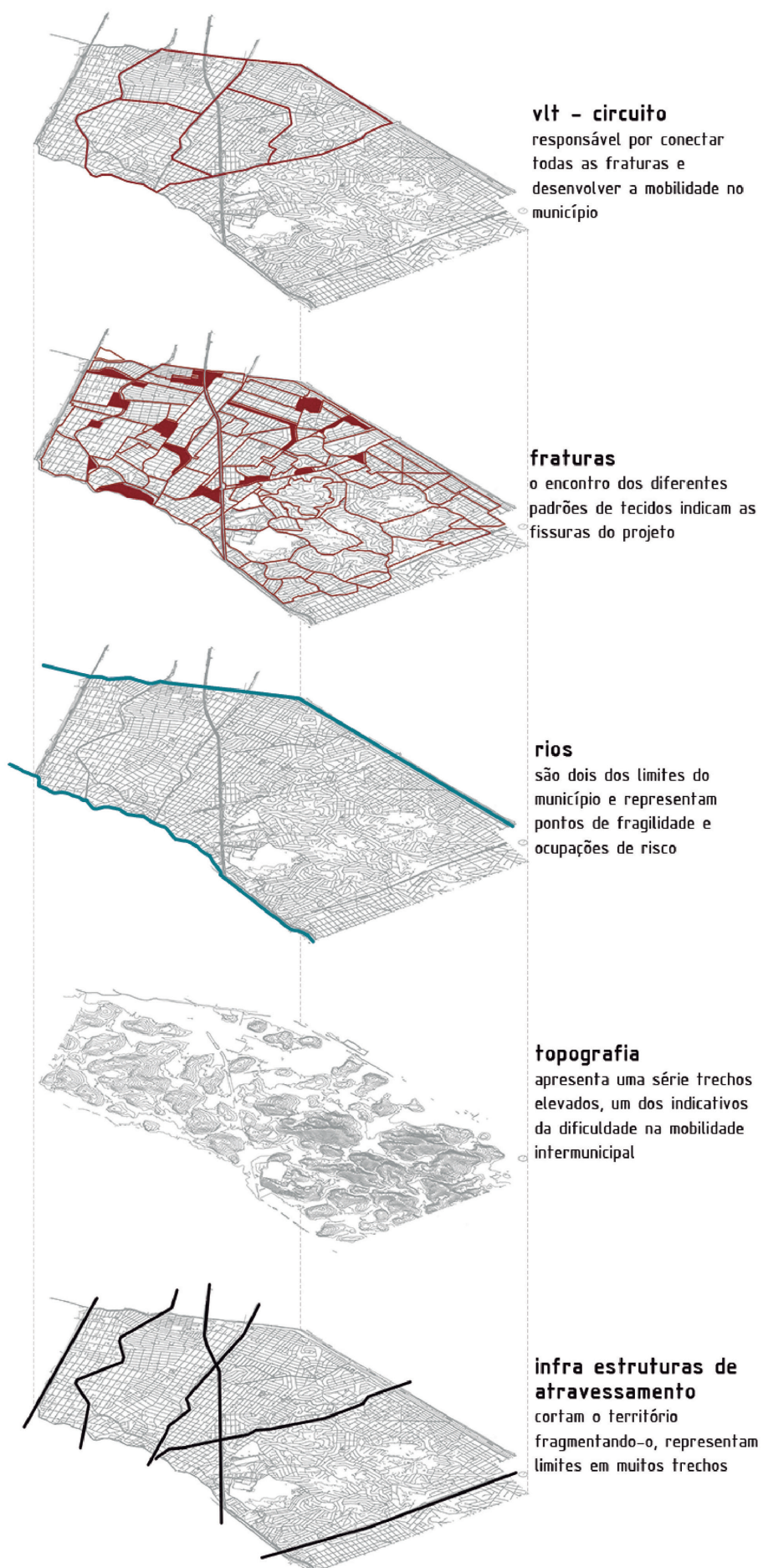
É, portanto, possível afirmar que as políticas de mobilidade urbana no Rio de Janeiro apenas agem como vetor de reafirmação da condição de periferização com foco no desenvolvimento do atual Centro do Rio de Janeiro como principal polo de emprego e serviços, abrandando através do tempo e do valor pago pelo transporte público para chegar a essa área da cidade, a sua distância. Proposta de uma nova linha

Em 2017, foi desenvolvida uma proposta de implantação de uma linha de VLT pelo consórcio Systra/Tectran (especializado em mobilidade) e o Atelier Parisien d'Urbanisme (Apu). A linha (indicada em vermelho no mapa) tem seu traçado paralelo ao atual ramal de cargas de Santa Rita operada pela MRS Logística. Segue por 18 km entre a Pavuna e o Arco Metropolitano, em Nova Iguaçu.

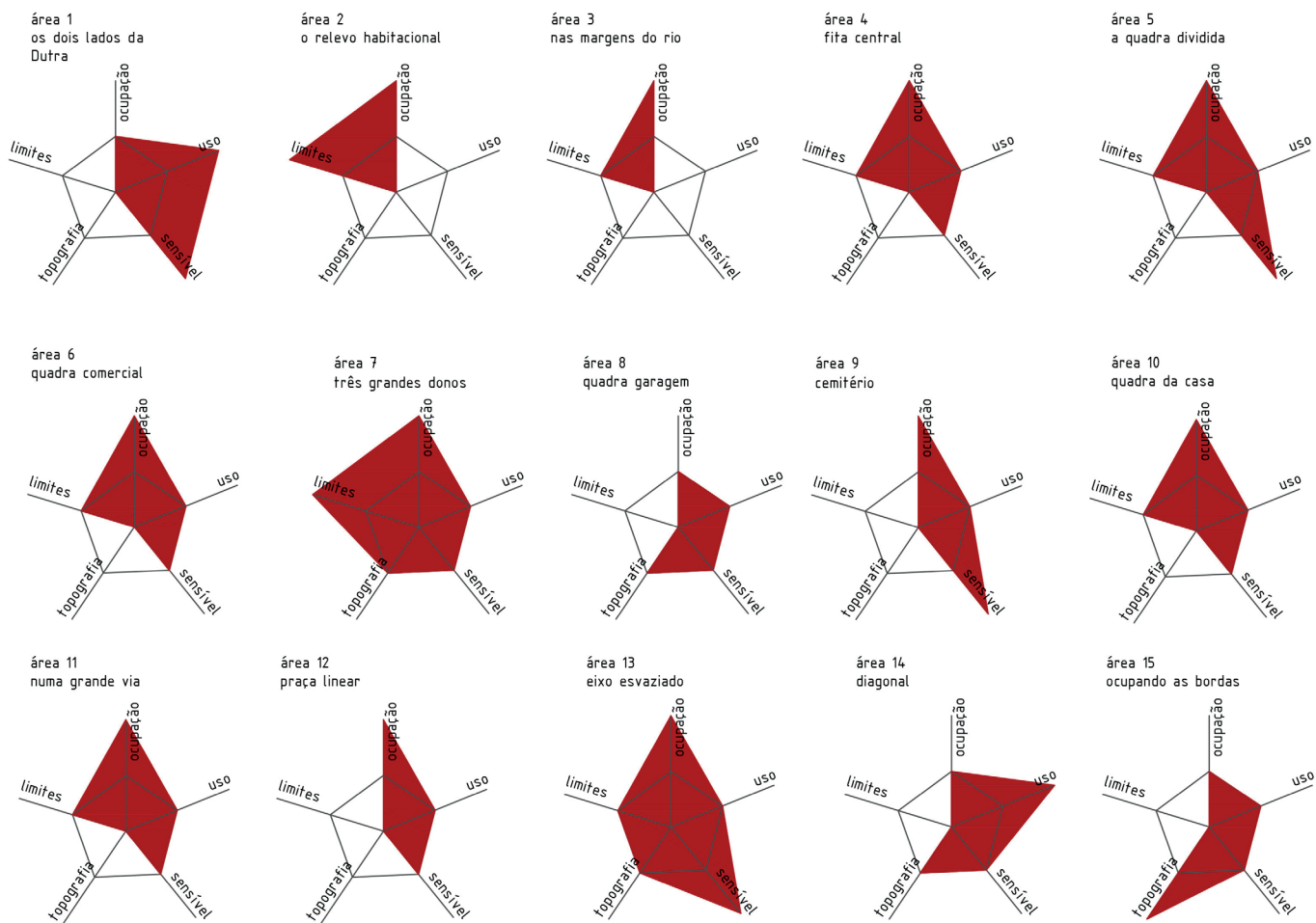
Por se tratar de mais uma linha de atravessamento que cortaria o município, nossa proposição para o sítio ocorre a partir da elaboração de um *masterplan*, com o intuito de identificar as possíveis áreas territoriais para desenvolvimento das subcentralidades e da rede municipal de conexão. Propomos que as novas centralidades sejam estruturadas nas áreas que foram compreendidas como "enclaves". Essa proposta busca contrapor a leitura de senso comum, da periferia como genérica e em *grid* aparentemente aberto. Ao contrário, ao encontramos trechos de trama com particularidades específicas e após integrarmos esses trechos de tecido, foi possível observar fragmentos residuais com caráter mais fechado em si, semelhante ao que Albert Pope (1996) propõe como *ladder* (escada).

Desafiando a visão simplista da periferia como tecido homogêneo e isotrópico, identificamos trechos de tecido

Análise das camadas presentes sobre o tecido de São João de Meriti que permitem a identificação de morfologias e dinâmicas mais complexas do que o esquema centro-periferia.



projeto



Diagramas estrela de parâmetros de análise das fissuras

apartados dos demais em seu entorno devido à sua morfologia – recortes urbanos que chamamos de “enclaves”. Estas formações emergem a partir de inúmeros fatores, entre os quais: o processo fragmentado de ocupação do território; a topografia; e a presença de rios, vias e enclaves industriais etc. Esses enclaves fazem com que o território se configure como uma “colcha de retalhos” de tecidos urbanos, que por vezes não se “costuram”, quase fechados em si mesmos.

Após entender esses enclaves, escolhemos criar um sistema de categorização dos espaços para obter as particularidades de cada uma delas. A ideia é que a partir delas possamos indicar diretrizes projetuais, fazendo com que a articulação desses núcleos reforce a lógica de conjunto.

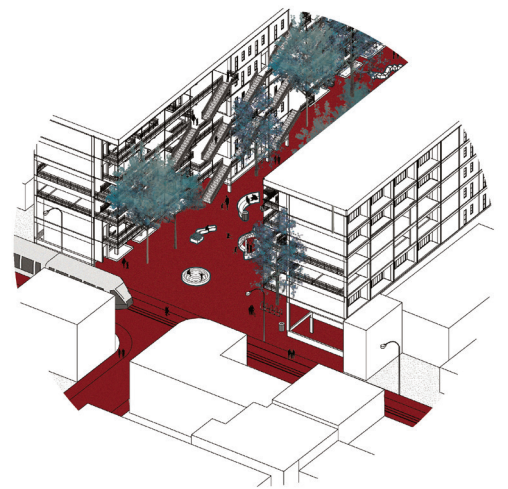
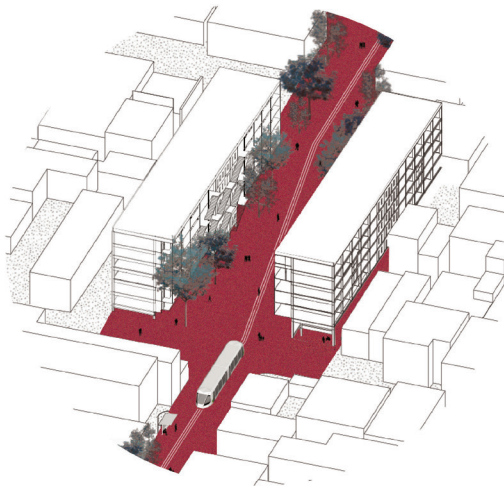
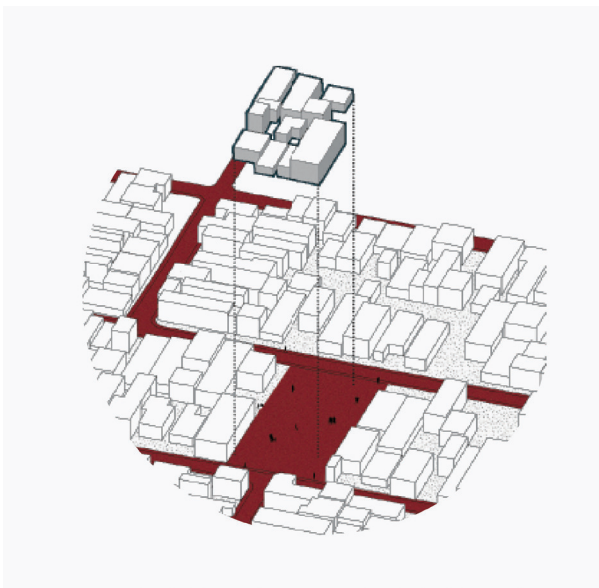
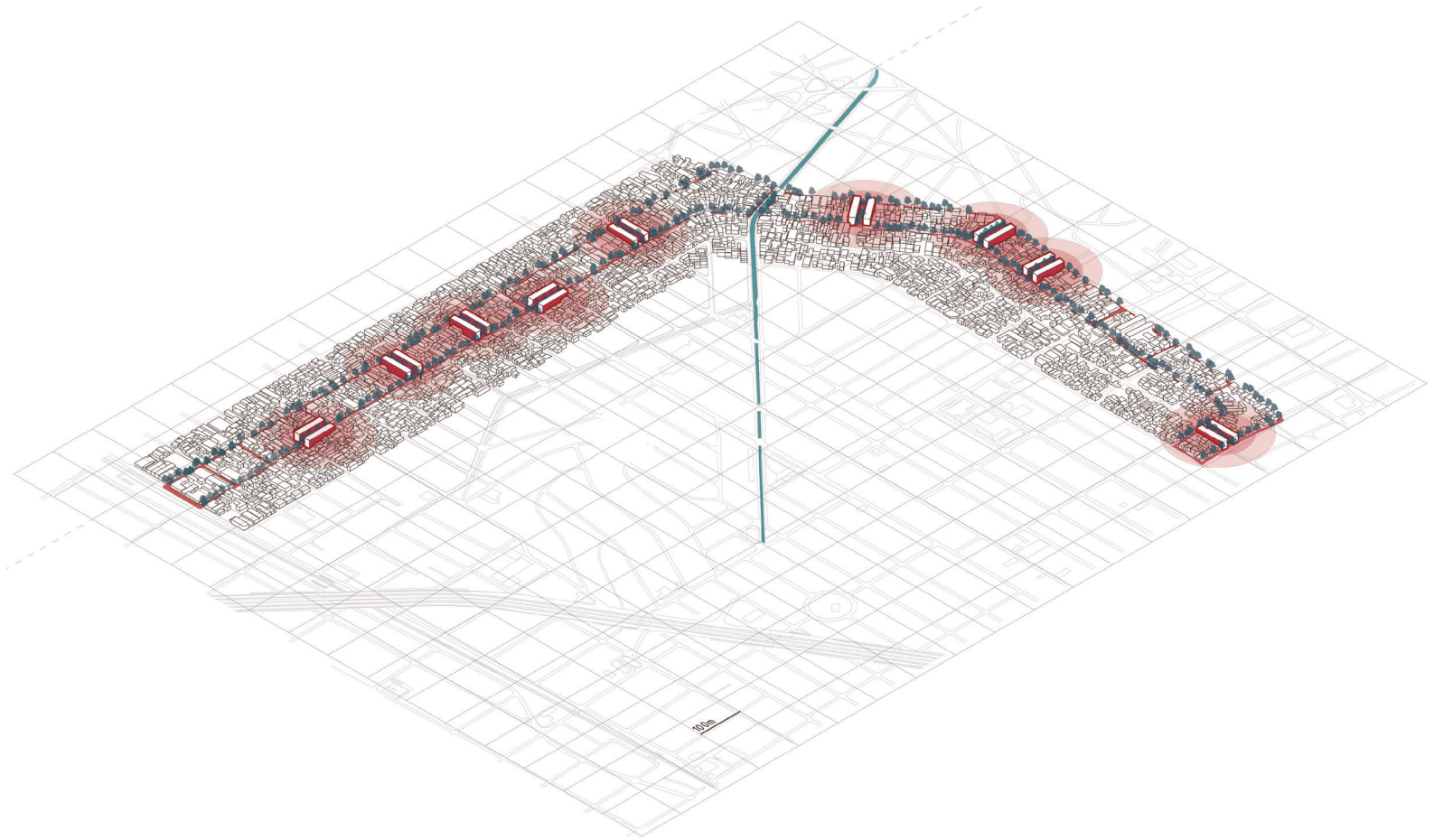
Os diagramas “estrela” buscam direcionar uma caracterização de particularidades dos fragmentos encontrados buscando tanto uma quebra do paradigma de identidade isotrópica das tramas periféricas quanto uma sistematização da análise de uma área tão grande e complexa que seria difícil sem o recurso da catalogação.

É importante ressaltar que embora haja uma lógica de gradação, não há estabelecimento de juízo de valor quantitativo, e por isso o número 2 não é melhor que o 0, mas sim uma ideia de grupamento e leitura, tanto numérica quanto visual.

Compreendidas como zonas de troca, costura e “conflito” entre tecidos, as fissuras tornam-se áreas potenciais para “poli-nuclear” o município de São João de Meriti. Centros feitos não pelo “pré-apaziguamento da sociedade”, mas pela possibilidade de diferença.

A estratégia urbana trata da criação de uma rede de transporte que facilite o acesso à toda extensão de São João de Meriti, de forma mais eficiente quanto à relação espaço versus tempo, a partir da introdução do VLT aos modais preexistentes. Esta rede seria responsável pela conexão das sub centralidades aqui propostas, articulando uma espécie de “circuito intramunicipal”. Essa proposta surge em contraposição a um dos projetos apresentados para São João de Meriti, que cria uma linha de VLT no sentido centro-periferia – mais uma a ramificar o domínio do centro da metrópole.

Dentro das áreas de atuação possíveis do *master-plan*, selecionamos um trecho que chamamos de “fita” como o primeiro estudo de caso. Essa seleção partiu do seu potencial de articulação e área de contato com o tecido do seu entorno. A área tem uso predominantemente residencial e tem como pontos principais de articulação a estação de trem de Coelho da Rocha em uma de suas extremidades e na outra a Prefeitura de São João de Meriti.



projeto



A partir da implantação dos edifícios, criam-se espaços entre. Neles estão configuradas as oportunidades de praças que se associam aos espaços de produção, consumo e aprendizado presente nos térreos.



O edifício. A intervenção chega à escala arquitetônica tratando o projeto como instrumento de planejamento urbano. O edifício se relaciona como espaço livre buscando gerar sentido de pertencimento de uma vivência que antes não existia

projeto

A análise do parcelamento dessa malha indicou grandes deslocamentos peatonais dada a extensão das quadras que constituem a "fita" (de 520 a 600 m), estas funcionam como barreiras. A partir dessa leitura identificamos que a implantação de possíveis "atravessamentos lentos", serviriam como espaços de fortalecimento político na "malha" – encarando os aspectos materiais e socio-culturais preexistentes.

O projeto para a fita se resume à incorporação desses atravessamentos lentos articulados a um sistema de espaços livres e públicos, configurando um parque urbano, que é ao mesmo tempo fragmentado (sequência de praças entre quadras) e unido, conectado pelas ruas perimetrais da fita. Essa resignificação do traçado da malha reforça a separação em fragmentos de tecido urbano e também as possibilidades de trocas através do espaço público das infraestruturas urbanas.

A potência das praças propostas é explorada no projeto com a sugestão de novos programas associados ao cotidiano coletivo dos bairros. E nesse sentido, são construídas novas atividades para o encontro, a apropriação e a identidade. As praças são sempre conformadas por uma dupla de edifícios que têm seus térreos articulados a ela, tanto em seu desenho quanto em seus programas comuns.

Esses edifícios pretendem também dialogar com a ideia do morar/trabalhar, na tentativa de mudança de cenário dos conhecidos bairros dormitórios do sistema centro-periferia. Dessa forma os edifícios flexibilizam suas áreas de térreo e demais pavimentos para que possam receber diferentes escalas de usos, formas de trabalho e equipamentos urbanos.

Os edifícios foram pensados a partir de módulos mínimos e módulos coletivos que poderiam receber um coletivo de produção, por exemplo. Na planta tipo, podemos observar como se dariam as dinâmicas do morar/trabalhar, com simulações das possíveis ocupações. O espaço tem sempre um módulo central, que apresenta uma menor predisposição ao uso residencial, sendo composto por um conjunto de salas. O restante da planta é ordenado através de módulos menores que podem abrigar combinações do morar/trabalhar diversas. A planta do térreo elevado indica a possibilidade de inclusão de andares comuns dentro do edifício. Eles, que são facilmente acessados pelo térreo e abrigam tanto áreas de estar comuns,

quanto módulos maiores, com maior disposição a programas como restaurantes, lojas e usos coletivos.

As escadas, varandas e painéis metálicos funcionam como uma camada que media a entrada de luz e os graus de intimidade do edifício. A coluna central possui aberturas de janelas, marcando a fachada da torre com módulos coletivos, os módulos maiores, enquanto os menores estão recuados.

E, embora apresentem uma lógica específica, cada uma das lâminas é ocupada tanto pelas demandas do sistema, quanto locais. Não havendo uma lâmina tipo.

O corredor do edifício é aberto visualmente e dispõe de circulação pública e privada. As aberturas nas lajes marcam a transição da circulação semipública para a privada.

O desequilíbrio presente na estrutura centro-periferia é causa da formulação de novas hipóteses tanto de metodologia analítica quanto projetuais. Por isso, a proposta do novo sistema de mobilidade visa conectar todas as subcentralidades, com um traçado que dialoga com o desenho e a necessidade de cada enclave. Na fita, enclave que é estudo de caso deste projeto, o trajeto do VLT percorre um dos lados da rua perimetral, ou atravessa a praça dependendo do circuito estabelecido da implantação específica. As estações ocorrem sempre nos trechos dos edifícios em dupla, dessa forma é possível estabelecer uma espécie de sistema articulando todas as peças do projeto.

O projeto apresenta uma atitude possível nesse contexto, advogando pelo desenvolvimento de subcentralidades. A partir da demanda de espaços de moradia e trabalho, produz diversidade programática, além de fomentar espaços públicos, coletivos e livres como ferramenta de articulação social. Não se trata de um único gesto ordenador, mas da sensibilidade analítica que cada escala e espaços apresentam. Deseja-se que esse projeto não se cerque de respostas, mas que proponha uma nova possibilidade de debate e projeto de periferia.

AUTORAS

Ariane Pereira da Silva é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019) e especialista em Planejamento e Política Urbana pelo IPPUR (2023). Busca em sua atuação traçar interseções entre pesquisa, projeto e periferias. Desenvolve trabalhos de produção cultural e expográfica (mostra NOIX, 2022 e Abrasar, 2023) e colabora no Plano de Diretrizes de Habitação de Interesse Social do bairro Jardim Lapena.

Larissa Monteiro é cria de Realengo, arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Possui uma jornada de pesquisa independente que direciona o olhar para a periferia a partir de um recorte decolonial; é egressa da equipe de fundação do Atelier de projeto Atelier Aberto – FAU UFRJ e do projeto territorial Agenda Realengo 2030. É produtora e coautora das exposições mostra NOIX, 2022 e Abrasar, 2023 e suas respectivas expografias. É coautora das arquiteturas do Parque Realengo.

EQUIPE

Ana Carolina Nonato
Julia Porto Amaral Campos
Lis Fernanda de Lima Thuller Carneiro
Primeiro lugar no prêmio Urban 21 em 2018.
Elaborado na disciplina Projeto de Arquitetura para Cidade Contemporânea da FAU UFRJ, orientado por Cauê Capillé e André Cavendish. São João de Meriti, Rio de Janeiro, 2018

NOTAS

1. TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Cosac & Naify/Duas Cidades, 2004.

REFERÊNCIAS

CÂMARA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL. **Caderno Metropolitano 2: Centralidades: Perspectivas de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, Câmara Metropolitana de Integração Governamental, 2017.

MACHADO, Danielle Carusi; PERO, Valéria; MIHESSEN, Vitor. Mobilidade urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, v.14, n.2, 2016.

POPE, Albert. **Ladders**. Houston/ New York: Rice University School of Architecture and Princeton Architectural Press, 1996.

projeto

Centro cívico universitario: Universidad de Los Andes, Bogotá

Taller síntesis (Farhid Maya y David
Cuartas) + Connatural (Edgar Mazo)
+ Sebastián Mejía Álvarez

Localizado en el pie de monte de los cerros orientales de Bogotá, en la cordillera de Los Andes, el Centro Cívico Universitario propone, a partir de su nombre, desplazar el eje central de la discusión sobre lo construido, los edificios y aulas, y llevarlo hacia el vacío, en la forma como este se define y caracteriza, es decir, llevarlo hacia los lugares de encuentro que integran a la comunidad. Así, el Centro Cívico se define por un conjunto de espacios colectivos de diversas escalas que permiten la articulación de los diferentes componentes programáticos del proyecto. La suma de estos espacios: terrazas, patios, corredores, balcones y jardines, genera un espacio cívico que promueve y potencia no solo el encuentro con el otro, tanto miembros de la comunidad académica como de la sociedad en general, sino el contacto con el paisaje y la geografía de los Andes.

PALABRAS CLAVES: educación; universidad; ágora, Andes.

**CENTRO CÍVICO UNIVERSITÁRIO: UNIVERSIDADE
DE LOS ANDES, BOGOTÁ**

Localizado no sopé das colinas orientais de Bogotá, na cordilheira dos Andes, o Centro Cívico Universitário propõe, a partir do seu nome, deslocar o eixo central da discussão sobre o que foi construído, os edifícios e as salas de aula, e levá-lo para o vazio, na forma como ele é definido e caracterizado, ou seja, levando-o aos locais de encontro que compõem a comunidade. Assim, o Centro Cívico define-se por um conjunto de espaços coletivos de diversas escalas, que permitem a articulação das diferentes componentes programáticas do projeto. A soma destes espaços, terraços, pátios, corredores, varandas e jardins, gera um espaço cívico que promove e potencializa não só o encontro com o outro – sejam membros da comunidade acadêmica ou da sociedade em geral –, mas também o contato com a paisagem e a geografia dos Andes.

PALAVRAS CHAVES: educação; universidade; ágora, Andes.

**UNIVERSITY CIVIC CENTER: LOS ANDES
UNIVERSITY, BOGOTÁ**

Located in the foothills of the eastern hills of Bogotá, in the Andes mountain range, the University Civic Center proposes, as its name suggests, to shift the central axis of the discussion from what was built – the buildings and classrooms – and take it to the void, the way it is defined and characterized, i.e., to the meeting places that make up the community. Thus, the University Civic Center is defined by a set of collective spaces of various scales, which allow the articulation of the different programmatic components of the project. The sum of these spaces, terraces, patios, corridors, balconies, and gardens, generates a civic space that promotes and enhances not only the encounter with the other – both members of the academic community and society in general –, but also the contact with the landscape and geography of the Andes.

KEYWORDS: education; college; agora, Andes.



projeto

Localizado en el pie de monte de los cerros orientales de Bogotá, en la cordillera de Los Andes, el Centro Cívico Universitario, propone, desde su nombre, desplazar el eje central de la discusión de lo construido, los edificios y aulas, y llevarlo hacia el vacío, y hacia cómo este se define y caracteriza, es decir llevarlo hacia los lugares de encuentro que integran a la comunidad.

Así el Centro Cívico se define por un conjunto de espacios colectivos de diversas escalas, que permiten la articulación de los diferentes componentes programáticos del proyecto. La sumatoria de estos espacios: terrazas, patios, corredores, balcones y jardines, genera un espacio cívico que promueve y potencia no solo el encuentro con el otro, tanto miembros de la comunidad académica como de la sociedad en general, sino el contacto con el paisaje y la geografía de los andes.

Hemos articulado además el desarrollo del proyecto a través de tres ejes temáticos que cruzan distintos temas que se articulan con la idea central de construir un Centro cívico que promueva la discusión y el intercambio de ideas, Estos tres ejes temáticos son la gente, la geografía y las conexiones.

La gente

La propuesta entiende que el cambio en la pedagogía también implica la ruptura de los límites físicos del salón de clases. Se valora así la idea de que el conocimiento se construye fuera del aula, un mundo del conocimiento que bebe directamente de la experiencia vivida. Así la serie de vacíos del Centro Cívico Universitario generan espacios tanto formales como informales que permitan la generación de conocimiento fuera y dentro del aula, y que a la vez se integren a los hábitos de los usuarios del campus ya existente.

La geografía

La singular ubicación del proyecto en el piedemonte plantea la necesidad de crear una transición entre el paisaje de los cerros y la ciudad, buscando construir una Biouni-

versidad. Para esto se plantean dos modos de actuación para intervenir sobre el paisaje, uno táctil y otro visual.

La estrategia táctil parte de reinterpretar la topografía, creando múltiples terrazas con cubiertas vegetales, que extienden físicamente el límite del sistema natural, permitiendo que se toquen nuevamente en este punto la ciudad y la naturaleza.

La estrategia visual se da a partir de las volumetrías retrasadas de las terrazas y balcones, que generan así una perspectiva que se abre en diagonal que permite recuperar la visual de la ciudad hacia los cerros, y viceversa, abstrayendo además la estructura de la montaña para convertirla en arquitectura.

Las conexiones

Una serie de terrazas se disponen a distintos niveles con el propósito de establecer la conexión entre los edificios y espacios existentes del campus, ubicados en diversas cotas topográficas, y los nuevos componentes del programa, componiendo una idea de continuidad y cohesión entre los edificios y los espacios abiertos del campus, tanto existentes como propuestos. El proyecto debe integrarse y recomponer la sutil y a la vez compleja red de conexiones que cruzan la universidad de los Andes.

Esta idea del vacío como ágora pública, es llevada intensamente al interior de las distintas edificaciones que componen el conjunto, definiéndolos en gran parte. Las circulaciones interiores se convierten en espacios que se dilatan en múltiples puntos conformando terrazas y nichos, espacios que se abren al paisaje lejano de la ciudad y los cerros, pero que también tienen la presencia inmediata de la naturaleza propia del piedemonte, y que permiten los encuentros informales, la discusión de las ideas y la pausa en la actividad de los estudiantes.



p. 213: vista area
desde el norte.

vista aérea desde
el sur

projeto





Planta piso 01

Biblioteca, CRAI, Dirección anatomía, Museo de anatomía, impresos, administración, portería, anatomía, microscopía, galería, blackbox, zona de comidas, baños, cuarto técnico, parqueaderos, aula magistral, aula catedra, laboratorios, aula de sistemas, aulas alternativas tecnológicas, aula abierta, recintos interiores, zonas públicas de permanencia, patios, plazoleta.



Planta piso 02



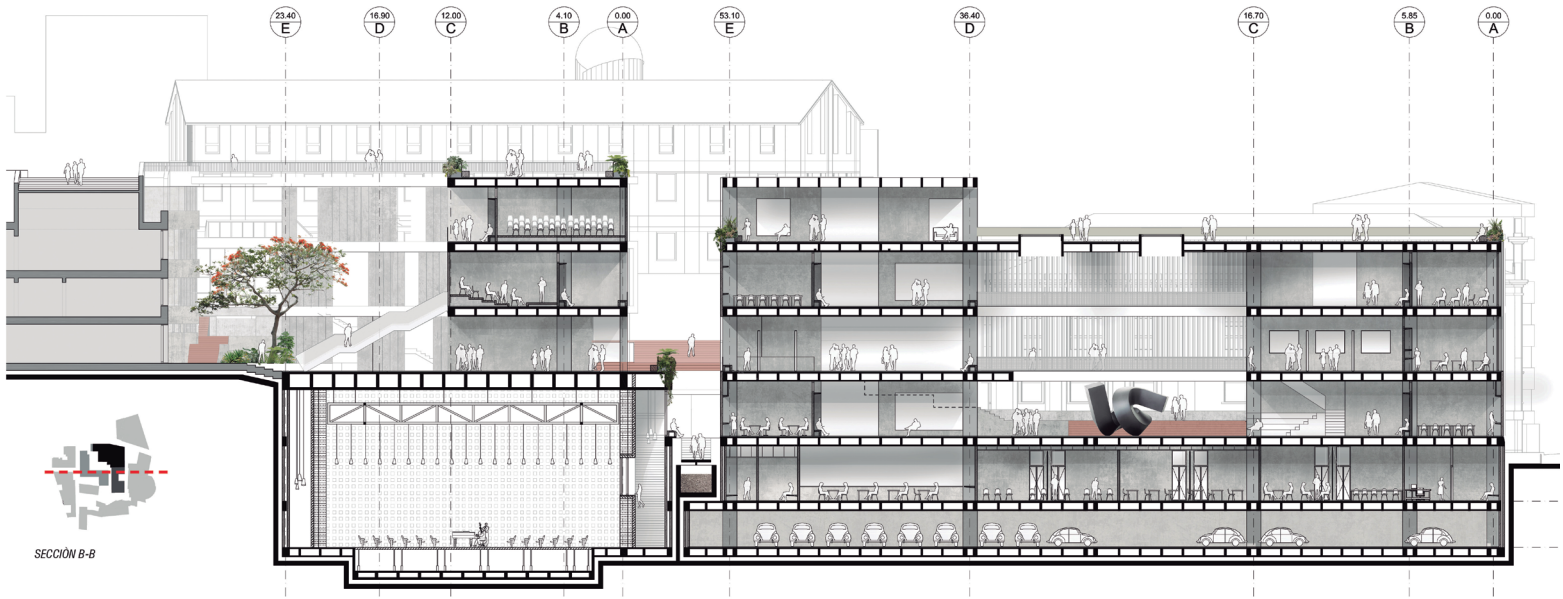
Planta piso 03



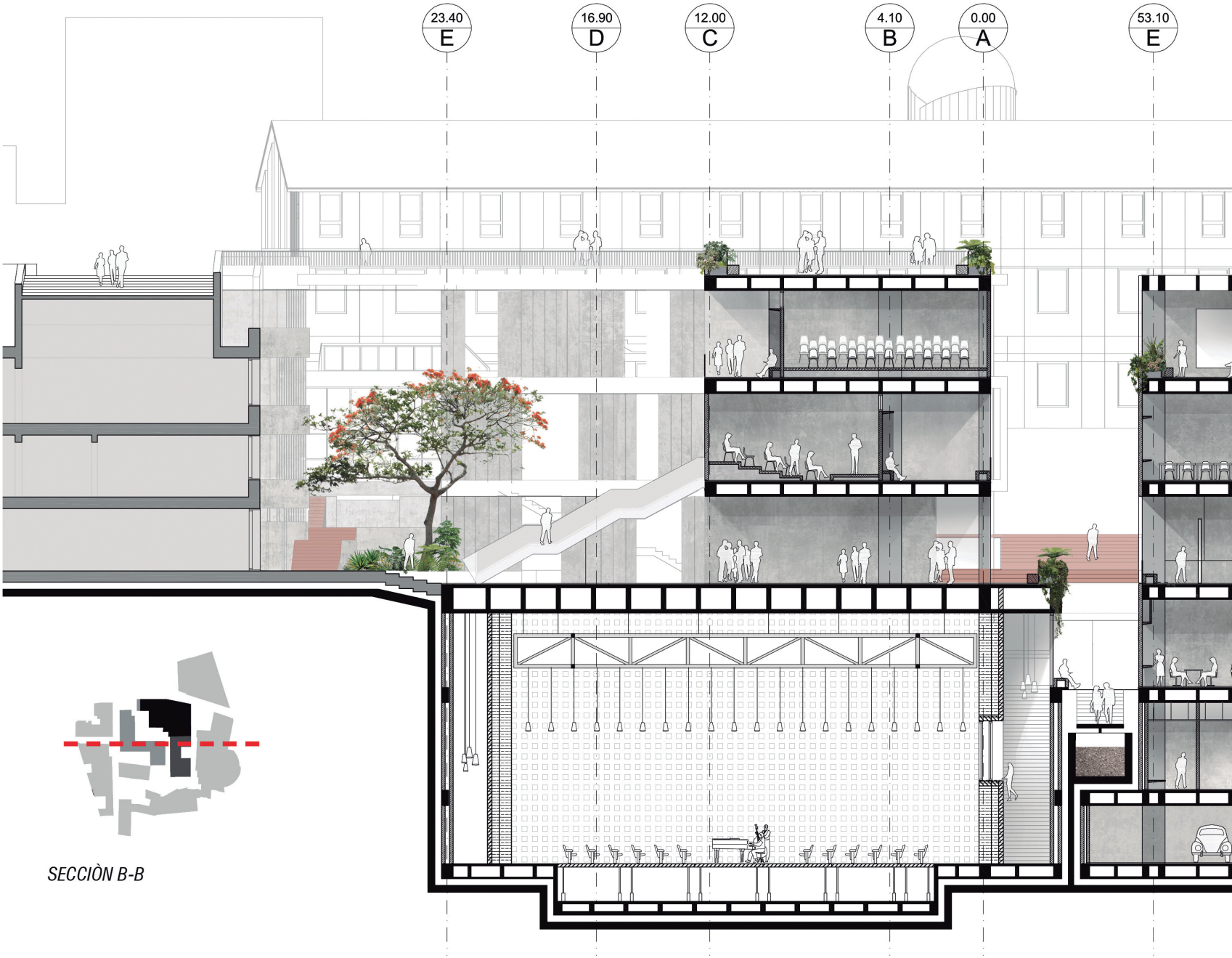
projeto

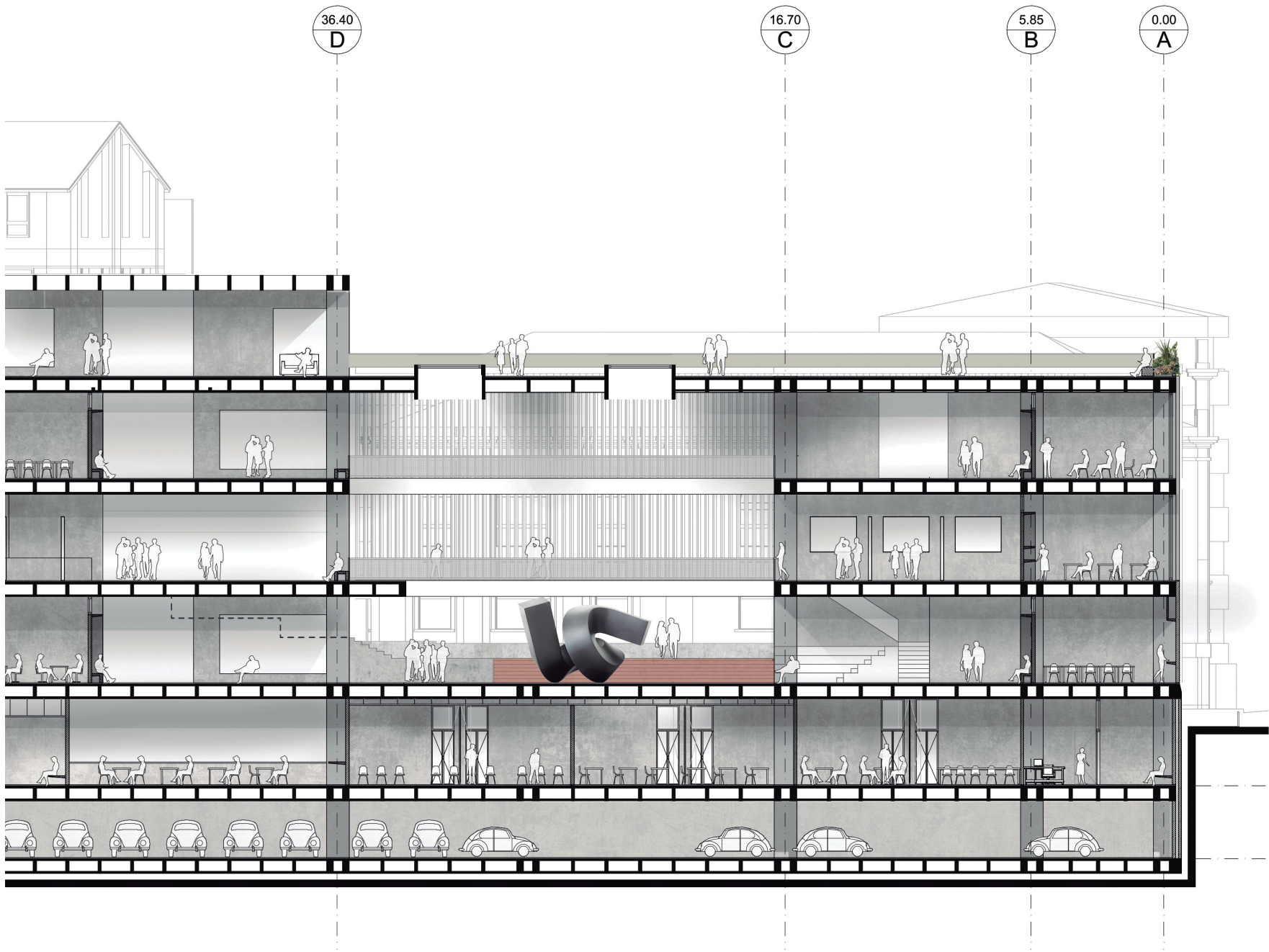


Planta piso 04



projeto





projeto

AUTORES

Farhid Alexander Maya Ramírez es profesor auxiliar de la Facultad de Arquitectura de la sede Medellín de la Universidad Nacional de Colombia y codirector Taller Síntesis Arquitectura. Arquitecto de la Universidad Nacional de Colombia (2003) y magíster en arquitectura de la misma universidad (2013). Ganador del Premio Nacional de Arquitectura en la xxiv Bienal de Arquitectura de Colombia, del xviii Premio Lápiz de acero y de la iii Bienal Latinoamericana del Paisaje. Seleccionado en la X Bienal Iberoamericana de Arquitectura, segundo puesto en la xxvi Bienal Colombiana de Arquitectura y mención en la xix Bienal Panamericana de Quito y en la xxv Bienal de Arquitectura de Colombia.

David Alonso Cuartas Restrepo es codirector Taller Síntesis Arquitectura. Arquitecto de la Universidad Nacional de Colombia (2003). Candidato a magister de la universidad de Buenos Aires. Ganador de la iii Bienal Latinoamericana del Paisaje. Seleccionado en la x Bienal Iberoamericana de Arquitectura, segundo puesto en la xxvi Bienal Colombiana de Arquitectura y mención en la xxv Bienal de Arquitectura de Colombia.

Lucas Serna Rodas es codirector Taller Síntesis Arquitectura. Arquitecto de la Universidad Nacional de Colombia (2003). Ganador del Premio Nacional de Arquitectura en la xxiv Bienal de Arquitectura de Colombia, del xviii Premio Lápiz de acero y de la iii Bienal Latinoamericana del Paisaje. Seleccionado en

la x Bienal Iberoamericana de Arquitectura, segundo puesto en la xxvi Bienal Colombiana de Arquitectura y mención en la xix Bienal Panamericana de Quito y en la xxv Bienal de Arquitectura de Colombia.

En el 2008 fundaron el Taller Síntesis arquitectura, oficina que han obtenido múltiples reconocimientos, entre ellos los primeros puestos en los concursos de arquitectura Clínica de la Mujer, el Parque de las artes y los oficios, la recuperación del Cerro La Asomadera, la nueva sede del Colegio Bartolomé de las Casas y el Complejo de la Salud Universidad de Antioquia.

Sebastián Mejía Álvarez es arquitecto de la Universidad Nacional de Colombia (2006). Entre 2018-2011 fundó y dirigió el estudio Paisajes Emergentes/Arquitectura y Paisaje en asocio con los arquitectos Luis Callejas y Edgar Mazo. Juntos obtuvieron importantes premios y distinciones. En 2022 creó la Fundación Que Sea un Eco/Espacio para Arquitectura Experimental en compañía de la arquitecta Camila Ángel y el artista plástico Alejandro Tobón. A través de la fundación promueven el pensamiento crítico en torno a la arquitectura y otras profesiones afines. El trabajo realizado por la fundación fue seleccionado por el Museo de Antioquia para formar parte de la exposición Fragmentos del Mundo.

Edgar Ignacio Mazo Zapata es arquitecto de la Universidad Nacional de Colombia (2003) y candidato a magister en Arquitectura

Moderna de la misma universidad (2005-2006). Es candidato a magister en Procesos Urbanos y Ambientales de la universidad Eafit (2023-actualidad). En 2023 con el proyecto Parque en el barrio Prado es seleccionado como finalista del Premio Internacional de Paisaje Rosa Barba, y seleccionado como finalista en el premio MCHAP Mies Crown Hall American Prize. En 2022 fue ganador de la xxviii Bienal Colombiana de Arquitectura y Urbanismo en la categoría diseño urbano y paisajismo, xxiii Bienal Panamericana de Arquitectura de Quito premio Panamericano en la categoría espacio público, v Bienal Latinoamericana de Arquitectura de Paisaje y xii Bienal Iberoamericana de Arquitectura y Urbanismo BIAU Panorama obras.

COLABORADORES

Lina Flórez, Camila Ángel, Anderson Serna, Iojann Restrepo, Isaac Ramírez Marín, John Fredy Vásquez, Federico Fois, Santiago Restrepo, Susana Zea Rendón, Edwin Cogollo Gómez, Sebastián Gómez, Santiago Hurtado, Eduardo Tapia, Julián David Vargas, Santiago Madrigal y Daniela Ramírez

CRÉDITOS

Taller Síntesis, Connaturally Sebastián Mejía Álvarez

Finalistas concurso privado de arquitectura convocado por la Universidad de Los Andes. Bogotá, Colombia, 2016



projeto

Expansão Instituto de Inovação em Biotecnologia Butantan

Eduardo de Almeida + SIAA

A convite do arquiteto Eduardo de Almeida, o projeto de expansão do Instituto Butantan surge de um concurso fechado, cujo objeto de projeto era o Instituto de Inovação em Biotecnologia, previsto para ser implantado na Vila Universitária em São Paulo, no mesmo local onde estava localizado o Paço das Artes até o início de 2016. Realizado em 2016, o concurso surgiu como um desafio de pensar uma arquitetura capaz de dar suporte ao campo da saúde e amparo. A arquitetura proposta para a expansão deveria responder às especificidades de programas que exigem espaços seguros o suficiente para a não dissipação de vírus e bactérias que são manipulados nesses tipos de programas e, sobretudo, interagir com o projeto (não concluído) de Jorge Wilhelm em 1970, idealizado como espaço de acolhimento e apoio do complexo cultural. O concurso previa a elaboração de um estudo preliminar para a Fase 1. O objetivo era instalar os novos laboratórios do instituto de biotecnologia e, simultaneamente, definir um plano de massas para o complexo como um todo, prevendo sua construção em fases e, ao final, lhe conferindo identidade arquitetônica como conjunto, de forma a estabelecer conexão física destes novos espaços tanto com o campus do Instituto Butantan, quanto com sua face pública para a Cidade Universitária.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e saúde; Instituto Butantan; laboratórios de biotecnologia.

AMPLIACIÓN DEL INSTITUTO BUTANTAN: INSTITUTO BUTANTAN DE INNOVACIÓN EN BIOTECNOLOGÍA

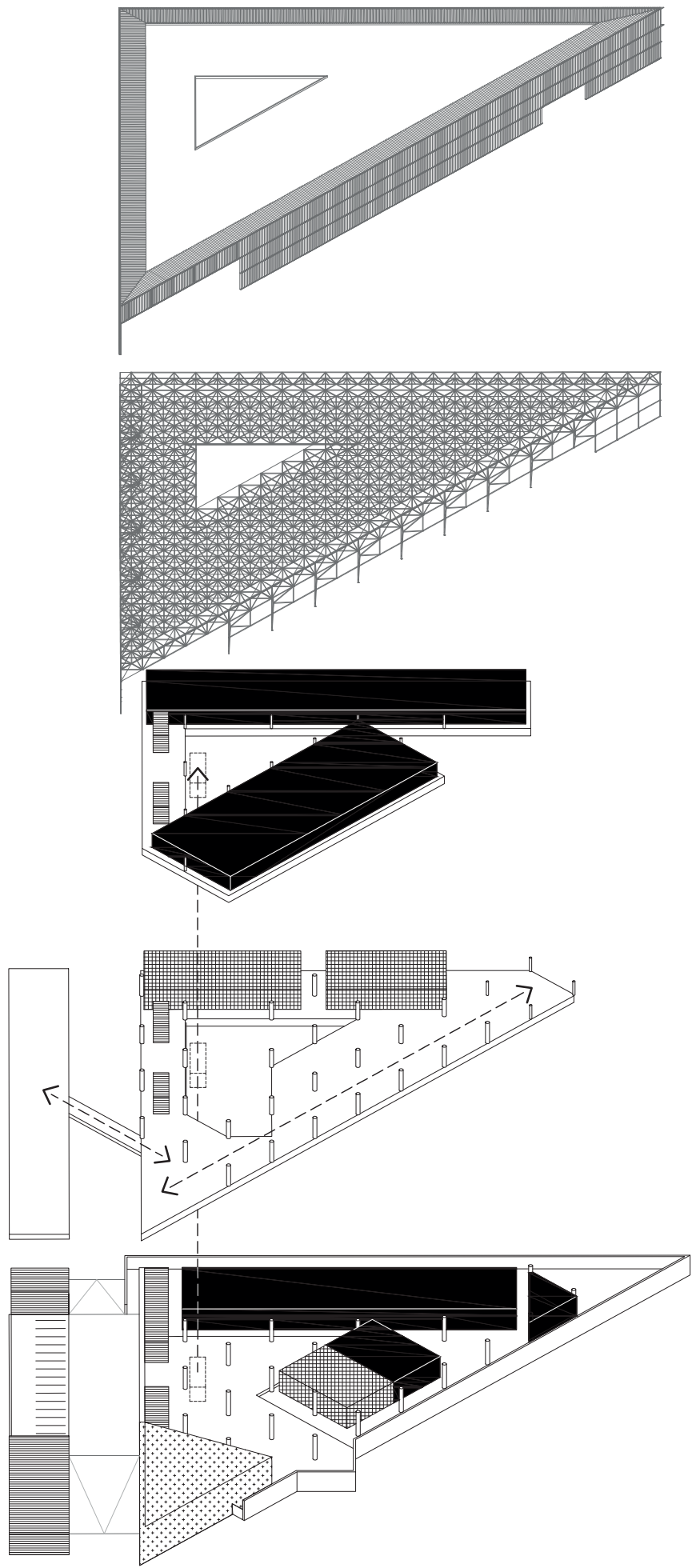
Por invitación del arquitecto Eduardo de Almeida, el proyecto de ampliación del Instituto Butantan surgió de un concurso cerrado, cuyo objeto era crear el Instituto de Innovación en Biotecnología. Se planeaba que se ubicara en Vila Universitária, en São Paulo, en el mismo emplazamiento que ocupó el Paço das Artes hasta principios de 2016. Convocado en 2016, el concurso surgió como un reto para pensar en una arquitectura capaz de apoyar la salud y el soporte. La arquitectura propuesta para la ampliación debía responder a las especificidades de los programas que requieren espacios suficientemente seguros para evitar la propagación de virus y bacterias que se manejan en este tipo de programas, y sobre todo para interactuar con el proyecto (inacabado) de Jorge Wilhelm de 1970, concebido como un espacio de acogida y apoyo al complejo cultural. El concurso requería un estudio previo para la Fase 1, con el objetivo de instalar los nuevos laboratorios del instituto de biotecnología y, al mismo tiempo, definir un plan de masas para el complejo como un todo, contemplando su construcción por fases y, en definitiva, dotándolo de una identidad arquitectónica como un conjunto, con el fin de establecer una conexión física entre estos nuevos espacios y tanto el campus del Instituto Butantan como su cara pública hacia la Cidade Universitária.

PALABRAS CLAVE: arquitectura y salud; Instituto Butantan; laboratorios de biotecnología.

EXPANSION OF BUTANTAN INSTITUTE: BUTANTAN INSTITUTE OF INNOVATION IN BIOTECHNOLOGY

At the invitation of architect Eduardo de Almeida, the Butantan Institute's extension project emerged from a closed competition, whose object was the Biotechnology Innovation Institute. It was planned to be located in Vila Universitária in São Paulo, on the same site where the Paço das Artes was located until the beginning of 2016. Held in 2016, the competition emerged as a challenge to think of an architecture capable of supporting health and assistance. The architecture proposed for the expansion had to respond to the specificities of programs that require spaces safe enough to prevent the spread of viruses and bacteria handled in these types of programs, and above all to interact with Jorge Wilhelm's (unfinished) project in 1970, conceived as a space for welcoming and supporting the cultural complex. The competition required a preliminary study for Phase 1, with the aim of installing the biotechnology institute's new laboratories and, at the same time, defining a mass plan for the complex as a whole, envisioning its construction in phases and, ultimately, giving it an architectural identity as a unified entity, establishing a physical connection between these new spaces and both the Butantan Institute campus and its public face towards the Cidade Universitária.

KEYWORDS: architecture and health; Instituto Butantan; Biotechnology laboratories.



projeto

O Instituto Butantan

O projeto de expansão do Instituto Butantan para seu Instituto de Inovação em Biotecnologia foi fruto de um concurso fechado, uma parceria a convite do arquiteto Eduardo de Almeida, previsto para ser implantado na Vila Universitária, São Paulo, no mesmo lugar que abrigou o Paço das Artes, até o início de 2016.

Diante das condições desafiadoras de nosso mundo globalizado, o surgimento de pandemias sempre foi objeto de questionamento pelo meio acadêmico. Instituições de pesquisa, como o Instituto Butantan, desempenham um papel fundamental no avanço da ciência, dedicando-se ao estudo e à colaboração para a preservação da saúde global, sendo responsáveis pela produção e continuidade no desenvolvimento de inúmeras vacinas, soros e biofármacos essenciais para a saúde pública.

No momento do concurso, surgiu a oportunidade de um novo desafio projetual: refletir sobre uma arquitetura capaz de dar suporte à saúde, além do amparo à criação de ambientes seguros para a não dissipação dos vírus e bactérias manipulados ali, e também de fazer a interação com o edifício, originalmente pensado como espaço de acolhimento e apoio do complexo cultural projetado por Jorge Wilheim nos anos 1970. "Sobre uma vasta esplanada, havia quatro salas de espetáculos: uma ópera, uma sala de concertos; uma sala 'vazia', para montagens de encenações livres; e um estúdio para cinema e televisão, com todos os anexos técnicos" (WILHEIM, 2003, p.xx). A cidade não chegou a receber este projeto finalizado, mas na década de 1990, o arquiteto sugeriu alternativas para a obra que estava apenas no esqueleto estrutural, dando espaço ao Paço das Artes.

O projeto

O concurso previa a elaboração de um estudo preliminar para a Fase 1, cujo objetivo era instalar os novos laboratórios do instituto de biotecnologia e, simultaneamente,

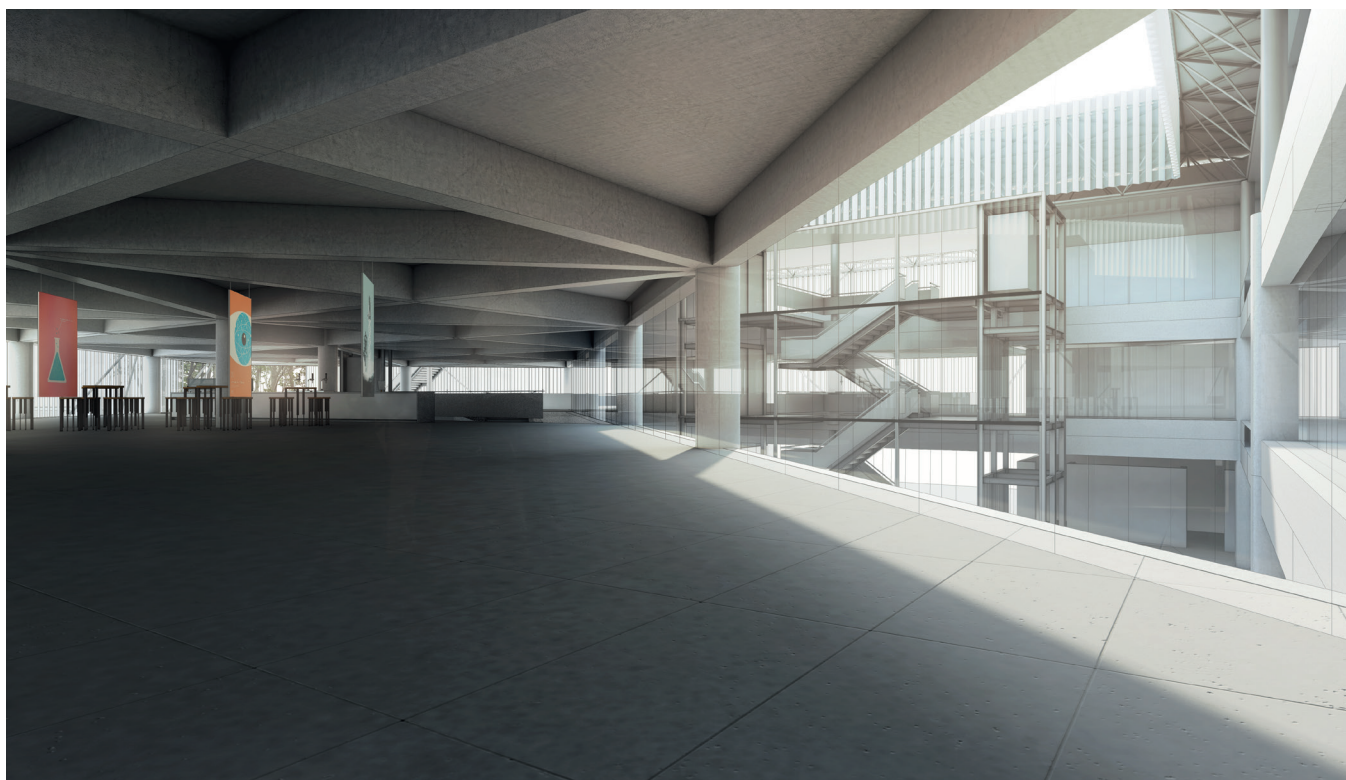
definir um plano de massas para o complexo como um todo, prevendo sua construção em fases e, ao final, conferindo identidade arquitetônica como conjunto, de forma a estabelecer conexão física destes novos espaços com o campus do Instituto Butantan e com a face pública para a Cidade Universitária

Assim, a proposta de ocupação para este sítio considera o Plano de Massas do Instituto Butantan – edifícios, sistema viário e vegetação existente – e suas relações com a estrutura remanescente do projeto original, cujo reconhecimento de sua malha estrutural foi determinante para estratégias de intervenções como um todo.

Para a organização do todo, o Plano de Massas foi essencial para direcionar o modo como seriam implantadas as três fases sequenciais, dando especial atenção ao objeto central do concurso: a reforma e qualificação do edifício anteriormente ocupado pelo Paço das Artes, a ser transformado pelos novos programas, e sobretudo, assumindo-se como elemento organizador das etapas subsequentes.

Para utilizar a estrutura original, a geometria irregular das lajes foi modificada a partir de procedimentos de adição e subtração, respeitando a geometria original como matriz ordenadora de todo o conjunto arquitetônico proposto. A partir dessa estratégia, a estrutura preexistente foi regularizada e sintetizada em um edifício de planta triangular, definido por três alas com dimensões e geometria adequadas para abrigar laboratórios de pesquisa e programas correlatos, dispostas ao redor de um pátio central descoberto e iluminado, espaço articulador dos diversos setores e da conexão vertical entre pavimentos

A regularidade geométrica dos espaços destinados aos laboratórios de pesquisa foi pensada de modo a atender aos requisitos de flexibilidade e adequação funcional e tecnológica constante. Estes espaços exigiram também



uma aproximação de cunho infraestrutural, sobretudo no emprego de pisos elevados e previsão para instalações aéreas para a passagem de dutos necessários à climatização controlada, além de calhas de alimentação de energia, rede, água, gases, iluminação, automação e segurança, sem prejuízo aos requisitos de conforto e ergonomia adequados aos usos propostos.

Os diversos laboratórios foram desenhados a partir de suas especificidades, classificados a partir de níveis crescentes de controle de acesso, gerando soluções diversas como controle de temperatura e pressão, áreas de clausura e higienização para acesso, chuveiros e sistemas de ventilação e troca de ar específicos, além de possibilitar os fluxos de materiais e insumos dos programas mais públicos aos mais restritos.

Considerando esses aspectos, a limitação de pé-direito apresentada pelo piso térreo da estrutura preexistente, com 2,80 m livre, exigiu uma nova disposição espacial para a seção transversal do conjunto, considerando a criação de um novo pavimento. A antiga cobertura passa a ser o piso, onde estão localizados dois laboratórios de pesquisa viral e não-viral, ambos com controles de segurança NB2 e NB3 e dotados de pé-direito e condições espaciais adequadas para atender as necessidades técnicas requeridas pelo Instituto Butantan.

Dessa maneira, sem as exigências técnico-espaciais previstas para os laboratórios de pesquisa, o pavimento térreo foi destinado a abrigar os programas menos restritos e ligados aos acessos, áreas de convívio, administração e trabalho convencionais, espaço articulador entre o Instituto Butantan e a Cidade Universitária, mas tam-

bém entre os futuros edifícios previstos por este plano.

O subsolo, agora iluminado pelo pátio central e pelas três fachadas periféricas, abriga os laboratórios de uso comum e o infectório sem restrições de biossegurança, foyer e auditório para 230 pessoas, além dos acessos de serviços, com doca para carga e descarga, estacionamento e outras utilidades.

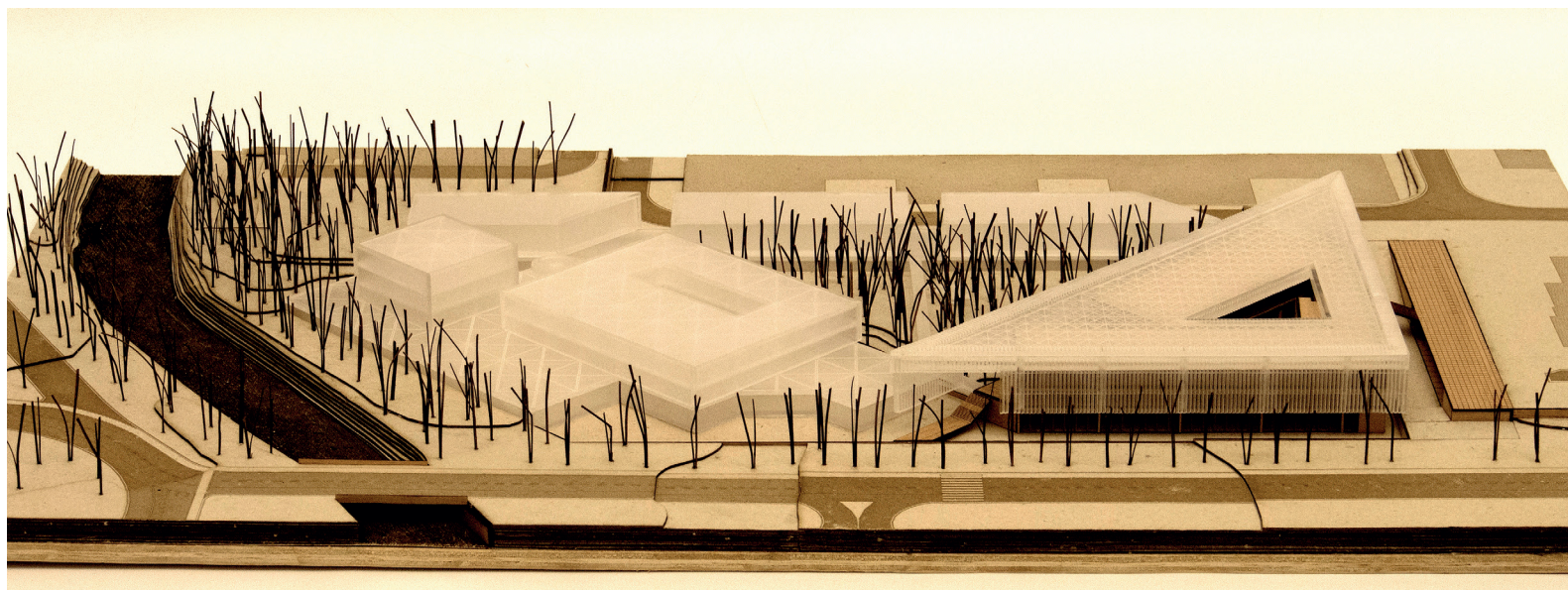
Do ponto de vista estrutural, a laje originalmente prevista para receber jardins e sobrecargas variadas e imprevistas passa a sustentar uma nova cobertura metálica desenhada em função da estrutura preexistente. A treliça espacial, caracterizada por sua leveza, recobre toda a edificação e se desdobra pelas fachadas, reafirmando o caráter unitário do prisma de planta triangular.

Este novo elemento, por garantir acesso a todas as exigências técnicas que o programa possa requerer, soluciona os aspectos técnicos ligados à infraestrutura do edifício, tanto no plano da cobertura – pela distribuição horizontal de dutos, filtros e refrigeradores – quanto no plano das fachadas – ao viabilizar encaminhamentos verticais de dutos, instalações ou escadas de segurança.

Esta mesma estrutura receberá uma pele metálica plissada para sombreamento de cada uma de suas fachadas, considerando perfurações específicas e adequadas a cada caso.

Além de criar um sistema de ventilação permanente capaz de otimizar o sistema de climatização exigido, este fechamento suspenso, diáfano, define a nova volumetria do edifício e identidade arquitetônica do conjunto que alterna transparências e opacidades na mediação entre espaços internos e externos.

projeto

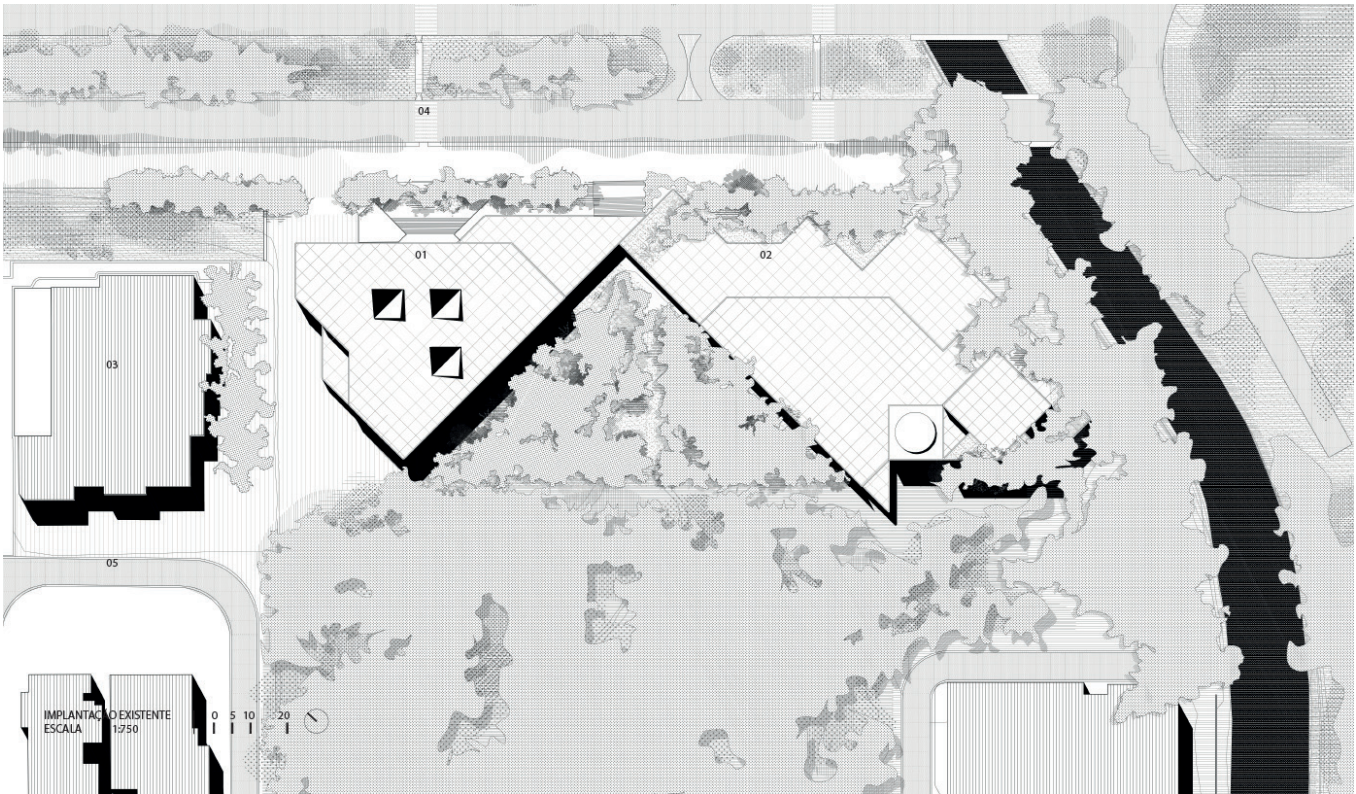


Para as fases seguintes (Fase 2 e 3), foi prevista a ocupação da estrutura vizinha aos laboratórios da etapa inicial. Este segundo momento se define por um conjunto composto por embasamento e dois volumes, o primeiro de planta retangular, com áreas de trabalho organizados ao redor de um vazio central, e o segundo da geometria cúbica, contraponto vertical em relação aos demais edifícios. E também a complementação do conjunto pela adição de um volume laminar implantado paralelamente ao arruamento previsto pelo Plano de Massas, produzindo a seção tipo das etapas anteriores, neste caso, com embasamento e quatro pavimentos, subdividido em três blocos autônomos, passíveis de serem construídos em diferentes momentos.

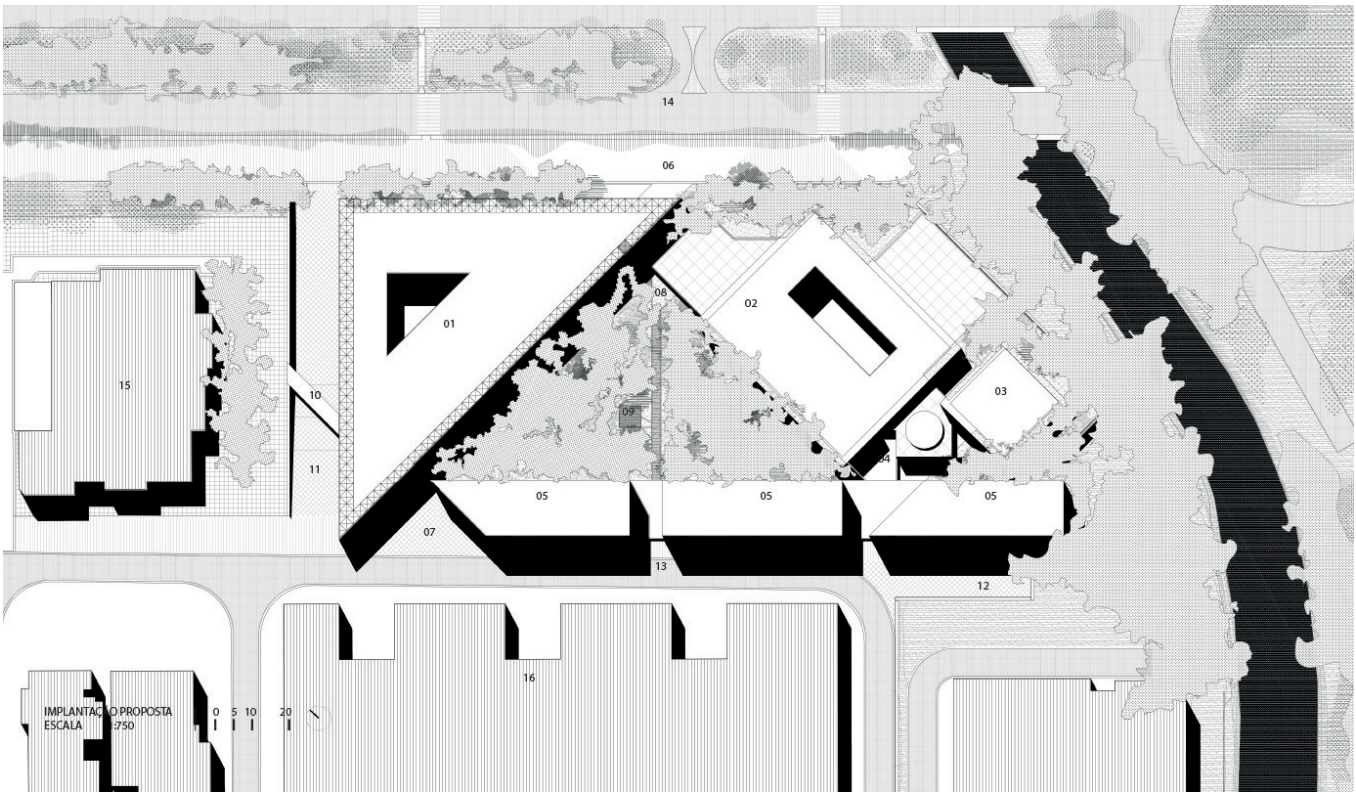
O resultado volumétrico estabelece uma relação de cheios e vazios que acaba por constituir um bosque interno triangular, que não só protege parte da vegetação remanescente, como delimita e valoriza a existência de um espaço articulador entre os diversos edifícios.

A vegetação, agora valorizada como paisagem, caracteriza o espaço central deste conjunto e é apropriada visualmente pelos espaços de convívio, trabalho e pesquisa, ao mesmo tempo em que é intermediário das relações entre os diversos edifícios e o entorno próximo.

A preocupação do projeto, para além de toda sua implantação e realização de acordo com o programa e estratégias de execução, reforça a importância de se pensar na arquitetura como suporte, o que se revela na articulação de um desenho que busque o melhor desempenho junto às condições climáticas do local, buscando criar ventilação e iluminação natural, em um projeto que possui diversos pontos de rigidez, seja pela matriz existente ou pelo objeto de projeto.

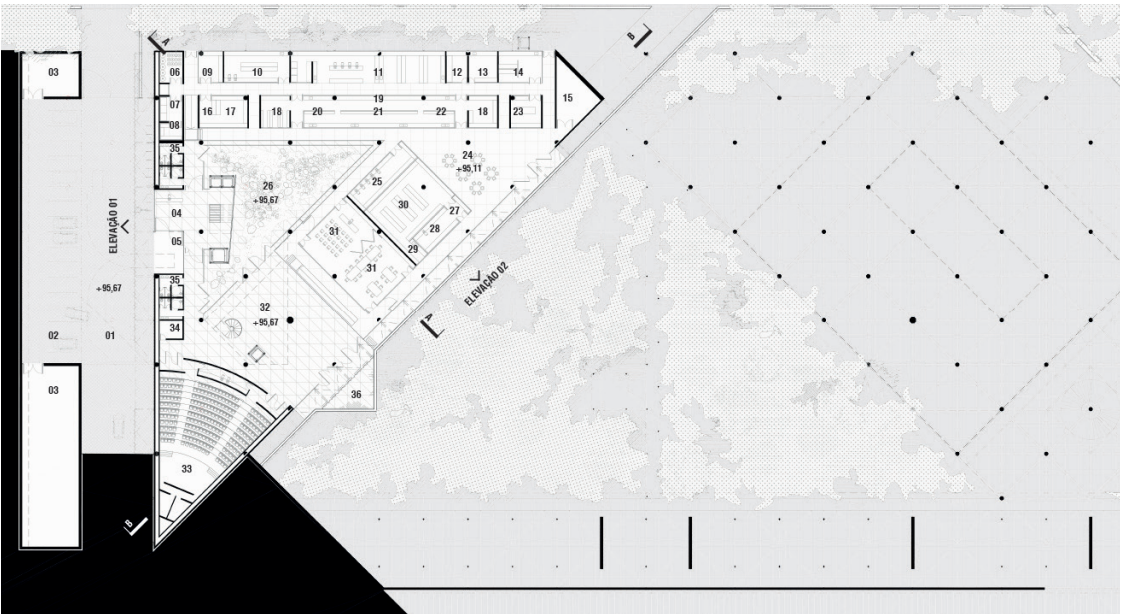


Implantação existente
01. Paço das Artes
02. estrutura
existente desocupada
03. central de
utilidades 01
04. avenida da
universidade
05. via existente



Implantação proposta
01. laboratórios fase 01
02. laboratórios fase 02
03. hotel dos
pesquisadores fase 02
04. praça de conexão
entre fase 02 e 03
05. laboratórios fase 03
06. praça de acesso usp
07. praça de acesso
butantan
08. passarelas
de conexão
09. mirante|estar
10. passarela de
acesso à central
de utilidades 1
11. via técnica |
carga-descarga fase 01
12. via técnica |
carga-descarga
fase 02-03
13. extensão
via existente
14. avenida da
universidade
15. central de
utilidades 01
16. futura expansão

projeto



Planta Subsolo
(+95,67)

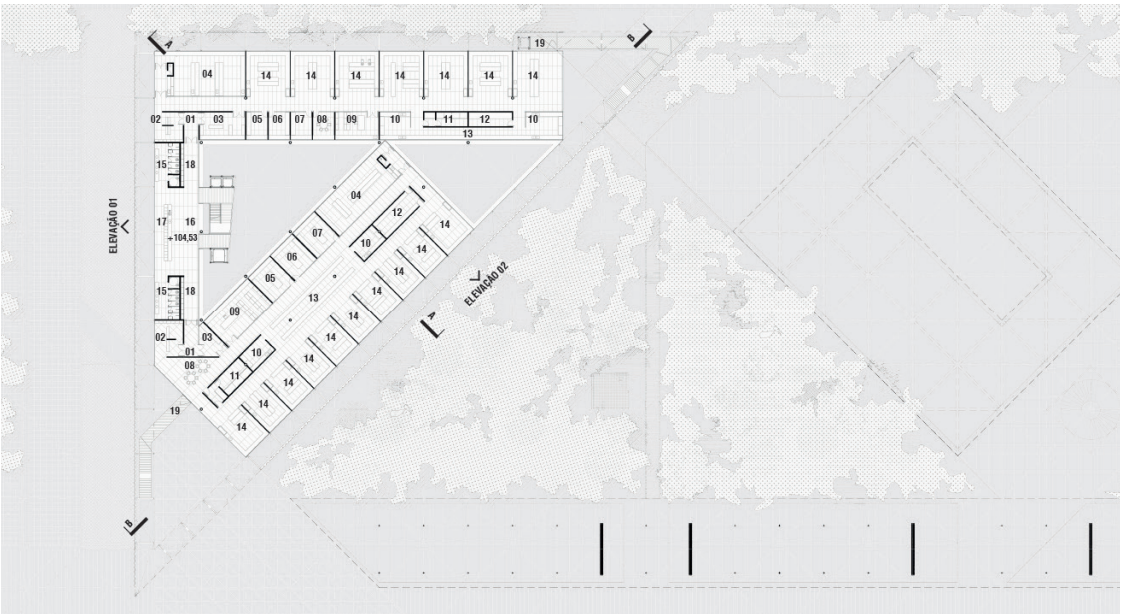
1. via de serviços
2. estacionamento
3. área técnica
4. recepção serviços
5. doca/recebimento
6. sala de tanques de nitrogênio
7. ultrafreezers
8. câmara fria
9. imunocromatografia
10. sala de imunologia
11. sala de cultura de células
12. citometria de fluxo
13. laboratório de desenvolvimento
14. sala de espectro de massa
15. almoxarifado
16. sala de genômica
17. sala de diagnóstico molecular
18. estoque de reagentes

19. antecâmara/autoclave/equipamentos
20. sala de preparo
21. sala de lavagem de materiais
22. sala de preparo de meios e soluções
23. sala de imagem
24. estudos
25. sala de bioinformática
26. pátio interno
27. antecâmara
28. sala de anestesia
29. sala de lavagem e preparo de materiais
30. infectório
31. treinamento
32. foyer
33. auditório 230 pessoas
34. dml
35. sanitários
36. pátio externo



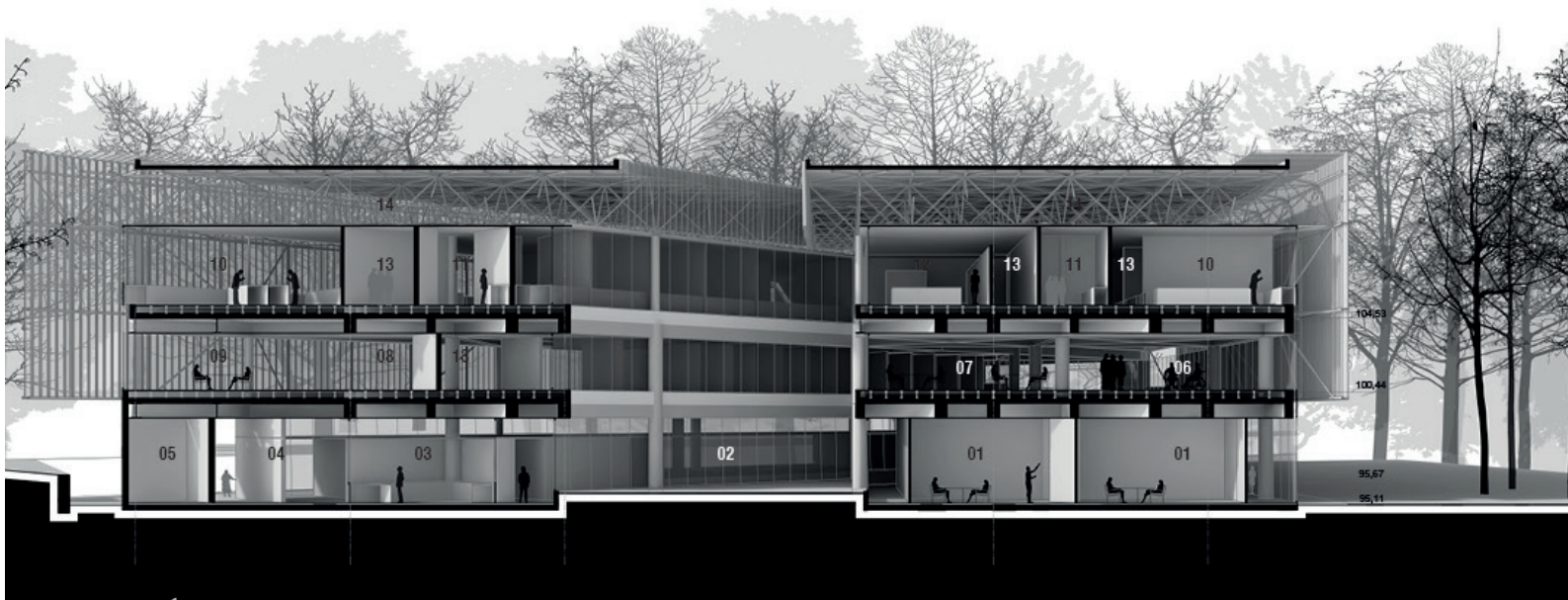
Planta térreo
(+100,44)

1. recepção butantan
2. recepção usp
3. passarela de acesso
4. café
5. biblioteca/exposição
6. convivência
7. acesso foyer
8. vestiário
9. copa/estar
10. armários
11. dml
12. reunião
13. administração
14. sala individual pesquisadores
15. sala de estudos
16. futura expansão fase 02
17. futura expansão fase 03



Planta superior
(+104,53)

1. antecâmara
2. vestíbulos v1, v2, v3
3. expurgo/almoxarifado
4. nb3
5. sala de manipulação
6. sala pcr
7. sala de manipulação
8. sala de estudos
9. infectório
10. autoclave/lavagem
11. ultrafreezer
12. almoxarifado
13. equipamentos
14. laboratório
15. vestiário
16. estar/copa
17. armários
18. dml
19. fuga escada de incêndio



- Corte A-A
- | | |
|----------------------------------|--------------------|
| 1. treinamento | 7. café/vivência |
| 2. pátio interno | 8. sala de reunião |
| 3. sala de diagnóstico molecular | 9. administração |
| 4. sala de genômica | 10. laboratório |
| 5. sala de tanques de nitrogênio | 11. almoxarifado |
| 6. biblioteca/exposição | 12. nb3 |
| | 13. circulação |
| | 14. laje técnica |

AUTORES

Eduardo Luiz Paulo Riesencampf de Almeida é arquiteto, designer e professor. Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em 1960, escola em que leciona Desenho Industrial e Projeto de Edificações de 1967 até se aposentar em 1998. Desde 2001, desenvolve o projeto para o Centro Universitário Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP) em parceria com Rodrigo Mindlin Loeb.

SIAA é um coletivo de arquitetos associados com formações e experiências distintas, fundado em 2008. Atualmente, colaboram no SIAA como associados os arquitetos Bruno Valdetaro Salvador, Camila Yumi de Campos, Cesar Shundi Iwamizu, Eduardo Pereira Gurian e Maria Fernanda Xavier.

EQUIPE

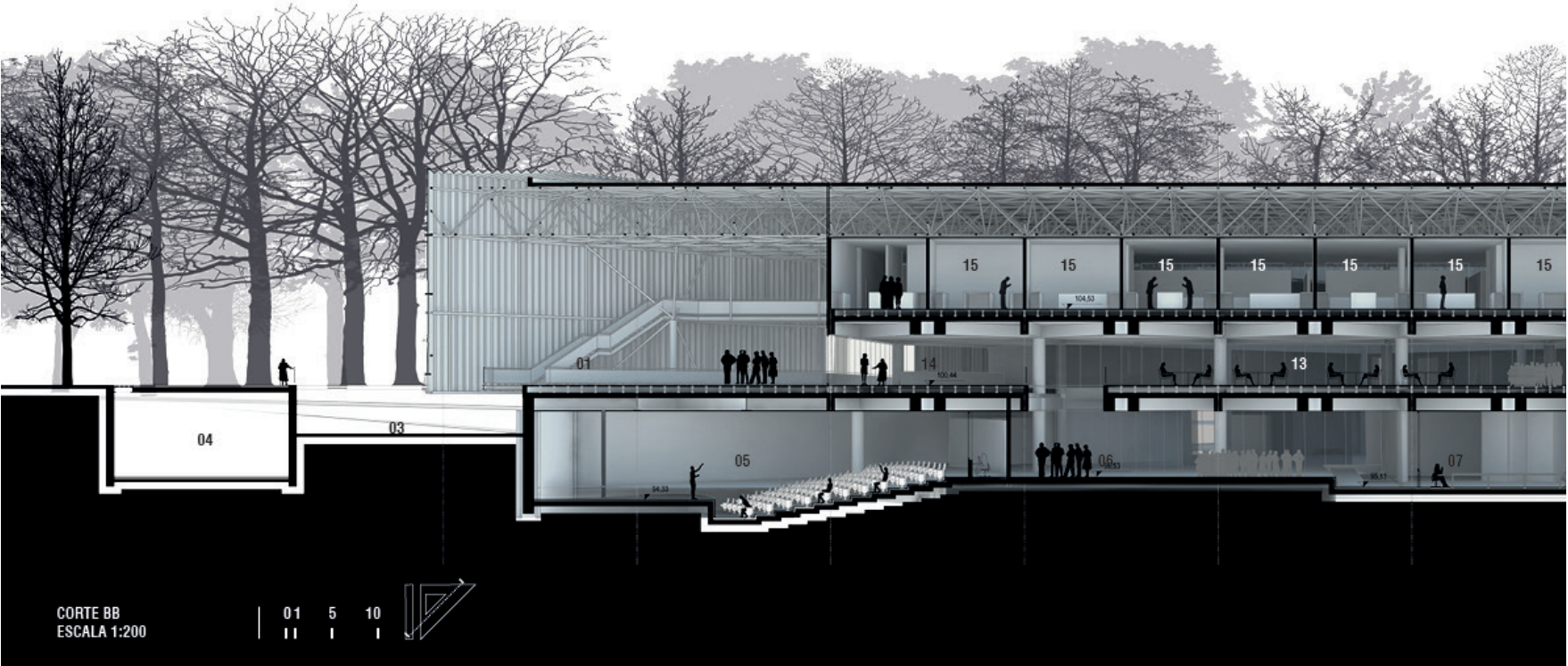
Andrei Barbosa; Cecília Torrez, Fernanda Britto, Henrique Costa, Laura Peters, Leonardo Kakaoka, Luca Caiaffa, Maria Fernanda Xavier, Rafael Carvalho, Heloisa Maringoni (consultora estrutural).

Primeiro colocado no Concurso Fechado Instituto de Inovação em Biotecnologia Butantan. Cidade Universitária, São Paulo, Brasil, 2016

REFERÊNCIAS

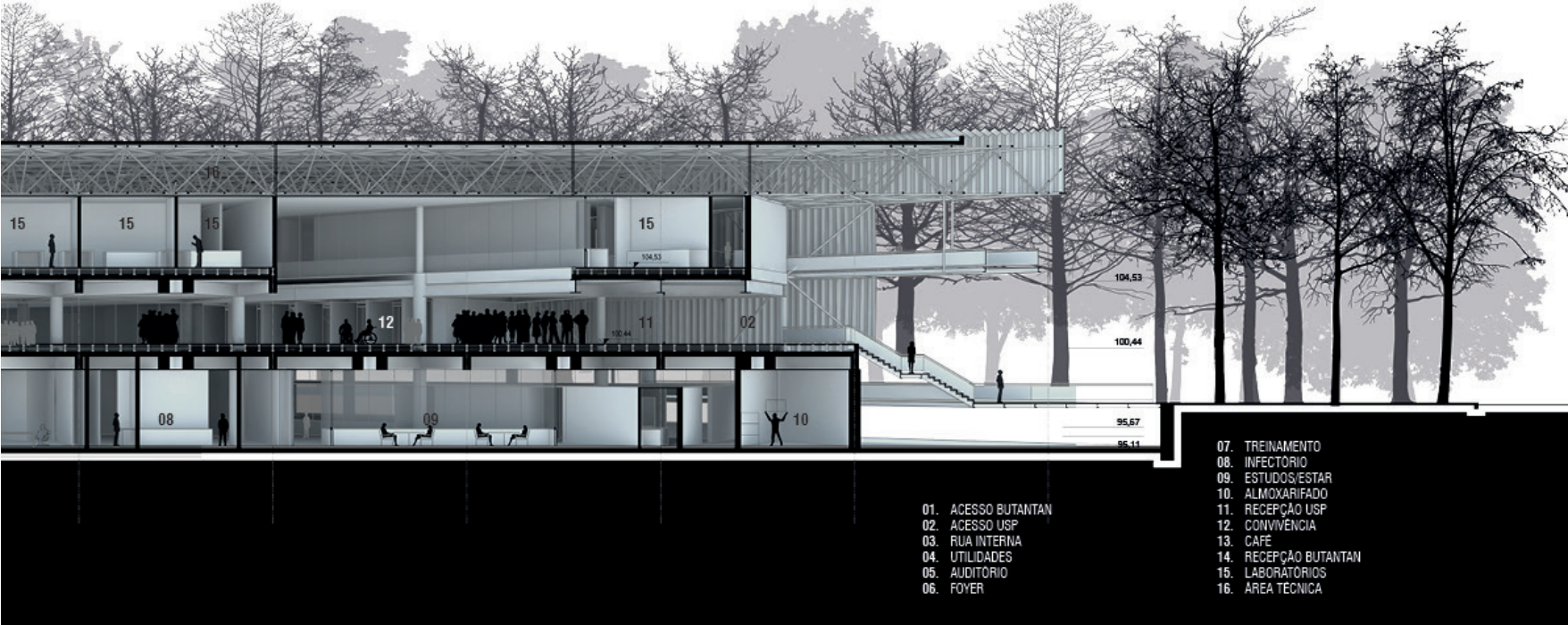
WILHEIM, Jorge. A obra pública de Jorge Wilhelm. São Paulo: DBA, 2003.

projeto



Corte B-B

- 1. acesso butantan
- 2. acesso usp
- 3. rua interna
- 4. utilidades
- 5. auditório
- 6. foyer
- 7. treinamento
- 8. infectório
- 9. estudos/estar
- 10. almoxarifado
- 11. recepção usp
- 12. convivência
- 13. café
- 14. recepção butantan
- 15. laboratórios
- 16. área técnica



projeto

Metáfora y materia: propuesta para o concurso Pabellón Eco 2023

Materia Prima, [entre escalas] e VIA MX

Localizado na Cidade do México, o Museo Experimental El Eco possui um programa de intervenções arquitetônicas temporárias no pátio do museu desde 2010, como parte de sua programação expositiva. Nesta última edição (2023), foram enviados 172 portfólios por meio de uma convocatória aberta, na qual o comitê técnico fez a seleção para a participação de sete equipes. Mathias Goeritz aproveitou a ocasião de inauguração do museu em 1953 para declarar o Manifesto de Arquitetura Emocional. O museu foi concebido como um espaço expositivo e de integração entre Arte e Arquitetura. A curadora desta edição foi a arquiteta Gabriela Carrillo, cujo tema do pavilhão era: "Tempo Zero: uma reflexão sobre o tempo, o Antropoceno e a resistência tangencial". A curadora indaga temas como, o modelo de produção e consumo como causas da crise climática e da destruição da natureza, toma como ponto de partida o tempo, a crise e o lúdico para convocar exercícios de transformação do espaço que questionem as nossas formas de habitar. Metáfora y materia foi a nossa proposta apresentada para o concurso Pabellón Eco 2023.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura; matéria; tempo.

"METÁFORA Y MATERIA": PROPUESTA PARA EL
CONCURSO PABELLÓN EL ECO 2023

Ubicado en la Ciudad de México, el Museo Experimental El Eco cuenta desde 2010 con un programa de intervenciones arquitectónicas temporales en el patio del museo, como parte de su programa de exposiciones. En esta última edición (2023), se presentaron 172 portafolios a través de una convocatoria abierta, en la que el comité técnico seleccionó a siete equipos para participar. Inaugurado en 1953, Mathias Goeritz aprovechó la ocasión para declarar el Manifiesto de Arquitectura Emocional. El museo se concibió como un espacio para exponer e integrar arte y arquitectura. La curadora de este año fue la arquitecta Gabriela Carrillo, cuyo tema del pabellón fue Tiempo Cero: una reflexión sobre el tiempo, el Antropoceno y la resistencia tangencial (Tempo Zero: una reflexión sobre o tempo, o Antropoceno e a resistência tangencial). La curadora explora cuestiones como el modelo de producción y consumo como causantes de la crisis climática y la destrucción de la naturaleza, tomando el tiempo, la crisis y lo lúdico como punto de partida para convocar ejercicios que transformen el espacio y cuestionen nuestras formas de vivir. "Metáfora y materia" fue nuestra propuesta para el concurso Pabellón Eco 2023.

PALABRAS CLAVE: arquitectura; materia; tiempo.

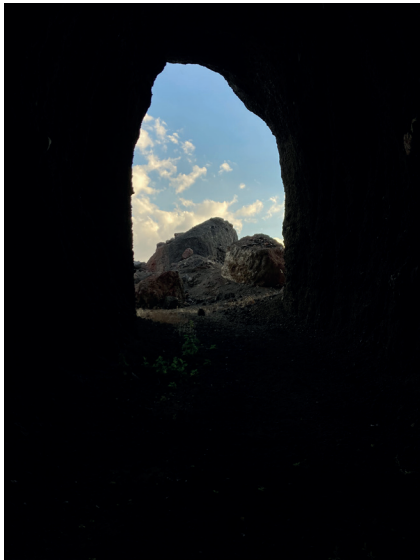
METÁFORA Y MATERIA: PROPOSAL FOR THE EL ECO
2023 PAVILION COMPETITION

Located in Mexico City, the Museo Experimental El Eco has hosted a program of temporary architectural interventions in its courtyard since 2010, as part of its exhibition program. In this latest edition (2023), 172 portfolios were submitted through an open call, with the technical committee selecting seven teams for participation. Inaugurated in 1953, Mathias Goeritz seized the opportunity to declare the Emotional Architecture Manifesto. The museum was envisioned as a space for exhibitions and the integration of art and architecture. The curator for this edition was architect Gabriela Carrillo, whose pavilion's theme was "Zero Time: a reflection on time, the Anthropocene, and tangential resistance" (Tempo Zero: uma reflexão sobre o tempo, o Antropoceno e a resistência tangencial). The curator addresses issues such as the production and consumption model as causes of the climate crisis and nature's destruction, taking time, crisis, and playfulness as starting points to call for exercises that transform spaces and question our ways of living. Metáfora y materia was our proposal for the Pabellón Eco 2023 competition.

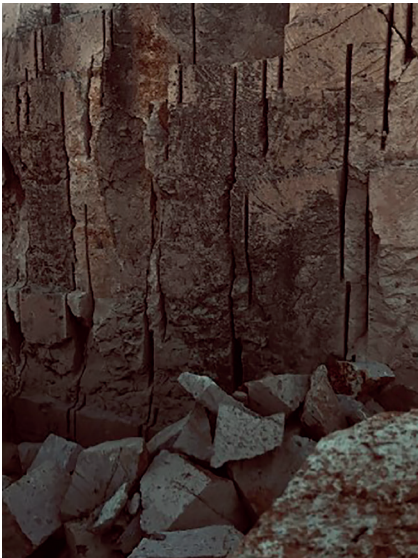
KEYWORDS: architecture; material; time.



projeto



Pedra, terra, cova



Capítulo 1: A mitologia da pedra

A pedra é o fundamento, o substrato lítico do pensamento para a realização desta intervenção. São camadas e camadas de pó, partículas de matéria pétrea composta de milhões de pequenos cristais. Foi lava expulsa do centro da terra, foi lama, foi fogo sob a forma de faíscas que formaram o mundo e as galáxias. A pedra como dicotomia entre o atemporal e o contraditoriamente duradouro, algo que é composto por estratos de tempo e matéria, um elemento que recusa e resiste a ser um instrumento de memória, mas é o próprio tempo.

Escolher a pedra como material básico para a construção deste espaço é uma força motriz para investigar o estado do material, é o vestígio de um momento, de um lugar, é um fragmento que através de uma composição escultórica nos fala de uma paisagem lítica.

Neste espaço arquitetônico coexiste tudo o que é humano e, ao mesmo tempo, montanha, rocha e lugar. Esta peça é metáfora e matéria.

As pedras falam em alegorias: dizemos que algo está "escrito em pedra", quando é definitivo; dizemos "coração de pedra", quando alguém é duro, inquebrável; dizemos "tropecei na mesma pedra", porque seria impossível que acontecesse o contrário. E dizemos "se as pedras pudessem falar", porque só sem uma voz é que poderíamos falar a verdade. Guardamo-las para nos refugiar-mos nelas.

Damos-lhes nomes, catalogamos, escalamos, apanhamos, quebramos. Acomodamo-las para andar sobre elas, para atravessar abismos. Amon-toamo-las para erguer barreiras, barricadas, muros in-quebráveis.

Sobreviventes de ebulições e incandescências, de pressões inexplicáveis, de golpes e combustão rápida, expulsas, sedimentadas, corroídas, daí a beleza assimé-trica deste material que hoje veneramos no centro de um pátio experimental.

Esta acumulação de pedras nasce num ponto específico, nas coordenadas 41.3481; 22.22602 naquele lugar conhecido como Aculco, cujo significado em *nahuatl* se refere ao lugar onde a água torce.

Nele encontramos a nossa matéria-prima, a construção-destruição de um ambiente específico combinado com o domínio de extração e da modelagem, capaz de dar à pedra uma dimensão estética que a dotam de uma acumulação complexa de significados.

A pedreira está localizada próxima da cascata Tixhiñu, cuja formação de colunas balsáticas cria uma espécie de estrada com gigantes líticos que conformam a paisagem até as profundezas. O acesso se dá através de uma ponte, onde outras pedreiras também operam, seis para sermos mais preciso, de acordo com a última edição do diretório de minas ativas no Estado do México. A Pedreira de San Joaquín, com rochas de cores branca, castanho, cinzenta, laranja, rosa e verde, registra atividades de extração, corte, laminação e venda; e está a cargo de uma família aculqueña há mais de três gerações. Esta extração de matéria, este fragmento de pedra, é o que decidimos usar como módulo para a conformação de um elemento arquitetônico onde cada unidade é sobreposta uma acima da outra, permitindo que a gravidade e o peso do próprio material formem uma passagem/caverna no seu interior.

Ironicamente, essa caverna será formada por fragmentos que foram extraídos da paisagem e que, ao longo do tempo, deixaram esses vazios que nos lembram templos antigos escalonados que estão sendo demolidos e construídos ao mesmo tempo.

O tufo são rochas ígneas porosas leves constituídas de cinzas vulcânicas consolidadas.

Capítulo 2: A caverna

Há muito tempo que deixamos o Neolítico, e encontramos-nos num futuro mais apocalíptico do que pensávamos, como Platão diria sobre a humanidade no século XXI: "Será que já saímos da caverna?"

Ao contrário do óbvio, esta caverna não é o resultado de uma busca primordial. Esta gruta é um limiar.

Uma passagem para outros mundos, uma nova forma de ver e sentir.

A caverna neste caso serve de metáfora para processos de representação, não só devido à unidade da pedra, cujos dois lados estão perfeitamente cortados, e os outros dois ficam com uma superfície irregular da sua própria materialidade.

Esta caverna é um desenho expandido, uma textura gigantesca que alude ao interior, ao fundo do pensamento humano, como uma alegoria também de tudo o que é desconhecido e ao mesmo tempo é uma montanha que fala do horizonte, de uma paisagem que pode ser habitada.

Convidamos todos a realizar um encontro espacial com o pátio, convidando-os a entrar na gruta, como este templo abstrato que pode ser percorrido a pé.

A caverna não é nada sem o solo que a sustenta. E esta terra da qual nos erguemos, é uma metáfora do nosso presente, a terra árida representa a matéria inerte do que nos tornamos.

A forma física da terra rachada nos faz pensar no futuro que chegou sob a forma de crise climática, a sua ontologia é mais complexa, tanto pelas suas ligações com as ações humanas como pelo seu terrível paradoxo em que o ser humano alcançou tal progresso científico e tecnológico, que é diretamente proporcional à sua desconexão com a terra e o ambiente que nos rodeia.

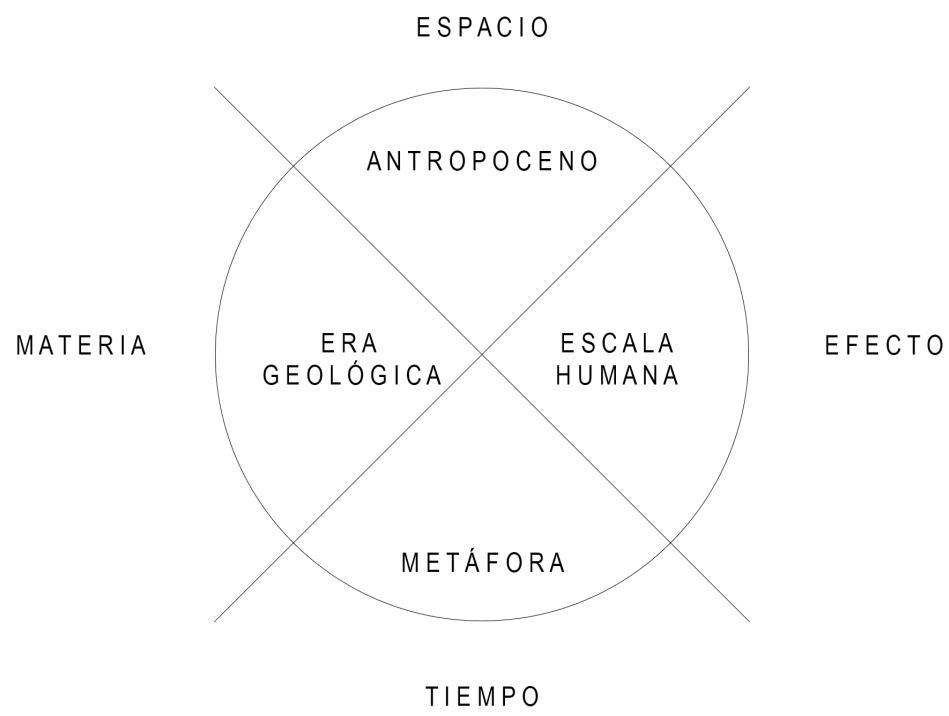
Capítulo 3: A proposta

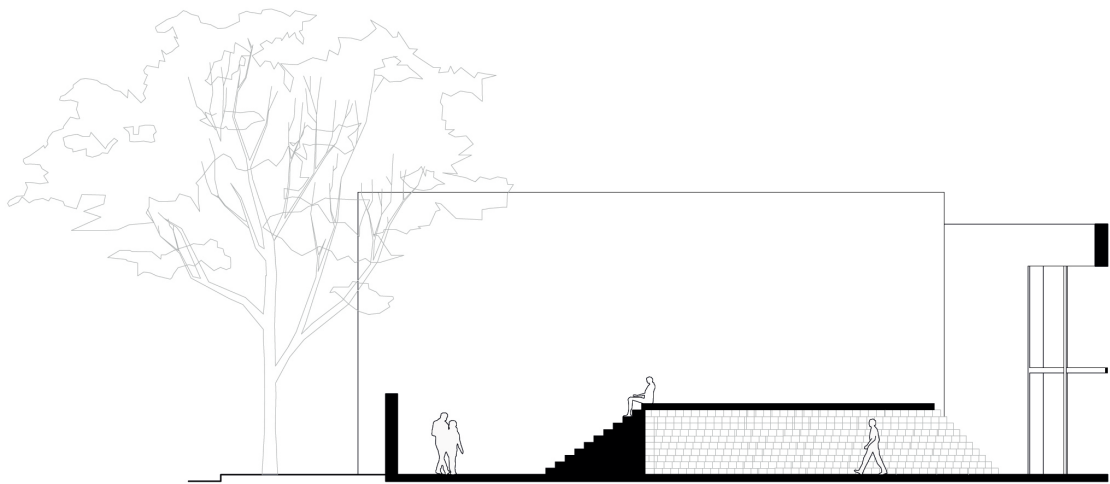
A nossa proposta para o Pavilhão Eco 2023 é constituída pelas dualidades dos elementos: pedra/matéria; terra/tempo

A materialidade do elemento arquitetônico no centro do pátio é formada por 1.200 pedras de tufo rosa de 20x20x80 cm com duas faces perfeitamente alinhadas, sendo mantidas a forma original nas demais faces. Permitindo assim o empilhamento em onze níveis escalonados ao mesmo tempo em que permite a entrada de luz, proporcionado um jogo de luzes dentro da gruta. Sua disposição forma também um "falso arco" de acesso ao interior que em seu final contempla uma fenda.

Para o chão, a proposta é cobrir o pátio com uma mistura de terra e água no início, que com o tempo secará e criará rachaduras em sua superfície, gerando uma textura que também nos fala da passagem do tempo.

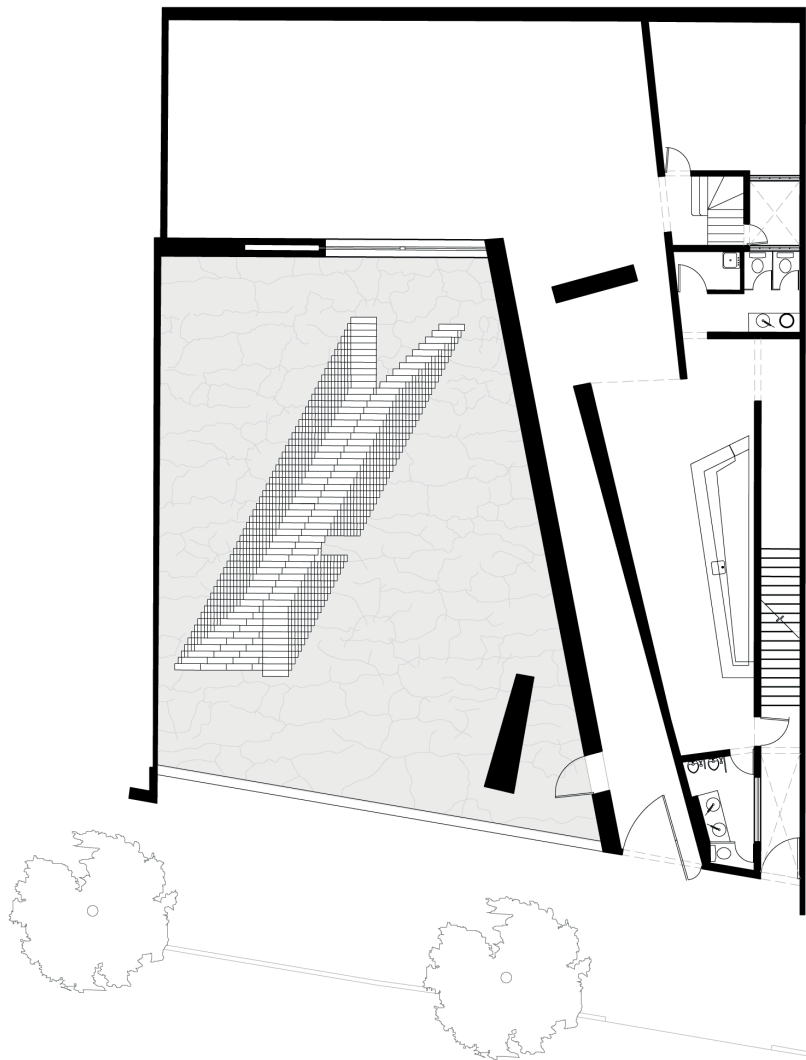
projeto





CORTE LONGITUDINAL

0 5m

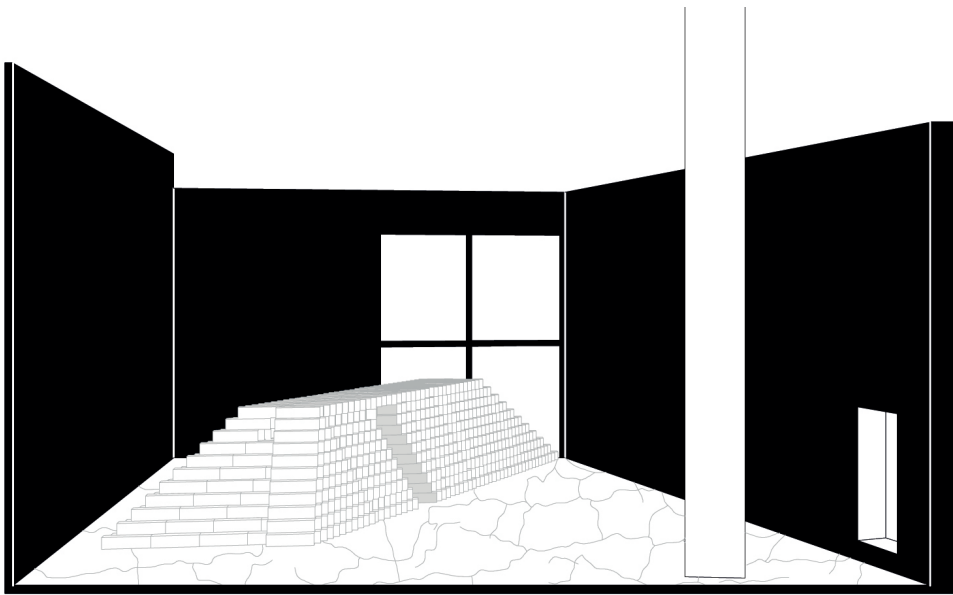
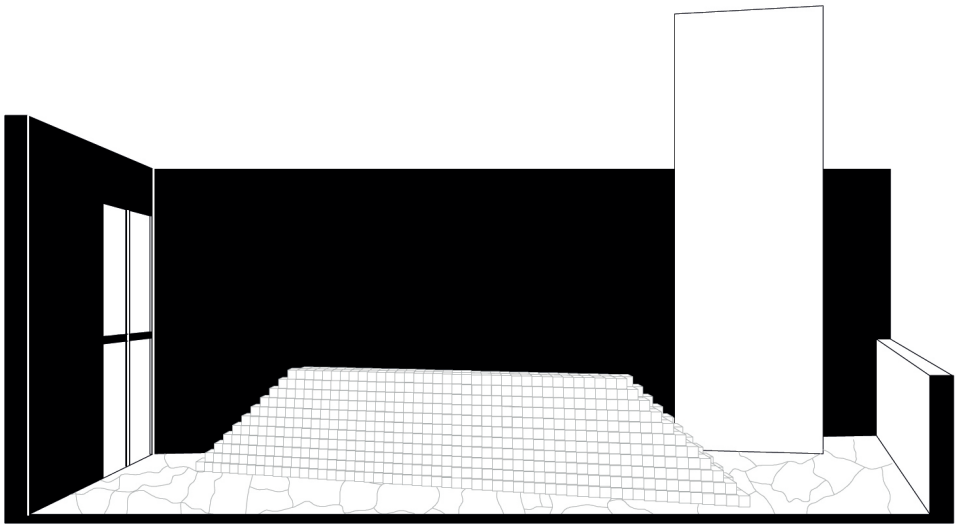
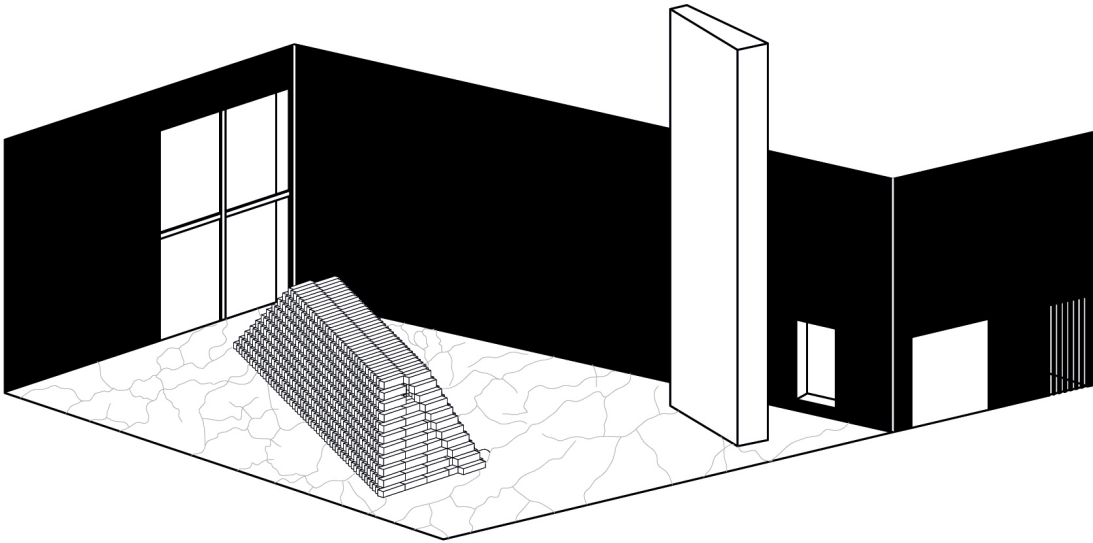


IMPLANTAÇÃO

0 5m

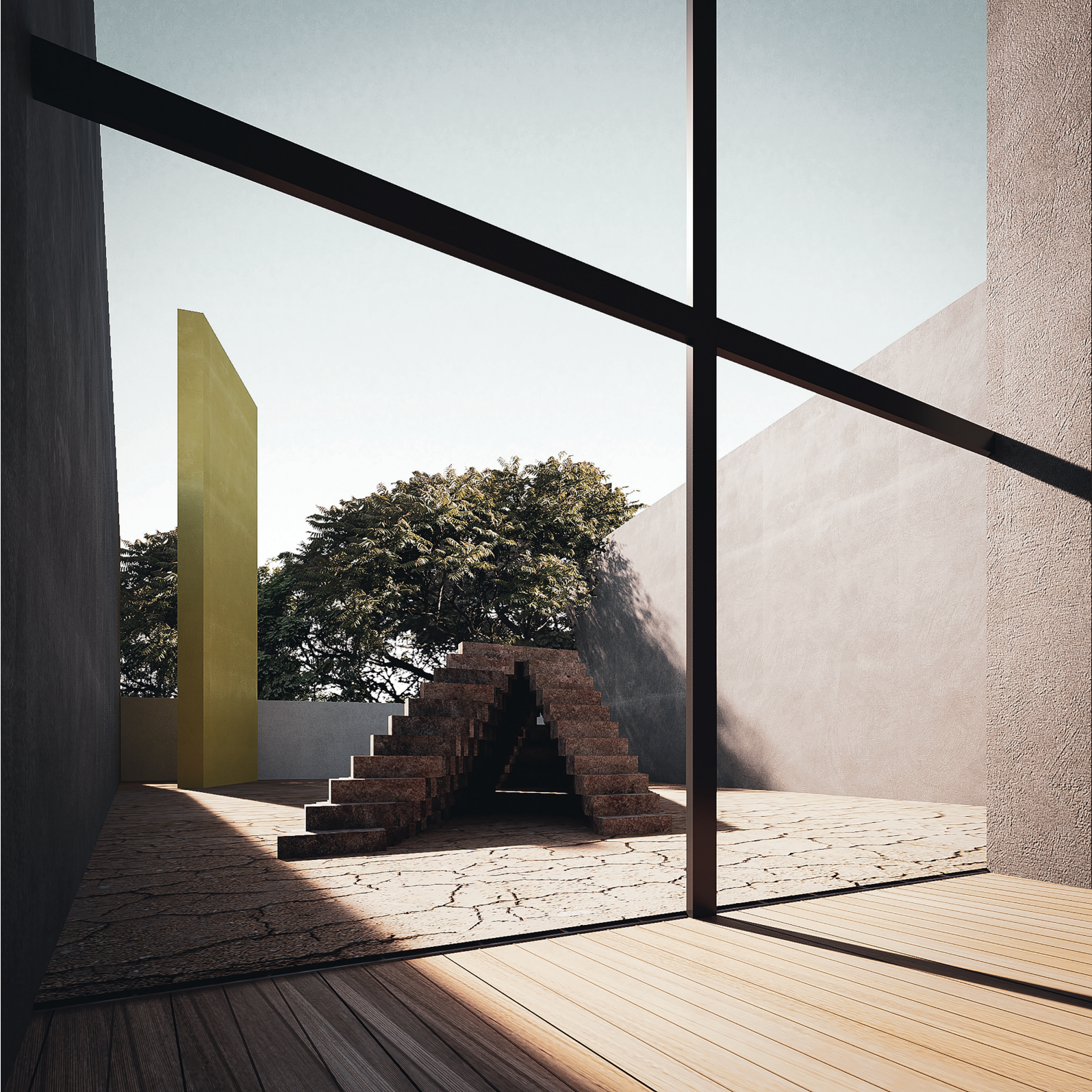


proieto





projeto



REFERÊNCIAS

CAILLOIS, Roger. **Piedras y otros textos**. Madri: Siruela, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de Castro; DANOWSKI, Débora. **Há um mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

AUTORES

Erika Rivera Loana é arquiteta multidisciplinar formada pela UNAM, com experiência em gestão de projetos museográficos, produção de arte e pesquisa arquitetônica. É mestre em Conservação do Patrimônio pela Escola Nacional de Restauração e Museografia ENCRYM (2021). Foi bolsista do FONCA em Jovens Criadores (2012) e FONCA-Coinvestimentos (2022). Atualmente, é Coordenadora de Produção e Museografia no Museu Jumex e desenvolve o projeto Matéria Prima, uma pesquisa crítica que registra e visibiliza a extração de matéria-prima utilizada na indústria da construção.

Marina Panzoldo Canhadas é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Mackenzie (2008), com intercâmbio na TU/e, Holanda (2008), com especialização no curso Geografia, Cidade e Arquitetura na Escola da Cidade (2010) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP (2018). Fundadora do escritório de arquitetura, expografia e desenho de mobiliário [entre escalas], São Paulo (2018). Professora na Escola da Cidade (2015-2021/2024).

Antonio Chilaquil nascido na Cidade do México, é arquiteto multidisciplinar formado pela UNAM. Colaborou nos seguintes escritórios de arquitetura: Tatiana Bilbao Estudio, Frida Escobedo, Alberto Kalach – TAX, PRODUCTORA. Atualmente colabora em projetos arquitetônicos e artísticos no México, EUA e Espanha através do VIA MX.

EQUIPE

Erika Loana, Marina Canhadas e Antonio Chilaquil

Proposta para o concurso Pabellón Eco 2023. Museo Experimental El Eco, Cidade do México.

Cidade do México, México, 2023.

projeto

Normas para submissão de trabalhos

A Revista América é uma publicação periódica vinculada aos cursos de pós-graduação da Escola da Cidade. Tem como objetivo promover a divulgação de pesquisas e práticas científicas que apresentem relevância para o campo da Arquitetura e do Urbanismo – bem como áreas afins – em seus múltiplos aspectos. Configura-se, dessa forma, como um espaço de debate e reflexão acadêmica. São publicados artigos científicos de caráter inédito e projetos não construídos, ambos submetidos à avaliação cega por pares (*blind peer review*).

Nesse sentido, a revista procura contribuir com a compreensão do projeto arquitetônico como pesquisa e sua relevância acadêmica. A publicação caracteriza-se ainda pelo acesso livre e aceita submissões em português, espanhol e inglês. A Revista América também se coloca como um canal de extroversão das discussões promovidas pelos cursos de Pós-Graduação da Escola da Cidade publicadas na seção Dossiê Pós-Graduação, que não aceita submissões.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail: revista.america@escoladacidade.edu.br

1. Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- O cadastro no sistema OJS e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.
- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
- O texto segue os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e Política de Ética, disponível em <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about>.
- Para a seção de Projetos, a contribuição deve se tratar de um projeto não construído.
- Os autores se responsabilizam integralmente pela autoria do artigo/projeto e pelos direitos autorais de imagens, fotos e dados incluídos no trabalho submetido. A autorização para uso de imagens e fotos de terceiros deve ser assinada pelo detentor dos direitos

La Revista América es una publicación periódica vinculada a los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade. Tiene como objetivo promover la difusión de investigaciones y prácticas científicas que presenten relevancia para el campo de la Arquitectura y del Urbanismo – así como sus áreas afines – en sus múltiples aspectos. Se configura, de esa manera, como un espacio de debate y reflexión académica. Son publicados artículos científicos de carácter inédito y proyectos no construidos, ambos sometidos a la apreciación por doble ciego (*blind peer review*). En ese sentido, la revista busca contribuir con la comprensión del proyecto arquitectónico como investigación y su relevancia académica. La publicación se caracteriza aun por el acceso libre y acepta sumisiones en portugués, español e inglés. La Revista América también se coloca como un canal de extroversión de las discusiones promovidas por los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade, publicadas en la sección Dossier de Posgrado, que no acepta sumisiones.

Cualquier duda puede ser respondida por correo electrónico: revista.america@escoladacidade.edu.br

1. Preparación de envíos

Como parte del proceso de envío, los autores/as están obligados a comprobar que su envío cumpla todos los elementos que se muestran a continuación. Se devolverán a los autores/as aquellos envíos que no cumplan estas directrices.

- El registro en el sistema OJS y el acceso posterior, mediante inicio de sesión y contraseña, son obligatorios para la sumisión de trabajos, así como para monitorear el proceso editorial en curso.
- La contribución es original e inédita, y no está siendo evaluada para su publicación por otra revista.
- El texto sigue los estándares de estilo, los requisitos bibliográficos y Política de Ética, disponible en <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about>.
- Para la sección Proyectos, la contribución debe ser un proyecto no construido.
- Los autores se responsabilizan integralmente por la autoría del artículo/proyecto y por los derechos de autor de las imágenes, fotos y datos incluidos en el trabajo sometido. La autorización para uso de imágenes y fotos de terceros debe ser firmada por el detentor de los derechos de autor de las mismas. Es responsabilidad del autor verificar la legalidad de los documentos de permiso de uso de

América is a journal articulated to the academic production of the graduate courses in Escola da Cidade. It aims to promote research and scientific practices that are of relevance to the Architecture and Urbanism field, as well as related areas, in the widest sense. Therefore, it constitutes a space for academic discussion and reflection. The journal welcomes the submission of unpublished scientific articles and unbuilt projects, both peer-reviewed through the blind refereeing system. In this sense, the journal seeks to contribute to the understanding of architectural projects as research and its academic relevance. The publication stands for open access and accepts submissions in Portuguese, Spanish, and English. América also sets out to disseminate discussions undertaken in Escola da Cidade's graduate courses, published in the Post-Graduate Dossier section, which does not accept submissions.

Any questions can be answered by e-mail: revista.america@escoladacidade.edu.br

1. Submission preparation

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

- Registration in the OJS system and subsequent access, by means of login and password, are mandatory for the submission of papers, as well as to monitor the ongoing editorial process.
- The contribution is original and unpublished, and is not being evaluated for publication by another journal.
- The text follows the style standards, bibliographic requirements and Ethical Principles, described in <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about>.
- For the Projects section, the contribution must be a non-built project.
- Authors are fully responsible for the authorship of the article/project and copyrights of all images, pictures and data included in the material. Authorization to use images and pictures of third parties must be signed by the copyright holder. Authors are also responsible for getting a written copyright permission to use images and pictures and keeping the original in case they are requested to present it.

projeto

- autorais das mesmas. É responsabilidade do autor verificar a legalidade dos documentos de permissão de uso de imagens e fotos e manter os originais destes para apresentar à revista caso seja solicitado.
- Ao fazer a submissão autor(es) declara(m) estar ciente(s) de todas as normas e responsabilidades, bem como, a Política de Ética, disponível em <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about>.

1.1. Diretrizes gerais para autores

- 1.1.1. A América – Revista da Pós-graduação da Escola da Cidade publica artigos científicos de caráter inédito e projetos não construídos em português, espanhol e inglês, ambos submetidos à avaliação cega por pares (*blind peer review*), provenientes de pesquisas de caráter diverso nas áreas de arquitetura e urbanismo ou afins.
- 1.1.2. É responsabilidade do autor encaminhar trabalhos em acordo com as normas estabelecidas pela revista, sob pena de não serem aceitos para publicação. O padrão de formatação tem por base as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme as orientações que se seguem.
- 1.1.3. O Conselho Editorial Executivo verifica se os trabalhos recebidos atendem os critérios das políticas específicas de cada seção, das diretrizes formais e normas de submissão. Cabe à revista e seus editores adequar os textos originais ao seu padrão editorial, submetendo os artigos à revisão gramatical e de estilo.
- 1.1.4. A América não se responsabiliza pela redação, nem pelas ideias emitidas pelos colaboradores e autores dos trabalhos publicados. Ao submeter trabalhos para publicação, os autores devem estar cientes e concordar com todas as prerrogativas éticas colocadas pela revista.
- 1.1.5. Os autores se responsabilizam integralmente por todas as aprovações éticas necessárias para desenvolvimento do artigo/projeto e afirmam que possuem as devidas aprovações. Caso o trabalho envolva pesquisa com seres humanos os autores devem dispor das devidas aprovações éticas de acordo com as regras da Plataforma Brasil ou similares em outros países. É necessário informar os dados da aprovação junto ao Conselho de Ética de Pesquisa e eventuais conflitos de interesse, quando pertinente ao conteúdo do trabalho.
- 1.1.6. Ao submeter o trabalho autor(es) declara(m) estar ciente de todas as normas e responsabilidades, bem como: ser o único autor ou parte da equipe de elaboração do trabalho, garantindo que todos os colaboradores estão mencionados, cientes e de acordo com a submissão (na submissão de projetos é necessário encaminhamento de

- imágenes y fotos y mantener los originales de estos para presentarlos a la revista si acaso sea solicitado.
- Al enviar el(los) autor(es) declara(n) que conoce(n) todas las normas y responsabilidades, así como la Política de Ética, disponible en <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about>.
- 1.1. Directrices generales para autores
- 1.1.1. La revista América del Posgrado de la Escuela da Cidade publica artículos científicos de carácter inédito y proyectos no construidos en portugués, español e inglés, ambos sometidos a la apreciación por par doble ciego (*blind peer review*), procedentes de investigaciones de carácter diverso en las áreas de arquitectura y urbanismo o afines.
- 1.1.2. Es responsabilidad del autor encaminar trabajos de acuerdo con las normas establecidas por la revista, so pena de no aceptación para publicación. El patrón de formateo tiene por base las normas de la Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de acuerdo con las orientaciones a seguir.
- 1.1.3. El Consejo Editorial Ejecutivo verifica si los trabajos recibidos atienden a los criterios de las políticas específicas de cada sección, de las directrices formales y normas de sumisión. Cabe a la revista y sus editores adecuar los textos originales a su patrón editorial, sometiendo los artículos a la revisión gramatical y de estilo.
- 1.1.4. La Revista América no se responsabiliza por la redacción, tampoco por las ideas emitidas por los colaboradores y autores de los trabajos publicados. Al someter trabajos para publicación, los autores deben estar informados y concordar con todas las prerrogativas éticas colocadas por la Revista.
- 1.1.5. Los autores se responsabilizan integralmente por todas las anuencias éticas necesarias para desarrollo de la investigación y certifican que poseen los debidos consentimientos. En caso de que el trabajo involucre investigación con seres humanos los autores deben disponer de las debidas anuencias éticas de acuerdo con las reglas de la Plataforma Brasil o similares en otros países. Es necesario informar en el artículo los datos de aprobación junto al Consejo de Ética de Investigación y eventuales conflictos de interés, cuando pertinente al contenido del trabajo.
- 1.1.6. Al enviar el trabajo, el(los) autor(es) declara(n) conocer todas las normas y responsabilidades, así como: ser el único autor o parte del equipo que preparó el trabajo, asegurando que todos los colaboradores estén mencionados, conscientes y de acuerdo con el envío (al presentar proyectos, se debe enviar un expediente técnico completo); para artículos, asegurarse de que el trabajo sea inédito; ser responsable de los dibujos, escritos, ideas

- When submitting the author(s) declare to be aware of all rules and responsibilities, as well as the Ethics Policy, available in <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about>.
- 1.1. Author general guidelines
- 1.1.1. América is a publication from Escola da Cidade's Graduate Program. It is a peer-reviewed journal that welcomes unpublished scientific articles and unbuilt projects in Portuguese, Spanish and English within the multiple areas in the architecture and urbanism field.
- 1.1.2. Authors are responsible for submitting works that meet the editorial standards, which may not be approved for publication in case they do not comply with the policies required by the journal. Editorial standards follow the guidelines of Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), according to the following guidelines.
- 1.1.3. The Executive Editorial Board decides whether or not the article fits the scope of the journal, meets all submission criteria, and is suitable for peer review. Editors have the right to adapt original manuscripts to the journal's editorial standards, submitting articles to language editing services.
- 1.1.4. Revista América does not take responsibility for the content and opinions expressed by authors or collaborators in published articles and projects. By submitting their work for publication authors declare they are aware and familiar with all ethics standards required by the journal.
- 1.1.5. Authors take full responsibility for all ethical approvals. If human subjects or samples were used, authors must affirm that the research protocol was approved by the appropriate institutional review boards or similar ethics committees in their countries. Research Ethics Board must be informed of the approval and of any potential conflicts of interest.
- 1.1.6. When submitting material, the author(s) declare that they are aware of all rules and responsibilities, as well as:
- be the sole author or part of the team responsible for the material presented, ensuring that all collaborators are mentioned, aware and in agreement with the submission (when submitting architectural projects, it is necessary to forward a complete technical file);
 - for articles, ensure that the work is unpublished;
 - be responsible for the drawings, writing, ideas and opinions present (in no way incurring any type of plagiarism);
 - comply with principles of ethics and respect in the development of research and in relation to individuals and communities mentioned and whenever necessary, have a statement of approval from the ethics committee of the institution where the research was carried out;
 - take full responsibility for the images used,

ficha técnica completa);
para artigos, garantir que o trabalho é inédito;
ser responsável pelos desenhos, redação, ideias e opiniões presentes no trabalho (não incorrendo de forma alguma em qualquer tipo de plágio);
cumprir princípios de ética e respeito no desenvolvimento da pesquisa e em relação a indivíduos e comunidades mencionadas e sempre que necessário possuir declaração de aprovação de comitê de ética da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida;
assumir total responsabilidade pelas imagens utilizadas, devidamente identificadas com fonte e crédito;
autorizar divulgação e distribuição da versão publicada do trabalho, desde que devidamente citada a autoria.

1.2. Dossiê Pós-Graduação

Seção que tem como objetivo extroverter e ampliar as discussões que acontecem no âmbito do programa de Pós-graduação *lato sensu* da Escola da Cidade, existente desde 2008 e organizado a partir da temática geral e abrangente "Civilização América: um olhar através da arquitetura". Propõe-se assim a articulação de materiais – transcrição de aulas, artigos de professores, entrevistas e reflexões sobre exercícios desenvolvidos, entre outros – em torno de tópicos mais específicos e que dialoguem com os demais conteúdos da edição da revista em pauta. Por se tratar de uma seção organizada pelo Conselho Editorial Executivo, esta seção não recebe submissões como as demais que integram a publicação.

1.3. Artigos

Seção composta por artigos científicos de caráter inédito recebidos em fluxo contínuo, resultantes de pesquisas e estudos relevantes pelo grau de amadurecimento, observando-se a pluralidade das áreas de interesse da revista e a exigência de que os autores estejam cursando ou tenham concluído curso de Pós-graduação. Os artigos submetidos serão sempre avaliados por ao menos dois membros do Conselho Editorial Científico de Artigos ou por pareceristas *ad hoc*.

1.3.1. Formatação

1.3.1.1. Os arquivos para submissão deverão estar em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF (desde que não ultrapasse 2Mb). Os arquivos devem ter formato A4 e todas as margens com 2cm. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.

1.3.1.2. O artigo deve apresentar uma folha de rosto com o título e eventual subtítulo, resumo (máximo de 1.300 caracteres com espaço) e até três palavras-chave – em português, inglês e espanhol. Destaca-se que nessa folha de rosto, assim como nas páginas subsequentes, não poderá haver qualquer menção sobre a autoria do trabalho.

1.3.1.3. O texto deve ter entre 35.000 e 50.000 caracteres (com espaço), com fonte Arial tamanho 11 para textos e títulos e 9 para referências bibliográficas, notas e citações, com alinhamento justificado, sem espaçamento entre parágrafos e entre linhas 1,5.

1.3.1.4. Enviar separadamente arquivo em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF contendo o título, subtítulo, dados biográficos, informações sobre o contexto de

y opiniones presentes en el trabajo (de ningún modo incurriendo en ningún tipo de plagio); cumplir con los principios de ética y respeto en el desarrollo de la investigación y en relación con las personas y comunidades mencionadas y cuando sea necesario, contar con una declaración de aprobación del comité de ética de la institución donde se realizó la investigación; asumir toda la responsabilidad por las imágenes utilizadas, debidamente identificadas con fuente y crédito; autorizar la difusión y distribución de la versión publicada de la obra, siempre que se cite debidamente la autoría.

1.2. Dossier Posgrado

Esta sección está organizada por el equipo de coordinación de los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade, y no recibirá sumisiones como las demás que integran la publicación. Esta sección tiene como objetivo abrir y ampliar las discusiones que ocurren en el ámbito de los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade, existentes desde el 2008 y organizados a partir de la temática general y abarcadora "Civilización América: una mirada a través de la arquitectura". Se propone así la articulación de materiales – transcripción de clases, artículos de profesores, entrevistas y reflexiones sobre ejercicios desarrollados, entre otros – alrededor de tópicos más específicos y que dialoguen con los demás contenidos de la edición de la revista en pauta.

1.3. Artículos

Sección compuesta por artículos científicos de carácter inédito recibidos en flujo continuo, resultantes de investigaciones y estudios relevantes por el grado de maduración, observándose la pluralidad de las áreas de interés de la revista y la exigencia de que los autores estén cursando o hayan concluido el curso de Posgrado. Los artículos sometidos siempre serán apreciados al menos por dos miembros del Consejo Editorial Científico de Artículos o por evaluadores *ad hoc*.

1.3.1. Formato

1.3.1.1. Los archivos para sumisión deberán estar en formato Microsoft Word, Open Office o RTF (desde que no ultrapase 2Mb). Los archivos deben tener formato A4 y todos los márgenes con 2cm. La identificación de autoría del trabajo debe ser removida del archivo, garantizando de esta manera el criterio de sigilo de la revista.

1.3.1.2. El artículo debe presentar una hoja de portada con el título y eventual subtítulo, resumen (máximo de 1.300 caracteres con espacio) y tres palabras clave - en portugués, inglés y español. Se destaca que en esta hoja de portada, como en las páginas subsiguientes, no podrá haber cualquier mención sobre la autoría del trabajo.

1.3.1.3. El texto debe tener entre 35.000 y 50.000 caracteres (con espacio), con fuente Arial tamaño 11 para textos y títulos y 9 para referencias bibliográficas, notas y citas, con interlineado justificado, sin espacio entre párrafos y entre líneas 1,5.

1.3.1.4. Los autores deben enviar un archivo separado en formato Microsoft Word, OpenOffice o RTF que contenga el título, subtítulo, datos biográficos, información sobre el contexto de la elaboración del artículo y las agencias que promovieron o patrocinaron el trabajo.

1.3.2. Presentación

1.3.2.1. Secciones

El texto debe seguir la ABNT NBR 6024/2012

duly identified with source and credit; authorize dissemination and distribution of the published version of the work, provided that the authorship is duly cited.

1.2. Postgraduate Dossier

This section is organized by the coordination team of the Graduate Program of Escola da Cidade and does not receive submissions. The objective of this section is to disseminate and broaden out discussions that take place in Graduate Program of Escola da Cidade. The program was set up in 2008 and is organized under the general theme "America Civilization: a look through architecture". We seek the articulation of sources – transcript of talks, faculty articles, interviews and reflections on developed activities, among others – around specific topics that relate to the content to be published in each edition of the journal.

1.3. Articles

This section comprises unpublished original scientific articles received continuously throughout the year, as the outcome of high-quality researches and studies within the multiple areas of interest of the journal. Authors are expected to have graduated or to be attending a graduate program. All submitted articles are always assessed by at least two members of the Scientific Editorial Board of Articles or peer-reviewed by *ad hoc* experts.

1.3.1. Format

1.3.1.1. Files should be submitted in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (no larger than 2MB). Files should be in A4 format, all margins at 2cm (0.8 inches). To ensure blind peer review, any authorship identification must be removed from the file.

1.3.1.2. The title page must contain title, subtitle, abstract (of no more than 1300 characters with space) and a list up to three keywords - in Portuguese, English, and Spanish. To ensure blind peer review, all mentions to authorship in this and subsequent pages should be removed.

1.3.1.3. The text should be between 35.000 and 50.000 characters (with space); font Arial 11pt for the body and headings, and 9pt for references, endnotes and citations; justified alignment, line spacing 1.5, no paragraph spacing.

1.3.1.4. Author must send separately a file in Microsoft Word, OpenOffice or RTF format containing the title, subtitle, biographical data, information on the context of the article's elaboration and the agencies that promoted or sponsored the work.

1.3.2. Presentation

1.3.2.1. Sections

Text formatting should follow ABNT NBR 6024/2012 (*Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação*). Article sections are numbered in Arabic numerals.

1.3.2.2. Citations

Citations must follow the standard of ABNT NBR 10520/2023 (*Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação*). Please ensure that every reference cited in the text is also present in the reference list. Authors must use parenthetical citations for in-text citations according to the author-date system. In-text long quotations (more than three lines or longer than 40 words) should start on a new line, 9pt, indented 4cm (1.5 inch) from the left margin, no line spacing, omitting quotation marks and not italicized.

1.3.2.3. Notes

Notes should be explanatory and presented as

projeto

elaboração do artigo e as agências que fomentaram ou patrocinaram o trabalho.

1.3.2. Apresentação

1.3.2.1. Seções

O texto deve seguir a ABNT NBR 6024/2012 (Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação). As divisões do artigo são numeradas com algarismos arábicos.

1.3.2.2. Citações

As citações devem seguir o padrão da ABNT NBR 10520/2023 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação). Todos os textos citados devem constar na lista de referências. As citações diretas ou indiretas no corpo do texto devem seguir o sistema de chamada autor-data. As citações diretas com mais de três linhas devem ser formatadas em Arial 9, entre linhas simples, recuo de 4cm da margem esquerda e sem aspas ou itálico.

1.3.2.3. Notas explicativas

As notas devem ser exclusivamente explicativas e deverão ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Todas as notas deverão ser listadas no final do trabalho, usando fonte Arial 9.

1.3.3. Imagens

1.3.3.1. Serão aceitas até 10 imagens para cada artigo.

1.3.3.2. Os autores devem numerar e encaminhar as imagens separadamente com resolução mínima de 300dpi e tamanho mínimo de 20x30cm.

1.3.3.3. As imagens devem ser acompanhadas de documento formato Microsoft Word com legendas que devem seguir a mesma numeração. As legendas das imagens devem seguir o seguinte padrão: Fig. (número em ordem crescente), texto da legenda e fonte (referência da publicação original, autor, nome de museu, coleção, data etc.).

1.3.3.4. As tabelas, gráficos, figuras e imagens devem ser legíveis e de boa qualidade.

1.3.3.5. A revista se reserva o direito de não publicar imagens sem a qualidade necessária para sua correta impressão. A formatação final dos artigos aceitos é realizada pela revista. Quando pertinente o autor deve indicar a localização da imagem junto ao texto enviado em formato Microsoft Word.

1.3.4. Referências

As referências deverão estar completas conforme a ABNT NBR 6023/2018 (Informação e documentação – Referências – Elaboração). As referências devem ser listadas no final do trabalho, em ordem alfabética, utilizando fonte Arial 9. Todos os endereços de páginas da Internet (URLs), incluídas no texto, devem ser informadas e estarem ativas.

1.4. Projetos

Seção que se configura como espaço para a discussão e divulgação de projetos de arquitetura e urbanismo entendidos como pesquisa. São aceitas submissões em fluxo contínuo de projetos não construídos elaborados profissionalmente por arquitetos e urbanistas. Entende-se aqui a relevância dos projetos a serem publicados em função de suas contribuições: projetos que por meio do desenho tencionam ou colocam novas questões para

(Información y documentación – Numeración progresiva de las secciones de un documento escrito – Presentación). Las divisiones del artículo son numeradas con números arábigos, sin utilizar cualquier otra señal (punto, paréntesis o raya).

1.3.2.2. Citas

Las citas deben seguir el patrón de la ABNT NBR 10520/2023 (Información y documentación – Citas en documentos – Presentación). Todos los textos citados deben constar en la lista de referencias. Las citas directas o indirectas en el cuerpo del texto deben seguir el sistema llamado autor-fecha. Las citas directas con más de tres líneas deben ser formateadas en Arial 9, entre líneas simple, sangría de 4cm del margen izquierdo y sin comillas o itálico.

1.3.2.3. Notas explicativas

Las notas deben ser exclusivamente explicativas y deberán ser indicadas por números arábigos en orden creciente. Todas las notas deberán estar listadas al final del trabajo, usando fuente Arial 9.

1.3.3. Imágenes

1.3.3.1. Serán aceptadas hasta 10 imágenes para cada artículo.

1.3.3.2. Los autores deben numerar y encaminar las imágenes de forma separada como "documento suplementario" en la plataforma OJS, con resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo 20x30cm.

1.3.3.3. Las imágenes deben ir acompañadas de documento formato Microsoft Word con subtítulos que sigan la misma numeración. Los subtítulos de las imágenes deben seguir el siguiente patrón: Fig. (número en orden creciente), fuente (referencia de publicación original, autor, nombre de museo, colección, fecha, etc.).

1.3.3.4. Las tablas, gráficos, figuras e imágenes deben ser legibles y de buena calidad.

1.3.3.5. A la revista se reserva el derecho de no publicar imágenes sin la calidad necesaria para su correcta impresión. El formateo final de los artículos aceptados es realizado por la revista, cuando pertinente el autor debe indicar la localización de la imagen en el trabajo, en el documento formato Microsoft Word.

1.3.4. Referencias

Las referencias bibliográficas deberán estar completas, de acuerdo con ABNT NBR 6023/2018 (Información y documentación – Referencias – Elaboración). Las referencias deben ser listadas al final del trabajo, en orden alfabético, utilizando fuente Arial 9. Todos los enlaces de páginas de Internet (URLs), incluidos en el texto, deben ser informados y activos.

1.4. Proyectos

Sección que se configura como espacio para la discusión y difusión de proyectos de arquitectura y urbanismo entendidos como investigación en sus diversas escalas. Serán aceptadas sumisiones en flujo continuo de proyectos no construidos elaborados profesionalmente por arquitectos y urbanistas. Se entiende aquí la relevancia de los proyectos que serán publicados en función de sus contribuciones al campo, sea a partir de la forma como se entiende o tensiona los límites, atribuciones y papel social de la arquitectura; sea por las estrategias gráfico-textuales de representación propuestas. Los proyectos sometidos serán siempre apreciados al menos por dos miembros del Consejo Editorial Científico de Proyectos.

1.4.1. Formato

1.4.1.1. Los archivos deben ser sometidos en

endnotes. They must follow ascending numeric sequence in Arabic numerals, in Arial 9pt.

1.3.3. Images

1.3.3.1. For each article will be accepted up to 10 images.

1.3.3.2. All figures must be provided separately as "supplementary file" on OJS platform with resolution of at least 300dpi and with size at least 20x30 cm.

1.3.3.3. It is also required to send a Microsoft Word file that contains the number of the images and their descriptive subtitle. Images subtitles should meet the following standard: Fig. (number in ascending order), source (reference of the original publication, author, museum name, collection, date etc.).

1.3.3.4. Tables, figures, images, and pictures must be easily readable.

1.3.3.5. If a figure is not easy to understand or does not appear to be of a suitable quality, the journal may omit it. Final formatting of the submitted articles is carried out by the journal, when relevant, the author should indicate the location of the images in the paper, in the Microsoft Word format document.

1.3.4. References

Any references cited in the text must be given in full according to ABNT NBR 6023/2018 (*Informação e documentação – Referências – Elaboração*). References must be listed in the end of the paper, alphabetical order, font Arial 9pt. Electronic sources as website pages should be active and given the full URL, as well as the date when the reference was last accessed.

1.4. Projects

This section consists of a space for discussing and disseminating architectural and urbanistic projects perceived as research at its various scales. The Journal accepts submissions of unbuilt architecture projects carried out by professional architects and urbanists. The major criteria in the review and the selection process concern how significant the research is to the field. As how it conceives architecture or pushes forward its limits and social role. As well as the graphic-textual representation strategies that are proposed. All submitted projects are always assessed by at least two members of the Scientific Editorial Board of Projects.

1.4.1. Format

1.4.1.1. The files for submission must be in Portable Document Format (PDF), not larger than 2MB. The files must have A4 format and all margins with 2 cm (0.8 inches).

1.4.1.2. The project presentation should contain images that are relevant to its comprehension (about 10 for each project), as well as a text that sets the context of its elaboration and points out the most significant reflection being proposed. After approved, authors will be asked to provide all figures and text separately within necessary standards. Final formatting of the project is carried out by the journal.

1.4.1.3. The title page of submitted projects must have a title, subtitle, abstract (of no more than 1,300 characters with space) and a list up to three keywords - in Portuguese, English, and Spanish. To ensure blind peer review, all mentions to authorship in this and subsequent pages should be removed.

1.4.1.4. The text must have between 5,000 and 2,000 characters (with space); font Arial 11pt. (body and titles) and 9pt. (references, notes and citations); justified alignment, no paragraph spacing, line spacing 1.5.

1.4.2. Presentation

1.4.2.1. Citations

Citations must follow the standard of ABNT NBR 10520/2023 (*Informação e documentação*

debate no campo profissional ou para além desse; que trazem novas possibilidades de inserção do desenho arquitetônico e da atuação do arquiteto através da abordagem, dos discursos ou prerrogativas inerentes ou mesmo de suas estratégias de representação. Os projetos submetidos serão sempre avaliados por ao menos dois membros do Conselho Editorial Científico de Projetos ou por pareceristas *ad hoc*.

1.4.1. Formatação

1.4.1.1. Os arquivos para submissão deverão estar em formato *Portable Document Format* (PDF), sem ultrapassar 2Mb. Os arquivos devem ter formato A4 e todas as margens com 2cm.

1.4.1.2. A apresentação deve conter imagens pertinentes à compreensão do projeto (cerca de 10 imagens por projeto) e um texto que localize o contexto de elaboração do projeto e aponte o caráter mais relevante da reflexão colocada em pauta. Se aprovado, a revista solicitará o envio das imagens e texto em separado dentro dos parâmetros necessários para a condução do processo editorial. A formatação final dos projetos aceitos é realizada pela revista.

1.4.1.3. O projeto submetido deve conter uma folha de rosto com o título, um resumo introdutório sobre o trabalho (máximo 1.300 caracteres com espaço) e até três palavras-chave - em português, inglês e espanhol. Destaca-se que nessa folha de rosto, assim como nas páginas subseqüentes, não poderá haver qualquer menção sobre a autoria do projeto.

1.4.1.4. O texto deve ter entre 5.000 a 20.000 caracteres (com espaço), com fonte Arial tamanho 11 (para textos e títulos) e 9 (referências bibliográficas, notas e citações), com alinhamento justificado, sem espaçamento entre parágrafos e entre linhas 1,5.

1.4.2. Apresentação

1.4.2.1. Citações

Caso existam citações, elas devem seguir o padrão da ABNT NBR 10520/2023 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação). Todos os textos citados devem constar na lista de referências. As citações diretas ou indiretas no corpo do texto devem seguir o sistema de chamada autor-data. As citações diretas com mais de três linhas devem ser formatadas em arial 9, entre linhas simples, recuo de 4cm da margem esquerda e sem aspas ou itálico.

1.4.2.2. Notas explicativas

Se necessárias, as notas devem ser exclusivamente explicativas e deverão ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Todas as notas deverão ser listadas no final do trabalho, usando fonte Arial 9.

1.4.2.3. Referências

As referências bibliográficas deverão estar completas conforme a ABNT NBR 6023/2018 (Informação e documentação – Referências – Elaboração). As referências devem ser listadas no final do trabalho, em ordem alfabética, utilizando fonte Arial 9. Todos os endereços de páginas da Internet (URLs), incluídas no texto, devem ser informadas e estarem ativas.

formato Portable Document Format (PDF), que no ultrapase 2Mb. Los archivos deben tener formato A4 y todos los márgenes con 2cm.

1.4.1.2. La presentación debe contener imágenes pertinentes a la comprensión del proyecto (cerca de diez) y un texto que localice el contexto de elaboración del proyecto y apunte el carácter más relevante de la reflexión puesta en pauta. Si aprobado, la revista solicitará el envío de las imágenes y texto por separado dentro de los parámetros necesarios para la conducción del proceso editorial. El formateo final de los proyectos aceptados es realizado por la revista.

1.4.1.3. El proyecto sometido debe contener una hoja de portada con el título, un resumen introductorio sobre el trabajo (máximo 1.300 caracteres con espacio) y tres palabras clave - en portugués, inglés y español. Se destaca que, en esa hoja de portada, así como en las páginas subsiguientes, no podrá haber cualquier mención sobre la autoría del proyecto.

1.4.1.4. El texto debe tener entre 5.000 a 20.000 caracteres (con espacio), con fuente Arial tamaño 11 (para textos y títulos) y 9 (referencias bibliográficas, notas y citas), con interlineado justificado, sin espacios entre párrafos y entre líneas 1,5.

1.4.2. Presentación

1.4.2.1. Citas

Las citas deben seguir el patrón de la ABNT NBR 10520/2023 (Información y documentación – Citas en documentos – Presentación). Todos los textos citados deben constar en la lista de referencias. Las citas directas o indirectas en el cuerpo del texto deben seguir el sistema llamado autor-fecha. Las citas directas con más de tres líneas deben ser formateadas en Arial 9, entre líneas simple, sangría de 4cm del margen izquierdo y sin comillas o itálico.

1.4.2.2. Notas explicativas

Si necesarias, las notas deben ser exclusivamente explicativas y deberán ser indicadas por números arábigos en orden creciente. Todas las notas deberán ser listadas en el final del trabajo, usando la fuente Arial 9.

1.4.2.3. Referencias

Las referencias bibliográficas deberán estar completas según la ABNT NBR 6023/2018 (Información y documentación – Referencias – Elaboração). Las referencias deben ser listadas al final del trabajo, en orden alfabético, utilizando fuente Arial 9. Todos los enlaces de páginas de Internet (URLs), incluidos en el texto, deben ser informados y activos.

– Citações em documentos – Apresentação.

Please ensure that every reference cited in the text is also present in the reference list. Authors must use parenthetical citations for in-text citations according to the author-date system. In-text long quotations (more than three lines or longer than 40 words) should start on a new line, 9pt, indented 4cm (1.5 inch) from the left margin, no line spacing, omitting quotation marks and not italicized.

1.4.2.2. Notes

If necessary, notes should be explanatory and presented as endnotes. They must follow ascending numeric sequence in Arabic numerals, in Arial 9pt.

1.4.2.3. References

Any references cited in the text must be given in full according to ABNT NBR 6023/2018 (*Informação e documentação – Referências – Elaboração*). References must be listed in the end of the paper, alphabetical order, font Arial 9pt. Electronic sources as website pages should be active and given the full URL, as well as the date when the reference was last accessed.



ASSOCIAÇÃO ESCOLA DA CIDADE

Alvaro Luis Puntoni (Presidência)
Fernando Felipe Viégas (Presidência)
Marta Moreira (Presidência)
Cristiane Muniz (Diretoria Escola)
Maira Rios (Diretoria Escola)
Anália M. M. de C. Amorim (Diretoria Conselho Científico)
Marianna Boghosian Al Assal (Diretoria Conselho Científico)
Anderson Fabiano Freitas (Diretoria Conselho Social)
Guilherme Paoliello (Diretoria Conselho Técnico)
Ciro Pirondi (Diretoria Escola de Humanidades)

EDITORIA EXECUTIVA

Profa. Dra. Marianna Boghosian Al Assal

EDITORIA PROJETOS

Profa. Ms. Maira Rios

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Profa. Dra. Amália Cristóvão dos Santos
Profa. Dra. Anália M. M. de C. Amorim
Profa. Dra. Carolina Tonetti
Prof. Ms. Daniel Trench Bastos
Prof. Ms. Fernando Felipe Viégas
Profa. Dra. Marta Maria Lagreca de Sales
Prof. Dr. Ruben Otero

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO DE ARTIGOS

Profa. Dra. Ana Luiza Nobre (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro)
Profa. Dra. Ana Paula Koury (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo)
Profa. Dra. Ana Vaz Milheiro (Universidade do Porto, Porto)
Profa. Dra. Claudia Piantá Costa Cabral (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)
Prof. Dr. Daniele Pisani (Politecnico di Milano, Milão)
Prof. Dr. David Moreno Sperling (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Prof. Dr. Enrique X. de Anda (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Prof. Dr. Fernando Atique (Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos)
Prof. Dr. Fernando Luiz Lara (University Pennsylvania)
Prof. Dr. Francisco Sales Trajano Filho (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira (Universidade Federal da Bahia, Salvador)
Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Profa. Dra. Gisela Barcellos de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte)
Prof. Dr. Horácio Torrent (Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago)
Prof. Dr. Jorge Figueira (Universidade de Coimbra, Coimbra)
Prof. Dr. Jose Canziani (Pontificia Universidad Catolica del Peru, Lima)
Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Mauricio Tenorio (University of Chicago, Chicago)
Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior (Universidade Federal da Bahia, Salvador)
Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins (Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Paulo Dam (Pontificia Universidad Católica del Peru, Lima)
Profa. Dra. Sarah Feldman (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Prof. Dr. Sharif S.Kahatt (Pontificia Universidad Católica del Peru, Lima)

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO DE PROJETOS

Prof. Arq. Alejandro Echeverri (Universidad EAFIT, Medellín)
Prof. Dr. Alexandre Alves Costa (Universidade do Porto, Porto)
Profa. Dra. Ana Maria Tagliari Florio (Universidade Estadual de Campinas, Campinas)
Profa. Ms. Beatriz Coeffé (Universidad San Sebastian, Santiago)
Prof. Dr. Carlos Alberto Maciel (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte)
Profa. Dra. Catherine Otondo (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Prof. Dr. Eduardo de Almeida (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Enrique Encabo (Universidad Europea, Madri)
Prof. Dr. Felipe de Souza Noto (Escola da Cidade/Centro Universitário SENAC, São Paulo)
Profa. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Profa. Dra. Inmaculada Maluenda (Universidad Europea, Madri)
Prof. Dr. José Luis Abásolo Llaría (Universidad de las Américas, Santiago)
Prof. Dr. Juan Pablo Aschner (Universidad del Rosario, Bogotá)
Prof. Arq. Luciano Andrades (Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre)
Profa. Dra. Marta Vieira Bogéa (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo)
Prof. Dr. Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich (Universidade Estadual de Campinas, Campinas)
Prof. Arq. Solano Benitez (Universidad Nacional de Asunción, Assunção)

PARECER AD HOC

Prof. Ms. Marcelo Maia Rosa (Escola da Cidade)

ASSISTENTE EDITORIAL

Bruna Bonfim Guimarães

DIAGRAMAÇÃO

Débora Filippini

REVISÃO DE TEXTO

MPMB

PROJETO GRÁFICO

Núcleo de Design Escola da Cidade
Celso Longo e Daniel Trench (Coordenação)

PESQUISA

Carolina Heldt D'Almeida (Coordenação)

EDITORIA DA CIDADE

Alvaro Luis Puntoni (Coordenação)

CAPA

Obra "Vestígios"
Crédito das imagens: Renan Accioly Wamser

QUARTA CAPA

Obra "Ainda Vou Passar Por Aqui de Novo"
Crédito das imagens: Renan Accioly Wamser

FONTE: Mark OT

AMÉRICA – REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DA CIDADE
#4 / jul. 2025
ISSN Impresso 1982-1212
ISSN Eletrônico 2675-9926
Rua General Jardim, 65 - Vila Buarque
CEP 01223-011, São Paulo, SP, Brasil
revista.america@escoladacidade.edu.br
www.ec.edu.br

